

Os ECONOMISTAS

THOMAS ROBERT MALTHUS

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA

**e Considerações Sobre sua
Aplicação Prática**

ENSAIO SOBRE A POPULAÇÃO

Apresentação de Ernane Galvêas

*Traduções de Regis de Castro Andrade,
Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury*

Fundador
VICTOR CIVITA
(1907 - 1991)



Editora Nova Cultural Ltda.

Copyright © desta edição 1996, Círculo do Livro Ltda.

Rua Paes Leme, 524 - 10º andar
CEP 05424-010 - São Paulo - SP

Título original: *Principles of Political Economy Considered
with a View to Their Practical Application -
An Essay on the Principle of Population.*

Direitos exclusivos sobre a Apresentação de autoria
de Ernane Galvêas, Editora Nova cultural Ltda., São Paulo.

Direitos exclusivos sobre as traduções deste volume:
Círculo do Livro Ltda.

Impressão e acabamento:
DONNELLEY COCHRANE GRÁFICA E EDITORA BRASIL LTDA.
DIVISÃO CÍRCULO - FONE: (55 11) 4191-4633

ISBN 85-351-0828-9

APRESENTAÇÃO

1. QUEM FOI MALTHUS

Thomas Robert Malthus nasceu em 14 de fevereiro de 1766, no condado de Surrey, Inglaterra, no seio de uma próspera família. Seu pai, Daniel Malthus, era adepto dos ideais de Jean-Jacques Rousseau e amigo pessoal dos pensadores David Hume e Godwin.

Aos dezoito anos de idade, em 1784, após receber em casa uma ampla educação liberal, Malthus foi admitido no Colégio de Jesus, da Universidade de Cambridge. Lá, estudou Matemática, Latim e Grego, ao mesmo tempo que recebia sua formação sacerdotal. Graduou-se em 1788 e recebeu o *Master of Arts Degree* em 1791. Em 1793 foi aceito como membro pesquisador (*fellow*) da instituição e, em 1797, recebeu as ordens eclesiásticas, tornando-se sacerdote da Igreja Anglicana, fato que influenciaria decisivamente sua obra, mormente o *Ensaio Sobre a População*.

Malthus casou-se em 1804 e, em 1805, tornou-se professor de História Moderna e Política Econômica no Colégio da Companhia das Índias Orientais, em Harleybury, Hertfordshire. Provavelmente foi o primeiro professor de Economia Política de que se tem notícia — pelo menos parece ter sido essa a primeira vez em que uma disciplina acadêmica recebeu tal denominação.

Ao longo de sua vida, Malthus fundou ou foi aceito como membro de diversas sociedades culturais, tais como a Royal Society (1819), o Political Economy Club (1821), que incluía nomes como o de Ricardo e o de James Mill, a Royal Society of Literature (1824), a Académie Française des Sciences Morales et Politiques (1833), a Real Academia de Berlim (1833) e a Statistical Society of London (1834), da qual foi um dos fundadores. Malthus faleceu no dia 23 de dezembro de 1834.

2. A OBRA DE MALTHUS

Malthus ficou famoso por seu *Ensaio Sobre a População* (1798),

mas de grande importância foi, também, o *Principles of Political Economy Considered with a View to Their Practical Application*, de 1820 (conhecido como *Princípios de Economia Política*). Neste livro, Malthus antecipou, em mais de cento e dez anos, algumas das idéias básicas publicadas por Keynes em sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de 1836. Propunha Malthus a realização de obras públicas, entre outras medidas de política econômica, para aumentar a “demanda efetiva” — expressão que cunhou e que mais tarde se constituiu em peça importante da argumentação keynesiana. Como Keynes, Malthus preocupou-se com o excedente da oferta sobre a demanda agregada, o que levaria ao declínio das atividades econômicas.

Outras obras suas foram publicadas, sem, contudo, alcançarem a importância das principais. Citam-se: *Observations on the Effects of the Corn Laws (Observações Sobre os Efeitos das Leis do Trigo, 1814)*, *An Inquiry into the Nature and Progress of Rent (Uma Investigação da Natureza e Progresso da Renda, 1815)*, *The Measure of Value Stated and Illustrated (A Medida de Valor Exposta e Ilustrada, 1823)* e *Definitions in Political Economy (Definições em Política Econômica, 1827)*.

3. O ENSAIO SOBRE A POPULAÇÃO

Em 1798 foi publicada, anonimamente, a primeira edição de *An Essay on the Principle of Population as it Affects the Future Improvement of Society, with Remarks on the Speculation of Mr. Godwin, Mr. Condorcet, and Other Writers*, ou o *Ensaio Sobre a População*, como é conhecido.

Na sua obra mais famosa, Malthus demonstra limpidamente seu posicionamento ideológico, sua visão filosófica, e deixa patente seu pessimismo quanto à possibilidade de felicidade humana em vida.

Para que melhor se entenda o *Ensaio*, devemos ter em mente o momento histórico em que foi escrito. Na Inglaterra estava em curso a Revolução Industrial, desde, aproximadamente, 1760, trazendo dramáticas conseqüências para o sistema produtivo e para as relações sociais na produção. Novos inventos eram constantemente empregados, tanto na indústria manufatureira quanto na agricultura.

No setor agrícola, que se mostrava incapaz de gerar alimentos em abundância, a mecanização trouxe um forte motivo adicional para o êxodo de trabalhadores rumo às grandes cidades. A população, alijada das atividades agrícolas, engrossava a corrente dos que não tinham mais nada a oferecer às manufaturas, que se desenvolviam, senão a sua força de trabalho. Estavam, assim, criadas as condições para a diminuição dos salários reais, que vieram a favorecer a rápida acumulação de capitais na Economia.

São dramáticos os registros nos livros de História de sofrimentos das classes de menor renda nas grandes cidades: prolongamento da

jornada de trabalho — incluindo mulheres e crianças — para até 18 horas; grande número de desempregados; grande promiscuidade nas moradias, cada vez mais densamente habitadas, o que facilitava enormemente o aparecimento de epidemias, como as de cólera e tifo; miséria; morte em grande escala.

Como paliativo para os graves problemas sociais, o Parlamento inglês aprovou as “Leis dos Pobres”, que seriam postas em execução pelos oficiais das paróquias e pelos magistrados. Por essas leis, um pobre poderia ser enviado a uma “casa de trabalho” (*workhouse*), onde receberia o indispensável para não morrer de fome. Era também da lei que nenhuma pessoa deveria ser admitida em uma “casa” fora de sua paróquia.

Entre os pensadores que apontaram possíveis causas para os males que tornavam dramática a situação dos trabalhadores, surgiu William Godwin (1756-1836), que, em 1792, publicou o livro *Inquiry Concerning Political Justice*. Godwin foi partidário do “anarquismo filosófico” e acreditava que a principal causa de todos os problemas sociais residia na propriedade privada. Acreditava, ainda, ser possível ao homem evoluir até um estado de perfeição, quando os homens se convencessem de que o “sentido moral da vida” seria “o único que importaria na organização da sociedade”. Malthus dedicou grande espaço do *Ensaio da População* a combater as idéias de Godwin a respeito da possibilidade de perfeição humana em vida.

Malthus, fatalista, considerava ser a pobreza o fim inevitável do homem, visto que a população crescerá à taxa superior à da produção de meios de subsistência. Segundo ele, “nos Estados Unidos da América, onde os meios de subsistência têm sido mais amplos, as maneiras do povo mais puras e, conseqüentemente, menores os obstáculos aos casamentos precoces do que em qualquer dos modernos Estados da Europa, foi calculado que a população dobra em 25 anos”.¹ Daí, Malthus concluiu que a população, se não controlada, crescerá em progressão geométrica (razão 2 a cada 25 anos): 1:2:4:8:16:32:... Enquanto isso, “a produção de alimentos da Ilha (Grã-Bretanha) poderia ser aumentada a cada 25 anos, por uma quantidade de subsistência igual à que ela atualmente produz”.² Estaria, então, crescendo em progressão aritmética de razão 1 (1:2:3:4:5:...).

Registre-se que as estatísticas não confirmaram as idéias de Malthus, quer quanto à taxa de crescimento da população, quer quanto à produção de alimentos. Alguns progressos científicos importantes, como as descobertas de adubos químicos e de grãos híbridos, além de técnicas mais refinadas de cultivo e tratamento do solo, permitiram notável

1 MALTHUS, T. R. *Population: The First Essay*. The University Michigan Press, Michigan, EUA, 1959, pp. 7, 8.

2 *Ibid.*, p. 8.

aumento da produtividade agrícola. É de se notar que algumas dessas descobertas ocorreram antes do lançamento da sexta e última edição do *Ensaio*, em 1826, sem que Malthus se abalasse em modificar suas conclusões.

No tocante à população, a utilização de métodos anticoncepcionais, que Malthus consideraria “vício”, já consagrados por volta de 1900, fez com que a população crescesse bem menos do que Malthus esperava.

Desconsiderando o grave erro na observação das estatísticas, qual seja a comparação de uma taxa de crescimento da população nos EUA com a do crescimento da produção de alimentos na Grã-Bretanha (que Malthus não explicou convincentemente), é fácil avaliar o resultado da discrepância das duas taxas de acréscimo. Em exercício de fácil resolução, verificaríamos que em um século a população estaria multiplicada por 16 (a evolução estaria ocorrendo em progressão geométrica: 1:2:4:8:16:...), em relação ao número de habitantes do início do período, enquanto a produção de alimentos seria apenas cinco vezes maior (1:2:3:4:5). Com isso, se, de início, havia alimento apenas suficiente para alimentar toda a população, sem nenhum excedente, ao fim do período apenas 5/16 da população encontraria alimentação.

Claro está que Malthus não supunha ser possível à população suportar, por tanto tempo, uma diminuição relativa dos alimentos de toda sorte, que se constituiria em verdadeiros freios ao crescimento demográfico. Esses freios poderiam ser de dois tipos: os “positivos” e os “preventivos”. Caso nenhuma providência fosse tomada para deter a explosão demográfica, e dada a suposição de que a taxa de variação na produção de alimentos não poderia sequer acompanhar a da população, o resultado natural seria: miséria, fome, morte. Em decorrência, ainda, das precárias — e cada vez piores — condições de salubridade nas moradias e nos locais de trabalho, epidemias e pestes teriam curso livre entre os infelizes — se estes não morressem antes, em alguma guerra. Esses fatores constituiriam o que Malthus denominava de freios “positivos”.

Restava sempre a possibilidade de os homens que se considerassem impossibilitados de sustentar condignamente esposa e filhos adiarem o casamento para uma época mais propícia. Este seria um freio “preventivo” que, embora devesse ser observado precipuamente pelas classes mais baixas da população, também poderia atingir os de melhor sorte. Assim é que uma pessoa de posses poderia não desejar casar para não ver seu *status* reduzido, já que manter uma família implica, certamente, em gastos que deveriam ser subtraídos de uma possível vida cômoda no presente. Seja como for, é de se notar que Malthus, como sacerdote, não poderia admitir o casamento seguido de controle familiar por qualquer meio conhecido na época — seria “vício”, diria ele. Muito menos aceitaria o sexo fora do casamento. Estaria, então,

o bom cristão condenado à total abstinência sexual, sempre que impossibilitado, por questões financeiras, de contrair matrimônio.

Se, em dado momento, houvesse alimento em abundância, os freios ao crescimento da população seriam afrouxados e o resultado natural seria, mais cedo ou mais tarde, a eliminação do excedente pelo “poder superior da população”.

Malthus pensava que, estando em equilíbrio população e alimentação, o constante aumento demográfico, antecipando-se ao aumento dos meios de subsistência, acabaria por provocar diminuição na remuneração do trabalhador, enquanto, pela escassez relativa dos alimentos, subiriam os preços destes. No período de miséria que adviria dessa situação, a população seria desestimulada a crescer. Ao mesmo tempo, os baixos salários reais induziriam maior emprego na agricultura, com o que cresceria a oferta de produtos de subsistência. O estado de miséria seria, então, abrandado, e a população voltaria a crescer; e tudo se repetiria. Cabe então a observação de que ao próprio homem pobre cabe a culpa de sua pobreza. É a sua “natureza” que o impele a procriar sempre acima do que seria recomendável para uma vida confortável para si e para a sua família.

Quanto às “Leis dos Pobres”, Malthus não nutria por elas nenhum apreço. Embora lhes reconhecesse o caráter filantrópico, entendia que traziam mais malefícios do que benefícios. Seria “sistema, dentre todos os outros, o mais destinado a enfraquecer esse sentimento (de amor à independência) e por fim eliminá-lo completamente”.³ Ele achava que as “Leis dos Pobres” estimulavam casamentos entre pessoas que não estavam preparadas para a constituição de famílias. Essas pessoas não teriam muita preocupação com a possibilidade de sofrer períodos de miséria, por contarem como certo o auxílio recebido da paróquia.

Em segundo lugar, essas “Leis” diminuía a mobilidade da mão-de-obra, impedindo que uma pessoa sem emprego em dada localidade se dirigisse a um possível emprego em outro ponto do país.

Fez, ainda, outra observação com respeito aos alimentos consumidos nos albergues. Dizia ele que as pessoas que não recebessem donativos — as que mais trabalhavam — ficariam em pior situação do que o necessário, porque com a maior escassez de alimentos — desviados para os albergues —, seus preços subiriam.

Malthus não considerou, também, de nenhum proveito, quer para o indivíduo, quer para a sociedade, o auxílio monetário dado por um rico a um pobre. Em primeiro lugar, porque se um homem pobre recebesse alguma quantia sem nenhum esforço, poderia se considerar mais rico e, daí, trabalhar menos. Em breve ele estaria tão pobre quanto estava antes e a sociedade em geral em pior estado, porque a produção

3 *Ibid.*, p. 24.

cairia com o donativo. Em segundo lugar, ao receber o donativo, ele o gastaria na compra de mantimentos cuja produção não tinha sido aumentada. O resultado óbvio seria um aumento de preços que atingiria toda a sociedade.

Enfim, os ricos não poderiam fazer nada de concreto para melhorar a situação dos pobres. Somente estes, mais uma vez podemos inferir, poderiam agir em seu próprio benefício (diminuindo o ritmo de crescimento de seu número). Um pobre que se casasse sem estar preparado para sustentar sua família poderia ser considerado inimigo de todos os trabalhadores.

Malthus confessava que se lhe fosse perguntado o que sugeriria para minorar e, possivelmente, eliminar a miséria, teria respondido: a) como medida paliativa, a revogação completa de todas as leis paroquiais de ajuda aos pobres, aumentando a liberdade de mercado e a mobilidade da mão-de-obra; b) a criação e estímulo à exploração de novas terras, maiores que os incentivos à indústria e ao cultivo do solo, de preferência ao pastoreio. Esperava ele que essas medidas seriam capazes de aumentar o emprego e o produto, elevando ainda o preço do trabalho e a própria condição do trabalhador que, então, já não contaria com os “incentivos à inércia” dados pelas “Leis dos Pobres”.

Uma outra medida que sugeriria seria a criação de albergues de condado “para os casos de extrema miséria”, sustentados por impostos de todo o reino... “A comida seria pouca e aqueles que fossem capazes seriam obrigados a trabalhar”.

a) As críticas de Malthus a Condorcet

O pensador francês Marie-Jean Nicholas Caritat, Marquês de Condorcet (1743-1794), liberal, estava condenado à morte por se aliar aos girondinos, durante a ditadura jacobina, que reinou na França durante a época do terror, quando escreveu seu livro *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de L'Esprit Humain*, em 1794 (ano em que se suicidou na prisão). Em seu livro, defendeu a propriedade privada, que considerava estimulante ao estudo, à educação e à individualidade. Achava que a educação intelectual levaria à perfectibilidade humana e, daí, à modificação da ordem social, responsável pela miséria das massas populares.

Condorcet ainda propôs a criação de “Caixas de Socorro e Poupança”, por meio das quais a pobreza deixaria de ser humilhante e corruptora; a sociedade passaria a ter por objeto e por efeito a felicidade de todos os seus membros.

Quanto às “Caixas de Socorro”, Malthus ponderou que “se os ociosos e negligentes são colocados no mesmo pé de igualdade em relação a seus créditos e ao sustento futuro de suas esposas e famílias, da mesma forma que os ativos e trabalhadores, podemos esperar ver

os homens exercerem aquela animada atividade em melhorar sua condição, que hoje forma a principal causa da prosperidade pública?”⁴

Adicionou que seria um pouco mais aceitável se os benefícios só fossem entregues após uma investigação para “estudar os argumentos de cada indivíduo e para determinar se ele tinha ou não se dedicado ao extremo”, mas “isto seria pouco mais que a repetição, em larga escala, das leis inglesas dos pobres e seria totalmente destruidora dos verdadeiros princípios de liberdade e igualdade”.

Considerava Malthus que os resultados não poderiam ser diferentes daqueles obtidos pelas “Leis dos Pobres” na Inglaterra e, pelos mesmos motivos já expostos, opunha-se também à criação das “Caixas de Socorro e Poupança”.

Em outro ponto, a argumentação de Condorcet não poderia, seguramente, coincidir com as opiniões de Malthus. Era a referente à possibilidade de um quadro de extrema miséria só se efetivar, se fosse o caso, em época extremamente distante no tempo. Malthus reage, dizendo que salvo se ocorrer “alguma mudança radical na constituição física de nossa natureza, a proporção entre o incremento na população e o dos alimentos manter-se-á como sempre foi observado e se constituirá em causa da miséria periódica”.

b) Críticas de Malthus a Godwin

Foi o *Inquiry* de Godwin que motivou o *Ensaio da População*, como o próprio Malthus reconheceu. Àquele livro ele deu especial atenção, destinando grande espaço do *Ensaio* a críticas diretas ao pensamento do autor.

De início, Malthus comenta o livro de Godwin, dizendo tratar-se de “trabalho criativo e proveitoso”. Reconhece o “espírito e energia” do trabalho de Godwin, “a força e a precisão de algumas de suas argumentações, o ardente tom de seus pensamentos” e... “a sinceridade... que dá um ar de verdade ao todo”, mas contesta: “ele não procedeu... com a preocupação que a Filosofia parece requerer”. “Suas conclusões não são, freqüentemente, garantidas pelas premissas. Ele falha algumas vezes em remover objeções com as quais ele mesmo traz mais adiante... E suas conjecturas certamente excedem, de longe, a modéstia da natureza.”⁵

Em um ponto ele concorda com Godwin e, aí, expõe, mais uma vez limpidamente, seu posicionamento ideológico: “O exercício ilimitado de julgamento privado é uma doutrina inexprimivelmente grandiosa e cativante e tem uma vasta superioridade sobre aqueles sistemas

4 *Ibid.*, p. 52.

5 *Ibid.*, p. 61.

onde cada indivíduo é, de certo modo, um escravo do público”.⁶ Era o Malthus burguês.

Godwin pensava: “o espírito de opressão, o espírito de servidão, o espírito de fraude, são as conseqüências imediatas da administração estabelecida da propriedade. Elas são igualmente hostis ao melhoramento intelectual. Os outros vícios da inveja, malícia e vingança são seus companheiros inseparáveis. Num estágio da sociedade onde os homens são livres em meio à abundância, e onde todos dividam igualmente as dádivas da natureza, esses sentimentos acabariam inevitavelmente. O princípio mesquinho do egoísmo desapareceria... Não sendo nenhum homem obrigado a guardar seu pequeno estoque de provisões ou a prover com ansiedade e dor suas necessidades sem fim, cada um perderia sua existência individual em intenção do bem geral. Nenhum homem seria inimigo de seu vizinho, pois não teria mais objetos de disputa e, em conseqüência, a filantropia resumiria o império que a razão lhe atribui. A mente seria libertada de sua perpétua ansiedade sobre o suporte corporal e livre para dedicar-se ao campo do pensamento, que é inerente a ela”.⁷

Godwin ainda argumentava que, como três quartas partes do planeta ainda não haviam sido cultivadas àquela época, e como as já utilizadas nas tarefas agrícolas seriam suscetíveis de incomensurável melhoramento, a terra seria capaz de produzir alimentos suficientes, por muitos séculos, para os seres humanos.

Malthus atacou frontalmente o pensamento de Godwin; em primeiro lugar, por se recusar a admitir sequer a possibilidade de todos os homens viverem em meio à abundância. Segundo ele, Godwin pintara um “quadro imaginário” e “uma teoria que admitirá aplicação possivelmente não poderá ser justa”. Mesmo que fosse possível a eliminação por completo de todas as causas da miséria e do vício e também viável a ocorrência, em dado momento, de todos os elementos do “quadro imaginário”, estes não se manteriam ao longo do tempo, sustentava Malthus. Isso porque haveria grande encorajamento ao aumento da população, aliado à eliminação das causas de diminuição dessa população — miséria, vício, pragas, guerras —, e o solo da Grã-Bretanha seria incapaz de gerar alimentos adicionais em ritmo suficiente para acompanhar o do aumento populacional.

Admitindo-se possível que a produção agrícola dobre em 25 anos — tempo estimado para um aumento de 100% na população —, nesse período nenhum problema mais sério ocorreria à população, mas, logo a seguir, certamente o número de habitantes ultrapassaria a capacidade do solo em alimentá-los todos. Em conseqüência, surgirão necessidades

6 *Ibid.*, p. 62.

7 *Ibid.*, pp. 62, 63.

materiais e a “poderosa lei da autopreservação” se incumbirá de destruir o “belo tecido da imaginação”.

Enquanto a população vivia em abundância, não importava se um vizinho trabalhasse menos ou não, se possuísse maior quantidade de alimentos ou não. Um estaria desejando ajudar o outro. Mas, quando chegasse a necessidade, tudo seria diferente. É provável que o número daqueles que precisassem ser ajudados suplantasse cada vez mais o daqueles que poderiam ajudar. Então, para aumentar a produção, poderia ser aventada a necessidade de rigorosa divisão da terra, sendo assegurada, com rigorosas sanções — talvez até a morte —, a completa segurança dos estoques de cada homem.

Os que obtivessem superávit não o cederiam sem alguma recompensa em troca. Se eles trocassem esse superávit pelo trabalho de alguém, já seria vantajoso para aquele que conseguiria, então, comer alguma coisa. Assim, num período de 25 anos, “a violência, a opressão, a falsidade, a miséria, todos os vícios odiosos e todas as formas de apuros, que degradam e entristecem o presente estado da sociedade, parecem ter sido gerados pelas circunstâncias mais imperiosas, por leis inerentes à natureza do homem e absolutamente independentes de todas as regulamentações humanas”.⁸

Malthus especula, então, que surgiriam regulamentações da propriedade privada que não divergiriam muito daquelas conhecidas nos estados civilizados atuais e seriam “o melhor, embora inadequado, remédio para os males que estavam pressionando a sociedade”.⁹

Estabelecida — ou restabelecida — a divisão da propriedade, as famílias que aumentassem o número de seus filhos, além do que seria recomendável, veriam alguns de seus membros à míngua de recursos, porque não poderiam demandar, “por questão de justiça”, uma parte do superávit de outros. Na expressão de Malthus, esses membros, “na grande loteria da vida, tiraram bilhete em branco”.

Segundo Malthus, quem tivesse excedente, naturalmente e com justiça, o entregaria de preferência àqueles que se mostrassem mais hábeis e desejosos de empregar sua força de trabalho na produção de um futuro excedente, o que beneficiaria a coletividade e tornaria esses proprietários capazes de empregar futuramente maior número de empregados. Quem não tivesse senão sua força de trabalho, a ofertaria em busca de alimento indispensável à vida. Surge aí a idéia do fundo de manutenção do trabalhador, que seria a quantidade total de alimento possuída pelos proprietários de terras, além do necessário para o seu próprio consumo.

A prosperidade ou a miséria para as camadas mais baixas da população dependeria, em última análise, do acréscimo ou decréscimo desse

8 *Ibid.*, p. 67.

9 *Ibid.*, p. 69.

fundo. De acordo com as idéias malthusianas, se em dado período de tempo a população crescesse a uma taxa inferior à dos produtos agrícolas, o fundo cresceria, haveria maior prosperidade, e o preço do trabalho se elevaria. Mas, com a melhoria na situação dos trabalhadores, estes veriam menores impedimentos ao aumento de suas famílias, com o que a população deveria se elevar, anulando, assim, o maior bem-estar derivado do aumento do fundo. Obviamente, se a população crescesse mais que os alimentos, haveria miséria e menor preço do trabalho.

Mas não termina aí a série de objeções de Malthus a Godwin. Este pensador achava que se deixasse de dar atenção ao “comércio dos sexos”, se esse comércio fosse livre, ele fatalmente desapareceria. À contestação desse pensamento, Malthus dedicou o capítulo XI do *Ensaio*. Nesse capítulo, Malthus lança-se ao ataque dos abusos dos prazeres sexuais. Diz: “o mais saudável e revigorante dos alimentos, comido com apetite irrestrito, produz fraqueza ao invés de força”.¹⁰

Defende ele a idéia de que “a superioridade dos prazeres intelectuais sobre os sensuais consiste mais no maior tempo que duram, na sua maior extensão, na sua menor sujeição à saciedade, do que em serem mais reais ou essenciais”.¹¹

Godwin, na opinião de Malthus, idealiza o homem comum, ao pensar nele como um ser meramente intelectual. Isso porque, da mesma forma que os atos voluntários são determinados pela mente, as sensações corpóreas afetam poderosamente as decisões que provêm da mente. Assim é que “os apelos da fome, o amor à bebida, o desejo de possuir uma bela mulher, forçarão os homens a ações”.¹²

Malthus entendia que “em algum tempo futuro, talvez, a real saciedade dos prazeres sensuais, ou algumas impressões incidentais que despertem as energias da mente, possam efetivar, em um mês, o que as mais pacientes e hábeis postulações podem ser incapazes de efetuar em quarenta anos”.¹³

Admitia Malthus que “as classes mais baixas do povo na Europa podem, em algum período futuro, ser muito melhor instruídas do que elas são no presente; podem empregar o pouco tempo livre de modo muito melhor do que em cervejarias; podem viver, sob as melhores e mais eqüitativas leis até então elaboradas em qualquer país, talvez; e posso mesmo conceber possível, *embora não provável*,¹⁴ que possam ter maior lazer; mas não é da natureza das coisas que eles possam vir a ser premiados com tanto dinheiro ou subsistência que poderão, todos eles, casar cedo, na plena confiança de que serão capazes de

10 *Ibid.*, p. 75.

11 *Ibid.*, p. 75.

12 *Ibid.*, p. 88.

13 *Ibid.*, p. 92.

14 Os grifos são do apresentador.

prover facilmente uma família numerosa”.¹⁵ Mais uma vez a história mostrou-se cruel com os que se atrevem a fazer previsões por um período indeterminado (ou mesmo um pouco mais longo) de tempo.

Em sua defesa do sistema de propriedade reinante na economia capitalista, dizia Malthus: “É à administração estabelecida da propriedade e ao princípio evidentemente estreito do egoísmo que devemos todas as mais nobres realizações do gênio humano, todas as mais finas e delicadas emoções da alma, e tudo, enfim, que distingue o estado civilizado do selvagem...”¹⁶

Embora Malthus considerasse necessária a existência “de uma classe de proprietários e de uma classe de trabalhadores”, sentia que não poderia inferir daí, de nenhum modo, “que o estado atual de desigualdade da propriedade é necessário e útil à sociedade. Pelo contrário, deve ser considerado um mal... mas se um Governo poderia, com vantagens para a sociedade, interferir ativamente para reprimir a desigualdade de fortunas, é questão duvidosa...”¹⁷

Malthus faz, ainda, interessante defesa do sistema de trocas: “...o homem que faz o trabalho de alguns dias tem tanta obrigação perante mim quanto eu perante ele... nós fazemos uma troca amigável. O homem pobre segue ereto, com independência consciente, e a mente de seu empregador não é visitada pelo sentimento do poder”.¹⁸

Mais adiante: “mesmo os maiores inimigos do comércio e das manufaturas, e eu não me considero muito amigo deles, devem reconhecer que quando eles foram introduzidos na Inglaterra, a liberdade veio em seu rastro”.¹⁹

c) *Malthus e Adam Smith*

Adam Smith, em seu famoso livro *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776), definiu “riqueza de uma nação” como sendo a produção anual de sua terra e trabalho.

Ponderou Malthus que se tomarmos como correta a definição, poderemos verificar que de um período de tempo para outro pode ter havido aumento de riqueza da nação sem que sua classe de trabalhadores obtivesse qualquer ganho real. Isso porque a riqueza pode ter-se originado apenas da produção de bens manufaturados. Claro está que os trabalhadores, em posse da renda gerada pela locação da sua força de trabalho às indústrias manufatureiras, poderiam dirigir-se ao mercado e comprar bens de subsistência. Lembremo-nos que são os excedentes agrícolas, na visão malthusiana, que formam o fundo de ma-

15 *Ibid.*, p. 97.

16 *Ibid.*, p. 100.

17 *Ibid.*, p. 101.

18 *Ibid.*, p. 102.

19 *Ibid.*, p. 103.

nutenção dos trabalhadores e que dão a medida do benefício concreto para a classe obreira. Assim, quando os trabalhadores fossem ao mercado para comprar alimentos, encontrariam o mesmo estoque. A pressão de um maior poder de compra sobre uma oferta fixa desses bens eliminaria, na realidade, qualquer possibilidade de ganho real para os trabalhadores.

Coerente com seu ponto de vista, Malthus propunha que o Governo deveria incentivar a agricultura, mais do que a indústria. Assim, haveria maior produção agrícola, maior emprego no setor, maior remuneração ao trabalhador e, com a diminuição nos preços dos produtos agrícolas, maior ganho real para todos. Os trabalhadores viveriam melhor, pelo menos até que a população crescesse. De qualquer forma, se a riqueza smithiana da nação ocorresse com algum aumento na produção agrícola, haveria, de início, algum ganho real para os trabalhadores.

Malthus acrescentava que a troca de emprego, da agricultura para a indústria, representava dano para a saúde do empregado, além da grande incerteza do trabalho manufatureiro, que aumenta “com o caprichoso gosto do homem”, com a guerra e outras causas.

Malthus admitia a possibilidade de o aumento nos preços dos produtos agrícolas induzir investimentos no setor, com o que aumentaria a oferta de alimentos. Dizia, porém, que a variação nesse sentido seria muito lenta. Além disso, o aumento dos salários teria precedido o dos preços dos produtos agrícolas, reduzindo os “bons efeitos” para os investimentos.

Admitiu ainda a possibilidade de, via importação, num país pequeno mas com grande Marinha, como a Holanda, que tinha, ainda, grande capacidade de armazenamento, contornar o problema. Isso seria difícil, dados os custos, para países maiores.

d) Malthus e os “economistas franceses”

Para os economistas franceses, tendo à frente François Quesnay, somente seria produtivo o trabalho aplicado à agricultura. “Eles dizem que o trabalho empregado na terra é produtivo porque o produto, após pagar totalmente o trabalhador e o fazendeiro, fornece uma clara renda para o dono da terra, e que o trabalho empregado em uma peça de tecido rendado é improdutivo porque ele meramente repõe as provisões que o trabalhador tinha consumido, assim como o estoque do seu empregador, sem fornecer qualquer nítida renda, qualquer que ela seja”... “Ele não terá adicionado nada ao produto bruto da terra: consumiu uma porção desse produto bruto e deixou em troca um pedaço de tecido”.²⁰

Malthus contesta esses economistas, dizendo que uma pessoa empregada em manufatura pode produzir acima do necessário para cobrir

20 *Ibid.*, p. 115.

o que consome e para repor os estoques do seu patrão; estaria, assim, aumentando a riqueza geral. Outro poderia estar empregado na lavoura (fonte de toda a riqueza para esses economistas franceses) e produzir metade do necessário para alimentar a si próprio. Esse estaria sendo improdutivo.

Em defesa, ainda, de sua proposição de incentivos à agricultura, disse Malthus: “O encorajamento que tem sido dado à indústria das cidades e o conseqüente preço mais alto que é pago ao trabalhador das manufaturas em relação ao pago àqueles empregados na lavoura são provavelmente as razões pelas quais tanto solo europeu permanece incultivado”.²¹

e) *Malthus e os “desígnios da providência”*

Nos dois últimos capítulos do *Ensaio* temos a oportunidade de encontrar, novamente, um Malthus cuja formação religiosa é um forte amparo ao seu posicionamento ideológico.

A partir do dito, ainda hoje, em geral, aceito como verdade, de que “a necessidade é a mãe da invenção”, Malthus tenta convencer o leitor de que as vicissitudes por que passam os menos favorecidos foram colocadas em seus caminhos pelo Criador que, com sua infinita bondade, propiciava a necessária oportunidade para a evolução física e moral.

Que esse posicionamento de Malthus ainda encontra defensores no mundo de hoje parece não haver dúvida. Ele constitui, porém, um dos alvos mais amplos aos ataques de seus opositores.

f) *A importância do Ensaio Sobre a População*

O *Ensaio* é um livro polêmico, com fortes cores emocionais — algumas mal disfarçadas de teoria positiva — vigentes na época da Primeira Revolução Industrial. Sua leitura, fácil pela simplicidade com que é apresentado, é importantíssima para a compreensão das divergências filosóficas e ideológicas ainda vigentes.

O leitor é levado a uma época em que a aflitiva situação social do povo comum despertava as consciências de pensadores, desejosos de apontar as causas dos males sociais e apontar soluções — nem sempre factíveis.

Escrito com indisfarçável pessimismo quanto às possibilidades de felicidade ampla e geral para todos, o *Ensaio* serviu de freio ao otimismo de muitos pensadores visionários. Por certo, seu amplo sucesso deveu-se ao fato de apresentar de forma simples problemas da maior importância, tais como as causas da pobreza.

Com sua obra, Malthus tem influenciado muitas consciências até

21 *Ibid.*, p. 117.

hoje. O maior nome da teoria da evolução, Charles Darwin, reconheceu a influência recebida das idéias malthusianas. Alfred Russel Wallace, outro grande naturalista, também orientou-se, em sua pesquisa, por algumas das idéias de Malthus.

4. CONCLUSÃO

Mais de um século e meio após a primeira apresentação dos pontos de vista de Malthus a respeito do crescimento populacional e da insuficiência de alimentos no mundo, o problema continua a preocupar economistas e cientistas políticos do mundo atual. Hoje, por certo, ninguém defenderá a idéia das diferentes progressões matemáticas. Conhecemos bem a distância entre as pessimistas previsões malthusianas e a experiência histórica dos povos de que se tem notícia.

Mas, em muitos países do mundo, na Ásia, na África e América Latina, o crescimento da população sempre preocupa, quando se tem em conta a capacidade de geração de alimentos. Fundamentam-se, assim, as preocupações com o controle de natalidade, que chega a ser objeto de campanhas — e ação mais concreta — dos governos da Índia e China, para citar exemplos.

Embora sem a dramaticidade malthusiana, um crescimento muito acelerado da população pode trazer complicações sérias aos sistemas de transportes públicos, atendimento de saúde pública, educação de massa, habitação popular, abastecimento, saneamento básico etc.

Além disso, quanto maior a taxa de crescimento demográfico, tanto mais rápida a transformação na composição etária da população, com a elevação da taxa de dependentes sobre a população economicamente ativa.

Também não podemos esquecer que quanto mais rapidamente crescer a população, tanto maior será o número de jovens dirigindo-se anualmente ao mercado de trabalho. Cada tentativa frustrada é, em potencial, um risco de problemas sociais — insatisfações políticas, criminalidade etc.

Felizmente, o progresso médico, que nos trouxe e aperfeiçoa constantemente os anticoncepcionais, e a transformação social que, há muito, eliminou proibições com base em argumentos tipo “vício” de Malthus, têm facilitado muito a tarefa de impedir o povoamento desaconselhável.

Por outro lado, o extraordinário progresso técnico associado à produção, tanto de alimentos quanto de outros bens, permitiu que o problema da escassez fosse sendo continuamente postergado. A essência da questão, contudo, permanece; a fome mundial constituiu-se na principal preocupação das Nações Unidas.

E quanto ao conteúdo dos *Princípios de Economia Política* de Malthus? Embora algumas das construções teóricas encontradas em seu texto tenham sido abandonadas pelos marginalistas, sucessores

da escola clássica do pensamento econômico, tal como ocorreu, por exemplo, com a noção de medida de valor com base no trabalho, substituída pela visão subjetiva do valor a partir da utilidade, o corpo de teoria exposto naquela obra, e que compõe, juntamente com os escritos de Adam Smith, Ricardo e Stuart Mill, a estrutura do pensamento clássico, incorporou-se definitivamente à ciência da Economia. A análise da produção e de seus custos, bem como o desenvolvimento da teoria da distribuição, por exemplo, na forma pela qual são tratados nos modernos textos de teoria econômica, ainda que incorporem inúmeros aperfeiçoamentos às idéias de Malthus e seus companheiros, conservam, essencialmente, os mesmos fundamentos da construção científica empreendida pelos economistas clássicos.

Ao acompanhar a controvérsia que se desenvolve ao longo dos *Princípios de Economia Política*, o leitor viverá a discussão de questões econômicas da mesma natureza daquelas que hoje preocupam os responsáveis pelo destino político das nações do nosso tempo, com diferenças apenas de grau. O debate lhe será altamente proveitoso, aguçando seu raciocínio e capacitando-o a uma melhor compreensão de situações-problema e a uma percepção mais ampla das alternativas de solução.

Ernane Galvêas

Ernane Galvêas (Cachoeiro do Itapemirim, ES, 1922) é Bacharel em Ciências e Letras, advogado e economista. Curso o Centro de Estudos Monetários Latino-Americano (México), o Economics Institute, Wisconsin (EUA), diplomando-se *Master in Economics* pela Universidade de Yale, Connecticut. Consolidou sua formação profissional no Banco do Brasil onde, durante 26 anos, exerceu vários cargos e serviu na antiga Superintendência da Moeda e do Crédito, transformada depois no Banco Central. Presidente do Banco Central em 1968/74 e 1979/80, foi também Diretor Financeiro da Aracruz Celulose e Presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMRC). Em janeiro de 1980, deixou o Banco Central para substituir Karlos Rischbieter no Ministério da Fazenda.

THOMAS ROBERT MALTHUS

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA

**e Considerações Sobre sua
Aplicação Prática**

BIBLIOGRAFIA

- BELL, John Fred. *História do Pensamento Econômico*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- BLAUG, M. *Economic Theory in Retrospect*. 2ª ed., Londres, Hainemann, 1968.
- BONAR, J. *Malthus and his Work*. 2ª ed., Nova York, Augustus M. Kelley.
- CARREIRO, C. H. P. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro, Ed. Rio de Janeiro, 1975.
- Malthus, Thomas Robert*. In: Encyclopaedia Britannica.
- Malthus, Thomas Robert*. In: Enciclopedia Universal de las Ciencias Sociales.
- HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1982.
- KEYNES J. M. "Thomas Robert Malthus". In: *Essays in Biography*. Londres, MacMillan, cap. 12, 1972.
- SCHUMPETER, J. A. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro, ed. Fundo de Cultura, 1964.
- SIMONSEN, M. H. *Brasil 2001*. Ed. APEC. Rio de Janeiro, 4ª ed., 1969.
- SMITH, A. *An Inquiry Into the Nature and Causes of The Wealth of Nations*. Encyclopaedia Britannica Inc., Chicago, 1978.

INTRODUÇÃO

A ciência da Economia Política assemelha-se mais às ciências éticas que à ciência da Matemática.

Essa conclusão, baseada num exame dos tópicos com os quais a Economia Política está intimamente relacionada, é reforçada pelas diferenças de opinião existentes entre aqueles que dedicaram grande parte de sua atenção a esse estudo.

Os economistas e Adam Smith divergiam em algumas questões importantes em Economia Política, embora concordassem em outras ainda mais importantes.

Continuam existindo diferenças de opinião sobre questões de grande relevância entre os mais ilustres autores modernos.

A determinação exata dessas questões é de grande consequência prática.

Um acordo entre os principais autores de Economia Política seria muito proveitoso do ponto de vista do prestígio da ciência em sua aplicação prática.

No estágio atual da ciência, um esforço para esclarecer alguns pontos importantes, ainda que controvertidos, pode ser mais útil que uma tentativa de estruturar todo um novo tratado.

A principal fonte de erro e das diferenças que existem no momento entre os autores científicos em Economia Política parece-me estar na tentativa precipitada de simplificar e generalizar; e enquanto seus oponentes mais práticos tiram inferências demasiado apressadas a partir de um apelo freqüente a fatos parciais, aqueles autores colocam-se no outro extremo e não tentam comprovar suficientemente suas teorias mediante referências àquela experiência ampliada e abrangente que, em assunto tão complexo, é a única que pode estabelecer sua verdade e utilidade.

Para certo tipo de mentalidade não há nada mais cativante que simplificar e generalizar. Esses são, na verdade, os objetivos legítimos e desejáveis da verdadeira Filosofia, sempre que não entrem em contradição com a verdade. Por essa mesma razão, a tendência natural para alcançar

aqueles objetivos tem levado a teorias grosseiras e prematuras em quase todas as ciências das quais temos algum conhecimento.

Em Economia Política, o desejo de simplificar gerou relutância em admitir a ação de mais de uma causa na produção de efeitos específicos. Se uma única causa explica parte considerável de certo tipo de fenômenos, o todo tem sido atribuído a ela sem atenção suficiente para os fatos, que não podem ser explicados dessa forma. Sempre fui da opinião de que a recente controvérsia em torno da questão do ouro é um exemplo claro desse tipo de erro. As duas partes possuíam uma teoria explicativa do intercâmbio desfavorável e da elevação do preço de mercado do ouro acima do preço oficial; cada parte apegava-se a seu ponto de vista costumeiro e praticamente nenhum autor parecia disposto a admitir a validade de ambas as teorias, cuja combinação, às vezes atuando em conjunto, às vezes em oposição, era a única maneira de esclarecer adequadamente os complexos e variáveis fenômenos em observação.²²

Seria difícil exagerar o respeito e a veneração que temos pela admirável lei de Newton, segundo a qual não se deve admitir mais causas que as necessárias para a explicação dos fenômenos observados; mas a própria lei traz implícito que as causas realmente imprescindíveis para a explicação devem ser aceitas. As mais belas classificações e teorias devem prostrar-se ante o altar da verdade revelada pelos fatos e pela experiência. Pode-se compreender que um químico de trinta anos atrás lamentasse de que as novas descobertas da ciência desmontem ou tornem confusos seus sistemas e arranjos anteriores; mas não poderemos chamá-lo de filósofo se não desistir sem resistência de suas teorias, tão logo sejam cabalmente demonstradas as teorias que refutam as suas.

A mesma tendência de simplificar e generalizar produz relutância ainda maior em aceitar modificações, limitações e exceções a qualquer regra ou proposição que em admitir a intervenção de mais de uma causa. Na verdade, nada é tão insatisfatório, e nada faz uma proposição parecer tão pouco científica e inteligível do que ser obrigado a admitir coisas desse tipo. No entanto, não há verdade da qual eu esteja mais convicto do que a de haver muitas proposições importantes em Economia Política que definitivamente requerem limitações e exceções. E pode-se afirmar com segurança que a freqüente combinação de causas complexas, bem como a ação e reação recíprocas de causa e efeito, mais a necessidade de limitações e exceções em considerável número de proposições importantes constituem as principais dificuldades da

22 Entretanto, é necessário admitir que a teoria dos metalistas (*bullionists*), embora restrita demais, explica a maior parte dos fenômenos em questão; e talvez se possa dizer sem medo que o próprio *Bullion Report* estava mais isento do erro a que me refiro do que qualquer outro trabalho publicado.

ciência e ocasionam os erros freqüentes que, devemos reconhecer, são cometidos na previsão de resultados.

Explico-me com um exemplo. Adam Smith afirmava que os capitais aumentam mediante a parcimônia; que todo homem frugal é um benfeitor público²³ e que o aumento da riqueza depende do excesso da produção sobre o consumo.²⁴ É incontestável que essas proposições são verdadeiras em grande medida. Nenhum aumento considerável e contínuo de riqueza seria possível sem aquele grau de frugalidade que ocasiona, anualmente, a conversão de rendimentos em capital e que gera um excesso de produção sobre o consumo. Mas é bastante óbvio que essas proposições não são ilimitadamente verdadeiras e que o princípio da poupança, levado a extremos, destruiria a motivação para produzir. Se todas as pessoas se satisfizessem com a comida mais simples, com as roupas mais pobres e com as casas mais modestas, certamente não haveria nenhum outro tipo de comida, de roupa e de moradia; e como não haveria nenhum motivo razoável para que os proprietários cultivassem bastante suas terras, não apenas a riqueza originada do conforto e do luxo desapareceria, como também — caso persistisse a mesma divisão da terra — a produção de alimentos seria prematuramente contida e a população estacionaria muito antes de o solo estar completamente cultivado. Se o consumo excedesse a produção, o capital do país teria de ser reduzido e sua riqueza seria pouco a pouco destruída por falta de capacidade de produzir. Se a produção fosse muito maior que o consumo, a motivação para acumular e produzir cessaria pela falta de vontade de consumir. Os dois extremos são óbvios, e segue daí que deve haver um ponto intermediário — embora os recursos da Economia Política não consigam determiná-lo — no qual, considerando tanto a capacidade de produção quanto as condições de consumo, o estímulo ao aumento da riqueza é o maior possível.

A necessidade de limitações e exceções ilustradas pelas regras relativas à divisão da terra.

A tendência à generalização prematura entre os economistas políticos também gera relutância em testar suas teorias na prática.

A primeira preocupação da Filosofia é considerar as coisas como elas são.

É necessário atentar para os fatos de maneira abrangente, tanto para evitar a multiplicação das teorias como para confirmar as que são corretas.

A ciência da Economia Política é essencialmente prática e aplicável a todas as questões básicas da vida humana.

Alguns eminentes economistas políticos pensam que, embora pos-

23 *Wealth of Nations*. 6ª ed. Livro Segundo. Cap. III, pp. 15-18.

24 *Ibid.* Livro Quarto. Cap. III, p. 250.

sa haver exceções às leis gerais da Economia Política, elas não precisam ser consideradas.

Contudo, a mais perfeita sinceridade, a par do mais alto grau de precisão possível, são necessários para dar crédito e circulação a princípios gerais, o que é muito desejável.

Outro tipo de pessoas parecem estar satisfeitas com o que já foi feito em Economia Política e fogem de investigações posteriores, caso não vejam de imediato os resultados práticos a que levam.

Essa tendência, quando vai longe demais, choca-se com os fundamentos de qualquer desenvolvimento da ciência.

Mais proposições de Economia Política passarão pelo teste de *cui bono* [para que(m) serve] que as de qualquer outra área do conhecimento humano.

Investigações posteriores, ainda que difíceis, devem prosseguir tanto com vistas ao desenvolvimento e à plenitude da ciência quanto pelas vantagens práticas que provavelmente resultarão delas.

É de grande importância traçar uma linha, de precisão tolerável, entre aqueles casos em que os resultados esperados são certos e aqueles em que são incertos.

Estadistas práticos, sem tempo para as investigações necessárias, não devem sentir-se impedidos de fazer uso do tempo de outros, guiando-se nisso por sólido discernimento.

O princípio de não interferência é necessariamente limitado na prática: em primeiro lugar, por alguns deveres ligados à Economia Política, os quais, como é universalmente reconhecido, competem ao soberano; em segundo lugar, pela existência, em quase todos os países, de más leis que devem ser emendadas ou revogadas; em terceiro lugar, pela necessidade de tributação.

A autoridade para interferir, mesmo que pouco, não substitui, em nenhum grau, o uso do mais abrangente conhecimento profissional, quer por parte de um estadista, quer de um médico.

Um dos objetivos específicos da presente obra é adequar as leis gerais da Economia Política à prática, procurando considerar todas as causas que concorrem para a produção de fenômenos específicos.

Esse tipo de procedimento está sujeito a um risco do tipo oposto ao que surge de uma tendência à simplificação, risco este que Adam Smith nem sempre evitou.

O justo meio-termo entre os dois extremos é o ponto almejado com vistas a chegar à verdade.

Muitas das doutrinas de Adam Smith consideradas assentes vêm sendo ultimamente questionadas por autores que merecem a maior atenção. Mas estes têm sido com frequência malsucedidos, segundo me parece, em fazer prevalecer suas objeções. E, em todos esses casos, achei desejável examinar, com referência a tais objeções, os alicerces nos quais se fundam as teorias daquele autor.

Não quis dar a meu livro um caráter polêmico. Todavia, obviamente, não é possível afastá-lo por completo da controvérsia, uma vez que um dos meus objetivos declarados é discutir opiniões controvertidas e testar a sua verdade, com base numa experiência ampliada. Em particular, alguns princípios fundamentais de altíssima reputação parecem-me, após madura reflexão, equivocados. E se essa obra não tivesse absorvido parte considerável de minha atenção, eu não teria feito justiça à habilidade com que foi escrita, à autoridade de quem a escreveu e aos interesses científicos nela tratados. Refiro-me à obra do Sr. Ricardo, *Princípios de Economia Política e Tributação*.

Tenho tão alto conceito dos talentos do Sr. Ricardo como economista político e tal convicção quanto à sua perfeita sinceridade e amor pela verdade que confesso ter-me sentido, algumas vezes, quase ofuscado por sua autoridade, apesar de não me ter convencido de seus argumentos. Julguei que poderia ter inconscientemente omitido alguns pontos essenciais, tanto em minha própria visão das questões quanto na dele. Esse tipo de dúvida foi o principal motivo de minha demora em publicar o presente volume. Mas não se poderá suspeitar que não penso sobre essas questões ou que não me sinto seguro de minhas conclusões depois de ter dedicado tempo integral para chegar a elas, por escrúpulos em submetê-las à decisão do público.

Ao tratar de alguns pontos de divergência com o Sr. Ricardo, receio parecer demasiado prolixo para os que não conhecem sua obra e não avaliam a engenhosidade e coerência do sistema que propõe e desenvolve com tanta habilidade. Contudo, não se justificaria dar menos atenção às nossas divergências, visto que na maioria elas são de grande importância teórica e prática e que, ao que me parece, é extremamente desejável resolvê-las — se possível — no interesse da ciência.

Está longe de mim a idéia de que não pode haver erro nas conclusões a que cheguei, em oposição às do Sr. Ricardo. Mas estou seguro de que, para não errar, utilizei todos os meios que a investigação paciente e um sincero desejo de alcançar a verdade podem dar aos poderes reais de meu entendimento. Com essa consciência, tanto com respeito às opiniões a que me opus quanto com respeito às que tentei demonstrar, não reluto em confiar os resultados à decisão do público.

T. R. Malthus

East India College

1º de dezembro de 1819.

CAPÍTULO I

As Definições de Riqueza e de Trabalho Produtivo

Seção I

As definições de riqueza

Uma definição de riqueza seria desejável, embora não seja fácil propor alguma que não seja passível de objeções.

Pode-se questionar a liberdade de um autor para definir seus termos da forma que lhe agradar, mesmo que os use sempre no sentido indicado, pois uma definição inadequada ou incomum pode inutilizar uma pesquisa.

Os méritos comparativos dos sistemas dos economistas e de Adam Smith dependem principalmente de suas diferentes definições de riqueza.

Os economistas confinaram o termo riqueza dentro de limites estreitos demais.

Lorde Lauderdale e outros autores deram definições que a ampliam demais.

Se desejamos atingir alguma precisão em nossas pesquisas, ao tratar da riqueza devemos estreitar o campo de investigação de modo que compreenda apenas aqueles bens cujo aumento ou diminuição é possível estimar com maior acuidade.

Parece-me que a linha mais natural a traçar é aquela que separa os objetos materiais dos imateriais, ou aqueles suscetíveis de acumulação e avaliação definida daqueles que raramente admitem esses processos e nunca num grau que permita conclusões práticas úteis.

Adam Smith nunca deu uma definição muito regular e formal de riqueza; mas é bastante claro em todo o seu trabalho que o significado que atribui ao termo restringe-se a objetos materiais. Pode-se dizer que sua descrição predominante de riqueza é a de “produto anual da terra e do trabalho”. Pode-se objetar a essa definição o fato de referir-se

às fontes da riqueza antes de dizer o que é riqueza, e o fato de não ser suficientemente precisa, de tal modo que inclui todos os produtos inúteis da terra, bem como aqueles que são apropriados e usufruídos pelo homem.

Para evitar essas objeções e manter a mesma distância de um sentido muito restrito e de um sentido muito indiferenciado do termo, eu definiria a riqueza como aqueles objetos *materiais* que são necessários, úteis ou agradáveis à humanidade. Sinto-me inclinado a crer que a definição assim delimitada inclui quase todos os objetos em que geralmente pensamos quando falamos de riqueza; essa é uma vantagem considerável, visto que assim mantemos tanto o uso comum desses termos quanto o vocabulário da Economia Política.

Na verdade, aplicar a palavra riqueza a *todo* benefício ou satisfação que o homem pode usufruir corresponde a um uso mais metafórico que estrito do termo; e não poderíamos aceitar a proposição segundo a qual a riqueza é a única fonte da felicidade humana.

Segundo entendo, portanto, pode-se dizer que a riqueza da qual se fala na ciência da Economia Política restringe-se a objetos materiais.

Desse modo, um país será rico ou pobre segundo a abundância ou escassez dos objetos materiais nele encontrados, relativamente à extensão do território; e o povo será rico ou pobre conforme a abundância do abastecimento relativamente à população.

Seção II

Trabalho produtivo e trabalho improdutivo

A questão do trabalho produtivo depende da definição de riqueza, tanto no sistema dos economistas quanto no de Adam Smith.

A aplicação do termo *produtivo* ao trabalho que produz riqueza é obviamente útil, seja qual for a definição adotada de riqueza.

A definição de Adam Smith sobre trabalho produtivo foi considerada ampla demais por alguns, e restrita demais por outros.

Seria difícil prosseguir em nossas pesquisas sobre a natureza e as causas da riqueza das nações sem uma classificação dos diferentes tipos de trabalho.

Tal classificação é necessária, em primeiro lugar, para explicar a natureza do capital e sua influência no crescimento da riqueza nacional.

Em segundo lugar, Adam Smith afirma, corretamente, que a produção poupada anualmente é consumida com a mesma regularidade daquela gasta anualmente, mas é consumida por um outro grupo de pessoas. Se este é o caso, e se admitirmos que a poupança é a causa imediata do aumento do capital, é absolutamente necessário, em todas as discussões relacionadas com o crescimento da riqueza, distinguir por uma denominação específica o grupo de pessoas que parecem de-

sempear papel tão importante na aceleração desse crescimento. Quase todas as pessoas das classes inferiores de todas as sociedades são empregadas de uma forma ou de outra; se não houvesse diferenças em seus empregos, com relação a sua influência na riqueza nacional, é difícil imaginar para que serviria poupar rendimentos para acrescentar ao capital, pois seria apenas empregar um grupo de pessoas de preferência a um outro, visto que — de acordo com a hipótese — não existe nenhuma diferença essencial entre eles. Nesse caso, como vamos explicar a natureza da poupança e os diferentes efeitos da parcimônia e do desperdício sobre o capital nacional? Com a palavra poupança, nenhum economista político de nossos dias quer dizer simplesmente amediar; além desse uso restrito e inadequado do termo, nenhum outro — em relação à riqueza nacional — pode ser razoavelmente imaginado, a não ser o que surgir de uma aplicação diferente do que é poupado, baseado numa distinção real entre os diferentes tipos de trabalho que podem ser mantidos por ela.

Se o trabalho dos empregados domésticos produz tanta riqueza quanto o dos trabalhadores de manufatura, por que a poupança não seria empregada em sua manutenção, não apenas sem se dissipar, mas com um aumento constante de valor? No entanto, os empregados domésticos, os advogados ou os médicos que poupam seus salários estão absolutamente conscientes de que suas economias se dissipariam imediatamente caso tivessem sido pagas a eles próprios em vez de serem empregadas na manutenção de pessoas de outra condição. Considerar a despesa dos trabalhadores improdutivo de Adam Smith como pagamentos feitos a si próprios e da mesma natureza do que o gerente da manufatura faz a seus trabalhadores, seria confundir de vez a distinção muito útil e correta entre aqueles que vivem de salário e aqueles que vivem de lucros; e praticamente impossibilitaria explicar as operações freqüentes e importantes de poupar rendimentos para acrescentar ao capital, tão absolutamente necessárias para o constante aumento da riqueza.²⁵

No momento, a questão não é se a poupança pode ou não ir longe demais (um ponto que será considerado no momento adequado), mas se é possível ou não falar inteligentemente de poupança e acumulação, e discutir suas influências sobre a riqueza nacional sem fazer distinção entre os diferentes tipos de trabalho.

Em terceiro lugar, Adam Smith afirma corretamente que existe um equilíbrio muito diferente do equilíbrio do comércio, o qual, sendo

25 Um dos críticos mais capazes da doutrina de Adam Smith a respeito do trabalho produtivo é o Sr. Ganilh, em sua importante obra sobre os vários sistemas da Economia Política; mas a mim parece que ele fracassa inteiramente quando tenta mostrar que a poupança é preservada, e não destruída, ao ser consumida pelas classes ociosas. Não posso entender em que sentido se pode dizer que os empregados domésticos reproduzem anualmente o capital que os alimentou. Livro Terceiro. Cap. II.

favorável ou desfavorável, leva todas as nações à prosperidade ou à decadência; esse é o equilíbrio entre a produção e o consumo anuais. Se em determinados períodos a produção de um país excede seu consumo, os meios de aumentar seu capital poderão ser obtidos, sua população logo crescerá, ou então essas grandezas se ajustarão melhor, e provavelmente ambas as coisas ocorrerão. Se em tais períodos o consumo é exatamente igual à produção, não haverá nenhum meio para aumentar o capital e a sociedade será quase estacionária. Se o consumo excede a produção, em cada período subsequente a sociedade será mais mal abastecida, e sua prosperidade e população declinarão.

Mas, se esse equilíbrio é tão importante, se dele depende a condição de progresso, estagnação ou declínio de uma sociedade, certamente é da maior importância distinguir aqueles que mais contribuem para tornar esse equilíbrio favorável daqueles que mais contribuem para que prepondere a outra escala. Sem essa distinção não poderíamos descobrir as causas do florescimento de uma nação e do declínio de outra; e as riquezas superiores daqueles países onde abundam os comerciantes e os trabalhadores de manufatura, em comparação com aqueles onde predominam os partidários da corte e de uma aristocracia excessivamente grande, não serão passíveis de uma explicação inteligível.

As crescentes riquezas e prosperidades da Europa desde os tempos feudais dificilmente poderiam ser explicadas caso se considerasse que meros serviços pessoais produzem tanta riqueza quanto o trabalho dos comerciantes e dos trabalhadores de manufatura.

Se é necessário fazer alguma distinção entre os diferentes tipos de trabalho, a pergunta seguinte é: que distinção deve ser essa?

A distinção adotada pelos economistas não conseguiria nos explicar aqueles fenômenos de diferentes países que, em linguagem comum, reconhecemos resultarem de diferentes graus de riqueza.

A opinião contrária à dos economistas já foi discutida, no esforço de mostrar a necessidade de fazer uma distinção entre os diferentes tipos de trabalho.

A pedra fundamental do trabalho de Adam Smith é a distinção que faz entre os diferentes tipos de trabalho.

Entretanto, é necessário fazer outra espécie de distinção, diferente daquela de Adam Smith e que não invalidaria o seu raciocínio.

Se não restringirmos a riqueza a objetos tangíveis e materiais, podemos considerar todo trabalho produtivo, mas produtivo em diferentes graus; e a única alteração que seria preciso fazer no trabalho de Adam Smith — no interesse desse modo de ver a questão — seria a substituição dos termos produtivo e improdutivo por mais produtivo e menos produtivo.

Podemos afirmar, por exemplo, que todo trabalho produz valor na medida do valor pago por ele, e na proporção em que o produto de

diferentes tipos de trabalho — quando vendidos a preço de livre concorrência — excede em valor o preço do trabalho nele empregado.

Segundo esse princípio, os trabalhos agrícolas seriam, genericamente falando, os mais produtivos, porque o produto de quase toda terra efetivamente em uso não apenas tem um valor de troca suficiente para pagar os trabalhadores neles empregados, como também para pagar os lucros dos investimentos feitos pelos agricultores e a renda da terra cedida pelos proprietários. Depois dos trabalhos agrícolas, seriam, em geral, os trabalhos mais produtivos, aqueles cujas operações fossem mais apoiadas pelo capital ou pelo produto de trabalho anterior, como em todos os casos em que o valor de troca excedesse de muito o trabalho empregado na produção, e sustentasse, em forma de lucros, o maior número adicional de pessoas e ainda fosse mais favorável à acumulação de capital.

O trabalho que produz menos riqueza seria aquele cujos resultados fossem apenas equivalentes, em valor de troca, ao valor pago por tal trabalho que, desse modo, não sustentaria nenhuma outra classe da sociedade além dos trabalhadores realmente empregados; seria aquele que restituísse pouco ou nenhum capital; e que tendesse, da forma menos direta e efetiva, àquele tipo de acumulação que facilita a produção futura. Naturalmente todos os trabalhadores improditivos de Adam Smith estariam incluídos nesta última divisão de trabalho produtivo.

Esse modo de considerar a questão talvez tenha algumas vantagens, em pontos específicos, sobre o de Adam Smith. Estabeleceria uma escala útil e razoavelmente acurada de produtividade, em vez de dividir o trabalho em apenas dois tipos, traçando uma linha nítida de distinção entre eles. Determinaria, na própria definição, a preeminência natural da agricultura, que Adam Smith é obrigado a explicar depois, e, ao mesmo tempo, mostraria os numerosos casos em que um aumento de trabalho manufatureiro e mercantil seria mais produtivo, tanto para o Estado como para os indivíduos, do que um aumento da agricultura; e mostraria também todos aqueles casos em que, a partir de uma demanda maior de produtos manufaturados e mercantis, comparada ao produto da terra, os lucros do capital manufatureiro e mercantil fossem maiores que a renda e os lucros combinados do trabalho empregado em terras virgens e em terras menos férteis.

Responderia suficientemente a todos os argumentos de Adam Smith sobre a acumulação de capital, sobre a distinção entre capital e rendimentos, sobre a natureza e efeitos da poupança, sobre o equilíbrio entre produção e consumo, usando apenas os termos mais e menos produtivo no lugar de produtivo e improditivo. Assim haveria a vantagem de ter em mente, de modo mais constante, a necessária união do capital e da habilidade com os tipos de trabalho mais produtivos e, dessa maneira, mostraria a razão pela qual todos os trabalhadores

de uma nação selvagem poderiam — de acordo com Adam Smith — ser produtivos, embora a nação crescesse muito lentamente em riqueza e população, enquanto um crescimento rápido de ambas poderia estar acontecendo num país adiantado, com uma proporção muito menor de trabalhadores produtivos.

Com respeito aos tipos de trabalho que Adam Smith chamou de improditivos — e por cuja classificação sua teoria tem recebido o maior número de objeções —, a sua produtividade, com relação a seu valor segundo a avaliação da sociedade, variando, naturalmente, de acordo com os diferentes graus de habilidade adquiridos e os diferentes graus de abundância ou escassez com que são encontrados, deveria ser totalmente reconhecida, embora sempre devessem ser distinguidos daqueles tipos de trabalho mais produtivos que sustentam outras classes da sociedade, além dos próprios trabalhadores.

O trabalho agrícola estaria em primeiro lugar pela simples razão de sua produção bruta ser suficiente para manter parte de todas as três grandes classes da sociedade: aqueles que vivem de renda, aqueles que vivem de lucros e aqueles que vivem de salário. O trabalho manufatureiro e mercantil estaria em segundo lugar, porque o valor de seu produto sustenta uma parte de duas dessas categorias sociais. E os trabalhadores improditivos de Adam Smith estariam em terceiro lugar na produtividade, porque seu trabalho não sustenta diretamente nenhuma outra classe além da própria.

Essa parece ser uma classificação simples e óbvia e situa diferentes tipos de trabalho numa ordem natural em relação à produtividade, sem interferir em nenhum aspecto de sua dependência mútua, tão estimulante para o crescimento de todos.

A grande objeção a esse sistema é o fato de tomar o *pagamento* do trabalho, em vez das quantidades do produto, como critério de produtividade.

Entretanto, se deixarmos a matéria de lado, devemos adotar esse critério, ou todo esforço humano para evitar a dor e obter o prazer é trabalho produtivo.

E se *realmente* adotarmos esse critério, o mesmo tipo de trabalho será produtivo, ou não, caso seja pago, ou não.

Os trabalhadores improditivos são de grande importância para a produção de riqueza, indiretamente como consumidores, mas não se pode dizer com propriedade que eles criam a riqueza que os paga.

A distinção de Adam Smith, que traça uma linha entre o que é matéria e o que não é matéria, é provavelmente a mais útil e a menos sujeita a objeções.

A suscetibilidade à acumulação é essencial para nossas concepções habituais de riqueza.

A capacidade de definir avaliação é necessária para que possamos estimar a quantidade de riqueza obtida por qualquer tipo de trabalho.

O trabalho realizado sobre produtos materiais é o único trabalho imediatamente suscetível de acumulação e avaliação definida.

Resposta à objeção do Sr. Garnier, a respeito dos instrumentos musicais e das melodias neles tocadas.

Respostas às objeções do Sr. Garnier, a respeito dos funcionários do governo.

Alguns trabalhos improdutivos são de muito maior utilidade e importância do que o trabalho produtivo, mas não são suscetíveis de cálculos brutos que os relacionem à riqueza nacional.

Tendo restringido a definição de riqueza a objetos materiais, trabalho produtivo é aquele que produz riqueza, isto é, produz riqueza de forma tão direta, que esta pode ser estimada no valor dos objetos produzidos.

O objetivo desta discussão não é fazer distinções sutis, mas providenciar o reconhecimento de uma classificação útil.

CAPÍTULO II

A Natureza e as Medidas do Valor

Seção I

Os diferentes tipos de valor

Em geral, admitem-se dois tipos de valor: o valor de uso e o valor de troca.

É tão raro entender-se o termo valor como a mera utilidade de um objeto que, se essa acepção for mantida, o termo nunca deve ser usado sem se acrescentar: *de uso*.

O valor de troca baseia-se na vontade e na capacidade de trocar uma mercadoria por outra.

Se, de início, a Natureza tivesse feito uma distribuição de mercadorias como a que agora ocorre antes do consumo, seus valores de troca não chegariam a ser conhecidos.

Uma troca não implica apenas a capacidade e a vontade de ceder um artigo por um outro que se deseja mais, mas também a demanda recíproca por parte do possuidor do objeto desejado pelo objeto que se propôs em troca.

Quando existe essa demanda recíproca, a quantidade de uma mercadoria que é dada por outra depende da avaliação relativa de cada uma delas, baseada no desejo de possuí-las e na dificuldade ou facilidade de obtê-las.

Devido à disparidade entre desejos e capacidades, os negócios realizados dessa maneira eram, de início, muito diferentes uns dos outros.

Pouco a pouco, como descreve Turgot com muita felicidade, estabeleceu-se um valor corrente de todas as mercadorias de uso freqüente.²⁶

26 *Formation et Distribution des Richesses*. § XXXV.

Passou a ser de conhecimento geral não apenas que 1 libra de carne vale 4 libras de pão, como também que vale mais ou menos 1 libra de queijo, 1/2 galão de trigo, 1/4 de galão de vinho, certa quantidade de couro etc., etc., todos de qualidade média.

Dessa forma, cada mercadoria mede o valor de troca de todas as outras e é, por sua vez, medida por qualquer uma delas. Cada mercadoria representa também um valor. O possuidor de 1/4 de galão de vinho pode considerar-se possuidor de um valor igual a 4 libras de pão, 1 libra de queijo, certa quantidade de couro etc.; dessa forma, cada mercadoria possui, com maior ou menor exatidão e de maneira mais ou menos conveniente, as duas propriedades essenciais do dinheiro, ou seja, tanto é uma representação como uma medida do valor.²⁷

Mas a freqüente inexistência de demanda recíproca, exceto em grandes feiras, criava grandes obstáculos em termos de uma avaliação média das mercadorias.

Para assegurar essa demanda recíproca, as pessoas esforçavam-se por ter sempre uma mercadoria tão requisitada por todos que dificilmente seria recusada em troca do que elas quisessem.

O gado foi usado com esse objetivo entre as nações pastoris devido à facilidade de sua manutenção e porque era objeto de trocas freqüentes.

É necessário que a mercadoria adotada como meio de troca e medida de valor seja de uso freqüente e que seu valor seja de conhecimento geral.

Apesar da propriedade peculiar dos metais preciosos para servir de meio de troca e medida de valor, não eram usados com esse propósito no México recém-descoberto.

No Velho Mundo, onde a arte de fundir e refinar minérios parece ter sido conhecida desde um período muito remoto, as qualidades próprias dos metais preciosos fizeram com que fossem adotados, desde os tempos primitivos, como a mercadoria mais adequada para servir como meio de troca e medida de valor.

Uma vez adotados como medida geral de valor, eles eram, quase sempre, o artigo mencionado; e a quantidade de metais preciosos pelos quais as mercadorias eram trocadas poderia ser chamada, com propriedade, de valor nominal.

Esse valor nominal foi às vezes designado pelo termo preço, que assim representa um sentido mais restrito do termo valor.

A introdução de uma medida do valor nominal e relativo foi um passo da maior importância na evolução da sociedade.

Adam Smith observou com muita justeza que o comerciante considera apenas o valor nominal das mercadorias, ou seus preços. Importa-lhe muito pouco se com 100 libras, ou com as mercadorias que

27 *Ibid.*, § XLI.

compra com essa soma, poderá obter mais ou menos bens de primeira necessidade e de conforto em Bengala do que em Londres. O que ele deseja é um instrumento mediante o qual possa obter as mercadorias com as quais negocia e pelo qual estima os valores relativos de suas compras e vendas. Seus lucros chegam a ele onde quer que viva. Seja em Londres, seja em Calcutá, seus ganhos corresponderão à diferença entre a quantia pela qual vende suas mercadorias e o custo que tem para oferecê-las no mercado, sendo as duas quantias estimadas em metais preciosos.

Embora os metais preciosos satisfaçam de modo muito eficaz seu objetivo como medida de valor, pelo estímulo que dão à distribuição e produção de riqueza, é bastante óbvio que falham como medida do valor de troca de bens de países diferentes, ou em períodos diferentes no mesmo país.

Se nos dissessem que o salário de um dia de trabalho em determinado país é, no momento presente, de 4 pence por dia, ou que os rendimentos de determinado soberano há 700 ou 800 anos eram de 400 mil libras por ano, essas descrições de valor nominal não transmitem nenhum tipo de informação a respeito da condição das classes inferiores do povo, no primeiro caso, ou dos recursos do soberano, no segundo. Sem mais informações sobre a questão, não estaríamos em condições de dizer se os trabalhadores do referido país estavam passando fome ou vivendo em grande abundância, nem se poderíamos considerar os rendimentos do rei em questão como muito pouco razoáveis, ou se a soma mencionada era tão grande que chegava a ser inacreditável.²⁸

É óbvio que, em casos desse tipo, que são bastante freqüentes, o valor dos salários, dos rendimentos ou das mercadorias estimado em metais preciosos seria, isoladamente, de muito pouca utilidade para nós. O que precisamos, além disso, é de uma estimativa que possa ser denominada valor real de troca, indicando a quantidade de bens de primeira necessidade e de conforto que o possuidor daqueles salários, rendimentos ou mercadorias poderia adquirir. Sem essa noção, os valores nominais acima mencionados podem levar-nos a conclusões as mais errôneas; em contraposição a esses valores, que muitas vezes implicam aumento ou diminuição da riqueza apenas aparentes, o termo valor real de troca parece justo e apropriado, por implicar aumento ou diminuição na capacidade de adquirir riquezas reais, ou as mercadorias essenciais à vida.

Não há a menor dúvida de que uma justa medida do valor real de troca seria muito desejável, pois nos capacitaria a fazer uma estimativa e uma comparação adequadas entre salários, rendimentos e

28 Com muita razão, Hume duvida da possibilidade de que os rendimentos de Guilherme, o Conquistador, fossem de 400 mil libras por ano, conforme revelado por um historiador antigo e adotado por autores subseqüentes.

mercadorias, em todos os países e em todos os períodos; mas, quando consideramos o que uma medida de valor real de troca implica, sentimo-nos em dúvida sobre se existe uma mercadoria, ou se se pode supor tranqüilamente que exista uma mercadoria dotada de propriedades que a qualifiquem como medida padrão desse tipo. Qualquer artigo, ou mesmo conjunto de artigos, está necessariamente sujeito a mudanças e tudo que podemos esperar é uma aproximação da medida que é o objeto de nossa pesquisa.

Todavia, essa razão não justifica dar uma definição diferente do valor real de troca se a definição já adotada for, ao mesmo tempo, mais comum e mais útil. Podemos, de maneira realmente arbitrária, chamar o trabalho que foi empregado numa mercadoria como seu valor real mas, ao fazer tal coisa, usamos as palavras num sentido diferente daquele em que são habitualmente usadas, obscurecemos imediatamente a distinção muito importante entre *custo* e *valor* e tornamos quase impossível explicar com clareza o principal estímulo para a produção de riquezas, o qual, na verdade, depende dessa distinção.

Evidentemente, o direito de formular definições deve estar condicionado por sua pertinência e por seu uso na ciência à qual se aplicam. Depois de considerarmos o valor de uso das mercadorias, ou sua capacidade intrínseca de satisfazer as necessidades do homem, qualquer outra interpretação do termo valor parece referir-se à capacidade de troca; se não se referir à capacidade inerente a um artigo de ser trocado por certa mercadoria, tal como dinheiro, deve referir-se à sua capacidade de ser trocado por 3 ou 4, 5 ou 6, 8 ou 10 mercadorias, ao conjunto de mercadorias combinadas, ou ainda à sua capacidade de adquirir a quantidade de trabalho que representa essa massa do modo mais aproximado possível.

Não pode haver nenhuma dúvida sobre a pertinência e utilidade de uma distinção entre a capacidade que tem uma mercadoria de adquirir os metais preciosos e sua capacidade de adquirir os bens de primeira necessidade e de conforto, inclusive o trabalho. Essa é uma distinção absolutamente indispensável sempre que comparamos a riqueza de duas nações, ou sempre que estimamos o valor dos metais preciosos em diferentes países e em diferentes períodos. E até que seja comprovado que outra interpretação do termo valor real de troca é mais adequada ao sentido em que as palavras são em geral usadas, ou é decididamente mais útil numa pesquisa sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, continuarei pensando que a definição apropriada do valor real de troca, em contraposição ao valor nominal de troca, é a capacidade de adquirir os bens de primeira necessidade e de conforto, inclusive o trabalho, para distinguir da capacidade de adquirir metais preciosos.

Há, então, três tipos de valor: 1) valor de uso, ou a utilidade de um objeto; 2) valor nominal de troca, ou o valor em dinheiro; 3) valor real de troca, ou o valor em bens de primeira necessidade e de conforto e em trabalho.

Essas distinções são, em sua maioria, as de Adam Smith e fazem parte de seu sistema.

Seção II

A forma pela qual a oferta e a procura afetam o valor de troca

Os termos oferta e procura são tão familiares a todos os leitores e sua aplicação, em exemplos isolados, tão plenamente compreendida que, devido ao pouco uso que deles fizemos até aqui, não julguei necessário interromper o curso do raciocínio com explanações e definições. Embora de uso constante, esses termos não são, contudo, aplicados com precisão. E antes de irmos mais longe, é aconselhável limpar essa parte do terreno tanto quanto possível, para que possamos saber onde colocamos os pés. Isso parece ser mais do que necessário, pois é preciso admitir que, de todos os princípios da Economia Política, não há nenhum cujo exame abarque tantos fenômenos quanto o princípio da oferta e procura.

Já assinaléi que todo valor de troca depende da capacidade e da vontade de trocar uma mercadoria por outra, e quando, pela introdução de uma medida geral de valor e de um meio de troca, a sociedade se divide, em linguagem comum, em compradores e vendedores, a procura pode ser definida como a vontade combinada à capacidade de compra, e a oferta, como a produção de mercadorias combinada à intenção de vendê-las. Nessa situação, os valores relativos das mercadorias em dinheiro, ou seus preços, são determinados pela procura relativa dessas mercadorias, comparada à sua oferta; essa lei parece ser tão geral que provavelmente não conseguiremos encontrar um único exemplo de variação de preço que não possa ser rastreado de maneira satisfatória em alguma variação anterior nas condições determinadas da procura ou da oferta.

Ao examinarmos a verdade dessa afirmação, sempre devemos ter em mente os termos pelos quais é expressa; sempre devemos lembrar que, quando se diz que os preços são determinados pela oferta e pela procura, isso não quer dizer que sejam determinados apenas pela procura ou apenas pela oferta, mas pela relação de uma com a outra.

Mas como pode essa relação ser verificada? Às vezes se diz que a oferta é sempre igual à procura porque não pode haver uma oferta permanente de nenhuma mercadoria para a qual não exista uma procura suficiente para absorver tudo o que é oferecido. Num dos sentidos em que os termos oferta e procura têm sido ocasionalmente usados, essa afirmação pode ser considerada ponto pacífico. A *grandeza* real da procura e a *grandeza* real da oferta, comparadas, sempre são, em média, proporcionais uma à outra. Se a oferta é sempre muito pequena, a grandeza da procura efetiva não pode ser maior; se a oferta é sempre

muito grande, a grandeza da procura, ou do consumo, crescerá proporcionalmente, ou então uma parte dela perderá sua utilidade e deixará de ser produzida. Portanto, não pode ser nesse sentido que uma mudança na proporção da procura, em relação à oferta, afeta os preços, porque nesse sentido a oferta e a procura estão sempre na mesma relação uma com a outra. A ambigüidade no uso desses termos faz com que um preâmbulo seja absolutamente necessário no presente estudo, para verificar exatamente qual é a natureza daquela mudança na relação mútua de oferta e procura, mudança da qual os preços das mercadorias dependem inteiramente.

A procura de uma mercadoria foi definida como a vontade combinada à capacidade de comprá-la.

É justo dizer que quanto maiores forem essa vontade e essa capacidade, em relação a qualquer mercadoria específica, tanto maior ou mais intensa é a sua procura. Mas por maiores que sejam essa vontade e essa capacidade entre os compradores de uma mercadoria, nenhum deles estará disposto a pagar um alto preço por ela caso possam obtê-la por um preço baixo; enquanto a habilidade dos vendedores e a competição entre eles os compeliem a trazer ao mercado a quantidade desejada a baixo preço, a intensidade real da procura não será visível.

Se determinada quantidade de mercadorias, que só poderão ser produzidas com trabalho, se tornasse mais difícil de obter, no sentido de que não poderia ser obtida senão por um esforço maior, seguramente poderíamos considerar esse esforço maior, caso aplicado, como prova de uma intensidade maior de procura ou de uma capacidade e uma vontade de fazer sacrifícios maiores a fim de obtê-la.

De fato, pode-se dizer que o pagamento de um preço mais elevado por uma mercadoria implica, absoluta e necessariamente, uma intensidade maior da procura. Aqui o problema real é o seguinte: quais são as causas que requerem ou tornam desnecessária a expressão dessa intensidade da procura?

Afirma-se corretamente que as causas da elevação do preço de qualquer artigo estimado mediante determinada mercadoria que, ao que se supõe, se mantém essencialmente invariável no curto prazo são um aumento no número de seus compradores ou nas necessidades destes, ou uma deficiência em sua oferta; as causas da redução do preço são uma diminuição no número de compradores ou em suas necessidades, ou então uma abundância maior da oferta.

A primeira categoria de causas refere-se, obviamente, a uma intensidade maior da procura, e a outra refere-se a uma intensidade menor.

Se, por exemplo, uma mercadoria habitualmente procurada e consumida por mil compradores, de repente fosse procurada por dois mil, é claro que, antes dessa procura maior poder ser atendida, alguns teriam de passar sem aquilo que desejam; dificilmente poderíamos supor que a intensidade da procura individual não aumentaria o suficiente

entre esses dois mil compradores para absorver todas as mercadorias produzidas a um preço mais alto. Ao mesmo tempo, se fosse possível supor que a vontade e a capacidade dos compradores, ou a intensidade de sua procura, não fossem suficientes para acarretar o aumento, nesse caso com certeza os preços não subiriam, qualquer que fosse a decisão dos competidores em luta.

Da mesma forma, se uma mercadoria tivesse de ser reduzida à metade de sua quantidade, dificilmente poderíamos supor que um número suficiente dos compradores antigos pudesse não estar disposto e capacitado a absorver a um preço mais alto o total da quantidade reduzida; mas, se realmente não quisessem ou não pudessem pagá-lo, o preço não subiria.

Por outro lado, se o custo permanente de produção de uma mercadoria dobrasse, é evidente que só seria possível produzir permanentemente a quantidade suficiente para atender às necessidades daqueles que, para satisfazer seus desejos, estivessem capacitados e dispostos a fazer o dobro de sacrifício. A quantidade de mercadoria a ser levada ao mercado nessas circunstâncias poderia ser muito diversa. Poderia reduzir-se à satisfação de um único indivíduo, ou poderia continuar exatamente como antes. Caso fosse reduzida à satisfação de um único indivíduo, seria uma prova de que apenas um, entre todos os antigos compradores, estava, ao mesmo tempo, capacitado e disposto a efetivar sua demanda pelo preço pedido. Se a oferta permanecesse a mesma, seria uma prova de que todos os antigos compradores estavam igualmente dispostos, mas que a expressão dessa intensidade de procura não foi necessária antes. Nesse último caso, tanto a quantidade oferecida como a quantidade procurada permaneceriam as mesmas; a intensidade da demanda exercida seria muito maior. Poderíamos dizer com justeza que esta é uma mudança muito importante na relação entre oferta e procura dessas mercadorias, visto que se a intensidade de procura não aumentasse, como acontece no nosso exemplo, a mercadoria deixaria de ser produzida. Em outras palavras, o insucesso da oferta estaria associado à insuficiência da capacidade ou da vontade de fazer um sacrifício maior pelo objeto desejado.

Com base nos mesmos princípios, se uma mercadoria se tornasse muito mais abundante, relativamente ao número anterior de compradores, essa oferta maior não poderia ser inteiramente vendida, a menos que o preço baixasse. Todo comerciante que desejasse vender a mercadoria em suas mãos continuaria a diminuir o preço até alcançar seu objetivo. Embora a vontade e a capacidade dos antigos compradores permanecesse a mesma, como a mercadoria poderia ser obtida sem a expressão da mesma intensidade de procura, torna-se patente que essa procura não seria perceptível.

Um efeito semelhante poderia ocorrer, evidentemente, caso os

consumidores de uma mercadoria demandassem uma quantidade menor da mesma.

Se, ao invés de uma abundância temporária da oferta relativamente à procura, o custo de produção de uma mercadoria específica diminuísse muito, a queda de preço seria, do mesmo modo, ocasionada por uma abundância maior da oferta, efetiva ou ocasional. Em quase todos os casos práticos seria um aumento efetivo e permanente, porque a competição entre os vendedores reduziria o preço e é muito difícil haver uma queda de preço que não ocasione um consumo maior. Todavia, no caso muito raro em que apenas determinada quantidade de mercadoria fosse demandada, qualquer que fosse o preço, é óbvio que a concorrência entre os produtores colocaria no mercado uma quantidade maior do que a que poderia ser consumida, e então o preço se reduziria proporcionalmente à maior facilidade de produção. Esse excedente na oferta sempre dependeria da circunstância de o preço ser, a qualquer momento, mais elevado do que o preço que proporciona lucros médios. Nesse caso de uma queda dos preços, assim como no outro, de elevação dos preços, é provável que a quantidade real de mercadorias oferecidas e consumidas fosse, depois de uma pequena refrega, a mesma de antes, embora não se possa dizer que a procura fosse a mesma. Na verdade, a demanda pode existir exatamente na mesma intensidade, e os consumidores efetivos de uma mercadoria podem estar absolutamente dispostos a dar o que davam antes, de preferência a passar sem ela; mas foi tal a alteração dos meios de oferta em relação à procura, que a competição entre os produtores faz com que não seja mais necessária a mesma intensidade de procura para produzir o suprimento exigido. Não sendo necessária, é claro que a demanda não se manifesta e o preço cai.

É evidente, portanto, que não é apenas a *grandeza* da procura efetiva, nem mesmo a grandeza da procura efetiva relativamente à grandeza da oferta efetiva, que eleva os preços, mas uma mudança na relação entre oferta e procura suficiente para tornar necessária a expressão de uma intensidade maior da procura, tanto para distribuir de modo pacífico qualquer produção efetiva, como para evitar insuficiências futuras do mesmo tipo.

Da mesma forma, não é apenas a *grandeza* da oferta efetiva, nem a grandeza da oferta efetiva relativamente à procura efetiva, que reduz os preços, mas uma mudança na relação da oferta comparada à procura, suficiente para tornar necessária uma queda de preço, a fim de absorver uma abundância ocasional ou evitar um excesso constante de oferta, associada a uma diminuição no custo da produção, sem uma diminuição proporcional no preço do produto.

Se os termos oferta e procura são compreendidos e usados segundo a maneira aqui descrita, não há nenhum preço, seja ocasional, seja temporário, que elas não determinem; em todos os casos de negociação

e venda, será absolutamente correto dizer que o preço depende da relação entre oferta e procura.

Gostaria de observar que, nessa discussão, não dei nenhum significado novo aos termos oferta e procura. Com o uso que fiz, ocasionalmente, das palavras *intenso* e *intensidade*, quando aplicadas à procura, meu único propósito foi explicar o sentido que até agora tem sido atribuído ao termo procura, quando se diz que eleva os preços. O Sr. Ricardo, em seu capítulo *A Influência da Oferta e da Procura Sobre os Preços*,²⁹ observa que “não se pode dizer que a procura de uma mercadoria aumentou, se uma quantidade adicional da mesma não foi comprada ou consumida”. Mas é óbvio, como observei antes, que não é no sentido de simples grandeza do consumo que a procura eleva os preços, pois quase sempre a *grandeza* do consumo é a mais alta quando os preços são os mais baixos. Portanto, esse não pode ser o sentido até aqui atribuído ao termo procura, quando se diz que ela eleva os preços. Entretanto, o Sr. Ricardo cita posteriormente as afirmações de Lorde Lauderdale a respeito do valor³⁰ e admite que são verdadeiras quando aplicadas a mercadorias monopolizadas e para os preços de mercado de todas as outras mercadorias por período limitado. Ele admitiria, portanto, que a falta de qualquer artigo no mercado ocasionaria uma procura maior do mesmo relativamente à oferta, o que elevaria seu preço, embora nesse caso uma quantidade menor que a habitual viesse a ser comprada pelos consumidores. Procura, nesse sentido, é obviamente bem diferente no sentido em que o Sr. Ricardo usou o termo antes. Um implica a quantidade de consumo, o outro, intensidade de procura, ou a vontade e a capacidade de fazer um sacrifício maior a fim de obter o artigo desejado. É apenas nesse último sentido que a procura eleva os preços; meu único objetivo nesta seção é mostrar que, sempre que dizemos que a oferta e a procura influenciam os preços, seja o de mercado, seja o natural, os termos devem ser sempre entendidos no sentido em que o Sr. Ricardo e todas as outras pessoas os usaram até agora quando se referem a mercadorias compradas e vendidas no mercado.

Seção III

A influência do custo de produção sobre o valor de troca

Talvez se possa dizer que, mesmo de acordo com a concepção de oferta e procura dada na seção anterior, os preços permanentes de uma grande quantidade de mercadorias sejam determinados por seu

29 RICARDO. *Princípios de Economia Política e Tributação*, São Paulo, Abril Cultural, 1982. Cap. XXX, p. 257.

30 *Id.*, p. 258.

custo de produção. Isto é verdade se incluímos todos os componentes do preço segundo Adam Smith, mas não é verdade se consideramos apenas os estabelecidos pelo Sr. Ricardo. Um dos sistemas explica os preços da maior parte das mercadorias mediante seu custo de produção, e o outro explica os preços de todas as mercadorias, sob todas as circunstâncias, tanto permanentes quanto temporárias, pela relação de oferta e procura. Na verdade, embora os dois sistemas tenham necessariamente muitos pontos em comum, têm uma origem muito diferente e devem, portanto, ser muito cuidadosamente distinguidos.

Em todas as operações envolvendo a negociação e a venda há, evidentemente, um princípio em constante funcionamento que pode determinar — e de fato determina — os preços das mercadorias de maneira quase independente de quaisquer considerações de custo, ou das quantidades de trabalho e capital empregadas em sua produção. E acontece que esse princípio funciona não apenas de maneira permanente para todo tipo de mercadoria que possa ser considerada monopólio, mas temporária e imediatamente sobre todas as mercadorias, e de forma notável e preeminente sobre todos os tipos de matéria-prima.

Jamais se duvidou de que o princípio da oferta e da procura determina de maneira exclusiva, muito regular e precisa, os preços das mercadorias monopolizadas, sem nenhuma referência ao custo de sua produção; nossa experiência diária e uniforme mostra-nos que os preços das matérias-primas, em particular daquelas que mais sofrem o efeito das estações do ano, são, no momento da venda, sempre determinados pela disputa do mercado, e variam muito em diferentes anos e em diferentes momentos, quando o trabalho e o capital nelas empregados podem ter sido aproximadamente os mesmos. Isso é tão óbvio que é provável que muito poucos hesitariam em acreditar naquilo que é certamente verdadeiro, isto é, se no próximo ano pudéssemos, por qualquer processo, isentar os agricultores de todos os custos de produção de seu trigo e de seu gado, desde que não houvesse nenhuma variação na quantidade comercializada e desde que a sociedade tivesse as mesmas necessidades e os mesmos poderes de compra, os preços das matérias-primas seriam os mesmos, como se tivessem custado o trabalho e as despesas habituais para sua obtenção.

Por conseguinte, em relação a uma classe mais extensa de mercadorias, admite-se que, no momento em que são fixados, os preços correntes de mercado são determinados por um princípio bem distinto do custo de produção; admite-se também que esses preços são, na realidade, quase sempre diferentes do que seriam caso fossem regulados por seu custo.

Há de fato uma outra classe de mercadorias, tais como os manufaturados, de modo particular aqueles em que a matéria-prima é barata, na qual os preços correntes de mercado coincidem com o custo de produção com frequência muito maior e, por isso, pode parecer que são exclusivamente determinados por este. Todavia, mesmo aqui, nossa

experiência cotidiana mostra que qualquer alteração na oferta e na procura praticamente elimina a influência de seu custo durante algum tempo; além disso, quando chegamos a examinar a questão mais de perto, descobrimos que o próprio custo de produção só influencia o preço dessas mercadorias na medida em que é a condição necessária para sua oferta constante.

Mas se isso é verdade, segue-se que o grande princípio da oferta e procura entra em ação para determinar o que Adam Smith chama de preços naturais, bem como de preços de mercado.

Não hesitaríamos em afirmar que não pode haver nenhuma variação nos preços de mercado sem algumas variações anteriores na relação entre oferta e procura. Pode-se perguntar: isso também é verdade em relação aos preços naturais? É claro que essa questão deve ser resolvida pela observação cuidadosa da natureza da variação que uma alteração no custo de produção ocasiona nas condições da oferta e da procura e, em particular, pela observação cuidadosa da causa imediata e específica da variação do preço.

Todos concordamos que, quando o custo de produção diminui, em geral a consequência é uma queda no preço, mas, exatamente, o que reduz o preço da mercadoria? Na seção anterior mostramos que é um excedente efetivo ou ocasional da oferta.

Todos concordamos em que, quando o custo de produção aumenta, em geral os preços das mercadorias se elevam. Mas, exatamente, o que eleva o preço? Mostramos que é uma deficiência da oferta. Removam essas contingências, isto é, mantenham a mesma grandeza da oferta, sem falta ou excedentes contingentes, quer o preço de produção suba ou caia, e depois disso não restará o menor fundamento na suposição de que haveria alguma variação de preço.

Se, por exemplo, todas as mercadorias consumidas neste país, tanto as agrícolas quanto as manufaturadas, pudessem ser produzidas sem trabalho durante os próximos dez anos e, apesar disso, pudessem ser oferecidas apenas e exatamente nas mesmas quantidades em que seriam oferecidas numa situação normal; supondo-se ainda que a vontade e o poder dos compradores permanecessem os mesmos, nesse caso não pode haver dúvida de que todos os preços também permaneceriam os mesmos. Mas, se admitirmos isso, segue-se que a relação entre oferta e procura, quer efetiva, quer ocasional, é o princípio dominante na determinação dos preços, tanto de mercado quanto naturais, e que o custo de produção subordina-se necessariamente àquele princípio, isto é, apenas na medida em que seu custo afeta de maneira efetiva ou ocasional a relação entre a oferta e a procura.

Todavia, não é necessário recorrer a casos imaginários para confirmar essa conclusão. A experiência real demonstra o princípio da maneira mais clara possível.

O exemplo dado por Adam Smith, e que é de conhecimento geral,

sobre a remuneração insuficiente dos párocos, apesar de todos os esforços legais para aumentá-los,³¹ proporciona uma prova notável de que o preço *permanente* de um artigo é determinado pela oferta e pela procura, e não pelo custo de produção. Nesse caso, é mais provável que o custo real de produção fosse aumentado, em vez de diminuído, pelos donativos, mas sendo pago por outros e não pelos próprios indivíduos, aquele custo não regula e não limita a oferta. Devido a tais estímulos, essa oferta torna-se e permanece abundante, e seu preço é e tem de ser sempre baixo, qualquer que possa ser o custo real da educação ministrada.

O rebaixamento dos salários do trabalho em conseqüência dos benefícios pagos aos pobres constitui outro exemplo prático do mesmo tipo. É improvável que o dinheiro público possa ser administrado de forma mais econômica do que o rendimento individual. Em conseqüência, não é possível supor que o custo de manutenção de uma família diminua em função da assistência paroquial. Mas como uma parte da despesa é custeada pela coletividade, o salário que se requer para a manutenção de certa família não é mais condição necessária para a oferta de trabalho; como, por meio dos donativos paroquiais, essa oferta pode ser obtida sem tais salários, os custos reais de oferta de trabalho não regulam mais seu preço.

De fato, em toda subvenção à produção verificam-se necessariamente os mesmos efeitos; na medida em que tais subvenções tendem a reduzir os preços, isso mostra que os preços dependem da oferta comparada à procura, e não dos custos de produção.

Mas o exemplo mais impressionante que pode ser imaginado para demonstrar que o custo de produção só influencia os preços das mercadorias na medida em que regula sua oferta está sempre diante de nossos olhos, no valor artificial que é dado às cédulas bancárias, pela limitação de sua quantidade. O sistema admirável e eficiente do Sr. Ricardo para esse propósito parte da premissa de que, se é possível limitar a oferta de cédulas bancárias, de modo a não exceder a quantidade de ouro que estaria circulando, caso o dinheiro em circulação fosse em metal, então as cédulas terão sempre o mesmo valor do ouro. Estou certo de que ele admitiria que, se essa limitação pudesse ser totalmente realizada sem que o papel fosse trocado por ouro, o valor das cédulas não seria alterado. Mas, se um artigo que, comparativamente, nada custa para fabricar, embora desempenhe uma das mais importantes funções do ouro, pode manter o valor do ouro por ser oferecido na mesma quantidade, é a mais evidente de todas as provas de que o valor do ouro não depende do custo de sua produção e de que seu custo influencia sua oferta; isso prova que, mesmo quando o

31 *Wealth of Nations*, 6ª ed. Livro Primeiro. Cap. X, p. 202.

custo de produção é eliminado, o valor do ouro deste país ainda permanecerá o mesmo, desde que a oferta não aumente.

Todavia, não se deve concluir, de forma alguma, que o trabalho e os custos de produção não têm um poderoso efeito sobre os preços. Mas a maneira correta de conceber esses custos é considerá-los uma condição necessária da oferta dos objetos desejados.

A troca real de duas mercadorias não é afetada por nenhuma outra circunstância além da relação entre oferta e procura. Apesar disso, como quase todos os objetos desejados são obtidos pelo exercício do esforço humano, é claro que a oferta destes objetos deve ser regulada, em primeiro lugar, pela quantidade e direção desse esforço; em segundo lugar, pelo apoio que pode receber do produto de trabalho anterior; e, em terceiro lugar, pela abundância ou escassez tanto dos materiais com que se tem de trabalhar como dos alimentos do trabalhador. Desse modo, é importante considerar as diferentes condições que devem ser satisfeitas, a fim de que uma mercadoria qualquer possa continuar sendo comercializada.

A primeira condição é que o trabalho empregado deve ser remunerado pelo valor dos objetos em troca, de forma a estimular a aplicação de uma quantidade suficiente de esforço na direção exigida, pois, sem essa remuneração adequada, a oferta será, necessariamente, insuficiente. Se esse trabalho fosse muito difícil, comparativamente poucos estariam capacitados ou dispostos a empenhar-se nele; de acordo com os princípios gerais do valor de troca explicados acima, seu preço aumentaria. Se o trabalho fosse de natureza a requerer um grau incomum de perícia e talento, o aumento do preço seria maior; mas, certamente, como afirma Adam Smith, não por causa da estima que os homens têm por essas habilidades,³² mas por causa de sua raridade e da conseqüente raridade dos efeitos produzidos por elas. Em todos esses casos a remuneração seria regulada não pelas qualidades intrínsecas das mercadorias produzidas, mas pelas condições de sua procura em comparação com sua oferta e, naturalmente, pela oferta e procura do tipo de trabalho que as produz. Se as mercadorias são obtidas exclusivamente por meio do trabalho manual, auxiliado, de qualquer forma, apenas por dádivas da Natureza ainda não apropriadas, toda a remuneração deveria, é claro, reverter para o trabalhador, e o valor usual dessa remuneração, nas condições atuais da sociedade, deveria ser o preço usual da mercadoria.

A segunda condição a ser satisfeita é a seguinte: o auxílio a ser dado ao trabalhador pela acumulação anterior de objetos que facilitam a produção futura deve ser remunerado de modo a manter sua utilização na produção das mercadorias requisitadas. Se por meio de certos pa-

32 *Wealth of Nations*. 6ª ed. Livro Primeiro. Cap. VI, p. 71.

gamentos ao trabalhador sob forma de ferramentas, alimentação e materiais previamente obtidos ele pode executar oito ou dez vezes mais trabalho do que poderia fazer sem tal auxílio, a pessoa que os fornece deve, em primeiro lugar, receber a diferença entre a produtividade do trabalho sem aqueles auxílios e a produtividade do trabalho com os mesmos. Mas os preços das mercadorias não dependem de sua utilidade intrínseca, e sim da oferta e da procura. Uma produtividade maior do trabalho proporcionaria, naturalmente, uma oferta maior de mercadorias. Em conseqüência, seus preços cairiam, e a remuneração do capital pago logo se reduziria ao necessário, nas condições atuais da sociedade, para abastecer o mercado daqueles artigos em cuja produção foi empregado. Em relação aos trabalhadores empregados, como nem seu esforço nem sua habilidade seriam necessariamente muito maiores do que no caso de não contarem com aqueles auxílios, sua remuneração seria aproximadamente a mesma de antes e dependeria por completo do valor de troca do tipo de trabalho com o qual contribuíram, estimado na forma habitual pela oferta e pela procura. Por conseguinte, não é muito correto apresentar — como faz Adam Smith — os lucros do capital como dedução do produto do trabalho. Os lucros são apenas uma remuneração razoável da participação do capitalista na produção, estimada exatamente da mesma forma que a contribuição do trabalhador.

A terceira condição a ser satisfeita é que o preço das mercadorias deve garantir a oferta contínua de alimentos e matérias-primas utilizadas pelos trabalhadores e pelos capitalistas; sabemos que esse preço não pode ser pago sem produzir uma renda para o proprietário em quase todas as terras efetivamente em uso. Ao falar de proprietários de terra, a linguagem de Adam Smith torna-se novamente discutível. Ele os apresenta, com certa inveja, como pessoas que gostam de colher o que nunca plantaram, que obrigam o trabalhador a pagar uma taxa para obter aqueles produtos naturais que anteriormente, quando a terra era comum, custavam apenas o trabalho de colher.³³ Mas ele mesmo seria o primeiro a admitir que, se a terra não tivesse sido apropriada, seu produto seria incomparavelmente menos abundante e, em conseqüência, mais caro; e, se ela for apropriada, alguém, necessariamente, tem de ser o proprietário. A sociedade não importa se essas pessoas são os verdadeiros trabalhadores da terra ou não. O preço da produção será determinado pela oferta geral comparada à procura geral e será exatamente o mesmo, quer o trabalhador pague uma renda, quer use a terra de graça. A única diferença é que, no último caso, o que restar daquele preço, depois de pagar o trabalho e o capital, irá para a mesma pessoa que contribuiu com o trabalho; isso equivale a dizer que o trabalhador estará em melhor situação caso

33 *Ibid.*, Livro Primeiro. Cap. VI, p. 74.

seja também o dono da terra. Esse fato é incontestável, mas de forma alguma implica em que o trabalhador que, na loteria da existência humana, não tirou o bilhete da terra sofre uma injustiça por ser obrigado a dar alguma coisa em troca pelo uso daquilo que pertence a outro. Os donos da terra, quem quer que sejam, comportam-se, em relação a suas propriedades, exatamente da mesma forma que os donos do capital ou do trabalho, e trocam o que têm por tantas mercadorias quantas a sociedade estiver disposta a dar pela terra.

Por conseguinte, as três condições acima especificadas devem, em todas as sociedades, ser necessariamente satisfeitas a fim de se obter em abundância a maior parte das mercadorias demandadas; podemos considerar que a compensação requerida para a satisfação dessas condições, ou seja, o preço de qualquer mercadoria trocável, consiste em três partes: a que paga o salário do trabalhador empregado em sua produção; a que paga os lucros do capital que facilitou essa produção, e a que paga a renda da terra, ou a remuneração pela matéria-prima e pelos alimentos fornecidos pelo proprietário de terra. O preço de cada uma destas partes componentes é determinado exatamente pelas mesmas causas que determinam o preço do todo.

O preço que satisfaz essas condições é exatamente o que Adam Smith chama de preço natural. Eu preferiria chamá-lo de preço necessário, porque o termo necessário expressa melhor a relação com as condições da oferta e, por causa disso, é suscetível de uma definição mais simples. Para explicar o preço natural, Adam Smith é obrigado a usar de muitos rodeios. Embora no conjunto de sua obra o termo fique suficientemente claro, como ele recorre a dois outros termos, cada um dos quais quase tão usado quanto o que foi adotado, a definição não é muito satisfatória.³⁴ Contudo, se usarmos o termo sugerido, a definição de preço necessário torna-se muito simples e fácil. Este deverá, nas atuais condições da sociedade, abastecer o mercado de maneira regular. Essa é apenas uma definição mais resumida daquilo que Adam Smith quer dizer com preço natural, em contraposição ao preço de mercado ou o preço pelo qual as mercadorias são realmente vendidas no mercado, as quais, devido as mudanças de estação ou a erros acidentais de cálculo por parte dos fornecedores, às vezes são vendidas por um preço mais alto e às vezes por um preço mais baixo que o preço necessário para satisfazer as condições de uma oferta regular.

Quando uma mercadoria é vendida por seu preço natural, diz Adam Smith, é vendida exatamente pelo que vale. Mas aqui, penso eu, ele usou o termo valor em sentido pouco comum. Sempre se diz que as mercadorias valem mais que o seu custo, incluindo-se os lucros habituais; de acordo com o uso costumeiro e apropriado do termo *valor* nunca poderíamos

34 *Ibid.* Livro Primeiro. Cap. VII.

dizer que certa quantidade de trigo, ou de qualquer outro artigo, não vale mais quando está escasso, embora não se tenha empregado mais trabalho nem mais capital na sua produção. O *valor* de uma mercadoria é seu preço de mercado, e não seu preço natural ou necessário. É seu valor de troca, e não o seu custo. Esse é um dos casos em que Adam Smith não teve o cuidado suficiente para fazer a distinção.³⁵

Contudo, ainda que de modo geral o preço das mercadorias seja determinado apenas pelo custo de produção — na medida em que o pagamento desse custo é a condição necessária para seu fornecimento, e na medida em que as partes componentes de seu custo são, elas mesmas, determinadas pelas mesmas causas que determinam o todo —, é óbvio que não podemos nos desembaraçar do princípio da oferta e procura referindo-nos ao custo de produção. Os preços natural e necessário são regulados por esse princípio, bem como os preços de mercado. A única diferença é que os primeiros são regulados pela relação ordinária e média entre oferta e procura, e que os últimos, quando diferem dos primeiros, dependem de relações extraordinárias e acidentais entre oferta e procura.

Seção IV

O trabalho empregado na produção de uma mercadoria considerado como medida do valor de troca

Adam Smith, em seu capítulo sobre o preço real e o preço nominal das mercadorias,³⁶ no qual considera o trabalho como uma medida de valor precisa e universal, introduziu certa confusão em sua investigação por não se prender sempre a um mesmo modo de aplicação do trabalho que propõe como medida.

Em Adam Smith, às vezes o valor da mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho empregada em sua produção, e às vezes pela quantidade de trabalho que adquire na troca.

Essas duas medidas são essencialmente diferentes; embora certamente nenhuma das duas possa ser descrita como um padrão, uma delas é uma medida de valor muito mais útil e acurada que a outra.

Se nos perguntarmos em que grau o trabalho serve como medida de valor no primeiro sentido usado por Adam Smith, isto é, em relação à quantidade de trabalho empregado na produção de uma mercadoria, descobriremos aí um grave erro.

Em primeiro lugar, um momento de atenção nos mostrará que essa medida não pode ser aplicada em sentido positivo. Na verdade, é quase uma contradição em termos dizer que o valor de troca de uma mercadoria é proporcional à quantidade de trabalho nela empregado.

35 *Ibid.* Livro Primeiro. Cap. VII.

36 *Ibid.* Livro Primeiro. Cap V.

Valor de troca, como o próprio termo indica, significa, evidentemente, valor de troca por outras tantas mercadorias. Mas, se quando se despende mais trabalho em uma mercadoria também se despende mais trabalho nas outras pelas quais é trocada, é bastante óbvio que o valor de troca da primeira mercadoria não pode ser proporcional ao trabalho nela empregado. Se, por exemplo, ao mesmo tempo que aumenta o trabalho na produção do trigo, aumenta o trabalho para produzir dinheiro e muitas outras mercadorias, não podemos mais dizer honestamente que todas as coisas adquiriram um valor maior ou menor na proporção em que uma quantidade maior ou menor de trabalho é empregada em sua produção. Nesse caso, é óbvio que se despendeu mais trabalho no trigo, embora 1 *bushel*³⁷ de trigo não possa ser trocado por uma quantidade maior de dinheiro ou de trabalho que antes. Portanto, o valor de troca do trigo certamente não se alterou em proporção à quantidade adicional de trabalho despendida em sua produção.

Mas mesmo se usarmos sempre essa medida num sentido relativo, ou seja, se dissermos que o valor de troca das mercadorias é determinado pela quantidade *comparativa* de trabalho gasta em cada uma delas, veremos que não se aplica a nenhum estágio da sociedade.

Nos períodos mais primitivos, quando não apenas a terra era comum, mas raramente algum capital era usado para apoiar o trabalho manual, as trocas constantemente feitas tinham uma relação muito tênue com a quantidade de trabalho que cada mercadoria poderia ter requerido. A maior parte dos objetos trocados eram matérias-primas de vários tipos, tais como caça, peixe, frutas etc., em relação as quais a participação do trabalho era sempre incerta. Um homem podia ter gastado cinco dias de trabalho procurando um objeto que depois trocaria com grande satisfação por outro objeto que poderia ter custado apenas dois, ou talvez um dia de trabalho a alguém com mais sorte. Essa desproporção entre o valor de troca dos objetos e o trabalho despendido em sua produção seria perpetuamente repetida.

Por essa razão, não posso concordar nem com Adam Smith nem com o Sr. Ricardo por pensarem que “naquele estágio primitivo da sociedade que precede tanto a acumulação de capital quanto a apropriação da terra, a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir objetos diferentes parece ser a única condição que pode proporcionar algum critério para a troca”.³⁸ O critério que teria atuado na troca de mercadorias é, indiscutivelmente, o descrito com tanta felicidade por Turgot, e que expus na primeira seção deste capítulo. Os resultados desse critério poderiam corresponder ou não, em média, aos resultados do critério que se baseia na quantidade de trabalho despendido em cada artigo; mas se não correspondessem, ou se

37 Medida de cereais, etc. correspondente a 36,37 litros. (N. do E.)

38 RICARDO. *Op. cit.* Cap. I, p. 44.

as mercadorias fossem encontradas por acaso, ou se a quantidade de trabalho nelas empregado fosse absolutamente desconhecida quando foram levadas ao mercado, nem por isso a sociedade careceria de um critério para determinar o valor de troca dos objetos negociados; e é provável que as trocas efetivamente realizadas nesse estágio da sociedade fossem com menos frequência proporcionais ao trabalho dispensado a cada objeto, que em qualquer outro estágio.

Mas, na verdade, em nenhum estágio da sociedade, ainda que primitivo, o custo de produção se restringe exclusivamente ao trabalho. Num período muito remoto, verifica-se que os lucros constituem uma parcela importante desse custo e, em consequência, participam extensamente na questão do valor de troca como condição necessária da oferta. Mesmo para fazer arco e flecha, é óbvia a necessidade de secar e curtir de maneira adequada a madeira e o junco; o tempo que esses materiais devem necessariamente estar em poder do trabalhador, antes do serviço estar pronto, introduz imediatamente um novo elemento no cálculo do custo. Podemos calcular o trabalho empregado em qualquer tipo de capital exatamente da mesma forma que calculamos o trabalho empregado na produção imediata da mercadoria. Mas a velocidade variável dos retornos é um elemento inteiramente novo, sem nenhuma relação com a quantidade de trabalho empregado no capital e, apesar disso, em todos os períodos da sociedade, tanto os mais primitivos quanto os mais recentes, esse elemento é de suprema importância na determinação do preço.

O capital fixo necessário para fabricar uma canoa pode consistir em pouco mais que algumas machadinhas de pedra e formões feitos de concha. O trabalho necessário para fabricá-los pode não acrescentar muito ao trabalho posteriormente empregado no objeto em que foram aplicados, mas é igualmente necessário que o trabalhador tenha primeiro cortado a madeira e empregado grande quantidade de trabalho nas várias partes do processo, muito antes de ser-lhe possível receber a recompensa de seus esforços, seja pelo uso da canoa, seja pelas mercadorias que poderia obter com sua troca. Durante esse período é preciso, naturalmente, que ele providencie sua subsistência. Mas a previdência, ou a antecipação do futuro, e o adiamento do prazer do momento presente em função da vantagem e lucro futuros, necessário a esse objetivo, sempre foram qualidades raras no selvagem. Não há dúvidas de que os artigos cuja natureza requer longo preparo seriam comparativamente muito escassos e teriam um valor de troca grande em proporção à quantidade de trabalho realmente empregada nesses artigos e ao capital necessário à sua produção. Por causa disso, não acho improvável que uma canoa, nesse estágio da sociedade, tivesse o dobro do valor de troca de certa quantidade de carne de veado que, para ser continuamente levada ao mercado, custaria exatamente o mesmo número de dias de trabalho, incluindo o capital fixo necessário de

arcos e flechas etc., usados para matá-los. A grande diferença de preço surgiria, nesse caso, da circunstância de que a recompensa pelo trabalho de matar cada um dos veados sempre viria poucos dias depois de ser empregado, enquanto a recompensa pelo trabalho despendido na canoa talvez levasse mais de um ano para vir. Qualquer que fosse a taxa de lucro, a demora comparativa desses lucros influiria proporcionalmente no preço do artigo. E como há motivo para pensar que entre os selvagens os investimentos necessários a um trabalho de retorno lento seriam comparativamente raros, os lucros do capital seriam extremamente elevados. A diferença do valor de troca das diferentes mercadorias que requereram a mesma quantidade de trabalho em sua produção e na produção do capital necessário seria muito grande.

Se a essa causa de variação acrescentamos a exceção, notada pelo Sr. Ricardo, que decorre da proporção maior ou menor de capital fixo empregado em diferentes mercadorias, e cujos efeitos teriam surgido num período muito primitivo da vida selvagem, é preciso admitir que a lei segundo a qual “o valor das mercadorias nunca varia a menos que uma quantidade maior ou menor de trabalho seja empregada em sua produção” não poderia ser — como afirma o Sr. Ricardo — “de aplicação universal nos períodos primitivos da sociedade”.³⁹

Nos países civilizados, é óbvio que as mesmas causas de variação do valor de troca das mercadorias, independentemente do trabalho nela empregado, devem prevalecer nos períodos primitivos da sociedade e, como seria de se esperar, em alguns outros. Na verdade, é provável que os lucros do capital não sejam tão altos e, em consequência, nem as proporções variáveis dos capitais fixos, nem a lentidão ou rapidez dos retornos produzirão a mesma diferença proporcional de preços. Para compensar tal coisa, a diferença na quantidade de capital fixo empregado é prodigiosa e dificilmente a mesma em duas mercadorias quaisquer; a diferença nos prazos de retorno do capital às vezes varia de dois ou três dias a dois ou três anos.

A proposição do Sr. Ricardo, a qual mostra que uma elevação no preço do trabalho reduz o preço de uma ampla categoria de bens,⁴⁰ sem dúvida parece muito paradoxal. Mas, apesar disso, é correta, e a aparência de paradoxo desapareceria caso fosse colocada de forma mais natural.

O Sr. Ricardo certamente admitirá que o efeito estudado por ele é produzido por uma queda nos lucros, o que ele considera sinônimo de elevação dos salários. Não é necessário questionar aqui até que ponto ele tem razão; mas, sem dúvida, ninguém teria considerado a proposição paradoxal, ou mesmo ligeiramente improvável, se ele tivesse dito que uma queda dos lucros ocasiona uma queda do preço das mer-

39 RICARDO. *Principles of Political Economy and Taxation*. [In: *The Works and Correspondence of David Ricardo*. v. 1, 2ª ed., p. 58, nota 1.]

40 *Ibid.*, pp. 60 e 63.

cadórias em que, a partir da quantidade de capital fixo empregado, os lucros daquele capital constituíram anteriormente o ingrediente principal do custo de produção. Mas, em síntese, foi isso que ele disse. No caso particular que tomou para ilustrar sua proposição, ele supõe que nenhum outro trabalho foi empregado, além daquele aplicado na construção da máquina, ou que nenhum capital fixo foi usado; em consequência, o preço do produto anual dessa máquina seria constituído apenas dos lucros habituais de 20 mil libras que ela supostamente custou, mais um pequeno acréscimo para repor seu desgaste natural. Pois bem, é quase certo que, se os lucros habituais do capital caem por qualquer razão, o preço da mercadoria assim produzida também cai. Isso é óbvio. Mas os efeitos decorrentes de uma hipótese contrária, igualmente compatível com os fatos, não foram suficientemente considerados pelo Sr. Ricardo, e o resultado geral foi totalmente negligenciado.

Numa visão panorâmica, essa parece ser a situação do debate. Há uma enorme categoria de bens em cuja produção — devido à quantidade de capital fixo usado e ao longo tempo que decorre antes de entrarem os retornos do capital, quer fixo, quer circulante — a proporção entre o valor de capital e o valor do trabalho que este capital emprega anualmente é, em graus variados, bastante considerável. Em todos esses casos, é natural supormos que a queda de preços ocasionada por uma queda nos lucros mais que compensaria, em graus variados, a elevação de preço que naturalmente aconteceria devido a uma elevação no preço do trabalho; em consequência, na hipótese de uma elevação no preço monetário do trabalho e de uma queda na taxa de lucros, todos esses bens naturalmente cairiam de preço em graus variados.

Por outro lado, há uma ampla categoria de bens em que — dadas a ausência de capital fixo e a velocidade de retorno do capital circulante variando entre um dia e um ano — a proporção do valor do capital sobre a quantidade de trabalho empregado é muito pequena. Um capital de cem libras, que retorna toda semana, poderia empregar anualmente o trabalho equivalente a 2 600 libras, cujos retornos só entrassem no final de um ano; se o capital retornasse quase todo dia, como se dá na prática em uns poucos casos, o adiantamento ligeiramente superior ao salário de um homem por um único dia pagaria mais de trezentos dias de trabalho no decorrer de um ano. Pois bem, é bastante evidente que seria absolutamente impossível tirar dos lucros desses capitais diminutos não apenas um aumento de 7% no preço do trabalho, mas até mesmo um aumento de 0,5%. Na primeira hipótese, se o preço de produção continuasse o mesmo, um aumento de apenas 0,5% absorveria mais que todos os lucros das 100 libras; no outro caso, absorveria muito mais que todo o capital investido. Portanto, se os preços das mercadorias, em que a proporção de trabalho é muito grande comparada ao capital que o emprega, não se elevam diante de um aumento no preço do trabalho, a produção de tais mercadorias deveria cessar ime-

diatamente. Mas é claro que não cessará. Em consequência de uma elevação no preço do trabalho e de uma queda dos lucros, grande número de mercadorias aumentará de preço; não é correto dizer “que nenhuma mercadoria tem seu valor de troca elevado apenas porque os salários sobem. O valor de troca de uma mercadoria só se eleva quando se despende mais trabalho em sua produção, quando os salários caem ou quando o meio pelo qual são estimados cai de valor”.⁴¹ É certo que apenas com a elevação dos salários e queda dos lucros toda uma categoria de bens (e é uma categoria extensa) terá seus preços aumentados. Nessa categoria, a queda dos lucros, em graus variados, é mais que contrabalançada pelo aumento dos salários devido à exigüidade do capital.

Todavia, sem dúvida haverá uma categoria de bens que, devido aos efeitos dessas causas opostas, continuarão com o mesmo preço. Mas, em função da própria natureza dessa proposição, essa categoria se representa teoricamente por pouco mais de uma linha; onde, pergunto eu, essa linha deve ser colocada? A fim de ilustrar sua proposição, o Sr. Ricardo colocou-a arbitrariamente entre aqueles bens cujo pagamento consiste exclusivamente na remuneração do trabalho e cujos retornos entram exatamente no período de um ano.⁴² Mas os casos em que os retornos de capital são retardados durante um ano são extremamente raros e, além disso, nenhuma parte desse capital é empregada para comprar material ou maquinaria. Na verdade, parece não haver nenhum motivo justificável para selecionar esse caso particular, exatamente aquele em que, qualquer que seja a variação no preço do trabalho, o preço da mercadoria continua o mesmo, e em que a elevação ou queda dos salários é exatamente compensada por uma queda ou elevação dos lucros. É preciso admitir, em todo caso, que, onde quer que a linha seja colocada, ela compreende apenas uma categoria muito restrita de objetos. Diante de uma elevação no preço do trabalho, todo o resto cairá ou aumentará de preço, embora exatamente a mesma quantidade de trabalho continue sendo empregada.

Que acontece, pois, com a teoria segundo a qual o valor de troca das mercadorias é proporcional ao trabalho nelas empregado? Em vez de continuar com o mesmo valor enquanto a quantidade de trabalho nelas empregada for a mesma, parece que — a partir de causas bem conhecidas, que funcionam de forma constante e universal — os preços de todas as mercadorias variam quando o *preço* do trabalho varia, com pouquíssimas exceções; não se pode dizer antecipadamente quais sejam essas exceções.

Mas as diferentes proporções de capital fixo e a velocidade variável dos retornos do capital circulante não são as únicas causas que — em países desenvolvidos — impedem que o valor de troca das mer-

41 *Ibid.*, p. 63, nota 3.

42 *Ibid.*, p. 59.

cadorias seja proporcional à quantidade de trabalho nelas empregado. Onde existe comércio, de qualquer dimensão, as mercadorias estrangeiras não reguladas, como é reconhecido, pela quantidade de trabalho e capital nelas empregados constituem a matéria-prima de muitas manufaturas. Nos Estados civilizados, a tributação ocasiona, por toda parte, mudanças consideráveis nos preços, sem nenhuma relação com o trabalho. Além disso, nos lugares onde toda a terra foi apropriada, o pagamento da renda da terra é outra condição de oferta da maioria dos bens de produção domiciliar e manufatureira.

É absolutamente verdade — e esta é uma verdade que implica conseqüências muito importantes — que o custo dos principais alimentos de origem vegetal de países civilizados e desenvolvidos, que requerem em sua produção uma quantidade considerável de trabalho e de capital, reduz-se quase inteiramente a salários e lucros, da forma que será explicada com maiores detalhes no próximo capítulo. Embora a conclusão seja de que, desse modo, o preço do trigo é quase independente da renda da terra e embora esse preço, assim determinado, na realidade inclua o pagamento da renda da terra sobre a grande maioria das terras do país, é evidente que o pagamento da renda da terra ou, o que dá no mesmo, de um preço que pague essa renda, é uma condição necessária da oferta de grandes quantidades de mercadoria.

O próprio Adam Smith afirma que a renda da terra “entra na composição do preço das mercadorias de uma forma diferente dos salários e do lucro”. Diz ele que “os salários ou lucros altos ou baixos são as causas do preço alto ou baixo; a renda da terra, alta ou baixa, é resultado do preço, porque é necessário pagar salários e lucros altos ou baixos para levar ao mercado determinado bem, cujo preço é alto ou baixo. Mas seu preço ser alto ou baixo, muito mais, muito pouco mais, ou não mais que o suficiente para pagar aqueles salários e lucros, é o que proporciona uma renda da terra alta ou baixa, ou absolutamente nenhuma renda”.⁴³ Nesta passagem, Adam Smith admite claramente que a renda da terra é uma conseqüência, não uma causa do preço, mas é evidente que ele não acha que esse reconhecimento invalida sua teoria geral a respeito das partes componentes do preço. Na realidade, esse reconhecimento não a invalida. Ainda é verdade que o custo da grande maioria dos bens resolve-se em salários, lucros e renda da terra. Alguns podem custar uma quantidade considerável de renda da terra e pequena quantidade de trabalho e de capital; outros, grande quantidade de trabalho e de capital e pequena quantidade de renda da terra; e uns poucos podem resolver-se aproximadamente em salários e lucros, ou mesmo apenas em salários. Mas como se sabe que esta última categoria restringe-se a uma proporção pequena da produção

43 *Wealth of Nations*. 6ª ed. Livro Primeiro. Cap. XI, p. 226.

de um país, segue-se que o pagamento da renda da terra é condição absolutamente necessária da oferta de grande número de mercadorias, e que pode ser considerada, com propriedade, como parte componente do preço.

Admitindo-se então que o preço dos principais alimentos de origem vegetal de um país em desenvolvimento é determinado pela quantidade de trabalho e de capital empregado em sua produção em circunstâncias as mais desfavoráveis, ainda assim, quando admitimos ao mesmo tempo que um valor equivalente de produção é obtido pelo cultivo de terra fértil com pouco trabalho e capital, dificilmente poderíamos manter — com mínima adequação de linguagem — a proposição geral de que a quantidade de trabalho aplicada em diferentes mercadorias regula seu valor de troca.⁴⁴ Devido apenas à variedade de solos, ocorrem trocas constantes que contradizem diretamente os termos daquela proposição. Qualquer que seja a forma de regular a renda, é óbvio que é necessário conservá-la como ingrediente dos custos de produção em relação à grande maioria dos bens. A propriedade desse modo de considerar a renda não é afetada pela circunstância de que a renda paga em mercadorias do mesmo tipo varia, e em uns poucos casos é mínima ou inexistente.

Admitindo-se, portanto, como fiz, que o preço dos principais alimentos de origem vegetal de um país que está desenvolvendo a agricultura é um preço necessário com respeito à quantidade total produzida, e coincide com o preço requerido para repor o trabalho e o capital empregado nas circunstâncias mais desfavoráveis e paga pouca ou nenhuma renda, ainda assim não parece justificar-se alterarmos a antiga linguagem referente às partes componentes do preço, ou do que eu estaria mais inclinado a chamar de condições necessárias à oferta.

Mas algumas partes da terra e de sua produção têm muito mais o caráter de monopólio que os principais alimentos de um país em desenvolvimento. É universalmente reconhecido que o valor de troca de mercadorias sujeitas tanto a monopólio absoluto quanto a monopólio parcial não pode ser determinado pelo trabalho nelas despendido. O valor de troca daquela enorme massa de bens imóveis de um país, que consiste nas casas em todas as suas cidades, é profundamente afetado pelo monopólio absoluto da renda da terra. A necessidade de pagar essas rendas afeta os preços de quase todos os bens fabricados nas cidades. Em relação à produção dos principais alimentos do povo, é verdade que, se as rendas deixassem de existir, não se poderia produzir uma quantidade igual de trigo a baixo preço, mas não se pode dizer o mesmo da pecuária do país. O preço de qualquer parcela dessas espécies de alimento não é conversível apenas em trabalho e capital.

44 RICARDO. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Op. cit. Cap. I, p. 44.

Todo gado paga renda semelhante à fundiária, em proporção a seu valor. Nesse aspecto, o gado é essencialmente diferente do trigo. Com trabalho e fertilizantes, é possível obter uma boa colheita de trigo em solo pobre, e a renda paga pode ser insignificante comparada ao valor da safra; mas em terras sem cultivo, a renda tem de ser proporcional ao valor da safra e, quer grande, quer pequena por acre, será um ingrediente importante do preço da mercadoria produzida. Nas regiões montanhosas da Escócia podem ser necessários mais de 100 acres para se obter a mesma quantidade de carne de carneiro criado em 5 acres de boas pastagens. Sem dúvida, alguma coisa deve compensar os maiores trabalhos e riscos de um solo pobre em condições difíceis mas, independente dessa dedução — que provavelmente não seria importante —, a renda paga pela mesma quantidade de carne de carneiro seria aproximadamente a mesma. Se essa renda diminuísse muito, não há a menor dúvida de que a mesma quantidade de gado poderia ser levada ao mercado a preços muito mais baixos, sem nenhuma redução dos lucros ou dos salários dos interessados; por isso não é possível estimar o valor do gado pela quantidade de trabalho e capital e ainda menos pela mera quantidade de trabalho nele despendida.

A renda é indiscutivelmente paga em toda e qualquer quantidade de gado produzida neste país. Apesar disso, pode-se dizer que a renda da terra não cultivada é determinada pelo preço do gado; que o preço do gado é determinado pelo custo de produção em boas pastagens naturais ou em terra tratada, as quais produziriam uma renda considerável caso fossem usadas para cultivar trigo, porque as terras pobres e sem cultivo de um país populoso nunca são suficientes para produzir todo o alimento de origem animal requerido; que as rendas das diferentes qualidades de terra que devem, por isso, ser destinadas à criação de gado dependem do preço do principal alimento do país; que o preço do principal alimento do país depende do trabalho e do capital necessários para produzi-lo na pior terra efetivamente usada. Esse é um método indireto de provar a conexão íntima entre o gado e o trabalho, e certamente não justificaria dizermos que o valor relativo de carneiro e de camisas é proporcional à quantidade comparativa de trabalho empregado em cada um desses bens.

Mas, na verdade, um dos elos dessa cadeia de dependências não se mantém e a conexão entre gado e trabalho é, assim, desfeita de imediato. Embora o preço do principal alimento de um país dependa do trabalho e do capital necessários para produzi-lo na pior terra em uso, a renda da terra — como demonstraremos mais cabalmente no próximo capítulo — não é regulada pelo preço do produto. Entre os eventos que ocorrem com mais frequência em todas as nações, é a melhoria da agricultura que leva ao aumento da produção e da população e, depois de algum tempo, ao cultivo de terras naturalmente mais pobres, com o mesmo preço do produto, o mesmo preço do trabalho

e a mesma taxa de lucros. Mas, nesse caso, as rendas de todas as antigas terras cultivadas subirão e, com elas, naturalmente as rendas das pastagens naturais e o preço do gado, sem nenhuma mudança no preço do trabalho ou nenhuma dificuldade maior na produção dos meios de subsistência.

A afirmação que acabamos de fazer aplica-se a muitos outros bens importantes além do alimento de origem animal. Em primeiro lugar, inclui lã e couro cru, matérias-primas das duas mais importantes manufaturas, e aplica-se diretamente à madeira de construção e à madeira bruta, ambos artigos de grande importância. Em segundo lugar, há alguns produtos, tais como o lúpulo, por exemplo, que não podem ser cultivados em solo pobre. É impossível obter esse produto sem pagar uma renda; se essa renda varia, enquanto a quantidade de trabalho empregado na produção de determinada quantidade de trigo permanece a mesma, não há o menor fundamento na afirmação de que tais produtos são regulados pelo trabalho.

Se se diz que a teoria que rejeita totalmente a renda e converte os preços de todas as mercadorias em salários e lucros nunca se refere a artigos que têm alguma conexão com o monopólio, pode-se responder que essa exceção inclui grande número de artigos com os quais estamos familiarizados. As terras que proporcionam o grosso da oferta de trigo são, evidentemente, uma espécie de monopólio, embora sujeitas a leis e limites diferentes dos monopólios comuns. Mesmo a última terra tomada para o cultivo do trigo, caso tenha um proprietário, pagará a pequena renda que produziria como pastagem natural. Acabamos de mostrar que o monopólio afeta de maneira muito direta o preço do gado, outro grande setor da produção de alimentos para o homem. Com respeito aos materiais usados em roupas e moradias, são muito poucos os que realmente não pagam renda nenhuma, referente não apenas ao grosso da produção de cada um deles, mas aos oriundos da terra mais pobre empregada em sua produção. Dizer que o preço da lã, do couro, do linho e da madeira é determinado pelo custo de sua produção na terra que não paga renda nenhuma é recorrer a um critério impossível de constatar. Acredito que podemos afirmar com segurança não haver nenhuma quantidade de lã, couro, linho e madeira produzida neste país que venha de uma terra cultivada nessas condições.

Não podemos, portanto, desembaraçar-nos da renda da terra em relação à maioria dos bens. No caso em que mais nos aproximamos dela, isto é, na produção do principal alimento do país, a tentativa de converter o valor de troca de todas as diferentes quantidades desse alimento apenas em trabalho e lucro envolve uma contradição em termos. Como não parece surgir nenhum erro ao considerarmos a renda da terra como parte componente do preço, depois de explicarmos de maneira adequada sua origem e evolução, parece-me essencial — tanto para a correção da linguagem quanto para a correção do sentido —

dizer que o custo de produção de qualquer mercadoria constitui-se de todos os salários, de todos os lucros e de toda a renda que, nas circunstâncias atuais da sociedade, são necessários para comercializar aquele artigo específico, na quantidade requerida, ou, em outras palavras, que o pagamento dessas despesas é a condição necessária para sua oferta.

Se estivéssemos determinados a usar apenas um termo, certamente seria mais correto referirmo-nos ao capital que ao trabalho, porque os adiantamentos que são chamados de capital em geral incluem os outros dois. O preço natural ou necessário das mercadorias depende da quantidade de capital nelas empregado, mais os lucros desse capital à taxa corrente, durante o período em que está empregado. Mas como a quantidade de capital adiantado consiste na quantidade de salários pagos do começo ao fim, somada à importância da renda paga, seja diretamente ao dono da terra, seja no preço da matéria-prima, o uso dos três termos parece decididamente preferível, o mais correto (visto que a renda não corresponde, em muitos casos, a um adiantamento do capital) e também o que melhor transmite a informação desejada.

Mas se a renda da terra entra na matéria-prima de quase todas as manufaturas e em quase todo capital, tanto fixo quanto circulante, o adiantamento necessário para pagá-la afetará grandemente a quantidade de capital empregado. Combinados à variedade quase infinita que deve ocorrer em seus prazos, esses adiantamentos afetarão a parte do preço que se converte em lucros.

Supondo-se o improvável, ou seja, que há terras num país desenvolvido e populoso que não pagam nenhuma renda diretamente, ainda assim a renda será paga mesmo por aqueles que cultivam essas terras, na madeira que usam em seus arados, carroças e construções, no couro necessário para fazer os arreios, na carne que suas próprias famílias consomem e nos cavalos que compram para arar a terra. Esses adiantamentos, relativos tão somente à renda, impediriam imediatamente que o preço do produto fosse proporcional à quantidade de trabalho nele empregado. Acrescentando os lucros sobre esses adiantamentos de acordo com sua importância e períodos de retorno, devemos admitir que, mesmo na produção de trigo, em que não se paga diretamente nenhuma renda da terra, seu preço é afetado pela renda envolvida no capital fixo e no circulante empregados no cultivo.

Consideradas, portanto, todas as variações causadas pelas diferentes proporções do capital fixo empregado, pelas diferentes velocidades de retorno do capital circulante, pela quantidade de mercadorias estrangeiras usadas em manufaturas, pelos efeitos bem conhecidos da tributação e pela existência quase universal da renda da terra na situação prevalecente em todos os países desenvolvidos — em vista de tudo isso, temos de admitir, penso eu, não importa quão curioso e desejável possa ser o conhecimento da quantidade exata de trabalho empregada na produção de cada mercadoria específica, que certamente

não é esse trabalho que determina seu valor de troca relativo, na mesma época e no mesmo lugar.

Se na mesma época e no mesmo lugar o valor relativo das mercadorias não é determinado pelo trabalho despendido em sua produção, é claro que essa medida não pode determinar seu valor relativo em lugares diferentes e em épocas diferentes. Se, em Londres e no momento presente, outras causas além do trabalho concorrem para a determinação dos preços médios dos artigos comprados e vendidos, é óbvio que, embora na Índia de hoje ou na Inglaterra de 500 anos atrás a produção de uma mercadoria custasse o dobro de trabalho necessário em Londres agora, não poderíamos inferir que seu valor de troca tenha dobrado. Nem poderíamos inferir com segurança, a partir da constatação de que o valor de troca dessa mercadoria dobrou, relativamente às demais mercadorias, que em sua produção fosse necessário exatamente o dobro de trabalho.

Se, por exemplo, soubermos que 1 metro de casimira fina custava 20 dias de trabalho comum para ser fabricado no tempo de Eduardo III, e que hoje em dia custa apenas 10, deveríamos concluir, naturalmente, que, devido a várias melhorias técnicas, a facilidade de fabricação de casimiras dobrou, mas não seria possível determinar em que medida essa circunstância afetaria seu valor de troca relativo sem uma observação dos fatos. A alteração de seu valor de troca, tanto genericamente quanto em relação ao conjunto de mercadorias, dependeria, é claro, da facilidade ou dificuldade proporcionais com que outras mercadorias são fabricadas. Em relação a artigos específicos, para cuja fabricação a quantidade de trabalho permaneceu a mesma ou era exatamente conhecida, o valor de troca da casimira ainda dependeria de todas aquelas circunstâncias já mencionadas, que impedem que o trabalho empregado na produção de um bem seja uma medida correta do valor relativo, até mesmo no mesmo lugar e na mesma época.

Para mostrar que a quantidade de trabalho empregado na produção de uma mercadoria é uma medida de valor melhor que a quantidade de trabalho que essa mercadoria permite adquirir, o Sr. Ricardo coloca a hipótese de que determinada quantidade de trigo pode, em certa época, requerer apenas a metade da quantidade de trabalho que requereria em outra época subsequente e que, no entanto, o trabalhador receberia a mesma quantidade de trigo em ambos os períodos;⁴⁵ nesse caso, diz ele, teríamos um exemplo de mercadoria cujo valor de troca dobrou, segundo o que ele imagina ser a definição correta de valor, embora essa mercadoria não permita adquirir mais trabalho que antes, quando trocada.

Essa hipótese — é necessário reconhecer — é muito improvável. Mas, supondo que tal evento ocorresse, exemplificaria de maneira im-

45 *Ibid.*, p. 45.

pressionante a incorreção de sua definição, e mostraria de uma vez a distinção marcante que sempre deve existir entre custo e valor. Temos aqui um caso evidente de um aumento em dobro na quantidade de trabalho; entretanto, esse caso é invocado no âmbito da hipótese de que a mercadoria que aumentou tanto assim o custo de sua produção não comprará uma quantidade maior daquele artigo que é, incomparavelmente, o mais comum e o mais importante de todos os objetos oferecidos para troca, ou seja, o trabalho. Esse exemplo mostra imediatamente que a quantidade de trabalho que uma mercadoria exige em sua produção não é uma medida de seu valor de troca.

Prontamente se reconhecerá que o trabalho empregado na produção de uma mercadoria, incluindo o trabalho empregado na produção do capital necessário, é o ingrediente principal entre as partes componentes do preço, e, supondo-se que os outros fatores permaneçam os mesmos, determinará o valor relativo de todas as mercadorias do mesmo país ou, melhor dizendo, do mesmo lugar. Mas, quando nos voltamos para qualquer período anterior, determinamos os valores relativos das mercadorias com muito maior precisão e rapidez se verificarmos seus preços no dinheiro da época. Portanto, uma pesquisa sobre a quantidade de trabalho empregada em cada mercadoria, para determinar-lhe o valor de troca, seria inútil. E se devêssemos inferir que o valor de troca de uma mercadoria específica dobrou porque custava 10 dias de trabalho há 300 anos, enquanto agora custa 20, certamente correríamos o risco de tirar uma conclusão muito distante da verdade.

Conclui-se, então, que a quantidade de trabalho despendida na produção de uma mercadoria não é uma medida correta do valor relativo na mesma época e no mesmo lugar, nem uma medida do valor de troca real, conforme definido anteriormente, em diferentes países e em diferentes períodos.

Seção V

O dinheiro considerado uma medida de valor, quando seu custo é uniforme

Segundo o princípio de que o trabalho empregado na produção de uma mercadoria torna-se imediatamente uma medida de valor real e de valor relativo, tem-se pensado que se encontrássemos algum artigo em cuja produção sempre se empregasse a mesma quantidade de trabalho, esse artigo poderia ser usado como uma medida de valor padronizada e precisa.⁴⁶ Sabemos que os metais preciosos não possuem essa característica. O mundo tem sido abastecido por minas de diferentes graus de riqueza em diferentes períodos. Essa diferença de ren-

46 *Principles of Political Economy and Taxation. Op. cit. Cap. I, p. 54.*

dimento implica necessariamente que, em diferentes períodos, se requer diferentes quantidades de trabalho na produção da mesma quantidade de metal. Os diferentes graus de qualificação profissional aplicados em diferentes períodos na exploração das minas devem ser uma fonte adicional de variação na quantidade de trabalho empregada para oferecer no mercado determinado peso de metal em moeda.

Entretanto, pode ser interessante considerar até que ponto os metais preciosos seriam uma medida precisa das quantidades de trabalho empregadas em cada mercadoria, mesmo que essas fontes de variação fossem removidas e que fosse realmente verdade que determinadas quantidades de metal sempre requerem a mesma quantidade de trabalho em sua produção.

É verdade estabelecida que os metais preciosos, na forma pela qual são hoje obtidos e distribuídos, são uma medida precisa de valor de troca, no mesmo período e no mesmo lugar. Por certo, a suposição que fazemos aqui não destrói nem prejudica, em nenhum aspecto, essa característica que os metais preciosos possuem agora. Mas na última seção mostramos que o valor de troca das mercadorias praticamente nunca é proporcional à quantidade de trabalho nelas empregado. Por conseguinte, conclui-se necessariamente que os preços monetários das mercadorias não podem, mesmo com a suposição aqui feita, representar a quantidade de trabalho nelas empregado.

Na verdade, não podemos fazer nenhuma suposição a respeito da forma de obter os metais preciosos que consiga fazer dos preços das mercadorias uma medida correta da quantidade de trabalho empregada na produção de cada uma delas. Veremos que esses preços serão sempre pelo menos tão diferentes da quantidade de trabalho empregado em cada mercadoria, como a quantidade de trabalho difere dos valores de troca das mercadorias. Para provar isso, suponhamos, em primeiro lugar, que os metais preciosos requerem para sua produção, nas minas que não pagam renda da terra, certa quantidade de capital fixo e de capital circulante empregados durante certo tempo. Nesse caso, a partir dos raciocínios da seção anterior e mesmo dos itens que o Sr. Ricardo admite, conclui-se que nenhuma das mercadorias a ser trocada por determinada quantidade de prata contém a mesma quantidade de trabalho dessa prata, exceto aquelas que foram produzidas não apenas com a mesma quantidade de trabalho, mas também com a mesma quantidade dos dois tipos de capital empregados durante o mesmo período e nas mesmas proporções. No caso de uma elevação no preço do trabalho, todas as mercadorias que ainda contivessem a mesma quantidade de trabalho sofreriam uma alteração de preço, exceto aquelas pouquíssimas que estivessem exatamente nas mesmas condições dos metais preciosos em relação aos capitais que as produziram.

Suponhamos, em segundo lugar, que a produção de metais preciosos não requeira um capital fixo, mas apenas adiantamentos de

remuneração do trabalho manual durante um ano. Nesse caso é tão raro que eu duvidaria da possibilidade de haver uma mercadoria que, ao mesmo tempo, tivesse o mesmo valor de troca e contivesse a mesma quantidade de trabalho de determinada porção de metais preciosos; é claro que, ocorrendo uma elevação no preço do trabalho, quase todas as mercadorias aumentariam de preço.

Vamos supor, em terceiro lugar, que só o trabalho, representando apenas o adiantamento para a alimentação de um dia, fosse suficiente para obter os metais preciosos, isto é, que com um dia de busca na beira do mar sempre se achasse 1/2 onça de prata e 1/15 de onça de ouro. Nesse caso, é óbvio que toda mercadoria, que em sua produção tivesse requerido qualquer espécie ou quantidade de capital além do adiantamento dos bens indispensáveis para um dia, teria um preço diferente de qualquer porção de ouro ou prata que empregou a mesma quantidade de trabalho. Quanto aos efeitos de uma elevação no preço do trabalho, eles não podem ser objeto de nossa consideração, pois é evidente que não pode haver nenhuma elevação no preço do trabalho na presente suposição. Um dia de trabalho sempre deve ter o mesmo preço em dinheiro; o trigo só subiria na medida em que diminuíssem outras necessidades do trabalhador. No entanto, embora o preço em dinheiro do trabalhador não possa subir, a taxa de lucros poderia cair; a partir de uma queda na taxa de lucros, todas as mercadorias cairiam com relação ao dinheiro.

Em qualquer das suposições acima, o funcionamento das causas mencionadas na última seção modifica de tal forma os preços das mercadorias, que teríamos tão poucas condições quanto agora de inferir desses preços relativos as proporções relativas de trabalho empregadas em cada mercadoria.

Mas, independentemente das causas para as quais chamamos a atenção aqui, os metais preciosos têm outras causas de variação que lhes são peculiares. Devido à sua durabilidade, eles se adaptam com dificuldade e lentidão às variações nas condições de outras mercadorias e às facilidades variáveis de sua produção.

Os preços de mercado do ouro e da prata dependem de sua oferta no mercado, comparada à demanda; em parte essa quantidade foi produzida ao longo de centenas de anos e é muito pouco afetada pela oferta anual das minas.

O Sr. Ricardo afirma⁴⁷ corretamente que a concordância entre o preço de mercado e o preço natural de todas as mercadorias depende sempre da facilidade com que a oferta pode ser aumentada ou diminuída; ele menciona especificamente o ouro, ou os metais preciosos, como mercadorias nas quais esse efeito não pode ser produzido rapi-

47 *Princípios de Economia Política e Tributação. Op. cit. Cap. XIII, p. 139.*

damente. Por conseguinte, se por meio de grandes e súbitos aperfeiçoamentos na maquinaria, tanto nas manufaturas quanto na agricultura, a facilidade de produção aumentasse por toda parte e as necessidades da população fossem atendidas com muito menos trabalho, o valor dos metais preciosos subiria muito, em comparação com as mercadorias; mas como não poderiam diminuir suficientemente em quantidade em pouco tempo, os preços das mercadorias deixariam de representar a quantidade de trabalho nelas empregada.

Outra fonte de variação peculiar aos metais preciosos é o uso que deles se faz no comércio exterior. A menos que esse uso fosse abandonado e a exportação e importação de metais preciosos fossem proibidas, seria inquestionavelmente mais conveniente para alguns países, que dispõem de vantagens específicas em suas mercadorias exportáveis, comprar ouro e prata no exterior do que obtê-los em casa. No momento presente, acredito ser verdade indubitável que a Inglaterra compra os metais preciosos com menos trabalho que o aplicado para obtê-los diretamente das minas do México. Mas se pudessem ser importados por alguns países com menos trabalho do que são obtidos em sua própria terra, seria conveniente para outros países exportá-los em troca de mercadorias que não pudessem produzir em seu próprio solo, ou que pudessem obter mais barato de outro lugar. Assim, com respeito ao valor relativo das mercadorias, tanto em diferentes países e no mesmo período, quanto no mesmo país em diferentes períodos, é óbvio que os preços monetários estariam sujeitos a variações consideráveis, sem que fossem acompanhados por variações proporcionais nas quantidades de trabalho empregadas naquelas mercadorias.

As objeções consideradas até agora, nesta seção e nas precedentes, são algumas das que se apresentam a partir da suposição de que toda nação possui minas, ou mesmo que sempre pudesse obter metais preciosos no país com a mesma quantidade de trabalho e sem capital; mas é preciso reconhecer que estas são hipóteses extravagantes. Entretanto, se adotássemos a hipótese mais natural, ou seja, a de que as minas, onde quer que estejam, e em todas as épocas, custam sempre a mesma quantidade de trabalho e capital para funcionar, veríamos imediatamente, a partir da distribuição atual dos metais preciosos, quão pouco, comparativamente, eles são confiáveis como medida das quantidades de trabalho empregadas na produção de mercadorias em diferentes países e períodos.

Se, na realidade, a riqueza das minas fosse sempre a mesma, por certo estaríamos livres daquela fonte de variação decorrente de rendimentos diferentes, como é de fato o caso, e dos efeitos de uma descoberta como a das minas americanas. Mas permaneceriam outras fontes de variação, grandes e óbvias. A riqueza uniforme das minas não alteraria essencialmente as proporções em que os metais preciosos seriam distribuídos para os diferentes países; as grandes diferenças

em seu valor, que, como se sabe agora, ocorrem de lugar para lugar, quando comparadas ao trigo e ao trabalho, provavelmente continuariam a ser mais ou menos as mesmas.

Segundo as relações de preço que recebemos de Bengala, determinada quantidade de prata naquele país representa ou obtém seis ou oito vezes mais trabalho e provisões que na Inglaterra. Em todas as partes do mundo os artigos de mesmo preço monetário são trocados uns pelos outros. Em consequência disso acontecerá que, no comércio realizado entre os dois países, o produto de um dia de trabalho inglês será trocado pelo produto de cinco ou seis dias de trabalho hindu, já descontadas as diferenças nos lucros.

Talvez se possa dizer que o alto valor comparativo da prata na Índia decorre principalmente do fato de que os efeitos da descoberta das minas americanas não foram comunicados de maneira adequada a essa parte do mundo. Mas é preciso lembrar que a descoberta já foi feita há bastante tempo e que a diferença entre o valor relativo do ouro e da prata na Índia, comparado com seu valor relativo na Europa — que indica da maneira mais clara uma comunicação deficiente —, está hoje desaparecendo. Por conseguinte, estou inclinado a pensar que o alto valor da prata na Índia decorre principalmente de outras causas. Mas, em todo caso, a diferença agora é tão desmedida que permite um grande desconto e ainda assim continua enorme.

No entanto, não é necessário ir à Índia para encontrar diferenças semelhantes no valor dos metais preciosos, embora talvez não tão grandes. Rússia, Polônia, Alemanha, França, Flandres e, na realidade, quase todos os países da Europa, apresentam exemplos de grandes variações nas quantidades de trabalho e de provisões que podem ser compradas por determinada quantidade de prata, embora nesses países o valor relativo dos metais preciosos seja aproximadamente o que deveria ser se as minas americanas sempre tivessem tido um rendimento físico uniforme; por conseguinte, por meio de seus atuais valores relativos, podemos avaliar quão pouco se pode confiar numa coincidência, em países diferentes, dos preços monetários das mercadorias e das quantidades de trabalho nelas empregadas, mesmo com a suposição de que o dinheiro sempre foi obtido das minas americanas com a mesma quantidade de trabalho e de capital.

Mas se não estamos inteiramente satisfeitos com esse tipo de referência à experiência, é óbvio que a mesma conclusão decorre inevitavelmente da teoria. Nos países em que os metais preciosos são necessariamente comprados, não se pode conceber nenhuma razão plausível para que sua quantidade seja proporcional à dificuldade de produzir os artigos pelos quais são trocados.

Quando a musselina inglesa e a indiana aparecem nos mercados alemães, seus preços relativos são determinados exclusivamente por suas características, sem a menor referência às diferentes quantidades

de trabalho humano que foram empregadas em sua produção. A circunstância de que na fabricação das musselinas indianas empregou-se cinco ou seis vezes mais trabalho do que na fabricação das inglesas não possibilita à Índia obter maiores retornos de dinheiro.

Nos portos da Europa não se encontra nenhum comerciante disposto a dar mais dinheiro pelo trigo sueco que pelo trigo russo, polonês ou americano de mesma qualidade, apenas porque se empregou mais trabalho em seu cultivo, por ter crescido em solo menos fértil. Portanto, se a Índia e a Suécia não tivessem outro meio de comprar prata na Europa além da exportação de musselinas e trigo, seria absolutamente impossível para esses dois países circular suas mercadorias com um preço em dinheiro — comparado a outros países — proporcional à dificuldade relativa com que foram produzidas, ou à quantidade de trabalho empregado em sua produção. De fato, é universalmente reconhecido que a capacidade de comprar mercadorias estrangeiras de todos os tipos depende do preço relativamente barato, ou caro, dos artigos exportáveis. Por conseguinte, embora o dinheiro efetivo em circulação em determinado país — outras condições permanecendo aproximadamente as mesmas — possa ser distribuído entre as diferentes mercadorias compradas e vendidas, de acordo com a quantidade de trabalho requerido na produção de cada uma delas, a suposição de que o mesmo tipo de distribuição ocorreria em países diferentes envolve uma contradição de princípios elementares do intercâmbio comercial.⁴⁸

Conclui-se, portanto, que nenhuma espécie de regularidade na produção dos metais preciosos, nem mesmo se todos os países possuísem suas próprias minas, e menos ainda se a grande maioria fosse obrigada a comprar seu dinheiro de outros, tornaria o preço monetário das mercadorias uma medida correta da quantidade de trabalho nelas empregado, tanto no mesmo como em diferentes países, tanto no mesmo como em diferentes períodos.

Em que medida os metais preciosos assim caracterizados podem ser uma boa medida do valor de *troca* das mercadorias, embora não do trabalho nelas empregado, é uma outra questão. Afirmamos várias vezes que os metais preciosos — qualquer que seja a forma de sua obtenção — são uma medida correta do valor de troca, no mesmo período e lugar. Por certo, quanto menos sujeitas a variações forem as formas de obtê-los, tanto mais se aproximarão de uma medida do valor de troca em diferentes momentos e em diferentes lugares.

Se, na verdade, os metais preciosos fossem obtidos de acordo com uma das suposições feitas nesta seção, isto é, se cada nação sempre pudesse obtê-los com a mesma quantidade de trabalho e sem nenhum

48 O Sr. Ricardo afirma, e acertadamente, que mesmo de acordo com sua suposição relativa aos metais preciosos, o intercâmbio comercial com o exterior não é determinado pela quantidade de trabalho empregado nas mercadorias.

adiantamento de capital, nesse caso, com exceção de distúrbios temporários ocasionados pelo comércio exterior ou pela invenção repentina de máquinas, o valor monetário de troca, em relação ao trabalho que adquiriria, seria o mesmo em todos os países e em todos os períodos; o motivo específico pelo qual os metais preciosos se aproximariam, nesse caso, de uma medida correta do valor de troca real está em que apenas a partir dessa suposição seu custo em trabalho sempre seria igual a seu valor de troca em trabalho. No caso suposto, o dinheiro certamente teria um valor uniforme. Sempre custaria a mesma quantidade de trabalho e sempre adquiriria a mesma quantidade de trabalho; mas vimos que, em relação às mercadorias em que algum tipo de capital foi usado, seus valores, tanto comparados aos metais preciosos como entre si, nunca são proporcionais ao trabalho nelas empregado.

Seção VI

O trabalho que uma mercadoria adquire, considerado como medida do valor real de troca

Quando consideramos o trabalho como medida de valor no sentido mais freqüentemente usado por Adam Smith, isto é, quando o valor de um objeto é estimado pela quantidade de trabalho de determinado tipo (um dia de trabalho comum, por exemplo) que ele pode obter, esse trabalho se nos afigura, sem nenhuma dúvida, como a melhor de todas as mercadorias, unindo, com aproximação maior que qualquer outra, as características de medida real e nominal do valor de troca.

Em primeiro lugar, ao procurar um objeto para ser medida do valor de troca, nossa atenção dirige-se, naturalmente, para aquele que é trocado com maior freqüência. Pois bem, não se pode contestar que, de todos os objetos, o que de longe recebe em troca a maior massa de valor é o trabalho, tanto o produtivo quanto o improdutivo.

Em segundo lugar, o valor das mercadorias, quando trocadas por trabalho, é a única expressão do grau em que essas mercadorias satisfazem as necessidades e os gostos da sociedade, e do grau de abundância com que são oferecidas, comparado com os desejos e o número de seus consumidores. Por meio de aperfeiçoamentos na maquinaria, a roupa, a seda, o algodão, os chapéus, os sapatos, o dinheiro e mesmo o trigo podem todos, por alguns anos, aumentar muito de quantidade ao mesmo tempo. Entretanto, quando essa alteração notável ocorre com todas essas mercadorias, o valor de qualquer uma delas, ao ser trocada por qualquer outra, ou mesmo quando comparada ao conjunto das outras mercadorias, permanece exatamente o mesmo. Por conseguinte, é óbvio que, para expressar os importantes efeitos decorrentes da facilidade de produção, temos de considerar tanto a quantidade de trabalho empregada nas mercadorias quanto as quantidades de tra-

balho que poderão obter. Mas, nas duas últimas seções, vimos que a quantidade de trabalho empregado nas mercadorias nunca se aproxima de uma medida correta do valor de troca, ainda que seja no mesmo período e lugar. Em conseqüência disso, nossa atenção dirige-se naturalmente para o trabalho que as mercadorias adquirem.

Em terceiro lugar, a acumulação de capital, com sua eficácia no aumento da riqueza e da população, depende quase inteiramente de sua capacidade de acionar trabalho, ou, em outras palavras, de sua capacidade de adquirir trabalho. Nenhuma quantidade de mercadorias, por maior que seja, pode ocasionar um aumento real e permanente do capital se for de uma natureza tal, ou caso seu valor tenha caído tanto, que não possa obter mais trabalho do que custou. Quando isso acontece em função de causas permanentes, a acumulação chega ao ponto final; quando isso acontece apenas durante algum tempo, a acumulação sofre uma pausa temporária e, em ambos os casos, a população é afetada, em cada caso de uma forma. Como parece, pois, que o grande estímulo da produção depende principalmente da capacidade das mercadorias de obter trabalho, especialmente de obter uma quantidade maior de trabalho do que foi empregada nelas, naturalmente somos levados a considerar essa capacidade de adquirir trabalho como algo de suprema importância no cálculo do valor de troca das mercadorias.

Essas são algumas considerações gerais que, na procura de uma medida de valor, dirigem nossa atenção para o trabalho que as mercadorias obterão; uma análise mais detalhada das características dessa medida nos convencerá de que nenhum outro objeto adapta-se tão bem a esse propósito.

É universalmente reconhecido que, no mesmo lugar e durante períodos de tempo moderadamente curtos, os metais preciosos são uma medida de valor perfeita; mas tudo que se possa dizer sobre os metais preciosos em relação aos preços nominais, também se aplica ao trabalho na forma aqui proposta.

É óbvio, por exemplo, que, no mesmo lugar e durante o mesmo período, as diferentes quantidades de um dia de trabalho que diferentes mercadorias podem adquirir serão exatamente proporcionais a seus valores de troca relativos; se duas dessas mercadorias compram a mesma quantidade de trabalho do mesmo tipo, invariavelmente serão permutáveis entre si.

Um comerciante pode regular seus negócios com segurança e avaliar seus lucros comerciais pela quantidade de trabalho excedente que suas importações obtêm, comparadas às suas exportações. Quer o valor de uma mercadoria tenha subido a partir de um monopólio absoluto ou parcial; quer a elevação tenha sido gerada principalmente pela escassez de matéria-prima ou do tipo específico de trabalho requerido em sua produção, ou por lucros excepcionalmente altos; quer seu valor tenha aumentado devido a uma elevação no custo de produção, ou

diminuído pelo uso de maquinaria; quer seu valor corrente tenha decorrido essencialmente de causas permanentes ou temporárias — em todos os casos, sob todas as circunstâncias, a quantidade de trabalho que uma mercadoria adquire, ou, o que vem a dar no mesmo, a quantidade de trabalho ou o preço do trabalho que as pessoas pagarão para obtê-lo, será uma medida muito exata de seu valor de troca. Em síntese, essa medida, no mesmo lugar e durante o mesmo período, será exatamente igual aos preços nominais das mercadorias, tendo a seu favor a grande vantagem de explicar com muita precisão e proveito todas as variações do valor, sem se referir a um meio de circulação.

Talvez se possa dizer que, exatamente no mesmo lugar e período, quase toda mercadoria pode ser considerada uma medida precisa do valor relativo das outras, e o que acabamos de dizer sobre o trabalho pode ser dito das roupas, do algodão, do ferro ou de qualquer outro artigo. Duas mercadorias quaisquer que, durante o mesmo período e no mesmo lugar, comprem a mesma quantidade de roupas, algodão ou ferro de determinada qualidade têm o mesmo valor relativo, ou são permutáveis entre si. Não há dúvida de que isso é verdade, se considerarmos exatamente o mesmo período, mas não é verdade em qualquer outra hipótese. Já no caso do trabalho ou dos metais preciosos, é necessário decorrer algum tempo para que isso deixe de ser verdade. Roupas, algodão, ferro e mercadorias semelhantes estão muito mais sujeitas que o trabalho a repentinas mudanças de valor, tanto devido a variações na demanda, como devido à influência da maquinaria e outros fatores. Um dia de trabalho, tomando a média de verão e inverno, é o mais estável de todos os artigos; o comerciante que, numa especulação comercial no exterior cujos retornos fossem lentos, tivesse certeza de lucrar 15% estimados em trabalho teria muito mais garantias de receber os 15% de lucros reais que aquele que só tivesse certeza de lucrar 15% estimados em roupas, algodão, ferro, ou mesmo dinheiro.

O trabalho constitui, portanto, uma medida exata de valor no mesmo lugar, e durante curtos períodos de tempo, mas ele não se aproxima dessa medida mais do que qualquer outra mercadoria, quando referido a lugares e períodos de tempo diferentes.

Adam Smith considerava o trabalho, no sentido em que o entendemos aqui, como uma medida tão boa do trigo, ou, o que vem a dar no mesmo, considerava o trigo uma medida tão boa do trabalho que, em sua digressão sobre o valor da prata durante os últimos quatro séculos, ele efetivamente substituiu o trigo pelo trabalho e tirou as mesmas conclusões de sua análise como se um fosse sempre uma medida exata do outro.

Ao fazer isso, penso que cometeu um erro grave e tirou conclusões incompatíveis com seus próprios princípios gerais. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que, de século para século, e em países

diferentes e distantes onde os metais variam muito de valor, o trigo, sendo o artigo mais indispensável à vida, pode muito bem ser considerado a melhor medida do valor de troca real do trabalho; por conseguinte, a capacidade de uma mercadoria obter trabalho será, em períodos distanciados e em países diferentes, a melhor indicação da sua capacidade de obter o bem mais indispensável à vida — o trigo.

Em relação aos outros bens de primeira necessidade e de conforto, devemos reconhecer que, em geral, dependem ainda mais do trabalho que o trigo, porque geralmente se emprega mais trabalho nesses bens depois que são tirados do solo. E como — *todos os outros fatores permanecendo os mesmos* — a quantidade de trabalho que uma mercadoria adquire será proporcional à quantidade de trabalho nela empregada, podemos presumir que a influência de quantidades diferentes de trabalho que uma mercadoria requer em sua produção será adequadamente manifestada nesse cálculo do valor, juntamente com a manifestação de todas aquelas circunstâncias outras que não o trabalho efetivamente empregado em mercadorias diferentes. A grande vantagem dessa medida de valor — que consiste na quantidade de trabalho que uma mercadoria adquire — sobre a que consiste na quantidade de trabalho efetivamente empregada na produção da mercadoria está em que, enquanto esta última envolve apenas uma causa do valor de troca, embora esta seja, em geral, a mais importante, a primeira, além desta causa, envolve todas as diferentes circunstâncias que influenciam as proporções em que as mercadorias são realmente trocadas umas pelas outras.

É evidente que nenhuma mercadoria pode ser uma boa medida do valor real de troca em lugares diferentes e em períodos distanciados, se não for, ao mesmo tempo, uma boa medida do valor nominal, nesses lugares e nesses períodos distanciados; nesse aspecto, é preciso reconhecer que a quantidade de trabalho comum que um artigo obtém, a qual necessariamente leva em conta todas as causas que afetam o valor de troca, é uma medida perfeita.

Devemos observar ainda que, em países diferentes e em períodos distantes entre si, a mesma quantidade de trabalho adquire quantidades muito diferentes — o bem mais indispensável à vida; ainda assim, com o progresso dos aperfeiçoamentos e da civilização, geralmente acontece que quando o trabalho adquire a menor quantidade de comida, adquire a maior quantidade de outras mercadorias, e quando adquire a maior quantidade de comida, adquire a menor quantidade de outros bens de primeira necessidade e de conforto, de modo que, em dois países ou em dois períodos com diferentes graus de progresso, quando dois objetos adquirem a mesma quantidade de trabalho, muitas vezes adquirem aproximadamente a mesma quantidade dos bens de primeira necessidade e de conforto, embora possam adquirir diferentes quantidades de trigo.

É preciso reconhecer, por conseguinte, que, qualquer que seja a mercadoria, a quantidade de dias comuns de trabalho que ela adquire é a melhor aproximação do valor real de troca.

O trabalho, entretanto, como todas as outras mercadorias, varia da abundância à escassez, comparado à sua demanda e, em períodos diferentes e em lugares diferentes, adquire quantidades muito diferentes do bem mais necessário à vida; além disso, em função dos diferentes graus de habilidade ou de apoio da maquinaria com a qual o trabalho é empregado, os produtos do trabalho não são proporcionais à quantidade aplicada. Em conseqüência, o trabalho, em qualquer sentido em que o termo possa ser usado, não pode ser considerado medida exata e padronizada do valor real de troca. Se por essa razão o trabalho que uma mercadoria adquire não pode ser aceito, com certeza também não há mais onde possamos procurar tal medida com alguma possibilidade de êxito.

Seção VII

O meio-termo entre o trigo e o trabalho, considerado como medida do valor real de troca

Conclui-se, portanto, que nenhuma mercadoria pode ser legitimamente considerada medida padrão do valor real de troca. Uma estimativa dos preços comparativos de todas as mercadorias, que determine a capacidade de cada uma de adquirir os bens necessários, úteis ou agradáveis à vida, inclusive o trabalho, não seria apenas muito penosa e difícil de usar, mas também impraticável. No entanto, dois objetos poderiam, em alguns casos, ser medida mais adequada de valor real de troca do que apenas um e ainda ser utilizável na prática.

Devido à sua capacidade de sustentar certo número de seres humanos, certa quantidade de trigo de determinada qualidade sempre tem um valor de uso definido e invariável; mas tanto seu valor real de troca quanto seu valor nominal estão sujeitos a variações consideráveis, não apenas de ano para ano, mas também de século para século. A experiência mostra que a população e o cultivo da terra, apesar de sua dependência mútua, não se desenvolvem sempre com o mesmo ritmo, mas estão sujeitos a variações marcantes na velocidade de seus desenvolvimentos. À parte as variações anuais, parece que às vezes o trigo permanece caro, comparado ao trabalho e a outras mercadorias, durante muitos anos; outras vezes permanece barato, comparado aos mesmos bens, durante períodos equivalentes. Nesses diferentes períodos, 1 *bushel* de trigo adquire quantidades muito diferentes de trabalho e outras mercadorias. Observando o preço oficial do trabalho e o preço médio do trigo durante o reinado de Henrique VII, pelo fim do século

XV e começos do século XVI, concluímos que $1/2$ *bushel* desse cereal comprava pouco mais que um dia de trabalho comum e, obviamente, apenas pequena quantidade das mercadorias para cuja produção era necessário muito trabalho. Um século depois, no final do reinado de Elisabete, $1/2$ *bushel* de trigo comprava três dias de trabalho comum e, é claro, uma quantidade comparativa considerável das mercadorias em que se empregava trabalho. Conseqüentemente, de século para século, assim como de ano para ano, nota-se que determinada quantidade de trigo mede de forma muito imperfeita a quantidade de bens necessários, úteis e agradáveis à vida que qualquer mercadoria específica adquire na troca.

A mesma observação confirma-se no caso do dia de trabalho, medida proposta por Adam Smith. O mesmo período de nossa história ilustra a variação dessa medida de século para século. Durante o reinado de Henrique VII, um dia de trabalho — de acordo com a afirmação anterior — comprava aproximadamente $1/2$ *bushel* de trigo, que era o bem mais necessário à vida, e, por conseguinte, o artigo mais importante numa estimativa geral do valor real de troca. Um século depois, um dia de trabalho comprava apenas $1/6$ de *bushel* de trigo: uma diferença prodigiosa nesse artigo tão importante. E embora possamos supor que um dia de trabalho comprava, nos dois períodos, quantidades menos dessemelhantes de artigos em que o trabalho entra como ingrediente importante, do que as quantidades que adquiria de trigo, mesmo assim apenas as variações em sua capacidade de adquirir o bem mais necessário à vida, em períodos diferentes, já desqualificam o trabalho como medida exata do valor real de troca de século para século.

Todavia, embora nenhum desses dois artigos, tomados isoladamente, possa ser considerado medida satisfatória de valor, a combinação dos dois talvez possa levar a uma precisão maior.

Quando o trigo é caro, comparado ao trabalho, o trabalho comparado ao trigo será necessariamente barato. No período em que dada quantidade de trigo adquire uma quantidade maior de bens de primeira necessidade e de conforto determinada quantidade de trabalho sempre adquire uma quantidade menor desses artigos; no período em que o trigo adquire uma quantidade menor desses artigos, o trabalho adquire uma quantidade maior.

Por isso, se tirarmos uma média dos dois, evidentemente teremos uma medida corrigida pelas variações contemporâneas de cada um em direções opostas, e provavelmente representaremos, com maior precisão do que apenas com um deles, a mesma quantidade de bens de primeira necessidade e de conforto, nos períodos mais distantes e sob todas as circunstâncias variáveis às quais estão sujeitos o aumento da população e o cultivo da terra.

Para esse propósito é necessário, entretanto, fixarmos uma medida de trigo que possa ser considerada, no que se refere à quantidade,

equivalente a um dia de trabalho; neste país, talvez 1 *peck*⁴⁹ de trigo, que constitui aproximadamente o ganho diário médio de um bom trabalhador em tempos de abundância, seja bastante preciso para o objetivo proposto. Portanto, qualquer mercadoria que, em períodos diferentes, adquiere o mesmo número de dias de trabalho e de *pecks* de trigo — ou frações dessas unidades, tomadas em proporções iguais — pode ser considerada, segundo esse princípio, como uma mercadoria que adquiere, de forma bem aproximada, a mesma quantidade de bens de primeira necessidade e de conforto e, em consequência, preserva de modo bastante aproximado o valor real de troca em períodos diferentes. E toda mercadoria que, em períodos diferentes, compra diferentes quantidades de trigo e de trabalho assim considerados, evidentemente terá variado em relação a uma medida que varia pouco, e por isso podemos supor que a mercadoria em questão variou proporcionalmente a seu valor real de troca.

Ao calcular o valor real de troca de mercadorias de diferentes países, devemos levar em conta os tipos de alimento consumidos pelas classes trabalhadoras. A regra geral seria compará-los, em cada país, a um dia de trabalho e à quantidade do tipo de cereal existente, equivalente ao ganho diário médio de um bom trabalhador. Desse modo, se na Inglaterra o preço monetário de uma mercadoria compra 5 dias de trabalho e 5 *pecks* de trigo, e o preço monetário de uma mercadoria, em Bengala, compra cinco dias de trabalho e cinco vezes a quantidade de arroz que um bom trabalhador costuma ganhar, segundo a média de um período longo, pode-se supor que essas mercadorias têm, em cada país, o mesmo valor real de troca; a diferença entre seus valores monetários expressa de forma bem aproximada os diferentes valores da prata na Inglaterra e em Bengala.

O principal defeito da medida aqui proposta decorre dos efeitos variáveis do capital, da maquinaria e da divisão de trabalho em países diferentes e em períodos diferentes, sobre o produto de um dia de trabalho e sobre os preços das mercadorias manufaturadas. Mas nenhuma estimativa até agora sugerida teve sequer a pretensão de avaliar essas variações — na verdade, essas variações referem-se mais à riqueza que ao valor de troca, categorias essas que, embora intimamente relacionadas, nem sempre são a mesma coisa; por causa disso, numa estimativa de valor, o barateamento decorrente de maior destreza ou do uso de maquinaria pode ser negligenciado sem que isso implique erro grave.

O Sr. Ricardo pergunta “por que o ouro, o trigo ou o trabalho seriam uma medida padrão de valor mais adequada que o carvão ou o ferro, ou que as roupas, o sabão, velas e outros bens necessários ao

49 Medida de capacidade para secos, contendo aproximadamente 9 litros. (N. do E.)

trabalhador? Por que, em síntese, uma mercadoria ou o conjunto das mercadorias deveria ser o padrão se este próprio padrão está sujeito a flutuações de valor?”.⁵⁰ Confio em que a questão aqui colocada tenha sido respondida de maneira satisfatória no decorrer desta investigação sobre a natureza e as medidas do valor. Só gostaria de acrescentar que uma mercadoria qualquer, mais de uma, ou seu conjunto devem necessariamente ser tomadas para expressar o valor de troca, porque abrangem todas as coisas que podem ser trocadas. No entanto, uma medida de valor de troca assim configurada é imperfeita, como todos sabem; certamente seríamos gratos ao Sr. Ricardo se ele tivesse proposto uma melhor. Mas qual a medida proposta por ele? O dispêndio de trabalho na produção de uma mercadoria, isto é, o seu *custo* ou, mais precisamente, uma parte de seu custo, em função do qual seu valor de troca, na prática e sob diferentes circunstâncias, varia enormemente. Custo e valor são sempre essencialmente diferentes. Uma mercadoria cujo custo dobrou não pode ter um valor de troca maior que antes se outras mercadorias também dobraram. No entanto, quando o custo das mercadorias é estimado segundo os princípios de Adam Smith, seu custo monetário e seu valor monetário médio geralmente coincidem. Mas, quando o custo é avaliado segundo os princípios do Sr. Ricardo, ou seja, pela quantidade de trabalho despendida, o custo e o valor do trabalho quase nunca coincidem. Onde quer que haja lucros (e são muito raros os casos em que não há nenhum), o valor de uma mercadoria, ao ser trocada por trabalho, é invariavelmente maior que o trabalho nela empregado.

Portanto, temos de escolher entre uma medida imperfeita do valor de troca, e outra que é necessária e fundamentalmente errada.

Se o Sr. Ricardo disser que com o termo valor, quando usado isoladamente, ele não quer dizer valor de troca, então por certo induziu-nos em grande erro em muitas partes de seu trabalho. Afinal, deixou-nos sem propor uma medida de valor de troca que substitua a que ele critica. Não há a menor dificuldade em encontrar uma medida de custo, ou mesmo de valor, se definimos o valor como custo. A dificuldade consiste em encontrar uma medida do valor real de troca, em contraposição ao valor nominal ou preço. Ninguém está procurando um padrão exato, acertadamente considerado inalcançável. Mas de todos os artigos trocados, o trabalho é, sem nenhuma comparação, o mais abrangente e o mais importante. Em seguida, vem o trigo. A razão pela qual o trigo é preferível ao carvão é muito compreensível. A mesma razão, combinada a outras, é válida para a preferência dada ao trabalho em relação ao trigo. E as razões formuladas nesta seção são suficientes, creio eu, para dar preferência, em alguns casos, à média entre o trigo

e o trabalho em vez de tomar qualquer um deles isoladamente. Quando o trigo não é um dos artigos a serem medidos, como no caso de uma estimativa do valor dos metais preciosos, ou qualquer mercadoria específica, um meio-termo entre o trigo e o trabalho é preferível ao trabalho tomado isoladamente; mas quando o trigo é um dos principais artigos a serem medidos, como numa estimativa do valor de troca da produção total de um país, a capacidade desse produto de adquirir trabalho nacional e estrangeiro ainda é o melhor critério ao qual podemos recorrer.

CAPÍTULO III

A Renda da Terra

Seção I

A natureza e as causas da renda da terra

Podemos definir a renda da terra como a parcela do produto total que fica para o proprietário da terra depois de pagas todas as despesas, de qualquer tipo, referentes a seu cultivo, inclusive os lucros do capital empregado, estimados segundo a taxa usual e ordinária de lucro do capital agrícola no período considerado.

Pode ocorrer, devido a circunstâncias acidentais e temporárias, que o arrendatário pague mais ou menos que isso, mas é em torno desse ponto que as rendas efetivamente pagas sempre gravitam. Por essa razão, esse é o ponto de referência quando o termo “renda” é usado em sentido genérico.

Visto que a renda da terra é o excedente do preço sobre o que é necessário para pagar os salários do trabalho e os lucros do capital empregados no cultivo da terra, o primeiro objeto de investigação que se nos apresenta é a causa ou causas desse excedente de preço.

Depois de examinar a questão repetida e cuidadosamente, não posso concordar de todo nem com o ponto de vista apresentado por Adam Smith, nem com o dos Economistas, e menos ainda com o de alguns autores modernos.

Parece-me que quase todos esses autores consideram a renda da terra como algo que lembra muito de perto, em sua natureza e nas leis que a governam, aquele excedente de preço sobre o custo de produção, característica de um monopólio comum.

Embora Adam Smith se aproxime muito da verdade⁵¹ em algumas

51 Todavia, não posso concordar quando ele considera que toda terra que produz alimentos deve *necessariamente* produzir renda. A terra que começa a ser cultivada em países prósperos só pode pagar os lucros e o trabalho. Um bom lucro sobre o capital aplicado, incluindo,

partes do capítulo XI de seu Livro Primeiro, e apesar de ter feito em seu trabalho um número maior de observações corretas sobre o assunto que qualquer outro autor, não explicou com suficiente clareza a causa mais essencial do elevado preço dos produtos agrícolas; como o autor aplica ocasionalmente o termo monopólio a renda da terra, sem se deter em suas peculiaridades mais fundamentais, ele deixa o leitor sem uma noção clara da verdadeira diferença entre a causa do preço elevado dos bens de primeira necessidade e das mercadorias monopolizadas.

Algumas observações dos economistas sobre a natureza da renda da terra parece-me também bastante corretas; mas estão misturadas com tantos erros e delas foram tiradas conclusões tão injustificadas, que o válido em suas teorias não teve grande repercussão. A conclusão prática mais importante dos economistas, qual seja, a de que se deve tributar com exclusividade a renda líquida dos proprietários de terra, decorre, por certo, de que eles consideram essas rendas inteiramente disponíveis como o excedente do preço sobre o custo de produção que distingue um monopólio comum.

O Sr. Say, em seu valioso *Tratado da Economia Política*, em que explica com grande clareza muitos pontos que não foram suficientemente desenvolvidos por Adam Smith, não tratou a questão da renda da terra de maneira de todo satisfatória. Ao falar dos diferentes agentes naturais que, assim como a terra, cooperam com o trabalho do homem, observa: "*Hereusement personne n'a pu dire, le vent et le soleil m'appartiennent, et le service qu'ils rendent doit m'être payé*".⁵² Embora ele admita, por razões óbvias, que a apropriação da terra é necessária, torna-se claro em seu trabalho que considera a renda da terra como algo que se deve quase exclusivamente a essa apropriação e à demanda externa.

No excelente trabalho do Sr. de Sismondi, *De la Richesse Commerciale*, diz ele em nota referente à questão da renda: "*Cette partie de la rente foncière est celle que les Economistes ont décorée du nom du produit net, comme étant le seul fruit du travail qui ajoutât quelque chose à la richesse nationale. On pourroit, au contraire, soutenir contre eux, que c'est la seule partie du produit du travail, dont la valeur soit purement nominale, et n'ait rien de réelle: c'est en effet le résultat de*

naturalmente, o pagamento do trabalho, sempre será um estímulo suficiente para a agricultura. Mas, na prática, são muito raros os casos em que a terra pertence a qualquer um que a deseje; provavelmente é uma verdade quase universal o fato de que toda terra apropriada, que produz alimentos em seu estado natural, sempre proporcione renda, seja ela cultivada ou não.

52 Ver v. II, p. 124. Uma nova edição desse trabalho, muito melhorada, foi publicada recentemente e merece toda a atenção de quem se interessa por esse assunto. A passagem citada pode ser encontrada em SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 337. "Felizmente, porém, ninguém jamais pode dizer: O vento e o sol me pertencem e o serviço que prestam me deve ser pago." (N. do E.)

l'augmentation de prix qu'obtient un vendeur en vertu de son privilège, sans que la chose vendue en vaille réellement davantage".⁵³

Parece-me que as opiniões dos mais modernos autores de nosso país tendem a uma visão semelhante da questão. Para não multiplicar as citações acrescentarei apenas que, numa edição respeitável de *A Riqueza das Nações*, publicada recentemente pelo Sr. Buchanan, de Edimburgo, a idéia de monopólio vai mais longe ainda. Embora os autores mais antigos acreditassem que a renda da terra é governada pelas leis do monopólio, ainda assim pensavam que esse monopólio, no caso da terra, é necessário e útil. Ao contrário deles, o Sr. Buchanan às vezes chega a dizer que a renda é prejudicial e que priva o consumidor daquilo que concede ao proprietário da terra.

Ao tratar do trabalho produtivo e improdutivo no último volume, o Sr. Buchanan observa que "o excedente líquido, por meio do qual os economistas estimam a utilidade da agricultura, surge obviamente do alto preço de seu produto, o qual, embora vantajoso para o proprietário de terra que o recebe, por certo não traz vantagem nenhuma para o consumidor que o paga. Se o produto agrícola fosse vendido por um preço mais baixo, não haveria o mesmo excedente líquido depois de pagas as despesas do cultivo, mas a agricultura continuaria igualmente rendosa para o capital em geral; a única diferença seria que, em vez de enriquecer o proprietário de terras com o preço alto, às expensas da comunidade, como acontecia antes, agora seria a comunidade que lucraria com o preço baixo, às expensas do proprietário de terras. O alto preço, do qual se origina a renda da terra ou o excedente líquido, ao mesmo tempo que enriquece o proprietário de terras que tem o produto agrícola para vender, diminui, na mesma proporção, a riqueza de seus compradores; por causa disso não é correto considerar a renda do proprietário de terras um acréscimo inequívoco à riqueza nacional".⁵⁴

Em outras partes de seu trabalho, ele usa a mesma linguagem — quando não mais forte — e, numa nota a respeito de impostos, refere-se ao alto preço do produto da terra como vantajoso para aqueles que o recebem, mas *prejudicial* para aqueles que o pagam. "Segundo essa visão", acrescenta ele, "o alto preço do produto agrícola não pode constituir nenhum acréscimo geral ao capital da comunidade, pois o excedente líquido em questão é apenas um rendimento transferido de uma classe para outra, e é claro que da mera circunstância do excedente

53 V. I, p. 49. "Essa parte da renda fundiária recebeu dos economistas o nome de *produto líquido*, ou seja, o único produto do trabalho humano que adiciona alguma coisa à riqueza nacional. Contudo, seria possível argüir contra eles que, bem ao contrário, essa é a única parcela do trabalho humano cujo valor é puramente nominal, nada possuindo de real: com efeito, ela resulta de um aumento de preço que é apropriado pelo vendedor em virtude de sua situação de privilégio, sem que esse aumento reflita um valor maior da mercadoria vendida." (N. do E.)

54 V. IV, p. 134.

mudar de mãos não se forma nenhum fundo do qual se possam extrair impostos. Os rendimentos que pagam os produtos da terra já estão nas mãos dos que compram esses produtos; se o preço da subsistência fosse mais baixo, o excedente permaneceria em suas mãos, onde estaria tão sujeito à tributação como quando, mediante um preço mais alto, é transferido para o proprietário de terras.⁵⁵

Estou pronto a admitir que existem algumas características da renda da terra que têm grande afinidade com um monopólio natural. A própria superfície da Terra é limitada e não pode ser aumentada devido às necessidades humanas. A desigualdade do solo ocasiona, mesmo num período muito primitivo da sociedade, uma escassez relativa de boas terras; não há dúvida de que essa escassez é uma das causas da renda propriamente dita. Por causa disso, talvez o termo monopólio parcial possa aplicar-se a ela com bastante propriedade. Mas apenas a escassez de terras, aqui admitida, não é, de modo algum, suficiente para produzir os efeitos observados. Uma investigação mais precisa sobre a questão mostra-nos quão diferente é o alto preço dos produtos agrícolas, em sua natureza e origem nas leis que o governam, do alto preço de monopólio comum.

Podemos afirmar que são três as causas do excedente do preço dos produtos agrícolas sobre os custos de produção:

A primeira e principal causa é a capacidade que tem a terra de produzir os bens necessários à vida em quantidade maior do que a requerida para a manutenção das pessoas que nela trabalham.

A segunda é aquela característica própria dos bens necessários à vida de criar sua própria demanda quando, de maneira adequada, distribuídos, ou de fazer surgir uma quantidade de consumidores proporcional à quantidade produzida de bens necessários.

A terceira é a escassez relativa de terras férteis, tanto naturais como artificiais.

A qualidade do solo, mencionada aqui como a principal causa do alto preço dos produtos da terra, é uma dádiva da Natureza ao homem. Sua conexão com o monopólio é muito tênue, e ainda assim é tão absolutamente essencial para a existência da renda que, sem ela, por maior que fosse o grau de escassez ou de monopólio, não seria gerado um excedente do preço dos produtos agrícolas sobre o que é necessário para o pagamento dos salários e dos lucros.

Se, por exemplo, o solo tivesse uma constituição tal que, apesar de todo o esforço empregado, o homem não conseguisse tirar da terra mais que o estritamente suficiente para manter aqueles cujo trabalho e atenção fossem necessários à produção, e embora nesse caso os alimentos e as matérias-primas fossem evidentemente mais escassos que neste momento, e a terra pudesse ter sido monopolizada da mesma

55 V. III, p. 212.

forma por particulares, nessa hipótese, é claro que nenhuma renda e nenhum excedente essencial do produto da terra sob a forma de lucros ou salários elevados poderia ter existido.

Por outro lado, é preciso reconhecer que, de qualquer modo que se divida o produto de determinada quantidade de terra — quer seja todo distribuído entre os trabalhadores e os capitalistas, quer uma parte seja atribuída ao proprietário da terra —, a *capacidade* dessa terra de gerar renda é exatamente proporcional à sua fertilidade, ou ao excedente geral que ela pode produzir além do estritamente necessário para sustentar o trabalho e manter o capital nela empregado. Se esse excedente for de 1, 2, 3, 4 ou 5, então sua *capacidade* de produzir renda será de 1, 2, 3, 4 ou 5; nenhum grau de monopólio, assim como nenhum possível aumento da demanda externa pode alterar na essência as diferentes *capacidades* da terra.

Mas se nenhuma renda pode existir sem esse excedente, e se a capacidade de solos específicos de gerar renda é proporcional a esse excedente, conclui-se que esse excedente da terra, surgindo de sua fertilidade, evidentemente deve ser considerado o fundamento ou causa principal de toda renda.

Tal excedente, porém, necessário e importante como é, não teria um valor que o capacitasse a adquirir uma quantidade proporcional de trabalho e outras mercadorias, se não tivesse o poder de suscitar uma população para consumi-lo e criar uma demanda efetiva para si mesmo mediante os artigos por ele trocados.

Às vezes se diz que é interpretar mal o princípio da população imaginar que apenas um aumento da quantidade de alimentos, ou de produtos agrícolas, ocasionaria um aumento proporcional da população. Não há dúvida de que isso é verdade, mas é preciso admitir, como observou Adam Smith com muita justeza, que “quando há comida, é relativamente simples conseguir as roupas e a moradia necessárias”. Devemos lembrar-nos sempre que a terra não produz apenas uma mercadoria mas, além da mais indispensável de todas as mercadorias — o alimento —, produz a matéria-prima das roupas, da moradia e do combustível.⁵⁶

Portanto, é estritamente verdade que a terra produz os bens necessários à vida: produz os meios mediante os quais — e somente mediante os quais — um aumento de população pode ocorrer e ser mantido. Nesse aspecto, a terra é fundamentalmente diferente de qualquer tipo de máquina que o homem conhece e é natural supor que sua utilização seja acompanhada de alguns efeitos peculiares.

56 É certo, porém, que, se essas matérias-primas faltarem, ou se a capacidade técnica e o capital necessários para obtê-las não se formarem devido à insegurança ou a qualquer outra causa, os agricultores logo moderam seus esforços e a motivação para acumular e aumentar a produção diminui muito. Mas nesse caso haverá uma demanda muito pequena de trabalho; ainda que haja um barateamento nominal das provisões, o trabalhador não poderá adquirir uma quantidade suficiente dos bens de primeira necessidade, incluindo, é claro, roupas, moradia etc., para gerar um aumento de população.

Se uma família ativa e diligente possuísse determinado pedaço de terra, poderia cultivá-lo de modo a produzir alimentação e matéria-prima para roupas, moradia e combustível não apenas para si mesma, mas também para outras cinco famílias; segundo o princípio da população, segue-se que se aquela família distribuísse sua produção excedente de maneira adequada, logo poderia adquirir o trabalho de outras cinco famílias, e o valor de sua produção agrícola logo valeria cinco vezes mais que o trabalho empregado em seu cultivo. Mas, se em vez de um pedaço de terra que produzisse todos os bens necessários à vida, uma família possuísse apenas, além dos meios de seu sustento, uma máquina que produzisse chapéus ou casacos para cinquenta pessoas além dos membros da família, nenhum esforço poderia assegurar-lhes a demanda desses chapéus ou desses casacos e dar-lhes em troca uma quantidade de trabalho consideravelmente maior que a empregada na fabricação desses objetos. Durante muito tempo, e possivelmente desde o início, a máquina não tivesse mais valor que o resultante da feitura de chapéus ou casacos para a família. Sua capacidade potencial seria de todo desperdiçada pela falta de demanda; mesmo quando, devido a causas externas totalmente independentes de quaisquer esforços da família, surgisse uma população consumidora dos cinquenta chapéus, o valor destes últimos, em termos de sua capacidade de adquirir trabalho e outras mercadorias, poderia não exceder de modo permanente senão em pequena margem o valor do trabalho empregado em sua fabricação.

Depois que a nova maquinaria para fabricar algodão foi introduzida neste país, 100 jardas de musselina de determinada qualidade provavelmente não adquiririam mais trabalho que 25 jardas adquiriam antes, pois a oferta cresceu mais rápido que a procura e não havia mais demanda para toda a quantidade produzida ao mesmo preço. Mas depois que grandes aperfeiçoamentos da agricultura são adotados num pedaço limitado de terra, 1 *quarter* de trigo adquire em pouco tempo a mesma quantidade de trabalho que antes, pois nota-se que o aumento da produção, ocasionado pelos aperfeiçoamentos no cultivo da terra, cria uma demanda proporcional à oferta, que ainda é limitada. Por isso o valor do trigo não cai como o das musselinas.

Portanto, a fertilidade da terra resulta na capacidade de produzir renda, ao produzir uma quantidade dos bens indispensáveis que excede as necessidades de subsistência dos próprios agricultores. A característica específica dos bens de primeira necessidade, quando distribuídos de maneira adequada, tende nítida e constantemente a valorizar esse excedente fazendo surgir uma população que o consuma.

Como seria de se esperar, os economistas insistiram muito nessas características da terra e de seus produtos em diferentes partes de seu trabalho; Adam Smith as reconhece como verdadeiras nas partes da *Riqueza das Nações* em que ele mais se aproxima das teorias dos

economistas. Mas os autores modernos tendem a negligenciá-las e a considerar a renda como algo regulado pelos princípios do monopólio comum, embora a distinção seja de grande importância e pareça óbvia e marcante em quase todos os exemplos que podemos citar.

Se a riqueza das minas de metais preciosos se reduzisse à metade em todo o mundo, é preciso reconhecer que, como a população e a riqueza não dependem necessariamente do ouro e da prata, esse evento poderia não só não coincidir com uma diminuição da população e da riqueza, como até mesmo chegar a coincidir com um aumento de ambos. Nesse caso, entretanto, é certo que as rendas, lucros e salários pagos nas diferentes minas do mundo não só não diminuiriam, como até poderiam aumentar de modo considerável. Mas se a fertilidade de todas as terras do mundo diminuísse em 50%,⁵⁷ na medida em que tanto a população como a riqueza dependem estritamente da quantidade dos bens necessários à vida que o solo fornece, é óbvio que grande parte da população e da riqueza do mundo seria destruída e, com ela, grande parte da demanda efetiva pelos bens indispensáveis. A maioria das terras, na maioria dos países, ficaria completamente sem cultivo, e os salários, os lucros e as rendas — estas últimas em particular — diminuiriam muito em relação a tudo o mais. Duvido que haja algum pedaço de terra neste país, empregado na produção do trigo, que proporcione renda de valor equivalente aos salários do trabalho e lucros do capital necessários a seu cultivo. Se isso é verdade, podemos perguntar-nos se, ocorrendo a hipótese de uma redução de 50% da produção agrícola, a ser obtida com o mesmo trabalho e o mesmo capital, alguma terra deste país ainda seria cultivada. Toda demanda efetiva do trigo de produção nacional desapareceria e, se fosse possível adquirir trigo do exterior, a população do país diminuiria para cerca de 1/5 de seu número anterior.

O produto de certos vinhedos franceses, que em função de peculiaridades do solo e de outras condições produzem com exclusividade um vinho de certo sabor, é vendido a um preço muito superior a seu custo de produção. Isso se deve à intensidade da procura por esse vinho, comparada à exigüidade de sua oferta, confinando seu uso a um número muito pequeno de pessoas capacitadas e dispostas a pagar

57 O Sr. Ricardo supõe uma situação (p. 403) [ver. de Ricardo, *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. p. 272.] em que a fertilidade diminui 1/10 e pensa que isso aumentaria as rendas por deslocar o capital para terras menos férteis. Penso, ao contrário, que em todo país bem cultivado isso levaria a diminuir as rendas porque ocasionaria uma remoção de capital dos solos mais pobres. Se a terra cultivada por último não pagasse mais que o trabalho necessário e um lucro de 10% sobre o capital empregado, uma redução de 1/10 da produção bruta certamente tornaria muitos solos pobres pouco atraentes em termos de cultivo. E, baseado na suposição do Sr. Ricardo, eu perguntaria de onde viriam os aumentos de demanda e do preço, uma vez que os meios de obtenção de metais preciosos ou de outras mercadorias a serem trocadas pelo trigo se reduziram em conseqüência da maior quantidade de trabalho e capital aplicados na terra.

por ele um preço muito alto. Mas se a fertilidade dessas terras aumentasse o suficiente para aumentar a produção, o valor dessa produção cairia, diminuindo de modo substancial o excedente de seu preço sobre o custo de produção. Por outro lado, se os vinhedos se tornassem menos produtivos, esse excedente poderia aumentar ilimitadamente.⁵⁸

A causa óbvia desse efeito é que, em todos os monopólios comuns, a demanda é exterior e independente da produção em si. O número de pessoas que apreciam um vinho raro e que desejariam entrar na competição pela sua compra pode crescer quase indefinidamente no período em que a própria produção de vinhos raros diminuísse; seu preço, portanto, não teria nenhum outro limite além do número, da capacidade e dos caprichos dos que disputam o vinho raro.

Na produção dos bens de primeira necessidade, a demanda, ao contrário, depende do próprio produto, e os efeitos são por isso muito diferentes. Nesse caso é fisicamente impossível que o número de consumidores cresça enquanto a quantidade do produto diminui, uma vez que os consumidores só podem existir em função do produto.

Em todos os monopólios comuns, um excedente do valor do produto sobre o valor do trabalho empregado para obtê-lo pode ser criado pela demanda externa. No monopólio parcial da terra que produz os bens indispensáveis, tal excedente só pode ser criado pelas qualidades do solo.

Nos monopólios comuns e em todos os produtos, exceto os bens de primeira necessidade, as leis da Natureza pouco contribuem para tornar seu valor de troca proporcional a seu valor de uso. A mesma quantidade de uvas ou algodão, sob diferentes circunstâncias, poderia valer permanentemente três ou trezentos dias de trabalho. Apenas na produção dos bens de primeira necessidade as leis da Natureza sempre funcionam para regular seu valor de troca em função de seu valor de uso, embora, devido à diversidade das circunstâncias e, em particular, devido à abundância ou escassez de terras, isso raramente (ou nunca) aconteça de maneira completa. Não obstante, em termos de trabalho que pode adquirir, o valor de troca de determinada quantidade dos bens de primeira necessidade tende a se aproximar do valor da quantidade de trabalho que pode manter ou, em outras palavras, tende a se aproximar de seu valor de uso.

Em todos os monopólios comuns, o preço do produto e, em con-

58 Em resposta a esta passagem, o Sr. Ricardo diz (p. 405) [v., de Ricardo, *op. cit.*, p. 273.] que, "dado o alto preço, a renda será alta em relação à abundância e não à escassez", seja em vinhedos especiais, seja em terras comuns que produzem trigo. Mas isso é escamotear toda a questão. O preço não pode ser dado. Em virtude da demanda externa e de uma oferta reduzida, a produção de um acre de uvas na Champagne adquire permanentemente 50 vezes o trabalho empregado em seu cultivo, mas nenhum aumento da demanda externa ou redução da oferta jamais fará com que o produto de um acre de trigo adquira mais trabalho do que pode sustentar.

seqüência, o excedente do preço sobre o custo de produção, podem aumentar indefinidamente. No monopólio parcial da terra que produz os bens de primeira necessidade, o preço do produto não pode, de forma alguma, exceder o valor do trabalho que pode manter; o excedente do preço sobre o custo de sua produção está sujeito a um limite intransponível. Esse limite é o excedente de bens de primeira necessidade que a terra produz além das exigências mínimas dos agricultores e depende rigorosamente da fertilidade natural ou adquirida do solo. Se essa fertilidade aumentar, o limite se ampliará e a terra proporcionará uma renda alta; se a fertilidade diminuir, o limite se estreitará e se tornará impossível uma renda alta; se a fertilidade diminuir ainda mais, o limite coincidirá com o custo de produção e não haverá nenhuma renda.

Em síntese, num caso, o excesso do preço do produto sobre o preço de custo da produção depende principalmente do grau de monopólio; no outro, depende inteiramente do grau de fertilidade. Esta é, decerto, uma distinção clara e marcante.⁵⁹

É possível, por conseguinte, admitir que o preço dos bens de primeira necessidade seja regulado segundo os princípios de um monopólio comum? É possível, como Sismondi, considerar a renda como único produto do trabalho que tem valor puramente nominal, e como simples resultado de um aumento de preço obtido por um vendedor em consequência de um privilégio específico; ou, como Buchanan, considerá-la algo que nada acrescenta à riqueza nacional, consistindo numa transferência de valor vantajosa somente para os proprietários de terras e proporcionalmente *prejudicial* aos consumidores?⁶⁰

Pelo contrário, a capacidade que tem o solo de manter mais pessoas que as necessárias para nele trabalhar não é uma clara indicação dessa inestimável qualidade do solo que Deus entregou ao homem? Não é verdade que a renda é uma parte — e veremos depois que é uma parte absolutamente necessária — daquele produto excedente da terra do qual se diz com muita justiça ser a fonte de todo poder e de todo prazer, sem o qual, de fato, não haveria cidades, nem forças militares ou navais, nem arte, nem aprendizado; não haveria os melhores produtos manufaturados, nem os bens úteis e os artigos de luxo importados, e nada daquela sociedade culta e educada que não só eleva e dignifica os indivíduos, mas que estende sua influência benéfica a toda a massa do povo?

59 No entanto, o Sr. Ricardo acha que essa distinção não está bem fundamentada! Cap. XXXI, p. 405. [ver *op. cit.*, p. 273.]

60 É extraordinário que o Sr. Ricardo (p. 400) [v. *op. cit.*, p. 270] tenha endossado as afirmações do Sr. Sismondi e do Sr. Buchanan. Estritamente de acordo com sua própria teoria, o preço do trigo sempre é um preço natural ou necessário. Nesse caso, como pode ele concordar com esses autores nos quais o preço do trigo é semelhante ao de um monopólio comum, ou vantajoso apenas para os proprietários de terras e proporcionalmente *prejudicial* aos consumidores?

Seção II

A necessidade de separar a renda da terra dos lucros do agricultor e dos salários do trabalhador

Nos períodos primitivos da sociedade ou, o que talvez seja mais notável, quando a experiência e o capital de uma velha sociedade são empregados em terras virgens e férteis, o produto excedente do solo aparece sobretudo sob a forma de lucros e de salários extraordinariamente altos e muito pouco sob a forma de renda. Enquanto há terras em abundância, que podem ser apropriadas por quem as queira, é claro que ninguém paga renda a um proprietário. Mas o prolongamento dessa situação não é compatível com as leis da Natureza nem com os limites e qualidade da terra. Em todos os países existe necessariamente uma diversidade de solos e localizações. Nem todas as terras são tão boas quanto as melhores, nem todas se localizam perto dos mercados ou dos rios navegáveis. Mas uma acumulação de capital, superior aos meios de empregá-lo na terra de maior fertilidade natural e de localização mais vantajosa, necessariamente diminui os lucros, enquanto a tendência da população de crescer além dos meios de subsistência diminui os salários do trabalho, depois de certo tempo.

As despesas de produção diminuem, portanto, mas o valor do produto, isto é, a quantidade de trabalho e de outros produtos do trabalho (além do trigo) que o produto pode adquirir cresce, ao invés de diminuir. Haverá um número crescente de pessoas à procura de subsistência e dispostas a oferecer seus serviços onde quer que possam ser utilizados. Assim, o valor de troca dos alimentos terá um excedente sobre o custo de produção em todas as terras muito férteis; esse excedente é a parcela do excedente geral, derivado da terra, que tem recebido o nome peculiar de renda da terra.

A primeira propriedade da terra que mencionamos, ou seja, sua capacidade de produzir uma quantidade de bens de primeira necessidade maior que o exigido para a manutenção das pessoas empregadas no cultivo é, obviamente, o fundamento dessa renda e o limite de seu crescimento possível. A segunda propriedade citada, ou seja, a tendência ao aumento da população, em função da abundância de alimentos, é necessária para estabelecer o valor do excedente de bens de primeira necessidade que os agricultores podem obter na terra cultivada pela primeira vez, e também para criar demanda de mais alimentos do que se pode obter das terras mais ricas. E a terceira causa, ou a escassez relativa de terras férteis, que é claramente uma consequência natural da segunda, é neces-

sária, por fim, para separar uma parte do excedente geral da terra sob a forma de renda para o proprietário da terra.⁶¹

Não é possível que as rendas da terra permaneçam integradas aos lucros do capital ou aos salários do trabalho. Se os lucros e os salários não baixassem devido à ausência de melhorias específicas do cultivo, apenas as terras muito ricas poderiam ser utilizadas. A queda dos lucros e dos salários que se dá na prática sem dúvida transfere uma parte da produção para o proprietário da terra e constitui uma parte de sua renda, e, como veremos mais tarde, não mais que isso. Mas se essa transferência pode ser considerada prejudicial aos consumidores, então todo aumento de capital e de população deve ser considerado prejudicial; um país que pudesse sustentar de maneira satisfatória 10 milhões de habitantes teria de limitar-se a 1 milhão. A transferência dos lucros e dos salários, bem como um preço tal que proporcione renda, que foram criticados como prejudiciais por privarem o consumidor daquilo que este paga ao proprietário da terra, são absolutamente necessários para a obtenção de qualquer acréscimo considerável de riqueza e de rendimentos dos primeiros colonos em um novo país; são também conseqüências naturais e inevitáveis do aumento de capital e de população proporcionado pela Natureza segundo as propensões da raça humana.

Quando a acumulação de capital ocorre nas terras escolhidas em primeiro lugar, de tal maneira que os retornos do capital adicional empregado sejam menores que os que poderiam ser obtidos em terras inferiores,⁶² é evidente que deve dirigir-se ao cultivo dessas terras inferiores. Mas os agricultores de terras mais ricas, diminuídos os lucros e posto que não paguem nenhuma renda, deixam de ser simples arrendatários ou pessoas que vivem de lucros do capital agrícola; é evidente que reunirão em si ambas as condições de proprietário e de arrendatário — uma união muito comum, mas que não altera de modo algum a natureza da renda da terra ou sua distinção essencial em relação aos lucros e aos salários.

Se os lucros do capital empregado em terras inferiores cultivadas

61 O Sr. Ricardo interpretou-me mal atribuindo-me a afirmação de que a renda sobe ou cai imediata e necessariamente em função da fertilidade aumentada ou reduzida da terra (p. 404) [v. *op. cit.*, p. 272]. Que o leitor julgue em que medida minhas palavras admitem essa interpretação. Não pensei que pudessem admiti-la. Tendo estabelecido três causas necessárias à produção da renda, eu não poderia dizer que a renda varia sempre e exatamente em proporção a uma delas. Na verdade afirmei claramente que, nos períodos primitivos da sociedade, a produção agrícola excedente, ou a fertilidade, manifesta-se muito pouco sob a forma de renda. O Sr. Ricardo certamente expressou-se mal ao me corrigir, referindo-se à escassez comparativa das terras mais férteis como a única causa da renda (p. 404), embora ele mesmo admita que, sem fertilidade real, não pode haver renda (p. 404). Se as terras *mais férteis* de um país ainda fossem muito pobres, esse país produziria muito pouca renda.

62 A motivação imediata para o cultivo de terras virgens só pode ser a perspectiva imediata de empregar um capital crescente com mais vantagens que nas terras antigas. Apenas uma elevação do preço de mercado do trigo não seria um motivo suficiente.

fossem de 30%, e as áreas de cultivo mais antigo proporcionassem 40%, é óbvio que 10% dos 40% seriam renda, não importando quem os recebesse. Quando o capital se acumula mais ainda e a remuneração do trabalho cai nas melhores terras de um país,⁶³ outras terras, com condições menos favoráveis no que diz respeito à fertilidade ou à localização, podem ser ocupadas com vantagem. Tendo se reduzido as despesas do cultivo, inclusive os lucros, terras mais pobres ou mais distantes dos mercados e dos rios, embora de início não proporcionem renda, devem repor todas essas despesas e satisfazer completamente o agricultor. E mais uma vez, quando os lucros do capital, ou os salários do trabalho, ou ambos, tiverem caído ainda mais, terras ainda mais pobres ou com localização ainda mais desfavorável serão cultivadas. E a cada passo é claro que, se o preço do produto não cai, a renda da terra sobe. O preço do produto não cai enquanto o esforço e a engenhosidade das classes trabalhadoras, apoiados pelo capital dos que não trabalham a terra, possam dar algo em troca aos agricultores e proprietários de terra, que os estimularão a manter, sem diminuir, os esforços na agricultura e os excedentes de produção.

Por conseguinte, podemos declarar como verdade incontestável que, quando uma nação alcança um grau considerável de riqueza e um volume considerável de população, a separação da renda como um tipo de imposto sobre terras de certa qualidade é uma lei tão invariável quanto a lei da gravidade; e a renda não é apenas um valor nominal, nem um valor desnecessário e prejudicialmente transferido de um conjunto de pessoas para outro, mas uma parte muito real e essencial do valor global da propriedade nacional, e colocada pelas leis da Natureza onde está, na terra, não importando quem a recebe, se são muitos ou poucos, se é o proprietário da terra, a coroa ou aquele que efetivamente cultiva o solo.

Esse é, portanto, o modo pelo qual a renda se separa dos lucros e dos salários numa situação natural, que seja o menos perturbada possível por um governo incompetente ou por algum tipo de monopólio desnecessário; mas nas diferentes condições em que vive a humanidade, sabemos muito bem que os governos incompetentes e os monopólios desnecessários têm sido freqüentes; é certo que modificarão essencial-

63 Quando a aplicação de determinada quantidade de trabalho e de capital proporciona menores retornos, seja em terras novas, seja em terras antigas, em geral é dividida entre os trabalhadores e os capitalistas e os salários e os lucros caem ao mesmo tempo. Isso é o contrário do que diz o Sr. Ricardo. O que nós entendemos por salário é coisa completamente diferente. Ele pensa em termos de custo de produção dos bens de primeira necessidade do trabalhador; eu penso nos próprios bens de primeira necessidade. Usando a mesma linguagem, o Sr. Ricardo diz (p. 93) que a elevação da renda nunca recai sobre o arrendatário. Mas a queda dos lucros não recai sobre a renda? Pouco importa ao arrendatário e ao trabalhador, mesmo de acordo com a teoria do Sr. Ricardo, se continuam recebendo entre eles a mesma soma nominal em dinheiro se, na troca por bens de primeira necessidade, essa soma não vale metade do que valia antes.

mente essa evolução natural e muitas vezes ocasionarão uma formação prematura da renda da terra.

Na maioria das grandes monarquias orientais o soberano é o proprietário da terra. Esse monopólio prematuro da terra, junto com as duas propriedades do solo e de seus produtos, citadas acima, permite que o governo reivindique precocemente certa quantidade do produto de todas as terras cultivadas; qualquer que seja o nome que possa tomar, isso é, essencialmente, renda da terra. É um excedente tanto na quantidade quanto do valor de troca do que é produzido sobre os custos efetivos do cultivo.

Na maioria dessas monarquias havia uma grande extensão de terras férteis; o excedente natural do solo era muito grande e, enquanto as reivindicações sobre ela eram moderadas, o que sobrava era suficiente para permitir lucros e salários tão amplos que não podiam ser obtidos em nenhum outro emprego e permitiam um rápido aumento da população.

Todavia, é óbvio que está no poder de um soberano que é proprietário de terras num território muito rico obter, num estágio primitivo de desenvolvimento, uma renda excessiva. Desde o começo ele poderia reclamar para si tudo, exceto o necessário para o aumento moderado do número de agricultores, circunstância que, no caso de habilidade normal dos agricultores, permitiria ao soberano apropriar-se de uma *proporção* maior do produto global, sob a forma de imposto ou renda, que poderia ser obtido em qualquer período mais avançado da sociedade; nesse caso, apenas as terras mais férteis do país seriam cultivadas, os lucros, os salários e a população estacionariam prematuramente.

Não é de se esperar que esses soberanos exerçam seus direitos sobre a terra a um ponto tão extremo, pois seria contrário tanto a seus próprios interesses quanto aos de seus súditos; mas há motivos para acreditar que em algumas partes da Índia e de muitos outros países orientais, e talvez até mesmo na China, o aumento do tributo sobre a terra, baseado no direito do soberano sobre o solo, somado a outros pagamentos de praxe sobre os produtos da terra, diminuiriam violenta e prematuramente os lucros do capital e os salários do trabalho agrícola, criando grandes obstáculos para o desenvolvimento da agricultura e da população nos tempos que se seguiram, enquanto muitas terras férteis foram desperdiçadas. Isso sempre acontecerá quando, devido a um monopólio desnecessário, o excedente da produção, apropriado sob a forma de renda ou de impostos, for maior do que o que se desprenderia naturalmente dos lucros e dos salários. Qualquer que seja a natureza do monopólio da terra, quer necessário, quer artificial, será possível observar que a capacidade de pagar renda ou impostos sobre a terra é completamente limitada por sua fertilidade; os que estão inclinados a subestimar a importância das duas primeiras causas da renda da terra acima indicadas devem observar as várias distri-

buições da produção em espécie, que ocorre em muitas partes da Índia onde, uma vez que o monopólio possibilitou ao soberano reivindicar a maior parte da renda da terra, todas as outras coisas dependem, é claro, do excedente de bens indispensáveis produzidos pela terra e da capacidade desses bens de adquirir trabalho.

Talvez se possa pensar que a renda não pode ser violenta e prematuramente separada dos lucros e dos salários de modo tão artificial que chegue a reduzir estes últimos, pois o capital e o trabalho abandonariam a terra se pudessem ser mais bem empregados em outro lugar. Devemos lembrar que os que de fato cultivam a terra nesses países, em geral, encontram-se em condição inferior e degradada e empregam muito pouco capital, mas nenhum que possam empregar em outro negócio. Devemos lembrar também que a produção excedente apropriada pelo governo logo cria uma população a ser empregada por ele, de modo a manter o preço do trabalho em outros setores ao nível do preço na agricultura. Note-se ainda que a pequena demanda de produtos manufaturados e industriais, devido à pobreza da grande maioria da sociedade, não deixa espaço para o emprego de um grande capital, com altos lucros nas manufaturas e no comércio. Devido a estas causas, que tendem a diminuir os lucros, e à dificuldade de conseguir dinheiro e devido ao risco de emprestá-lo, que tende a aumentar os juros, há muito sou da opinião de que a taxa de juros nos diferentes países é praticamente o único critério a partir do qual se pode avaliar a taxa de lucros. Contudo, em países como a Índia e a China e, na verdade, na maioria das regiões orientais e meridionais do globo, tal critério está sujeito a grandes incertezas. Na China, os juros legais são de 3% ao mês.⁶⁴ Mas, pelo pouco que sabemos da China, não podemos supor que o capital empregado na terra proporcione lucros dessa grandeza, ou que se possa empregar o capital em qualquer negócio estável e conhecido com um retorno dessa ordem.

Da mesma forma, há relatos extraordinários de alta taxa de juros na Índia, mas as condições dos que de fato cultivam a terra contradizem frontalmente a suposição de que, deixando de lado a remuneração de seu trabalho, os lucros sobre seu capital sejam tão consideráveis; a recente redução do rendimento dos títulos públicos para 6% prova claramente que, em tempos comuns de paz, os lucros de capital em outros tipos de negócio não são tão grandes a ponto de garantir empréstimos a taxas de juros muito altas.

É provável que, com exceção de especulações ocasionais, o dinheiro emprestado a altas taxas de juros observadas na China e na Índia seja emprestado em ambos os países mais com a finalidade de pagar despesas ou dívidas do que com a intenção de lucrar.

64 STAUNTON. *Penal Code*, p. 158. Entretanto, diz-se que a taxa de mercado de juros em Cantão vai apenas de 12% a 18%. *Id.*, nota XVII.

Algumas das causas que levam a uma elevação prematura e irregular das rendas e à diminuição dos lucros nos países do oriente sem dúvida funcionaram, em certa medida, nos estágios primitivos da sociedade européia. Em certo período, a maior parte da terra era cultivada por escravos e, nos sistemas de meação que se seguiram, a divisão da colheita era feita de forma a deixar para o agricultor pouco mais que a estrita subsistência. Nessa situação, a taxa de lucro sobre a terra pouco tinha a ver com a taxa geral de lucros. O camponês só conseguia obter dinheiro e mudar de profissão passando pelas maiores dificuldades; é certo que ninguém que tivesse acumulado capital em manufaturas e no comércio o empregaria no cultivo de terras alheias como meeiro. Portanto, havia pouco ou nenhum intercâmbio entre o capital comercial e a agricultura e, em consequência, seus lucros eram muito desiguais.

Entretanto, é provável, como no caso da China e da Índia acima mencionados, que os lucros não fossem altos em excesso. Na verdade isso dependeria sobretudo da oferta de capital em manufaturas e comércio; se o capital fosse escasso em comparação com a demanda dos produtos da manufatura ou do comércio, é certo que os lucros seriam altos; mas a partir apenas de informações ocasionais sobre a ocorrência de altas taxas de juros não se pode inferir com segurança que as taxas de lucros eram efetivamente altas.

Por conseguinte, descobrimos que a renda da terra tem a mesma natureza do excedente geral da terra, resultante de certas propriedades do solo e de seus produtos; descobrimos também que a renda começa a se separar dos lucros e dos salários quando estes começam a cair em função da escassez de terras férteis, quer isso seja ocasionado pelo progresso natural da riqueza e da população de um país, quer por um monopólio prematuro e desnecessário da terra.

Seção III

As causas que tendem a elevar a renda da terra no curso do desenvolvimento normal da sociedade

Ao investigar mais de perto as leis que governam o aumento e a queda da renda, é preciso enumerar mais especificamente as principais causas que diminuem as despesas do cultivo ou que reduzem os custos dos instrumentos de produção, quando comparados ao preço do produto. Parece-me que são quatro as causas principais: em primeiro lugar, uma acumulação de capital de tal grandeza que reduza os lucros; em segundo lugar, um aumento de população que reduza os salários do trabalho; em terceiro lugar, a ocorrência de aperfeiçoamentos na agricultura ou de um aumento da intensidade do trabalho que diminua o número de trabalhadores necessários para produzir determinada quantidade de bens; em quarto lugar, um aumento no preço do produto

agrícola, a partir de um aumento da demanda que, sem diminuir nominalmente as despesas da produção, aumente a diferença entre essas despesas e o preço do produto.

Se o capital aumenta de tal modo que se torna supérfluo naqueles setores em que costuma ser empregado a determinada taxa de lucro, não ficará parado, mas procurará empregar-se no mesmo ou em outros setores da indústria, embora com lucros inferiores, e isso tenderá a levá-lo para áreas menos férteis.

Da mesma maneira, se a população cresce a uma taxa mais alta que sua demanda, os trabalhadores terão de contentar-se com uma quantidade menor de bens de primeira necessidade; visto que desse modo diminuem as despesas em espécie com o trabalho, será possível cultivar terras que antes não poderiam sê-lo.

Entretanto, as duas primeiras causas aqui mencionadas às vezes agem de forma a se contrabalançarem mutuamente. Um aumento de capital eleva os salários do trabalho, e uma queda de salários eleva os lucros do capital, mas esses efeitos são apenas temporários. No desenvolvimento natural e regular da acumulação do capital e da população, a taxa de lucros e os salários reais do trabalho sempre caem juntos. Isso pode ser ocasionado por uma alta permanente no preço monetário do trigo, acompanhada de uma elevação, ainda que não proporcional, dos salários monetários do trabalho. Para o agricultor, a alta no preço monetário do trigo é contrabalançada pela menor quantidade de produção obtida com o mesmo capital; seus lucros, assim como os de todos os outros capitalistas, diminuem porque é preciso tirar salários monetários mais altos dos mesmos retornos monetários, enquanto a aquisição dos bens de primeira necessidade, por parte do trabalhador, sofre uma contração em virtude da alta insuficiente do preço do trabalho com relação ao preço do trigo.

Mas uma elevação exata e regular do preço monetário do trigo e do trabalho não é necessária para ocasionar uma queda nos lucros; na verdade, tal elevação só ocorrerá do modo regular aqui descrito quando o dinheiro, sob o impacto de todas as mudanças a que um país está sujeito, continua com o mesmo valor, conforme a suposição do Sr. Ricardo,⁶⁵ o que, pode-se dizer, nunca acontece. Não há dúvida de que os lucros podem cair e a renda pode surgir em consequência de variações do valor do dinheiro. O que é necessário para a queda regular e permanente dos lucros (nisso o Sr. Ricardo concordaria comigo) é que uma proporção maior do valor de toda a produção obtida por determinada quantidade de capital seja absorvida pelo trabalho. Na terra isso é ocasionado por uma diminuição da produção, obtida com o mesmo capital e sem uma diminuição proporcional da parcela absorvida pelo

trabalho, que deixa menos para os lucros, ao mesmo tempo que os salários reais do trabalhador diminuem. Mas é óbvio que se uma quantidade menor dos bens de primeira necessidade, derivada de determinado capital empregado na terra, fosse suficiente para suprir tanto o capitalista quanto o trabalhador,⁶⁶ as empresas do cultivo diminuiriam, terras mais pobres poderiam ser cultivadas com as novas taxas de salários e lucros, e a renda aumentaria nas terras já cultivadas.

A terceira causa enumerada da tendência à elevação da renda mediante uma redução nas despesas do cultivo, em relação ao preço do produto, é a introdução do aperfeiçoamento na agricultura ou aumento da intensidade do trabalho que diminuam o número de trabalhadores necessários para produzir determinada quantidade de bens.

Em países industriais que estão se desenvolvendo, e onde não faltam incentivos, esse é um fator de grande eficácia. Se os aperfeiçoamentos introduzidos fossem de natureza tal a diminuir consideravelmente os custos da produção, sem aumentar em nenhum grau a quantidade do produto, nesse caso, como é certo que não haveria nenhuma alteração no preço do trigo, os lucros extraordinários dos agricultores logo seriam reduzidos pela concorrência do capital manufatureiro e comercial. Como a *arena* de aplicação de capital como um todo teria antes diminuído que aumentado, os lucros sobre a terra, assim como em outros setores, logo voltariam ao seu nível anterior, e o excedente aumentado pela redução das despesas de cultivo iria aumentar a renda dos proprietários de terra.

Mas se esses aperfeiçoamentos, como sempre acontece, facilitam o cultivo de novas terras, e proporcionam um cultivo melhor das terras antigas com o mesmo capital, certamente haverá mais trigo no mercado. Isso reduz seu preço, mas a queda é de curta duração. A atuação daquela importante causa mencionada na primeira parte deste capítulo — que distingue o excedente da produção da terra de todos os outros excedentes, ou seja, a capacidade que têm os bens de primeira necessidade de criar sua própria demanda quando distribuídos de forma adequada, ou, em outras palavras, a tendência da população a exercer pressão sobre os meios de subsistência —, a atuação daquela causa logo eleva os preços do trigo e do trabalho e reduz os lucros do capital a seu nível anterior, enquanto, ao mesmo tempo, cada progresso rea-

66 Sr. Ricardo observa (p. 411) [v. *Princípios de Economia Política e Tributação. Op cit.*, p. 226], em relação à segunda causa que formulei aqui, da tendência à elevação das rendas, "que nenhuma queda de salários pode ocasionar uma elevação das rendas, pois isso não diminuiria nem a parcela nem o valor da parcela da produção que caberia ao arrendatário e ao trabalhador". Mas, afinal, para onde vão, pergunto eu, os altos salários reais da América? Para os lucros? Ou para as rendas? Se os trabalhadores recebessem permanentemente o valor de 1 *bushel* de trigo por dia, apenas as terras mais ricas poderiam arcar com a despesa de seu trabalho. Um aumento de população e uma queda de tais salários seriam absolutamente necessários para o cultivo de terras pobres. Como se pode dizer, então, que a queda dos salários não é uma das causas da elevação das rendas?

lizado no cultivo de terras mais pobres, facilitado por esses aperfeiçoamentos, e pela sua aplicação em todas as terras de melhor qualidade cultivadas anteriormente, leva a um aumento geral da renda; assim, sob um sistema mais adequado de cultivo, a renda continua subindo sem nenhuma elevação no valor de troca do trigo, sem nenhuma queda nos salários reais do trabalho ou da taxa de lucros.

Os grandes aperfeiçoamentos da agricultura que ocorreram neste país são claramente demonstrados pelo fato de os lucros do capital estarem agora tão altos quanto há aproximadamente cem anos, quando a terra sustentava pouco mais que a metade de sua população atual. E a capacidade que têm os bens de primeira necessidade de criar sua própria demanda quando distribuídos de maneira adequada está plenamente provada pelo fato palpável de que o valor de troca do trigo, em termos de seu poder de adquirir trabalho e outras mercadorias, para dizer apenas o mínimo, não diminuiu, apesar dos muitos e importantes aperfeiçoamentos sucessivos levados à agricultura, tanto pela introdução de melhores implementos quanto por um sistema aperfeiçoado de administração da terra. Na verdade, esses aperfeiçoamentos foram totalmente canalizados para o aumento de rendas da terra e para o pagamento de impostos.

Podemos acrescentar que, quando os aperfeiçoamentos são introduzidos naquelas áreas nas quais se verifica a tendência à diminuição dos custos de produção, as vantagens deles decorrentes são de imediato apropriadas, em função da renovação dos arrendamentos pelos proprietários das terras, pois os lucros do capital são necessariamente regulados pela competição, de acordo com a média geral de todo o país. Portanto, mesmo os grandes aperfeiçoamentos agrícolas ocorridos em algumas regiões da Escócia, no norte da Inglaterra e no condado de Norfolk elevaram de maneira realmente extraordinária a renda dessas áreas, permanecendo os lucros no mesmo nível.

É preciso reconhecer, portanto, que a facilidade de produção dos bens de primeira necessidade,⁶⁷ ao contrário da facilidade de produção de todas as outras mercadorias, nunca é acompanhada por uma queda permanente de preço. Pode-se dizer que os bens de primeira necessidade são as únicas mercadorias cujo valor permanente em termos de aquisição do trabalho é quase proporcional à sua quantidade. Por conseguinte, na situação atual, toda redução no custo de sua produção aumentará de forma permanente o excedente que vai para a renda da terra.

A quarta causa que tende a elevar a renda é um aumento no

67 Propriamente falando, a facilidade de produção dos bens de primeira necessidade só pode ser temporária onde as gradações do solo compreendem terras inaproveitáveis, a não ser que a falta de vontade de poupar impeça o crescimento do capital. Mas embora o trigo, nesse caso, custasse pouco trabalho, seu valor de troca seria alto, isto é, teria maior capacidade de adquirir bens.

preço dos produtos agrícolas, qualquer que seja sua origem, que aumenta a diferença entre o preço do produto e os custos da produção.

Já chamamos a atenção para uma alta no preço das matérias-primas que pode ocorrer em consequência de um aumento regular do capital e da população, enquanto o valor do dinheiro permanece aproximadamente o mesmo. Mas esse tipo de alta está confinado dentro de limites estreitos, e tem uma relação muito tênue com aquelas grandes variações no preço do trigo, freqüentemente observadas. O tipo de aumento cujos efeitos eu gostaria de considerar agora mais em detalhe é uma alta de preço devida ao crescimento da demanda, terminando numa alteração do valor dos metais preciosos.

Se uma demanda intensa e contínua dos produtos agrícolas de determinado país ocorresse em nações vizinhas, o preço desses produtos aumentaria consideravelmente. Como as despesas de cultivo só aumentariam de forma lenta e gradual até equiparar-se ao aumento da demanda, o preço do produto manteria a dianteira durante tanto tempo que haveria um estímulo prodigioso ao desenvolvimento, encorajando o emprego de muito capital para cultivar terras virgens, e tornando as antigas muito mais produtivas. Entretanto, se a demanda continuasse, o preço do trabalho aumentaria finalmente até seu nível antigo, em relação ao trigo; de modo geral poderia ocorrer uma queda substancial do valor do dinheiro, provocada pela exportação abundante de produtos agrícolas, o trabalho se tornaria extremamente forte na compra de todas as mercadorias estrangeiras e as rendas subiriam sem queda de lucros ou de salários.

A situação dos preços monetários e o rápido progresso da agricultura na América do Norte ilustram perfeitamente o caso que supomos aqui. O preço do trigo nos Estados do leste é quase tão alto quanto na França ou em Flandres, e devido à contínua demanda de braços, o preço monetário do dia de trabalho é quase o dobro do da Inglaterra. Mas esses altos preços do trigo e do trabalho facilitaram aos arrendatários e trabalhadores a compra de roupas e de todos os tipos de bens estrangeiros de primeira necessidade e de conforto. É certo que se os preços *monetários* do trigo e do trabalho tivessem ambos sido mais baixos, embora mantendo a mesma proporção entre eles, terras da mesma qualidade não poderiam ter sido cultivadas, nem poderiam ter sido obtidas rendas da mesma grandeza observada, com a mesma taxa de lucro e o mesmo salário real do trabalho.

Fatos semelhantes ocorreram em nosso país em consequência de uma demanda semelhante pelo trigo, de 1793 até o final de 1813, embora a demanda não tenha tido a mesma origem. Durante algum tempo antes da guerra, que começou em 1793, tínhamos o hábito de importar certa quantidade de cereal estrangeiro para suprir nosso consumo habitual. A guerra naturalmente aumentou o custo desse suprimento mediante a alta nas despesas de frete, dos seguros etc.; isso,

somado a algumas safras ruins e aos decretos subseqüentes do governo francês, elevou o preço do trigo importado, na quantidade requerida para suprir a demanda, de maneira extraordinária.

Essa grande elevação no preço do trigo importado, embora a importação correspondesse apenas a uma pequena proporção do trigo do país, elevou necessariamente o preço de todo o trigo na mesma proporção e deu à agricultura nacional o mesmo tipo de estímulo que ocorreria em função de uma grande demanda de nosso trigo em países estrangeiros. Enquanto isso, a escassez de braços ocasionada por uma guerra prolongada, um comércio em expansão e a necessidade de obter mais alimento, somados à inventividade sempre disponível do povo quando fortemente estimulado, introduziram tanta poupança de trabalho manual em todos os ramos da indústria que as terras novas e inferiores, cultivadas para suprir as necessidades prementes da sociedade, eram trabalhadas com menos despesas que solos mais ricos alguns anos antes. No entanto, o preço do cereal manteve-se necessariamente elevado enquanto a mais insignificante quantidade do trigo estrangeiro, que só podia ser obtido a preço muito alto, era necessária a fim de suprir a demanda existente. Com esse preço alto, que certa vez chegou a quase o triplo em cédulas e mais do dobro em moedas, comparado aos preços anteriores à guerra, era quase impossível que o trabalho não subisse mais ou menos na mesma proporção, e com ele, naturalmente, visto que os lucros não tinham caído, todas as mercadorias em que entrava trabalho.

Desse modo, tivemos uma alta geral no preço das mercadorias, ou queda no valor dos metais preciosos relativamente a outros países, circunstância essa que pudemos manter devido ao crescimento de nosso comércio exterior e à abundância de mercadorias exportáveis. Que as terras inferiores cultivadas em 1813 não tenham exigido mais trabalho do que as terras inferiores cultivadas em 1790 é reconhecido incontestavelmente pelo fato de que a taxa de juros e de lucros foi maior no último período que no primeiro. Mas os lucros não subiram a ponto de impedir que o período fosse extremamente favorável à elevação da renda. Essa alta, durante o período em questão, foi observada por todos; embora desde então tenha ocorrido uma restrição severa e calamitosa, devido a uma combinação de circunstâncias infelizes, ainda assim as grandes drenagens e as melhorias permanentes, que foram conseqüência desse poderoso estímulo à agricultura, tiveram resultados semelhantes aos da abertura de terras virgens e aumentaram a riqueza real e a população do país sem que o trabalho e a dificuldade de obter determinada quantidade de cereais aumentassem.

É óbvio, portanto, que uma queda no valor dos metais preciosos, que começa com uma alta no preço do trigo, tende nitidamente, enquanto dura, a estimular o cultivo de terras virgens e a formação de rendas maiores.

Efeito semelhante poderia ocorrer num país que continuasse a aumentar seu povo por meio de uma grande e crescente procura de suas manufaturas. Se, a partir dessa demanda, o seu valor em países estrangeiros aumentasse muito, essas manufaturas trariam de volta um grande aumento de valor, e esse aumento não deixaria de elevar o valor do produto agrícola. A demanda pelos produtos agrícolas também aumentaria e um estímulo considerável, embora talvez não da mesma grandeza do último caso, seria dado a todo tipo de melhoria da terra.

O resultado não seria muito diferente da introdução de novas máquinas, nem de uma divisão mais judiciosa do trabalho manufatureiro. Nesse caso, quase sempre acontece que não apenas a quantidade de manufaturas aumenta muito, mas também o valor da massa total cresce devido à grande magnitude da demanda pelos objetos manufaturados, tanto em nível nacional quanto externo, ocasionada pelo barateamento. Em consequência disso, vemos que em todos os países manufatureiros e comerciais ricos, o valor dos produtos manufaturados e comerciais representa uma proporção muito alta com relação ao valor dos produtos agrícolas,⁶⁸ enquanto em países relativamente pobres, sem um comércio interno e externo muito intenso, o valor de seus produtos agrícolas constitui quase toda a sua riqueza.

Nos casos em que o estímulo à agricultura origina-se da prosperidade do comércio e da indústria, às vezes acontece de o primeiro passo em direção a uma alta de preços constituir-se em aumento nos salários do trabalho comercial e manufatureiro. Isso terá, é claro, efeito imediato sobre o preço do trigo e será acompanhado por uma alta no trabalho agrícola. Não é necessário, entretanto, mesmo nesses casos, que o trabalho deva subir primeiro. Se, por exemplo, a população estivesse crescendo com a mesma velocidade do capital mercantil e manufatureiro, o único efeito seria um número crescente de trabalhadores empregados com o mesmo salário, o que ocasionaria uma alta no preço do trigo antes de haver qualquer aumento nos salários do trabalho.

Todavia, estamos supondo agora que o trabalho, no final, sobe aproximadamente até seu nível anterior em relação ao trigo, que ambos estão em níveis consideravelmente mais altos e que o dinheiro sofreu uma mudança substancial de valor. No entanto, durante esse processo de mudança, as outras despesas, além do trabalho, em que se despende capital, nunca podem elevar-se todas ao mesmo tempo, nem sequer na mesma proporção. Um período de estabilidade jamais deixa de ocorrer quando a diferença entre o preço do produto e o custo de produção aumenta a ponto de dar um grande impulso à agricultura; como o capital aumentado, que é em-

68 Segundo os cálculos do Sr. Colquhoun, o valor de nosso comércio interno e exterior, e de nossas manufaturas, excluídas as matérias-primas, é aproximadamente igual ao valor bruto derivado da terra. É provável que isso não aconteça a nenhum outro país grande. *Treatise on the Wealth, Power and Resources of the British Empire*, p. 96.

pregado em consequência da oportunidade de fazer maiores lucros temporários, quase nunca ou nunca é inteiramente retirado da terra, uma parte da vantagem daí decorrente é permanente, assim como os demais efeitos causados por uma alta maior no preço do trigo do que em alguns componentes do capital do arrendatário.

O Sr. Ricardo admite que, numa queda do valor do dinheiro, as mercadorias tributadas não subirão na mesma proporção que as outras; admitindo-se que uma queda no valor do dinheiro seja restrita a determinado país, o mesmo pode ser dito, incontestavelmente, de todas as várias mercadorias que são total ou parcialmente importadas do exterior, muitas das quais entram no capital do arrendatário. Ele atribuiria, portanto, maior capacidade de compra ao maior preço monetário do trigo em relação a esses artigos. Uma queda no valor do dinheiro não pode de fato dar-se num país que não tenha vantagens específicas de exportação; mas com essas vantagens, que sabemos existir com muita freqüência, e que com muita freqüência aumentam por meio de incentivos, uma queda no valor do dinheiro dificilmente deixa de provocar um aumento permanente na capacidade de cultivar terras mais pobres e de pagar rendas.

Por conseguinte, devido à atuação das quatro causas acima mencionadas, onde quer que a diferença entre o preço do produto e o custo dos instrumentos de produção aumente, a renda da terra sobe.

Entretanto, não é necessário que todas as quatro causas atuem ao mesmo tempo; basta que a diferença aqui mencionada aumente. Se, por exemplo, o preço do produto subisse enquanto os salários do trabalho e o preço dos outros ramos do capital não subissem proporcionalmente, e ao mesmo tempo novas técnicas agrícolas comesçassem a ser usadas, é evidente que a diferença aumentaria, embora os lucros do capital agrícola não apenas não diminuíssem, mas subissem acentuadamente.

Da grande quantidade adicional de capital empregado na terra durante os últimos vinte anos neste país, supõe-se que a maior parte foi gerada no próprio setor, e não no comércio e na indústria. E, sem dúvida, foram os altos lucros do capital agrícola — surgidos mediante melhorias no cultivo da terra e aumento constante dos preços, seguidos muito lentamente por uma alta proporcional dos bens que compõem o capital do arrendatário — que forneceram os meios para uma acumulação tão rápida e vantajosa.

Nesse caso, o cultivo ampliou-se e a renda subiu, embora um dos instrumentos de produção, o capital, fosse mais caro.

Da mesma maneira, uma queda dos lucros e das melhorias na agricultura, ou mesmo de apenas um desses fatores em separado, pode elevar as rendas, apesar de uma elevação dos salários.

É ainda mais evidente que nenhuma terra virgem pode ser cultivada enquanto a renda da terra não subir ou não permitir uma alta sobre as terras já cultivadas.

Terras de qualidade inferior requerem uma grande quantidade de capital para gerar certo produto; se o preço efetivo desse produto não compensar plenamente o custo da produção, incluindo os lucros, a terra não será cultivada. Não importa se essa compensação se realiza por um aumento no preço monetário dos produtos agrícolas, sem um aumento proporcional no preço monetário dos instrumentos de produção, ou se por uma diminuição no preço dos instrumentos de produção, sem uma diminuição proporcional no preço do produto. O que é absolutamente necessário é um maior barateamento *relativo* dos instrumentos de produção, de modo que possam ser utilizados na quantidade requerida para obter determinado produto de uma terra pobre.

Mas onde quer que os instrumentos de produção barateiem devido à atuação de uma ou mais das causas acima mencionadas, e aumente a diferença entre o preço do produto e as despesas do cultivo, a renda da terra subirá naturalmente. Segue-se, portanto, como consequência direta e necessária, que não se pode cultivar terras virgens enquanto as rendas da terra não subirem ou não permitirem uma alta nas terras já cultivadas.

É igualmente verdade que, sem a mesma tendência à elevação das rendas,⁶⁹ não se pode aplicar novos capitais na melhoria de terras antigas, ao menos se admitirmos o pressuposto de que cada propriedade agrícola já dispõe de tanto capital quanto o que pode ser empregado com vantagens de acordo com a taxa de lucros corrente.

A verdade dessa proposição surge do mero ato de afirmá-la. Certamente pode acontecer (e temo que aconteça com muita freqüência) que os arrendatários não disponham de todo o capital que poderia ser empregado em suas propriedades de acordo com a taxa corrente dos lucros agrícolas. Mas supondo que disponham, isso implica claramente que não seria possível aplicar mais capital sem alguma perda enquanto não se manifestar a tendência à elevação das rendas, em virtude da atuação de uma ou mais das causas acima enumeradas.

Conclui-se então que a capacidade de ampliar o cultivo e aumentar a produção, tanto pelo cultivo de terras virgens como pela melhoria das antigas, depende inteiramente da existência de preços tais, relativamente às despesas de produção, que elevariam as rendas no estado atual da agricultura.

Mas embora a agricultura não possa ser ampliada e a produção de um país aumentada, exceto na situação que permite uma elevação da renda, ainda assim é importante observar que essa elevação da renda não seria, de modo algum, proporcional à ampliação da agricul-

69 Podemos dizer que as rendas tendem a elevar-se quando há mais capital disponível para ser empregado em terras antigas, mas que não pode ser aplicado sem retornos menores. Quando os lucros caem nas manufaturas e no comércio, devido à redução do preço das mercadorias, os capitalistas dispõem-se a pagar rendas mais altas por propriedades antigas.

tura ou ao aumento da produção. Cada redução relativa do preço dos instrumentos de produção pode permitir o emprego de uma quantidade considerável de capital adicional; quando novas terras começam a ser cultivadas ou as antigas são melhoradas, o aumento da produção pode ser considerável, embora o aumento da renda possa ser insignificante. Em consequência disso, vemos que, no desenvolvimento agrícola de um país, a quantidade de capital empregado na terra e a quantidade de produção conseguida por ele representam uma proporção sempre crescente em relação à grandeza da renda, a menos que sejam contrabalançadas por melhorias extraordinárias nas técnicas agrícolas.⁷⁰

De acordo com informações recentemente colhidas pelo Conselho de Agricultura, a proporção média da renda em relação ao valor da produção global parece não exceder $1/5$,⁷¹ ao passo que antes, quando havia menos capital aplicado e menor valor produzido, a proporção chegava a $1/4$, $1/3$ e até mesmo $2/5$. Entretanto, a diferença numérica entre o preço do produto e as despesas do cultivo aumenta com o progresso técnico; embora o proprietário de terras tenha uma *parcela* menor da produção global, mesmo assim essa parcela menor, em função do grande aumento da produção, proporciona uma quantidade maior e lhe dá maior capacidade de adquirir trigo e trabalho. Se o produto da terra fosse representado pelo número 6, e o proprietário da terra tivesse $1/4$ desse número, sua parte seria representada por $1\ 1/2$. Se o produto da terra fosse 10, e o proprietário tivesse $1/5$ dele, sua parte seria representada por 2. No último caso, portanto, embora a cota do proprietário da terra, em relação à produção global, diminua muito, sua renda real, independente do preço nominal, aumentaria na proporção de 3 para 4. Em geral, em todos os casos de aumento de produção, se a parte do proprietário de terras em relação a essa produção não diminui na mesma proporção — o que, embora ocorra com frequência nos arrendamentos, raramente ou nunca acontece na sua renovação —, a renda real da terra sobe.

Vemos então que uma alta progressiva da renda parece ligar-se necessariamente ao progresso no cultivo de novas terras e à melhoria progressiva das antigas; vemos que essa alta é a consequência natural e necessária da atuação das quatro causas, que são a mais certa indicação de prosperidade e riqueza crescentes, ou seja, a acumulação

70 É preciso observar, fazendo-se justiça aos agricultores escoceses, que estes empregam seu capital de maneira tão habilidosa e econômica que, ao mesmo tempo que aumentaram prodigiosamente a produção, aumentaram também a proporção devida ao proprietário de terra. A diferença entre a parte da produção que cabe ao proprietário da terra na Escócia e na Inglaterra é extraordinária, a ponto de não poder ser explicada pela natureza do solo, pela ausência de dízimos e de donativos para os pobres. Consultar o valioso *Relatório Sobre a Agricultura na Escócia*, de Sir John Sinclair, e *Informes Gerais*, publicado recentemente. Esses trabalhos estão repletos de informações muito úteis e interessantes sobre questões agrícolas.

71 Ver *Depoimento à Câmara dos Lordes*, prestado por Arthur Young, p. 66.

de capital, o aumento da população, as melhorias na agricultura e o alto preço de mercado dos produtos agrícolas, ocasionados seja por uma demanda maior de países estrangeiros, seja pela ampliação do comércio e da indústria.

Seção IV

As causas que tendem a diminuir a renda da terra

As causas que levam a uma queda da renda da terra são, como seria de se esperar, o exato oposto das que levam a uma alta, a saber, a diminuição do capital, a diminuição da população, um sistema ruim de cultivo e um baixo preço de mercado de produtos agrícolas. Todos esses itens são indicações de pobreza e decadência e associam-se necessariamente ao abandono das terras inferiores e à contínua deterioração das melhores terras.⁷²

Os efeitos inevitáveis que uma redução do capital e da população provocam, ao diminuir a renda, são óbvios demais e não requerem explicações; é igualmente evidente que um sistema de cultivo inadequado e oneroso impede a formação da renda mesmo em terras férteis, ao conter o desenvolvimento da população e da demanda aquém do que as terras mais ricas poderiam suprir. Portanto, só chamarei a atenção para a quarta causa aqui mencionada.

Vimos que uma elevação no preço do trigo, ocasionando uma alteração no valor dos metais preciosos, estimula de maneira considerável a agricultura durante certo tempo, e cria algumas vantagens definitivas, podendo ocasionar uma alta permanente e considerável da renda. Esse caso exemplifica-se pelo que aconteceu neste país durante o período entre 1794 e 1814.

Da mesma maneira poderíamos afirmar que uma queda no preço do trigo, ocasionando uma elevação no valor do dinheiro, gera, segundo os mesmos princípios, uma tendência ao abandono do cultivo e à redução da renda. Isso pode ser ilustrado pelo que aconteceu na Inglaterra no final da guerra. A queda no preço do trigo, nesse período, impediu que os agricultores empregassem a mesma quantidade de trabalho ao mesmo preço. Por isso muitos trabalhadores foram inevitavelmente perdidos. Visto que sem o mesmo número de braços a terra não podia ser cultivada da mesma forma, os solos piores não foram mais trabalhados, muito capital agrícola foi destruído e as rendas caíram em toda parte. Esse colapso no poder de compra, que atingiu todos os que arrendavam ou possuíam terras, naturalmente ocasionou uma estagnação geral em todos os outros ramos de negócios. Enquanto isso, a

72 As conseqüências da importação de trigo estrangeiro serão consideradas com mais detalhes na próxima seção e numa parte subsequente deste capítulo.

queda do preço do trabalho, gerada pela competição entre os trabalhadores e associada à pobreza dos agricultores, mais a queda da renda, tanto devido à falta da capacidade quanto de vontade de pagar a renda anterior, restauraram aos poucos os preços das mercadorias, os salários do trabalho e a renda da terra aproximadamente às suas proporções anteriores, embora tudo estivesse mais barato que antes. As terras abandonadas voltaram a ser cultivadas com lucros; mas o período de elevação do valor do dinheiro correspondeu a uma fase em que se reduziram a produção, o capital e a renda. O país retoma o movimento progressivo a partir de uma situação de pobreza; devido a uma queda no valor do trigo maior que à das mercadorias tributadas, estrangeiras e outras, que constituem parte do capital do arrendatário e dos bens de primeira necessidade e de conforto do trabalhador, as dificuldades permanentes da agricultura foram grandes comparadas com a fertilidade natural dos piores solos efetivamente cultivados na época.

Conclui-se que, desenvolvendo-se o cultivo e crescendo as rendas, não é necessário que os preços de todos os instrumentos de produção caíam ao mesmo tempo; conclui-se também que a diferença entre o preço do produto e o custo do cultivo pode aumentar, embora os lucros do capital ou os salários do trabalho possam ser mais altos, ao invés de mais baixos.

Da mesma forma, quando a produção de um país está declinando e a renda caindo, não é necessário que todos os instrumentos de produção sejam mais caros. Durante um processo natural de decadência, os lucros do capital são necessariamente baixos, porque é especificamente a falta de retornos adequados que ocasiona essa decadência. Depois que o capital foi destruído, os lucros podem tornar-se altos e os salários baixos; mas o alto preço dos produtos agrícolas, associado aos lucros de um capital exíguo, pode mais que compensar os baixos salários do trabalho e tornar impossível cultivar uma terra que requeira muito capital.

Conclui-se também que, desenvolvendo-se a agricultura e subindo as rendas, a renda da terra, embora maior em valor absoluto, representa uma proporção cada vez menor do capital empregado na terra e da produção dele derivada. Segundo o mesmo princípio, quando a produção diminui e a renda cai, embora a quantidade de renda sempre seja menor, sua proporção relativamente ao capital e à produção será maior. No primeiro caso, a menor proporção da renda deve-se à necessidade de anualmente tomar terras virgens de qualidade inferior para cultivar e de melhorar as terras antigas, proporcionando apenas os lucros comuns do capital, com pouca ou nenhuma renda. Da mesma forma, no segundo caso, a alta proporção da renda deve-se à falta de estímulo para despesas maiores na agricultura e à necessidade de empregar o capital reduzido do país exclusivamente no cultivo das terras mais ricas, deixando que as restantes produzam a renda que se paga por elas em pastagens naturais. Essa renda, embora pequena, representa

uma grande *proporção* do trabalho e do capital empregados. Portanto, à medida que os preços relativos se modificam de modo a ocasionar uma queda progressiva da renda, mais e mais terras deixarão, aos poucos, de ser cultivadas; as restantes serão mais mal cultivadas e a queda da produção ocorrerá a uma taxa ainda maior que a da diminuição da renda.

Se a teoria aqui formulada a respeito das leis que governam a alta e a queda da renda está próxima da verdade, não será verdadeira a teoria de que se os produtos agrícolas fossem vendidos a um preço que proporcionasse um excedente líquido menor, a agricultura continuaria igualmente rendosa para o capital em geral. Em relação às minhas próprias convicções, de fato não tenho nenhuma dúvida de que, se uma nação rica e desenvolvida, orientando-se pela concepção de que o alto preço dos produtos agrícolas — que geram a renda — é tão prejudicial ao consumidor quanto vantajoso para o proprietário da terra, se esta nação decretasse leis que diminuíssem o preço do produto até que não restasse nenhum excedente sob a forma de renda em parte alguma, isso levaria ao abandono do cultivo não só das piores terras, mas de todas, com exceção das excelentes, e provavelmente reduziria sua produção e sua população a menos de 1/10 de suas dimensões anteriores.

Seção V

A dependência do volume efetivo de produção da terra em relação à renda e aos preços vigentes

A partir das considerações que acabamos de fazer sobre a formação da renda da terra, conclui-se que o nível efetivo da renda natural da terra é necessário para a produção efetivamente obtida; conclui-se também que o preço do trigo, em todos os países prósperos, deve ser igual ao custo de produção nas terras mais pobres efetivamente cultivadas, mais a renda que proporcionaria em condições naturais, ou igual ao custo do cultivo adicional em terras antigas, que só proporciona os retornos usuais do capital agrícola, com pouca ou nenhuma renda.

É óbvio que o preço não pode ser menor, pois nesse caso aquela terra não seria cultivada, nem aquele capital empregado. Mas também não pode ultrapassar muito esse preço, porque sempre interessará ao proprietário continuar arrendando terras cada vez mais pobres, na medida em que pode obter por elas um pouco mais do que renderiam em condições naturais, e também porque sempre convirá a qualquer arrendatário que possa aplicar algum capital utilizá-lo em suas terras, caso a produção adicional resultante dessa aplicação reponha plenamente os lucros de seu capital, embora nada proporcione ao proprietário da terra.

Concluimos, então, que o preço do trigo, em relação à *quantidade total* cultivada, é o preço natural ou necessário, isto é, é o preço ne-

cessário para obter o volume efetivo de produção, embora a maior parte do trigo seja vendida a um preço muito superior ao necessário à sua produção; isso ocorre porque a maior parte do trigo é produzida com menos despesas, enquanto seu valor de troca continua o mesmo.

A diferença entre o preço do trigo e o preço das manufaturas, relativamente ao preço natural ou necessário, é a seguinte: se o preço de qualquer manufatura fosse substancialmente desvalorizado, toda a manufatura seria inteiramente destruída, enquanto se o preço do trigo fosse substancialmente desvalorizado, somente sua *quantidade* diminuiria. Ainda haveria alguma maquinaria no país em condições de fornecer trigo ao preço reduzido.

Às vezes se compara a terra a uma grande máquina doada ao homem pela Natureza para a produção de alimento e matérias-primas; mas, para tornar a comparação mais justa, se é que realmente se pode fazer essa comparação, deveríamos considerar o solo um presente composto por um grande número de máquinas, todas passíveis de melhorias contínuas mediante a aplicação de capital, mas mesmo assim com capacidades e características próprias muito diferentes.

Essa grande desigualdade nas capacidades da maquinaria empregada na produção de matéria-prima constitui um dos traços mais notáveis que diferenciam a maquinaria agrícola da empregada nas manufaturas.

No caso da invenção de uma máquina para aplicação da manufatura, produzindo resultados mais perfeitos com menos trabalho e capital, e no caso de não haver patente, ou da patente expirar, pode-se construir um número suficiente dessas máquinas para suprir toda a demanda e substituir inteiramente a maquinaria antiga. A consequência natural disso é que o preço se reduz ao preço de produção da melhor maquinaria; se o preço cair ainda mais, toda a mercadoria será retirada do mercado.

As máquinas que produzem trigo e matérias-primas, ao contrário, são dadas pela Natureza, não obra humana. E sabemos pela experiência que essas dadas têm características e capacidades muito diferentes. As terras mais férteis de um país que, como as melhores máquinas manufatureiras, proporcionam a maior quantidade de produção com o mínimo de trabalho e capital, nunca são suficientes, devido à segunda das principais causas da renda acima citadas, para suprir a demanda efetiva de uma população em crescimento. Portanto, o preço dos produtos agrícolas sobe naturalmente até cobrir o custo de produzi-los com máquinas inferiores e por um processo mais caro; como não pode haver dois preços para o trigo de mesma qualidade, todas as outras máquinas, cujo funcionamento requer menos capital, comparativamente à produção, devem proporcionar renda de acordo com seu grau de eficiência.

Desse modo, pode-se considerar que toda extensão de terra possui máquinas de diferentes graus de eficiência para a produção de trigo e de matérias-primas, incluindo nessas diferenças não apenas todas

as várias qualidades de terra pobre, que todo grande território tem em abundância, mas também a maquinaria inferior, por assim dizer, empregada nas terras férteis quando elas são forçadas a produzir um adicional cada vez maior. À medida que o preço dos produtos agrícolas continua subindo, essas máquinas inferiores são sucessivamente postas em funcionamento; à medida que o preço dos produtos agrícolas continua caindo, elas são sucessivamente paralisadas. O exemplo que usamos aqui serve para mostrar logo o caráter necessário do preço efetivo do trigo em relação à produção efetiva nas condições dominantes na maioria dos países que conhecemos, e os diferentes resultados de uma grande redução no preço de qualquer manufatura e de uma grande redução no preço dos produtos agrícolas.

Entretanto, não devemos tirar conclusões excessivas dessa gradação da maquinaria da terra. É isso que acontece em quase todos os países e é claramente responsável pelo nascimento e evolução da renda enquanto ainda existe uma quantidade considerável de terras. Essa gradação não é estritamente necessária nem para a formação original nem para a elevação regular e subsequente da renda. Tudo que é necessário para produzir esses resultados é a existência das duas primeiras causas da renda anteriormente mencionadas, somadas à limitação do território ou à escassez de terras férteis.

Quaisquer que sejam as características de uma mercadoria, todos sabem que ela não pode ter nenhum valor de troca se existe numa quantidade muito superior às necessidades daqueles que devem usá-la. Mas são tais as características dos bens de primeira necessidade que, num território limitado e em circunstâncias normais, eles não podem estar em excesso de maneira permanente. Se todas as terras desse país fossem exatamente da mesma qualidade, e todas muito ricas, não há a menor dúvida de que após toda a terra ter sido cultivada, tanto os lucros do capital quanto os salários reais do trabalho começariam a diminuir até que os lucros se reduzissem ao necessário para manter o capital existente, e os salários ao necessário para manter a população existente, enquanto as rendas seriam altas, na proporção exata da fertilidade do solo.

O resultado não seria essencialmente diferente se a quantidade de capital que pode ser empregada com vantagem nessas terras férteis fosse extremamente limitada, de modo que nenhum capital seria necessário além do indispensável para arar e semear. Também não há dúvida de que o capital e a população cresceriam em outros setores, até que ambos estacionassem e a renda tivesse alcançado os limites prescritos pelas capacidades do solo e pelos hábitos do povo.

Nesses casos, é óbvio que a renda não é regulada pelas gradações do solo ou pelos diferentes rendimentos do capital na mesma terra. É um despropósito concluir-se da teoria da renda da terra, como fez o Sr. Ricardo, que “é apenas porque a terra tem características diferentes

em relação à sua capacidade produtiva e porque, com o aumento da população, terras de qualidade inferior ou desfavoravelmente localizadas começam a ser cultivadas que se paga renda para usá-las".⁷³

Há outra dedução tirada da teoria da renda da terra que implica um erro de muito importância e contra o qual devemos resguardar-nos com o maior cuidado.

Com o avanço da agricultura, à medida que terras cada vez mais pobres começam a ser cultivadas, a taxa de *lucros* é limitada pela capacidade produtiva das terras cultivadas por último, como demonstraremos cabalmente num capítulo posterior. Desse fato tem-se deduzido que, quando parcelas sucessivas de terras deixam de ser cultivadas, a taxa de lucros será alta em proporção à fertilidade natural superior da terra que, nesse caso, será a terra cultivada menos fértil.

Se a terra, pobre ou fértil, não proporcionasse nenhuma renda em seu estado natural, e se os preços relativos do capital e da produção permanecessem os mesmos e toda a produção fosse dividida entre lucros e salários, a conclusão poderia ser correta. Mas não são essas as premissas que supomos aqui. Num país civilizado, as terras não cultivadas sempre proporcionam renda de acordo com sua capacidade natural de alimentar o gado ou de produzir madeira. E é claro que quando parcelas de terra deixaram de ser cultivadas, particularmente quando isso foi ocasionado pela importação de trigo mais barato e, em conseqüência, sem uma redução de população, a última parcela que deixou de ser cultivada pôde proporcionar uma pequena renda em pastagens, embora consideravelmente menor que antes. Como afirmamos na seção anterior, a renda diminuirá, mas não muito, seja em proporção ao capital empregado na terra, seja em proporção à produção dela derivada. Nenhum proprietário permitirá que sua terra seja cultivada por um arrendatário que paga pouca ou nenhuma renda, quando pode obter uma renda muito maior deixando-a para pastagens e economizando as despesas anuais do capital nela empregado. Em conseqüência disso, como a produção das piores terras efetivamente cultivadas nunca pode ser inteiramente dividida entre lucros e salários, e no caso que supomos acima, nem mesmo de modo aproximado, as condições dessa terra ou seu grau de fertilidade não podem regular a taxa de lucros sobre ela.

Se a essa situação acrescentamos o efeito decorrente de uma alta no valor do dinheiro e a provável queda do trigo, mais que a do gado usado no trabalho, é óbvio que surgirão dificuldades permanentes no cultivo e que terras mais ricas não proporcionarão lucros superiores. A renda mais alta, paga pela terra que começou a ser cultivada por último, somada a maior despesa do capital, comparativamente ao preço

73 *Principles of Political Economy*. Cap. II, p. 70, nota. Essa passagem foi tirada da 1ª edição e está ligeiramente diferente na 2ª, p. 70, mas não tanto que tenha mudado de sentido.

do produto, pode compensar plenamente, e até mais que compensar, a diferença de fertilidade natural.

Em relação ao capital que o rendeiro pode aplicar em suas terras para obter uma produção maior sem pagar uma renda adicional, sua taxa de lucros deve obedecer à taxa geral de lucros. Se o preço de mercadorias manufaturadas e comercializadas devesse permanecer o mesmo apesar da queda do trabalho, os lucros decerto se elevariam, mas não continuariam os mesmos, como mostramos no capítulo anterior. Os novos preços das mercadorias e os novos lucros de capital seriam determinados segundo os princípios da concorrência; qualquer que fosse a taxa assim determinada, o capital seria retirado da terra até que essa taxa fosse atingida. Os lucros do capital empregado da forma que acabamos de descrever são sempre uma consequência e nunca fatores orientadores ou reguladores.

Devemos acrescentar que, na evolução regular de um país em relação à agricultura e às melhorias em geral, e numa situação normal, podemos perfeitamente presumir que, se a terra que começou a ser cultivada por último é rica, e o capital é escasso e os lucros certamente serão altos, mas se a terra deixou de ser cultivada, devido à obtenção de trigo mais barato por meio de importação, essa conclusão não se justifica. Ao contrário, o capital pode ser abundante, comparativamente à demanda do trigo e das mercadorias; nesse caso, e durante o período em que houver essa abundância, os lucros serão baixos, qualquer que seja a situação da terra.

Essa é uma distinção da maior importância prática, e parece-me ter sido negligenciada pelo Sr. Ricardo.

Veremos que a renda paga pelo que a terra produz em seu estado natural, embora faça uma diferença essencial nas questões relativas ao lucro e às partes componentes do preço, não invalida de modo algum a importante teoria de que, em países prósperos, em sua situação costumeira de gradações de solo, o trigo é vendido pelo seu preço natural ou necessário, isto é, pelo preço necessário para gerar a oferta efetiva no mercado. Em média, esse preço será no mínimo igual aos custos de sua produção na pior terra efetivamente cultivada, mais a renda dessa terra em seu estado natural, porque, se o preço cai abaixo disso, o agricultor dessa terra não poderá pagar ao proprietário uma renda tão alta quanto a que este obteria da terra sem cultivo e, em consequência, a terra não será cultivada e a produção diminuirá. A renda da terra em seu estado natural é obviamente, portanto, uma parte tão necessária do preço de todos os produtos agrícolas que, se não for paga, esses produtos não chegam ao mercado; ademais o preço real de fato pago pelo trigo é, em média, absolutamente necessário para a produção da mesma quantidade, ou, para usar a mesma expressão de antes, o trigo, em relação ao volume total produzido, é vendido por seu preço necessário.

Espero que o leitor me desculpe por apresentar de várias formas

a teoria de que o trigo, em relação à quantidade efetivamente produzida, é vendido por seu preço necessário, assim como as manufaturas. Isso se deve ao fato de que eu considero essa teoria uma verdade da maior importância, e que foi negligenciada pelos economistas, por Adam Smith e por todos os autores que afirmam que os produtos agrícolas são sempre vendidos a preço de monopólio.

Seção VI

A relação entre a riqueza comparativamente grande e o preço comparativamente alto dos produtos agrícolas

Adam Smith explicou com muita clareza de que maneira o aumento da riqueza e das melhorias tende a elevar o preço do gado, das aves domésticas, dos materiais de vestuário e de moradia, dos minérios mais úteis etc., comparativamente ao trigo, mas não explicou as causas naturais que tendem a determinar o preço do trigo. Na realidade, deixou que o leitor concluísse que ele considera o preço do trigo como algo determinado apenas pela situação das minas, que no momento suprem o mundo comercial de um meio de circulação. Mas essa é uma causa que, embora sem dúvida explique o alto ou baixo preço do trigo, não explica as diferenças relativas em seu preço em países diferentes ou comparados a certas mercadorias do mesmo país. Concordo inteiramente com Adam Smith que é muito útil investigar as causas do preço elevado, pois, a partir do resultado da investigação, é possível descobrir que a própria situação que lamentamos pode ser a consequência necessária e o sinal mais inequívoco do aumento da riqueza e da prosperidade. Mas de todas as investigações desse tipo, certamente nenhuma é mais importante ou de interesse mais geral que a investigação das causas que afetam o preço do trigo e ocasionam diferenças tão visíveis em seu preço em países diferentes.

Essas causas, em relação aos principais efeitos observados, parecem ser duas:

1) A diferença no valor dos metais preciosos em países diferentes, sob circunstâncias diferentes.

2) A diferença na quantidade de trabalho e de capital necessários à produção do trigo.

À primeira causa devem ser atribuídas as principais diferenças no preço do trigo em países diferentes, particularmente nos situados a grande distância uns dos outros.

Se o valor do dinheiro fosse o mesmo em todos os países, então as diferenças de preço decorreriam exclusivamente dos diferentes custos de produção, sob todas as circunstâncias existentes no país.

As nações mais ricas, em condições semelhantes às demais, ou têm trigo a um preço mais alto, ou dependem dos vizinhos para se manterem.

Preço elevado ou importação dos bens de primeira necessidade são as alternativas naturais decorrentes de um grande aumento da riqueza, embora as circunstâncias possam submetê-las a várias modificações.

O trigo tem uma tendência natural a subir com a evolução da sociedade, em função do aumento do custo de produção, e as manufaturas têm uma tendência constante a cair pelo motivo oposto.

Qualquer das duas causas do elevado preço do trigo que consideremos, esse preço elevado geralmente se relaciona com a riqueza, ao contrário da afirmação de Adam Smith.

Seção VII

As causas que podem levar o proprietário a incorrer em erro ao arrendar suas terras, com prejuízo tanto para ele como para o país

Na evolução de um país para uma situação de grande desenvolvimento, a riqueza do proprietário de terras, segundo os princípios aqui colocados, deveria aumentar gradualmente, embora sua posição e influência na sociedade provavelmente diminuam, devido ao número e riqueza cada vez maiores dos que vivem de um excedente⁷⁴ ainda mais importante — os lucros do capital.

Com poucas exceções, a queda progressiva do valor dos metais preciosos por toda a Europa e a queda ainda maior que ocorreu nos países mais ricos, somada ao aumento da produção agrícola, tudo isso deve levar o proprietário de terras a esperar um aumento da renda no momento da renovação dos arrendamentos. Mas, ao arrendar novamente suas terras, ele está sujeito a cair em dois erros, que são quase tão prejudiciais a seus próprios interesses quanto aos de seu país.

Ao arrendar suas terras ao que faz a melhor oferta, sem outras considerações, ou ao tomar uma alta temporária de preço por uma alta permanente, ele pode impedir a melhoria de suas propriedades.

A mesma prudência é necessária ao elevar as rendas, mesmo quando a alta de preços parece ser permanente. No aumento dos preços e das rendas, esta deve estar sempre um pouco atrás, não só para permitir os meios de descobrir se a alta é temporária ou permanente, mas, mesmo no último caso, para dar algum tempo para a acumulação de capital agrícola, a qual certamente beneficiará o proprietário depois.

Não há nenhuma razão plausível para acreditar que, se os proprietários de terras transferissem toda a sua renda para seus rendeiros, o trigo seria mais abundante e mais barato. Se a análise feita antes

74 Já dei a entender, antes, que o lucro pode ser inadequadamente chamado de excedente. Mas, seja excedente ou não, o lucro é a mais importante fonte de riqueza por ser, incontestavelmente, a principal fonte de acumulação.

for correta, os últimos acréscimos feitos a nossa produção nacional são vendidos quase ao custo de produção e não é possível produzir a mesma quantidade em nossa própria terra a um preço menor, mesmo sem renda. O resultado da transferência de toda a renda para os rendeiros seria simplesmente o de transformá-los em fidalgos e fazê-los cair na tentação de cultivar suas terras sob a superintendência de administradores relapsos e desinteressados, em vez do olho vigilante do dono, a quem o medo da ruína torna cuidadoso e cujos esforços são estimulados pela esperança de prosperidade. Os exemplos mais freqüentes de operosidade bem-sucedida e de conhecimento bem dirigido são encontrados entre os que pagaram uma boa renda por suas terras e entre os que aplicaram todo o seu capital no empreendimento e se sentem no dever de zelar por ele com cuidado incessante, aumentando-o sempre que possível.

Mas quando há espírito de operosidade e de empresa entre os rendeiros, é importante que tenham meios para acumular e se desenvolver.

As irregularidades na circulação da moeda são uma outra fonte de erro para o proprietário de terras. Quando duram muito tempo, ele deve aumentar sua renda de acordo com elas, e diminuí-la novamente quando o valor do dinheiro é restaurado.

Com essas precauções, o proprietário de terras pode esperar tranquilamente por um aumento permanente da renda, e se, em determinado país cuja agricultura está sendo ampliada, a renda não sobe mais que na proporção do preço do trigo, isso só pode ocorrer devido à tributação.

Embora de nenhuma maneira seja verdade, como afirmam os economistas, que todos os impostos recaem sobre a renda líquida dos proprietários de terra, ainda assim é certamente verdade que estes não têm meios de se livrar dos impostos. Também é verdade que possuem um fundo mais disponível e mais adequado à tributação que qualquer outro. Em conseqüência, são tributados com mais freqüência, tanto direta quanto indiretamente. E caso paguem, como certamente fazem, muitos impostos que recaem sobre o capital do arrendatário e sobre os salários do trabalhador, assim como os lançados sobre eles mesmos, os proprietários de terras necessariamente os sentem por meio da diminuição daquela parcela do produto global que, sob outras circunstâncias, lhes caberia.

Seção VIII

A relação estrita e necessária entre os interesses do proprietário de terras e os do Estado, num país que sustente sua própria população

Adam Smith diz que o interesse do proprietário de terras está intimamente vinculado ao do Estado,⁷⁵ e que a prosperidade ou adversidade de um envolve a prosperidade ou adversidade do outro. A

teoria da renda da terra, de acordo com a formulação feita no presente capítulo, parece confirmar decididamente a afirmação de Adam Smith. Se, quaisquer que sejam as riquezas naturais da terra, as principais causas que contribuem para os interesses do proprietário são o aumento de capital, o aumento da população, aperfeiçoamento na agricultura e uma demanda crescente dos produtos agrícolas, gerada pela prosperidade do comércio, não podemos considerar os interesses do proprietário separadamente dos interesses do Estado e do povo.

No entanto, o Sr. Ricardo afirma que “o interesse do proprietário de terras sempre se opõe ao do consumidor e do manufator”,⁷⁶ isto é, aos interesses de todas as outras classes. Ele chegou a essa concepção, muito coerentemente, por meio da noção peculiar que tem da renda da terra, a qual o leva a dizer que é em função do interesse do proprietário de terras que o custo relativo da produção do trigo aumentaria,⁷⁷ e que os aperfeiçoamentos da agricultura tendem antes a diminuir que a aumentar a renda.

Se essa concepção da teoria da renda da terra fosse correta, e fosse realmente verdade que os rendimentos do proprietário de terras aumentam devido à maior dificuldade e diminuem devido à maior facilidade de produção, o conceito estaria indubitavelmente bem fundamentado. Mas se, ao contrário, verificamos que os rendimentos do proprietário de terras dependem na prática da fertilidade natural do solo, de melhorias na agricultura e de invenções que poupem trabalho, ainda podemos pensar, como Adam Smith, que o interesse do proprietário de terras não se opõe ao do país.

Se existissem terras muito férteis em tal abundância, comparativamente à população, que todo homem pudesse usar toda a extensão que quisesse, não haveria renda nem propriamente donos de terras. Esta é uma verdade tão óbvia que nem vale a pena repetir. Também estamos prontos a admitir que, se pudéssemos supor que de repente, neste ou em qualquer outro país, o solo se tornasse tão fértil que a décima parte da superfície e a décima parte do trabalho, agora empregadas na agricultura, pudessem sustentar folgadoamente a população atual durante algum tempo a renda diminuiria consideravelmente.

Mas de nada serve *alongar-se sobre isso* e tirar conclusões gerais de suposições que nunca se realizarão.

O que queremos saber é se — vivendo como vivemos num mundo limitado, em países e distritos ainda mais limitados e segundo leis físicas relativas à produção do solo e ao aumento da população, que, como prova a experiência, existem — os interesses do proprietário de terras opõem-se, em geral, aos da sociedade. E com essa visão do as-

75 *Wealth of Nations*. 6ª ed. Livro Primeiro. Cap. XI, p. 394.

76 *Princípios de Economia Política e Tributação*. Op. cit. Cap. XXIV, p. 226.

77 *Ibid.*

sunto, a questão pode ser resolvida mediante recurso aos princípios mais irrefutáveis, confirmados pelos fatos mais evidentes.

Quaisquer que sejam as suposições fantasiosas que possamos fazer sobre melhorias súbitas da fertilidade, nada do que tenhamos visto ou ouvido dizer na prática se aproxima do que sabemos sobre a capacidade que tem a população de crescer, até o nível definido pelos meios adicionais de subsistência.

Os aperfeiçoamentos agrícolas, ainda que muito consideráveis, sempre são parciais e graduais. E, onde eles ocorrem, sempre há uma demanda efetiva de trabalho, e o aumento da população ocasionado pela maior facilidade de se obter alimentos logo alcança a produção adicional. Em vez de se deixar de cultivar terras, mais terras são cultivadas devido ao barateamento dos instrumentos de cultivo e, nessas circunstâncias, a renda sobe em vez de cair. Esses resultados me parecem tão completamente confirmados pela experiência, que duvido da existência de um único exemplo na história da Europa, ou de qualquer outra parte do mundo, em que os aperfeiçoamentos na agricultura levaram, na prática, à diminuição da renda.

Eu diria, além disso, que os aperfeiçoamentos agrícolas não só nunca diminuiriam a renda, como foram até agora, e podemos esperar que continuem sendo, a *principal* fonte de aumento da renda em quase todos os países que conhecemos.

Como a maioria dos países tem variados solos, a renda sobe à medida que a agricultura se estende às terras mais pobres. Essa é uma proposição fundamental da teoria que estamos expondo neste capítulo. Não obstante, a relação entre a renda e a fertilidade ainda subsiste com a mesma solidez. São as terras mais ricas as que proporcionam renda, não as pobres. As terras pobres só são cultivadas porque o aumento da população requer todos os recursos do país e, se não existissem solos pobres, esses recursos seriam requeridos da mesma forma. Um território limitado, mesmo que seja fértil, logo é povoado, e tão logo o seja, a renda sobe ainda que não haja nenhum aumento na dificuldade de produzir alimentos.

É evidente, pois, que a dificuldade de produção não tem nenhuma ligação com o aumento da renda exceto quando, como na situação atual da maioria dos países, esta é conseqüência natural de um aumento do capital e da população e de uma queda dos lucros e dos salários, ou, em outras palavras, de um aumento da riqueza.

Mas, apesar de tudo, o aumento da renda, resultante de um aumento do preço gerado exclusivamente pela maior quantidade de trabalho e de capital necessários para produzir determinada quantidade de trigo em terras virgens, é muito mais limitado do que se supõe. Em relação à maioria dos países que conhecemos, veremos que, na prática, tanto os aperfeiçoamentos na agricultura como a poupança de

trabalho na terra tem sido, e podemos esperar que continuem sendo, uma fonte muito mais poderosa de aumento de renda.

Já se demonstrou que o aumento muito grande da renda que houve neste país durante os últimos cem anos, mais ou menos, deve-se principalmente às melhorias na agricultura, pois os lucros subiram e pouco ou nada foi tomado dos salários das famílias, se incluirmos os donativos paroquiais e os ganhos das mulheres e das crianças. Em conseqüência, essa renda deve ter resultado de maior destreza e capital empregados na terra, e não de uma transferência de lucros e salários, a partir de seu nível de cerca de cem anos atrás.

Essa posição pode ser exemplificada pela Inglaterra, pela Escócia, pela Irlanda, pela Polônia, pela Índia e pela América do Sul.

Em todos esses países, o futuro aumento da renda dependerá sobretudo da melhoria do sistema agrícola.

Os Estados Unidos da América parecem ser o único país que admitiria uma alta considerável da renda mediante mera transferência de lucros e salários.

Em países antigos, muito trabalho e ignorância caracterizam o sistema de cultivo, disso podendo resultar lucros e salários baixos com muita terra fértil sem cultivo, e esse parece ser um caso muito freqüente.

Mas se, independente da importação, todo bem que tende a enriquecer um país aumenta a renda e todo bem que tende a empobrecê-lo diminui a renda, é preciso reconhecer que os interesses do proprietário de terras e do Estado estão intimamente ligados.

O Sr. Ricardo, como observei antes, vê apenas um aspecto, elementar e restrito, da evolução da renda. Ele pensa que a renda é criada exclusivamente pelo aumento de preço decorrente da maior dificuldade de produção.⁷⁸ Contudo, se em muitos países a renda pode dobrar ou triplicar devido aos aperfeiçoamentos na agricultura, enquanto em uns poucos países ela pode sofrer uma elevação de 1/4 ou 1/5, e em alguns nem de 1/10, devido ao aumento de preço decorrente da maior dificuldade de produção — nessas condições, não devemos reconhecer que essa concepção de renda compreende apenas uma parte muito pequena da questão e, em conseqüência, que as condições gerais dela tiradas são absolutamente inaplicáveis na prática?

É preciso observar ainda que, em relação aos aperfeiçoamentos na agricultura, a maneira pela qual o Sr. Ricardo avalia o aumento ou diminuição da renda é muito peculiar; essa peculiaridade no uso dos termos tende a distanciar cada vez mais suas conclusões da verdade tal como é expressa na linguagem habitual da Economia Política.

78 Parece que o Sr. Ricardo sempre supõe que as dificuldades cada vez maiores da produção serão sempre superadas por preços cada vez mais altos, e que o volume da produção será o mesmo. Mas essa é uma suposição injustificada. De onde viria o preço mais alto? Maiores dificuldades, na situação real dos recursos de um país, sempre levam à diminuição da produção.

Referindo-se à divisão do produto global da terra e do trabalho de um país entre as três classes, a dos proprietários de terra, a dos trabalhadores e a dos capitalistas, ele diz o seguinte:

“Não é por meio da quantidade absoluta da produção obtida por cada classe que podemos julgar corretamente a taxa de lucros, a renda e os salários, mas por meio da quantidade de trabalho requerida para obter a produção. Com aperfeiçoamentos na maquinaria e na agricultura, a produção global pode dobrar, mas se os salários, a renda e os lucros também dobrassem, manter-se-iam as proporções entre eles. Se os salários não partilham do total desse aumento, se em vez de dobrar eles aumentam apenas de metade, se a renda, em vez de dobrar, só aumenta de $\frac{3}{4}$ e o aumento restante vai para o lucro, é correto dizer que a renda e os salários caíram enquanto os lucros subiram. Se tivéssemos um padrão invariável pelo qual medimos o valor desse produto, descobriríamos que um valor menor foi destinado à classe dos trabalhadores e à classe dos proprietários de terra, e um valor maior à classe dos capitalistas”.⁷⁹

Um pouco mais adiante, tendo estabelecido algumas proporções específicas, observa: “Nesse caso, devo dizer que, embora os salários e a renda tenham caído e os lucros subido em decorrência da abundância de mercadorias, o montante pago ao trabalhador e ao proprietário da terra teria aumentado na proporção de 25 para 44”.⁸⁰

Com respeito a essa afirmação, devo observar que, se a aplicação do padrão de valor invariável do Sr. Ricardo leva naturalmente ao uso desse tipo de linguagem, quanto antes esse padrão for descartado, tanto melhor, pois numa investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, essa linguagem necessariamente cria perpétua confusão e erro. Pois o que ela implica? Ela implica que a renda do proprietário de terras cai e que seus interesses sofrem quando ele obtém como renda cerca de $\frac{3}{4}$ a mais de produtos agrícolas que antes e com esse produto poderá, de acordo com as próprias teorias do Sr. Ricardo, adquirir $\frac{3}{4}$ a mais de trabalho. Ao aplicar essa linguagem a nosso próprio país, devemos dizer que a renda caiu consideravelmente durante os últimos quarenta anos porque, embora a renda tenha aumentado muito seu valor de troca — em termos de seu poder de adquirir dinheiro, trigo, trabalho e manufatura —, conclui-se, pelos relatórios do Ministério da Agricultura, que a renda é agora apenas $\frac{1}{5}$ da produção bruta,⁸¹ enquanto antes era $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{3}$.

Com relação ao trabalho, devemos afirmar que é barato na América, embora até agora tivéssemos o hábito de considerá-lo muito caro, tanto em valor monetário como em capacidade de adquirir os bens de

79 *Principles of Political Economy*. 2ª ed. Cap. I, p. 64.

80 *Id.*, p. 65.

81 *Relatórios da Câmara dos Lordes Sobre as Leis do Trigo*, p. 66.

primeira necessidade e de conforto. E devemos dizer que é caro na Suécia porque, embora o trabalhador ganhe apenas salários monetários baixos, e com esses baixos salários só possa comprar uns poucos bens de primeira necessidade e de conforto, ainda assim, na divisão do produto global de uma agricultura trabalhosa em solo pobre, uma proporção maior vai para o trabalho.⁸²

Nessa linguagem insólita, o Sr. Ricardo foi traído pelo erro fundamental de confundir custo e valor, mais o erro de considerar os produtos agrícolas da mesma forma que as manufaturas. Isso seria verdade se, mediante os aperfeiçoamentos na maquinaria, a produção de musselinas dobrasse e essa maior quantidade não obtivesse em troca uma quantidade maior de trabalho e de bens de primeira necessidade que antes e que tivesse, portanto, pouco ou nenhum efeito sobre a população. Mas o próprio Sr. Ricardo disse que “se os aperfeiçoamentos se estendessem a todos os objetos consumidos pelo trabalhador, é provável que o encontrássemos, depois de alguns anos, usufruindo de pouco ou nenhum aumento de seu bem-estar”.⁸³ Em conseqüência, de acordo com o Sr. Ricardo, a população crescerá em proporção ao aumento dos principais artigos consumidos pelo trabalhador.

Mas se a população aumenta de acordo com os bens de primeira necessidade que o trabalhador pode adquirir, o crescimento da quantidade de produtos agrícolas que cabe ao proprietário de terras aumenta o valor de troca de sua renda, estimada em trabalho, trigo e mercadorias. Certamente, a renda e os interesses dos proprietários de terras serão estimados pelo valor de troca real, e não por um padrão imaginário, que deve medir *proporções* ou custo em trabalho. Aconteceria com muita freqüência que, após a introdução das melhorias, de acordo com o significado natural e habitual atribuído ao termo, a renda subiria, ao passo que, segundo a nova forma de estimar a renda adotada pelo Sr. Ricardo, ela cairia.

É desnecessário dizer que, referindo-me aos interesses do proprietário de terras, tenho em mente o que eu chamaria de sua renda real e seus interesses reais, isto é, sua capacidade de adquirir trabalho e bens de primeira necessidade e de conforto, qualquer que seja a proporção dessas rendas relativamente à produção global ou qualquer que seja a quantidade de trabalho que possa ter sido empregado em sua produção.⁸⁴

82 Foi especificamente essa aplicação insólita de termos comuns que tornou o trabalho do Sr. Ricardo tão difícil de entender. Na verdade, requer um esforço mental constante e penoso lembrar-se a todo momento o que ele quer dizer com rendas altas e baixas, e com salários altos e baixos. Em outros aspectos, sempre considerei o trabalho perfeitamente claro. Nunca é obscuro, a não ser quando a própria concepção está errada, ou quando os termos são usados em sentido pouco comum.

83 *Princípios de Economia Política e Tributação. Op. cit. Cap. I, p. 46.*

84 Penso que essa interpretação do termo renda da terra é inteiramente coerente com a primeira definição que lhe dei. Considero renda a *parcela* (e não *proporção*) do valor da produção que cabe ao proprietário da terra; se o valor da produção global de qualquer extensão de

Mas, na realidade, de acordo inclusive com as concessões feitas pelo Sr. Ricardo, os aperfeiçoamentos agrícolas tendem, a médio prazo, a aumentar a *proporção* do produto global que cabe ao proprietário de terras, de modo que, qualquer que seja a forma de ver a questão, devemos admitir que, independente do problema da questão das importações, o interesse do proprietário de terras está íntima e necessariamente ligado ao do Estado.

Seção IX

A identidade de interesses do proprietário de terras e do Estado em países importadores de trigo

A única dúvida que pode surgir sobre a identidade de interesses do proprietário de terras e do Estado está na questão da importação. Nesse caso é evidente que, aconteça o que acontecer, o proprietário de terras não está numa situação pior que outros; alguns dos mais arduos defensores da liberdade de comércio consideram, com justiça, que a posição do proprietário é muito melhor. Ninguém jamais duvidou de que os interesses individuais dos produtores de artigos de lã, seda ou linho podem ser prejudicados pela concorrência estrangeira e poucos negariam que a importação de uma grande quantidade de trabalhadores tende a diminuir os salários. Portanto, ao considerar os aspectos mais desfavoráveis da questão, o caso do proprietário de terras com respeito à importação não se diferencia do de outras classes sociais.

Adam Smith era de opinião que a concorrência estrangeira não prejudicava os proprietários de terra, embora admitisse que prejudicava os manufatores.

A afirmação de Adam Smith é muito categórica, mas é verdade que os produtores de trigo e de gado são menos prejudicados pela concorrência estrangeira que os produtores de determinadas manufaturas.

Sobre a questão da importação, é importante observar que, do modo pelo qual, na prática, aplica-se capital na terra, os interesses do Estado e do agricultor não se harmonizam reciprocamente.

Os rendeiros são os principais responsáveis pela agricultura de um país e, nos últimos anos, grande parte das melhorias permanentes introduzidas no cultivo da terra foi efetivada pelo capital dessa classe.

Mas se é verdade, como realmente acredito que seja, que a maioria

terra aumenta, a *parcela* do valor que pertence ao proprietário pode aumentar substancialmente, embora a *proporção* que mantém com a produção global possa diminuir. O Sr. Ricardo mesmo afirmou claramente (p. 401) [*op. cit.*, p. 271] que qualquer soma obtida pela produção agrícola, acima dos custos de produção, é renda em dinheiro. Mas se acontece de as rendas em dinheiro subirem continuamente tendo ao mesmo tempo um maior valor de troca real, embora represente uma *proporção* menor em relação ao valor da produção agrícola global em questão, é óbvio que nem a renda em dinheiro nem a renda real são reguladas por essa proporção.

dos aperfeiçoamentos introduzidos no cultivo derivaram do capital, da habilidade e do esforço dos rendeiros, é também incontestavelmente verdadeiro que o lucro obtido por esses indivíduos a partir do capital empregado na agricultura — em comparação ao capital aplicado no comércio e na manufatura — não pode ter sido proporcional aos benefícios obtidos pelo país; em outras palavras, os interesses dos indivíduos, ao aplicar o capital, não se identificam, nesse caso, com o interesse do Estado.

Essa proposição fica absolutamente clara se examinarmos com atenção quais seriam os efeitos, em relação ao indivíduo e ao Estado, da aplicação de um capital de 10 mil libras na agricultura ou na manufatura, nas condições descritas.

Vamos supor que um capital de 10 mil libras seja aplicado no comércio ou na manufatura, por vinte anos, com lucros aproximados de 12% e que, no final desse período, o capitalista retire o dobro daquela soma. É óbvio que, para haver o mesmo estímulo à aplicação desse capital na agricultura, é necessário proporcionar ali as mesmas — ou aproximadamente as mesmas — vantagens. Mas, para que uma pessoa que emprega seu capital em terras arrendadas possa converter suas 10 mil libras em 20 mil libras, durante um período de vinte anos, é claro que essa pessoa tem de receber lucros anuais mais altos, a fim de que possa recuperar parte de seu capital que foi aplicado na terra e não pode ser retirada antes do vencimento do prazo. Se ela se tiver ocupado com aperfeiçoamentos, a terra que entregará ao proprietário no final do contrato obterá uma renda bem maior — independente de qualquer mudança no valor do meio de circulação — que no começo do contrato. Mas esses retornos anuais mais altos, necessários ao arrendatário com um arrendamento temporário para que ele receba os lucros usuais do capital, persistem, ao menos em parte, sob a forma de renda no final do contrato, e passam às mãos do Estado.

No caso do capital empregado no comércio e na manufatura, o lucro do Estado é proporcional ao lucro obtido pelo indivíduo; no caso do capital empregado na agricultura, o lucro do Estado é muito maior; isso se aplica tanto à produção estimada em dinheiro quanto à produção estimada em trigo ou trabalho. De qualquer modo — em circunstâncias que, com toda probabilidade, realmente ocorreram —, os lucros do Estado derivados do capital empregado na agricultura poderiam ser estimados em cerca de 14% ou 15%, enquanto os lucros dos indivíduos, em ambos os casos, podem ter sido de apenas 12%.

Sir John Sinclair, em sua *Husbandry of Scotland* (*Agricultura da Escócia*), dá pormenores do funcionamento de uma propriedade no condado de East Lothian, onde a renda equivale a cerca de metade da produção e as rendas e os lucros juntos proporcionam um retorno de 56% sobre o capital empregado. Mas a medida real da riqueza obtida pelo país a partir do capital assim empregado é constituída pela renda

e pelo lucro juntos; como a propriedade descrita situa-se numa região onde se pratica a rotatividade de culturas, sistema muito aperfeiçoado nos últimos anos, não há dúvida de que uma parte considerável desse aumento de riqueza derivou do capital do rendeiro que ocupava a propriedade antes da renovação do arrendamento, embora esse aumento da riqueza do Estado não tenha gerado lucros para o indivíduo que aplicou seu capital dessa forma.

Por conseguinte, se durante a guerra não tivéssemos tido obstáculos à importação de trigo estrangeiro e, em consequência, os lucros da agricultura tivessem sido de apenas 10%, enquanto os lucros do comércio e da manufatura eram de 12%, é claro que o capital de todo o país teria sido canalizado para o comércio e para a manufatura. Medindo os interesses do Estado como de costume pelos interesses dos indivíduos, essa teria sido a aplicação mais vantajosa do capital, na proporção de 12 para 10. Se a interpretação que acabamos de fazer está correta, uma aplicação vantajosa do capital com um lucro de 12%, em lugar dos 10% sob o critério do interesse individual, poderia ser desvantajoso do ponto de vista do interesse do Estado, porque se obteria apenas 12% em lugar de 14%.

É óbvio, portanto, que as restrições naturais⁸⁵ sobre a importação de trigo estrangeiro durante a guerra, ao elevarem forçosamente os lucros da agricultura nacional, levaram o capital do país a uma aplicação mais vantajosa do que a que, em outras circunstâncias, teria ocorrido; ao invés de impedir o aumento da riqueza e da população, como seria de se esperar à primeira vista, promoveu-as de forma marcante e essencial.

Tais restrições não só podem, como de fato produzem esse efeito onde quer que a demanda do trigo nacional seja tal que os lucros do capital empregado no cultivo de novas terras, mais as rendas assim geradas, proporcionem, em relação ao capital aplicado, retornos maiores do que os retornos de capitais empregados no comércio e na manufatura. Isso porque, nesse caso, embora sem essas restrições o trigo estrangeiro pudesse ser comprado a um preço monetário menor do que se tivesse sido cultivado no país, não seria porém obtido com tão pouco capital e trabalho,⁸⁶ o que constitui verdadeira prova de aplicação vantajosa de capital.

85 Sempre é muito importante lembrar que o alto preço do trigo, entre 1798 e 1814, foi gerado pela guerra e pelas estações do ano e não por leis inerentes ao trigo. Note-se também que um país com os portos abertos está sujeito a grandes variações de preço na guerra e na paz.

86 Se as restrições à importação aumentassem necessariamente a quantidade de trabalho e de capital requeridos na produção de trigo, é claro que nunca poderíamos defendê-las como fator de aumento da riqueza e da força produtiva. Mas, se ao dirigir o capital para a terra essas restrições criam melhorias permanentes, toda a questão muda de figura. Melhorias agrícolas permanentes são como a aquisição de terras adicionais. Entretanto, mesmo que não produzissem efeitos desse tipo, seriam necessárias por outros motivos, ainda mais importantes. Eventos recentes nos levam a observar um grande aumento na *proporção* de nossa população manufatureira e isso nos causa muita inquietação, tanto em relação à felicidade quanto em relação à liberdade de nosso país.

Mas se o aumento da riqueza acelerou-se, ao invés de ser retardado, por essas restrições sobre a importação do trigo estrangeiro devido ao fato de a quantidade de produtos agrícolas obtidos em nosso próprio país por determinada quantidade de capital e de trabalho ser maior do que essa mesma quantidade de capital e de trabalho importariam, é óbvio que o crescimento da população acelerou-se, ao invés de declinar. Com certeza o aumento da população inusitadamente rápido, que todos sabem ter ocorrido durante os últimos dez ou quinze anos de guerra, tão superior a média do século, confirma essa conclusão.

A proposição aqui apresentada pode parecer surpreendente, mas o leitor logo verá quais são os seus limites. Seus efeitos gerais dependem das melhorias permanentes introduzidas por um capital que tem apenas um interesse temporário nos benefícios de tais melhorias; em relação às restrições sobre a importação, aquela proposição depende da circunstância de que essas restrições, pelo aumento da demanda de produtos agrícolas nacionais por elas gerado, propiciem melhorias que de outra forma não teriam sido introduzidas. Mas nenhuma dessas circunstâncias é absolutamente necessária.

Quantidades consideráveis de capital podem ser empregadas na terra, e pode haver um aumento temporário da demanda da produção nacional sem melhorias permanentes na agricultura. Tudo quanto queremos dizer é que, nessas circunstâncias, quando realmente são introduzidas melhorias permanentes na agricultura e a renda é criada, é impossível resistir à conclusão de que, nessa medida, o interesse do Estado, em termos do valor de troca criado por esse capital,⁸⁷ é decididamente maior que o interesse do indivíduo.

Essas considerações, somadas àquelas para as quais já chamamos a atenção, podem levar a dúvidas: mesmo em caso de restrições à importação de trigo estrangeiro, será que os interesses do Estado são os mesmos que os dos proprietários de terra? Essa dúvida não existe em relação à importação de outras mercadorias. Se acrescentarmos que numa situação de total liberdade de comércio os que vivem das rendas da terra têm o maior interesse no crescimento do capital e da população, enquanto para os que vivem dos lucros do capital e dos salários do trabalho um aumento de capital e de população é, para dizer o mínimo, uma vantagem duvidosa, poderemos afirmar com a maior segurança que os interesses de nenhuma outra classe se aproximam tanto e tão necessariamente dos interesses do Estado quanto os dos proprietários de terras.

87 Refiro-me ao valor de troca e à taxa de lucros, não à abundância de bens de conforto e de luxo. Em quase todos os aperfeiçoamentos da maquinaria, o Estado beneficia-se infinitamente mais que os produtores, mas não em relação à taxa de lucros e ao valor de troca real.

Seção X

Considerações gerais sobre a produção agrícola excedente

Parece realmente extraordinário que o enorme benefício que a sociedade desfruta, durante seu desenvolvimento, daquela produção agrícola excedente que cabe ao proprietário da terra, sob a forma de renda, ainda não seja suficientemente entendido e reconhecido. Considero esse excedente uma generosa dádiva da Providência e estou firmemente convencido de que merece essa denominação. Mas Sr. Ricardo diz o seguinte:

“Nada é mais comum que ouvir falar das vantagens da terra sobre qualquer outra fonte de produtos úteis, devido ao excedente que proporciona sob a forma de renda. No entanto, quando a terra é abundante, quando é muito fértil e produtiva, não produz nenhuma renda. É apenas quando sua força declina, e quando o trabalho nela empregado produz menos, que se reserva para a renda uma parte da produção original das terras mais férteis. É curioso que essa característica, que devia ser entendida como uma imperfeição, quando comparada aos agentes naturais que facilitam o funcionamento da manufatura, seja considerada uma característica que dá primazia à terra. Se o ar, a água, a elasticidade do vapor e a pressão da atmosfera fossem de diferentes qualidades e pudessem ser apropriados, e se cada qualidade só existisse em quantidades moderadas, esses elementos, assim como a terra, proporcionariam uma renda, à medida que as partes de diferente qualidade passassem a ser utilizadas. Cada vez que se usasse uma porção de qualidade menor, o valor das mercadorias manufaturadas subiria, porque quantidades iguais de trabalho seriam menos produtivas. O homem suaria mais e a Natureza realizaria menos, e a terra já não teria a primazia em função da limitação de suas capacidades”.

“Se o produto excedente proporcionado pela terra sob a forma de renda fosse uma vantagem, seria desejável que, a cada ano, a maquinaria recentemente fabricada fosse menos eficiente que a antiga, pois isso, sem dúvida, daria maior valor de troca aos produtos produzidos, não apenas com aquele equipamento, mas com todos os outros existentes no país; e uma renda seria paga a todos aqueles que possuísem maquinaria mais produtiva”.⁸⁸

Pois bem, quando nos referimos a uma dádiva da Providência, estamos falando do seu valor em relação às leis e à constituição de nossa natureza e do mundo em que vivemos. Mas, se alguém se desse ao trabalho de fazer os cálculos, veria que se os bens de primeira necessidade pudessem ser obtidos sem nenhum limite e o número de

88 *Princípios de Economia Política e Tributação. Op. cit. Cap. II, p. 69.*

pessoas dobrasse a cada 25 anos, a população surgida de um único casal desde o começo da Era Cristã seria suficiente não apenas para povoar toda a Terra, de modo que houvesse quatro pessoas em cada metro quadrado, mas também para povoar todos os planetas do nosso sistema solar, nas mesmas proporções; e não só esses planetas, mas todos os que gravitam em torno das estrelas visíveis a olho nu — supondo que cada uma delas seja um sol e que tenha tantos planetas quantos tem o nosso Sol. Segundo essa lei da população, absurda como possa parecer ao ser colocada dessa maneira, mas que é, como firmemente acredito, a mais adequada à natureza e às condições do homem, é óbvio que há um limite para a produção de alimentos ou de outros bens de primeira necessidade. Sem uma mudança radical na constituição da natureza humana e nas condições do homem sobre a Terra, os bens de primeira necessidade não podem ser fornecidos com a mesma abundância do ar, da água, da elasticidade do vapor e da pressão atmosférica. Não é fácil imaginar um presente mais desastroso — um presente que com maior probabilidade levaria a raça humana a uma miséria irrecuperável — do que a capacidade de produzir alimentos num espaço limitado. Por isso, um Criador benevolente, conhecendo as carências e necessidades de suas criaturas sob as leis a que as submeteu, não poderia, por compaixão, fornecer toda a quantidade de bens de primeira necessidade com a mesma abundância do ar e da água. Isso logo mostra a razão pela qual os bens de primeira necessidade são limitados e o ar e a água existem em profusão. Mas se fosse ponto pacífico, como deveria ser, que uma limitação na capacidade de produzir alimentos é obviamente necessária ao homem confinado num espaço limitado, então o valor da quantidade efetiva de terra que ele recebeu depende da pequena quantidade de trabalho necessária para cultivá-la, comparativamente ao número de pessoas que sustenta; ou, em outras palavras, depende daquele excedente específico, tão menosprezado pelo Sr. Ricardo, o qual, pelas leis da Natureza, resulta em renda.

Se os artigos manufaturados, por meio de gradações de maquinaria imaginadas pelo Sr. Ricardo, proporcionassem renda, o homem, como observa ele, suaria mais;⁸⁹ e, presumindo que ainda obtivesse a mesma quantidade de mercadorias (o que, porém, não conseguiria), o aumento de seu trabalho seria proporcional à grandeza da renda assim criada. Mas o excedente que determinada extensão de terra proporciona

89 Isto é, supondo que as gradações fossem em direção às máquinas piores, das quais fosse necessário usar algumas, mas não no sentido contrário. A razão pela qual as manufaturas e os bens não admitem comparação com as rendas é que os bens de primeira necessidade, num território limitado, sempre tendem ao mesmo valor de troca, tenham eles custado pouco ou muito trabalho; mas o valor de troca das manufaturas, quando estas não estão sujeitas a um monopólio artificial, cai com a facilidade de produzi-las. Por isso podemos supor um preço dado; se pudéssemos, a facilidade de produção, em ambos os casos, seria igualmente uma medida de redução de trabalho.

sob a forma de renda é totalmente diferente. Em vez de ser uma medida de aumento do trabalho necessário para produzir a quantidade de trigo que a terra pode dar, é, afinal, uma medida exata da *redução* do trabalho na produção de alimentos, garantidos ao homem por uma Providência generosa. Se esse excedente final é pequeno, o trabalho de grande parte da sociedade será constantemente empregado para obter, com o suor do rosto, apenas os bens de primeira necessidade, e a sociedade disporá de pouco lucro e de pouco lazer. Se esse excedente é grande, as manufaturas, os luxos importados, as artes, as letras e o lazer existem em abundância.

É um tanto curioso que o Sr. Ricardo, que em geral preza tanto os resultados finais e permanentes — a ponto de definir o preço *natural* do trabalho como o preço que mantém uma população estacionária, embora tal preço em geral não exista há séculos sob governos razoavelmente bons em condições normais —, ao tratar da renda sempre adota a posição contrária e se refere quase unicamente a efeitos temporários.

Com esse tipo de referência, é natural ter criticado Adam Smith por dizer que a parte da produção que cabe ao proprietário da terra devia ser maior nos países produtores de arroz que nos produtores de trigo, e que se a batata se tornasse o alimento vegetal preferido pelo povo em geral, ao invés do trigo,⁹⁰ as rendas subiriam. O Sr. Ricardo não pode deixar de reconhecer, e de fato reconhece,⁹¹ que as rendas, afinal, seriam mais altas em ambos os casos. Mas ele supõe em seguida que essa mudança se realiza de imediato, e se refere ao resultado temporário do abandono do cultivo das terras. Todavia, mesmo de acordo com essa suposição, todas as terras que deixaram de ser trabalhadas seriam novamente cultivadas em muito menos tempo do que se levaria para reduzir o preço do trabalho até o ponto em que, em condições normais, a população mantém-se estacionária. Por conseguinte, considerando resultados finais e permanentes, que são os resultados com que o Sr. Ricardo lida ao longo de todo o seu trabalho, ele deveria ter reconhecido a verdade das afirmações de Adam Smith.

Mas, na realidade, com toda certeza não haveria nem mesmo uma queda temporária da renda. Nenhuma nação nunca mudou e nunca mudará rapidamente a natureza de sua alimentação. O processo, tanto em relação ao novo sistema de cultivo a ser adotado, quanto aos novos gostos a serem criados, é necessariamente muito lento. Na maior parte da Europa é possível que jamais ocorra uma mudança do trigo para o arroz; e se ocorresse, essa mudança exigiria tantos preparativos para a irrigação que haveria tempo de sobra para um aumento de população igual ao aumento da produção de alimentos. Sabemos que nos países produtores de arroz as rendas são muito altas. O Dr. Buchanan, em

90 *Wealth of Nations*. 6ª ed. Livro Primeiro, v. I, cap. XI, pp. 248-250.

91 *Princípios de Economia Política e Tributação*. *Op. cit.* Cap. XXXIV, p. 225.

suas interessantes viagens através do Estado de Mysore, diz que nas terras irrigadas no sopé dos Gates, o governo costumava tomar 2/3 da safra.⁹² Essa é uma renda que provavelmente nenhuma terra produtora de trigo chegará a proporcionar e, nas regiões da Índia e de outros países onde houve uma mudança do cultivo do trigo para o do arroz, não tenho dúvidas de que as rendas aumentaram muito não apenas no final, mas até mesmo durante o processo de mudança.

Em relação à batata, temos uma oportunidade bem à mão para estudar o que acontece quando ela passa a ser o principal alimento de origem vegetal das grandes massas populares. A população da Irlanda cresceu mais rápido, durante os últimos cem anos, que qualquer outra população européia; e sob seu governo atual, esse fato não se explica racionalmente a não ser em função da introdução e aumento gradual do uso da batata. Estou persuadido de que, se não fosse a batata, a população da Irlanda teria apenas dobrado, em vez de se quadruplicar durante o último século. Esse aumento de população impediu o abandono do cultivo de muitas extensões de terra, ou deu um valor maior às pastagens naturais, ao mesmo tempo que gerou uma grande queda nos salários monetários relativos do trabalho. Essa queda, diz a experiência, não foi acompanhada por uma alta proporcional dos lucros, e a conseqüência foi uma elevação considerável das rendas. O trigo, a aveia e o gado irlandeses são vendidos à Inglaterra pelos preços monetários ingleses, embora sejam produzidos por trabalho pago com metade do preço monetário. Essa situação aumenta muito os rendimentos provenientes dos lucros ou os rendimentos provenientes da renda; e há informações fidedignas de que foi a renda que mais se beneficiou com isso.

Por isso penso que, embora não distinguir muito claramente as taxas temporárias de salários de suas taxas finais leve a muitos erros, estes podem ser evitados se considerarmos os efeitos temporários de mudanças na alimentação, às quais nos referimos, como efeitos equivalentes a seus efeitos finais, isto é, como fenômenos que sempre tendem a elevar as rendas. Estou convencido de que se nossas comparações tivessem um mínimo de fundamento, isto é, se comparássemos países em condições semelhantes com respeito à extensão e à quantidade de capital aplicado à terra — que é, obviamente, a única maneira satisfatória de compará-los —, veríamos que a renda é proporcional à fertilidade natural e adquirida da terra.

Se a fertilidade natural desta ilha fosse o dobro do que é, e se o povo fosse igualmente industrial e empreendedor, de acordo com uma teoria correta o país seria agora duas vezes mais rico e populoso, e as rendas da terra muito mais do dobro do que são hoje. Por outro

lado, se o solo da ilha só tivesse a metade de sua fertilidade atual, apenas uma pequena extensão, como já afirmei antes, admitiria o cultivo do trigo; a riqueza e a população seriam insignificantes e as rendas não seriam nem a metade do que são agora. Mas se em condições semelhantes a renda e a fertilidade caminham juntas, dizer que a renda é mais alta na Inglaterra, onde se emprega grande quantidade de capital na terra, que nos países mais férteis da América do Sul, onde, na mesma extensão territorial não se utiliza nem a vigésima parte e onde a população é exígua, não é um argumento contra a relação natural entre a renda e a fertilidade.

Podemos dizer que a fertilidade da terra, natural ou adquirida, é a única fonte de retornos permanentemente altos do capital. Se um país fosse exclusivamente manufatureiro e comercial e tivesse de comprar todo o seu trigo a preços de mercado da Europa, seria absolutamente impossível que os retornos de seu capital fossem altos por um longo período de tempo. De fato, nos períodos primitivos da história, quando grandes quantidades de capital eram raras e restritas a muito poucas cidades, o monopólio que esses grandes capitais conferiam a certos tipos de comércio e de manufaturas tendia a manter os mesmos lucros por muito mais tempo; e, com isso, alguns Estados quase exclusivamente comerciais obtinham, dubitavelmente, esplêndidos resultados. Mas, na Europa moderna, a abundância geral de capital, o intercâmbio fácil entre nações, e as leis da concorrência nacional e estrangeira impossibilitam grandes retornos permanentes a qualquer outro capital além daquele empregado na terra. Nos tempos atuais, não se sabe de nenhum grande Estado manufatureiro e comercial, qualquer que seja sua capacidade técnica, que consiga lucros mais elevados que a média do resto da Europa. Mas os capitais empregados com êxito em terras medianamente boas podem render de forma permanente, e sem risco de interrupção ou restrição, às vezes 20%, às vezes 30% ou 40%, e às vezes até 50% ou 60%.

Um exemplo notável dos efeitos de capitais empregados na terra, comparados a outros, são os montantes do imposto sobre a propriedade territorial em nosso país. O rendimento tributável derivado de capitais empregados na terra chegou a render cerca de 6,5 milhões para o imposto territorial, enquanto o rendimento derivado de capitais empregados no comércio e na manufatura chegou a render apenas 2 milhões.⁹³ Provavelmente é verdade que uma proporção maior dos rendimentos derivados de capitais empregados no comércio e nas manufaturas não pagavam impostos, em parte devido à sua subdivisão e em parte devido a outras causas; mas essa diferença não poderia de modo algum explicar a extraordinária produtividade dos capitais em-

93 A Cédula D incluía toda espécie de profissão. O total chegava a 3 milhões, dos quais as profissões atingiam mais de 1 milhão.

pregados na agricultura.⁹⁴ Na realidade, é óbvio que, ao compararmos dois países que tenham os *mesmos* capitais e a *mesma* taxa de lucro, sendo um deles produtor de trigo e o outro comprador, o país que tem terras onde cultivar o trigo, particularmente se forem terras férteis, é muito mais rico, muito mais populoso e tem mais rendimentos tributáveis.

Outra grande vantagem de um solo fértil é que os países que o possuem não precisam prestar muita atenção à mais desoladora de todas as reivindicações — a reivindicação do empresário industrial e comercial por baixos salários, a fim de encontrar mercado para suas exportações. Se um país só pode enriquecer por meio de grande queda de salários, eu diria imediatamente: Abaixo a riqueza! Mas, embora uma nação que importe a maior parte de sua alimentação esteja condenada a essa difícil alternativa, isso não acontece com os possuidores de terras férteis. Os produtos específicos de um país, embora provavelmente nunca sejam suficientes para que ele possa importar grande parte de sua alimentação,⁹⁵ assim como bens de conforto e artigos de luxo, em geral são suficientes para dar energia e força total a todos os empreendimentos comerciais, tanto nacionais quanto exteriores; mas uma pequena redução da produção, decorrente de uma diminuição do cultivo, capacitaria tal país, desde que houvesse hábitos prudentes entre os pobres,⁹⁶ a manter a maior parte da população em riqueza e abundância. Hábitos prudentes entre as classes trabalhadoras de um país que depende basicamente da manufatura e do comércio podem arruiná-lo. Num país de terras férteis, esses hábitos seriam a maior de todas as bênçãos.

Entre as inestimáveis vantagens das terras que proporcionam uma renda considerável ao longo do desenvolvimento da sociedade, conta-se a de dar ao homem tanta segurança que o seu tempo, ou o tempo de toda a sociedade, não precisa ser gasto na obtenção da mera subsistência. Segundo o Sr. Ricardo, não apenas todo capital individual, no desenvolvimento da sociedade, proporciona rendimentos cada vez menores, mas todos os rendimentos derivados dos lucros diminuem; e não há dúvida de que o trabalhador é obrigado a empregar uma quantidade maior de trabalho para produzir aquela parte de seu salário que adquiere os bens necessários a sua subsistência. Por conseguinte,

94 É preciso lembrar sempre que os lucros nacionais da terra devem incluir as rendas, bem como os lucros agrícolas comuns.

95 O algodão não é um produto mais peculiar deste país que a seda; e receio que a desgraça caia sobre nós, maior que qualquer uma que já tivemos, se a prosperidade do nosso comércio de algodão se tornar necessária para comprar alimentos para uma parcela ponderável do nosso povo!

96 Em circunstâncias semelhantes, com respeito ao capital, à competência técnica etc., é óbvio que terras com o mesmo grau de aridez não poderiam ser cultivadas se, devido à inexistência de hábitos prudentes, os trabalhadores fossem bem pagos; mas desistir do pequeno aumento de produção e de população decorrentes do cultivo de tais terras, num território grande e fértil, seria um sacrifício imperceptível, enquanto a felicidade resultante disso para a grande massa da população não tem preço.

pode-se esperar que a capacidade dessas duas grandes classes sociais de obter lazer ou de adquirir o trabalho daqueles que produzem os bens destinados a esse fim (em contraposição àqueles que produzem os bens essenciais) se reduza. Mas, felizmente para a humanidade, as rendas líquidas da terra, num sistema de propriedade privada, nunca diminuem por causa do desenvolvimento da agricultura. Qualquer que seja a proporção que elas mantenham com o produto global, a quantidade efetiva continua crescendo sempre, e sempre permite separar uma parcela para os prazeres e o lazer da sociedade, suficientes para encorajar e animar a massa da população.

Se a única condição necessária para se obter terras que proporcionem rendas fosse que deveriam permanecer com os descendentes diretos dos primeiros proprietários, ainda que seus benefícios fossem hoje muito menores, seria muita tolice atribuir-lhes pouco ou nenhum valor devido aos seus efeitos gerais e inevitáveis sobre a sociedade. Mas, felizmente, o benefício é inerente à terra, não a nenhum proprietário em particular. As rendas são a recompensa da sabedoria e do valor pessoal atuais, assim como da força e da astúcia passadas. Todos os dias compram-se terras com os frutos do trabalho e do talento.⁹⁷ Concedem o grande prêmio, o *otium cum dignitate* a todo tipo de esforço louvável; e, no desenvolvimento da sociedade, tenho todos os motivos para acreditar que, quanto mais preciosos se tornam, devido ao aumento do capital e da população e das melhorias agrícolas, maior será o número de pessoas que receberão o benefício.

Portanto, qualquer que seja o prisma pelo qual consideramos o assunto, aquela característica da terra que, pelas leis de nosso modo de ser, termina em renda parece ser a dádiva mais importante para a felicidade do homem; e estou persuadido de que seu valor só é negligenciado por aqueles que ainda laboram em algum erro em relação à sua natureza e a seus efeitos sociais.

97 O próprio Sr. Ricardo é um exemplo do que afirmo. Graças a seu talento e operosidade, tornou-se o proprietário de considerável extensão de terras; e eu não poderia mencionar homem mais honrado e esplêndido, nem um homem, entre todos os proprietários, que, por suas qualidades intelectuais e por sua humanidade, mereça mais o que ganhou ou que aplique melhor seus ganhos. É um tanto curioso que o Sr. Ricardo, que recebe rendas consideráveis, tenha menosprezado tanto a importância nacional das mesmas; e eu, que nunca recebi nem tenho possibilidades de vir a receber renda alguma, talvez seja acusado de superestimar sua importância. Nossas diferentes condições e opiniões servem, ao menos, para mostrar nossa mútua sinceridade, e talvez dêem vazão a uma grande presunção, ou seja, a de que, quaisquer que tenham sido as influências a que estivemos sujeitos ao apresentar nossas teorias, entre elas não se conta aquela contra a qual talvez seja mais difícil se defender, como sejam as influências inconscientes de condição social e de interesses.

CAPÍTULO IV

Os Salários

Seção I

A dependência do trabalho em relação à oferta e à procura

Os salários do trabalho são a remuneração que o trabalhador recebe por seus serviços pessoais; podemos caracterizá-los como salários nominais e salários reais.

Os salários nominais são o dinheiro ganho pelo trabalhador. Os salários reais são os bens de primeira necessidade e de conforto que esse dinheiro adquire.

Os salários são determinados pela oferta e procura de trabalho, comparativamente à oferta e procura do que é pago em troca do trabalho.

O princípio da oferta e da procura é o regulador supremo dos preços do trabalho, assim como das mercadorias, e não apenas de forma temporária, mas de forma permanente; os custos da produção só afetam esses preços na medida em que são a condição necessária da oferta permanente de trabalho ou de mercadorias.

É por serem a condição da oferta que os preços dos bens de primeira necessidade têm uma influência tão grande sobre o preço do trabalho. Requer-se certa quantidade desses bens de primeira necessidade a fim de que o trabalhador mantenha uma população estacionária, e requer-se uma quantidade maior para manter uma população em crescimento; em conseqüência, quaisquer que sejam os preços dos bens de primeira necessidade, os salários monetários do trabalhador devem ser suficientes para comprar essas quantidades; caso contrário, a oferta desses bens não atingiria a quantidade requerida.

Para provar que aquilo que podemos chamar de custo de produção do trabalho só influencia os salários à medida que regula a oferta de

trabalho, basta prestar atenção àqueles casos em que, temporariamente, o custo de produção não regula a oferta; aí verificaremos sempre que esse custo imediatamente deixa de regular os preços.

Quando, devido à sucessão de safras abundantes ou a qualquer causa que não diminua os capitais dos arrendatários, o preço do trigo começa a cair durante algum tempo, podemos dizer que o custo de produção do trabalho diminui, mas não se percebe nenhuma queda nos salários de trabalho⁹⁸ pela razão óbvia de que o preço reduzido da produção não pode, por 16 ou 18 anos, influenciar substancialmente a oferta de trabalho no mercado. Por outro lado, quando os preços do trigo se elevam devido a safras medíocres ou devido a qualquer causa que leve a demanda de trabalho a estacionar, os salários não subirão porque há o mesmo número de trabalhadores no mercado; e embora o preço de produção tenha subido, a oferta não é afetada por ele durante algum tempo. De fato, o efeito do custo de produção sobre o preço depende tão inteiramente da maneira pela qual regula a oferta que, neste ou em qualquer outro país, se a produção de trabalho não custasse absolutamente nada, mas sua oferta continuasse exatamente a mesma como proporção da demanda, os salários do trabalho seriam exatamente os mesmos. O exemplo dado num capítulo anterior assegura a validade dessa posição: refiro-me à situação em que a quantidade de papel-moeda é limitada de modo a não exceder o metal que, sem o papel, teria de circular; nessa situação, embora o custo do papel seja comparativamente insignificante, ainda assim, como desempenha a mesma função e é oferecido apenas na mesma quantidade que a moeda metálica, adquire o mesmo valor de troca.

A posição de Adam Smith, de que o preço monetário do trabalho é regulado pela demanda de trabalho e pelo preço dos bens de primeira necessidade, na prática é correta; mas é importante sempre ter em vista o modo pelo qual o preço dos bens de primeira necessidade afeta o preço do trabalho.

Em todos os casos de diferentes preços de trabalho em diferentes empregos exemplificados por Adam Smith, o efeito depende, obviamente, das causas que afetam a oferta de trabalho.

Adam Smith em geral se refere ao princípio da oferta e da procura em casos desse tipo, mas às vezes se esquece do que ele mesmo afirma: “Se um tipo de trabalho requer um nível incomum de destreza e talento, a *estima* que os homens têm por esses talentos dá ao produtor um valor superior ao valor do tempo empregado em sua produção”.⁹⁹ Em outra passagem, falando da China, observa que “se num país como

98 A queda no preço do trabalho, ocorrida em 1815 e 1816, foi ocasionada exclusivamente por uma redução da demanda decorrente das perdas dos arrendatários, e de modo algum por uma diminuição do custo de produção.

99 *Wealth of Nations*. 6ª ed. Livro Primeiro. Cap. VI, p. 71.

esse (isto é, um país de recursos estacionários), os salários tivessem, em algum momento, sido mais que suficientes para manter o trabalhador e capacitá-lo a criar uma família, a concorrência dos trabalhadores e o interesse dos patrões tê-los-ia reduzido logo ao nível mais baixo compatível com o simples humanitarismo".¹⁰⁰ O leitor entenderá, a partir do que já foi dito, que, no primeiro caso citado, não é a estima pela destreza e pelo talento, ali referidos, o que eleva o preço da mercadoria, mas a escassez daquelas qualidades e a conseqüente escassez dos artigos produzidos por elas, comparativamente à demanda. E no segundo caso, não é o humanitarismo que interfere para evitar que o preço do trabalho caia ainda mais. Se o humanismo pudesse interferir com êxito, teria interferido muito antes e impedido a mortalidade prematura ocasionada por alimentação insuficiente ou ruim. Mas, infelizmente, o humanitarismo não altera os recursos de um país. Enquanto estes são estacionários e os hábitos das classes inferiores permitem manter de forma barata uma população estacionária, os salários do trabalho serão exíguos; mas não podem cair abaixo do que é necessário, dados os hábitos do povo, para manter uma população estacionária porque, em princípio, os recursos do país são estacionários, não aumentando nem declinando e, em conseqüência, o princípio da oferta e da procura sempre interfere para impedir a ocorrência de salários tais que ocasionem um aumento ou uma diminuição da população.

Seção II

As principais causas que afetam os hábitos das classes trabalhadoras

O Sr. Ricardo definiu o preço natural do trabalho como "o preço necessário para que o trabalhador subsista e perpetue sua classe, sem aumento nem redução".¹⁰¹ Para mim esse preço sobretudo não é natural porque, numa situação normal, isto é, sem grandes obstáculos ao desenvolvimento da riqueza e da população, um preço desses geralmente não ocorre durante séculos. Mas se esse preço é realmente raro e, numa situação normal, tão distante no tempo, é evidente que leva a grandes erros considerar os preços de mercados do trabalho apenas como desvios temporários acima e abaixo daquele preço fixo ao qual em breve retornarão.

Eu definiria o preço natural ou necessário do trabalho em qualquer país como "o preço que, nas circunstâncias vigentes na sociedade, é necessário para gerar uma oferta média de trabalhadores, suficiente para satisfazer a demanda média". E definiria o preço de mercado

100 *Wealth of Nations*. Livro Primeiro. Cap. VII, p. 108.

101 *Princípios de Economia Política e Tributação*. *Op. cit.*, p. 81.

como o preço vigente no mercado, o qual, devido a causas temporárias, às vezes está acima e às vezes abaixo do que é necessário para suprir aquela demanda média.

A condição das classes trabalhadoras depende em parte da taxa de crescimento dos recursos do país e em parte dos hábitos do povo.

Ambas as causas estão sujeitas a mudanças e freqüentemente mudam juntas.

Entretanto, os hábitos podem ser diferentes com a mesma taxa de crescimento dos recursos; e hábitos de vida inferiores são tanto causa quanto conseqüência da pobreza.

Seria desejável, embora difícil, verificar as principais causas das diferentes formas de subsistência que existem entre os pobres de diferentes países.

Os altos salários podem ter duas conseqüências: um rápido aumento de população, ou uma decisiva melhoria do padrão de vida.

Tudo que enfraquece o caráter dos pobres contribui para a primeira conseqüência; tudo que tende a elevá-lo contribui para a segunda.

As causas mais eficientes do aviltamento são o despotismo, a opressão e a ignorância; as causas mais eficientes da elevação são a educação e a liberdade civil e política.

Das causas que tendem a gerar hábitos prudentes, a mais essencial é a liberdade civil; e para manter a liberdade civil, é preciso haver liberdade política.

A educação pode ser eficiente sob o despotismo e ser deficiente sob uma constituição livre; mas ela pouco pode fazer sob um mau governo, embora possa fazer muito sob um bom governo.

A Irlanda é um exemplo onde o aumento da produção ocasionou um rápido aumento da população sem que a situação do povo melhorasse.

A Inglaterra, na primeira metade do século passado, é um exemplo de altos salários levando a um padrão de vida melhor, sem um rápido aumento de população.

A substituição de um pão de má qualidade por pão de trigo melhor provavelmente foi auxiliada por uma alteração dos valores relativos do trigo, da aveia e da cevada, ocasionada por circunstâncias acidentais.

Quando o pão de trigo tornou-se comum em alguns distritos, espalhou-se para outros, mesmo a expensas de outros bens.

Seção III

As principais causas que influem sobre a demanda de trabalho e sobre o aumento da população

Há uma outra causa, além de uma mudança nos hábitos do povo, que impede a população de um país evoluir de acordo com o controle aparente do trabalhador sobre os meios de subsistência. Às vezes ocorre

que os salários são, durante algum tempo, mais altos do que deveriam ser com relação à demanda de trabalho. É mais provável que isso ocorra quando o preço dos produtos agrícolas diminui de valor, de forma a reduzir a capacidade dos agricultores de empregar um número igual ou maior de trabalhadores ao mesmo preço. Se a queda é considerável e seu valor não é compensado por um aumento de quantidade, são despedidos tantos trabalhadores quantos sejam necessários para que os salários, depois de um período de muita pobreza, caiam proporcionalmente. Mas se a queda é gradual e se compensa parcialmente em termos de valor de troca, devido ao aumento da quantidade, os salários monetários do trabalho não caem necessariamente; o resultado é apenas uma pequena redução da demanda de trabalho, insuficiente, talvez, para provocar a demissão dos trabalhadores já empregados, mas suficiente para impedir ou diminuir o trabalho de empreitada, para suspender o trabalho das mulheres e das crianças e para desestimular novas gerações de trabalhadores. Nesse caso, a quantidade dos bens de primeira necessidade de fato ganha pelo trabalhador e por sua família pode ser realmente menor que quando, devido a uma elevação de preços, o pagamento diário do trabalhador adquire uma quantidade menor de trigo. A quantidade de bens de primeira necessidade que as classes trabalhadoras adquirem, embora aparentemente maior, na realidade é menor no primeiro caso que no segundo e, de acordo com todos os princípios gerais, deve afetar menos o aumento da população.

Esse desacordo entre os salários aparentes e o crescimento da população agrava-se ainda mais nos países em que se decretam leis de assistência aos pobres e em que se tornou comum tirar uma parte dos salários do trabalhador para os donativos paroquiais. Se, quando o trigo sobe, os arrendatários e os proprietários de terra de uma paróquia mantêm os salários do trabalho baixos e empregam crianças regularmente, é óbvio que já não existe nenhuma conexão necessária entre os salários de um dia de trabalho e os meios reais de subsistência à disposição das classes trabalhadoras para a manutenção de suas famílias. Quando as pessoas se habituem a um sistema desses, o crescimento da população pode ser muito rápido, mesmo num momento em que os salários do trabalho, independentemente da assistência paroquial, são suficientes apenas para manter a esposa e um filho, ou mesmo para manter apenas um homem solteiro sem mulher nem filhos, isso porque, naquele sistema, ainda poderia haver tanto um estímulo ao casamento como os meios de sustentar os filhos.

Para aumentar a população é necessário utilizar uma quantidade maior de alimentos de um tipo ou de outro para a manutenção das famílias trabalhadoras; e, em geral, isso pode ser verificado.

O aumento da população na América, na Irlanda, na Inglaterra e na Escócia, nos últimos anos, pode ser atribuído a essa causa.

O que é mais necessário para um rápido aumento de população é uma intensa e prolongada demanda de trabalho, que por sua vez é função da taxa anual de crescimento do valor global do capital e da renda de um país. Quanto mais rápido for o crescimento do valor da produção anual, maior será a capacidade de incorporar trabalho e maior o número de trabalhadores requeridos a cada ano.

Às vezes se pensa que a demanda de trabalho só pode ser proporcional ao aumento do capital circulante, e não ao fixo. Não há dúvida de que isso é verdade em casos individuais:¹⁰² mas não é necessário fazer essa distinção em relação a todo o país porque onde a substituição do capital fixo poupa grande quantidade de trabalho que não pode ser empregado em outro lugar, também diminui o valor da produção anual e retarda o aumento do capital e da renda tomados em conjunto.

Se, por exemplo, um capitalista que empregou 20 mil libras em trabalho produtivo e que costuma vender suas mercadorias por 22 mil libras, com um lucro de 10%, empregasse a mesma quantidade de trabalho na construção de uma máquina no valor de 20 mil libras que o capacitaria a continuar seu negócio sem precisar de trabalho, exceto quando sua máquina precisasse de reparos, é óbvio que, durante o primeiro ano, manter-se-iam o mesmo valor da produção anual e a mesma demanda de trabalho; mas no ano seguinte, quando o capitalista só precisaria, para obter a mesma taxa de lucros de antes, vender suas mercadorias por pouco mais de 2 mil libras, em vez de 22 mil, o valor da produção anual cairia, o capital não cresceria e a renda diminuiria sensivelmente; e levando-se em conta o princípio de que a demanda de trabalho depende da taxa de crescimento do valor da produção global, ou do capital e da renda tomados em conjunto, a exigüidade da demanda de trabalho, nessas circunstâncias, estaria adequadamente explicada.

Todavia, em geral, a utilização de capital fixo é extremamente favorável à abundância de capital circulante; e se o mercado do produto pudesse ampliar-se proporcionalmente, todo o valor do capital e da renda de um país aumentaria muito com a utilização do capital fixo, criando-se uma grande demanda de trabalho.

O aumento do valor total dos artigos de algodão, desde a introdução de máquinas aperfeiçoadas, é prodigioso; e não se pode duvidar nem por um momento que a demanda de trabalho no ramo do algodão aumentou muito durante os últimos quarenta anos. Na verdade, isso está suficientemente provado pelo grande aumento de população em Manchester, Glasgow e outras cidades onde as manufaturas de algodão floresceram.

Um aumento semelhante de valor, embora não da mesma grandeza, ocorreu nos setores de ferragens, lanifícios e outras manufaturas,

102 Ver o engenhoso panfleto do Sr. Barton sobre as classes trabalhadoras.

sendo acompanhado por uma demanda crescente de trabalho apesar do uso crescente de capital fixo.

Mesmo em nossa agricultura, se o capital fixo aplicado em cavalos — que, em razão da quantidade de produtos que consomem, é a forma mais desvantajosa do capital fixo — caísse em desuso, é provável que grande parte da terra que atualmente produz trigo fosse abandonada. Terras pobres nunca produzem o suficiente para pagar o trabalho de cultivá-las com enxada, de trazer esterco em carrinho de mão de campos distantes e de transportar os produtos agrícolas para mercados distantes com o mesmo tipo de condução. Nessas condições, como a quantidade de trigo produzido diminuiria muito, haveria grande redução no valor global da produção; e a demanda de trabalho e o volume de população diminuiriam muito.¹⁰³

Por outro lado, se, com a introdução gradual de uma quantidade maior de capital fixo, pudéssemos plantar, adubar a terra e transportar a produção para o mercado com muito menos despesas, aumentaríamos muito a produção cultivando e melhorando todas as terras desgastadas; e se a substituição desse capital fixo ocorresse na única forma que supomos que ocorra, isto é, gradualmente, não há razão para duvidar de que o valor dos produtos agrícolas chegaria bem perto de seu nível anterior; e sua quantidade muito maior, combinada à maior proporção de pessoas que poderiam ser empregadas na manufatura e no comércio, geraria, sem dúvida, um grande aumento no valor de troca da produção total, criando ao mesmo tempo grande demanda de trabalho e grande aumento de população.

Por isso, em geral não se deve temer que a introdução de capital fixo na forma em que provavelmente ocorre na prática diminua a demanda de trabalho; na verdade, podemos esperar que daí venha o mais importante estímulo ao seu crescimento futuro. Ao mesmo tempo, como mostraremos claramente numa parte subsequente deste volume, se a introdução do capital fixo se desse muito rapidamente, e antes de haver um mercado adequado para a maior oferta daí derivada, bem como para os novos produtos do trabalho dessa forma liberado, o resultado seria a redução da demanda de trabalho e uma grande miséria entre as classes trabalhadoras. Mas, nesse caso, o produto total, ou o

103 Tem-se afirmado ultimamente que o cultivo da terra com enxada proporcionaria maiores produtos brutos e líquidos. Estou sempre pronto a aceitar a experiência bem fundamentada; mas se tal experiência se aplica nesse caso, é absolutamente surpreendente o uso continuado de arados e cavalos na agricultura. Todavia, mesmo supondo que o uso da enxada pode, em certos solos, melhorar a terra a ponto de compensar com vantagens a despesa adicional do trabalho, considerado separadamente, mesmo assim, como é preciso manter os cavalos e estes são necessários para transportar a produção agrícola ao mercado, dificilmente seria conveniente para o agricultor empregar homens para capinar seus campos enquanto seus cavalos permanecem inativos nos estábulos. Baseado na experiência, eu diria que é o comércio, o preço e a habilidade que concorrerão para o cultivo de grandes extensões de terras pobres abandonadas — não a enxada.

capital e a renda de um país, em conjunto, certamente cairia em valor devido a um excesso temporário da oferta comparativamente à demanda, e veríamos que as variações desse valor, comparadas ao valor anterior pago em salários, são os principais reguladores da capacidade e da vontade de empregar trabalho.

Na formação do valor do produto total de um país, uma parte depende do preço, uma parte da quantidade. A parte que depende só do preço é por natureza menos durável e menos efetiva que a que depende da quantidade. Um aumento de preço, com pouco ou nenhum aumento de quantidade, logo é seguido por um aumento aproximadamente proporcional dos salários; enquanto o poder de compra desses salários monetários aumentados relativamente aos bens de primeira necessidade continua diminuindo, a população pára de crescer e nenhum aumento posterior de preços pode criar uma demanda efetiva de trabalho.

Por outro lado, se o produto aumentar tão rapidamente em quantidade que o valor do total diminui devido à oferta excessiva, esse produto pode não adquirir tanto trabalho no ano considerado quanto no ano anterior, e durante algum tempo não há demanda de trabalhadores.

Esses são dois extremos: um decorrente de um aumento de valor sem aumento de quantidade; e o outro decorrente de um aumento de quantidade sem aumento do valor.

É óbvio que o mais desejável é conseguir uma combinação dos dois. Em algum ponto há um meio-termo ideal em que, de acordo com os recursos efetivos de um país, o aumento da riqueza e a demanda de trabalho cheguem ao máximo; mas esse ponto não pode ser determinado. Um aumento de quantidade a preços estáveis, ou ligeiramente decrescentes, é compatível com um aumento considerável do valor total da produção e pode criar uma demanda considerável de trabalho; mas nas condições reais, e no modo pelo qual os metais preciosos são de fato distribuídos, algum aumento de preços em geral acompanha uma forte demanda efetiva nos mercados de produtos e de trabalho. E esse aumento, tanto de quantidade quanto de preço, que com certeza cria maior demanda de trabalho, estimula a maior quantidade de negócios e geralmente provoca o maior aumento de população.

Seção IV

As conseqüências de uma queda no valor do dinheiro sobre a demanda de trabalho e sobre as condições de vida do trabalhador

As conseqüências desfavoráveis de uma queda no valor do dinheiro sobre as condições de vida dos trabalhadores não são tão evidentes quanto se supõe.

A queda dos salários reais do trabalho, do final do século XV ao final do século XVI, contemporânea à queda do valor do dinheiro, está provada por documentos autênticos.

Mas a questão é saber se o mais incomum é a ocorrência de salários altos ou baixos.

Durante o reinado de Eduardo III, os salários reais do trabalho foram tão baixos quanto no reinado de Elisabete.

No período intermediário, os salários oscilaram consideravelmente com a variação dos preços do trigo e do trabalho; mas a partir de 1444 mantiveram-se uniformemente altos até o final do século.

A insignificante elevação do preço nominal dos cereais, a partir do meio do século XIV até o final do século XV, não compensou a menor quantidade de prata nas moedas, de modo que o preço do trigo em metal caiu consideravelmente.

Mas o preço em metal do trabalho elevou-se de maneira considerável durante o período em que o preço em metal do trigo caiu; e se Adam Smith tivesse tomado o trabalho ou um meio-termo entre trigo e trabalho como a sua medida, em vez do trigo, suas conclusões referentes ao valor da prata teriam sido muito diferentes.

Mas para mostrar que os salários do trabalho eram anormais durante os últimos 60 anos do século XV, é necessário, além disso, compará-los com os períodos posteriores à depreciação do dinheiro.

Os ganhos do trabalhador, durante os últimos 60 anos do século XV, depois que cessou a depreciação do dinheiro, eram menores que nos reinados de Elisabete e de Eduardo III.

De 1720 a 1750, o preço do trigo caiu e os salários do trabalho subiram, mas ainda a pouco mais que a metade do que se ganhava no século XV.

A partir desse período o trigo começou a subir e o trabalho não subiu proporcionalmente; mas, durante os quarenta anos entre 1770 e 1810 e 1811, os salários do trabalho, em relação à aquisição de trigo, parecem ter-se estabilizado.

Seção V

Conclusões da análise dos preços do trigo e do trabalho durante os últimos cinco séculos

Com base nessa análise, conclui-se que a grande queda dos salários no século XVI foi ocasionada mais pela elevação inusitada ocorrida anteriormente que pela descoberta das minas americanas; e que os altos salários do século XV só podem ter sido gerados por algumas causas temporárias que aumentaram a oferta relativa do trigo comparativamente ao trabalho.

Esses altos salários, quaisquer que tenham sido suas causas,

teriam de cair durante o século seguinte se as minas americanas não tivessem sido descobertas.

Há motivos para pensar que uma elevação no preço do trigo, ocasionada apenas por uma queda no valor do dinheiro, só prejudicaria as classes trabalhadoras por alguns anos.

Outra conclusão que podemos tirar dessa análise é que, durante os últimos 500 anos, os salários do trabalho sob a forma de trigo, na Inglaterra, estiveram com maior freqüência abaixo que acima de 1 *peck* de trigo.

Uma terceira conclusão é que as estações do ano exercem grande influência sobre os preços do trigo e sobre os salários reais, não apenas ocasionalmente durante dois ou três anos, mas durante quinze ou vinte anos consecutivos.

Os períodos de salários mais baixos em geral ocorreram quando houve uma alta no preço do trigo em circunstâncias desfavoráveis a uma elevação do preço do trabalho; foi o rápido aumento de população durante os reinados de Henrique III e de Elisabete que impediu os salários de subirem com o preço do trigo.

Se a descoberta das minas americanas tivesse ocorrido num momento em que o povo ganhava menos de 1 *peck* de trigo, em vez de 1/2 *bushel*, o aumento dos recursos durante o século XVI teria elevado o preço em trigo do trabalho, apesar do preço monetário cada vez mais alto desse cereal.

Se o preço do trabalho, de 1793 a 1814, não tivesse sido comprimido por medidas artificiais, teria aumentado proporcionalmente ao preço do trigo.

No decorrer dessa análise, ao considerar os salários em trigo, não foi possível fazer nenhuma distinção entre os efeitos de uma queda no preço do trigo e de uma elevação no preço do trabalho. Quando apenas comparamos os dois artigos, o resultado é exatamente o mesmo; mas seus efeitos no estímulo ao crescimento da população às vezes são muito diferentes, como já sugeri anteriormente. Não há dúvida de que um grande estímulo ao aumento da população é compatível com uma queda no preço dos produtos agrícolas porque, apesar dessa queda, o valor de troca da produção global de um país pode continuar crescendo comparativamente ao trabalho; mas às vezes acontece de uma queda no preço dos produtos agrícolas ser acompanhada de uma diminuição na capacidade e na vontade de empregar trabalho; nesse caso, a demanda de trabalho e o estímulo ao crescimento da população não são proporcionais aos salários aparentes em trigo do trabalho.

Se um trabalhador adquire 1 *peck* de trigo por dia, em vez de 3/4 de *peck*, em consequência de uma alta de salários ocasionada pela demanda de trabalho, é claro que todos os trabalhadores dispostos e aptos ao trabalho serão empregados, e provavelmente também suas mulheres e seus filhos; mas se ele consegue obter essa quantidade

adicional de trigo devido a uma queda no preço do trigo, que diminui o capital do arrendatário, a vantagem pode ser mais aparente que real, e, embora durante algum tempo o trabalho não caia nominalmente, mesmo que a demanda de trabalho seja estacionária, quando não decrescente, seu preço corrente não é um critério exato do que pode ser ganho pelo trabalho conjunto de uma família numerosa ou pelos esforços adicionais do chefe num trabalho de empreitada.

É óbvio, por conseguinte, que os mesmos salários correntes em trigo, sob diferentes circunstâncias, têm diferentes efeitos sobre a população.

O trigo foi considerado o cereal de maior consumo neste país, mas, onde e quando isso não acontece, os salários em trigo não são o critério adequado para se medir o efeito sobre a população.

A quantidade do alimento habitual que uma família trabalhadora efetivamente ganha durante todo o ano torna-se de imediato a medida do estímulo para a população e da situação do trabalhador.

Somente os hábitos prudentes dos pobres podem proporcionar a eles a aquisição de uma quantidade razoável dos bens de primeira necessidade e de conforto, do estágio mais antigo da sociedade ao mais recente.

Nada comentei sobre o valor do trabalho medido pelo critério proposto pelo Sr. Ricardo, isto é, pelo trabalho despendido na obtenção dos rendimentos do trabalhador ou o custo dos salários em trabalho porque, para mim, aquilo que denominei salários reais e nominais do trabalho inclui tudo que se relaciona com as condições de vida do trabalhador, com o estímulo ao crescimento da população e com o valor do dinheiro, os três pontos de nosso maior interesse. Segundo o modo do Sr. Ricardo considerar a questão, nada se pode concluir sobre esses três pontos com respeito aos salários, sejam altos ou baixos. Os salários altos ou baixos servem apenas para determinar a taxa de lucros; a influência dos salários sobre a taxa de lucros será considerada em detalhe no próximo capítulo.

CAPÍTULO V

Os Lucros do Capital

Seção I

Como a crescente dificuldade de obter os meios de subsistência afeta os lucros

Tem sido habitual, ao se falar daquela porção da renda nacional que volta para o capitalista em retorno pelo emprego de seu capital, chamá-la pelo nome de lucros do estoque (*stock*). Mas, nesse caso, estoque não é uma expressão tão apropriada como capital (*capital*). Estoque é termo geral, e pode ser definido como todas as posses materiais de um país, ou toda sua riqueza efetiva, qualquer que seja sua destinação; enquanto capital é aquela parcela particular dessas posses, ou dessa riqueza acumulada, que se destina a ser empregada com vistas ao lucro. Esses termos são, todavia, usados indiscriminadamente, e talvez isso não gere erro tão grave; mas pode ser útil lembrar que todo estoque não é, propriamente falando, capital, embora todo capital seja estoque.

Os lucros do capital consistem na diferença entre o valor dos adiantamentos necessários à produção de uma mercadoria e o valor da mercadoria produzida; geralmente esses adiantamentos referem-se a bens de capital que custaram, em sua produção prévia, certa quantidade de salários, lucros e rendas, excluindo-se a renda da terra que, no caso dos produtos agrícolas, é paga diretamente.

A taxa de lucros é a proporção da diferença entre o valor dos adiantamentos e o valor da mercadoria produzida sobre o valor dos adiantamentos; essa taxa varia segundo as variações do valor dos adiantamentos, comparativamente ao valor do produto. Quando o valor dos adiantamentos é grande, comparativamente ao valor do produto, o saldo é pequeno e a taxa de lucros é baixa. Quando o valor dos adiantamentos é insignificante, o saldo é grande e a taxa de lucros é alta.

A variação da taxa de lucros depende, portanto, das causas que alteram a proporção entre o valor dos adiantamentos e o valor do produto; essa proporção pode ser alterada tanto por circunstâncias que afetam o valor dos adiantamentos como por circunstâncias que afetam o valor do produto.

Entre os adiantamentos necessários à produção, os meios para manter o trabalho costumam ser os maiores e os mais importantes. Por conseguinte, eles exercerão maior influência sobre o valor total dos adiantamentos.

As duas principais causas que influenciam os meios para manter o trabalho são:

1) A dificuldade ou facilidade da produção agrícola determinando a proporção maior ou menor do valor da produção global que se destina ao sustento dos trabalhadores empregados.

2) A relação variável entre a quantidade de capital e a quantidade de trabalho empregada pelo capital, por meio da qual se define a quantidade maior ou menor dos bens de primeira necessidade que cabe a cada trabalhador.

Qualquer das duas causas, isoladamente, pode ocasionar todas as variações a que os lucros estão sujeitos. Se uma só é responsável pela variação, sua ação é simples. Mas a combinação das duas, e de outras mais, agindo às vezes em conjunto e às vezes em oposição, gera, durante o desenvolvimento de uma sociedade, variados fenômenos que nem sempre são fáceis de explicar.

Se a primeira causa atuasse sozinha e os salários do trabalhador individual fossem sempre os mesmos, supondo então que a técnica empregada na agricultura permanecesse inalterada e que não houvesse meio de obter trigo de países estrangeiros, a taxa de lucros cairia regular e ininterruptamente à medida que a sociedade se desenvolvesse e à medida que se tornasse necessário recorrer a máquinas inferiores que requeressem mais trabalho para funcionar.

Nesse caso, seria de pouca importância que a terra cultivada por último, com a finalidade de produzir alimentos, proporcionasse rendas sem ser cultivada. É claro que o proprietário da terra não permitiria seu cultivo, a menos que pudesse obter, no mínimo, a mesma renda de antes. Essa pode ser considerada uma condição absoluta para o cultivo das piores terras de um país desenvolvido. Depois de feito esse pagamento, o restante da produção seria dividido principalmente¹⁰⁴ entre o capitalista e os trabalhadores, e é evidente que, se o número de trabalhadores necessário para obter determinada produção continuasse crescendo, e os salários de cada trabalhador permanecessem os mesmos, a parcela destinada ao pagamento do trabalho se intro-

104 Digo *principalmente* porque, de fato, embora possa ser insignificante, quase sempre se paga alguma renda pelos componentes do capital do arrendatário.

meteria continuamente na parcela destinada ao pagamento dos lucros; e é óbvio que a taxa de lucro continuaria diminuindo até que, devido à falta de capacidade ou de vontade de poupar, cessasse a acumulação.

Nesse caso, e supondo uma demanda igual de todas as partes do mesmo produto,¹⁰⁵ é óbvio que os lucros do capital agrícola seriam proporcionais à fertilidade da terra cultivada por último ou ao volume do produto obtido por determinada quantidade de trabalho. E, como os lucros no mesmo país tendem a se nivelar, a taxa geral de lucros apresentaria a mesma tendência.

Mas um momento de atenção nos mostra que a suposição de uniformidade constante dos salários reais não apenas é contrária à situação efetiva, como também implica contradição.

O crescimento da população é regulado quase exclusivamente pela quantidade de bens de primeira necessidade efetivamente obtida pelo trabalhador; se desde o início ele não conseguisse mais que o suficiente para manter a população existente, as classes trabalhadoras não poderiam crescer nem haveria oportunidade para o cultivo progressivo das terras mais pobres. Por outro lado, se os salários reais do trabalho são tais que admitem e estimulam um aumento de população, e ainda continuam sempre os mesmos, isso implica a contradição de um aumento contínuo de população posterior à acumulação de capital, quando os meios de manter tal aumento já desapareceram inteiramente.

Portanto, não podemos supor um preço *natural* e *constante* do trabalho, a menos que por tal preço entendamos uma quantidade invariável dos bens de primeira necessidade. E se não podemos fixar o preço real do trabalho, é evidente que ele deve variar com o aumento do capital e do rendimento, bem como da demanda de trabalho comparativamente à oferta.

Entretanto, se quisermos, podemos supor um crescimento uniforme do capital e da população; com isso não queremos dizer que haja sempre a mesma *taxa* de crescimento, o que é impossível, mas um crescimento uniforme até a quantidade máxima viável, sem acelerações ou retardamentos temporários. E antes de considerarmos a situação real, seria interessante verificar de que maneira os lucros seriam afetados por essas circunstâncias.

Quando um país fértil começa a ser cultivado por colonos civilizados, havendo muita abundância de terras ricas, apenas uma pequena

105 É necessário qualificar a posição desse modo porque, em relação aos principais produtos agrícolas, pode facilmente acontecer que nem todas as partes de um produto tenham o mesmo valor. Se um arrendatário cultivasse suas terras por meio de empregados domésticos que vivessem em sua casa, e que ele alimentasse e vestisse, seus adiantamentos sempre seriam quase da mesma grandeza e do mesmo elevado valor de uso; mas, no caso de uma saturação decorrente do fechamento de um mercado habitual ou de uma safra inusitadamente abundante, uma parte da produção não teria nenhum valor de uso nem de troca, e seus lucros não poderiam, de modo algum, ser determinados pelo excesso da *quantidade* produzida, acima dos adiantamentos necessários à sua produção.

parcela do valor da produção será paga em forma de renda da terra. Quase toda a produção se divide entre lucros e salários; e a proporção que cabe a cada um, à medida que é influenciada pela parte de cada trabalhador individual, é determinada pela oferta e procura de capital, comparativamente à oferta e procura de trabalho.

À medida que a sociedade continua a se desenvolver, se o território é limitado ou o solo tem características diferentes, é óbvio que a capacidade produtiva do trabalho aplicado na agricultura diminui gradualmente; e como determinada quantidade de capital e de trabalho obteria retornos cada vez menores, evidentemente o produto a ser dividido entre o trabalho e os lucros seria cada vez menor.

Se, à medida que a capacidade produtiva do trabalho diminui, as necessidades físicas do trabalhador também diminuíssem na mesma proporção, então caberia ao capitalista a mesma parcela da produção global e a *taxa* de lucros não cairia necessariamente. Mas as necessidades físicas do trabalhador são sempre as mesmas; e embora no desenvolvimento da sociedade, a partir da escassez crescente de provisões comparativamente ao trabalho, essas necessidades sejam, em geral, menos plenamente satisfeitas, e os salários reais do trabalho caíam gradualmente, mesmo assim é claro que há um limite, provavelmente não muito distante, que não pode ser ultrapassado. A aquisição de certa quantidade de alimentos é absolutamente necessária ao trabalhador para que possa sustentar a si e à família, de modo a manter apenas uma população estacionária. Em consequência, se terras mais pobres que requerem mais trabalho comesçassem sucessivamente a ser cultivadas, não haveria possibilidade de os salários em trigo de cada trabalhador individual diminuírem proporcionalmente à diminuição do produto; uma proporção maior do todo caberia necessariamente ao trabalho; e a taxa de lucros continuaria caindo regularmente até que cessasse a acumulação de capital.

Este seria o destino inevitável dos lucros e dos salários na acumulação progressiva de capital, quando aplicado ao cultivo progressivo de terras virgens e menos férteis ou à melhoria posterior das já cultivadas; e, segundo a suposição que fazemos aqui, tanto as taxas de lucros quanto os salários reais seriam muito altos no começo, e cairiam juntos de forma regular e gradual, até que ambos estacionassem no mesmo momento e a demanda de um aumento de produção deixasse de ser efetiva.

Enquanto isso, perguntarão, o que acontece com os lucros do capital empregados na manufatura e no comércio, nos quais a capacidade produtiva não apenas não diminui necessariamente mas, com frequência, aumenta, sendo portanto muito diferente do caso da agricultura, em que a capacidade produtiva do trabalho diminui necessariamente?

Na agricultura, a causa principal e imediata da diminuição necessária dos lucros parece-me ser a maior quantidade de trabalho necessária para obter a mesma produção. Nas manufaturas e no comércio,

é a queda do valor de troca dos produtos desses setores, comparados com o trigo e o trabalho.

O custo de produção do trigo e do trabalho aumenta continuamente em função de causas físicas inevitáveis, enquanto o custo de produção dos artigos manufaturados e comercializados às vezes diminui, às vezes permanece estacionário e, em todo caso, aumenta com uma velocidade muito menor que o custo de produção do trigo e do trabalho. Por conseguinte, de acordo com todos os princípios da oferta e da procura, o valor de troca daqueles artigos cai, comparado com o valor do trabalho. Mas se o valor de troca do trabalho continua subindo, enquanto o valor de troca das manufaturas cai, permanece o mesmo ou sobe num grau muito inferior, os lucros continuam caindo; por isso concluímos que, com o avanço das melhorias, à medida que terras cada vez mais pobres começam a ser cultivadas, a taxa de lucros é limitada pelas capacidades do solo cultivado por último. Se a terra cultivada por último só pode proporcionar determinado excedente de valor sobre o valor do trabalho necessário à sua produção, é óbvio que, segundo os princípios da concorrência, os lucros, em geral, não podem ser superiores àquilo que esse excedente permite. Numa escala ascendente, essa é uma barreira que não pode ser transposta. Mas limitação é essencialmente diferente de regulação. Numa escala descendente, os lucros podem ser sempre mais baixos. Aqui não há nenhum fator controlador necessário que determina a taxa de lucros; e abaixo do limite superior que as condições efetivas da terra permitem, há muito espaço para a atuação de outras causas.

Seção II

Como a proporção do capital sobre o trabalho afeta os lucros

A segunda entre as principais causas que, pelo aumento do total de adiantamento, influencia os lucros, é a proporção do capital sobre o trabalho.¹⁰⁶

Obviamente essa é uma causa que, sozinha, é capaz de produzir efeitos ponderáveis, e supondo a ocorrência de variações adequadas entre as ofertas de capital e as ofertas de trabalho, os efeitos sobre os lucros serão semelhantes aos da primeira causa, e num período de tempo muito menor.

Quando o capital é realmente abundante, relativamente ao trabalho, nada pode impedir os lucros baixos; e a maior facilidade de

106 Num capítulo anterior afirmei que a demanda de trabalho não depende apenas do capital, mas do capital e dos rendimentos tomados em conjunto, ou do valor do produto total; mas para ilustrar a presente *suposição*, só é necessário considerar o capital e o trabalho. Podemos admitir que não haverá nenhuma dificuldade com respeito à demanda.

produção não consegue criar lucros altos, a menos que o capital seja escasso comparado com o trabalho.

Mas para visualizar de maneira mais clara os poderosos efeitos da segunda causa sobre os lucros, consideremos por um momento que ela atue sozinha; e suponhamos que enquanto o capital de um país continua aumentando, sua população pare de crescer e que, milagrosamente, não chegue a satisfazer a demanda. Nessas circunstâncias, todas as gradações da relação entre capital e trabalho podem ocorrer e assim podemos ver todas as gradações da taxa de lucros.

Se, num período primitivo de desenvolvimento, o capital fosse escasso comparativamente ao trabalho e, em decorrência, os salários do trabalho fossem baixos, enquanto as forças produtivas do trabalho, a partir da fertilidade da terra, fossem grandes, a proporção destinada aos lucros seria necessariamente muito grande, e a taxa de lucros muito alta.

Em geral, porém, embora se possa dizer que o capital é escasso nos períodos primitivos da agricultura, mesmo assim aquela parcela específica do capital que se resolve em alimentação é muitas vezes abundante comparativamente à população e, dessa forma, altos lucros e altos salários reais ocorrem ao mesmo tempo. Isso geralmente acontece em situações normais, embora não ocorra quando o capital é prematuramente desperdiçado em extravagâncias ou reduzido por outras causas. Mas, partindo de altos ou de baixos salários em trigo, em qualquer caso a diminuição da taxa de lucro, devido ao crescimento gradual do capital comparado com o trabalho, permanecerá inalterada.

Como o capital sempre cresce mais rápido que o trabalho, os lucros do capital cairão, e, se ocorresse um aumento progressivo do capital enquanto a população, por algum motivo oculto, não pudesse acompanhá-lo, apesar da fertilidade do solo e da abundância de alimentos, então os lucros se reduziriam gradualmente até que, mediante sucessivas reduções, a capacidade e a vontade de acumular deixassem de existir.

Nesse caso, os lucros sofreriam exatamente o mesmo tipo de redução progressiva pela qual passariam mediante a acumulação progressiva de capital na presente situação; mas a renda e os salários seriam afetados de maneira muito diferente. Com base no que especificamos sobre a questão da renda, o montante desta última não seria grande num país como esse. De acordo com nossa suposição, o crescimento da população é retardado e o número de trabalhadores é limitado enquanto terras consideravelmente férteis não são cultivadas. Por conseguinte, a demanda de terras férteis, comparada à oferta, seria relativamente insignificante; e, em relação ao produto nacional total, a parcela destinada à renda dependeria sobretudo das gradações das terras mais férteis cultivadas antes de a população parar de crescer e do valor dos produtos derivados da terra não cultivada.

Quanto aos salários, esses continuariam a subir progressivamente e dariam ao trabalhador uma capacidade aquisitiva maior, não apenas

de manufaturas e de produtos importados (como em geral acontece na situação atual), mas também de trigo e de todos os outros bens de primeira necessidade, de modo a colocá-lo numa situação cada vez melhor sob todos os aspectos, contanto que o capital continuasse crescendo.

Em síntese, das três grandes partes em que se divide o produto total, a renda da terra, os lucros e os salários, as duas primeiras seriam baixas, porque tanto a oferta de terra quanto a oferta de capital seriam abundantes comparativamente ao trabalho, enquanto os salários do trabalho seriam muito altos, porque a oferta de trabalhadores seria comparativamente pequena; e assim o valor de cada uma das partes seria regulado pelo grande princípio da oferta e da procura.

Se, em vez de supor que a população pararia de crescer por algum motivo específico, tomássemos a suposição mais natural de um território limitado, onde todas as terras tivessem aproximadamente as mesmas características, e com uma fertilidade tão grande a ponto de requerer muito pouco capital em seu cultivo, os efeitos sobre os lucros do capital seriam exatamente os mesmos que no exemplo anterior, embora fossem muito diferentes sobre as rendas e sobre os salários. Depois que toda a terra foi cultivada e não é possível aplicar mais nenhum capital na agricultura, não há a menor dúvida de que as rendas seriam extremamente altas e os lucros e salários muito baixos. A competição cada vez maior do capital manufatureiro e comercial reduziria a taxa de lucros, enquanto, devido ao princípio da população, o número de trabalhadores continuaria aumentando até que seus salários em trigo chegassem a um nível tão baixo que seu crescimento posterior fosse contido. É provável que, devido à facilidade da produção agrícola e da grande proporção de pessoas empregadas nas manufaturas e no comércio, as exportações fossem grandes e o valor do dinheiro muito baixo. O preço monetário do trigo e os salários monetários talvez fossem tão altos como no período em que seu custo em trabalho era o dobro ou o triplo; as rendas subiriam a um nível extraordinário, independente da ocorrência de terras pobres e de gradações do solo; e os lucros cairiam até o ponto de serem exatamente suficientes para manter o capital efetivo sem que nenhum trabalho adicional fosse necessário para obter a alimentação do trabalhador.

Os efeitos que obviamente resultariam das duas suposições que acabamos de fazer mostram de maneira clara que a quantidade crescente de trabalho, necessária ao cultivo sucessivo de terras mais pobres, não é na teoria imprescindível para que os lucros caiam do ponto mais alto para o mais baixo.

A primeira das duas suposições mostra também o extraordinário poder das classes trabalhadoras, caso estas queiram exercê-lo. O controle relativo do crescimento populacional, que supusemos resultado de um milagre, pode ser efetivado na realidade, pela prudência dos pobres; e daí resultariam sem dúvida os efeitos descritos. Naturalmente

pode parecer injusto às classes trabalhadoras que, da imensa quantidade de produtos obtidos da terra, do capital e do trabalho do país, caiba a cada um uma parcela tão diminuta. Mas a divisão está determinada hoje, e sempre o será no futuro, pelas leis inevitáveis da oferta e da procura. Se a oferta de trabalho fosse comparativamente pequena, os proprietários de terra e os capitalistas seriam obrigados a dar uma parcela maior da produção a cada trabalhador. Mas com uma oferta abundante de trabalho é absolutamente impossível manter alta a sua parcela. Os ricos não têm capacidade, nem se pode esperar que todos tenham vontade, de manter a oferta de trabalho em nível baixo. Entretanto, sem que se verifique uma oferta relativamente baixa de trabalho, todo esforço para amenizar a sorte dos pobres em geral será totalmente inútil e infantil. É óbvio, portanto, que a sabedoria e a prudência dos próprios pobres são os *únicos* meios pelos quais é possível efetivar alguma melhoria em sua situação. Os pobres são de fato os árbitros de seu próprio destino; e o que os outros podem fazer por eles é como o pó na balança, comparado ao que eles podem fazer por si mesmos. Essas verdades são tão importantes para a felicidade da grande maioria da sociedade, que devemos aproveitar todas as oportunidades de repeti-las.

Mas, independente dos esforços específicos de prudência por parte dos pobres, é claro que as ofertas de trabalho e de capital nem sempre caminham juntas. Muitas vezes estão separadas por alguma distância e durante um período considerável; e às vezes a população cresce mais rápido que o capital, às vezes o capital cresce mais rápido que a população.

É óbvio, por exemplo, que, devido à própria natureza da população, e ao tempo requerido para que trabalhadores adultos ingressem no mercado, um aumento súbito de capital não pode produzir uma oferta proporcional de trabalho em menos de 16 ou 18 anos; e, por outro lado, quando o capital é estacionário em função da falta de vontade de acumular, todos sabem que a população, em geral, continua crescendo mais rápido que o capital, até que os salários do trabalho se reduzam a um nível em que, segundo os hábitos efetivos do país, deixam de ser suficientes para manter uma população estacionária.

Esses períodos em que o capital e a população não mantêm a mesma proporção são evidentemente de duração suficiente para produzir os mais importantes efeitos sobre a taxa de lucros e para influenciar de maneira fundamental o crescimento da riqueza nacional.

O valor dos títulos de renda pública de longo prazo têm uma tendência natural e inevitável de diminuir à medida que se aproxima o final do prazo para o qual foi concedida a renda. Essa é uma proposição da qual acredito que ninguém duvida, mas, ao reconhecer plenamente a sua veracidade, seria um grande erro estimar o valor desse tipo de capital unicamente pelo número de anos restantes até o término do período. Todos sabem que, em um prazo comparativamente curto de

90 anos, um período de até 20 anos às vezes transcorre sem nenhuma diminuição, ou mesmo com um aumento efetivo de valor.

Do mesmo modo, a tendência natural e necessária à queda dos lucros, à medida que a sociedade se desenvolve devido à dificuldade crescente de obter alimentos, é uma proposição que poucos estariam dispostos a negar; mas tentar estimar a taxa de lucros de qualquer país baseado apenas nessa causa, para 10, 20 ou mesmo 50 anos, isto é, para períodos de duração suficiente para que ocorram os mais importantes efeitos na prosperidade nacional, inevitavelmente levaria aos maiores erros práticos.

Apesar da suprema inadequação dessa causa isolada para explicar os fenômenos existentes, o Sr. Ricardo, em seu muito engenhoso capítulo sobre os lucros, não discorreu sobre nenhuma outra.

Se as premissas fossem todas como ele supõe que sejam, isto é, se nenhuma outra causa atuasse sobre os lucros, além da dificuldade crescente do trabalhador de obter alimentos, e nenhuma outra causa afetasse o valor de troca e o valor monetário das mercadorias, além da quantidade de trabalho despendida em sua produção, suas conclusões seriam corretas e com certeza a taxa de lucros seria regulada da forma descrita por ele. Mas como na realidade as premissas são essencialmente diferentes das supostas por ele; como outras causas muito poderosas influenciam os lucros, como procurei mostrar nesta seção; e como o valor de troca das mercadorias não é determinado pelo trabalho empregado em sua produção, como tentei mostrar num capítulo anterior, a conclusão do Sr. Ricardo necessariamente contradiz a experiência, não de maneira superficial e durante curtos períodos de tempo, à medida que os preços de mercado de alguns artigos ocasionalmente diferem do preço natural ou necessário, no sentido já explicado, mas de maneira clara e ampla, e durante períodos tão extensos que menosprezar aquelas premissas não é menosprezar apenas algo como a resistência do ar a um corpo que cai, é negligenciar a mudança de direção de uma bola em função de um segundo impulso dado de um ângulo diferente do primeiro.

Por isso, é impossível concordar com a conclusão a que o Sr. Ricardo chegou em seu capítulo sobre os lucros, a de que “em todos os países, e em todos os períodos, os lucros dependem da quantidade de trabalho requerida para proporcionar ao trabalhador os bens de primeira necessidade naquela terra, ou mediante a utilização daquele capital que não proporciona rendas”.¹⁰⁷

Dizer que os bens de primeira necessidade do trabalhador equivalem a salários tais que apenas mantenham a população — o que o Sr. Ricardo chama de salários naturais do trabalho — é o mesmo que dizer que terras de mesma fertilidade sempre proporcionam os mesmos lucros: uma proposição necessariamente falsa.

107 *Princípios de Economia Política e Tributação. Op. cit.*, p. 100.

Se, por exemplo, num país cuja terra cultivada por último, com determinada fertilidade, o capital fosse estacionário, não devido à insuficiência da demanda, mas devido a grandes despesas e à falta de hábitos de poupança, é claro que o trabalho, depois de algum tempo, seria muito mal pago e os lucros seriam muito altos.

Se num outro país, com terras semelhantes cultivadas, existisse um espírito de poupança tal que gerasse uma acumulação de capital mais rápida que o crescimento da população, é óbvio que os lucros seriam muito baixos.

Portanto, se entendermos a proposição dessa maneira, ela não pode ser mantida nem por um momento.

Se, por outro lado, por bens de primeira necessidade se quer significar os ganhos efetivos do trabalhador, quaisquer que sejam, a proposição está essencialmente incompleta. Mesmo admitindo que o valor de troca das mercadorias é regulado pela quantidade de trabalho empregado em sua produção (que já provamos não ser verdade), pouco se avança na determinação da taxa de lucros. Não passa de um truísmo dizer que, se o valor das mercadorias for dividido entre trabalho e lucros, tanto maior será a parte de cada um quanto menor for a parte dos outros; ou, em outras palavras, que os lucros caem quando o trabalho sobe, ou sobem quando o trabalho cai. Pouco saberemos sobre as leis que determinam os lucros a menos que, além das causas que aumentam os preços dos bens necessários, expliquemos as causas que destinam uma parte maior ou menor desses bens a cada trabalhador. E aqui torna-se evidente que temos de recorrer aos grandes princípios da oferta e da procura, ou ao próprio princípio da concorrência apresentado por Adam Smith, o qual o Sr. Ricardo rejeita expressamente ou ao menos considera de natureza tão temporária que não requer atenção numa teoria geral dos lucros.¹⁰⁸

E no entanto não há, na realidade, nenhuma outra causa para lucros permanentemente altos além de uma insuficiência da oferta de capital; e mesmo com tal insuficiência, decorrente de despesas absurdas, os lucros de determinado país podem continuar, durante séculos a fio, muito altos em comparação a outros, devido exclusivamente às diferentes proporções entre capital e trabalho.

Fala-se que na Polônia e em algumas outras partes da Europa os lucros são mais altos que na América; no entanto, é provável que a terra cultivada por último na América seja mais rica que a terra cultivada por último na Polônia. Mas na América, o trabalhador ganha aproximadamente o valor de 16 ou 18 *quarters* de trigo por ano; na Polônia, apenas o valor de 8 ou 9 *quarters* de centeio. Essa diferença na divisão da mesma, ou aproximadamente a mesma, produção, faz

108 *Ibid.*

uma enorme diferença na taxa de lucros; entretanto, dificilmente se poderia dizer que as causas que determinam essa divisão aparecem em alguma parte da teoria dos lucros do Sr. Ricardo, embora, longe de serem de natureza tão temporária a ponto de se poder negligenciá-las com segurança, atuem poderosamente e em quase todo período. Tal é a extensão da América, que o preço do trabalho lá pode não cair essencialmente durante séculos; e os efeitos de um capital exíguo, mas estacionário, sobre uma população superabundante, mas estacionária, podem durar para sempre.

Enfatizar desse modo os poderosos efeitos que inevitavelmente são produzidos pela proporção do capital sobre o trabalho, e sobre a necessidade de dar a devida importância ao princípio da oferta e da procura, ou concorrência, em todas as explicações das circunstâncias que determinam os lucros, não significa subestimar a importância da causa que o Sr. Ricardo considerou de maneira quase exclusiva. A natureza dessa última causa é tal que ela acaba por sobrepujar todas as outras. Voltando ao exemplo já mencionado; à medida que os títulos de renda pública de longo prazo se aproximam cada vez mais de seu término, seu valor diminui necessariamente somente se nenhuma demanda decorrente da abundância de dinheiro puder manter seu valor. Da mesma forma, quando a agricultura chega a seus limites práticos extremos, isto é, quando o trabalho de um homem na terra cultivada por último dificilmente sustenta sua família além do necessário para manter uma população estacionária, é evidente que nenhuma outra causa ou causas impedem os lucros de caírem à taxa mais baixa requerida para manter o capital efetivo.

Mas embora o princípio aqui considerado seja, afinal, o mais importante de todos, ainda assim seu desenvolvimento é extremamente lento e gradual; e enquanto caminha com passos quase imperceptíveis rumo à sua consumação final, a segunda causa, particularmente quando combinada à outra que mencionaremos na próxima seção, produz efeitos que superam completamente aquele princípio e, com frequência, durante vinte ou trinta anos, ou mesmo cem, faz com que a taxa de lucros tome uma direção absolutamente diferente da que deveria tomar de acordo com a primeira causa.

Seção III

O efeito das causas que atuam na prática sobre os lucros

Passamos agora à consideração das causas que influenciam os lucros numa situação real. E aqui torna-se evidente a existência não apenas das duas causas já citadas, mas de outras que as modificam de várias formas.

No cultivo progressivo de terras mais pobres, por exemplo, à

medida que o capital e a população crescem, os lucros, de acordo com a primeira causa, caem regularmente; mas, se ao mesmo tempo ocorrem melhorias na agricultura, estas podem ser tais que, durante um período considerável, não só impeçam a queda dos lucros, mas também admitam uma alta ponderável. Não é fácil dizer em que medida e por quanto tempo essa circunstância pode modificar a evolução dos lucros, de acordo com a primeira causa. Mas, como é certo que num território extenso, consistindo em solos não muito diferentes em sua capacidade natural de produção, a queda dos lucros, decorrente da primeira causa, seria extremamente lenta, é provável que durante um período considerável as melhorias agrícolas — incluindo, é claro, os implementos e a maquinaria aperfeiçoados usados na agricultura, bem como um sistema melhor de colheita e de administração — compensem com vantagem a primeira causa.

Uma segunda circunstância que poderia contribuir para o mesmo efeito é um aumento do esforço pessoal entre as classes trabalhadoras. Esse esforço é extremamente diferente em diferentes países e em diferentes períodos num mesmo país. Um dia de trabalho de um hindu ou de um índio sul-americano não pode ser comparado ao de um inglês; e tem-se mesmo afirmado que, embora o preço monetário do dia de trabalho na Irlanda seja pouco mais da metade do da Inglaterra, na verdade o trabalho irlandês não é mais barato que o inglês, apesar de todos saberem que os trabalhadores irlandeses, quando neste país, com bons exemplos e salários adequados para estimulá-los, poderão trabalhar tanto quanto seus companheiros ingleses.

Essa última circunstância por si só mostra claramente quão diferentes podem ser os esforços pessoais das classes trabalhadoras num mesmo país em períodos diferentes; e quão diferente, portanto, pode ser a produção de determinado número de dias de trabalho, à medida que a sociedade progride da indolência do selvagem para a operosidade do Estado civilizado. Essa operosidade, dentro de certos limites, realmente aparece quase sempre quando é mais necessária, isto é, quando há muito trabalho a ser feito sem uma quantidade suficiente de pessoas para fazê-lo. Os esforços pessoais do índio sul-americano, do hindu, do camponês da Polônia e do trabalhador agrícola irlandês eram realmente muito diferentes há 500 anos.

As duas circunstâncias precedentes tendem a diminuir as despesas de produção, ou a reduzir a quantidade relativa de adiantamentos necessários para obter produtos de certo valor. Mas, no início deste capítulo, afirmamos que os lucros dependem dos preços dos produtos comparados com as despesas da produção e que, por isso, variam em sintonia com as causas que afetam os preços sem afetar proporcionalmente os custos, bem como com as causas que afetam os custos sem afetar proporcionalmente os preços.

Um efeito considerável sobre os lucros pode, entretanto, ser ocasionado por uma terceira circunstância que ocorre com uma freqüência

razoável, a saber, a alta desigual de alguns componentes do capital, quando o preço do trigo elevou-se devido a uma demanda maior. Mencionei essa causa e também as duas primeiras no capítulo sobre as rendas. Portanto, apenas acrescentarei aqui que, quando os preços do trigo e do trabalho sobem e acabam por alterar o valor do dinheiro, os preços de muitas mercadorias de fabricação nacional se modificam muito durante algum tempo, devido à pressão desigual da tributação e às diferentes quantidades de capital fixo empregado em sua produção; e os preços de mercadorias estrangeiras e das mercadorias nacionais fabricadas com materiais estrangeiros permanecerão sempre comparativamente baixos. A alta do trigo e do trabalho no país não eleva proporcionalmente o preço desses produtos; e, à medida que esses produtos constituem uma parte do capital do arrendatário, esse capital se tornará mais produtivo. Mas o couro, o ferro, a madeira de construção, o sabão, velas, artigos de lã e algodão etc. entram todos em quantidades maiores ou menores no capital do arrendatário ou nos salários do trabalhador, e os preços de todos esses artigos são influenciados em grau maior ou menor pela importação. Enquanto o valor da produção do arrendatário aumenta, esses artigos não aumentam na mesma proporção e, em conseqüência, determinado valor de capital proporciona um valor maior da produção.

Todas as três circunstâncias tendem fortemente, é óbvio, a contrabalançar os efeitos decorrentes da necessidade de cultivar terras cada vez mais pobres. Veremos que, como sua eficiência aumenta com o desenvolvimento natural da população e com o progresso técnico, não é fácil dizer durante quanto tempo e em que medida essas circunstâncias podem contrabalançar ou superar aqueles efeitos.

O leitor deve entender a razão pela qual, ao tratar de lucros, insisto tanto nos lucros agrícolas: é que a base da questão está nesse ponto. O argumento contra a visão mais comum dos lucros, ou seja, a de que dependem principalmente da concorrência do capital, baseia-se na necessidade física de uma queda de lucros na agricultura, decorrente da quantidade crescente de trabalho requerida para obter a mesma quantidade de alimento; e é claro que, se os lucros agrícolas caem permanentemente devido a essa ou a outra causa qualquer, os lucros das manufaturas e do comércio caem também, pois é uma verdade reconhecida que, num país desenvolvido e civilizado, os lucros do capital, com poucas exceções temporárias que podem ser facilmente explicadas, estão aproximadamente no mesmo nível em todos os diferentes setores da indústria aos quais se aplica capital.

Pois bem, estou totalmente disposto a admitir a verdade desse argumento quando aplicado aos lucros agrícolas e também às suas conseqüências naturais sobre todos os lucros. Essa verdade está suposta necessariamente tanto no *Principle of Population* como na teoria da renda, que publiquei em separado em 1815. Mas pretendo demonstrar

teórica e praticamente que essa causa é tão poderosa e incontestável em sua atuação final que suplanta todas as outras, embora, nas circunstâncias reais do mundo, seu desenvolvimento natural seja não apenas muito lento, mas também com freqüência contrabalançado e sobrepujado por outras causas, de modo a deixar um espaço muito grande para a concorrência do capital; tanto que, para qualquer período razoavelmente longo nos últimos ou nos próximos cem anos, podemos afirmar com segurança que os lucros dependeram ou podem depender muito mais das causas que geram uma oferta comparativamente escassa ou abundante de capital que da fertilidade natural da terra cultivada por último.

Os fatos que sustentam essa posição são óbvios e incontestáveis. Alguns deles foram apresentados na seção anterior, e seu número pode aumentar facilmente. Todavia, acrescentarei apenas mais um, que constitui um exemplo tão convincente que, por si só, praticamente decide a questão. Tendo ocorrido em nosso país, esse fato pode ser minuciosamente examinado.

Após a posse de George II, em 1727, até o começo da guerra, em 1739, os juros do dinheiro eram pouco mais de 3%. Os títulos públicos, cujo rendimento havia caído a 4%, elevaram-se consideravelmente depois disso. Segundo Chalmers, a taxa de juros *natural* estabilizou-se em 3%;¹⁰⁹ e, de um discurso de Sir John Barnard, depreende-se que as ações a 3% eram vendidas com ágio. Em 1750, depois do término da guerra, as ações a 4% foram reduzidas para 3,5% durante 7 anos e, após esse período, para 3% de forma permanente.¹¹⁰

Excluindo, pois, o intervalo da guerra, temos aqui um período de 22 anos, durante o qual a taxa de juros situou-se entre 3,5% e 3%.

As variações temporárias no valor dos títulos públicos não são, naturalmente, em todos os períodos, um critério exato para a aferição da taxa de lucros, ou mesmo da taxa de juros; mas, quando o valor dos títulos permanece estável durante algum tempo, pode ser considerado uma aproximação da medida exata dos juros, e quando os credores do governo preferem uma grande queda dos juros a deixar de recebê-los, essa é a demonstração decisiva de uma grande dificuldade de empregar o capital lucrativamente e, em conseqüência, comprova o baixo nível dos lucros.

Depois de um intervalo de cerca de 70 anos, a partir do período aqui mencionado, e 40 anos desde o seu final, durante o qual ocorreu uma grande acumulação de capital e quando uma quantidade inusitada de novas terras passou a ser cultivada, verificamos que se seguiu um período de 20 anos em que a taxa média de juros no mercado esteve mais freqüentemente acima que abaixo de 5%, e é claro que temos

109 *Estimate of the Strengh of Great Britain*. Cap. VII, p. 115.

110 *Id.*, Cap. VII, p. 120.

todos os motivos para pensar que, a partir da extraordinária rapidez com que o capital se recuperou depois de ter sido destruído, a taxa de lucros geral correspondia a essa alta taxa de juros.

A dificuldade de tomar dinheiro emprestado sob hipoteca, durante uma parte considerável desse período, é bem conhecida; e embora se possa supor que a pressão da dívida pública naturalmente gere inquietação e incline os donos de fundos disponíveis a dar preferência aos títulos com garantia fundiária, mesmo assim se conclui, a partir dos levantamentos de Arthur Young, que, em 1811, o período de amortização do valor da terra era de 29 e 1/4 e, quarenta anos antes, de 32 ou 32 e 1/2.¹¹¹ Essa é a prova mais decisiva que se pode imaginar de um aumento nos lucros do capital empregado na terra.

As diferentes taxas de juros e lucros nos dois períodos aqui mencionados são diametralmente opostas à teoria dos lucros baseada nas características naturais da terra cultivada por último. Os fatos, que são incontestáveis, contradizem essa teoria. O que nos ensina essa teoria, seja tomando esses fatos de forma absoluta, seja como o fator mais importante, é exatamente o oposto do que mostra a realidade.

A natureza desses fatos e as circunstâncias em que ocorreram (num caso, em período de paz com pequena demanda de produtos agrícolas, e no outro, em período de guerra com uma demanda inusitada desses produtos), óbvia e claramente mostram a *relativa* abundância ou insuficiência de capital em cada uma dessas circunstâncias. E a questão que ainda falta considerar é se as circunstâncias apresentadas nesta seção são suficientes para explicar teoricamente a operação de tal modo livre desse princípio — não obstante a progressiva acumulação de capital e o progressivo cultivo de terras virgens — a ponto de compreender lucros baixos num período inicial de desenvolvimento e lucros altos num período posterior. Em todo caso, os fatos devem ser levados em conta, abrangentes e esclarecedores como são, assim como outros fatos recorrentes do mesmo tipo; em face desses fatos, nada posso fazer senão considerá-los evidência decisiva contra qualquer teoria dos lucros que não seja compatível com eles.

No primeiro dos dois períodos aqui mencionados, sabe-se que o preço do trigo caiu, mas que os salários do trabalho não apenas não caíram proporcionalmente como, segundo o julgamento de algumas autoridades, subiram. Adam Smith fala da queda do trigo e da alta do trabalho durante os primeiros 64 anos do século passado como se fossem fatos consumados;¹¹² mas Arthur Young, em suas utilíssimas investigações sobre os preços do trigo e do trabalho, publicadas nos *Annals*

111 *Annals of Agriculture*. N° 270, pp. 96-97; n° 271, p. 215. O Sr. Young expressa surpresa considerável em relação a esses resultados e parece não se dar conta de que os rendimentos anuais da terra nada tinham a ver com os preços, mas expressavam basicamente a abundância ou escassez do capital móvel (*movable*) comparado aos meios de empregá-lo.

112 *Wealth of Nations*. 6ª ed. Livro Primeiro. Cap. XI, pp. 309-313.

of Agriculture, parece pensar, com alguma razão, que o fato não é tão evidente e, além disso, é incompatível com a demanda aparentemente pequena de trabalho ou de produção, bem como com o desenvolvimento comparativamente lento da população ocorrido durante aquele período.¹¹³ Admitindo-se, todavia, mesmo um preço estacionário do trabalho, com um preço decrescente do trigo, a queda dos lucros agrícolas explica-se imediatamente. Essa situação dos preços seria por si só suficiente para contrabalançar os efeitos do fato de que terras muito férteis ainda não fossem cultivadas. Quando acrescentamos que as outras despesas do capital do arrendatário, tais como couro, ferro, madeira de construção etc., provavelmente aumentaram enquanto seu principal produto caía, não teremos dificuldade de explicar uma taxa baixa dos lucros agrícolas, apesar da disponibilidade de terras no país. A baixa taxa de lucros mercantis e manufatureiros, por sua vez, seria imediatamente explicada pela proporção entre capital e trabalho.

No período subsequente, de 1793 a 1813, é provável que todas as circunstâncias relatadas nesta seção concorressem para dar oportunidade à ação daquele princípio que depende da proporção entre capital e trabalho.

Em primeiro lugar, não há dúvidas sobre as melhorias técnicas introduzidas na agricultura durante esses 20 anos relativas à administração geral da terra ou aos instrumentos ali utilizados, ou seja, de modo geral, relativas a fatores que tendem a aumentar a oferta de produtos agrícolas. Em segundo lugar, a ocorrência cada vez mais freqüente de trabalho por empreitada durante esses 20 anos, junto com o aumento crescente do emprego de mulheres e crianças, incontestavelmente ocasionou grande aumento de esforço pessoal; e um volume maior de trabalho foi realizado pelo mesmo número de pessoas e de famílias que antes.

Essas duas causas da produtividade do trabalho foram evidentemente estimuladas e de certa forma criadas pelas condições do momento, isto é, pelo alto preço do trigo, que estimulava o emprego de mais capital na terra com as formas mais efetivas de aplicá-lo, e pela crescente demanda de trabalho, devida ao grande número de homens requisitados pelo Exército e pela Marinha num momento em que, mais do que nunca, eram necessários na agricultura e nas manufaturas.

A terceira causa, que tem um efeito muito considerável e, na verdade, maior do que geralmente se imagina, foi a alta no preço monetário do trigo sem uma alta proporcional da produção mercantil e manufatureira. Essa situação sempre admite certa diminuição nos salários em trigo sem uma diminuição proporcional no conforto do trabalhador; e se o preço monetário do produto do arrendatário se eleva sem um aumento proporcional no preço do trabalho e dos artigos que

113 *Annals of Agriculture*. Nº 270, p. 89.

constituem o seu capital, esse capital se torna mais produtivo e seus lucros sobem necessariamente.

Num país em que o trabalho fosse bem pago, é óbvio que uma alteração na proporção entre trabalho e capital poderia ocasionar uma alta na taxa de lucros sem que ocorresse qualquer aumento da produtividade do trabalho. Mas todas as causas que acabamos de citar são de natureza a aumentar a produtividade tanto do trabalho como do capital; e se, em todo caso, elas têm força suficiente para suplantarem o efeito do cultivo de terras mais pobres, a taxa de lucros sobe proporcionalmente, mesmo com um aumento nos salários reais do trabalho.

No caso em questão, embora geralmente se suponha que os salários monetários do trabalho não sobem em proporção à elevação do preço das provisões, mesmo assim não posso deixar de pensar que, tanto a partir de uma reconhecida demanda de trabalho, como a partir de um rápido aumento de população, as classes trabalhadoras, em média, aumentaram sua capacidade de adquirir os bens de primeira necessidade, em parte devido à assistência paroquial e ao uso mais extensivo da batata, e em parte devido ao trabalho por empreitada e ao emprego crescente de mulheres e crianças. Por isso, estou inclinado a pensar que a maior taxa de lucros entre 1793 e 1813 surgiu mais do aumento da quantidade de produtos agrícolas gerados pelo mesmo número de famílias, do que da menor quantidade de produtos agrícolas apropriada pela família do trabalhador. É um fato notório, sobre o qual não tenho nenhuma dúvida, como afirmo no capítulo sobre a renda da terra, que o capital empregado nas terras cultivadas por último em 1813 era mais produtivo que o capital aplicado à terra cultivada por último em 1727; e parece-me que as causas mencionadas são suficientes para explicar esse fato teoricamente, de tal forma que esse evento pareça não apenas possível, mas provável e mesmo freqüente.

Talvez se diga que algumas das causas aqui citadas são, em parte, acidentais; e que, ao considerar um período futuro, não devemos basear nossas explicações no progresso técnico da agricultura e no aumento dos esforços produtivos das classes trabalhadoras. Isso tem uma parcela de verdade. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que uma grande demanda de trigo nacional estimula enormemente o progresso técnico agrícola, e que uma grande demanda de trabalho estimula a população efetiva a trabalhar mais. Quando a essas duas circunstâncias acrescentamos o efeito necessário de uma alta no preço do trigo, devido a um aumento de riqueza, sem uma elevação proporcional de outras mercadorias, as probabilidades de um aumento da produtividade do trabalho, suficientes para contrabalançar o efeito do cultivo de terras adicionais, são tão fortes que, na situação real da maioria dos países do mundo, ou em sua provável situação nos séculos vindouros, podemos perfeitamente contar com essa possibilidade sempre que a ocasião o exigir.

Não tenho nenhuma dúvida, por exemplo, quanto a uma maior taxa

de lucros neste país durante os vinte primeiros anos do século XX, comparativamente aos próximos vinte anos deste nosso século, desde que este próximo período seja de profunda tranqüilidade e paz e de abundância de capital, e desde que o outro seja um período em que o capital seja inferior à demanda devido a uma guerra, quando se verificam condições de um comércio em expansão e de uma demanda crescente de produtos agrícolas, semelhantes às condições existentes entre 1793 e 1813.

Mas se assim for, conclui-se que na situação real da maioria dos países, e dentro de períodos limitados de duração moderada, a taxa de lucros dependerá, na prática, mais das causas que afetam a relativa abundância ou escassez de capital do que da capacidade natural da terra cultivada por último. E, em conseqüência, insistir nesse último ponto como a única, ou mesmo a principal causa na determinação dos lucros, leva-nos a conclusões errôneas. Adam Smith, ao apresentar a causa da queda dos lucros, omitiu esse ponto e, ao fazê-lo, omitiu uma consideração muito importante. Mas, ao insistir exclusivamente na abundância de capital e na concorrência entre os capitais, na prática ele estava muito mais próximo da verdade¹¹⁴ que aqueles que se fixam quase exclusivamente na qualidade da terra cultivada por último.

Seção IV

Observações sobre a teoria dos lucros do Sr. Ricardo

Segundo o Sr. Ricardo, os lucros são regulados pelos salários e estes pela qualidade da terra cultivada por último. Essa teoria dos lucros depende inteiramente de que o conjunto das mercadorias continue com o mesmo preço, enquanto o dinheiro continua com o mesmo valor, quaisquer que sejam as variações no preço do trabalho. Essa uniformidade no valor dos salários e dos lucros, considerados conjuntamente, é assumida pelo Sr. Ricardo em todos os seus cálculos, do começo ao fim de sua obra. Se isso fosse verdade, com certeza teríamos uma regra precisa para determinar a taxa de lucros com qualquer elevação ou queda dos salários monetários. Mas se não for verdade, toda a teoria desaba. Não podemos deduzir nada sobre a taxa de lucros a partir de uma alta dos salários monetários se as mercadorias, em vez de permanecerem com o mesmo preço, forem afetadas de maneiras diversas, algumas subindo, algumas caindo e um número realmente muito pequeno permanecendo estacionário. Mas, num capítulo anterior,¹¹⁵ provamos que isso ocorre necessariamente quando há uma alta

114 Talvez seja preciso reconhecer que Adam Smith, ao falar dos efeitos da acumulação e da concorrência sobre os lucros, naturalmente queira referir-se a um território limitado, a uma população limitada e uma demanda limitada; mas a acumulação de capital nessas circunstâncias envolve todas as causas que podem afetar os lucros.

115 Cap. II, seções 4 e 5.

no preço do trabalho. Em consequência, os salários monetários do trabalho não podem regular a taxa de lucros.

Essa conclusão parecerá mais claramente verdadeira se supusermos na análise uma forma de obter os metais preciosos que mantenha estritamente o seu valor, isto é, se supusermos que são obtidos por uma quantidade uniforme de trabalho, sem nenhum adiantamento na forma de capital, além dos bens de primeira necessidade a um único dia. Não se pode negar que, nesse caso, os metais preciosos reteriam o mesmo valor de maneira mais completa que em qualquer outro caso, pois eles custariam e adquiririam a mesma quantidade de trabalho. Mas nesse caso, como afirmamos antes, o preço monetário do trabalho jamais subiria de forma permanente. Entretanto, não podemos imaginar nem por um momento que essa impossibilidade de uma alta ou de uma queda no preço monetário do trabalho possa de algum modo impedir ou interromper o desenvolvimento natural dos lucros. A contínua acumulação de capital e a dificuldade crescente de obter a subsistência indubitavelmente diminuiriam os lucros. Todas as mercadorias em cuja produção continua-se empregando a mesma quantidade de trabalho, mas com apoio de capitais de vários tipos e quantidades, cairiam de preço, e exatamente na mesma proporção em que o preço da mercadoria foi antes afetado pelos lucros; e em relação ao trigo, em cuja produção seria necessário mais trabalho, o preço monetário desse artigo subiria, apesar do capital usado para produzi-lo, até o ponto em que reduzisse os salários em trigo de tal forma que tornaria a população estacionária; desse modo, todos os efeitos sobre os lucros, atribuídos pelo Sr. Ricardo a uma alta dos salários monetários, ocorreria enquanto os salários e o valor do dinheiro permanecessem exatamente os mesmos. Essa suposição serve, além disso, para mostrar quão errôneo é considerar a queda de lucros um sinônimo de uma alta dos salários monetários, ou conceber o preço monetário do trabalho como o grande regulador da taxa de lucros. É óbvio que, nesse caso, os lucros só podem ser regulados pelo princípio da concorrência, ou pelo princípio da oferta e da procura, que determinam o grau em que os preços das mercadorias caem; e seus preços, comparados ao preço uniforme do trabalho, regulariam principalmente a taxa de lucros.

Mas o Sr. Ricardo nunca considera uma queda de preços ocasionada por uma queda de lucros, embora na prática, em muitos casos, assim como na suposição anterior, uma queda de lucros ocorra dessa forma.

Vamos supor uma cidade comercial próspera, com grande produção de algumas manufaturas e que compre todo o seu trigo do exterior. No início, e talvez durante um período considerável, os preços de suas manufaturas em mercados estrangeiros podem ser tais, comparados ao preço do trigo importado, que proporcionem altos lucros; mas, como o capital continua a ser acumulado e aplicado em maiores quantidades nas manufaturas exportáveis, tais manufaturas, segundo

o princípio da oferta e da procura, provavelmente cairão de preço. Portanto, é preciso exportar uma quantidade maior dessas manufaturas a fim de se obter dada quantidade de trigo, e os lucros caem necessariamente. É verdade que, nessas circunstâncias, o trabalhador das manufaturas terá de trabalhar mais para obter sua subsistência, e o Sr. Ricardo diria que essa é a legítima causa da queda dos lucros. Nesse ponto estou disposto a concordar com ele; mas, com certeza, a causa específica, nesse caso, da necessidade de mais trabalho para obter a mesma quantidade de trigo é a queda dos preços das manufaturas exportáveis com as quais se compra o trigo, e não uma alta no preço desse cereal, o que vem a dar exatamente no mesmo. A queda dessas manufaturas é a conseqüência natural de um aumento da oferta decorrente de uma acumulação de capital mais rápida que o crescimento da demanda desses produtos. Que a queda dos lucros assim gerada depende inteiramente dos princípios da oferta e da procura é algo que é preciso reconhecer se admitimos, como certamente o fazemos, que a abertura de um novo mercado para as manufaturas em questão imediatamente poria fim à queda dos lucros.

Segundo o mesmo pressuposto, ou seja, o da constância dos preços das mercadorias, o Sr. Ricardo é de opinião que, se os preços do nosso trigo e do nosso trabalho caíssem, os lucros de nosso comércio exterior se elevariam proporcionalmente. Mas o que significa, eu perguntaria, fixar os preços das mercadorias em mercados estrangeiros? — Não significa apenas a quantidade de trabalho nelas empregado porque, como observamos num capítulo anterior, mercadorias em cuja produção se empregaram quantidades muito diferentes de trabalho são vendidas pelo mesmo preço em mercados estrangeiros. Mas se os preços são determinados, como de fato o são, tanto em média como em cada momento pela oferta e pela procura, o que significa impedir uma oferta muito maior, ocasionada pela concorrência do capital não aplicado, devido a preços que, baixando rapidamente, reduzem a taxa de lucros?

Se durante os últimos 25 anos o preço do trigo tivesse sido mantido a cerca de 50 xelins o *quarter*, e se o capital cada vez maior do país tivesse sido aplicado principalmente na produção de mercadorias exportáveis para a compra de trigo estrangeiro, eu estaria muito inclinado a acreditar que os lucros do capital teriam sido menores, ao invés de maiores. Os milhões empregados em melhorias agrícolas permanentes¹¹⁶ não tiveram nenhuma tendência a diminuir os lucros; mas se, junto com uma grande quantidade do capital comum empregado na agricultura nacional, eles tivessem sido somados aos já grandes capitais aplicados na produção de mercadorias exportáveis, eu não tenho dú-

116 Os milhões em capital gasto em drenagens, estradas e canais construídos para atender ao transporte dos produtos agrícolas tenderam mais a elevar que a diminuir os lucros, e talvez ainda se possa empregar muitos milhões com o mesmo efeito vantajoso.

vidas de que os mercados estrangeiros atingiriam um ponto de saturação; que os preços das mercadorias teriam sido tais que teriam diminuído os lucros do capital;¹¹⁷ e que teria havido não só uma quantidade maior de capitais flutuantes sem aplicação mas também uma maior tendência desses capitais emigrarem, o que de fato ocorreu.

O Sr. Ricardo jamais *ênfatiza* a influência das melhorias agrícolas permanentes sobre os lucros do capital, embora essa seja uma das considerações mais importantes no âmbito global da Economia Política, pois são essas melhorias que, indubitavelmente, criam as mais amplas condições para a aplicação do capital sem diminuição dos lucros. Ele observa que “por muito grande que seja um país em que a terra é inferior e em que a importação de alimentos é proibida, as mais moderadas acumulações de capital serão realizadas com grandes reduções da taxa de lucros e com uma rápida elevação da renda da terra; inversamente, um pequeno mas fértil país, em particular se a importação de alimentos é livre, pode acumular um grande estoque de capital sem uma grande redução na taxa de lucros e sem um grande aumento na renda da terra”.¹¹⁸

Atentando para os conhecidos efeitos de melhorias agrícolas permanentes, a conclusão a tirar dessas duas causas seria exatamente oposta à do Sr. Ricardo. Um território muito extenso, com solos de qualidade inferior, ainda que todos, ou quase todos, passíveis de cultivo, poderia admitir mediante melhorias agrícolas contínuas o emprego de grande quantidade de capital durante séculos, com pouca ou nenhuma queda de lucros; enquanto o território pequeno e fértil, que logo absorveria todo o capital que pudesse ser empregado na terra, seria obrigado a aplicar suas acumulações posteriores na compra de trigo por meio de produtos manufaturados de preços decrescentes. Essa situação facilmente reduziria os lucros a sua taxa mais baixa antes da acumulação de 1/3 do capital que teria sido acumulado no primeiro caso.

Um país que acumula mais rapidamente que seus vizinhos pode manter sua taxa de lucros durante séculos se conseguir realizar melhorias agrícolas permanentes; mas se, com a mesma rapidez de acumulação, o país viesse a depender do trigo importado, seus lucros cairiam e é provável que a queda fosse ocasionada não por uma alta no preço metálico do trigo nos portos europeus, mas por uma queda no preço metálico das exportações com que o trigo do país em questão fosse comprado.

Parece-me que essas afirmações coincidem com a mais correta das teorias dos lucros e certamente parecem confirmadas pela experiência. Já chamei a atenção para o fato incontestável de que os lucros agrícolas foram maiores em 1813 do que durante os 80 anos anteriores,

117 Quando exigem a importação do trigo, nossos fabricantes pensam principalmente na demanda adicional de suas mercadorias ocasionada pelo aumento das importações, e parecem esquecer o aumento prodigioso da oferta ocasionado pela concorrência de tantos capitais e trabalhadores no mesmo ramo de negócios.

118 *Princípios de Economia Política e Tributação. Op. cit., p. 100.*

embora, naquele período, milhões e milhões em capital tenham sido empregados na terra. E o efeito que tem o declínio dos preços no sentido de reduzirem os lucros é evidente no momento atual. No artigo mais importante de nossas exportações, os salários do trabalho são agora menores do que provavelmente seriam numa situação ordinária se o trigo custasse 50 xelins o *quarter*. Se, de acordo com a nova teoria dos lucros, os preços de nossas exportações tivessem permanecido os mesmos, os proprietários das manufaturas estariam agora numa situação de grande prosperidade, e a rápida acumulação de seus capitais logo teria empregado todos os trabalhadores disponíveis. Mas, em lugar disso, ouvimos falar de mercados saturados, de queda de preços e de artigos de algodão vendidos em Kamschatka a preços inferiores aos custos de produção.

Talvez se possa dizer que o comércio do algodão está saturado; e uma proposição central da nova teoria dos lucros e da demanda é a de que excesso de capital num setor indica inequivocamente insuficiência em algum outro. Mas onde, pergunto, está esse ramo de negócio de porte considerável que tem declaradamente uma carência de capital? Em que ramo os altos lucros há muito solicitam mais capital em vão? A guerra acabou há mais de 4 anos; e embora a transferência de capital de um setor para outro em geral ocasione uma perda parcial, não tarda a ocorrer quando estimulada por grande demanda e altos lucros. Mas se há apenas uma falta de estímulo para seu desenvolvimento normal devido à queda dos lucros, numa situação em que os lucros de todos os outros setores, por causa dos preços baixos em geral, caem ao mesmo tempo, embora talvez não exatamente no mesmo grau, é muito provável que os movimentos do capital sejam lentos e hesitantes.

É preciso reconhecer, pois, que, ao considerar a alteração da relação entre trabalho e o produto decorrente de uma queda dos lucros, só enxergaremos metade da questão se atentarmos exclusivamente para uma alta dos salários sem nos referirmos a uma queda nos preços das mercadorias. Seus efeitos sobre os lucros podem ser exatamente os mesmos; mas o último caso, em que não se considera a situação da terra, mostra imediatamente o quanto os lucros dependem dos preços das mercadorias e da causa que determina esses preços, a saber, a oferta comparada à demanda.

Todavia, em qualquer hipótese, o grande princípio limitador, que depende da dificuldade crescente de obter a subsistência, está sempre pronto a atuar e no final leva a uma redução dos lucros; mas mesmo esse princípio age segundo as leis da oferta e da procura.

A razão pela qual os lucros caem à medida que a terra se exaure é que a demanda efetiva de bens de primeira necessidade pode não crescer na mesma proporção que a despesa necessária à produção desses bens.

A demanda de trigo deve cessar quando a terra cultivada por último apenas repõe o capital e sustenta a população que a cultiva.

Mas o efeito sobre os lucros de quantidades determinadas de acumulação não pode ser previsto com antecedência, porque sempre depende dos princípios da oferta e da procura.

CAPÍTULO VI

A Distinção Entre Riqueza e Valor

Um país que possui grande abundância de mercadorias que não incorporam trabalho pode ser rico sem dispor de valor de troca.

Mas nas condições reais do homem sobre a terra, a riqueza e o valor de troca têm uma ligação mais estrita do que às vezes se supõe.

Quando mais mercadorias de mesma qualidade são obtidas por máquinas aperfeiçoadas a custo igual, a distinção entre riqueza e valor é óbvia; mas mesmo aqui o possuidor da maior quantidade de mercadorias só é mais rico em relação ao consumo, não em relação à troca.

Ao comparar artigos diferentes, não há outra maneira de estimar o grau de riqueza que conferem a não ser pela avaliação relativa de que são objeto, revelada por seus valores de troca relativos.

Entretanto, é preciso reconhecer que a riqueza nem sempre cresce proporcionalmente ao aumento de valor, porque às vezes um aumento de valor ocorre associado a uma redução efetiva dos bens de primeira necessidade, de conforto e de luxo. Mas também é verdade que o valor não cresce proporcionalmente à mera quantidade dos bens que compõem a riqueza, porque os vários artigos que compõem essa quantidade podem não ser proporcionais às necessidades e à capacidade que tem a sociedade de lhes atribuir o valor adequado.

A riqueza depende em parte do volume da produção, e em parte de uma adaptação tal dessa produção às necessidades e capacidades da sociedade, que esta lhe atribua o maior valor possível.

Mas a relação mais íntima entre a riqueza e o valor está em que a produção do valor depende da necessidade da riqueza.

O valor das mercadorias, ou o sacrifício que as pessoas estão dispostas a fazer a fim de obtê-las, pode ser considerado, nas atuais condições, a única causa da existência de riqueza, qualquer que seja sua quantidade.

Em resumo, os preços de mercado são as causas imediatas de todos os grandes movimentos da sociedade no sentido da produção de

riqueza, e esses preços de mercado sempre expressam clara e inequivocamente o valor de troca das mercadorias no momento e no lugar onde foram trocadas e só diferem dos preços naturais e necessários à medida que a situação real da oferta e da procura, com relação a qualquer artigo específico, difere das condições normais e médias.

O leitor com certeza perceberá que, ao usar o termo valor, ou valor de troca, sempre o entendo naquele sentido mais amplo e, segundo creio, mais comum e correto, de acordo com o qual tentei explicá-lo e defini-lo no segundo capítulo desta obra, e nunca naquele sentido estrito usado ultimamente pelo Sr. Ricardo, em que o valor dependeria exclusivamente da quantidade efetiva de trabalho empregada na produção.¹¹⁹ Entendido neste último sentido, certamente o valor não tem uma ligação tão íntima com a riqueza. Ao comparar dois países com diferentes graus de fertilidade, ou ao comparar um país agrícola com um país manufatureiro e comercial, a riqueza relativa de cada um deles pode ser muito diferente da proporção de trabalho que cada um deles emprega na produção; e com certeza a quantidade crescente de trabalho necessária para produzir qualquer mercadoria está realmente muito longe de ser um estímulo ao aumento da sua produção. Portanto, nesse sentido, riqueza e valor são muito diferentes.

Mas se o valor é entendido no sentido em que é mais usado, e segundo o qual o defini, a riqueza e o valor, embora decerto não sejam sempre a mesma coisa, mantêm uma relação muito íntima; e, ao fazer uma estimativa da riqueza, é preciso reconhecer que é um erro tão grave considerar a quantidade sem referência ao valor, como considerar o valor sem referência à quantidade.

119 Diz o Sr. Ricardo (cap. XX, p. 275) [*Princípios de Economia Política e Tributação. Op. cit.*, p. 190] que "só é invariável a mercadoria que requer sempre o mesmo sacrifício em esforços e trabalho para ser produzida". O que significa aqui o termo "invariável"? Não pode significar valor de troca *invariável*, porque o próprio Sr. Ricardo reconhece que as mercadorias em que se emprega o mesmo esforço e o mesmo trabalho muito freqüentemente não são intercambiáveis. Como medida de valor de troca, esse padrão é muito mais variável do que os que ele rejeita; e não é fácil dizer em que outro sentido se pode entender esse termo.

CAPÍTULO VII

As Causas Imediatas do Crescimento da Riqueza

Seção I

O objetivo específico da investigação

O objetivo específico da investigação é localizar as causas mais atuantes no surgimento da capacidade de produção em diferentes países.

Nesse aspecto, as causas morais e políticas são de importância fundamental; mas pretendemos considerar principalmente aquelas que pertencem mais diretamente ao âmbito da Economia Política.

Muitos países com grande capacidade de produção são pobres, e muitos, com uma capacidade de produção bem limitada, são comparativamente ricos, sem nenhuma diferença essencial quanto à segurança da propriedade.

Se depois de certo período a riqueza efetiva de um país não é proporcional à sua capacidade produtiva, há falta de estímulo à produção; e a questão prática que se coloca é saber qual é o estímulo mais imediato e efetivo para o crescimento da riqueza.

Seção II

O aumento da população como estímulo ao crescimento contínuo da riqueza

Se apenas a necessidade ou o desejo dos bens de primeira necessidade fosse, entre as classes trabalhadoras, um estímulo suficiente para a produção, a terra estaria comparativamente repleta de habitantes.

Um homem, cujo único bem é seu trabalho, não pode efetivar nenhuma demanda de produção se seu trabalho não é objeto de demanda.

Para justificar o emprego do capital, é preciso haver uma demanda

de seu produto, além da que pode ser criada pela demanda dos trabalhadores empregados.

O efeito do aumento da população no sentido de elevar os lucros mediante a redução dos salários é muito limitado e logo contido pela falta de demanda.

Baseados na experiência, sabemos que a riqueza daqueles países em que o estímulo decorrente da população é determinante cresce muito lentamente.

A questão prática que se coloca é a seguinte: será que uma forte pressão da população contra os limites da subsistência é um estímulo adequado para o crescimento da riqueza? A situação da maioria dos países responde negativamente à questão.

Seção III

A acumulação, ou a poupança de rendimentos a ser acrescentada ao capital, vista como estímulo ao crescimento da riqueza

Os que rejeitam a população como um estímulo adequado ao crescimento da riqueza geralmente tendem a atribuir tudo à população. É verdade que não pode haver nenhum crescimento de riqueza permanente e contínuo sem um aumento contínuo do capital; e não posso concordar com Lorde Lauderdale em que esse aumento não se pode efetivar de nenhum outro modo senão mediante a poupança de uma parte do que se destina ao consumo imediato e do acréscimo dessa poupança ao que proporciona lucro; ou, em outras palavras, mediante a conversão dos rendimentos em capital.¹²⁰

Todavia, resta investigar os fatores que em geral predispõem uma nação a acumular; e, além disso, os fatores que tendem a tornar a acumulação o mais efetiva possível e que levam a um aumento posterior e contínuo do capital e da riqueza.

Sem dúvida alguma é possível que a parcimônia destine logo uma parcela da produção muito maior que a usual à manutenção do trabalho produtivo; e é verdade que os trabalhadores assim empregados tanto são consumidores como trabalhadores improdutivos; e no que diz respeito aos trabalhadores, não haveria nenhuma diminuição do consumo ou da demanda. Mas já demonstramos que o consumo e a demanda criados por trabalhadores produtivos nunca motivam, por si sós, a acumulação e o emprego de capital. Quanto aos próprios capi-

120 LAUDERDALE, Lorde. *Inquiry into the Nature and Origin of Public Wealth*. 2ª ed. Cap. IV, p. 198. Consultar o capítulo sobre "Parcimônia". Lorde Lauderdale parece ter ido longe demais ao depreciar a acumulação, assim como outros autores foram longe demais ao recomendá-la. Essa tendência aos extremos é exatamente o que considero a grande fonte de erros na Economia Política.

talistas, bem como os proprietários de terras e outras pessoas ricas, supõe-se que admitam ser parcimoniosos e que se privem dos bens de conforto e de luxo para poupar de seus rendimentos e acrescentar a poupança ao seu capital. Nessas circunstâncias, perguntou como é possível supor que uma quantidade maior de mercadorias, cujo adicional foi obtido por um número maior de trabalhadores produtivos, encontraria compradores sem que houvesse uma queda de preços tal que seu valor caísse abaixo dos custos de produção ou, ao menos, diminuísse muito a capacidade e a vontade de poupar?

Alguns autores muito competentes pensam que, embora seja muito fácil haver saturação de determinadas mercadorias, não é possível haver uma saturação de mercadorias em geral porque, segundo seu modo de ver a questão, como as mercadorias sempre são trocadas por mercadorias, uma das metades fornece o mercado para a outra metade, e como a produção seria assim a fonte exclusiva da demanda, um excesso na oferta de um artigo prova simplesmente uma insuficiência na oferta de algum outro, e um excesso geral é impossível. O Sr. Say, em seu famoso trabalho sobre Economia Política, foi de fato tão longe que chega a afirmar que o consumo de uma mercadoria, por tirá-la do mercado, diminui a demanda, e a produção de uma mercadoria aumenta proporcionalmente a demanda.

Entretanto, essa teoria, na medida em que tem sido aplicada, parece-me totalmente sem fundamento e contradiz frontalmente os grandes princípios que regulam a oferta e a procura.

De forma nenhuma é verdade, com efeito, que as mercadorias sempre são trocadas por mercadorias. A maior parte das mercadorias é trocada diretamente por trabalho, seja produtivo ou improdutivo; e é óbvio que esse conjunto de mercadorias, comparado ao trabalho pelo qual é trocado, pode cair em valor devido à saturação, exatamente como qualquer mercadoria perde valor devido ao excesso de oferta, comparado tanto ao trabalho quanto ao dinheiro.

Na hipótese considerada haveria, evidentemente, uma oferta inusitada de mercadorias de todos os tipos, devido ao fato dos trabalhadores improdutivos do país terem-se convertido, pela acumulação de capital, em trabalhadores produtivos; mantendo-se o número total de trabalhadores e diminuindo, de acordo com a hipótese, a capacidade e a vontade de comprar para consumo entre os proprietários de terra e os capitalistas, o valor das mercadorias necessariamente cai, comparado ao trabalho, de tal modo que os lucros se reduzem quase a zero e a produção posterior é contida durante algum tempo. Mas é exatamente isso o que se quer dizer com o termo saturação que, nesse caso, é evidentemente geral, e não parcial.

Parece-me que o Sr. Say, o Sr. Mill¹²¹ e o Sr. Ricardo, os principais

121 Numa resposta ao Sr. Spence, publicada em 1808, o Sr. Mill formulou muito claramente o princípio de que as mercadorias só são adquiridas por mercadorias, e que metade delas sempre fornece o mercado para a outra metade. O mesmo princípio parece ter sido adotado incondicionalmente pelo autor de um artigo excelente sobre as Leis do Trigo publicado no Suplemento da *Encyclopaedia Britannica*, já mencionado em capítulo anterior.

autores das novas teorias dos lucros, cometem alguns erros fundamentais com respeito a essa questão.

Em primeiro lugar, consideram as mercadorias como se fossem umas tantas cifras matemáticas, ou sinais aritméticos, cujas relações tivessem de ser comparadas, em vez de considerá-las artigos de consumo, os quais devem ser relacionados ao número e às necessidades dos consumidores.

Se as mercadorias devessem apenas ser comparadas e trocadas umas pelas outras, então realmente seria verdade que se todas elas aumentassem proporcionalmente em qualquer medida, continuariam a manter entre si o mesmo valor relativo; mas se as compararmos, como decerto fazemos, com o número e com as necessidades dos consumidores, nesse caso, um grande aumento de produção com população relativamente estacionária e com as necessidades reduzidas pela parcimônia ocasiona necessariamente uma grande queda de valor estimado em trabalho, de modo que a mesma produção, embora tenha *custado* a mesma quantidade de trabalho de antes, não pode mais *adquirir* a mesma quantidade; e tanto a capacidade quanto a motivação para acumular sofreriam uma violenta restrição.

Dizem que a demanda efetiva nada mais é que a oferta de uma mercadoria em troca de outra. Mas será que isso é tudo quanto é necessário para uma demanda efetiva? Embora cada mercadoria possa ter custado a mesma quantidade de trabalho e de capital em sua produção, e apesar de poderem as duas ter exatamente o mesmo valor de troca, mesmo assim, por que não podem ambas existir em tal abundância a ponto de não adquirirem mais trabalho, ainda que seja muito pouco trabalho a mais do que custaram? Nesse caso, a demanda destas seria efetiva? Seria tal essa demanda que estimularia sua produção contínua? Incontestavelmente, não. A relação entre elas pode não ter mudado; mas sua relação com as necessidades da sociedade, sua relação com o ouro e sua relação com o trabalho nacional e estrangeiro podem ter passado por uma mudança muito importante.

Prontamente se reconhecerá que um novo artigo lançado no mercado, o qual, em proporção ao trabalho nele empregado, tem um valor de troca mais alto que o usual, é concebido exatamente para aumentar a demanda, porque isso implica não apenas aumento de quantidade, mas adaptação melhor da produção aos gostos, necessidades e consumo da sociedade. Mas fabricar ou obter mercadorias desse tipo é a grande dificuldade; e elas não acompanham necessária e naturalmente uma acumulação de capital e um aumento de mercadorias, particularmente quando tal acumulação e tal aumento foram criados por economia de consumo ou por desestímulo à satisfação daqueles gostos e necessidades, que são os próprios fundamentos da demanda.

O Sr. Ricardo, embora mantenha a proposição geral de que o capital não pode ser excessivo, é obrigado a fazer a seguinte concessão: diz ele que "há apenas um caso, e assim mesmo temporário, em que

a acumulação de capital, sendo baixos os preços dos alimentos, pode ser acompanhada de uma queda de lucros; isso se dá quando os recursos para a manutenção da mão-de-obra aumentam muito mais rapidamente que a população. Nesse caso, os salários serão altos e os lucros baixos. Se todas as pessoas que se abstivessem do consumo de objetos de luxo se concentrassem apenas na acumulação, produzir-se-ia uma quantidade de bens de primeira necessidade que não poderiam ser imediatamente consumidos. Sem dúvida poderia haver uma saturação geral de mercadorias, em quantidade assim limitada; e, em conseqüência, poderia não haver demanda para uma quantidade adicional de tais mercadorias, nem lucros sobre o emprego de mais capital. Se os homens deixassem de consumir, deixariam também de produzir". E então o Sr. Ricardo acrescenta que "admitir tal coisa não contradiz o princípio geral".¹²² Não posso concordar com essa observação pois, devido à natureza da população, não se pode aumentar o número de trabalhadores no mercado em conseqüência de uma demanda específica, antes de se passarem 16 ou 18 anos, e a conversão de rendimentos em capital pode ocorrer com uma velocidade muito maior; um país sempre está sujeito a um aumento dos recursos para a manutenção do trabalho mais rápido que o aumento de população. Mas se, sempre que isso ocorrer, pode haver uma saturação geral de mercadorias, como se pode sustentar, enquanto proposição geral, que o capital nunca é excessivo? Como se pode sustentar, devido ao fato de as mercadorias poderem manter os mesmos valores relativos, que uma saturação só pode ser parcial, e não geral?

Outro erro fundamental em que os autores acima mencionados e seus seguidores caíram deve-se ao fato de não considerarem a influência de um princípio tão geral e tão importante da natureza humana, como a preguiça ou o amor ao ócio.

Supondo-se¹²³ que certo número de arrendatários e certo número de fabricantes trocam seus excedentes de alimentos e de roupa, e que a capacidade de produção de ambos de repente aumentasse tanto que ambas as partes pudessem, com o mesmo trabalho, produzir artigos de luxo além dos que já obtinham antes, não haveria nenhum tipo de dificuldade em relação à demanda, pois parte dos artigos de luxo produzidos pelo arrendatário poderia ser trocada por parte dos artigos de luxo produzidos pelo fabricante; e o único resultado possível seria o fato de os felizardos de ambas as partes estarem melhor abastecidos e desfrutar de mais prazer.

Mas nessa troca de amabilidades são tomadas como ponto pacífico duas coisas que são exatamente os pontos controvertidos. É considerado ponto pacífico o fato de sempre se preferir os artigos de luxo à indo-

122 *Princípios de Economia Política e Tributação. Op. cit.*, p. 199.

123 *Edinburgh Review*. Nº LXIV, p. 471.

lência, e os lucros de ambas as partes serem consumidos como rendimento. Qual seria o efeito do desejo de poupar em tais circunstâncias, é a questão que se coloca. O efeito de se preferir a indolência aos artigos de luxo evidentemente ocasionaria uma insuficiência de demanda dos retornos das maiores capacidades produtivas aqui supostas, e desemprego de trabalhadores. O agricultor, podendo agora obter os bens de primeira necessidade e de conforto aos quais está acostumado, com menos esforço e com menos dificuldade, e não tendo ainda desenvolvido inteiramente o gosto por rendas, fitas e veludos, é muito provável que se abandone à indolência e empregue menos trabalho na terra; enquanto o manufator, achando que seus veludos estão difíceis de vender, pode ser levado a parar sua manufatura, e cair quase necessariamente no mesmo sistema indolente do arrendatário. A história da sociedade humana mostra de forma suficiente que o gosto efetivo pelos artigos de luxo — isto é, um gosto tal que estimule adequadamente a indústria —, em vez de estar pronto para aparecer no momento em que é requerido, é uma planta de crescimento lento; e mostra também que é um erro muito grave considerar ponto pacífico que a humanidade produzirá e consumirá tudo o que pode produzir e consumir, e que nunca preferirá a indolência aos prêmios da operosidade. Isso ficará suficientemente claro numa rápida análise de algumas nações que conhecemos. Essa análise está na próxima seção, para a qual remetemos o leitor.

Um terceiro erro muito sério dos autores citados acima, e na prática o mais importante de todos os três, consiste em supor que a acumulação assegura a demanda; ou que o consumo dos trabalhadores empregados por aqueles cujo objetivo é poupar criará uma demanda efetiva de tal ordem que estimulará um aumento contínuo da produção.

O Sr. Ricardo observa que “se 10 mil libras fossem dadas a um homem que ganha 100 mil libras por ano, ele não as trancaria numa gaveta, mas aumentaria suas despesas em 10 mil libras, empregá-las-ia de maneira produtiva ou as emprestaria a outra pessoa com esse propósito; em qualquer dos casos a demanda, embora de objetos diferentes, aumentaria. Se ele aumentasse suas despesas, sua demanda efetiva provavelmente seria de imóveis, mobília ou algo semelhante. Se empregasse suas 10 mil libras produtivamente, sua demanda efetiva seria de alimento, vestuário e matérias-primas, que serviriam para empregar novos trabalhadores. Mas isso ainda seria *demand*a.”¹²⁴

Esse princípio supõe que se a parcela mais rica da sociedade tivesse de renunciar aos artigos de luxo e aos bens de conforto a que está acostumada, com vistas à acumulação, o único efeito seria a aplicação de quase todo o capital do país na produção de bens de primeira necessidade, o que levaria a grande aumento da agricultura e da po-

pulação. Mas, sem supor uma mudança completa na motivação habitual para acumular, isso não seria possível. A motivação habitual para acumular é, creio eu, a riqueza e o prazer futuros do indivíduo que acumula, ou daqueles para quem pretende deixar seus bens. Com essa motivação, nunca conviria ao dono da terra empregar na agricultura quase todo o trabalho que pode sustentar, pois ao fazer isso ele necessariamente destrói sua renda líquida e torna impossível para ele, sem que despeça posteriormente a maior parte de seus trabalhadores, ocasionando a mais terrível miséria, obter os meios de maior prazer num futuro distante, ou de transmiti-los à sua descendência.

A própria definição de terra fértil diz que é a terra que sustenta um número de pessoas muito maior que o necessário ao seu cultivo; e se o proprietário da terra, em vez de gastar esse excedente com bens de conforto, com artigos de luxo e com consumidores improdutivos, aplicasse esse excedente para empregar tantos trabalhadores quantos suas poupanças permitissem, é óbvio que, ao invés de enriquecer, ele empobreceria com tal procedimento, tanto em termos imediatos quanto em termos futuros. Nada justifica tal conduta além de uma motivação diferente para acumular, isto é, o desejo de aumentar a população e não o amor à riqueza e ao prazer; e até que ocorra essa mudança nas paixões e nas propensões humanas podemos ter certeza de que os proprietários de terra e os agricultores não empregarão trabalhadores desse modo.

O que aconteceria então? Assim que os proprietários de terra e os agricultores descobrissem que não poderiam efetivar o aumento de sua produção de um modo que lhes proporcione aquisição de riqueza no futuro, deixariam de empregar mais trabalho na terra;¹²⁵ e se os negócios daquela parcela da sociedade que não está comprometida com a produção agrícola consistissem apenas em fabricar os outros bens básicos de primeira necessidade — sendo insignificante o número de pessoas requerido para esse propósito —, o restante daqueles que o solo poderia sustentar perderia o emprego. Não dispondo de nenhum meio legal para exigir uma parte da produção agrícola, não importa quão abundante seja de início essa produção, o número de trabalhadores diminuiria gradualmente; e a insuficiência de demanda efetiva de pro-

125 Os teóricos da Economia Política, temendo atribuir importância excessiva ao dinheiro, acabaram por não considerá-lo devidamente. É uma verdade abstrata dizer que queremos mercadorias, e não dinheiro. Contudo, na realidade nenhuma mercadoria pela qual seja possível trocar imediatamente os nossos bens pode substituir adequadamente o meio circulante nem pode possibilitar-nos, da mesma maneira, prover os filhos, comprar terras ou adquirir trabalho e provisões para um ano ou dois. Um meio circulante é absolutamente necessário para que haja uma poupança considerável; mesmo o manufator só poderia progredir lentamente se fosse obrigado a acumular em espécie todos os salários de seus trabalhadores. Não é de surpreender que ele queira dinheiro, em vez de outras mercadorias. Podemos estar certos de que, se o arrendatário ou manufator dos países civilizados não puderem vender seus produtos de modo a obter lucros estimados em dinheiro, sua produção diminuirá imediatamente. O meio circulante representa papel tão importante na distribuição da riqueza e no incentivo à produção que não considerá-lo leva-nos, muitas vezes, ao erro.

duto agrícola reduziria necessariamente o cultivo da terra e desempregaria um número ainda maior de pessoas. Esse processo de ação e reação continuaria, nesse caso, até que se restaurasse o equilíbrio entre produção e consumo em relação aos novos gostos e hábitos que se estabelecessem; e é óbvio que, sem gastos que estimulem o comércio, a manufatura e os consumidores improdutivos, ou sem uma legislação agrária planejada para mudar a motivação habitual da acumulação, os proprietários de terra não têm estímulo suficiente para plantar mais; e num país como o nosso, que é rico e populoso, com esses hábitos parcimoniosos tornar-se-ia infalivelmente pobre e comparativamente desabilitado.

O mesmo tipo de raciocínio aplica-se, obviamente, ao caso citado antes. Enquanto os arrendatários estivessem dispostos a consumir os artigos de luxo produzidos pelos manufatores, e estes a consumir os artigos de luxo produzidos pelos arrendatários, tudo andaria bem; mas se uma ou ambas as partes estivessem dispostas a poupar, com vistas a melhorar sua situação e prover o futuro de suas famílias, as coisas seriam bem diferentes. Se o arrendatário, em vez de consumir rendas, fitas e veludos,¹²⁶ preferisse usar roupas mais simples, e com sua economia impedisse o manufator de comprar a mesma quantidade de seus produtos, evidentemente não haveria mercado para o produto de tanto trabalho empregado na terra, cuja capacidade produtiva teria aumentado muito. O manufator, da mesma forma, em vez de consumir açúcar, uvas e tabaco, poderia querer poupar com vistas ao futuro, mas não teria nenhuma condição para isso devido à parcimônia dos arrendatários e à falta de demanda de artigos manufaturados.¹²⁷

Em certa medida, é possível ocorrer acumulação de alimentos e roupas comuns, mas sua quantidade é necessariamente muito pequena. De nada serviria ao arrendatário continuar cultivando sua terra com o objetivo exclusivo de alimentar e vestir seus trabalhadores. Ele não estaria fazendo nada por si mesmo nem por sua família se ele mesmo não consumisse o excedente de sua produção ou se não pudesse retê-lo de uma forma que pudesse ser transmitida a seus herdeiros. Se ele é rendeiro, esse cuidado e esse trabalho adicionais seriam inteiramente desperdiçados; se ele é um proprietário de terras e está decidido, sem consultar o mercado, a cultivar sua propriedade de modo a fazê-la produzir o maior excedente líquido possível, com vistas ao futuro, é

126 *Edinburgh Review*. N° LXIV, p. 471.

127 De todos os conceitos apresentados por homens capazes e talentosos que tive a oportunidade de conhecer, o conceito do Sr. Say, segundo o qual *um produto consumido ou destruído constitui uma redução do mercado* (Livro Primeiro, cap. 15), parece-me o mais frontalmente contrário a uma concepção correta e o mais refutado pela experiência, embora se deduza da nova teoria que as mercadorias devem ser consideradas apenas em sua relação mútua — e não em relação aos consumidores. O que aconteceria com a demanda de mercadorias, pergunto, se se suspendesse o consumo de todos os bens, com exceção de pão e água, durante os próximos seis meses? Que acumulação de mercadorias! Que *mercado*! Que mercado prodigioso esse evento não criaria!

certo que a grande parcela desse excedente, que não foi usada para consumo próprio ou para comprar roupas para ele e para seus trabalhadores, seria inteiramente perdida. Se ele não opta por usar esse excedente para comprar artigos de luxo ou para sustentar trabalhadores improdutivos, pode jogá-lo no mar, que o resultado é o mesmo. Poupar esse excedente, isto é, usá-lo para empregar mais trabalhadores no cultivo da terra significa, como já disse antes, empobrecer tanto o proprietário como sua família.

Seria ainda mais inútil se os fabricantes continuassem produzindo uma quantidade de roupas maior que a requerida pelos agricultores e por eles mesmos. Na verdade, o volume dessa produção dependeria inteiramente da demanda dos agricultores, pois os fabricantes não teriam meios de obter a subsistência a não ser na medida em que houvesse uma necessidade simultânea de suas manufaturas. A população requerida para fabricar roupas simples para tal sociedade, com o apoio de boa maquinaria, seria insignificante e absorveria apenas uma parcela do excedente característico de uma terra rica e bem cultivada. Evidentemente haveria uma insuficiência geral de demanda, tanto de produção quanto de população; e embora seja evidente que uma paixão adequada pelo consumo pode manter a proporção exata entre oferta e procura, quaisquer que sejam as capacidades produtivas, conclui-se ser igualmente evidente que a paixão pela acumulação leva inevitavelmente a uma oferta de mercadorias muito superior ao que a estrutura e os hábitos de tal sociedade permitem consumir.¹²⁸

Mas se é assim, é um erro grave associar a paixão pelo consumo à paixão pela acumulação, como se fossem da mesma natureza; e também é um erro grave considerar que a demanda de alimentos e roupas por parte do trabalhador a ser empregado produtivamente assegura tamanha demanda geral de mercadorias e tamanha taxa de lucros para o capital empregado em sua produção que mobilize de maneira adequada a capacidade da terra e o talento do homem para obter a maior quantidade possível, tanto de produtos agrícolas como de produtos manufaturados.

Talvez aqueles que adotaram a teoria dos lucros do Sr. Ricardo perguntem o que acontece com a divisão da produção, quando a população é contida apenas por falta de demanda. Admite-se que a capacidade produtiva não começou a declinar; entretanto, se o trabalho produz muito e mesmo assim é mal pago, dir-se-á que os lucros têm de ser altos.

Num capítulo anterior, dissemos que o valor dos componentes do capital muito freqüentemente não caem na mesma proporção da

128 O leitor já deve saber que não compartilho das apreensões do Sr. Owen em relação aos efeitos permanentes das máquinas. Mas, nessa questão, julgo que o Sr. Owen apresentou os argumentos mais convincentes entre todos os que pensam que a acumulação assegura uma demanda efetiva.

queda do valor do produto do capital, e que muitas vezes só isso explica os lucros baixos. Mas, independente dessa causa, é óbvio que na produção de quaisquer outras mercadorias além dos bens de primeira necessidade, a teoria é absolutamente simples. Devido à falta de demanda, essas mercadorias podem ter um preço muito baixo e uma grande parte do valor total pode caber ao trabalhador, embora ele seja mal pago em bens de primeira necessidade, e seu salário, tanto em relação à quantidade de alimentos que recebe quanto ao trabalho requerido em sua produção, pode ser decididamente baixo.

Se se disser que, devido à grande parte do valor dos produtos manufaturados que nessa hipótese é absorvida pelos salários, é possível afirmar que a causa da queda dos lucros é o alto salário, eu certamente protestaria contra esse evidente mau uso das palavras. A única justificativa para adotar um novo termo, ou para usar um termo antigo num novo sentido, é que transmita ao leitor informações mais exatas; mas referir-se a altos salários nesse caso, em vez de se referir a uma queda das mercadorias, é proceder como se a intenção específica do autor fosse manter o leitor às escuras, tanto quanto possível, com referência à verdadeira situação.

É necessário reconhecer, todavia, que, na produção dos bens de primeira necessidade, a resposta à questão não é tão simples, embora possa ser esclarecida de maneira satisfatória. O Sr. Ricardo admite que pode haver um limite ao emprego de capital na terra devido às necessidades limitadas da sociedade, independente do esgotamento do solo. No caso que supomos, esse limite é necessariamente muito estreito porque, comparativamente falando, não haveria população além dos agricultores para efetivar a demanda do produto. Nessas circunstâncias, o trigo produzido perderia as características de riqueza; e, como observamos em nota de rodapé, os componentes do mesmo produto não teriam todos o mesmo valor. Os trabalhadores efetivamente empregados poderiam obter uma alimentação razoável, como muitas vezes acontece na prática, nos países em que os trabalhadores são alimentados pelos arrendatários,¹²⁹ mas haveria pouco trabalho e alimento para seus filhos já crescidos; e, devido às variações de mercado e de safras, os lucros do arrendatário seriam os mais baixos justamente no momento em que, de acordo com a divisão do produto, deveriam ser os mais altos, isto é, quando houvesse o maior excedente proporcional de produto sobre o que é pago ao trabalhador. Os salários do trabalhador

129 Na Noruega e na Suécia, particularmente na Noruega, onde o trabalhador rural vive com a família do arrendatário ou tem uma porção de terra em lugar de salário, ele geralmente se alimenta muito bem, embora haja pouca demanda de trabalho e uma competição considerável por tal emprego. Nos países que estão nessa situação (e há muitos no mundo), é absolutamente inútil tentar estimar os lucros por meio do excedente de produção sobre o que é consumido para obtê-la, pois muitas vezes o mercado para esse excedente é pequeno ou inexistente. É evidente que tudo depende do valor de troca da produção disponível.

não podem cair abaixo de determinado nível, mas uma parte do produto, devido ao excesso de oferta, pode ser absolutamente inútil durante algum tempo e pode cair tanto de modo permanente, por causa da concorrência, que chegue a proporcionar apenas lucros mais baixos.

Eu observaria ainda que, se, em consequência de uma demanda reduzida de trigo, os agricultores tivessem de deslocar seu capital de modo a adequar melhor a sua oferta à quantidade que poderia ser devidamente paga; se, além disso, não pudessem empregar o capital retirado da terra em nenhum outro setor, o que, de acordo com a suposição anterior, não poderiam fazer — nesse caso é certo que, embora durante algum tempo pudessem conseguir lucros razoáveis do pequeno capital que ainda continuam aplicando na agricultura, as consequências que sofreriam enquanto agricultores seriam, para todos os efeitos, as mesmas que se verificariam caso ocorresse uma queda geral relativamente a todo o seu capital.

Se durante o processo de poupança o trabalhador ganhasse tudo que o capitalista perde, a interrupção do crescimento da riqueza seria apenas temporária, como afirma o Sr. Ricardo, e não haveria o que temer das consequências. Mas se a conversão dos rendimentos em capital vai além de certo ponto e, devido à redução da demanda efetiva de produto, desemprega as classes trabalhadoras, é óbvio que a adoção de hábitos parcimoniosos em grau muito elevado pode-se fazer acompanhar, de início, pelos mais lastimáveis efeitos e por uma baixa pronunciada e permanente de riqueza e de população.

Isso não quer dizer, é claro, que a parcimônia ou mesmo uma redução temporária do consumo¹³⁰ não sejam com freqüência extremamente úteis, e às vezes absolutamente necessárias ao crescimento da riqueza. Um país pode arruinar-se por causa de extravagâncias; uma diminuição das despesas efetivas pode ser necessária não apenas por causa disso; também se requer economia temporária no consumo quando o capital de um país é insuficiente comparativamente à demanda de seus produtos, a fim de se obter a oferta de capital indispensável para se chegar a um maior consumo futuro. O que quero dizer é que nenhuma nação tem a *possibilidade* de enriquecer mediante uma acumulação de capital decorrente de uma redução permanente do consumo, porque, se tal acumulação ultrapassa de muito o necessário para se obter uma demanda efetiva do produto, uma parte dela logo perde tanto o seu uso quanto o seu valor e deixa de ter o caráter de riqueza.

Com efeito, supondo *dado* consumo, a acumulação de capital além de certo nível mostra-se logo perfeitamente inútil. Mas, mesmo considerando o maior consumo que provavelmente surge entre as classes trabalhadoras em função da abundância e do barateamento das mercadorias, mesmo assim, como esse barateamento se concretiza a ex-

130 A parcimônia, ou a conversão de rendimentos em capital, pode ocorrer sem nenhuma redução do consumo se os rendimentos aumentarem antes.

pensas dos lucros, é óbvio que os limites de um aumento de capital decorrente da parcimônia, não acompanhado de uma diminuição muito rápida da motivação para acumular, são muito estreitos e podem facilmente ser ultrapassados.

As leis que regulam a taxa de lucros e o crescimento do capital assemelham-se de modo notável e singular às leis que regulam a taxa de salários e o crescimento da população.

O Sr. Ricardo demonstrou de modo muito claro que a taxa de lucros diminui e que o crescimento da acumulação finalmente cessa sob as circunstâncias mais favoráveis devido à dificuldade crescente do trabalhador em obter alimento. Eu, da mesma forma, procurei mostrar em meu *Ensaio Sobre a População* que, sob as circunstâncias mais favoráveis à agricultura que se podem supor nas condições reais do solo, os salários do trabalhador se tornariam menores e que o crescimento da população seria finalmente detido pela dificuldade crescente de se obter os meios de subsistência.

Mas o Sr. Ricardo não se satisfaz em provar a proposição que acabamos de apresentar. Não se satisfaz em demonstrar que a dificuldade do trabalhador em obter alimentos é a única causa *absolutamente necessária* da queda dos lucros, com o que estou pronto a concordar inteiramente com ele: ele diz também que não há *nenhuma outra causa* da queda dos lucros, na situação atual, que seja permanente. Com essa última afirmação, parece-me que ele caiu exatamente no mesmo erro em que eu teria incorrido se, depois de provar que a capacidade de crescimento da população é incomparavelmente maior que a capacidade da terra de produzir alimentos sob as circunstâncias mais favoráveis que se possam imaginar, eu acrescentasse que a população não pode ser excessiva, a menos que a capacidade da terra de manter o crescimento da população tenha sido inteiramente utilizada. Mas eu sempre disse que a população pode ser excessiva, e em alto grau, relativamente à sua demanda e aos meios efetivos de sustentá-la, embora talvez seja mais adequado considerá-la insuficiente, e em alto grau, relativamente à extensão do território e à capacidade desse território de produzir meios de subsistência adicionais; e também sempre disse que, nesses casos, apesar de uma reconhecida insuficiência de população e da necessidade óbvia de aumentá-la, seria inútil e tolo estimular diretamente o nascimento de mais crianças, pois o resultado de tal estímulo, sem demanda de trabalho e sem os meios de pagá-lo adequadamente, só poderia ser mais miséria e mortalidade, com pouco ou nenhum aumento final da população.

Embora o Sr. Ricardo tenha tomado uma direção muito diferente, acho que o mesmo tipo de raciocínio aplica-se à taxa de lucros e ao crescimento do capital. Reconhecendo plenamente que não existe nenhum país no mundo onde o capital não seja insuficiente, e que na maioria é insuficiente em alto grau, comparativamente ao território e mesmo ao

volume de população; e reconhecendo plenamente, ao mesmo tempo, a extrema necessidade de um aumento do capital, eu diria que, onde a demanda de mercadorias não é suficiente para permitir lucros razoáveis ao produtor, e os capitalistas não sabem onde e como empregar seu capital com vantagens, a poupança de rendimentos para aumentar ainda mais esses capitais só levaria a diminuir prematuramente a motivação para acumular e a prejudicar ainda mais os capitalistas, com apenas um pequeno aumento de um capital sadio e eficiente.

O que falta em ambos os casos de insuficiência de capital e de população é uma demanda efetiva de mercadorias, isto é, uma demanda por parte daqueles que estão aptos e dispostos a pagar um preço adequado por elas; e embora os altos lucros não sejam acompanhados por um aumento de capital, tão certamente como altos salários são acompanhados por um aumento de população, ainda assim acredito que haja um aumento de capital com mais freqüência do que se imagina porque, em muitos países, como já sugeri antes, muitas vezes se pensa que os lucros estão altos por causa dos altos juros do dinheiro, quando na verdade são baixos; e também porque, em geral, o risco de empregar capital tem exatamente o mesmo efeito que os baixos lucros no sentido de reduzir a motivação para acumular e reduzir a remuneração da acumulação. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que certa extravagância no consumo e certa falta de vontade de poupar podem manter os lucros permanentemente altos. Em determinadas circunstâncias, os estímulos mais poderosos podem encontrar resistência; mesmo assim, não deixa de ser verdade que o estímulo natural e legítimo ao aumento de capital é o aumento da capacidade e da vontade de poupar decorrentes da perspectiva de altos lucros; e, em circunstâncias semelhantes, esse aumento da capacidade e da vontade de poupar quase sempre é acompanhado por um crescimento proporcional do capital.

Um dos exemplos mais notáveis da verdade dessa afirmação, e que além disso demonstra a singular semelhança entre as leis que regulam o aumento do capital e da população, é a rapidez com que se recupera o capital perdido durante uma guerra que não interrompe o comércio. Os empréstimos ao governo convertem o capital em rendimento e aumentam a demanda ao mesmo tempo que, de início, diminuem os meios de oferta.¹³¹ A conseqüência inevitável é um aumento dos lucros. Isso naturalmente aumenta tanto a capacidade de acumular quanto a remuneração da acumulação; e se entre os capitalistas con-

131 O capital só é retirado daqueles setores em que pode ser economizado. Quase nunca é retirado da agricultura. Nada é mais comum, como afirmei no capítulo sobre as rendas, do que um aumento de lucros, não apenas sem que se retire qualquer capital da terra, mas sob um investimento contínuo de capital na agricultura. A pressuposição de preços constantes do Sr. Ricardo torna absolutamente impossível explicar teoricamente as coisas como elas são. Se o capital não é considerado à luz da oferta e da procura, aquele evento muito familiar de rápida recuperação de capital durante uma guerra seria inexplicável.

tinuam existindo os mesmos hábitos de poupança de antes, a recuperação do capital perdido é rápida, exatamente pelo mesmo motivo pelo qual se recupera a população quando, por uma razão ou por outra, foi destruída de repente.

Agora se reconhece plenamente que seria um erro grosseiro, nesse último caso, imaginar que sem a redução prévia da população ainda ocorreria a mesma taxa de crescimento, pois são precisamente os altos salários criados pela demanda de trabalho que produzem um aumento tão rápido de população. Segundo o mesmo princípio, parece-me um erro grosseiro supor que, sem a perda anterior de capital ocasionada pelas despesas em questão, o capital pudesse ser acumulado com tanta rapidez, pois são precisamente os altos lucros do capital, criados pela demanda de mercadorias e pela conseqüente demanda dos meios de produzi-las, que fazem surgir imediatamente a capacidade e a vontade de acumular.

Por isso, embora se possa reconhecer que as leis que regulam o aumento do capital não são tão precisas quanto as que regulam o crescimento da população, mesmo assim elas com certeza são do mesmo tipo; com vistas ao crescimento permanente da riqueza, é tão inútil continuar convertendo os rendimentos em capital, quando não existe uma demanda adequada dos produtos desse capital, quanto continuar estimulando o casamento e o nascimento de crianças sem demanda de trabalho e sem um aumento dos recursos para seu sustento.

Seção IV

A fertilidade do solo, vista como estímulo ao crescimento contínuo da riqueza

Um solo fértil proporciona a maior capacidade natural de riqueza que um país pode ter; e falar da riqueza insuficiente de um país fértil é falar mais comparativa que absolutamente.

Os ocupantes de um solo muito rico, com uma divisão inicial distorcida da propriedade e com uma localização desfavorável em relação aos mercados, terão um crescimento de riqueza e de população muito lento e provavelmente adquirirão o hábito da indolência.

Diz-se que os que têm alimento e bens de primeira necessidade à disposição não tardam a empregar os trabalhadores que lhes proporcionem parte dos objetos mais úteis e desejáveis.¹³² Mas parece que a experiência contradiz isso frontalmente. Se o estabelecimento, a expansão e a sofisticação das manufaturas nacionais fossem uma questão tão simples, nossos antepassados não teriam ficado tantos séculos com uma oferta tão pequena de manufaturas e não teriam sido obrigados a gastar a maior parte de sua produção agrícola para sustentar em-

132 RICARDO, *Princípios de Economia Política e Tributação*. Op. cit., pp. 198, 199.

pregados desocupados. Deviam estar dispostos, sempre que aparecesse uma oportunidade, a trocar o excedente de sua produção agrícola por mercadorias estrangeiras que conhecessem e que tivessem aprendido a apreciar. Mas seria muito difícil e contrário a seus hábitos e nível de informação empregar sua capacidade de adquirir trabalho para estabelecer manufaturas em suas propriedades. Embora a terra seja rica, pode não servir para a produção das matérias-primas mais procuradas; e a maquinaria necessária, a habilidade necessária para usá-las e a necessária inteligência e capacidade de administração, tudo isso seria precário no começo e, nas circunstâncias supostas, seu desenvolvimento seria muito lento, de modo que, depois que houvesse oferta dos artigos mais simples e indispensáveis, que sempre são requeridos e produzidos num estágio primitivo da sociedade, seria muito natural que um grande fidalgo preferisse antes regalar-se com algumas esplêndidas mercadorias estrangeiras, do que produzir uma grande quantidade de manufaturas grosseiras envolvendo grandes problemas de administração.

Entretanto, tomando um trabalhador individual como exemplo e supondo que possua determinado grau de operosidade e de habilidade técnica, certamente é verdade que quanto menos tempo ele gastar para obter sua alimentação, tanto mais tempo poderá dedicar à aquisição de bens de conforto e de artigos de luxo. Mas aplicar essa verdade a nações inteiras e pressupor que quanto maior é a facilidade de obter alimentos tanto maior é a abundância com que o povo se abastece de bens de conforto e de artigos de luxo seria uma das muitas conclusões apressadas e falsas que decorrem, com freqüência, da falta de devida atenção à mudança que a aplicação de uma proposição pode provocar nas premissas em que se baseiam. No presente caso, tudo depende da suposição de determinado grau de operosidade e habilidade técnica e dos meios de empregá-las. Mas, se depois de obter os bens de primeira necessidade o trabalhador considerasse a indolência um luxo muito mais apazível que os artigos que provavelmente obteria com mais trabalho, a proposição imediatamente deixaria de ser verdadeira. É preciso reconhecer, com base em fatos confirmados por todas as informações que temos das nações nos diferentes estágios de seu desenvolvimento, que essa escolha era muito comum nos períodos primitivos da sociedade e de forma alguma rara nos países mais desenvolvidos.

Seria realmente muito pequena a quantidade de bens de conforto e de artigos de luxo à disposição da sociedade se aqueles que são o principal instrumento de sua produção não tivessem motivos mais fortes para seus esforços que o desejo de desfrutá-los. É basicamente a insuficiência dos *bens de primeira necessidade* que estimula as classes trabalhadoras a produzir artigos de luxo; se esse estímulo fosse removido ou muito enfraquecido, de modo que os bens de primeira necessidade pudessem ser obtidos com muito pouco trabalho, temos motivos

de sobra para pensar que, ao invés de se dedicar mais tempo à produção de bens de conforto, menos tempo seria dedicado a essa produção.

Num período primitivo da agricultura, quando apenas os solos ricos eram cultivados, quando a quantidade de trigo era muito grande comparativamente à quantidade de trabalho necessária à sua produção, sempre encontramos pequena parcela da população empregada na agricultura e grande parte ocupada em satisfazer as outras necessidades da sociedade. E não há dúvida de que essa é a situação com que realmente nos depararíamos caso fosse verdade que, se há meios de sustentar o trabalho, não existe a menor dificuldade em fazê-lo produzir objetos de valor adequado, ou que, quando se pode obter alimentos com facilidade, mais tempo será dedicado à produção de bens de conforto e de artigos de luxo. Mas, ao examinar a situação de países atrasados, o que realmente vemos? Quase invariavelmente vemos uma proporção muito maior do povo como um todo empregada na terra do que naqueles países em que o crescimento da população gerou a necessidade de recorrer a solos pobres; e menos tempo, ao invés de mais tempo, dedicado à produção de bens de conforto e de artigos de luxo.

Entre as nações de maior extensão territorial da Europa, e mesmo do mundo, com apenas uma ou duas exceções, a Inglaterra é considerada a mais desenvolvida em termos de agricultura; e embora as qualidades naturais de todas as suas terras estejam longe de ocupar o posto mais alto numa escala de riqueza comparativa, a proporção de pessoas empregadas na agricultura é menor, e a proporção de pessoas empregadas na produção de bens de conforto e artigos de luxo, ou vivendo de rendas, é maior que em qualquer outro país agrícola do mundo. Segundo uma estimativa de Susmilch, na qual ele enumera as diferentes proporções de pessoas de diferentes países que vivem em cidade e não se ocupam da agricultura, a maior é de sete para três, ou seja, sete pessoas vivendo no campo para três vivendo em cidades;¹³³ enquanto na Inglaterra, a proporção de trabalhadores agrícolas, comparada ao resto da população, é de menos de dois para três.¹³⁴

Esse é um fato realmente extraordinário e prova de maneira notável como é perigoso, em Economia Política, tirar conclusões das características físicas dos materiais sobre os quais se trabalha sem referência às características físicas e morais das pessoas.

Não há a menor dúvida de que é uma característica física de todas as terras férteis, quando trabalhadas por pessoas que possuem determinado grau de operosidade e de habilidade técnica, proporcionar grande quantidade de produtos, comparativamente ao número de braços

133 SUSMILCH. *Essay on Population*. 5ª ed., v. III, p. 60; v. I, p. 459. Em outros países, são pouquíssimas as pessoas que vivem no campo e que não trabalham na agricultura; mas isso não acontece na Inglaterra.

134 *Population Abstracts*. 1811.

empregados; mas se a facilidade de produção proporcionada pela terra fértil tem como resultado, em certas circunstâncias, impedir o desenvolvimento da operosidade e da habilidade técnica, a terra pode se tornar, na prática, menos produtiva, comparativamente ao número de pessoas nela empregada, do que se não se caracterizasse por sua fertilidade.

Segundo o mesmo princípio, o homem que pode obter a alimentação indispensável à sua família, com dois dias de trabalho por semana, tem condições físicas de trabalhar muito mais para adquirir bens de conforto e artigos de luxo do que o homem que precisa empregar quatro dias para conseguir alimentação. Mas se a facilidade de conseguir alimentos cria o hábito da indolência, essa indolência pode levá-lo a preferir o luxo de não fazer nada ou muito pouco, ao luxo de possuir bens de conforto e comodidade; nesse caso ele pode dedicar menos tempo ao trabalho necessário para obter bens de conforto e comodidade e possuí-los em quantidade muito menor do que se fosse obrigado a empregar mais esforço para obter alimentos.

Entre os inumeráveis países que tendem a ilustrar com exatidão maior ou menor, ou cuja situação atual tende a confirmar a verdade dessas proposições, talvez o caso mais notável seja o dos domínios espanhóis na América, sobre os quais o Sr. Humboldt recentemente publicou um documento precioso.

Falando das diferentes plantas cultivadas na Nova Espanha, diz sobre a banana: "*Je doute qu'il existe une autre plante sur le globe qui, sur un si petit espace de terrain, puisse produire une masse de substance nourrissante aussi considérable*".¹³⁵ Em outra passagem ele calcula mais especificamente que "*dans un pays éminemment fertile un demi hectare, ou un arpent légal cultivé en bananes de la grande espèce, peut nourrir plus de cinquantes individus, tandis qu'en Europe le même arpent ne donneroit par an, en supposant le huitième grain, que 576 kilogrammes de farine de froment, quantité qui n'est pas suffisante pour la subsistence de deux individus: aussi rien ne frappe plus l'Européen récemment arrivé dans la zone torride que l'extrême petitesse des terrains cultivés autour d'une cabane qui renferme une famille nombreuse d'indigènes*".¹³⁶

A produção da banana, comparativamente ao trabalho nela empregado, é tão prodigiosa que os habitantes das regiões onde ela existe nunca sairão, dizem, de sua excessiva indolência, enquanto seu cultivo não for proibido.

135 *Essai Politique sur la Nouvelle Espagne*. Livro Quarto, t. III, cap. IX, p. 28. "Duvido que exista outra planta na face da terra que, num espaço tão pequeno, produza uma quantidade tão considerável de substância nutritiva." (N. do E.)

136 *Ibid.*, p. 36. ["Num país particularmente fértil, 1/2 hectare, ou uma jeira oficial plantada com bananas das grandes, pode alimentar mais de cinquenta pessoas, enquanto na Europa a mesma área não proporciona mais que 576 quilogramas de farinha de trigo, quantidade que não é suficiente para a subsistência de duas pessoas; assim, nada espanta mais os europeus recém-chegados à zona equatorial do que a pequeníssima dimensão dos terrenos cultivados ao redor de uma cabana abrigando uma família numerosa de indígenas." (N. do E.)]

Embora as classes trabalhadoras tenham muito tempo para trabalhar com vistas a adquirir os bens de conforto e comodidade, estão quase inteiramente desprovidas desses artigos e, em decorrência de hábitos negligentes, às vezes lhes falta alimentação.

Essa pobreza não se confina às terras baixas da Nova Espanha. Subindo a cordilheira em direção aos melhores climas do mundo, a situação não é muito diferente.

O milho, que constitui o principal alimento do povo da cordilheira, tem uma produtividade muitíssimo maior que os cereais europeus.

Mesmo na cidade do México, onde se pode obter a subsistência com um ou dois dias de trabalho, o povo é terrivelmente pobre.

Existe a mesma pobreza em todas as regiões do país; a fome, decorrente da insuficiência das safras de milho, combinada à indolência e desleixo do povo, é freqüente, e Humboldt a considera o principal entrave ao crescimento da população.

Esses hábitos de indolência e desleixo atuam necessariamente como obstáculos formidáveis ao rápido crescimento da riqueza e da população.

Ninguém duvida nem por um momento que a indolência dos nativos é muito agravada por sua situação política; mas, a despeito dessa situação, a indolência cede, em grande medida, aos estímulos habituais, como prova o rápido crescimento da agricultura nas proximidades de uma nova mina, onde se cria uma demanda efetiva e vigorosa de trabalho e de produtos. *“Bientôt le besoin réveille l'industrie; on commence à labourer le sol dans les ravins, et sur les pentes des montagnes voisines, partout où le roc est couvert de terreau: des fermes s'établissent dans le voisinage de la mine: la cherté des vivres, le prix considérable auquel la concurrence des acheteurs maintient tous les produits de l'agriculture, dédommagent le cultivateur des privations auxquelles l'expose la vie pénible des montagnes.”*¹³⁷

Quando esses são os efeitos de uma demanda realmente ativa de produção e trabalho, não podemos ter dúvidas quanto à principal causa do lento crescimento da agricultura que ocorre na maior parte do país. Com exceção das proximidades das minas e das grandes cidades, a demanda efetiva de produtos não é suficiente para levar os grandes proprietários a cultivar de modo adequado suas imensas extensões de terra, e a população que, como vimos, força os limites da subsistência, evidentemente excede, em geral, a demanda de trabalho ou o número de pessoas que o país pode empregar de forma regular e constante na situação atual de sua agricultura e de sua manufatura.

137 *Ibid.*, p. 12. [“Em pouco tempo a necessidade desperta a iniciativa; começa-se a cultivar o solo das ravinas e as encostas das montanhas, onde quer que a rocha esteja coberta de terra. Estabelecem-se fazendas nas vizinhanças da mina: a carestia dos víveres, o preço considerável em que a concorrência dos compradores mantém os produtos agrícolas compensam o lavrador das privações às quais o expõe a vida penosa nas montanhas.” (N. do E.)]

Vivendo em países de abundantes terras férteis, observa-se que os nativos muitas vezes possuem uma quantidade insignificante delas. De bom grado cultivariam as enormes extensões pertencentes aos grandes proprietários e não deixariam de conseguir, dessa maneira, a subsistência própria e de suas famílias; mas na situação atual da demanda de produtos em muitas partes do país, e na atual situação de ignorância e indolência dos nativos, tais rendeiros não poderiam pagar uma renda equivalente ao que a terra não cultivada proporcionaria e, nesse caso, raramente lhes seria permitido entrar nesses domínios; assim, terras que poderiam sustentar milhares de pessoas sustentam apenas umas poucas centenas de cabeças de gado.

Falando de uma parte da Intendência de Vera Cruz, diz Humboldt: *“Aujourd’hui des espaces de plusieurs lieues carrées sont occupés par deux ou trois cabanes, autour desquelles errent des boeufs à demi-sauvages. Un petit nombre de familles puissantes, et qui vivent sur le plateau central, possèdent la plus grande partie du littoral des Intendances de Vera Cruz, et de San Luis Potosi. Aucune loi agraire ne force ces riches propriétaires de vendre leurs majorats, s’ils persistent à ne pas vouloir défricher eux-mêmes des terres immenses qui en dépendent.”*¹³⁸

Entre os proprietários desse tipo, é freqüente que os caprichos e a indolência impeçam o cultivo de suas terras. Em geral, todavia, é de se esperar que essas tendências cedam, ao menos num grau considerável, à influência mais sólida do interesse próprio. Mas uma divisão imperfeita do território não deixa que a motivação do interesse atue de forma tão vigorosa quanto seria de esperar na expansão da agricultura. Sem suficiente comércio exterior para valorizar os produtos agrícolas, e antes que a introdução generalizada de manufaturas tenha aberto canais para a indústria nacional, a demanda de trabalho por parte dos grandes proprietários logo seria satisfeita; a partir desse ponto, as classes trabalhadoras não teriam nada para dar em troca da utilização da terra. Embora os proprietários possam ter grande capacidade de sustentar uma população maior em suas terras, a pequena vantagem que tirariam daí — se é que tirariam alguma — não seria suficiente para superar sua indolência natural ou para contrabalançar os possíveis inconvenientes e problemas que acompanhariam esse procedimento. Quanto ao estímulo ao crescimento da população, decorrente da divisão e da subdivisão da terra à medida em que surgem novas famílias, o país está privado dele devido à situação original da propriedade fundiária e aos hábitos e costumes feudais que essa si-

138 *Ibid.* Livro Terceiro, t. II, cap. VIII, p. 342. [“Hoje em dia, muitas léguas quadradas de terra são ocupadas por duas ou três cabanas, em torno das quais vagueiam bois semi-selvagens. Um pequeno número de poderosas famílias que vivem no planalto central possui a maior parte das terras litorâneas das Intendências de Vera Cruz e de São Luís de Potosi. Não há leis agrárias que obriguem os proprietários a vender suas terras caso não queiram cultivá-las.” (N. do E.)]

tuação necessariamente cria. Nessas circunstâncias, se uma insuficiência comparativa de comércio e de manufaturas, que a grande desigualdade de propriedade fundiária tende mais a perpetuar que a corrigir, impede o crescimento da demanda de trabalho e de produtos — crescimento esse que é a única possibilidade de corrigir a falta de estímulo ao aumento da população, ocasionada por essa desigualdade —, é óbvio que a América Espanhola pode continuar pobre e parcamente povoada, comparativamente a seus recursos naturais, durante séculos.

E, com efeito, continua assim. Pois apesar do aumento da população e da riqueza serem consideráveis, em particular nos últimos anos, uma vez que o comércio com a metrópole aumentou, mesmo assim está muito longe do que poderia ser, mesmo sob um governo espanhol, se uma melhor divisão da propriedade fundiária ou uma demanda maior e mais constante de produtos agrícolas tivessem levado a um melhor aproveitamento do solo.

Humboldt observa que *“Les personnes qui ont réfléchi sérieusement sur la richesse du sol Mexicain savent que, par le moyen d'une culture plus signée, et sans supposer des travaux extraordinaires pour l'irrigation des champs, la portion de terrain déjà défriché pourroit fournir de la substance pour une population huit à dix fois plus nombreuse”*. E acrescenta, com muita justeza: *“Si les plaines fertiles d'Atalisco, de Cholula et de Puebla ne produisent pas des récoltes plus abondantes, la cause principale doit être cherchée dans le manque des consommateurs, et dans les entraves que les inégalités du sol opposent au commerce intérieur des grains, surtout à leur transport vers les côtes qui sont baignées par la mer des Antilles”*.¹³⁹

Na atual situação dessas regiões, a causa principal e imediata do atraso de sua agricultura é, na verdade, a falta de consumidores, isto é, a impossibilidade de vender a produção da terra a um preço que estimule de imediato um cultivo melhor e que permita aos arrendatários pagar aos proprietários o que estes exigem pela utilização da terra. E provavelmente nada pode impedir que esse preço seja alcançado, a não ser algum obstáculo natural ou artificial ao comércio interno e externo.

Que é a falta de demanda e não a falta de capital que retarda o crescimento da riqueza na Nova Espanha, é algo que pode ser deduzido da abundância de capital observada por Humboldt.

De modo geral, a Nova Espanha exemplifica muito bem o fato

139 *Ibid.* Livro Quarto, t. III, cap. IX, p. 89. [“As pessoas que refletiram seriamente sobre a riqueza do solo mexicano sabem que, por meio de um cultivo mais cuidadoso, e mesmo sem obras de irrigação, a parcela já preparada das terras poderia prover a subsistência de uma população de oito a dez vezes maior... Se as planícies férteis de Atalisco, de Cholula e de Puebla não produzem colheitas mais abundantes, a causa principal disso deve ser procurada na falta de consumidores, e nos entraves que as desigualdades na propriedade da terra representam para o desenvolvimento do comércio interno de cereais, e sobretudo para o transporte da produção para a costa do mar das Antilhas.” (N. do E.)]

de que apenas a fertilidade da terra não é um estímulo adequado ao crescimento da riqueza.

Podemos tirar uma conclusão semelhante em relação à Irlanda.

O cultivo da batata e sua adoção como alimento habitual das classes inferiores da Irlanda reduziu de maneira inusitada a terra e o trabalho necessários para manter uma família, comparativamente à maioria dos países europeus. A consequência dessa facilidade de produção, não acompanhada por uma seqüência de circunstâncias felizes que proporcione o desdobramento de todos os seus efeitos no crescimento da riqueza, é uma situação que lembra, em muitos aspectos, os países menos civilizados e menos desenvolvidos.

O traço distintivo da Irlanda é sua capacidade, efetivamente exercida, de sustentar uma população muito maior que a que pode empregar; o efeito natural e necessário dessa situação é a existência muito generalizada de hábitos de indolência. Estando os proprietários de terra e os rendeiros de posse de alimentos e de bens de primeira necessidade, ou ao menos tendo à mão os meios de obtê-los, têm à sua disposição grande quantidade de trabalhadores; mas esses trabalhadores, não encontrando empregos suficientes nas propriedades em que se estabeleceram, raramente conseguem fornecer aos proprietários os artigos que estes consideram "os mais úteis e os mais desejáveis". Com efeito, devido à competição pela terra, gerada por uma população superabundante, às vezes pagam-se altas rendas por pequenas extensões de terra adequada ao cultivo de batatas; mas como a capacidade de pagar tais rendas depende, em grau considerável, da capacidade de obter trabalho, o número de famílias numa propriedade rural que não pode pagar altas rendas monetárias deve ter um limite óbvio. Temos motivos para acreditar que esse limite muitas vezes se encontra na incapacidade do rendeiro irlandês de pagar a renda combinada; e supõe-se genericamente que os proprietários de terras irlandeses mais inteligentes, influenciados tanto pelo humanismo como pelo interesse, esforcem-se agora para deter o crescimento daquela população excessiva em suas propriedades. Essa população gera miséria e indolência e raramente fornece ao empregar, numa baixa salarial, o número de braços requeridos para a execução dos trabalhos necessários. Em geral o proprietário tem agora mais consciência de que um número menor de trabalhadores mais ativos permitiria cultivar uma quantidade maior de produtos para o consumo das cidades e dos manufatores e, ao mesmo tempo que contribuiriam mais para a riqueza geral do país, eles mesmos estariam em condições muito melhores e lhe possibilitariam auferir uma renda maior e mais segura de suas terras. É legítimo dizer, portanto, que os detentores de alimentos e de bens de primeira necessidade da Irlanda não conseguem obter em troca os artigos que consideram mais úteis e mais desejáveis.

A indolência dos trabalhadores irlandeses é um fato reconhecido por todos.

O tempo livre de que dispõe o trabalhador irlandês não lhe proporciona grande quantidade de bens de conforto e de artigos de luxo, como mostra a experiência.

O camponês da Irlanda não experimentou os estímulos habituais que criam a indústria, devido à abundância da população em relação ao trabalho a ser feito.

Se o trabalho do camponês irlandês, seja em casa, seja no campo, sempre tivesse demanda, seus hábitos logo mudariam.

Talvez se possa dizer que o que falta à Irlanda é capital e que se essa carência pudesse ser suprida, todo o povo seria empregado com facilidade. Prontamente reconheceremos que uma das grandes insuficiências da Irlanda é o capital; mas creio que seria um grande erro supor que a importação de grande quantidade de capital — se isso pudesse ser feito — imediatamente levaria à realização dos objetivos desejados e criaria uma riqueza proporcional ao trabalho que parece disponível para ser empregado em sua produção. A quantidade de capital que poderia ser aplicada na Irlanda para se obter mercadorias para vender no exterior depende, evidentemente, das condições dos mercados estrangeiros; e a quantidade que poderia ser empregada nas manufaturas nacionais depende, da mesma forma, da demanda nacional. Uma tentativa de penetrar em mercados estrangeiros por meio do capital ocasiona necessariamente uma queda prematura de lucros e, depois de grandes perdas, pode mostrar-se ineficiente. Com relação à demanda nacional, enquanto perdurarem os hábitos atuais da grande maioria do povo, é inconveniente desenvolver a produção a partir de qualquer quantidade considerável de novos capitais. Num país onde se obtém o alimento necessário com tão pouco trabalho e onde a população ainda é proporcional, ou quase, à produção, talvez seja impossível que o tempo que não é dedicado à produção de alimentos chegue a criar uma quantidade proporcional de riqueza sem o desenvolvimento de um gosto muito marcado pelo conforto e pelos artigos de luxo entre as classes inferiores da sociedade, e sem uma capacidade aquisitiva tal que possa gerar uma demanda efetiva deles. Mas sabemos muito bem que o gosto do camponês da Irlanda por artigos desse tipo ainda está por se formar. Ele tem poucas necessidades e costuma satisfazê-las principalmente com a produção doméstica. Devido ao baixo preço da batata, que constitui o principal alimento das classes inferiores, seus salários monetários são baixos; e da quantidade que sobra depois da aquisição dos bens absolutamente indispensáveis, uma parcela muito pequena é destinada à compra de bens de conforto. Essas circunstâncias todas são muito desfavoráveis para o crescimento da riqueza derivado de manufaturas que se destinam ao consumo doméstico. Mas a mudança de gostos e hábitos de grandes massas é muito lenta; enquanto isso, a aplicação de capital em quantidades maiores que as adequadas ao processo de mudança certamente não proporcionaria os lucros neces-

sários para estimular a acumulação contínua e a aplicação desse capital da mesma forma. Em geral se pode dizer que a demanda é tão necessária ao crescimento do capital quanto o crescimento do capital é necessário à demanda. Eles atuam um sobre o outro e se estimulam mutuamente, e nenhum dos dois pode desenvolver-se muito se o outro fica muito atrás.

Em geral, as restrições que as manufaturas e os produtos irlandeses têm sofrido são decorrentes mais da falta de demanda que da falta de capital. A demanda geralmente produz capital, embora nem sempre o capital gere demanda.

A Irlanda seria muito mais rica que a Inglaterra se o excedente de sua população estivesse empregado no comércio e na manufatura; para atingir esse objetivo, uma mudança de hábitos seria muito mais eficaz que uma oferta prematura de capital.

Pode-se dizer, por conseguinte, que a situação da Irlanda leva a conclusões semelhantes às que chegamos para a Nova Espanha, e mostra: que, muitas vezes, a capacidade de sustentar o trabalho pode ser maior que a vontade de empregá-lo;

que a necessidade de empregar muito pouco tempo na produção de alimentos nem sempre leva à utilização de um tempo maior para obtenção de bens de conforto e de artigos de luxo;

que a insuficiência de riqueza num país fértil pode decorrer mais da falta de demanda que da falta de capital;

e que, em geral, apenas a fertilidade da terra não é um estímulo suficiente para o crescimento permanente da riqueza.

Seção V

As invenções que poupam trabalho, vistas como estímulo ao crescimento contínuo da riqueza

As invenções destinadas a poupar trabalho manual geralmente surgem em função das necessidades do homem em seu processo de desenvolvimento, por isso é raro que excedam de muito tais necessidades.

Mas as mesmas leis aplicam-se tanto às máquinas quanto à terra fértil: não se pode usar a capacidade total de nenhuma delas sem um mercado adequado.

A tendência natural da maquinaria, devido ao barateamento da mercadoria produzida, é ampliar seu mercado de modo a aumentar seu valor global. Isso tem acontecido de maneira notável no setor do algodão; e quando a maquinaria produz esse efeito sua capacidade de aumentar a riqueza é prodigiosa.

No entanto, quando a mercadoria em que se empregam máquinas não consegue ampliar seu consumo na mesma proporção de seu barateamento, o aumento da riqueza que ela proporciona não é tão grande nem tão garantido. Porém, mesmo assim sua produção pode ser ex-

tremamente vantajosa; mas a extensão da vantagem depende de uma circunstância. Vamos supor que certo número de capitalistas costuma empregar 20 mil libras, sendo que cada um deles aplica essa soma numa manufatura de consumo limitado e que foram introduzidas máquinas que, pelo fato de poupar trabalho, poderiam possibilitar a satisfação da demanda efetiva de mercadoria com capitais de 10 mil libras cada um, em vez de 20 mil. Nesse caso, cada um pouparia 10 mil libras e os homens empregados por esse capital seriam despedidos. Por outro lado, parte dos rendimentos estaria disponível para a compra de novas mercadorias; e sem dúvida essa demanda seria utilíssima para estimular o emprego dos capitais ociosos em outros setores. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que essa não é uma nova demanda e que, mesmo inteiramente satisfeita, só pode repor a diminuição do capital e dos lucros em um setor, gerado pelo emprego das 10 mil libras em vez de 20 mil libras. Mas quando se retira o capital de um setor para empregá-lo em outro, quase sempre há uma perda considerável. Mesmo que se empregue diretamente toda a soma restante, sua quantidade seria menor. Embora possa proporcionar uma produção maior, não adquiriria a mesma quantidade de trabalho de antes; e, a menos que se empregasse um número maior de serviços, muitas pessoas ficariam desempregadas; e assim a capacidade do capital global de adquirir a mesma quantidade de trabalho dependeria, evidentemente, da circunstância dos capitais ociosos serem retirados sem perda de seu antigo setor e de encontrar imediatamente um emprego equivalente em outro lugar.

Se para colocar esse princípio à prova nós o levássemos mais longe e supuséssemos que, sem nenhuma ampliação dos mercados estrangeiros para nossos artigos, pudéssemos obter, por meio de máquinas, todas as mercadorias em uso no momento com 1/3 do trabalho agora empregado, haveria possibilidade de que o conjunto de capitais ociosos pudesse ser aplicado vantajosamente, ou de que a massa de trabalhadores desempregados encontrasse meios de adquirir uma parcela razoável da produção nacional? Se for possível ampliar grandemente o comércio exterior por meio dos capitais e do trabalho desempregados, o caso se altera imediatamente, pois os lucros desse comércio podem fornecer estímulos suficientes para manter o *valor* da renda nacional. Mas se só pudéssemos conseguir o aumento das mercadorias nacionais, temos motivos para recear que os resultados desse esforço seriam de pouca importância. O camponês, que teria de ser levado a trabalhar um número adicional de horas para obter chá ou tabaco, poderia preferir a indolência a um novo casaco. O rendeiro ou o pequeno proprietário de terra, que poderiam obter os bens de conforto comuns e os artigos de luxo a 1/3 do preço antigo, já não trabalhariam tanto para obter a mesma quantidade de excedente agrícola. E o comerciante ou negociante, que continuaria seu negócio a fim de beber e oferecer

vinho e champanhe a seus convidados, poderia achar que a aquisição de mais bens de consumo doméstico não compensaria o sacrifício de uma dedicação tão constante.

Tem-se dito que, quando há um rendimento disponível para exercer a demanda, é impossível haver dificuldades no emprego de trabalho e de capital para satisfazer essa demanda, pois a pessoa que tem esse rendimento, em vez de não gastá-lo, compraria uma mesa ou uma cadeira que custaram o trabalho de cem homens durante um ano. Isso pode ser verdade nos casos de rendimentos fixos em dinheiro obtidos por herança ou com pouca ou nenhuma dificuldade. Sabemos muito bem que alguns nobres romanos, que conseguiram sua imensa riqueza principalmente por meio do método fácil da pilhagem, às vezes pagavam preços absurdos por extravagantes artigos de luxo. Uma pluma pesa num prato da balança quando não há nada no outro. Mas se o volume dos rendimentos de um país dependem, em grau considerável, dos esforços do trabalho, da atividade e da dedicação, deverá haver alguma coisa nas mercadorias a serem obtidas que seja suficientemente desejável para compensar esse esforço, ou o esforço deixará de existir. E a experiência mostra de maneira cabal, pelo número de pessoas que diariamente abandonam os negócios — quando seguramente poderiam continuar aumentando sua fortuna —, que a maioria dos homens tem limites, ainda que variáveis, para a quantidade de artigos de conforto e de luxo pela qual trabalharão e que realmente muito poucos trabalhariam seis ou oito horas por dia num escritório a fim de comprar mercadorias cujo único mérito é a quantidade de trabalho empregado em sua produção.

Entretanto, também é verdade que, dispondo um país de grande renda global sob a forma de rendas da terra, lucros e salários, haverá uma resistência considerável a uma queda substancial de seu valor. Hume¹⁴⁰ observa corretamente que, quando os negócios de uma sociedade chegam a essa situação, isto é, quando, por meio do comércio exterior, a sociedade adquire os gostos necessários para valorizar uma grande quantidade de trabalho que não é empregada em bens efetivos de primeira necessidade, mesmo havendo grande redução no movimento comercial ela continua grande e poderosa devido aos resultados extraordinários que podem ser obtidos pelo capital poupado e pelo talento do país para aperfeiçoar as manufaturas nacionais, a fim de prover os gostos já estabelecidos e os rendimentos já criados. Mas ainda admitindo que a renda dessa nação pudesse ser mantida dessa forma, haveria poucas perspectivas de que aumentasse; e é quase certo que não alcançaria a mesma grandeza sem o mercado criado pelo comércio exterior.

Nós nos convenceremos disso se observarmos em nosso país a

140 *Essays*, v. I, p. 293.

quantidade de bens que exportamos graças principalmente a nossas máquinas e se considerarmos a natureza dos retornos obtidos em troca. Dos balanços do ano que terminou em 5 de janeiro de 1818, conclui-se que a exportação de apenas três artigos nos quais se usam máquinas — algodão, lã e ferragens, incluindo artigos de aço etc. — atingiu um valor superior a 29 milhões. E entre as importações mais relevantes do mesmo ano encontramos café, anil, açúcar, chá, seda, tabaco, vinhos e algodão bruto, somando esses produtos um valor superior a 18 milhões de um total de 30! Pois bem, eu pergunto como poderíamos obter essas valiosas importações se os mercados estrangeiros para nosso algodão, nossa lã e nossas ferragens não se tivesse expandido com o uso de máquinas. E, além disso, onde encontraríamos os substitutos nacionais de tais importações que pudessem produzir os mesmos efeitos no sentido de estimular o cultivo da terra, a acumulação de capital e o aumento da população? E quando a essas considerações acrescentamos as fortunas feitas com essas manufaturas, cujo mercado têm-se ampliado continuamente e que continuamente requer mais capital e mais trabalhadores — e, contrastando com essa situação, a necessidade constante de procurar novas formas de empregar o mesmo capital e as mesmas pessoas, parte dos quais seria deslocada de seus antigos setores por qualquer nova invenção —, nós nos convencemos de que a situação deste país seria totalmente diferente do que é e que certamente não teria adquirido os mesmos rendimentos em rendas da terra, lucros e salários se o mesmo talento tivesse sido aplicado à invenção de máquinas sem a mesma expansão do mercado para os artigos produzidos.

Se desde o tempo de Eduardo I não tivéssemos tido comércio com o exterior, os rendimentos da terra nem sequer se aproximariam do que são hoje, e menos ainda nossos rendimentos derivados do comércio e das manufaturas.

A maioria dos países europeus, com sua atual divisão da propriedade rural, seria comparativamente desabitada sem os estímulos decorrentes das manufaturas e dos mercados ampliados.

Durante a última guerra, tivemos o poderoso apoio de nossas máquinas a vapor, que nos possibilitaram adquirir uma quantidade prodigiosa de produtos e de trabalho estrangeiros. Mas quanto sua eficácia não teria diminuído se não tivéssemos exportado nosso algodão, roupas e ferragens?

Se as minas americanas pudessem ser satisfatoriamente exploradas por máquinas, e se o rei da Espanha pudesse aumentar os impostos à vontade, de modo a tirar o máximo dessa prerrogativa, que imensos rendimentos elas não poderiam proporcionar-lhe! Mas é óbvio que os efeitos de tais máquinas seriam irrisórios se o mercado de metais preciosos se confinasse aos países adjacentes, e o principal resultado de tudo isso seria desempregar capital e trabalho.

Na situação vigente em nosso país, a população e a riqueza de

Manchester, Glasgow, Leeds etc., aumentaram muito porque, devido à ampliação da demanda de suas mercadorias, requer-se um número muito maior de pessoas para trabalhar em sua produção; mas caso se tivesse precisado de um número muito menor de pessoas, em decorrência da poupança de trabalho proporcionada pelas máquinas, sem uma ampliação adequada do mercado, é obvio que essas cidades seriam comparativamente pobres e despovoadas. É impossível dizer em que medida o capital e o trabalho desempregados em um distrito teriam enriquecido outros distritos: sobre essa questão pode-se afirmar qualquer coisa, uma vez que não podemos recorrer aos fatos. Mas eu perguntaria: existe fundamento plausível para dizer não apenas que o capital poupado nessas manufaturas, em qualquer momento, seria preservado e aplicado em outro lugar, mas que também seria empregado de maneira tão lucrativa e se criaria tanto valor de troca em outros lugares quanto criou em Manchester e em Glasgow, com um mercado ampliado? Em síntese, há qualquer fundamento plausível para afirmar que, se nossa exportação de algodão no valor de 20 milhões fosse completamente interrompida, seja por uma concorrência estrangeira bem-sucedida, seja por proibições, nós não teríamos nenhuma dificuldade para encontrar emprego para nosso capital e nosso trabalho, que fosse igualmente vantajoso para as pessoas em termos de lucros e que igualmente enriquecesse o país em relação ao valor de troca de seu rendimento?

Indubitavelmente qualquer país tem capacidade para consumir tudo o que produz, ainda que a quantidade seja muito grande; e todo homem saudável tem *capacidade* de aplicar a mente e o corpo num trabalho produtivo durante 10 ou 12 horas por dia. Mas essas afirmações nada dizem sobre as capacidades de um país que não envolvam necessariamente alguma conseqüência prática relativa ao crescimento da riqueza. Se não pudéssemos exportar o nosso algodão, é certo que, embora pudéssemos ter a capacidade, não teríamos vontade de consumi-lo todo em nosso país, e a manutenção de nossa riqueza e de nossos rendimentos nacionais dependeria inteiramente da circunstância do capital desempregado do setor do algodão poder ser aplicado na produção de mercadorias tão apreciadas e cujo consumo fosse tão rápido quanto os artigos estrangeiros antes importados. Os mercados estrangeiros não fazem mágica. A demanda final e o consumo são sempre nacionais; caso se pudesse produzir no país as mercadorias que estimulassem as pessoas a trabalhar o mesmo número de horas por dia, que proporcionassem o mesmo prazer e que criassem um consumo de mesmo *valor*, os mercados estrangeiros seriam desnecessários. Entretanto, a experiência diz que muito poucos países são capazes de produzir com a mesma eficácia as mercadorias obtidas pelo comércio com países de climas e solos variados. Sem esse comércio, e com grande aumento na capacidade produtiva, há um perigo considerável de que a indústria, o consumo e o valor de troca diminuam; e esse perigo sem dúvida se

concretizaria se o barateamento das mercadorias nacionais, ocasionado pelo uso das máquinas, levasse a aumentar a poupança em vez de aumentar as despesas.

Mas é sabido que a facilidade de produção tem uma tendência fortíssima de abrir mercados, tanto nacionais quanto estrangeiros. Entretanto, na situação atual da maioria dos países, há poucos motivos para reechar qualquer dano permanente devido à introdução de máquinas. Sempre se supõe que estas levarão a uma grande expansão da riqueza e do valor. Contudo, é preciso reconhecer que as importantes vantagens decorrentes da substituição do trabalho manual por máquinas depende da expansão do mercado para os artigos produzidos e do estímulo maior dado ao consumo; e que, sem essa expansão do mercado e sem aumento do consumo, grande parte desses artigos se perderá. Como a fertilidade da terra, a fabricação de boas máquinas proporciona enorme capacidade produtiva. Mas essa grande capacidade não poderá ser inteiramente explorada se a situação e as circunstâncias, ou os hábitos e gostos da sociedade, impedem que se estabeleça um mercado adequado e um aumento razoável do consumo.

As três causas mais favoráveis à produção são: acumulação de capital, fertilidade do solo e inventos que poupam trabalho. Todas elas trabalham na mesma direção; e como todas elas tendem a facilitar a oferta, sem referência à demanda, não é provável que proporcionem, em separado ou em conjunto, um estímulo adequado ao crescimento contínuo da riqueza, o qual só pode ser mantido por um aumento permanente da demanda de mercadorias.

Seção VI

A necessidade de aliar a capacidade produtiva aos meios de distribuição, a fim de assegurar um aumento permanente da riqueza

Vimos que apenas a capacidade produtiva, qualquer que seja sua grandeza, não é suficiente para assegurar a criação de uma quantidade correspondente de riqueza. Parece que algo mais é necessário para levar essa capacidade à sua plena utilização; e esse algo mais é tal distribuição da produção e tal adequação dessa produção às necessidades de seus consumidores de forma a aumentar constantemente o valor de troca das mercadorias em seu conjunto.

Em casos individuais, a capacidade de produzir certas mercadorias é utilizada na proporção de sua demanda efetiva; e o maior estímulo à sua produção é um alto preço de mercado ou um aumento no seu valor de troca, anterior ao emprego de mais capital e de mais trabalho em sua produção.

Da mesma forma, o maior estímulo à produção contínua de mer-

cadórias, tomadas em conjunto, é um aumento no valor de troca de todas elas em conjunto, anterior ao emprego de mais trabalho e de mais capital em sua produção. Esse aumento de valor é realizado pela distribuição da produção efetiva mais adequada às necessidades existentes e a criação de novas necessidades.

Numa seção anterior dissemos que se todas as estradas e canais do país fossem obstruídos e os meios de distribuição dos produtos sofressem uma perturbação substancial, o valor global da produção cairia muito; com efeito, é óbvio que se a distribuição não é adequada às necessidades, gostos e capacidades da população efetiva em diferentes situações, o valor da produção cairia a ponto de ser comparativamente insignificante. Segundo o mesmo princípio, se os meios de distribuição da produção de um país fossem ainda mais facilitados, e se sua adequação às necessidades, gostos e capacidades dos consumidores fosse maior do que é atualmente, não há dúvida de que haveria grande aumento no valor da produção global.

Mas para ilustrar a capacidade da distribuição em aumentar a grandeza do valor de troca é suficiente recorrer à experiência. Antes do surgimento de boas estradas e canais na Inglaterra, os preços dos produtos de muitos distritos do país eram extremamente baixos, comparados aos preços dos mesmos produtos nos mercados londrinos. Depois que os meios de distribuição foram facilitados, os preços dos produtos que vinham do interior e alguns produtos londrinos que eram mandados para o interior em troca daqueles subiram; e essa alta foi superior à queda das vendas de produtos da zona rural nos mercados londrinos, ou à queda dos produtos de Londres nos mercados rurais; e, em conseqüência, o valor da produção global ou a oferta conjunta de Londres e da zona rural aumentou muito. Enquanto dessa forma se estimulava o emprego de uma quantidade maior de capital, devido à ampliação da demanda, a alta temporária dos lucros, ocasionada por essa ampliação, contribuiu muitíssimo para o fornecimento do capital adicional requerido.

Talvez perguntem como um aumento no valor de troca da produção global de um país pode ser estimado. Já se disse antes que o valor de troca real, devido à sua própria natureza, não admite nenhuma medida padrão exata; e, em conseqüência, no presente caso não podemos citar nenhuma medida que seja perfeitamente satisfatória. Mesmo o ouro, nossa medida de valor mais comum, só pode ser indicado de maneira genérica e para curtos períodos de tempo; e embora a riqueza, abstratamente considerada, seja quase inteiramente independente do dinheiro, mesmo assim, nas relações efetivas que os diferentes países do mundo mantêm entre si, raramente ocorre grande aumento ou grande redução no valor metálico do conjunto das mercadorias de um país sem um aumento ou uma redução da demanda de mercadorias, comparativamente à oferta.

Entretanto, não há dúvida de que, às vezes, o valor do ouro se altera, não apenas genericamente, mas em países específicos; não que-

remos dizer com isso que um país não possa ser estimulado a aumentar sua riqueza depois de uma queda no preço monetário do conjunto de suas mercadorias. Eu propus antes um meio-termo entre o trigo e o trabalho como a melhor aproximação de uma medida do valor de troca real, aplicável a mercadorias de diferentes países e em diferentes períodos;¹⁴¹ e sempre estou disposto a recorrer a essa medida para estimar qualquer mercadoria, com exceção do trigo e do trabalho. Mas como, ao falar de riqueza nacional, é necessário incluir o valor de troca da alimentação, e como esta não pode medir a si mesma, usarei genericamente o trabalho, tanto nacional quanto estrangeiro, que o preço metálico de um produto pode adquirir, ou os sacrifícios que as pessoas estão dispostas e aptas a fazer, dos esforços próprios ou alheios, a fim de obtê-lo, como a melhor medida prática de valor que se pode usar. Embora não seja uma medida exata, sua precisão é suficiente para o presente objetivo.

A riqueza geral, assim como suas partes específicas, sempre acompanha a demanda efetiva. Sempre que há grande demanda de mercadorias, isto é, sempre que o valor de troca de toda a produção adquire mais trabalho que de costume pelo mesmo preço, há motivos para esperar um aumento geral das mercadorias, assim como para esperar um aumento de mercadorias específicas quando seus preços de mercado sobem. E, por outro lado, sempre que o valor da produção de um país, estimado pelo trabalho que adquire, cai, é evidente que a capacidade e a vontade de comprar a mesma quantidade de trabalho também diminui e que a demanda efetiva de um aumento de produção é contida durante algum tempo.

Sr. Ricardo, em seu capítulo sobre o valor e a riqueza, afirma que “certa quantidade de roupas e de provisões mantém e emprega o mesmo número de homens e obtém, portanto, a mesma quantidade de trabalho a ser feito, quer esses bens sejam produzidos pelo trabalho de cem, quer de duzentos homens; mas seu valor dobra caso tenha empregado duzentos homens em sua produção”.¹⁴² Mas, mesmo admitindo sua peculiar estimativa de valor, essa afirmação dificilmente seria verdadeira. As roupas e as provisões que custaram apenas cem dias de trabalho jamais conseguirão, a não ser nas situações mais anormais, obter a quantidade de trabalho que obteriam se tivessem custado duzentos dias de trabalho. Supor tal coisa é supor que o preço do trabalho, estimado em bens de primeira necessidade, é sempre o mesmo em todos os períodos e em todos os países, que não depende da abundância ou da escassez de bens de primeira necessidade comparativamente ao trabalho, uma suposição contestada pela experiência universal. Na Inglaterra, 9 *quarters* de trigo talvez adquiram um ano de trabalho; mas

141 Cap. II, seção VII.

142 *Princípios de Economia Política e Tributação. Op. cit.*, p. 192.

difícilmente 16 *quarters* obteriam a mesma quantidade de trabalho na América. E tanto no caso de súbito aumento de trabalho produtivo, decorrente de uma rápida conversão de rendimentos em capital, quanto de súbito aumento da produtividade da mesma quantidade de trabalho, não há dúvida de que determinada quantidade de bens de primeira necessidade não consegue acionar a mesma quantidade de trabalho; e, se o valor de troca da produção caísse em proporção maior que o aumento de sua quantidade (o que pode acontecer facilmente), então a mesma quantidade de trabalho não seria acionada pela maior quantidade de bens de primeira necessidade e o crescimento da riqueza seria decisivamente contido.

Uma contenção dessas seria ainda mais obviamente a consequência de uma redução da demanda de tal produção, decorrente do declínio do comércio exterior ou de outra causa qualquer. Nessas circunstâncias, tanto a quantidade quanto o valor da produção logo diminuiriam; e embora o trabalho, devido à falta de demanda, fosse muito barato, os capitalistas logo perderiam a vontade e a capacidade de empregá-lo na mesma quantidade de antes.

Em todo caso, um aumento contínuo no valor da produção estimado em trabalho parece absolutamente necessário para um aumento contínuo e ininterrupto da riqueza, porque, sem esse aumento de valor, é óbvio que não é possível acionar mais trabalho. Para manter esse valor, é necessário que haja uma distribuição efetiva da produção e que se mantenha uma proporção adequada entre os objetos a serem consumidos e o número, as necessidades e a capacidade dos consumidores ou, em outras palavras, entre a oferta e a procura de mercadorias.

Já mostramos que esse valor não pode ser mantido no caso de rápida acumulação de capital gerada por diminuição efetiva e contínua dos gastos e do consumo das classes superiores da sociedade.¹⁴³ Contudo, prontamente reconheceremos que a poupança de rendimentos para aumentar o capital é um passo absolutamente necessário para o crescimento da riqueza. Nesse caso, como é possível poupar sem acarretar diminuição no valor realizado?

Isso pode ocorrer, e na prática quase sempre ocorre, em consequência de um aumento anterior do valor, ou dos rendimentos; nesse caso é possível fazer a poupança não apenas sem nenhuma diminuição da demanda e do consumo, mas com um aumento efetivo da demanda, do consumo e do valor durante todo o processo. E de fato é esse aumento anterior do valor e dos rendimentos que proporciona grande estímulo à acumulação e que torna essa acumulação efetiva na produção contínua de riqueza.

O Sr. Sismondi limita o valor da produção de um ano ao valor dos rendimentos do ano anterior; mas isso impediria o aumento de

143 Seção III deste capítulo.

valor. Grande aumento do valor de troca e da demanda pode ocorrer em qualquer ano em consequência de melhor distribuição da produção e de melhor adaptação dessa produção às necessidades da sociedade.

A prosperidade de um país, embora se realize necessariamente de forma mais lenta, realiza-se do mesmo modo que a prosperidade dos comerciantes — mediante a *poupança*, com certeza, mas mediante poupança proporcionada por maiores ganhos, e de maneira alguma implica diminuição de gastos com objetos de luxo e com lazer.

Mais de um comerciante fez grande fortuna, embora durante a aquisição dessa fortuna talvez não tenha havido um único ano em que não tenha aumentado, ao invés de diminuir, seus gastos com objetos de luxo, com divertimentos e com liberalidades. O volume de capital deste país é imenso e com certeza recebeu acréscimos enormes durante os últimos 25 anos; mas, olhando para trás, encontramos poucos indícios de uma redução de despesas na manutenção do trabalho improdutivo. Contudo, se encontrarmos um desses indícios, ele estará em exata conformidade com a teoria aqui representada; será encontrado num período em que, devido a circunstâncias especiais, o valor da produção nacional não se manteve e, em consequência, houve grande redução na capacidade de gastar e grande restrição à produção de riqueza.

Talvez se diga que enfatizar muito a distribuição e medir a demanda pelo valor de troca da produção total é enfatizar a renda bruta em detrimento da renda líquida de um país, e preferir o sistema agrícola e manufatureiro que emprega o maior número de braços na produção de um bem. Mas já mostrei que a poupança de trabalho e o aumento de habilidade técnica, tanto na agricultura quanto na manufatura, ao possibilitar que um país estenda o cultivo a terras cada vez mais pobres, sem redução de lucros, e que amplie cada vez mais os mercados para suas manufaturas, tende a aumentar o valor de troca do conjunto dos produtos; e não há dúvida de que, neste país, esses fatores constituíram as principais fontes daquele aumento rápido e espantoso do valor da riqueza nacional, ocorrido durante os últimos trinta ou quarenta anos.

Portanto, enfatizar a renda bruta de um país, de preferência a salientar sua renda líquida, não significa de modo algum subestimar o benefício estupendo proporcionado pelas máquinas e pela habilidade técnica; significa apenas dar a merecida importância ao valor da produção nacional. Nenhuma descrição da riqueza nacional que considere apenas a renda líquida pode ser satisfatória. Os economistas comprometeram a utilidade prática de seu trabalho por se referirem exclusivamente ao produto líquido da terra. E os autores que consideram que a riqueza consiste apenas em rendas e lucros, e excluem os salários, cometem exatamente o mesmo tipo de erro, embora menos grave. Aqueles que vivem de salários do trabalho, quer produtivo, quer improdutivo, recebem e gastam a maior parte do produto anual, pagam uma soma muito considerável em impostos para a manutenção do governo e cons-

tituem, sem dúvida, a maior parte de sua força material. Quando prevalecem os hábitos de prudência, toda essa grande massa pode ser quase tão feliz quanto as pessoas das outras duas classes, e é provável que grande número de trabalhadores, embora não a maior parte, seja mais feliz. Portanto, de todos os pontos de vista, tanto com relação à parte do produto anual que lhes cabe quanto com respeito ao bem-estar e à felicidade que essa participação no produto pode propiciar, aqueles que vivem dos salários do trabalho devem ser considerados a parcela mais importante da sociedade; e toda definição de riqueza que envolva uma redução de seu número, a fim de que as necessidades da população como um todo sejam atendidas por uma produção anual menor, é necessariamente errônea.

No primeiro capítulo deste trabalho, tendo definido riqueza como “os objetos materiais que são necessários, úteis e agradáveis ao homem”, concluí que um país é rico ou pobre segundo a abundância ou escassez da oferta desses objetos, comparativamente à extensão do território. Prontamente reconheceremos que essa definição não inclui a questão do produto disponível ou dos recursos tributáveis; mas mesmo assim considero essa definição de riqueza de um país muito mais correta do que qualquer outra que se refira apenas a essa parcela disponível. O que poderíamos dizer sobre a riqueza deste país se fosse possível que suas rendas e lucros permanecessem os mesmos enquanto sua população e sua produção sofressem uma redução de 2/3? Com certeza, que seria mais pobre, de acordo com a definição acima mencionada; e poucos discordariam dessa conclusão.

Não há a menor dúvida de que seria desejável, numa definição de riqueza nacional, incluir o produto disponível, assim como sua quantidade e valor efetivos; mas tal definição, devido à sua própria natureza, parece impossível, porque cada caso individual depende de saber se o aumento da produção disponível deve ser considerado equivalente à dada redução do produto bruto.

Portanto, é preciso contentar-nos com uma referência genérica ao volume e ao valor do produto nacional; e posteriormente podemos considerar uma proposição independente, ainda que muito importante: a de que determinados países com um produto nacional de mesmo volume e mesmo valor têm uma proporção maior ou menor daquele produto disponível. Nesse aspecto, não há dúvida de que um país com um território fértil leva uma vantagem enorme sobre aqueles cuja riqueza depende quase inteiramente das manufaturas. Com a mesma população, a mesma taxa de lucros e o mesmo volume e valor do produto nacional, o país agrícola tem uma parcela muito maior de riqueza disponível.

Felizmente é muito raro termos de determinar as vantagens e desvantagens ocasionadas pelo aumento da renda líquida, em detrimento da renda bruta. Os interesses dos capitalistas individuais os predispõem, invariavelmente, a poupar trabalho, qualquer que seja o setor em que atuem; a teoria e a experiência unem-se para mostrar

que os esforços bem-sucedidos nessa direção, ao aumentar a capacidade produtiva, proporcionam os meios para aumentar, no maior grau possível, o volume e o valor do produto bruto,¹⁴⁴ desde que haja sempre tal distribuição e tal consumo da maior oferta de mercadorias que o seu valor de troca aumente constantemente.

Em geral um aumento do produto e um aumento do valor ocorrem simultaneamente; e essa é a situação natural e saudável que mais favorece o crescimento da riqueza. O aumento do volume do produto depende sobretudo da capacidade produtiva, e o aumento do valor do produto, de sua distribuição. Produção e distribuição são os principais componentes da riqueza que, combinados em proporções adequadas, são capazes de impulsionar os bens e a população da terra, em período relativamente curto, aos limites extremos de seus recursos possíveis; mas, tomados separadamente, ou combinados em proporções inadequadas, produzem, depois de passados muitos milhares de anos, apenas uns poucos bens e uma população rarefeita, esta espalhada, no momento, sobre a face da Terra.

Seção VII

A distribuição gerada pela divisão da propriedade rural, considerada como meio de aumentar o valor de troca do produto total

A divisão da propriedade rural, o comércio interno e externo e a manutenção de consumidores improdutivos são as três causas mais favoráveis à distribuição da riqueza.

No momento em que novas colônias se estabelecem, é necessário proceder a uma divisão simples da terra, a fim de que o princípio da população se efetive.

O rápido crescimento dos Estados Unidos da América, considerado em seu conjunto, sem dúvida alguma foi grandemente auxiliado pelo comércio exterior e, em particular, pela sua capacidade de trocar pro-

144 A partir do que foi dito aqui, o leitor poderá notar que não concordo de maneira alguma com o que diz o Sr. Ricardo em seu capítulo "Sobre o rendimento bruto e o rendimento líquido". Eu não hesitaria um momento em dizer que um país cuja renda líquida de rendas da terra e de lucros, consistindo em alimentação e vestuário para 5 milhões de pessoas, seria evidentemente mais rico e poderoso se essa renda líquida fosse obtida por 7 milhões de pessoas em vez de cinco, supondo a mesma remuneração por pessoa. O produto global seria maior; e dentre os 2 milhões adicionais de trabalhadores, parte teria, sem dúvida, uma parcela de seus salários disponível. Mas eu também perguntaria o que pode acontecer ao capital, assim como às pessoas, no caso de uma mudança como essa. É óbvio que uma parte considerável se tornaria excessiva e inútil. Entretanto, concordo com o Sr. Ricardo quando ele aprova a poupança de trabalho e a invenção de máquinas, mas isso porque acho que sua tendência é aumentar o produto bruto e abrir caminho para uma população e um capital maiores. Se a poupança de trabalho se fizesse acompanhar dos efeitos mencionados no exemplo do Sr. Ricardo, eu concordaria com o Sr. Sismondi e o Sr. Owen, que a consideram uma grande desgraça.

duto agrícolas obtidos com pouco trabalho por mercadorias européias que custaram muito trabalho.

O rápido crescimento dos estabelecimentos rurais nos Estados Unidos deve-se em grande parte à facilidade de instalar novas famílias na terra à medida que esses estabelecimentos se separavam dos capitais originais.

A injusta distribuição da propriedade rural de quase toda a Europa, originada no período feudal, foi o principal obstáculo ao progresso dos agricultores e da riqueza da Idade Média.

Adam Smith descreve muito bem a modesta agricultura que pode ter existido, e de fato existiu, nas grandes propriedades do período feudal. Mas os grandes proprietários não eram apenas maus agricultores, que pouco se importavam com melhorias no cultivo; além disso, durante muito tempo talvez não tenham desenvolvido suficientemente o gosto pelos produtos manufaturados. Entretanto, mesmo que tivessem desenvolvido esse gosto no grau em que existe hoje, seu número insignificante não possibilitaria uma demanda que produzisse uma quantidade importante desse tipo de riqueza. Ouvimos falar do grande esplendor existente entre os príncipes e nobres de todos os períodos históricos. A dificuldade não consiste tanto em incutir nos ricos o amor pelo refinamento, quanto em dividir suas imensas propriedades e criar grande número de consumidores aptos e dispostos a comprar os produtos do trabalho. É óbvio que isso só pode ser feito de modo muito gradual. É muito provável que o crescente amor ao refinamento tenha constituído grande apoio para a realização desse objetivo; mas apenas esse gosto, sem se fazer acompanhar de melhor distribuição de terras, teria sido insuficiente. O proprietário de numerosas propriedades rurais, depois de mobiliar esplendidamente sua mansão ou seu castelo, e depois de adquirir belas roupas e belas carruagens, não iria trocá-las a cada dois meses simplesmente porque é rico o bastante para fazê-lo. Em vez de dar-se ao luxo dessas trocas inúteis e difíceis, é mais provável que sustentasse grande número de servos e dependentes ociosos, que cobrasse rendas menores com a finalidade de ter um controle maior sobre seus rebanhos, ou que sacrificasse parte considerável de sua produção agrícola a fim de estimular jogos e passatempos e se permitisse, com mais resultados e menos interrupções, os prazeres da caça. Trinta ou quarenta proprietários com rendimentos entre 1 000 e 5 mil libras anuais criariam uma demanda muito mais efetiva de pão de trigo, carnes de primeira qualidade e produtos manufaturados que um único proprietário com 100 mil libras anuais.

É fisicamente possível que um pequeno número de proprietários e capitalistas muito ricos criem uma demanda muito grande; mas, na prática, o que se verifica é que a riqueza descomunal de poucos nunca é equivalente, em termos de demanda efetiva, à riqueza moderada de muitos.

Embora seja verdade que a divisão da propriedade rural, em

certa medida, favorece o aumento da riqueza, é igualmente verdade que prejudica quando passa dessa medida.

Verificamos que, em Economia Política, todos os resultados positivos relativamente à riqueza dependem de proporções; e essa importante verdade é particularmente óbvia na divisão da propriedade rural.

Quanto aos efeitos de uma grande subdivisão da propriedade, uma experiência terrível tem lugar agora na França. A lei de sucessão nesse país divide todos os tipos de propriedade entre todos os filhos igualmente, sem direito de primogenitura ou distinção de sexo, e só permite dispor de uma parte muito pequena por testamento.

Essa lei não existe há tempo suficiente para mostrar quais são seus efeitos prováveis sobre a riqueza e a prosperidade nacionais. Se a situação da propriedade na França parece, no momento, favorável à indústria e à demanda, não há nenhum motivo para se concluir que será favorável no futuro. Todos admitem que, em certa medida, a divisão de terras é extremamente desejável; e em quase toda a Europa ainda existem tantos vestígios das enormes propriedades rurais herdadas do período feudal, que não são muitos os países em que uma lei como a francesa seria inútil, relativamente à riqueza, durante certo número de anos. Mas se uma lei como essa tivesse de existir de maneira permanente para regular a transmissão da propriedade na França; se não se inventar formas de evitá-la e se seus efeitos não forem amenizados por uma extrema prudência no casamento — prudência essa que uma lei assim certamente tenderia a desestimular —, temos todos os motivos para acreditar que o país, depois de um século, seria tão notável por sua pobreza e miséria extraordinárias quanto pela inusitada igualdade de propriedade. Os donos de minúsculas extensões de terra estariam, como sempre estão, especialmente sem recursos, e grande número deles se arruinaria sempre que houvesse escassez. Dificilmente um deles chegaria a ser rico, com exceção dos que recebem salários do governo.

Nessa situação, com pouca ou nenhuma daquela influência natural da propriedade no sentido de restringir ao mesmo tempo o poder da Coroa e a violência do povo, não podemos conceber que um governo confuso como o que se estabeleceu agora na França consiga manter-se. E também não posso acreditar que uma situação em que houvesse tanta pobreza pudesse ser favorável à existência e à continuidade da república. E quando, além disso, consideramos a extrema dificuldade, em quaisquer circunstâncias, de estabelecer uma república bem constituída, e de garantir sua continuidade como mostra a experiência de toda a História, não é exagero dizer que não podemos alimentar nenhuma esperança razoável quanto à existência permanente de uma forma de governo como essa.

Mas uma estrutura fundiária como a que descrevemos acima seria muito propícia ao despotismo militar. Se o governo não adota a fórmula oriental de considerar-se o único proprietário das terras, pode

ao menos seguir o conselho dos economistas e declarar-se sócio dos proprietários de terras e, a partir dessa fonte (que poderia ser uma fonte bem rica, embora os donos de terras, devido à sua quantidade, pudessem ser pobres), à qual se acrescentariam alguns impostos, não seria difícil tornar o exército a parcela mais rica da sociedade; assim o governo exerceria uma influência irresistível a que, numa situação dessas, nada poderia se opor. O déspota poderia ser trocado de vez em quando, como os imperadores romanos, pela guarda pretoriana; mas certamente o despotismo teria bases muito sólidas.

No Império Britânico, as imensas propriedades rurais de antigamente vem sendo divididas pela prosperidade do comércio e das manufaturas.

Uma classe média numerosa e diversificada está sendo formada pelo comércio, pelas manufaturas, pelas profissões liberais etc., e provavelmente será uma consumidora muito mais efetiva que os pequenos proprietários de terra.

Nessas circunstâncias, pode ser apressado concluir que a abolição do direito de primogenitura aumentaria a riqueza do país; mas ainda que chegássemos a essa conclusão, isso não recomendaria uma política de reforma.

Há motivos para acreditar que a constituição britânica não possa manter-se sem uma aristocracia; e uma aristocracia efetiva não pode manter-se sem o direito de primogenitura.

Não é fácil dizer em que medida a abolição da lei de primogenitura dividiria as propriedades rurais do país; mas é provável que a divisão não seja favorável a um bom governo.

Portanto, embora uma distribuição *mais* igualitária da propriedade fundiária pudesse ser melhor do que a que temos hoje, mesmo assim poderia não ser recomendável abolir a lei de primogenitura.

Mas quaisquer que sejam as leis existentes, permanece verdadeiro o princípio de que a divisão da propriedade rural é um dos grandes meios de distribuição que tendem a manter e aumentar o valor de troca do produto total.

Seção VIII

A distribuição gerada pelo comércio interno e externo, considerada como meio de aumentar o valor de troca do produto

A segunda principal causa favorável ao aumento do valor de troca, que depende da distribuição, é o comércio interno e externo.

Toda troca que ocorre num país efetua a distribuição de suas mercadorias da forma que melhor se adapta às necessidades da sociedade, sendo calculada para proporcionar ao produto total um valor maior de mercado.

Os economistas, em seus esforços para provar a natureza imprudente do comércio, insistem sempre em que seu efeito consiste apenas em nivelar os preços, que em alguns lugares é alto demais, e, em outros, baixo demais, mas cuja quantidade é a mesma depois de ocorrida a troca. Essa proposição não tem fundamentos e é contestada por fatos inquestionáveis. O aumento inicial dos preços, decorrente da ampliação do mercado, é incontestável. E quando a esse fato acrescentamos o efeito criado pela demanda de mais produtos, bem como os meios assim proporcionados para uma rápida acumulação destinada à satisfação dessa demanda, é impossível duvidar por um momento sequer da influência direta de todo o comércio interno sobre o aumento do valor do produto nacional.

Se o comércio não influenciasse de fato o aumento do valor do produto nacional, ele não seria praticado. É com esse aumento que os comerciantes são pagos, e se alguns artigos londrinos não têm mais valor em Glasgow do que em Londres, e se alguns artigos de Glasgow não valem mais em Londres que em sua cidade de origem, os comerciantes que trocam os artigos negociados por essas cidades não estariam fazendo nada por si mesmos nem por ninguém mais. Seria apenas um processo inútil trocar um conjunto de mercadorias por outro se as partes, depois de efetivada essa nova distribuição de mercadorias, não ficassem em situação melhor que antes. Dar um artigo por outro não tem nenhuma relação com a demanda efetiva, a menos que a mercadoria recebida exceda de muito o valor do trabalho empregado na primeira mercadoria, a fim de proporcionar lucros adequados aos capitalistas, mais a capacidade e a vontade de acionar mais trabalho no mesmo setor.

Dizem que a indústria de um país se mede pelo volume de seu capital e pela maneira de empregar esse capital; embora isso possa fazer diferença quanto ao lazer dos habitantes desse país, faz muito pouca diferença quanto ao valor da renda nacional. Isso só se aplicaria a um único caso, a saber, se os habitantes pudessem ser convencidos a ter seus próprios produtos em tão alta estima que os levasse a ter tanto desejo de obtê-los e consumi-los quanto o que tem pelas mercadorias que vêm de fora, e que tivessem tanta disposição para trabalhar e fazer sacrifícios tão grandes pelos seus próprios produtos quanto os que fazem pelas mercadorias que vêm de longe. Mas será que podemos supor um caso desses? É especificamente para superar a falta de desejo de comprar mercadorias nacionais que o comerciante as troca por outras mais procuradas. Se pudéssemos alterar dessa forma as necessidades e o gosto do povo de Glasgow, de modo a fazê-lo ter em alta estima tanto a grande quantidade de artigos de algodão que produz quanto os objetos que recebe por eles num bom negócio, não ouviríamos mais falar de sua miséria.

Podemos admitir que a dimensão da indústria de um país é aproximadamente proporcional à quantidade de capital empregado; mas o

valor dos rendimentos será maior ou menor de acordo com os preços de mercado dos artigos produzidos. Esses preços de mercado obviamente dependem do intercâmbio de mercadorias; e, em conseqüência, o valor dos rendimentos, e a capacidade e a vontade de aumentá-lo, dependem da distribuição de mercadorias mais bem adaptadas às necessidades e gostos da sociedade.

Pode-se dizer que o produto global de uma nação tem um preço de mercado em dinheiro e em trabalho. Quando esse preço de mercado é alto, isto é, quando os preços das mercadorias sobem a ponto de adquirir um excedente de trabalho maior do que antes sobre seu custo de produção, quando nelas se empregou o mesmo capital e o mesmo número de pessoas, é evidente que a cada ano se acionará mais trabalho e que o crescimento da riqueza será rápido e seguro. Por outro lado, quando os preços de mercado são tais que só podem adquirir muito pouco trabalho a mais que seu custo de produção, é evidente que a riqueza nacional crescerá de forma muito lenta, ou talvez fique estacionária.

O meio de circulação de cada país representa papel muito importante na distribuição das mercadorias; e, como já sugerimos antes em uma nota de rodapé, temos muito mais possibilidades de confundir que de esclarecer nossos argumentos quando não o levamos em consideração. Com efeito, não é fácil, sem referência a um meio de circulação, verificar se as mercadorias de um país são distribuídas de modo a proporcionar-lhes seu valor adequado.

Talvez se possa dizer que, se os recursos para a manutenção do trabalho são, em qualquer período, inusitadamente abundantes, podemos tranqüilamente supor que conseguirão adquirir uma quantidade de trabalho bem maior que a habitual. Mas com certeza não conseguirão adquirir mais trabalho, nem sequer a mesma quantidade, se sua distribuição for deficiente; e, num país que possui um meio de circulação, a prova específica da deficiência da distribuição é o fato de o produto total não obter na troca uma quantidade tão grande do meio circulante quanto antes, seguindo-se daí que os produtores são obrigados a vender com grande redução dos lucros monetários, ou mesmo com perda de dinheiro.

Não há a menor dúvida de que, neste país, os recursos para a manutenção do trabalho foram inusitadamente abundantes entre as safras de 1815 e 1816. Houve abundância específica de trigo e não houve falta de nenhum outro bem de primeira necessidade; entretanto, é fato notório que muitas pessoas foram despedidas, em parte devido à falta de capacidade, e em parte devido à falta de vontade de empregar a mesma quantidade de trabalho de antes. Como esse fato pode ser explicado? Como já disse antes, não seria fácil explicá-lo sem referir-me a um meio circulante porque, sem essa referência, seria extremamente difícil provar a existência de uma distribuição deficiente. Mas assim que nos referimos ao meio circulante, a explicação do fato observado torna-se perfeitamente simples. Todos sabem que houve uma queda

no valor monetário dos produtos agrícolas, que chegou a quase 1/3. Se o arrendatário vende sua produção por apenas 2/3 do preço que obtinha antes, é evidente que não pode adquirir a mesma quantidade de trabalho e empregar a mesma quantidade de capital do ano anterior. E após a ocorrência de grande queda no preço monetário de todos os produtos manufaturados, ocasionada em grau considerável pela queda anterior dos produtos agrícolas, é evidente que os manufatores não poderiam adquirir a mesma quantidade de trabalho de antes. Havendo abundância de bens de primeira necessidade, essas duas importantes classes sociais realmente sofrem uma redução em sua capacidade de empregar trabalho, ao passo que todos os que percebem rendimentos fixos aumentam sua capacidade de empregar trabalho, com possibilidades muito pequenas de aumentar a vontade de ampliar proporcionalmente a demanda; o resultado geral guarda semelhanças com aquela distribuição parcial dos produtos, decorrente da interrupção do sistema de comunicações. Pode-se produzir a mesma quantidade ou uma quantidade maior de mercadorias durante um curto período; mas se a distribuição não atende à demanda de todos os lugares, o valor de troca do produto total cai e ocorre uma paralisação marcada na produção do país como um todo. Resulta disso que as classes trabalhadoras da sociedade podem ficar desempregadas em meio à abundância de bens de primeira necessidade, se esses bens não estão em mãos de pessoas ao mesmo tempo aptas e dispostas a empregar uma quantidade adequada de trabalho.

É inútil, portanto, fazer conjeturas sobre grande aumento da produção e, rejeitando qualquer referência a um meio circulante, concluir que esse grande aumento será adequadamente distribuído e efetivamente consumido. Não temos nenhum direito de tirar essa conclusão. Sabemos, tanto a partir da teoria quanto da experiência, que, se cai o valor monetário do produto total, isso é sinal de que a distribuição é tal que desestimula a produção. Enquanto essa queda do preço monetário da produção continuar diminuindo a capacidade de adquirir trabalho nacional e estrangeiro, obviamente continua existindo grande desestímulo à produção; e se, depois da acomodação do trabalho ao novo nível de preços, a distribuição permanente da produção e os gostos e hábitos permanentes do povo não forem favoráveis a um nível adequado de consumo, os mais claros princípios da Economia Política mostram que os lucros do capital são mais baixos, durante qualquer período de tempo, que aqueles que a situação no setor agrícola tornou necessários; e que a redução da produção pode ser tão duradoura quanto aquela ocasionada por uma distribuição deficiente ou por gostos e hábitos desfavoráveis.

Ao nos referirmos ao controle sobre o trabalho como a medida decisiva do valor do produto total, é preciso referirmo-nos primeiro a seu valor metálico, a fim de verificar se sua distribuição é adequada a ponto de tornar possível adquirir trabalho de forma proporcional à sua quantidade.

A distribuição de mercadorias realizada pelo comércio interno é o primeiro passo em direção a um aumento considerável da riqueza e do capital.

Os motivos que levam os indivíduos a participarem do comércio exterior são exatamente os mesmos que conduzem ao intercâmbio de mercadorias com as localidades mais distantes do mesmo país, isto é, um aumento no preço de mercado dos produtos locais; e o aumento dos lucros assim obtido ou a prevenção daquela queda dos lucros que ocorreria caso o capital tivesse sido empregado no país devem ser considerados um aumento proporcional do valor do produto nacional.

O Sr. Ricardo começa seu capítulo sobre o comércio exterior afirmando que “nenhum volume de comércio exterior aumenta de imediato o montante do valor num país, embora contribua poderosamente para aumentar o volume de mercadorias e, assim, o prazer”. Essa afirmação é coerente com sua visão particular de valor, que depende exclusivamente do trabalho que uma mercadoria custa. Mesmo que os retornos do comerciante sejam altos, e mesmo que excedam de muito o valor de suas exportações, de acordo com o uso comum do termo, é certo que o trabalho empregado na obtenção dessas exportações continuará o mesmo de antes. Mas como é um fato patente e inegável que os retornos de um negócio tão inusitadamente vantajoso serão trocados por uma quantidade inusitada de dinheiro, trabalho e mercadorias nacionais; como também é patente e inegável que essa maior capacidade de adquirir dinheiro, trabalho e mercadorias corresponde ao que diz o comerciante quando fala da ampliação do mercado estrangeiro e de um negócio vantajoso — a mim parece que essa situação, que pode durar, e muitas vezes dura um tempo suficiente para produzir os mais favoráveis resultados, é por si mesma, e imediatamente, uma prova decisiva de que a concepção do valor de troca onde este depende exclusivamente do custo de produção é essencialmente incorreta e absolutamente incapaz de explicar os grandes fenômenos relacionados com o crescimento da riqueza.

O Sr. Ricardo parece pensar que o valor não pode aumentar em um setor da produção sem diminuir em outro.¹⁴⁵ Mais uma vez, isso pode ser verdade segundo sua concepção de valor, mas é absolutamente injustificável segundo aquela concepção mais ampla do valor de troca, estabelecida e confirmada pela experiência. Se uma potência estrangeira mandasse a determinado comerciante um novo tipo de artigo para ser vendido no mercado londrino por 50 mil libras, esse seria o aumento da riqueza do comerciante; e quem, pergunto eu, ficaria mais pobre por isso? Não há dúvida de que os compradores dessas mercadorias poderiam ser obrigados a renunciar a alguns artigos que antes

145 Parece-me que se as duas primeiras frases do capítulo do Sr. Ricardo sobre o comércio exterior tivessem algum fundamento, não haveria esse intercâmbio entre as nações.

costumavam comprar¹⁴⁶ e, nessa medida, a demanda poderia diminuir em alguns lugares. Mas, para contrabalançar essa redução, o comerciante enriquecido se tornaria um comprador de mercadorias adicionais que talvez correspondessem às 50 mil libras, evitando assim uma queda geral no valor do produto total consumido no país, enquanto o valor do produto estrangeiro assim consumido teria aumentado a ponto de abarcar toda a produção dos novos artigos importados. Não vejo nenhuma diferença entre um presente vindo do exterior e os lucros incomuns de um novo negócio estrangeiro em seus efeitos sobre a riqueza de uma nação. Parece-me que aumentam igualmente a riqueza da comunidade por meio de um aumento tanto do volume quanto do *valor* da produção obtida.

Talvez se diga que, na hipótese de que nem a população nem o dinheiro do país tenham aumentado, o valor do produto total estimado em trabalho ou em dinheiro não pode ter subido.

Com relação ao trabalho, eu observaria que, ao referir-me à capacidade que tem o valor do produto total de adquirir mais trabalho que antes, não me refiro especificamente a um *número* maior de trabalhadores: quero dizer que aquele valor pode adquirir mais trabalho pelo preço antigo ou pagar melhor os trabalhadores efetivos. Esse estado de coisas, com uma população que pode crescer de imediato, sempre gera aquela demanda de trabalho que impele a maiores esforços aqueles que antes talvez só recebessem metade do salário ou que estavam subempregados. Esse é o indício mais seguro do aumento da riqueza e seu estímulo mais eficaz. Essa é a consequência natural do fato de o valor do produto estimado em trabalho crescer mais rapidamente que a população, e constitui um estímulo verdadeiro e saudável para o aumento posterior da população.

O dinheiro, essa utilíssima medida de valor, desempenharia suas funções de maneira muito neutra caso não pudesse de forma alguma acomodar-se a casos desse tipo, e caso a importação de uma mercadoria valiosa sempre reduzisse proporcionalmente o preço dos outros componentes do produto nacional. Mas isso está longe de acontecer, mesmo se não supusermos nenhuma nova importação de metais preciosos. Isso ocorre sempre que se verifica uma velocidade maior na circulação do dinheiro efetivamente em uso e quando é possível emitir mais cédulas sem provocar uma queda na taxa do comércio exterior ou uma alta no preço do ouro e das mercadorias. Um ou outro, ou ambos os

146 Porém, isso não acontece necessariamente. Um estímulo maior ao consumo pode induzir algumas pessoas a gastarem o que de outro modo teriam poupado e, em muitos casos, a riqueza do país, ao invés de sofrer com essa mudança, ganha com ela. Quando o consumo cresce, ele gera um aumento nos preços de mercado e nos lucros. O aumento dos lucros logo recupera o capital que foi desviado por algum tempo do setor a que se destinava; e o país adquire o hábito de consumir ainda mais, tendo ao mesmo tempo os meios de satisfazer esse hábito.

recursos são usados, exceto nos países mais bárbaros; e embora, no caso da importação de mercadorias estrangeiras que competem diretamente com os artigos nacionais domésticos, esses artigos sem dúvida caíam de preço e seus produtores tornem-se mais pobres durante algum tempo — ainda assim será realmente muito raro acontecer que outros artigos não afetados por essa concorrência sofram uma queda no valor monetário; e não haverá nenhuma queda em mercadorias específicas que seja suficiente para evitar uma alta no preço monetário do produto total.

Entretanto, é natural contar com a importação de mais dinheiro; e, com efeito, uma ampliação bem-sucedida do comércio exterior é exatamente a situação que leva diretamente à importação do ouro. Pois o que é que o exportador considera, especificamente, uma ampliação bem-sucedida do comércio exterior, ao lidar com nações civilizadas? Sem dúvida alguma, a capacidade de vender seus artigos no exterior por um valor maior que o habitual, estimado em ouro; e, naturalmente, se os artigos que ele importaria em troca não são vendáveis no seu país de origem a um preço que compense sua importação, uma parte ou o total dos retornos serão importados em dinheiro. Mas, se a importação de dinheiro for em tal quantidade que sua proporção relativamente aos retornos em mercadorias seja igual à proporção que o total do dinheiro em circulação no país mantém com o total de sua produção, é óbvio que não haverá nenhuma dificuldade na circulação das mercadorias do país aos preços antigos, com a única exceção dos artigos com os quais as mercadorias estrangeiras competem diretamente. Nesse caso, a concorrência não seria jamais suficiente para evitar um aumento geral do valor do produto total.

Portanto, discordo plenamente da conclusão do Sr. Ricardo implícita na seguinte passagem: “Com relação ao valor, tanto a demanda de mercadorias nacionais quanto a demanda de mercadorias estrangeiras é limitada pela renda e pelo capital do país. Se um aumenta, o outro diminui necessariamente”.¹⁴⁷ Parece-me inquestionável que, em quase todos os casos de comércio exterior bem-sucedido, a demanda conjunta de mercadorias nacionais e estrangeiras aumenta decididamente; e não há dúvida de que o aumento do valor dos produtos estrangeiros não provoca uma redução proporcional no valor do produto nacional.

Entretanto, reconheço que, com relação ao valor, a demanda conjunta de mercadorias nacionais e estrangeiras é limitada pela renda e pelo capital do país; mas, segundo minha visão do assunto, a renda nacional, que consiste na soma das rendas da terra, dos lucros e dos salários, sofre um aumento marcante e imediato, provocado pelos maiores lucros do comerciante estrangeiro, sem uma redução proporcional da renda em nenhum setor; ao passo que o Sr. Ricardo evidentemente

é de opinião que, embora a abundância de mercadorias aumente, a renda do país, relativamente ao valor, continua a mesma; e como discordo mais da conclusão que se *pretendia* transmitir que dos termos efetivos da passagem citada, usei a palavra *implícita* em vez de *expressa*.

Prontamente admitirei que o aumento da *quantidade* de mercadorias é um dos efeitos mais desejáveis do comércio exterior; mas quero chamar particularmente a atenção do leitor para um outro efeito importantíssimo que, em quase todos os casos, acompanha o primeiro, e que é expressamente negado pelo Sr. Ricardo, a saber, o aumento da grandeza do valor de troca. E esse último efeito é tão necessário, a fim de criar um estímulo permanente ao esforço produtivo e manter uma oferta abundante de mercadorias, que, nos poucos casos em que não ocorre, a estagnação da demanda de trabalho é imediatamente perceptível e o crescimento da riqueza é reduzido. A ampliação do comércio exterior, na concepção do Sr. Ricardo, nos colocaria, em minha opinião, na situação em que estava nosso país no começo de 1816, quando uma súbita abundância e barateamento do trigo e de outras mercadorias, decorrente de grande oferta satisfazendo uma demanda insuficiente, diminuíram de tal forma o valor da renda do país que este não podia mais adquirir a mesma quantidade de trabalho ao mesmo preço; a consequência disso foi que, em meio à abundância, milhares e milhares de pessoas foram despedidas — uma preliminar muito dolorosa e quase inevitável de uma queda nos salários monetários do trabalho, que é, obviamente, a única possibilidade da renda geral do país empregar o mesmo número de trabalhadores de antes e, depois de um período de graves obstáculos ao crescimento da riqueza, recomeçar um movimento evolutivo.

O Sr. Ricardo sempre parece pensar que é indiferente ao trabalhador o fato de poder adquirir uma quantidade maior dos bens de primeira necessidade por meio de uma alta no preço monetário do trabalho ou por meio de uma queda no preço monetário das provisões; mas esses dois eventos, embora tenham efeitos aparentemente semelhantes, podem ter — e geralmente têm — diferenças essenciais. Um aumento nos salários do trabalho, tanto reais quanto nominais, implica invariavelmente distribuição da riqueza efetiva tal que a faça crescer em valor, assegurando pleno emprego para todas as classes trabalhadoras e criando uma demanda de mais produção e de capital que a tornará possível. Em síntese, esse é um indício infalível de saúde e de prosperidade, ao passo que uma queda geral no preço monetário dos bens de primeira necessidade muitas vezes surge de uma distribuição tão defeituosa do produto do país que o montante de seu valor se reduz; nesse caso, nas circunstâncias mais favoráveis, um período de desemprego e de miséria é inevitável; e em muitos casos, como a observação de diferentes países do globo mostra com grande frequência,

essa queda no preço monetário dos bens de primeira necessidade se faz acompanhar da diminuição permanente da riqueza.

O leitor tem plena consciência de que uma grande queda no preço de certas mercadorias, decorrente tanto do aperfeiçoamento técnico das máquinas quanto do comércio exterior, é perfeitamente compatível com um aumento grande e contínuo não apenas do valor de troca da produção total de um país, mas até mesmo do valor de troca da produção total desses mesmos artigos. Tem-se afirmado repetidamente que o valor global dos artigos de algodão produzidos neste país aumentou de modo prodigioso, apesar da grande queda de seu preço. Pode-se dizer o mesmo em relação ao chá, embora na época em que era importado seu preço por quilograma fosse muito superior ao que é hoje; e não há dúvida de que, se tivéssemos de fabricar nossos próprios vinhos por meio de estufas, de modo geral eles valeriam muito menos dinheiro e constituiriam um estímulo muito menor ao esforço produtivo.

Mesmo quando a natureza da mercadoria é tal que não admite uma ampliação de mercado decorrente da redução do preço — o que acontece muito raramente —, mesmo assim o capital e o trabalho, que nesse caso tornam-se ociosos, em geral encontram outros setores onde podem ser utilizados, em países empreendedores e comerciais, com lucros suficientes para manter — e até muitas vezes aumentar — o valor da renda nacional. Ao mesmo tempo, é preciso observar, e esse é um ponto muito importante, que é precisamente em casos desse tipo que ocorrem as poucas exceções da genérica e poderosa tendência do comércio exterior para elevar o valor da renda nacional; e sempre que essas exceções realmente ocorrem, isto é, sempre que o valor da renda nacional diminui, mesmo quando estimada em dinheiro, é inevitável que ocorra uma pobreza temporária devida a uma distribuição deficiente da produção. Se esse valor reduzido for estimado em trabalho, a pobreza entre as classes trabalhadoras e a redução do crescimento da riqueza continuarão enquanto perdurar a redução do valor assim estimado, e se pudesse ser provado que, em circunstâncias especiais, qualquer tipo de comércio exterior tende a reduzir de modo permanente a capacidade de o produto nacional adquirir trabalho nacional e estrangeiro, esse negócio certamente traria o bloqueio permanente do crescimento da riqueza e da população.

As causas de um aumento da demanda efetiva de determinadas mercadorias são muito fáceis de explicar, mas não se considera tão fácil — e com razão — explicar a causa do avivamento da demanda que, às vezes, ocorre em todo um país, e que contrasta de maneira tão notável com o sentimento que leva a dizer que o comércio está estagnado em toda parte. Como causa específica e imediata desse aumento geral da demanda efetiva, eu decididamente apontaria uma distribuição tal do produto e uma adaptação tal da produção às necessidades e aos gostos da sociedade que proporcionem ao valor monetário

pelo qual o produto é vendido um controle maior sobre o trabalho nacional e estrangeiro; e sinto-me inclinado a pensar que, se esse teste fosse aplicado a todos os casos em que o fenômeno ocorreu, verificar-se-ia que raramente ou nunca falha.

Não se pode duvidar nem por um momento de que o crescimento anual do produto dos Estados Unidos da América, por exemplo, quer estimado em ouro, quer estimado em trabalho nacional e estrangeiro, tem sido maior que o de qualquer outro país conhecido e que esse crescimento se deve, em grande parte, ao seu comércio exterior, o qual, apesar da facilidade de produção de trigo e de produtos agrícolas naquele país, alcança para essas mercadorias o mesmo valor que elas obtêm em muitos países da Europa; em consequência, o comércio exterior deu a elas uma capacidade realmente extraordinária de adquirir o produto e o trabalho de outros países, comparativamente ao trabalho que empregaram. Da mesma forma não se pode duvidar que em nosso país, entre 1793 e 1814, o valor de troca do produto global, quer estimado em trabalho nacional estrangeiro, quer estimado em ouro, aumentou muito todos os anos. Para esse aumento de valor, assim como da riqueza, a ampliação de nosso comércio exterior foi considerada, quase unanimemente, um fator poderosíssimo; e, com certeza, até 1815 não há nenhum indício de que o valor crescente de nossas importações tenha demonstrado a mais leve tendência para diminuir o valor do nosso produto nacional. Ambos cresceram, e cresceram muito, conjuntamente, quer estimados em trabalho, quer estimados em ouro.

Mas, como em todos os países aos quais podemos referir-nos verifica-se que um aumento do valor acompanha a prosperidade e a riqueza crescentes, estou inclinado a pensar que não há um único exemplo de país com um comércio bem-sucedido, e que disponha de uma abundância cada vez maior de mercadorias, em que o valor do produto total estimado em trabalho nacional e estrangeiro seja decrescente ou mesmo estacionário. E das duas formas de acumular capital, segundo a afirmação do Sr. Ricardo em seu capítulo “Sobre o Comércio Exterior” — a saber, um aumento da renda, decorrente de maiores lucros, ou uma redução na despesas, proveniente de mercadorias baratas¹⁴⁸ —, acredito que essa última nunca foi e nunca será um estímulo efetivo à produção contínua e permanente de uma riqueza cada vez maior.

O Sr. Ricardo talvez diga que, na sua concepção, o comércio exterior aumenta o valor na medida em que se emprega mais trabalho na produção do conjunto das mercadorias que o país obtêm; e que a abundância produzida pelo comércio exterior estimula naturalmente esse emprego. Mas o que desejo dizer especificamente é que a tendência natural do comércio exterior, assim como de todos os tipos de troca

mediante os quais se efetiva uma distribuição mais bem adaptada às necessidades da sociedade, é aumentar *imediatamente* o valor daquela parcela da renda nacional que consiste em lucros, sem nenhuma redução proporcional em outros setores; e que é precisamente esse aumento *imediatamente* da renda nacional, decorrente da troca daquilo que tem menos valor no país por algo que tem mais valor, que proporciona tanto a capacidade quanto a vontade de empregar mais trabalho e gera aquela viva demanda de trabalho, de produtos e de capital, que acompanha de forma notável e quase universal o comércio exterior bem-sucedido; ao passo que a simples abundância de mercadorias, cujo valor cai muito, comparativamente ao trabalho, obviamente diminuiria, no início, a capacidade de empregar o mesmo número de trabalhadores. Uma saturação temporária e uma insuficiência geral da demanda de trabalho, produtos e capital seguir-se-iam da miséria habitual nessas circunstâncias.

O Sr. Ricardo vê o comércio exterior como um meio de obter mercadorias *mais baratas*. Mas isso é considerar apenas uma parte de suas vantagens, e estou muito inclinado a pensar que não é a parte mais importante. Ao menos em nosso próprio comércio, essa parte dos negócios é comparativamente insignificante. Sem dúvida, a grande maioria de nossas importações consiste em artigos baratos se comparados a outros, quer provindos do exterior quer de produção nacional. Se não pudéssemos importar seda, algodão, anil, chá, açúcar, café e tabaco, vinho do porto, xerez e champanhe, amêndoas, passas, laranjas e limões, os diversos temperos e drogas e muitos outros artigos próprios de climas exóticos, é certo que não poderíamos tê-los de modo algum. Estimar a vantagem proveniente de sua importação pelo seu baixo custo, comparativamente à quantidade de trabalho e de capital que empregariamos em sua produção caso tentássemos produzi-los no país, seria inteiramente absurdo. Na realidade, nunca se cogitou de uma tentativa dessas. Se tivéssemos possibilidades de fabricar um bom clarete a 10 libras a garrafa, poucos, ou ninguém, o beberiam; e a quantidade efetiva de trabalho e de capital empregados na obtenção dessas mercadorias estrangeiras é, no momento, sem nenhuma comparação, maior do que seria se não as tivéssemos importado.

Portanto, é evidente que devemos estimar a vantagem proveniente de um negócio desses de acordo com um princípio bem diferente. Trata-se daquele princípio simples e óbvio, muitas vezes considerado o próprio fundamento da troca, quer com o exterior, quer com o próprio país, qual seja, o maior valor resultante de se trocar o que se deseja menos pelo que se deseja mais. Depois de obtermos, em troca da exportação de nossas mercadorias, todos os artigos mencionados acima, é muito difícil dizer se a quantidade de nossas mercadorias aumentou ou diminuiu; mas tenho certeza de que a nova distribuição do produto, ao nos proporcionar mercadorias mais bem adaptadas às nossas ne-

cessidades e aos nossos gostos do que aquelas que foram exportadas, aumenta decididamente o valor de troca de nossos bens, nossos prazeres e nossa riqueza.

Portanto, ao adotar uma concepção muito diferente da do Sr. Ricardo quanto aos efeitos do comércio exterior sobre o valor de troca, afirmo que a ampliação dos mercados apresenta uma tendência geral altamente favorável ao aumento do valor e da riqueza decorrente da distribuição.

Seção IX

A distribuição ocasionada pelos consumidores improdutivo, considerada como meio de aumentar o valor de troca do produto total

A terceira principal causa que tende a manter e aumentar o valor do produto por favorecer sua distribuição, é o emprego de trabalho improdutivo, ou a manutenção de uma proporção adequada de consumidores improdutivo.

Já mostramos que sob uma rápida acumulação de capital, ou melhor dizendo, sob uma rápida conversão de trabalho improdutivo em trabalho produtivo, a demanda, comparativamente à oferta de produtos materiais, declina prematuramente, e a motivação para acumular mais detém-se antes de ser contida pelo esgotamento da terra. Segue-se que, sem supor que as classes produtivas consumam muito mais do que mostra a experiência, em particular quando estão poupando muito dos rendimentos para aumentar seu capital, é absolutamente necessário que um país com grande capacidade produtiva possua consumidores improdutivo.

Por meio da fertilidade do solo, da capacidade humana de empregar máquinas para substituir o trabalho e das motivações para o esforço produtivo num sistema de propriedade privada, as grandes leis da natureza proporcionam lazer a determinada parcela da sociedade; e se essa dádiva não for aceita por um número adequado de pessoas, não apenas perde-se um bem que pode ser conseguido dessa maneira, como o resto da sociedade, longe de beneficiar-se com tal abnegação, sem dúvida seria prejudicada por ela.

A proporção entre classes sociais produtivas e improdutivo que proporciona o maior estímulo ao aumento contínuo da riqueza é algo que, como já disse antes, os recursos da Economia Política não conseguem determinar, pois depende de muitas circunstâncias; depende em particular da fertilidade do solo e do progresso na invenção de máquinas. Um solo fértil e um povo habilidoso podem não apenas sustentar um número considerável de consumidores improdutivo sem se prejudicar, como podem realmente precisar de consumidores, a fim de efe-

tiyar sua capacidade produtiva, ao passo que, com um solo pobre e um povo pouco engenhoso, a tentativa de sustentar esses consumidores levaria ao abandono do cultivo da terra e, infalivelmente, ao empobrecimento e à ruína.

Outra causa que torna impossível dizer qual é a proporção entre classes produtivas e improdutivas mais favorável ao crescimento da riqueza é a diferença de níveis de consumo existentes entre os próprios produtores.

Talvez se diga que não há lugar para consumidores improdutivos se houver um consumo suficiente para manter o valor do produto entre os que se dedicam à produção.

Os capitalistas que se ocupam da produção certamente têm capacidade de consumir seus lucros, ou os rendimentos obtidos pela aplicação de seu capital; e se eles os consomem, com exceção da parcela que pode ser acrescentada com vantagens a seus capitais, de modo a favorecer da melhor forma possível tanto uma produção maior quanto um consumo maior, não há necessidade de consumidores improdutivos. Mas esse consumo não é compatível com os hábitos efetivos de consumo dos capitalistas em geral. O grande objetivo de suas vidas é juntar muito dinheiro, tanto por ser seu dever prover suas famílias, quanto porque não podem gastar muito com seu próprio conforto na medida em que talvez sejam obrigados a trabalhar sete ou oito horas por dia num escritório.

Alguns autores consideram uma espécie de axioma que as necessidades da humanidade são proporcionais aos seus recursos; mas essa proposição não se aplica sempre, nem mesmo em casos em que se faz fortuna sem dificuldade; e em relação à grande maioria dos capitalistas, a experiência contradiz frontalmente essa proposição. Quase todos os comerciantes e fabricantes poupam, em períodos prósperos, a uma taxa muito maior do que a taxa possível de crescimento da renda nacional, de modo a manter o valor do produto. Mas se isso é verdade quando consideramos a média geral, é óbvio que, com seus hábitos efetivos, os comerciantes e os fabricantes não poderiam proporcionar um mercado adequado um para o outro trocando seus vários produtos.

Portanto, é necessário existir um número considerável de outros consumidores, senão as classes mercantis não poderiam continuar ampliando seus interesses e concretizando seus lucros. Entre esses consumidores, não há dúvida de que os proprietários de terra representam a parcela mais importante; mas se a capacidade produtiva dos capitalistas é considerável, o consumo dos proprietários de terra, somado ao dos próprios capitalistas e de seus trabalhadores, pode ser ainda insuficiente para manter e aumentar o valor de troca do produto total, isto é, para que o aumento da quantidade de mercadorias seja superior à queda do preço. E se for assim, os capitalistas não podem continuar

com os mesmos hábitos de poupança. Ou consomem mais, ou produzem menos; e quando o mero prazer da despesa corrente, não acompanhado de uma situação local melhor e de ascensão social, contrapõe-se ao trabalho contínuo nos negócios durante a maior parte do dia, a probabilidade é de que grande parte deles será levada a preferir a última alternativa e produzir menos. Mas se ocorrer uma redução permanente da produção, ao invés de um aumento do consumo, a fim de equilibrar a oferta e a procura, a totalidade da riqueza nacional, que consiste naquilo que é produzido e consumido e não do excedente da produção sobre o consumo, sofrerá uma diminuição muito grande.

O Sr. Ricardo muitas vezes fala como se a poupança fosse um fim, e não um meio. Entretanto, mesmo com relação aos indivíduos, em que essa concepção mais se aproxima da verdade, é preciso reconhecer que o objetivo final da poupança são os gastos e o prazer. Mas, com relação à riqueza nacional, nunca podemos considerar a poupança, seja em termos imediatos, seja em termos permanentes, a não ser como um meio. Talvez seja verdade que, devido ao barateamento das mercadorias e à conseqüente economia de despesas em consumo, se possa obter o mesmo excedente de produção sobre o consumo que é obtido por meio de grande alta dos lucros sem redução do consumo; e, se a poupança fosse um fim, teria sido realizada. Mas poupar é um meio de proporcionar uma oferta crescente para necessidades nacionais crescentes. No entanto, se as mercadorias já existem em tal abundância que boa parte delas não é consumida, o capital assim poupado, cuja missão seria aumentar ainda mais a abundância de mercadorias e diminuir ainda mais os lucros já reduzidos, teria comparativamente pouca utilidade. Por outro lado, se os lucros são altos, esse é um indício seguro de que há escassez de mercadorias comparativamente à sua demanda, de que há necessidades sociais não satisfeitas e de que um aumento dos meios de produção, efetivado pela poupança de uma parte considerável dos novos rendimentos criados pelos altos lucros, os quais seriam acrescentados ao capital, seria especial e permanentemente benéfico.

Por conseguinte, a poupança nacional, vista como um meio de aumentar a produção, está confinada dentro de limites muito mais estreitos que a poupança individual. Enquanto algumas pessoas continuam gastando, outras podem continuar poupando muito; mas a poupança nacional, ou o saldo da produção sobre o consumo, considerado o conjunto dos produtores e dos consumidores, deve necessariamente ser limitada pela importância que pode ser empregada com vantagens na satisfação da demanda de produtos; e para criar essa demanda é preciso existir um consumo adequado, seja entre os próprios produtores, seja entre outras classes de consumidores.

Adam Smith observa que “a fome é limitada em todos os seres humanos pela pequena capacidade de seu estômago; mas o desejo de utilidades e ornamentos da moradia, do vestuário, da carruagem e do

mobiliário parece não ter nenhum limite ou fronteira delimitada”. Que não tem nenhuma fronteira delimitada, é incontestavelmente verdade; mas dizer que não tem nenhum limite já é exagero, se considerarmos o quanto esse desejo é limitado, na prática, pelo luxo da indolência ou pelo desejo do homem de melhorar a sua condição e de garantir o futuro de sua família, princípio esse que, como o próprio Adam Smith observa, geralmente é mais forte que o princípio que predispõe aos gastos.¹⁴⁹ Mas trata-se com certeza de patente mau uso dessa afirmação — qualquer que seja o modo pelo qual ela pode ser razoavelmente compreendida — dizer que não há nenhum limite para a poupança e o emprego de capital, exceto a dificuldade de obter alimentos. Isso equivale a fundamentar uma teoria sobre o ilimitado desejo humano de consumir; em seguida, supor esse desejo limitado a fim de poupar capital e, desse modo, alterar completamente as premissas; e ainda afirmar que a teoria é válida. Haja sempre um consumo suficiente, quer por parte dos produtores, quer de outros, mantenha-se e aumente-se o valor de troca do produto total, da forma mais eficaz possível, e estarei inteiramente disposto a reconhecer que, crescendo apenas a essa taxa, não existe nenhum outro limite ao emprego do capital nacional senão aquele relativo à restrição da capacidade de manter a população. Mas a mim parece teoricamente muito claro, e a experiência o confirma, que o emprego de um capital que aumentou de maneira muito rápida por meio de hábitos parcimoniosos pode chegar a um limite e, de fato, muitas vezes chega ao limite muito antes do surgimento de qualquer dificuldade na obtenção dos meios de subsistência; e também que tanto o capital como a população podem ser, ao mesmo tempo e durante um longo período, excessivos relativamente à demanda efetiva de produto.

Além disso, poderíamos dizer que considerar apenas a propensão para gastar o que efetivamente se possui é uma visão estreita e parcial das necessidades humanas em geral. Concluir que se uma pessoa recebe 100 mil libras por ano ela não recusará mais 10 mil libras, ou afirmar genericamente que os homens nunca rejeitam meios de aumentar seu poder ou seus prazeres, é considerar apenas uma parte da questão. O mais importante, quando se trata das necessidades humanas, relaciona-se à sua capacidade de realizar os esforços necessários à aquisição de recursos para consumir. É uma verdade incontestável que a riqueza cria necessidades, mas é uma verdade, e ainda mais importante, que as necessidades criam riqueza. Essas duas causas influenciam-se mutuamente, mas a primeira e mais importante é aquela que diz que as necessidades estimulam a produção; e em relação às necessidades, parece que, em vez de se subordinarem às capacidades físicas do homem,

149 *Wealth of Nations*. 6ª ed. Livro Segundo, v. II, cap. II, p. 19.

promovem de todas as formas o desenvolvimento das forças produtivas. A maior dificuldade de transformar um país bárbaro e relativamente despovoado num país civilizado e populoso consiste em fazê-lo assimilar as necessidades que estimulem da melhor forma os esforços para a produção da riqueza. Um dos maiores benefícios do comércio exterior e a razão pela qual sempre parece um ingrediente quase indispensável do desenvolvimento da riqueza é sua tendência de incutir novas necessidades, de formar novos gostos e de fornecer novas motivações à produção. Nem mesmo os países civilizados e desenvolvidos podem passar sem essas motivações. Passar oito horas por dia num escritório não é o mais agradável dos empregos. Um homem de negócios não se submete a ele depois de obtidos os bens de primeira necessidade e conforto mais comuns, a não ser que apareçam motivações adequadas. Entre essas motivações contam-se, indubitavelmente, o desejo de ascensão social e de disputa com os proprietários de terra pela fruição do lazer e dos artigos de luxo estrangeiros e nacionais.

Mas o desejo de fazer fortuna a fim de garantir o futuro da família talvez seja a motivação mais comum para os continuados esforços daqueles cujos rendimentos dependem da habilidade técnica e do empenho pessoal. Podem dizer o que quiserem sobre a virtude da parcimônia ou da poupança enquanto dever *social*, mas não há a menor dúvida de que esse é, em inúmeros casos, um dever *privado*, sagrado e obrigatório; e se essa motivação legítima e louvável para uma contínua dedicação à produção arrefecesse, com certeza a riqueza e a prosperidade do país sofreriam. Mas se, devido à falta de outros consumidores, os capitalistas se vissem obrigados a consumir tudo que não pudesse ser vantajosamente acrescentado ao capital nacional, a motivação que os mantém em suas tarefas cotidianas sofreria uma redução essencial e não se mobilizariam as mesmas forças produtivas.

Concluimos então que, em condições sociais normais, os industriais e os capitalistas, embora tenham a capacidade, não têm a vontade de consumir os bens na medida necessária. E quanto aos trabalhadores, é preciso reconhecer que, se possuem a vontade, não têm a capacidade. Com efeito, é da maior importância observar que a capacidade de consumo das classes trabalhadoras nunca poderá, isoladamente, proporcionar estímulos ao emprego do capital de acordo com as motivações que costumam influenciar a humanidade. Como já disse antes, ninguém jamais empregará capital em função apenas da demanda criada por aqueles que trabalham. A menos que os trabalhadores produzam um valor excedente sobre o que consomem, de um tipo que o capitalista deseja ou que possa trocar vantajosamente por algo que deseje, seja para uso imediato, seja para uso futuro, é óbvio que não empregará seu capital na manutenção dos trabalhadores. Quando esse valor posterior realmente é criado e proporciona estímulo suficiente para a poupança e o emprego do capital, aí com certeza a capacidade de consumo

dos trabalhadores aumentará muito a demanda nacional global e abrirá espaço para o emprego de um capital muito maior.

É desejável que as classes trabalhadoras sejam bem pagas, e por uma razão muito mais importante que aquela relacionada à riqueza, a saber, a felicidade da grande maioria da sociedade. Mas para os que preferem dizer que os consumidores improdutivos não seriam necessários para estimular o aumento da riqueza se as classes produtivas consumissem uma proporção razoável do que produzem, eu observaria que, como um grande aumento de consumo entre as classes trabalhadoras aumenta enormemente o custo da produção, reduz por isso mesmo os lucros e diminui ou destrói a motivação para acumular antes que a agricultura, as manufaturas e o comércio tenham atingido um nível considerável de prosperidade. Se todo trabalhador efetivamente consumisse o dobro da quantidade de trigo que consome neste momento, essa demanda, ao invés de estimular a riqueza, provavelmente levaria ao abandono de grandes extensões de terra e diminuiria muito tanto o comércio interno quanto o externo.

Contudo, o perigo de uma redução de riqueza, devido a essa causa, é decerto muito pequeno. Devido ao princípio da população, todas as tendências levam à direção oposta; e há muito mais razão para temer que as classes trabalhadoras consumam pouco demais para sua satisfação, do que consumam excessivamente a ponto de prejudicar um aumento adequado da riqueza. Só chamei a atenção para isso para mostrar que, supondo um caso tão impossível quanto um consumo muito grande entre os trabalhadores, esse não seria um tipo de consumo que levaria ao máximo a riqueza de um país.

Seria muito bom, por outros motivos que não o do aumento da riqueza, que as classes trabalhadoras não trabalhassem tanto; mas como isso só pode acontecer em função de uma decisão simultânea de todos os trabalhadores, na verdade não pode ocorrer.

Com a única exceção dos efeitos esperados de hábitos prudentes, não há condições para um consumo maior entre as classes trabalhadoras; e, se houvesse, não seria o tipo de consumo mais adequado para estimular o emprego de capital.

Quando à demanda das classes produtoras se soma a dos proprietários de terra, a experiência mostra que os lucros muitas vezes caem prematuramente.

Mas se os industriais não têm vontade de consumir o suficiente, e se os trabalhadores não têm a capacidade de fazê-lo, e se a contribuição dos proprietários de terra não se mostra suficiente, o consumo necessário tem de ocorrer entre os trabalhadores improdutivos de Adam Smith.

Todo país deve ter, necessariamente, um grupo de trabalhadores improdutivos; saber se eles prejudicam ou estimulam a riqueza do país é uma importantíssima questão prática.

A solução dessa questão depende da solução de questões maiores:

1) saber se a motivação para acumular pode ser reduzida por uma insuficiência de demanda, antes de ser restringida pela dificuldade na obtenção de alimentos; e 2) saber se essa redução é provável.

Já tentamos resolver essas duas questões em diferentes partes deste trabalho, e se a resposta está correta, podemos concluir que um grupo de trabalhadores improdutivos é um estímulo necessário à riqueza.

Entre as pessoas que constituem as classes improdutivas, aquelas que são voluntariamente pagas serão consideradas, em geral, as que mais estimulam a produção e as que têm menos possibilidades de serem prejudiciais por interferirem nos custos de produção.

Aquelas que são mantidas por meio de impostos são igualmente úteis com respeito à distribuição e à demanda; freqüentemente ocasionam uma divisão de propriedade mais favorável ao crescimento da riqueza que a divisão que ocorreria de outra forma; asseguram o consumo necessário para proporcionar um estímulo adequado à produção; e o desejo de pagar impostos e ainda assim usufruir dos mesmos meios de consumo muitas vezes serve para estimular os esforços pessoais de maneira tão efetiva quanto o desejo de pagar um advogado ou um médico. Entretanto, para contrabalançar essa vantagem, até agora incontestável, é preciso reconhecer que impostos indevidos podem paralisar o aumento da riqueza em quase todos os períodos de seu crescimento, seja no começo, seja mais tarde;¹⁵⁰ e que mesmo a tributação mais justa pode revelar-se tão pesada que obstrui todos os canais do comércio estrangeiro e nacional e praticamente impede a acumulação.

Portanto, o efeito sobre a riqueza nacional dos trabalhadores improdutivos mantidos pela tributação é muito diferente em diferentes países, e depende inteiramente da produtividade e da maneira pela qual se aumentam os impostos de cada país. Como não é provável que grandes forças produtivas sejam acionadas, ou, uma vez acionadas, possam manter-se sem grande consumo, não tenho dúvidas quanto à existência de exemplos, ocorridos na prática, de como a riqueza nacional é grandemente estimulada pelo consumo daqueles que são mantidos pelos impostos. Como a tributação é um estímulo muito sujeito a todo tipo de abuso, e como é absolutamente necessário aos interesses gerais da sociedade considerar sagrada a propriedade privada, é preciso ter extrema cautela ao confiar a qualquer governo os meios de fazer uma distribuição diferente da riqueza, com vistas ao bem comum. Mas quan-

150 Obrigar o agricultor de certa extensão de terras férteis a manter dois homens e dois cavalos para o Estado pode, em alguns casos, apenas induzi-lo a cultivar mais e criar mais riqueza do que de outra forma o faria. Essa imposição deixá-lo-á tão rico quanto antes, e a nação ficará mais rica. Mas se a mesma obrigação fosse imposta a um agricultor com a mesma extensão de terras pobres, não valeria mais a pena trabalhar a propriedade e a consequência natural seria o abandono do cultivo. Uma tributação indiscriminada e pesada sobre o produto bruto poderia espalhar imediatamente a desolação num país capaz de produzir uma riqueza considerável sob um sistema melhor.

do, seja devido à necessidade, seja por causa de erros, ocorrer uma distribuição diferente, e o mal, no que diz respeito à propriedade privada, já foi efetivamente concretizado, certamente seria muito imprudente tentar, à custa de grande sacrifício temporário, voltar à distribuição anterior sem considerar muito bem se a efetivação dessa volta seria realmente vantajosa, isto é, se nas reais condições do país, com referência à sua produtividade, não se perderia mais devido à falta de consumo do que se ganharia com uma redução de impostos.

Se a distribuição é um elemento necessário da riqueza, é apressado afirmar que a abolição da dívida nacional com certeza aumentaria a riqueza e empregaria pessoas.

Se a produtividade de um país populoso triplicasse, a maior dificuldade seria o meio de distribuição, e dependeria de se encontrar os meios de distribuição adequados para determinar se a maior produtividade seria um grande bem ou um grande mal.

Poder-se-ia questionar se, com a grande produtividade deste país e com sua divisão efetiva da propriedade rural, seria possível proporcionar o mesmo estímulo ao aumento da riqueza sem a distribuição ocasionada pela dívida nacional.

Entretanto, a dívida nacional também tem seus males. É um instrumento de distribuição ao mesmo tempo incômodo e perigoso.

Uma terceira objeção a essa dívida é que agrava muito os males decorrentes das mudanças no valor do dinheiro. Quando o valor do meio de circulação cai, os beneficiários das anuidades, enquanto titulares de rendimentos fixos, são muito injustamente privados da parcela do produto nacional que lhes é devida. Quando o valor do meio de circulação se eleva, a pressão dos impostos necessários para pagar os juros da dívida pode tornar-se de repente tão forte que esgota as classes produtivas;¹⁵¹ e esse tipo de pressão repentina agrava muito a insegurança da propriedade investida em títulos públicos.

Por tudo isso seria desejável diminuir a dívida e desestimular seu crescimento futuro; mas depois de acostumados a grande consumo, não desistimos dele sem passar por um período de grandes dificuldades.

Sei que é uma opinião geral que tudo iria bem se pudéssemos ao menos atenuar o pesado ônus de nossa dívida. E no entanto estou inteiramente convencido de que, se pudéssemos passar uma esponja sobre ela, e se pudéssemos esquecer a pobreza e a miséria dos credores

151 Num país com grande dívida pública, nenhum dever pode ser considerado mais sagrado pelos administradores do governo do que evitar quaisquer variações no meio circulante, além daquelas correspondentes às variações do valor dos metais preciosos. Tenho plena consciência das vantagens temporárias que podem originar-se de uma queda no valor do dinheiro; e talvez seja verdade que parte das dificuldades do ano passado — embora eu acredite que apenas pequena parte — foi ocasionada pela medida tomada recentemente para restaurar o justo valor do meio circulante. Mas alguma providência nesse sentido era indispensável e o Sr. Ricardo merece os agradecimentos do país por ter sugerido uma que tornou a transição mais fácil do que se poderia esperar.

públicos, supondo que vivem confortavelmente em outro país, o resto da sociedade, enquanto nação, ao invés de enriquecer, ficaria mais pobre. É um grave erro supor que os proprietários de terra e os capitalistas estariam dispostos, de repente, ou em curto espaço de tempo, a um consumo adicional tão grande quanto o requerido por tal mudança. Se adotassem a alternativa sugerida pelo Sr. Ricardo num exemplo anterior, de poupar e emprestar os rendimentos assim aumentados, o mal se agravaria dez vezes mais. A nova distribuição do produto diminuiria a demanda dos bens resultantes do trabalho produtivo; e se, além disso, mais rendimentos fossem convertidos em capital, os lucros cairiam a zero, e um número muito maior de pessoas passaria fome devido ao desemprego, do que antes da extinção da dívida.

É provável que os proprietários de terra admittissem mais empregados domésticos, e este seria o melhor remédio nessas circunstâncias, embora a estrutura da sociedade se deteriorasse muito com a mudança.

Com relação aos capitalistas, embora fossem desobrigados de grande parte de seus impostos, mesmo assim, com toda a probabilidade, seus hábitos de poupança, combinados à diminuição do número de consumidores efetivos, levariam a uma queda tal nos preços das mercadorias que reduziria muito a parcela da renda nacional que depende dos lucros; e não tenho dúvidas de que, cinco anos depois de tal evento, não apenas o valor de troca do produto total, estimado em trabalho nacional e estrangeiro, teria diminuído muito, mas também a quantidade total de trigo cultivado seria menor e uma quantidade menor de manufaturas e mercadorias estrangeiras chegaria ao mercado.

Um país que possui terras, trabalho e capital certamente é capaz de se recuperar de uma situação dessas; mas passaria por um período de grande estagnação; e finalmente seria absolutamente necessário haver um grupo de trabalhadores improdutivos, a fim de mobilizar seus recursos.

Já admitimos que as classes produtivas têm a capacidade de consumir tudo o que produzem; e, se essa capacidade fosse usada de forma adequada, não haveria lugar, com vistas à riqueza, para consumidores improdutivos. Mas a experiência mostra que, embora possa haver capacidade, não há vontade; e é para suprir essa vontade que um grupo de consumidores improdutivos se faz necessário. Sua utilidade específica para estimular a riqueza é manter um equilíbrio tal entre produção e consumo que proporcione o maior valor de troca possível aos produtos do esforço produtivo nacional. Se predominasse o trabalho improdutivo, a quantidade comparativamente pequena de produtos materiais levados ao mercado reduziria o valor do produto total, devido à insuficiência da quantidade. Se houvesse um excesso de classes produtivas, o valor do produto total cairia por causa do excesso de oferta. Obviamente é uma proporção adequada entre as duas que proporciona o maior valor e adquire a maior quantidade de trabalho na-

cional e estrangeiro; e podemos concluir com segurança que, entre as causas necessárias àquela distribuição que mantém e aumenta o valor de troca do produto total, é preciso incluir a manutenção de certo número de consumidores improdutivos. Esse número, para representar um estímulo à riqueza e não ser prejudicial, ou constituir um obstáculo, deve variar nos diferentes países e em diferentes momentos, de acordo com a produtividade; e o resultado mais favorável depende, evidentemente, da proporção entre consumidores produtivos e improdutivos mais bem adaptada aos recursos naturais do solo e aos gostos e hábitos adquiridos pelo povo.

Seção X

Aplicação de alguns princípios anteriores às dificuldades das classes trabalhadoras a partir de 1815, com observações gerais

As dificuldades das classes trabalhadoras têm sido atribuídas à insuficiência de capital. O capital pode ser insuficiente relativamente à população e mesmo assim não ser insuficiente comparativamente à sua demanda efetiva.

Se 1/4 do capital de um país fosse destruído de repente, ou levado para outro país, os lucros seriam altos, e a poupança seria o remédio necessário.

Por outro lado, se o capital de um país se reduzisse em decorrência do colapso de alguns setores comerciais que antes haviam sido muito prósperos e absorviam grande quantidade de capital, ou mesmo se o capital fosse destruído de repente e, devido a circunstâncias peculiares, se seguisse um período de consumo menor e de pouca demanda, a situação seria quase totalmente invertida, com exceção das dificuldades dos pobres. Os capitalistas restantes não se beneficiariam, de forma alguma, com os eventos que diminuíram a demanda de maneira ainda mais acentuada que o capital. As mercadorias seriam baratas em toda parte. O capital procuraria empregar-se, mas não seria fácil consegui-lo, e seus lucros seriam baixos. Não haveria nenhuma demanda imediata e urgente de capital porque não haveria nenhuma demanda imediata e urgente de mercadorias; nessas circunstâncias, a poupança de rendimentos para aumentar o capital, ao invés de constituir o remédio necessário, apenas agravaria as dificuldades dos capitalistas e engrossaria o fluxo de capital saindo do país. As dificuldades dos capitalistas seriam agravadas exatamente pelas mesmas razões pelas quais pioraria a situação das classes trabalhadoras, caso fossem incentivadas a se casar e a multiplicar-se, depois da redução considerável da população, mesmo que essa redução fosse acompanhada de uma destruição ainda maior do capital que havia mantido em nível muito baixo os salários

do trabalho. Com certeza haveria grande insuficiência de população comparativamente ao território e aos recursos do país, e seria muito desejável que a população fosse maior; mas se os salários do trabalho ainda fossem baixos, apesar da diminuição do número de pessoas, incentivar o nascimento de mais crianças equivaleria antes a fomentar a miséria e a mortalidade que promover o aumento da população.

Eu perguntaria agora de qual dessas duas suposições a situação atual de nosso país mais se aproxima. Da última, certamente. A ocorrência de grande perda de capital nos últimos tempos é inquestionável. Durante quase toda a guerra, devido à combinação de grande produtividade com grande consumo e grande demanda, a prodigiosa destruição de capital concretizada pelo governo foi inteiramente reposta. Duvidar disso é fechar os olhos para a situação do país em 1792 comparativamente a 1813. Os dois últimos anos de guerra foram, porém, dois anos de despesas extraordinárias, e como a eles se seguiu um período marcado por uma estagnação profunda da demanda, a destruição de capital ocorrida nesses anos provavelmente não foi compensada. Mas essa estagnação foi muito mais desastrosa em seus efeitos sobre o capital nacional, e mais ainda sobre a renda nacional, do que qualquer destruição anterior de capital. Certamente começou com a queda extraordinária do valor dos produtos agrícolas, que chegou, supõe-se, a quase 1/3. Quando essa queda diminuiu o capital dos arrendatários, e ainda mais os rendimentos conjuntos de proprietários de terra e arrendatários, sua capacidade de comprar manufaturas e produtos estrangeiros necessariamente se reduziu muito. A insuficiência da demanda nacional encheu os depósitos de mercadorias com artigos não vendidos, o que levou à exportação em maior escala, a qualquer custo. Mas essa exportação excessiva saturou todos os mercados estrangeiros e impossibilitou aos comerciantes receberem retornos adequados, enquanto, devido à redução dos rendimentos nacionais agravada por uma contração súbita e extraordinária do meio circulante, mesmo os retornos comparativamente escassos obtidos no exterior encontraram uma demanda nacional muito deficiente, e os lucros e conseqüentes despesas dos comerciantes e dos fabricantes baixaram proporcionalmente. Enquanto ocorriam essas mudanças desfavoráveis nas rendas e nos lucros, o poderoso estímulo dado ao crescimento da população durante a guerra continuou a fornecer novos contingentes de trabalhadores e, com a ajuda de soldados e marinheiros que haviam dado baixa, mais a insuficiência da demanda decorrente das perdas dos arrendatários e dos comerciantes, reduziu de modo geral os salários do trabalho, e de modo geral reduziu o capital e a renda do país, não apenas proporcionalmente à alteração do valor do meio circulante, mas em relação ao valor metálico dos produtos e à capacidade desse valor metálico adquirir trabalho nacional e estrangeiro. Durante os quatro ou cinco anos após a guerra, devido à mudança na distribuição do

produto nacional e à falta de consumo e de demanda causadas por essa mudança, houve uma marcada redução na produção, e a população, sob a influência do impulso anterior, aumentou, não apenas mais rapidamente que a demanda de trabalho mas também mais rapidamente que a produção efetiva; essa produção, entretanto, embora insuficiente em relação à população e em relação a períodos anteriores, era excessiva relativamente à sua demanda efetiva e aos rendimentos disponíveis para comprá-la. Embora o trabalho fosse barato, não havia nem capacidade nem vontade de empregá-lo em sua totalidade, porque não só o capital do país havia diminuído, relativamente ao número de trabalhadores, mas também, devido à redução dos rendimentos do país, as mercadorias que esses trabalhadores produziriam não eram requisitadas em quantidade suficiente para assegurar lucros razoáveis ao capital reduzido.

Mas quando os lucros são baixos, e por causa disso o capital emigra, incentivar a poupança assemelha-se à política de favorecer casamentos quando a população está passando fome e emigrando.

A baixa atual de nossos lucros tem sido atribuída ao cultivo de terras pobres, à pesada tributação e às restrições ao comércio; mas é difícil admitir uma explicação de nossas dificuldades que seja incompatível com a explicação de nossa prosperidade.

Qualquer que seja a tendência final decorrente dessas causas, como o país prosperou de forma inusitada quando elas existiam em grau maior que no presente momento, devemos procurar em outra parte as fontes imediatas das dificuldades atuais.

É muito difícil dizer até que ponto as medidas de política econômica e, em particular, as mudanças no valor de nosso meio circulante, atuando sobre uma dívida nacional muito grande, agravaram as dificuldades pelas quais temos passado. Mas estou inteiramente convencido de que uma nação que não cultiva terras pobres, que não paga impostos nem cria novas restrições ao comércio pode passar por grande parte dessas mesmas dificuldades.

Todos concordam que, se um país extenso, consideravelmente fértil e que possua um bom sistema de comunicações no interior fosse cercado por um muro intransponível, ele poderia ser razoavelmente rico, mas não tão rico quanto seria se desfrutasse dos benefícios do comércio exterior. Pois bem, supondo que esse país chegasse aos poucos a um consumo considerável, induzisse e empregasse grandes inovações na produção e poupasse anualmente apenas aquela parcela de sua renda que poderia acrescentar ao seu capital da forma mais vantajosa, gastando o resto em artigos de consumo e em trabalho improdutivo, é evidente que, com tal equilíbrio entre produção e consumo, esse país aumentaria sua riqueza e sua população de modo consideravelmente rápido. Mas se, de acordo com o princípio apresentado pelo Sr. Say segundo o qual o consumo de uma mercadoria é uma redução da demanda, a sociedade diminuísse muito, e de maneira geral, o seu con-

sumo para aumentar o capital, não há a menor dúvida de que, segundo o grande princípio da oferta e da procura, os lucros dos capitalistas logo se reduziriam a zero, a despeito de não haver terras pobres sendo cultivadas; e a população ficaria desempregada e passaria fome, embora não houvesse um único imposto nem qualquer restrição ao comércio.

Talvez se possa dizer que a situação da Europa e da América se assemelha a essa situação; e a estagnação, tão geralmente sentida e lamentada desde a guerra, me parece inexplicável segundo os princípios dos que vêm na capacidade produtiva o único fator de riqueza, concluindo em consequência que, se a capacidade produtiva aumenta, com certeza a riqueza aumenta proporcionalmente. Pois bem, não há dúvida de que o fim da guerra aumentou a capacidade produtiva e que mais pessoas e mais capital estavam disponíveis para investimento no trabalho produtivo, mas, apesar desse aumento óbvio da capacidade produtiva, ouvimos falar por toda parte de dificuldades e de pobreza, em vez de ouvirmos falar de facilidades e abundância. Nos Estados Unidos da América, em particular, um país com extraordinários recursos físicos, as dificuldades pelas quais tem passado são tais e tão espantosas que dificilmente poderíamos prevêê-las. Essas dificuldades ao menos não podem ser atribuídas ao cultivo de terras pobres, a restrições ao comércio e ao excesso de impostos. A situação geral do mundo comercial do pós-guerra mostra claramente que é necessário algo mais além de um aumento de capacidade produtiva para um aumento contínuo de riqueza.

Pode-se admitir que a transição da guerra para a paz, da qual tanto se fala, é a principal causa dos efeitos observados; mas não da forma pela qual essa influência costuma ser explicada. Geralmente se diz que não houve tempo de transferir o capital dos setores em que é excessivo para aqueles em que é insuficiente, restaurando assim o necessário equilíbrio. Mas não posso acreditar que essa transferência exija tanto tempo quanto o que já decorreu desde a guerra. E eu perguntaria novamente: onde estão os setores com insuficiência de capital que, segundo essa hipótese, devem ser numerosos e devem estar preparados para absorver todo o excedente de capital que evidentemente está saturando os mercados europeus em tantos ramos de negócio? Os donos do capital flutuante sabem muito bem que nenhum desses setores está à vista no momento; e se a transição em questão explicasse o que houve, teria produzido outros efeitos além daqueles decorrentes da dificuldade de deslocar o capital. Penso que isso se deve à grande redução do volume total de consumo e de demanda. As mudanças necessárias nos ramos de negócio podem efetivar-se em um ou dois anos; mas a redução geral de consumo e de demanda, gerada pela transição dessa guerra para a paz, pode durar um período considerável. Os impostos restituídos e o excesso de ganhos individuais sobre as despesas, que foram tão amplamente usados como rendimentos durante a guerra, agora são, em parte, e provavelmente uma parte considerável, poupa-

dos. Não tenho dúvidas de que em nosso país, por exemplo, muitas pessoas aproveitaram a oportunidade de poupar uma parte dos impostos sobre a propriedade que foram restituídos, em particular aqueles que só percebiam rendas vitalícias e que, contrariando os princípios de uma tributação justa, foram tributados segundo a mesma taxa que aqueles cujos rendimentos originam-se da realização da propriedade. Essa poupança é natural e adequada e não constitui argumento justo para a extinção do imposto; mas contribui para explicar a causa da demanda menor de mercadorias, comparativamente à sua oferta desde a guerra. Se alguns dos principais governos interessados gastam os impostos coletados de maneira a criar uma demanda maior e mais segura de trabalho e de mercadorias, em particular de trabalho, do que o fazem os donos dos recursos, e se essa diferença de gastos dura algum tempo, não nos podemos surpreender com a duração dos efeitos decorrentes da transição da guerra para a paz.

Esse consumo reduzido funcionou de maneira muito diferente em diferentes países. Ajudou alguns e afligiu outros. Os que menos sofreram com a guerra foram os que mais sofreram com a paz.

A pobreza que se seguiu à paz é uma combinação infeliz de fatores; mas é preciso lembrar que surgiu de circunstâncias especiais que, no mesmo grau, não estão ligadas necessariamente ao término de uma guerra.

Quanto aos males que provavelmente se fazem sentir em decorrência de súbita redução do consumo, a política que muitas vezes recomenda o aumento anual da produção para a guerra pode ser contestada.

Se o país fosse pobre, um sistema de tributação como esse frustraria completamente seus esforços. Sem dúvida alguma reduziria o capital a cada ano e a cada ano seria mais desastroso manter a produção para a guerra, até que o país se visse obrigado a submeter-se ao inimigo por causa da absoluta impossibilidade de continuar opondo-se a ele efetivamente. Por outro lado, se o país fosse rico e tivesse grande capacidade produtiva, que provavelmente seria impulsionada ainda mais pelo estímulo de um grande consumo, ele poderia pagar, com seus rendimentos, os pesados impostos que lhe foram fixados e ainda encontrar meios para realizar uma acumulação adequada; mas se esse processo tivesse alguma duração e os hábitos do povo se acomodassem a essa escala de gastos públicos e privados, não há nenhuma dúvida de que, no final da guerra, quando uma quantidade enorme de impostos pudesse ser imediatamente restituída aos que os pagaram, o equilíbrio entre produção e consumo seria completamente destruído, seguindo-se um período, maior ou menor, de acordo com as circunstâncias, em que haveria uma profunda estagnação em todos os setores produtivos, acompanhada da pobreza geral que habitualmente lhes é concomitante.

Embora seja necessário poupar a fim de recuperar o capital que o país perdeu, mesmo assim, se os lucros são baixos e incertos, a poupança não é o primeiro passo necessário.

O que o país precisa é de uma renda nacional maior, ou de um aumento no valor de troca de seu produto total. Quando se consegue isso, a poupança produz bons resultados.

Já tentamos responder a questão relativa aos meios para conseguir esse aumento da renda nas últimas seções deste capítulo.

Não se obtém um aumento de renda de maneira tão simples quanto se consegue um aumento na proporção do capital relativamente à renda.

Contudo, ainda é da maior importância saber qual é o objetivo imediato a ser atingido a fim de que, ainda que não possamos fazer muita coisa para atingi-lo, pelo menos não façamos, por ignorância, muita coisa para retardá-lo. Quanto à primeira causa que mencionei, que tende a aumentar o valor de troca do produto nacional, a saber, a divisão da propriedade rural, já apresentei as razões que me fazem pensar que, na situação efetiva e peculiar deste país, a abolição do direito de primogenitura traria mais mal do que bem; e não há nenhuma outra forma pela qual se pudesse efetivar outra divisão de terras compatível com o devido respeito à grande lei fundamental da propriedade, da qual sempre dependem o progresso da civilização, os aperfeiçoamentos técnicos e a riqueza. Mas se a *distribuição*, em certa medida, for uma das principais causas desse aumento, embora seja desaconselhável interferir diretamente na atual divisão de terras deste país, pode-se com razão perguntar se os males decorrentes da dívida nacional não são mais que compensados pela distribuição da propriedade e pelo crescimento das classes médias da sociedade, que essa distribuição necessariamente cria; e também se, ao poupar para pagar a dívida, não estaremos nos submetendo a um sacrifício doloroso que, se atingir o objetivo, quaisquer que sejam os outros benefícios que possa proporcionar, não levará a uma distribuição de riqueza muito menos conveniente. Ao reduzir muito a dívida nacional, caso sejamos capazes de fazer isso, talvez cheguemos a uma posição mais segura, e essa é, sem dúvida, uma consideração importante; mas aqueles que pensam que com grande redução da dívida, ou com sua destruição imediata, podemos enriquecer e empregar toda a classe trabalhadora, sofrerão um profundo desapontamento.

Pode haver maior liberdade comercial sem que isso diminua a renda dos consumidores. Os efeitos permanentes da instauração do livre comércio com a França certamente seriam benéficos.

Mas ao observarmos mudanças desse tipo, devemos ter em mente a advertência de Adam Smith, que se aplica particularmente ao ramo da seda.

Quando a abertura de qualquer comércio produz uma pobreza temporária, é porque isso diminui por algum tempo o valor de troca do produto total; mas, em geral, a ampliação do comércio aumenta esse valor.

O conhecimento dos efeitos dos consumidores improdutivos sobre a riqueza nacional leva-nos a ter mais prudência em nossos esforços de reduzir seu número.

Obras públicas, abertura e manutenção de estradas e a tendência das pessoas de posses a aumentarem os seus bens e a manterem mais empregados domésticos são os meios mais diretos ao nosso alcance para restaurar a demanda de trabalho.

Se pela atuação dessas três causas, quer em separado, quer em conjunto, conseguirmos que a oferta e o consumo mantenham uma proporção mais vantajosa, um em relação ao outro, de modo a aumentar o valor de troca do produto total, então a taxa de lucros pode subir tanto, permanentemente, quanto permitir a qualidade do solo cultivado combinada à efetiva capacidade técnica dos agricultores,¹⁵² o que, no momento, está longe de acontecer. E tão logo o capitalista possa começar a poupar com base em lucros regulares e crescentes, em vez de poupar reduzindo as despesas, isto é, tão logo a renda nacional, estimada em ouro e na capacidade desse ouro adquirir trabalho nacional e estrangeiro, comece a crescer anualmente de maneira regular, a partir daí poderemos recuperar efetivamente o capital perdido pelo processo habitual de poupar uma parcela de nossos rendimentos aumentados para acrescentar ao capital.

Muitos pensam que a renda de um país aumentaria mais efetivamente e que o equilíbrio do consumo seria restaurado por meio de grande emissão de papel-moeda; mas essa opinião repousa sobre uma concepção errônea dos efeitos de um meio circulante depreciado.

Uma grande emissão de papel-moeda teria agora um efeito muito diferente daquele que ocasionou durante a guerra.

Talvez um aumento repentino do meio circulante e uma maior facilidade de obter empréstimos proporcionasse, em quaisquer circunstâncias, um estímulo temporário aos negócios, mas seria apenas temporário. Sem grandes gastos por parte do governo e sem uma conversão freqüente de capital em renda, a grande produtividade obtida pelos capitalistas, atuando sobre a menor capacidade aquisitiva dos detentores de rendimentos fixos, não deixaria de ocasionar uma saturação ainda maior de mercadorias do que a que percebemos neste momento; e a experiência já mostrou suficientemente que o papel-moeda não mantém os preços nessas circunstâncias. Na história de nossas operações com o papel-moeda, verificamos que a abundância ou escassez do meio circulante seguiu-se à ocorrência de preços altos ou baixos, acen-

152 Os lucros do capital não podem ser superiores àqueles que a terra permite, mas podem ser menores em qualquer grau. A grande diferença entre o Sr. Ricardo e eu, em relação a esse ponto, é que o Sr. Ricardo pensa que os lucros são *regulados* pelas condições da terra; eu acho que são apenas *limitados* por elas em seu nível superior, e que, se o capital é abundante, comparativamente à demanda de mercadorias, os lucros podem ser mais ou menos baixos, apesar da fertilidade da terra.

tuando-os, mas raramente, ou nunca, levou a eles; e é da maior importância lembrar que, no final da guerra, os preços caíram antes de começar a contração do meio circulante. Com efeito, foi a queda dos preços que arruinou os bancos do país e nos mostrou a base frágil sobre a qual repousava o excesso de papel-moeda. Essa contração súbita agravou muito, sem dúvida alguma, as dificuldades dos comerciantes e de todo o país; e é exatamente por essa razão que devemos fazer todos os esforços possíveis para evitar uma ocorrência dessas no futuro. Mas que não sejam aqueles esforços no sentido de tentar inutilmente manter os preços mediante emissões forçadas de papel-moeda, desafiando ao mesmo tempo as leis da justiça e os grandes princípios da oferta e da procura, mas no único sentido eficiente, ou seja, de manter nosso papel-moeda com o mesmo valor da moeda que representa, não permitindo nenhuma outra flutuação além daquelas inerentes aos metais preciosos.

Em relação à principal teoria apresentada na última parte deste trabalho, a saber, que o crescimento da riqueza depende de proporções, talvez possam fazer-lhe objeções dizendo que ela necessariamente abre caminho para diferenças de opinião relativas a essas proposições e assim lança uma espécie de incerteza sobre a ciência da Economia Política, que não se supunha ser-lhe própria. Todavia, se após um exame cuidadoso verifica-se que a teoria está correta; se ela explica adequadamente as coisas como elas são e esclarece de modo coerente o porquê dos erros freqüentes com respeito ao futuro, é preciso reconhecer que essas objeções estão respondidas. Não podemos tornar uma ciência mais exata por meio de desejos ou de opiniões; mas é evidente que podemos fazê-la muito menos exata em suas aplicações por acreditar ser ela o que não é.

Contudo, embora não possamos apresentar uma regra segura para enriquecer, e dizer que uma nação aumentará sua riqueza na proporção exata em que poupa de sua renda e acrescenta essa poupança ao capital, não estamos sem diretrizes mesmo nas partes menos exatas da ciência, mesmo naquelas partes relativas às proporções entre produção e consumo; e se observarmos as grandes leis da oferta e da procura, em geral elas nos levarão para a direção certa. O Sr. Ricardo diz com muita justeza que “o arrendatário e o manufator não podem viver sem lucros, assim como o trabalhador não pode viver sem salário. Sua motivação para acumular diminui a cada redução dos lucros, e cessará imediatamente quando os lucros forem tão baixos que não lhes proporcionem mais uma compensação adequada para seus esforços e para o risco que necessariamente têm de assumir ao empregar produtivamente o seu capital”.¹⁵³ O Sr. Ricardo aplica essa passagem à queda

necessária e final dos lucros ocasionada pelas condições da terra. Eu a aplicaria sempre a todos os vários períodos compreendidos entre o primeiro e o último estágio do cultivo. Sempre que o capital aumenta rápido demais, a motivação para acumular diminui e surge uma tendência natural a gastar mais e poupar menos. Quando os lucros se elevam, a motivação para acumular aumenta e surge a tendência a gastar uma proporção menor dos ganhos e poupar a maior parte. Essas tendências, atuando sobre os indivíduos, leva-os ao meio-termo que seria alcançado com mais freqüência se não fossem estorvados por uma legislação inadequada ou por exortações pouco sábias. Se todo indivíduo que poupa está a favor de seu país, deduz-se que todos os que gastam seus rendimentos, embora não sejam totalmente inimigos, como os esbanjadores, devem ser vistos como pessoas que não cumprem o dever de beneficiar seu país e de empregar as classes trabalhadoras quando podem; e esse não é um pensamento agradável para aqueles cuja despesa com moradia, móveis, carruagens e alimentação certamente admitiria grande redução com muito pouco sacrifício do conforto real. Mas se na realidade a poupança é um benefício nacional, ou uma desvantagem nacional, segundo as circunstâncias do momento; e se essas circunstâncias são descritas da melhor forma pela taxa de lucros, esse é, com certeza, um assunto no qual o interesse individual não precisa de nenhum auxílio externo.

Como já disse antes, poupar é, em inúmeros casos, um dos mais sagrados deveres pessoais. É difícil dizer em que medida a compreensão correta desse dever, somada ao desejo de melhorar de condição — desejo esse tão profundamente arraigado no coração humano —, pode às vezes, em certas condições sociais, gerar uma tendência mais acentuada à parcimônia do que seria compatível com o estímulo mais efetivo do desenvolvimento da riqueza pública; e ainda que essa tendência, deixada a si mesma, seja muito forte ou muito fraca, ninguém pode pensar em interferir nela, nem mesmo em imaginação. Entretanto, não há motivos para dar-lhe uma sanção adicional qualificando-a de dever público. O mercado do capital nacional será suprido, com os outros mercados, sem a ajuda do patriotismo. E deixando toda a questão da poupança ser tratada pela atuação espontânea dos interesses e sentimentos individuais, nós nos adaptaremos melhor àquele grande princípio da Economia Política apresentado por Adam Smith, que nos ensina o axioma geral, suscetível de muito poucas exceções, de que a riqueza fica mais garantida se se permite que cada pessoa, à medida que segue as leis da justiça, satisfaça seus interesses à sua própria moeda.

Embora a ciência da Economia Política se aproxime mais, por sua própria natureza, da ciência ética ou política que da matemática, mesmo assim, se seus princípios baseiam-se numa experiência suficientemente ampla, raramente sua aplicação desapontará nossas justas expectativas.

Existe ainda outra objeção que provavelmente será feita às concepções apresentadas na parte final deste trabalho, da qual gostaria muito de me preservar. Se os princípios aqui apresentados são verdadeiros, certamente se conclui que a extinção súbita dos impostos muitas vezes se fará acompanhar de efeitos muito diferentes dos que, em geral, se poderiam esperar, particularmente com relação às classes trabalhadoras da sociedade. E talvez dessa conclusão possamos deduzir algo a favor da tributação. Mas a dedução correta a se tirar daí é que a tributação nunca deve ser imposta numa carga maior do que a necessidade justifica, e, em particular, devem-se empregar todos os esforços compatíveis com a honra e a segurança nacionais para impedir que os gastos sejam tão grandes que provoquem a ruína e não possam ser suspensos sem acarretar dificuldades.

Mesmo admitindo que o estímulo de um gasto público prodigioso, e da tributação necessária para mantê-lo, baseada em extraordinária capacidade produtiva, pode, em circunstâncias especiais, aumentar a riqueza de um país num grau muito superior ao que aumentaria de outra forma; mesmo assim, como até a maior das capacidades produtivas é finalmente vencida pelo empréstimo excessivo, e como uma miséria maior entre as classes trabalhadoras será a consequência inevitável, quer continuemos, quer tentemos voltar, com certeza seria muito melhor para a sociedade que a riqueza não tivesse crescido daquela maneira. Ela é como a força anormal gerada por um estimulante violento que, se não é absolutamente necessário, deveria ser evitado a todo custo, por causa da exaustão que sempre o acompanha.

É dever dos governos evitar a guerra, quando possível; mas se ela é inevitável, é dever dos governos regular as despesas de modo a produzir a menor flutuação possível da demanda.

Outras classes muitas vezes se beneficiam com a extinção dos impostos; mas nada pode compensar as classes trabalhadoras da falta de demanda de trabalho.

Mencionar esses fatos não significa estar a favor da tributação, mas sim apresentar razões adicionais contra sua imposição sem que seja muito necessária.

As classes trabalhadoras sofrem mais por causa dos baixos salários na adversidade do que se beneficiam com altos salários na prosperidade. Os interesses da grande maioria da sociedade requerem paz e despesas regradas.

THOMAS ROBERT MALTHUS

ENSAIO SOBRE A POPULAÇÃO*

Tradução de Antonio Alves Cury

* Traduzido de *Population: The First Essay*. Ann Arbor Paperbacks, The University of Michigan Press, 1959.

PREFÁCIO

Este ensaio se originou de uma conversa com um amigo acerca do tema do ensaio do Sr. Godwin sobre a avareza e a prodigalidade, no seu *Enquirer*. A discussão começou com a questão geral sobre o aperfeiçoamento futuro da sociedade, e o autor tinha inicialmente a intenção de simplesmente expressar ao amigo seus pensamentos por escrito de uma forma mais clara do que pensava que poderia fazê-lo numa conversa. Como o assunto se lhe apresentou, ocorreram algumas idéias que ele não se lembrava de ter percebido antes, e como pensou que qualquer mínimo esclarecimento sobre um tema, no geral tão interessante, poderia ser recebido com boa vontade, resolveu organizar seus pensamentos de forma adequada para publicação.

O ensaio poderia ter sido, sem dúvida alguma, muito mais completo, mediante uma compilação de maior número de fatos na elucidação da argumentação geral. Mas uma longa e quase completa interrupção por causa de muitos negócios particulares, aliada a uma vontade (talvez imprudente) de não atrasar muito além do prazo que originariamente se propunha, impediram o autor de dar ao assunto uma completa atenção. Ele supõe, contudo, que os fatos que expôs não servirão de base para criar nenhuma evidência sem valor, por causa da validade de sua opinião com relação ao aperfeiçoamento futuro da humanidade. Atualmente, da forma que o autor concebe esta opinião, pouco mais lhe ocorre ser necessário para fundamentá-la do que uma simples afirmação, além da mais superficial visão da sociedade.

É uma verdade óbvia, observada por muitos escritores, que a população deve sempre ser mantida abaixo do nível dos meios de subsistência; mas nenhum escritor que o autor cita investigou particularmente os meios pelos quais esse nível é atingido; é uma concepção desses meios que constitui, no seu modo de pensar, o mais forte obstáculo no caminho de um grande aperfeiçoamento futuro da sociedade. O autor espera que essa concepção surja da discussão deste interessante assunto porque ele é movido unicamente por amor à verdade e não por preconceito contra qualquer grupo de homens ou de opiniões. O

autor afirma ter lido alguns estudos sobre o aperfeiçoamento futuro da sociedade com uma disposição de ânimo muito diferente do desejo de achá-los visionários, mas ele não adquiriu aquele domínio sobre o seu conhecimento que lhe possibilitaria crer no que queria, sem a evidência, ou recusar sua aprovação ao que poderia ser desagradável quando seguido da evidência.

Esse ponto de vista que o autor formulou sobre a vida humana tem um aspecto sombrio mas ele percebe conscientemente que extraiu essas negras tintas de uma convicção de que elas estão realmente no quadro e não de uma visão parcial ou de uma depressão inerente ao temperamento. O pensamento teórico que ele esboçou nos dois últimos capítulos explica sua própria interpretação, de maneira satisfatória no que diz respeito à existência da maioria dos males da vida, mas se ele terá os mesmos efeitos sobre os outros, deve ser deixado ao julgamento de seus leitores.

Se o autor lograsse atrair a atenção dos homens mais capazes para o que ele admite ser a principal dificuldade no caminho para o aperfeiçoamento da sociedade e conseqüentemente tivesse essa dificuldade removida, mesmo na teoria, de bom grado, ele mudaria suas atuais opiniões e se alegraria com a certeza de seu erro.

7 de junho de 1798

SUMÁRIO

- CAPÍTULO I** — A questão formulada. — Pequena perspectiva para sua determinação a partir do antagonismo de suas partes opostas. — O principal argumento contra a perfectibilidade do homem e da sociedade nunca foi respondido adequadamente. — A natureza da dificuldade decorrente da população. — Resumo do principal argumento do ensaio 243
- CAPÍTULO II** — As diferentes proporções em que crescem a população e o alimento. — As conseqüências necessárias dessas diferentes proporções de crescimento. — A oscilação produzida por elas na condição das classes mais baixas da sociedade. — Razões pelas quais essa oscilação não foi tão estudada como se poderia esperar. — Três proposições de que depende o argumento geral do ensaio. — Os diferentes estágios que a humanidade experimentou, apresentados em uma análise com relação a essas três proposições 249
- CAPÍTULO III** — O estágio selvagem ou da caça, revisto resumidamente. — O estágio do pastoreio ou as tribos de bárbaros que invadiram o Império Romano. — A superioridade do poder de crescimento da população em comparação com os meios de subsistência. — A causa do grande fluxo da emigração setentrional 255
- CAPÍTULO IV** — O estágio das nações civilizadas. — A probabilidade de que a Europa seja hoje muito mais populosa do que na época de Júlio César. — O melhor critério sobre o crescimento da população. — O provável erro de Hume num dos critérios que ele propõe como auxiliar de uma estimativa da população. — O lento crescimento da população na atual idade, na maioria dos Estados da Eu-

ropa. — Os dois principais obstáculos ao crescimento da população. — O primeiro, ou obstáculo preventivo, analisado com relação à Inglaterra 261

CAPÍTULO V — O segundo, ou obstáculo positivo ao crescimento da população na Inglaterra. — A verdadeira causa pela qual a imensa soma arrecadada na Inglaterra para os pobres não melhora sua condição. — A forte tendência das leis dos pobres para invalidar seu próprio objetivo. — O paliativo proposto para a miséria dos pobres. — A absoluta impossibilidade decorrente das leis fixas de nossa natureza de que a pressão da necessidade possa ser sempre completamente eliminada das classes baixas da sociedade. — Todos os obstáculos ao crescimento da população podem ser reduzidos à miséria e ao vício 267

CAPÍTULO VI — As novas colônias. — As razões de seu rápido crescimento. — As colônias norte-americanas. — O excepcional exemplo de crescimento dos núcleos coloniais afastados. — A rapidez com que mesmo os velhos Estados se recuperaram das devastações da guerra, da peste, da fome ou dos cataclismos da natureza 277

CAPÍTULO VII — A provável causa das epidemias. — Algumas das tabelas do Sr. Susmilch. — Repetições periódicas de estações insalubres previstas em determinados casos. — A proporção de nascimentos em comparação com os óbitos, em qualquer país e em breves períodos: um critério inadequado do crescimento real médio da população. — O melhor critério de um permanente crescimento da população. — A grande escassez dos meios de vida, uma das causas da fome na China e no Hindustão. — A má intenção de um dos artigos do Projeto de Lei dos Pobres do Sr. Pitt. — Um único caminho adequado para estimular o crescimento da população. — As causas da prosperidade das nações. — Fome, o último e mais pavoroso método pelo qual a natureza reprime o excesso da população. — As três proposições consideradas como demonstradas 281

CAPÍTULO VIII — O Sr. Wallace. — O erro de se supor que a dificuldade provocada pela população está a uma grande distância. — O esboço do Sr. Condorcet sobre o progresso do espírito humano. — Período em que a oscilação mencionada pelo Sr. Condorcet deve ser aplicada à espécie humana 291

- CAPÍTULO IX — A conjectura do Sr. Condorcet a respeito da perfectibilidade orgânica do homem, e a continuação indefinida da vida humana. — A falácia do argumento que infere um progresso ilimitado de um aperfeiçoamento parcial; o limite que não pode ser verificado, exemplificado com a procriação dos animais e o cultivo das plantas 295
- CAPÍTULO X — O sistema de igualdade do Sr. Godwin. — O erro de se atribuir todos os vícios da humanidade às instituições humanas. — A primeira resposta, totalmente insuficiente, do Sr. Godwin à dificuldade resultante da população. — O belo sistema de igualdade do Sr. Godwin supostamente realizável. — Sua completa destruição, simplesmente a partir do princípio da população, no curto prazo de trinta anos 301
- CAPÍTULO XI — A conjectura do Sr. Godwin a respeito da extinção futura da paixão entre os sexos. — Pequenas bases tangíveis para tal suposição. — A paixão amorosa conciliável com a razão ou com a virtude 313
- CAPÍTULO XII — A conjectura do Sr. Godwin com respeito à continuação indefinida da vida humana. — Inferência inexata a partir dos efeitos dos estimulantes mentais sobre a estrutura humana, exemplificados em várias situações. — Conjecturas não fundamentadas em algumas indicações do passado não devem ser consideradas conjecturas filosóficas. — A conjectura do Sr. Godwin e do Sr. Condorcet quanto ao acesso do homem à imortalidade na terra: um curioso exemplo da inconseqüência do ceticismo 317
- CAPÍTULO XIII — O erro do Sr. Godwin em considerar demasiadamente o homem do ponto de vista de um ser simplesmente racional. — No complexo ser que é o homem, as paixões sempre atuarão como forças perturbadoras nas decisões da inteligência. — Os raciocínios de Godwin sobre o tema da coerção. — Algumas verdades por natureza não comunicáveis de um homem para outro 327
- CAPÍTULO XIV — As cinco proposições não fundamentadas do Sr. Godwin com relação à verdade política, das quais depende todo o seu trabalho. — Razões que temos para admitir, dada a miséria provocada pelo princípio de população, que os vícios e a fraqueza moral do homem nunca poderão ser totalmente erradicados. — A perfectibilidade,

no sentido em que o Sr. Godwin usa o termo, não aplicável ao homem. — A natureza da real perfectibilidade do homem devidamente explicada 333

CAPÍTULO XV — Modelos demasiado perfeitos podem, algumas vezes, mais impedir do que promover o aperfeiçoamento. — O ensaio do Sr. Godwin sobre a avareza e a prodigalidade. — A impossibilidade de dividir pacificamente entre todos o trabalho necessário de uma sociedade. — Os ataques ao trabalho podem produzir o mal presente com pouca ou nenhuma possibilidade de se conseguir um bem futuro. — Um crescimento do volume do trabalho agrícola deve sempre ser um benefício para o trabalhador 339

CAPÍTULO XVI — O provável erro do Dr. Adam Smith em apresentar todo o aumento da renda ou do capital de uma sociedade como um aumento dos fundos para a manutenção do trabalho. — Situações em que um aumento da riqueza pode não apresentar nenhuma tendência para melhorar a condição do trabalho do pobre. — A Inglaterra cresceu em riquezas sem um aumento proporcional dos fundos para a manutenção do trabalho. — A situação dos pobres da China não melhorou pelo aumento dos bens produzidos pelas manufaturas 347

CAPÍTULO XVII — A questão da definição adequada da riqueza de um Estado. — A explicação dada pelos economistas franceses para considerar todos os manufatores como trabalhadores improdutivos não é a verdadeira explicação. — O trabalho dos artífices e dos manufatores é muito produtivo para os indivíduos, não, porém, para o Estado. — Um notável trecho dos dois volumes de estudos do Dr. Price. — O erro do Dr. Price em atribuir a prosperidade e o rápido povoamento da América principalmente a seu particular estágio de civilização. — Nenhum proveito pode ser esperado se fechamos nossos olhos às dificuldades na busca do aperfeiçoamento da sociedade 355

CAPÍTULO XVIII — A permanente pressão da miséria sobre o homem, pelo princípio de população, parece orientar nossas esperanças para o futuro. — O tempo de provação inconciliável com nossas idéias da presciência de Deus. — O mundo, provavelmente um forte processo para despertar a matéria para a espiritualidade. — A teoria da formação do espírito. — Os estímulos surgidos das ne-

cessidades do corpo. — Os estímulos surgidos da atuação das leis gerais. — Os estímulos surgidos das dificuldades de vida resultantes do princípio de população 363

CAPÍTULO XIX — Os sofrimentos da vida necessários para enternecer e humanizar o coração. — Os estímulos surgidos da solidariedade social produzem freqüentemente caracteres de uma ordem mais elevada do que os simples possuidores de aptidões. — O mal moral provavelmente necessário para a criação da perfeição moral. — Os estímulos surgidos das necessidades intelectuais continuamente alimentados pela infinita diversidade da natureza e a obscuridade que envolve os assuntos metafísicos. — As dificuldades que tem a Revelação de ser explicada com base nesse princípio. — O grau de evidência que possuem as Escrituras, provavelmente mais apropriado para o aperfeiçoamento das faculdades humanas e o progresso moral da humanidade. — A idéia de que o espírito é formado pelos estímulos parece explicar a existência do mal natural e moral 371

CAPÍTULO I

As grandes e inesperadas descobertas que ocorreram nos últimos anos na filosofia natural, a crescente difusão do conhecimento geral a partir do desenvolvimento da arte da impressão, o espírito de pesquisa ativo e firme que predomina por todo o mundo letrado e mesmo no iletrado, as novas e extraordinárias luzes que foram lançadas sobre os assuntos políticos e que fascinam e chocam o intelecto, e especialmente o tremendo fenômeno de horizonte político — a Revolução Francesa, que, como um cometa resplandecente, parece destinado a infundir nova vida e vigor ou a arrasar e destruir os tímidos habitantes da terra —, tudo isso concorreu para converter muitos homens talentosos à idéia de que nós estamos chegando a uma grande época, com as mais importantes mudanças que, em certa medida, seriam decisivas para a sorte futura da humanidade.

Tem sido dito que a grande questão está hoje em debate: se doravante o homem se lançará para a frente, com velocidade acelerada, em direção a um aperfeiçoamento ilimitado e até agora inimaginável, ou se será condenado a uma permanente oscilação entre a prosperidade e a miséria e, depois de todo esforço, ainda permanecerá a uma incomensurável distância do objetivo desejado.

Entretanto, com a apreensão de todo amigo da humanidade que deve esperar o fim desta aflitiva incerteza, e com o zelo da mente indagadora que acolheria todo esclarecimento que pudesse ajudar na sua visão do futuro, há muito a se lamentar que os escritores, em cada aspecto desta momentosa questão, ainda se mantenham a grande distância um do outro. Seus argumentos comuns não chegam a um estudo imparcial. A questão não é levada a se sustentar nos detalhes menores e, mesmo na teoria, parece estar longe de se aproximar de um equacionamento.

O defensor dessa ordem de coisas é capaz de considerar a escola dos filósofos especulativos como um bando de vilões astutos e engenhosos que elogiam a caridade fervorosa e retratam quadros cativantes de um estágio mais feliz da sociedade, somente o mais próprio para

torná-los capazes de destruir as atuais instituições e promover seus planos grandiosos de ambição, ou como um bando de entusiastas selvagens e loucos cujas especulações estúpidas e absurdos contra-sensos não são dignos da atenção de nenhum homem sensato.

O defensor da perfectibilidade do homem e da sociedade devota ao protetor das instituições igual desprezo. Ele o estigmatiza como escravo dos preconceitos mais ridículos e tacanhos ou como defensor dos abusos da sociedade civil, apenas porque se beneficia deles. Ele o retrata como uma personalidade que prostitui sua inteligência de acordo com seu interesse, ou como alguém cujos poderes do raciocínio não têm dimensão para se empenhar em qualquer coisa grande e nobre, que não consegue ver além de cinco jardas à sua frente e que deve ser, por esse motivo, completamente incapaz de examinar os pontos de vista do esclarecido benfeitor da humanidade.

Neste debate inamistoso, a causa da verdade não consegue senão ter prejuízos. Os argumentos realmente bons, sobre cada aspecto da questão, não são reconhecidos como tendo seu valor próprio. Cada um adota sua própria teoria, pouco interessado em corrigi-la ou aperfeiçoá-la por uma preocupação com o que é desenvolvido pelos seus adversários.

O defensor da ordem atual das coisas condena todas as especulações políticas em conjunto. Ele próprio não se permite examinar os argumentos a partir dos quais é deduzida a perfectibilidade da sociedade. Muito menos se dará ele ao trabalho de modo franco e honesto para empreender uma explicação de sua própria falácia.

Da mesma forma, o filósofo especulativo afronta a causa da verdade. Com os olhos voltados para um estágio mais feliz da sociedade, nos benefícios que ele pinta com as cores mais fascinantes, ele próprio se permite deliciar-se com as mais cruéis diatribes contra toda presente instituição, sem usar os seus talentos para estudar os meios mais seguros e melhores de eliminar os abusos e sem parecer conhecer os terríveis obstáculos que ameaçam opor-se, mesmo na teoria, ao avanço do homem em direção à perfeição.

É uma verdade reconhecida pela filosofia que uma teoria verdadeira sempre será confirmada pela experiência. Entretanto, tanto atrito e tantas pequenas circunstâncias ocorrem na prática que é quase impossível à inteligência mais aberta e perspicaz prever que, em poucos assuntos, uma teoria possa ser declarada correta e que não tenha resistido ao teste da experiência. Mas uma teoria não verificada na prática não pode ser razoavelmente assegurada como provável, muito menos como correta, até que todos os argumentos contra ela tenham sido sabiamente confrontados e refutados clara e firmemente.

Li com grande prazer algumas especulações sobre a perfectibilidade do homem e da sociedade. Fiquei entusiasmado e feliz com o quadro encantador que descreveram. Anseio fervorosamente por esses venturosos aperfeiçoamentos. Mas vejo, no meu entender, grandes e insuperáveis

dificuldades no seu caminho. É meu propósito expressar essas dificuldades, demonstrando, ao mesmo tempo, que longe de me regozijar com elas, como um motivo de vitória sobre os amigos da novidade, nada me daria mais prazer do que vê-las completamente eliminadas.

A argumentação mais importante que apresentarei certamente não é nova. Os princípios sobre os quais está subordinada foram explicados parcialmente por Hume e, de modo mais geral, pelo Dr. Adam Smith. A argumentação foi desenvolvida e aplicada ao atual tema, embora sem o devido peso ou de acordo com um ponto de vista mais convincente, pelo Sr. Wallace, e pode ter sido firmada, provavelmente, por muitos escritores que nunca conheci. Eu, certamente, por esse motivo, nunca pensaria em desenvolver novamente essa argumentação, embora pretenda colocá-la sob um ponto de vista de alguma forma diferente de tudo que tenho visto até aqui, ainda que ela tenha sido respondida de forma completa e satisfatória.

A causa desse descuido, por parte dos defensores da perfectibilidade da humanidade, não é bem explicada. Não posso duvidar de talentos de homens tais como Godwin e Condorcet. Estou relutante em duvidar de sua imparcialidade. No meu entendimento, e provavelmente no de muitos outros, a dificuldade se revela insuperável. Entretanto, estes homens, de reconhecido discernimento e capacidade, mal se dignam mencioná-la e mantêm o curso de suas especulações com irrefreável entusiasmo e inquebrantável fé. Não tenho certamente nenhum direito de dizer que eles fecham propositadamente seus olhos a tais argumentos. Devo duvidar *a priori* da validade deles quando negligenciados por tais pessoas, embora, forçosamente, sua verdade possa chocar-se com o meu próprio pensamento. Entretanto, com relação a isto, deve ser reconhecido que estamos todos por demais sujeitos a errar. Se vi um copo de vinho reiteradamente oferecido a uma pessoa e ela não tomou conhecimento disso, eu estaria inclinado a pensar que ela era cega ou mal-educada. Uma filosofia mais justa poderia me ensinar antes a pensar que meus olhos me enganavam e que o oferecimento não era o que eu pensava que fosse.

Para introduzir o argumento devo pressupor que excluo da questão, no presente, todas as simples conjecturas, isto é, todas as suposições, cujo provável conceito não pode ser inferido com base em quaisquer premissas filosóficas legítimas. Um escritor pode dizer-me que ele pensa que o homem se transformará finalmente num avestruz. Propriamente não posso negá-lo. Mas antes que ele possa converter qualquer pessoa sensata ao seu modo de ver, ele deveria mostrar que o pescoço na espécie humana foi gradualmente se alongando, que os lábios se tornaram mais grossos e mais salientes, que as pernas e os pés estão permanentemente mudando sua forma e que o pêlo está começando a transformar-se em tocos de penas. E, até que a probabilidade de tão maravilhosa mutação possa ser demonstrada, certamente

é perder tempo e retórica divagar sobre a felicidade do homem em tal estágio: descrever seus poderes tanto de correr como voar, retratá-lo numa situação em que todos os pequenos luxos sejam desprezados, em que os homens se dedicariam somente a acumular as coisas necessárias à vida e em que, conseqüentemente, cada parcela de trabalho do homem seria pequena, e grande sua parcela de lazer.

Penso que posso elaborar adequadamente dois postulados.

Primeiro: Que o alimento é necessário para a existência do homem.

Segundo: Que a paixão entre os sexos é necessária e que permanecerá aproximadamente em seu atual estágio.

Essas duas leis, desde que nós tivemos qualquer conhecimento da humanidade, evidenciam ter sido leis fixas de nossa natureza e, como nós não vimos até aqui nenhuma alteração nela, não temos o direito de concluir que elas nunca deixarão de existir como existem agora, sem um pronto ato de poder daquele Ser que primeiro ordenou o sistema do universo e que para proveito de suas criaturas ainda faz, de acordo com leis fixas, todas estas variadas operações.

Não conheço nenhum escritor que tenha admitido que nesta terra o homem, fundamentalmente, seja capaz de viver sem alimento. Mas o Sr. Godwin prognosticou que a paixão entre os sexos pode ser extinta com o tempo. Contudo, como ele considera esta parte de seu trabalho um desvio para o campo da conjectura, não insistirei mais sobre isso agora, a não ser em afirmar que os melhores argumentos para provar a perfectibilidade do homem provêm de um estudo do grande progresso que ele já realizou desde o estado bárbaro e da dificuldade de dizer onde ele se detém. Mas, com relação à extinção da paixão entre os sexos, nenhum progresso, qualquer que ele seja, foi feito até aqui. Ela parece existir com tanto ímpeto agora como existia há dois ou há quatro mil anos. Existem exceções hoje como sempre existiram. Mas, como essas exceções não parecem crescer numericamente, decerto seria uma demonstração antifilosófica inferir, simplesmente a partir da existência de uma exceção, que a exceção com o tempo se tornaria a regra e a regra a exceção.

Então, adotando meus postulados como certos, afirmo que o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem.

A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética. Um pequeno conhecimento de números demonstrará a enormidade do primeiro poder em comparação com o segundo.

Por aquela lei da nossa natureza que torna o alimento necessário para a vida humana, os efeitos desses dois poderes desiguais devem ser mantidos iguais.

Isso implica um obstáculo que atua de modo firme e constante sobre a população, a partir da dificuldade da subsistência. Esta difi-

culdade deve diminuir em algum lugar e deve, necessariamente, ser duramente sentida por uma grande parcela da humanidade.

Por todo o reino animal e vegetal a natureza espalhou largamente as sementes da vida, com a mão a mais generosa e pródiga. Ela foi relativamente parcimoniosa quanto ao espaço e à alimentação necessários para criá-los. As células vitais contidas nesta parte da terra, com bastante alimento e espaço para se expandir, preencherão milhões de mundos no decurso de uns poucos milhares de anos. A miséria que despoticamente permeia toda a lei da natureza limita estes mundos mediante determinadas restrições. Os reinos vegetal e animal se reduzem sob esta grande lei limitadora. E a espécie humana não pode, por simples esforços racionais, escapar dela. Entre as plantas e os animais suas conseqüências são a perda do sêmen, a doença e a morte prematura. Na espécie humana, a miséria e o vício. O primeiro, a miséria, é uma conseqüência absolutamente necessária da lei. O vício é uma conseqüência altamente provável e, por essa razão, o vemos predominar largamente, mas não pode, talvez, ser chamado de conseqüência absolutamente necessária. A provação da virtude é resistir a toda tentação do mal.

Essa desigualdade natural dos dois poderes, da população e da produção da terra, e essa grande lei da nossa natureza que deve manter constantemente uniformes suas conseqüências constituem a grande dificuldade, que a mim me parece insuperável no caminho da perfectibilidade da sociedade. Todos os outros argumentos são de importância pequena e secundária em comparação com este. Não vejo nenhuma forma pela qual o homem possa escapar da influência desta lei que impregna toda a natureza viva. Nenhuma igualdade fantasista, nenhuma norma agrária, no seu maior alcance, podem remover a sua pressão mesmo por apenas um século. E, por essa razão, a lei se mostra decisiva contra a possível existência de uma sociedade em que todos os membros viveriam em tranqüilidade, prosperidade e num relativo ócio, e não sentiriam nenhuma angústia para providenciar os meios de subsistência para si e para os filhos.

Conseqüentemente, se as premissas estão corretas, o argumento é conclusivo contra a perfectibilidade do conjunto da humanidade.

Assim, esbocei as linhas gerais do argumento, e o examinarei mais particularmente, mas penso que será fundamentado na experiência, a verdadeira fonte e base de todo o conhecimento que invariavelmente comprova sua verdade.

CAPÍTULO II

Afirmei que a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica, e os meios de subsistência numa progressão aritmética.

Vamos verificar se essa posição é correta.

Penso que ela será levada em conta, visto que não existiu até hoje nenhum estágio (pelo menos de que tenhamos algum conhecimento) em que os costumes foram tão puros e simples e os meios de subsistência tão abundantes que nenhum obstáculo, seja qual for, tenha se colocado aos casamentos precoces nas classes mais baixas por causa de um medo de não prover bem a subsistência de seus filhos, ou, nas classes mais altas, devido a um medo de baixar sua condição de vida. Conseqüentemente em nenhum estágio que conhecemos até hoje o poder da população pôde se exercer com perfeita liberdade.

Se a lei do casamento fosse instituída ou não, o preceito da natureza e da virtude parece ser uma ligação a uma única mulher. Admitindo-se a liberdade de troca, no caso de uma escolha infeliz, esta liberdade não interferiria na população até que ela chegasse a um ponto muito viciado; e, agora, estamos admitindo a existência de uma sociedade em que o vício é pouco conhecido.

Por essa razão, num estágio de grande igualdade e virtude em que os costumes simples e puros predominassem e os meios de subsistência fossem tão abundantes que nenhuma parcela da sociedade tivesse algum temor quanto aos recursos para prover fartamente a família e fosse permitido ao poder da população manifestar-se de forma livre, haveria evidentemente um crescimento da espécie humana muito maior do que qualquer outro até então conhecido.

Nos Estados Unidos da América, onde os meios de subsistência têm sido muito maiores, os costumes do povo mais puros e conseqüentemente os obstáculos aos casamentos precoces têm sido menores do que em qualquer um dos modernos países da Europa, a população se viu duplicada em 25 anos.

Nós tomamos como nosso modelo essa proporção de crescimento,

embora pequena em relação ao poder máximo da população, ainda que como resultado da experiência atual, e afirmamos que a população, quando não controlada, se duplica cada 25 anos ou cresce numa progressão geométrica.

Vamos agora tomar qualquer lugar da terra, esta Ilha por exemplo, e vejamos em que proporção podemos calcular o crescimento dos meios de subsistência que ela fornece. Começaremos com o seu atual estágio de cultivo.

Se admito que pela melhor política possível, arroteando mais a terra e fornecendo grandes fomentos à agricultura, a produção desta Ilha possa ser duplicada nos próximos 25 anos, penso que esta produção estará fornecendo tanto quanto toda pessoa possa razoavelmente exigir.

Nos 25 anos seguintes, é impossível admitir que a produção possa ser quadruplicada. Isto seria contrário a todo o nosso conhecimento acerca da capacidade da terra. O máximo que podemos conceber é que o aumento da produção nos 25 anos seguintes se iguale à atual produção. Vamos, então, tomar isso como nosso critério, embora, certamente, muito distante da verdade, e admitir que, mediante um grande esforço, o produto total da Ilha possa ser aumentado cada 25 anos numa quantidade de meios de subsistência equivalente à que o país produz atualmente. O calculista mais entusiasmado não pode admitir um aumento maior do que este. Dentro de poucos séculos este aumento tornaria cada acre de terra da Ilha semelhante a um jardim.

Entretanto, a progressão deste crescimento é, evidentemente, aritmética.

Poder-se-ia afirmar claramente, por esse motivo, que os meios de subsistência crescem numa progressão aritmética. Vamos agora apresentar as conseqüências dessas duas progressões juntas.

Calcula-se que a população da Ilha esteja por volta de 7 milhões e admitiremos que a atual produção corresponda ao sustento de tal número. Nos primeiros 25 anos a população seria de 14 milhões e, sendo também o alimento duplicado, os meios de subsistência se igualariam a esse crescimento. Nos próximos 25 anos a população seria de 28 milhões e os meios de subsistência apenas se equiparariam ao sustento de 21 milhões. No período seguinte a população seria de 56 milhões e os meios de subsistência apenas suficientes para a metade desse número. E no término do primeiro século a população seria de 120 milhões e os meios de subsistência somente seriam equivalentes ao sustento de 35 milhões, o que deixaria uma população de 77 milhões totalmente sem recursos.

Uma grande emigração envolve necessariamente um ou outro tipo de inconveniência para o país que foi abandonado. Poucas pessoas deixarão suas famílias, suas relações, seus amigos e a terra natal para se estabelecer em regiões estrangeiras, desconhecidas, sem que persistam fortes causas

de constrangimentos no país em que se encontram ou sem a esperança de que haja grandes vantagens no lugar para onde estão indo.

Mas para apresentar o argumento mais geral, e menos prejudicado pelas visões parciais da emigração, vamos abranger toda a Terra em vez de um só lugar, e vamos supor que os limites ao crescimento da população foram universalmente removidos. Se os meios de subsistência que a terra fornece ao homem fossem acrescidos cada 25 anos de uma quantidade igual à que atualmente o mundo todo produz, isto permitiria que a capacidade de produção da Terra fosse totalmente ilimitada e sua proporção de crescimento muito maior do que possamos admitir que qualquer esforço possível da humanidade pudesse atingi-lo.

Tomando a população do mundo como qualquer número, 1 bilhão, por exemplo, a espécie humana cresceria na progressão de 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256, 512 etc. e os meios de subsistência na progressão de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 etc. Em dois séculos e um quarto a população estaria, para os meios de subsistência, na proporção de 512 para 10; em três séculos, de 4096 para 13; em 2 mil anos a diferença seria quase incalculável, embora a produção nesse período tivesse crescido em larga medida.

Nenhum limite se coloca para a produção da terra; ela pode crescer incessantemente e ser maior do que qualquer quantidade determinável; entretanto, ainda que o poder da população seja um poder de uma ordem superior, o crescimento da espécie humana só pode ser mantido proporcional ao crescimento dos meios de subsistência por meio de uma permanente atuação da rigorosa lei da necessidade, que funciona como um obstáculo a um poder maior.

Os efeitos deste obstáculo passam a ser considerados em seguida.

Entre as plantas e os animais, a observação do problema é simples. Todos eles são impelidos, por um poderoso instinto, a multiplicar suas espécies, e este instinto não se perturba por nenhum argumento ou dúvida quanto a garantir a subsistência de sua prole. Por essa razão, em qualquer parte, existe a liberdade, o poder de crescimento se exerce e os efeitos do excesso são reprimidos pela falta de espaço e alimento, comum a animais e plantas, e, entre os animais, pelo fato de se tornar presa de outros.

As conseqüências deste obstáculo no homem são mais complexas. Impelido ao crescimento de sua espécie por um instinto igualmente poderoso, a razão interrompe seu curso vital e questiona se ele não deve trazer seres ao mundo, porque não pode prover os meios de subsistência. Num estágio de igualdade isso seria uma simples questão. No atual estágio da sociedade ocorrem outras questões. O homem não baixará seu padrão de vida social? Não se sujeitará a maiores dificuldades do que as que ele atualmente passa? Não será obrigado a trabalhar mais penosamente? E se o homem possui uma família numerosa, seus maiores esforços o capacitarão a sustentá-la? Não pode o homem

ver sua prole em andrajos e na miséria, chamando pelo pão que ele não lhe pode dar? Não pode o homem ser forçado à desagradável condição de ser privado de sua independência e ser favorecido pela avarenta mão da caridade para poder se sustentar?

Essas considerações são destinadas a impedir — e certamente o farão — um vasto número de pessoas de todas as nações civilizadas de seguir o ditame da natureza de uma ligação prececa a uma única mulher. E essa restrição, quase necessariamente, embora não absolutamente, gera o vício. Entretanto, em todas as sociedades, mesmo naquelas que são mais corruptas, a tendência a uma ligação virtuosa é tão forte que há um constante esforço para o crescimento da população. Este constante esforço tende a subjugar as classes mais baixas da sociedade à miséria e a impedir qualquer grande e permanente melhora de sua condição.

O modo pelo qual estas conseqüências se produzem parece ser este.

Admitamos que os meios de subsistência em algum país correspondam exatamente a um tranqüilo sustento de seus habitantes. O constante esforço para o crescimento da população, que se constata existir mesmo nas sociedades mais corruptas, aumenta o número de pessoas antes que cresçam os meios de subsistência. Por esse motivo, o alimento que antes sustentava 7 milhões deve agora ser dividido entre 7,5 ou 8 milhões. Conseqüentemente, os pobres têm que viver em muito piores condições, muitos deles submetidos a cruéis sofrimentos.

O valor do trabalho tende a decrescer, enquanto o preço dos mantimentos, por outro lado, tende a subir, estando o número de trabalhadores também acima da capacidade de trabalho do mercado. Por essa razão o trabalhador deve trabalhar mais arduamente para ganhar o mesmo que ganhava antes. Durante este período de miséria, os desestímulos ao casamento e a dificuldade de sustento da família são tão grandes que a população fica perplexa. Neste ínterim, o aviltamento do trabalho, a grande quantidade de trabalhadores e a necessidade de uma crescente atividade entre eles, anima os agricultores a aplicar mais trabalho em suas terras, a preparar novas glebas, a adubar e cultivar melhor o que já existe na lavoura, até que finalmente os meios de subsistência fiquem na mesma proporção que a população, como no período de que nós tratamos. Estando novamente a situação dos trabalhadores regularmente satisfatória, as restrições ao povoamento são, em certa medida, afrouxadas e se repetem os mesmos movimentos, retrógrados ou progressistas, com relação à prosperidade.

Esse tipo de oscilação não será percebido por observadores superficiais e pode ser difícil, mesmo para as mentes mais perspicazes, precisar seus períodos. Entretanto, porque em todos os países antigos existiram algumas dessas oscilações, embora a partir de causas indiretas de uma forma muito menos acentuada e muito mais irregular

do que descrevi, nenhum homem ponderado que reflita profundamente no assunto pode certamente duvidar.

Há muitas razões pelas quais essa oscilação tenha sido menos óbvia e menos resolutamente confirmada pela experiência do que naturalmente se poderia esperar.

A principal razão é que os estudos sobre a história da humanidade que nós possuímos são referentes às classes mais altas. Entretanto, nós temos bem poucas explicações que podem ser certas quanto aos hábitos e costumes desta parcela da humanidade em que, de modo especial, se deram esses movimentos retrógrados e progressistas. Uma história razoável desta classe, de um povo e de uma época exigiria uma atenção constante e detalhada de um espírito observador, durante uma longa vida. Alguns objetivos da pesquisa seriam: em que proporção estava o número de casamentos em relação ao número de adultos; em que medida os costumes corruptos predominavam em consequência das restrições ao casamento; qual era a mortalidade comparativa, entre as crianças da parcela mais pobre da comunidade e aquelas que viviam em maior bem-estar; quais eram as flutuações do preço real do trabalho e quais eram as diferenças observáveis na situação das classes mais baixas da sociedade com relação ao bem-estar e à prosperidade, nos diferentes momentos de uma determinada época.

Semelhante história contribui enormemente para elucidar a maneira pela qual o constante obstáculo atua sobre a população e provavelmente demonstraria a existência dos movimentos retrógrados e progressistas que foram mencionados, embora o tempo de sua oscilação deva necessariamente ter se tornado irregular conforme a atuação de muitas causas perturbadoras, tais como a criação ou o declínio de certas manufaturas, uma maior ou menor tendência predominante de empreendimento agrícola, anos de abundância ou de escassez, guerras e pestes, leis dos pobres, invenção de processos para reduzir o trabalho sem a correspondente ampliação do mercado para os produtos e, particularmente, a diferença entre o preço nominal e real do trabalho, circunstância que tem contribuído talvez muito mais do que qualquer outra, para ocultar, da observação comum, essa oscilação.

Acontece muito raramente que cai o preço nominal do trabalho geral, mas bem sabemos que ele freqüentemente permanece o mesmo, enquanto o preço nominal das provisões vai gradativamente aumentando. Essa é, com efeito, uma queda real do preço do trabalho, e durante esse período a situação das classes mais baixas da comunidade deve gradualmente piorar cada vez mais. Mas os agricultores e os capitalistas se tornam mais ricos por causa do aviltamento real do trabalho. Seus capitais aumentados os tornam capazes de empregar um maior número de pessoas. Por esse motivo o trabalho poderia ser abundante e o seu preço, conseqüentemente, se elevaria. Mas a falta de liberdade no mercado de trabalho, o que ocorre mais ou menos em

todas as comunidades, seja por causa das leis dos pobres, seja pela causa mais geral — a facilidade de associação entre os ricos e a sua dificuldade entre os pobres — atua de modo a impedir a elevação do preço do trabalho no período normal e o mantém baixo por um tempo mais longo — talvez até por um ano de escassez, quando os protestos são bastante fortes e a necessidade por demais acentuada para ser suportada.

A verdadeira causa da elevação do preço do trabalho é então ocultada e o rico finge outorgar o preço do trabalho como um ato de compaixão e favor para com o pobre, em vista de um ano de escassez; e, quando volta a abundância, os ricos se entregam ao mais insensato de todos os lamentos para que o preço não caia de novo, quando uma pequena reflexão lhes mostraria que o preço deve ter aumentado muito tempo antes, mas por causa de uma injusta conspiração deles próprios.

Mas, embora os ricos através de desonestos conluios contribuam freqüentemente para prolongar o período de miséria entre os pobres, até agora nenhuma forma aceitável de sociedade pôde impedir a quase permanente atuação da miséria sobre uma grande parcela da população, embora num estágio de desigualdade e, sobretudo, ainda que todos fossem iguais.

A teoria sobre a qual a verdade dessa posição se apóia me parece tão manifestamente clara que me sinto embaraçado para julgar que parte dela pode ser negada.

Que a população não possa crescer sem os meios de subsistência é uma proposição tão evidente que não necessita de nenhuma explanação.

Que a população cresce invariavelmente onde existem os meios de subsistência, é provado fartamente pela história de cada povo que tenha existido em qualquer época.

E que o poder superior de crescimento da população não pode ser reprimido sem gerar a miséria ou o vício, é persuasivamente comprovado pela maior parte dos elementos tão amargos que compõem a sorte da vida humana e a continuação das causas físicas que parecem tê-los produzido.

Mas, a fim de verificar mais completamente a validade dessas três proposições, vamos examinar os diferentes estágios em que se tem conhecimento de que a humanidade existe. Penso que mesmo um apressado retrospecto será suficiente para nos convencer de que essas proposições são verdades incontestáveis.

CAPÍTULO III

No estágio mais primitivo da humanidade, em que a caça era a principal ocupação e a única maneira de se obter alimentos, estando os meios de subsistência espalhados numa larga extensão do território, a população deveria, necessariamente, ser escassa. Afirma-se que a paixão entre os sexos é menos ardente entre os índios norte-americanos do que em qualquer outra raça humana. Entretanto, não obstante essa apatia, o aumento da população, mesmo nesse povo, parece ser sempre maior do que os meios de subsistência para sustentá-la. Isto se manifesta pelo povoamento comparativamente rápido que ocorreu todas as vezes que uma tribo se estabeleceu em algum lugar fértil e tirou o seu alimento de fontes mais produtivas do que da caça. E observou-se freqüentemente que, quando uma família indígena erguia sua moradia perto de qualquer núcleo colonial europeu e adotava um modo de vida mais cômodo e civilizado, uma mulher chegava a criar cinco, seis ou mais filhos, embora, no estado selvagem, raramente acontecia que numa família um ou dois atingissem a maturidade. A mesma observação foi feita com relação aos Hotentotes, da região do Cabo. Esses fatos mostram o poder superior da população em relação aos meios de subsistência das nações de caçadores, e que esse poder sempre se manifestou no momento em que lhe foi permitido agir com liberdade.

Resta investigar se esse poder pode ser contido e os seus efeitos mantidos iguais aos meios de subsistência, sem que haja vício ou miséria.

Os índios norte-americanos, considerados como um povo, não podem propriamente ser chamados de livres e iguais. Em todos os relatos que nós temos deles e, na verdade, da maioria das nações indígenas, as mulheres se apresentam num estado de escravidão em relação ao homem muito mais completo do que os pobres em relação aos ricos nos países civilizados. Uma metade da nação, como os hilotas, parece produzir para a outra metade, e a miséria que controla a população incide principalmente, como sempre deve ocorrer, nessa parcela cuja condição é a mais baixa na escala social. A infância do homem, no seu estado mais natural, requer considerável atenção, mas essa atenção

necessária as mulheres não podem dar, condenadas que estão aos transtornos e padecimentos com a freqüente mudança de lugar e a labuta constante e interminável para preparar cada coisa para o agrado de seus tirânicos senhores. Esses esforços, algumas vezes durante a gravidez ou carregando crianças em suas costas, deveriam ocasionar freqüentes abortos e impedir de chegar à maturidade todas as crianças que não fossem mais fortes. Acrescente-se a esses padecimentos das mulheres a guerra permanente que predomina entre os selvagens e a exigência a que eles freqüentemente se submetem de abandonar seus ascendentes mais velhos e desamparados e assim violar os sentimentos essenciais da natureza; e o quadro não se mostrará mais livre da mancha da miséria. Avaliando a prosperidade de uma nação de selvagens, nós não devemos fixar nossa atenção somente no guerreiro em pleno vigor da vida; ele é o único em uma centena: ele é o fidalgo, o homem de sorte, o acaso sempre esteve do seu lado; e muitos esforços fracassaram antes que fosse gerado esse afortunado ser cujo gênio protetor defenderia dos inúmeros perigos com que ele se defrontaria da infância à maturidade. Os verdadeiros pontos de comparação entre duas nações parecem ser as camadas sociais que em cada uma delas se mostram mais próximas de corresponder uma à outra. E dentro desse ponto de vista eu compararia os guerreiros em pleno vigor dos anos com o fidalgo, e as mulheres, as crianças e os velhos com as classes mais baixas da comunidade dos Estados civilizados.

Podemos então inferir claramente deste breve retrospecto, ou antes, dos relatos que podem se referir a uma nação de caçadores, que sua população é pobre por causa da escassez de alimento; que ela cresceria rapidamente se o alimento existisse em maior abundância e que, excluindo da questão o vício entre os selvagens, a miséria é o obstáculo que reprime o poder superior da população e mantém os seus efeitos iguais aos meios de subsistência. A observação e a experiência atuais nos revelam que este obstáculo, com poucas exceções locais e temporárias, está constantemente atuando hoje sobre todas as nações de selvagens, e a teoria mostra que, provavelmente, ele atua com força aproximadamente igual há mil anos e não poderá ser muito maior daqui a mil anos.

Dos costumes e hábitos que predominaram entre as nações de pastores, o estágio seguinte da humanidade, somos ainda mais ignorantes do que a respeito do estágio dos selvagens. Mas a Europa e todos os países mais prósperos do mundo dão amplo testemunho de que esses povos não puderam escapar de uma situação geral de miséria proveniente da falta de meios de subsistência. A necessidade era o estímulo que tirava os pastores citas de seu aprisco, semelhantes a muitos lobos famintos em busca de presa. Postas em movimento por essa causa todo-poderosa, hordas de bárbaros pareciam se reunir, provenientes de todos os pontos do hemisfério norte. Acumulando trevas

e terror até então desconhecidos, enquanto avançavam, os bandos reunidos obscureceram, por fim, o sol da Itália e mergulharam todo o mundo em longa noite. Essas terríveis conseqüências, sentidas por tanto tempo e tão profundamente em todos os lugares mais prósperos da terra, podem ser explicadas pela simples razão do poder superior de crescimento da população em comparação com os meios de subsistência.

É bem sabido que um país de pastoreio não pode comportar tantos habitantes como um país agrícola, mas o que torna as nações de pastores tão temíveis é o poder que eles possuem de se movimentar todos juntos e a necessidade que têm de usar freqüentemente esse poder na busca de novas pastagens para seus rebanhos. Uma tribo que era rica em gado tinha uma imediata abundância de alimento. Mesmo as matrizes do rebanho podiam ser consumidas em caso de absoluta necessidade. As mulheres tinham um padrão de vida melhor do que nas nações de caçadores. Os homens, encorajados pela sua força coletiva e confiantes em sua capacidade de proporcionar pastagens para seu gado pela mudança de lugar, provavelmente sentiam apenas algum receio acerca de como prover a família. Essas causas conjugadas logo produziriam seus efeitos naturais e invariáveis sobre uma população aumentada. Uma troca de lugar mais freqüente e rápida se tornaria, então, necessária. Um território mais largo e extenso seria ocupado sucessivamente. Uma devastação maior se estenderia ao redor deles. A privação oprimiria os membros menos afortunados da sociedade e, finalmente, a impossibilidade de sustentar ao mesmo tempo tal número de pessoas tornar-se-ia por demais evidente para ser negada. Os descendentes jovens seriam então afastados da guarda do rebanho e preparados para explorar novas regiões e conquistar para si mesmos, com suas espadas, locais mais prósperos. "O mundo todo estava diante dele, bastava só escolher." Inquietos por causa da miséria iminente, estimulados com a esperança de melhores perspectivas e incentivados pela ousada aventura, aqueles destemidos aventureiros tornavam-se terríveis adversários de todos aqueles que se lhes opunham. Os pacíficos habitantes dos países sobre os quais eles investiam não podiam resistir por muito tempo à força de homens movidos por tão poderosas razões para agir. E quando eles se defrontavam com algumas tribos iguais às suas, a disputa era uma luta pela sobrevivência e eles combatiam com extrema coragem, inspirados pela idéia de que a morte era o castigo pela derrota, e a vida o prêmio pela vitória.

Nessas disputas selvagens muitas tribos devem ter sido completamente exterminadas. Algumas provavelmente pereceram por causa da privação e pela fome. Outras, cuja estrela-guia lhes deu um rumo mais afortunado, tornaram-se tribos grandes e poderosas que, por sua vez, enviavam novos aventureiros em busca de lugares ainda mais férteis. E a prodigiosa perda de vida humana provocada por esta permanente fuga por espaço e alimento foi largamente suprida pelo forte

poder de crescimento da população, agindo, em certa medida, desligada da constante prática da emigração. As tribos que migraram para o sul, embora tenham conquistado aquelas regiões mais férteis por meio de permanentes lutas, cresceram rapidamente em número e poder, a partir do aumento dos meios de subsistência. Até que, por fim, todo o território, dos confins da China às costas do Báltico, foi povoado por várias raças de bárbaros valentes, rudes e aventureiros, afeitos às agruras e amantes da guerra. Algumas tribos mantiveram sua independência. Outras se colocaram sob a bandeira de algum chefe bárbaro que os levava de vitória a vitória e, o que era mais importante, a regiões ricas em trigo, vinho e óleo — grande desejo realizado e grande recompensa de seus trabalhos. Um Alarico, um Átila, ou um Gêngis Khan e outros chefes além deles podiam lutar pela glória, pela fama de grandes conquistas, mas a verdadeira causa que colocou em movimento o grande fluxo da emigração do norte e que continuou a impulsioná-lo até atingir diferentes épocas, em direção à China, à Pérsia, à Itália e mesmo ao Egito, foi a escassez de alimento — uma população cresce além dos meios de subsistência para sustentá-la.

A população perfeita, em qualquer época que seja, proporcionalmente à extensão do território, nunca poderá ser grande, devido à natureza improdutiva de algumas das regiões ocupadas; mas aí evidencia-se ter havido uma sucessão mais rápida de seres humanos, e tão rapidamente quanto alguns foram dizimados pela foice da guerra ou da fome, outros surgiram em número crescente para ocupar seus lugares. Entre esses bárbaros intrépidos e imprevidentes, a população, provavelmente, foi apenas um pouco limitada como nos Estados modernos, por medo de futuras dificuldades. Uma obsessiva esperança de melhorar sua condição pela mudança de lugar, uma permanente expectativa de saque, e até mesmo o poder, embora angustiante, de vender seus filhos como escravos, acrescido da natural negligência da índole bárbara — tudo concorria para aumentar uma população que continuaria a ser reprimida, posteriormente, pela fome ou pela guerra.

Onde há alguma desigualdade de condições, e entre as nações de pastores isso bem cedo ocorre, a miséria provocada por uma escassez de provisões deve cair mais drasticamente sobre os membros menos afortunados de uma sociedade. Essa miséria também deve ter sido experimentada freqüentemente pelas mulheres, expostas a eventual saque, na ausência de seus maridos, e sujeitas a contínuas frustrações depois de muito esperar o retorno deles.

Mesmo sem conhecer bastante a história detalhada mais íntima desse povo, de modo a poder indicar precisamente sobre que parcela incide mais miséria devido à falta de alimento, e em que extensão ela era geralmente sentida, penso que podemos afirmar claramente, a partir de todos os relatos que temos das nações de pastores, que a população invariavelmente cresceu entre eles, sempre que pela emigração ou por

qualquer outra causa os meios de subsistência cresceram, e que uma ulterior população foi restringida e a atual população manteve-se igual aos meios de subsistência mediante a miséria e o vício.

Portanto, independentemente de quaisquer costumes viciosos que pudessem ter prevalecido entre eles com relação às mulheres, costumes que sempre atuavam como obstáculo ao crescimento da população, penso que deve ser reconhecido que a prática da guerra é um vício e o seu efeito, a miséria, e ninguém pode duvidar que existe a miséria proveniente da falta de alimento.

CAPÍTULO IV

Ao analisar o estágio seguinte da humanidade em relação à questão que se nos coloca, o estado de pastoreio e de agricultura juntos, em que sempre se conservam, com alguma variação de dimensões, as nações mais civilizadas, seremos auxiliados, em nossa retrospectiva, pelo que diariamente vemos ao nosso redor, pela experiência efetiva e pelos fatos que se colocam ao alcance da observação de qualquer pessoa.

Não obstante os exageros de alguns antigos historiadores, não pode ficar no espírito de qualquer homem sensato nenhuma dúvida de que a população dos principais países da Europa — França, Inglaterra, Alemanha, Rússia, Polônia, Suécia e Dinamarca — é muito maior do que era no passado. A razão óbvia daqueles exageros é o formidável espetáculo que uma nação, mesmo pouco povoada, devia proporcionar quando se deslocava, toda em conjunto, em busca de novos lugares. Se a este tremendo quadro fosse agregada uma sucessão, com alguns intervalos, de iguais emigrações, nós não ficaremos muito surpresos que o medo das tímidas nações do sul descrevesse o norte como uma região completamente apinhada de seres humanos. Uma análise mais detida e mais precisa do assunto agora nos permite ver que a conclusão era tão absurda como se um homem deste país, que cruzasse na estrada freqüentemente com manadas de gado do norte do País de Gales, fosse concluir, em seguida, que essa seria a região mais produtiva de todas as regiões do reino.

A razão pela qual a maior parte da Europa é mais populosa hoje do que era no passado é que a atividade dos habitantes fez com que esses países produzissem uma maior quantidade de meios de subsistência humanos. Porque, penso eu, isso pode ser formulado como um ponto de vista para não ser contestado que, tomando-se uma extensão suficiente do território para incluir dentro dele a exportação e a importação e tolerando-se alguma variação por causa do predomínio da opulência ou dos hábitos frugais, a população guarda constantemente uma proporção uniforme em relação ao alimento que a terra é levada a produzir. Da discussão com respeito à capacidade populacional das nações antigas e modernas, poderia

ficar claramente constatado que a produção média dos países em questão, tomados em conjunto, é maior hoje do que era na época de Júlio César; a controvérsia ficaria resolvida de uma vez.

Quando estamos certos de que a China é o país mais fértil do mundo, que praticamente toda a sua terra é cultivada e uma grande parte dela produz duas colheitas cada ano, e mais, que o povo vive muito modestamente, podemos, com certeza, inferir que a população deve ser imensa, sem nos ocupar de investigações acerca de costumes e hábitos das classes mais baixas e dos incentivos aos casamentos prematuros. Essas investigações, entretanto, são de extrema importância, e uma história detalhada dos costumes dos chineses mais pobres seria da maior utilidade na determinação do modo como agem os obstáculos para impedir uma maior população posterior; quais são os vícios e quais são as dificuldades que evitam um crescimento quantitativo além da capacidade do país para sustentá-lo.

Hume, em seu ensaio sobre a capacidade populacional das nações antigas e modernas, quando entremeia, como ele afirma, uma pesquisa referente às causas com outras referentes aos fatos, não parece ver, com sua habitual perspicácia, que algumas das causas a que ele se refere muito pouco o capacitariam para formular algum juízo em relação à verdadeira população das nações antigas. Se alguma conclusão pode ser extraída delas talvez fosse exatamente o contrário do que Hume faz, embora, certamente, devo me expressar com muita humildade por discordar de um homem que, dentre todos os outros, era o menos passível de ser enganado, em tais assuntos, pelas primeiras impressões. Se descobri que, em determinado período da história antiga, os estímulos para se ter uma família eram grandes, que os casamentos prematuros foram, conseqüentemente, muito predominantes e que poucas pessoas permaneciam solteiras; eu concluiria com toda certeza que a população estava crescendo rapidamente, mas de nenhuma forma que ela era então, realmente, muito grande; antes, na verdade, pelo contrário, que ela era escassa e que havia espaço e alimento para um número muito maior. Por outro lado, entretanto, descobri que neste período as dificuldades em sustentar a família eram muito grandes; que, conseqüentemente, ocorreram poucos casamentos prematuros e que um grande número de pessoas de ambos os sexos permaneceu solteiro; concludo seguramente que a população era estacionária, provavelmente porque a população real era muito grande em relação à fertilidade do solo e porque havia carência de espaço e de alimento para muitos habitantes. Hume reconhece que o número de criados e criadas e outras pessoas que permanecem solteiras nos Estados modernos é mais um argumento contra o seu povoamento. Eu tiraria, antes, uma conclusão contrária e consideraria isso argumento da sua superabundância, embora essa conclusão não seja infalível, porque exis-

tem muitos países insuficientemente habitados que são, entretanto, estáveis quanto à sua população.

Entretanto, para falar corretamente, talvez possa ser dito que o número de pessoas solteiras, em relação ao total geral, existente em diferentes épocas nos mesmos ou em diferentes países nos capacitará para verificar se a população dessas épocas era crescente, estável ou decrescente, mas não formará nenhum critério pelo qual nós possamos determinar a população real.

Há, contudo, um pormenor observado na maioria dos relatos que temos da China que parece difícil de conciliar com esse raciocínio. É dito que os casamentos prematuros predominam bastante generalizadamente em todas as escalas sociais do povo chinês. Entretanto, o Dr. Adam Smith admite que a população da China é estável. Esses dois fatores se mostram irreconciliáveis. Decerto, parece muito pouco provável que a população da China esteja crescendo rapidamente. Cada acre esteve tanto tempo em cultivo que dificilmente podemos admitir que exista grande acréscimo anual à produção média. Talvez o fato da generalidade dos casamentos prematuros não possa ser determinado suficientemente. Se isso fosse admitido como verdadeiro, o único caminho para explicar a dificuldade, dado o nosso atual conhecimento do assunto, parece ser que a população excedente, resultante necessariamente da predominância dos casamentos prematuros, deve ser contida por eventuais épocas de penúria e pelo costume de se venderem crianças que, provavelmente, em época de miséria, seja mais freqüente do que jamais tiveram notícia os europeus. Com relação a essa prática bárbara, é difícil evitar a constatação de que não pode haver uma prova mais significativa da miséria por que passou a humanidade devido à falta de alimento, do que a existência de um costume que assim violenta o princípio mais natural do sentimento humano. Isso parece ter sido muito comum entre as nações antigas e, certamente, contribuiu bastante para aumentar a população.

Ao estudar os principais Estados da Europa moderna, veremos que, embora eles tenham crescido consideravelmente em população desde que eram nações de pastores, na atualidade, entretanto, seu crescimento é lento e, em vez de dobrar o seu total a cada 25 anos, eles gastam trezentos, quatrocentos anos ou mais, para atingir esse resultado. Na verdade, alguns Estados ficarão totalmente estáveis e outros até decairão quanto à sua população. A causa desse lento crescimento da população não pode ser encontrada no declínio da paixão entre os sexos. Temos suficiente razão para pensar que essa tendência natural ainda existe com força inquebrantável. Por que então seus resultados não se manifestam num rápido crescimento da espécie humana? Uma visão minuciosa do estado da sociedade em qualquer país da Europa, que pode servir igualmente para todos, nos possibilitará responder a esta questão e afirmar que uma previsão das dificuldades

em atender ao sustento de uma família atua como um obstáculo preventivo; e a miséria efetiva de algumas das classes mais pobres, em razão da qual estas não são capazes de dar o alimento e os cuidados adequados para seus filhos, atua como um obstáculo positivo, impedindo o crescimento natural da população.

A Inglaterra, como um dos Estados mais florescentes da Europa, pode, justamente, ser tomada como exemplo e as observações feitas se aplicarão, com alguma pequena variação, a qualquer outro país em que a população cresce lentamente.

O obstáculo preventivo parece atuar, em certo grau, em toda a escala social da Inglaterra. Existem alguns homens, mesmo nas classes mais altas, que evitam casar, por pensar nas despesas que deveriam cortar e nos apreciados prazeres dos quais eles deveriam ser privados, na suposição de ter uma família. Essas considerações, certamente, são triviais, mas uma previsão desse tipo tem propósitos de muito maior importância para sua análise à medida que descemos aos níveis mais baixos.

Um homem de educação liberal, mas com uma renda apenas suficiente para possibilitá-lo a participar da escala social dos fidalgos, deve perceber com perfeita clareza que, se ele casa e tem uma família, será obrigado, se se relaciona em toda a sociedade, a se classificar junto aos modestos agricultores e aos comerciantes de classe mais baixa. A mulher que um homem letrado naturalmente faria o alvo de sua escolha seria uma mulher educada dentro dos mesmos gostos e sentimentos que ele e acostumada a relações familiares de uma sociedade totalmente diferente daquela para a qual ela deve ser rebaixada com o casamento. Pode o homem consentir em colocar o objeto de sua afeição numa situação tão incompatível, provavelmente, com seus gostos e inclinações? Dois ou três degraus de rebaixamento na sociedade, particularmente nesse lance de escada em que a educação termina e a ignorância começa, não serão considerados um mal imaginário e hipotético pela maioria das pessoas, mas um dano real e essencial. Se a sociedade se mantivesse ideal, certamente ela deveria ser livre, igualitária e de ajuda mútua, onde os benefícios tanto seriam prestados como recebidos, e não como se vê defrontar o empregado com o patrão ou o pobre com o rico.

Sem dúvida, essas considerações evitam que um grande número de pessoas dessa escala social sigam a influência de suas inclinações numa ligação prematura. Outros, guiados por uma paixão mais forte ou por um juízo mais fraco, rompem completamente essas barreiras e, na verdade, isso seria difícil, se a recompensa de uma paixão tão deleitável como a de um amor virtuoso algumas vezes não compensasse todos os danos conseqüentes. Mas receio que deva ser admitido que as conseqüências mais gerais de tais casamentos são mais destinadas a justificar do que a afastar os presságios do homem prudente.

Os filhos dos comerciantes e dos agricultores são aconselhados

a não casar e geralmente acham necessário seguir esse conselho até que tenham se estabelecido em algum negócio ou propriedade agrícola que possa torná-los capazes de sustentar uma família. Talvez esses casos possam não ocorrer até quando eles estejam em idade bem avançada. A falta de propriedades agrícolas é uma queixa muito comum na Inglaterra. E a concorrência em cada ramo de negócio é tão grande que não é possível que todos sejam bem-sucedidos.

O trabalhador que ganha dezoito pence por dia e vive com certo grau de conforto, como homem solteiro, hesitará um pouco antes de dividir entre quatro ou cinco essa quantia que parece ser apenas razoavelmente suficiente para um. Ele se condicionaria à alimentação mais difícil e ao trabalho mais árduo no interesse de viver com a mulher que ele ama; entretanto, se ele enfim refletir estará ciente de que, se tivesse uma grande família e sofresse algum infortúnio, nenhuma espécie de economia, nenhum esforço possível de sua força braçal poderia preservá-lo de ter o coração cheio de desespero ao ver seus filhos morrerem de fome ou a perder sua independência e ser obrigado a receber auxílio da paróquia para seu sustento. O amor à independência é um sentimento que, certamente, ninguém desejaria ver extirpado de dentro do homem, embora a lei da Inglaterra de auxílio ao pobre, devemos reconhecer, é o sistema mais próprio dentre todos os outros, para enfraquecer gradativamente este sentimento e para eliminá-lo, por fim, completamente.

Os empregados que vivem com as famílias dos fidalgos têm barreiras que são ainda mais difíceis de vencer quanto a aventurar-se no casamento. Eles possuem os bens essenciais e até as comodidades numa abundância praticamente tão grande como os seus patrões. Seu trabalho é fácil e seu alimento farto se comparados com os das classes dos operários. E seu senso de dependência é atenuado pelo poder consciente de trocar de patrão, se se sentirem desgostosos. Assim, confortavelmente instalados no presente, quais são suas perspectivas de casamento? Sem o saber ou sem o capital, tanto para os negócios como para a agricultura, e não acostumados e, portanto, incompetentes para ganhar a subsistência com o trabalho diário, seu único refúgio parece ser uma miserável cervejaria que, certamente, não oferece perspectiva muito encantadora de um feliz crepúsculo para suas vidas. Quase todos, portanto, intimidados por essa visão pouco agradável de sua situação futura, contentam-se em permanecer solteiros onde estão.

Se esse esboço do estado da sociedade da Inglaterra está próximo da verdade, e não julgo que seja exagerado, estará demonstrado que o obstáculo preventivo ao crescimento da população nesse país atua, embora com forças diferentes, em todas as classes da comunidade. A mesma observação será verdadeira em relação a todos os antigos Estados. Na verdade, as conseqüências dessas barreiras ao casamento são, entretanto, bastante evidentes pelos vícios que são gerados em quase toda parte do mundo, vícios que estão continuamente envolvendo ambos os sexos numa infelicidade sem solução.

CAPÍTULO V

O obstáculo positivo ao crescimento da população, pelo qual entendo aquele que impede um crescimento que já se iniciou, limita-se principalmente, embora não exclusivamente, às classes mais baixas da sociedade. Esse obstáculo não é tão evidente à observação comum como o outro que mencionei, e demonstrar claramente a força e a extensão de sua influência requereria, talvez, mais elementos do que possuímos. Mas acredito que, de modo geral, foi assinalado, por aqueles que têm acompanhado as estatísticas de óbitos,¹⁵⁴ que, do número de crianças que morrem anualmente, uma proporção demasiado grande se refere aos pais que podem ser considerados incapazes de dar alimento e cuidados adequados à sua prole, pois ocasionalmente ficam entregues a rigorosa miséria e são às vezes confinados em habitações insalubres e sujeitos a um árduo trabalho. Essa mortalidade entre os filhos dos pobres tem sido constantemente observada em todas as cidades. Certamente não predomina, num mesmo grau, em todo o país, mas o assunto até agora não recebeu atenção suficiente, para permitir a qualquer um afirmar que existem proporcionalmente mais óbitos entre os filhos dos pobres, mesmo no interior, do que entre os das classes média e alta. Na verdade, parece difícil admitir que a esposa de um trabalhador que tem seis filhos que, algumas vezes, sofre total falta de pão seria sempre capaz de dar a seus filhos o alimento e os cuidados necessários para a sobrevivência. Os filhos e as filhas dos camponeses não serão vistos nunca na vida real como rosados querubins, como são descritos nos romances. Não pode deixar de ser assinalado por aqueles que vivem muito no interior que os filhos dos trabalhadores estão muito sujeitos a ser prejudicados em seu crescimento e demoram para atingir o desenvolvimento pleno. Os rapazes que você julgaria estar com 14 ou 15 anos, após verificação, constata ter 18 ou 19 anos. E os meninos que trabalham com arado, que deve ser, com toda certeza, um exercício saudável, muito raramente são vistos com indícios de que tenham ad-

154 O autor se refere à estatística semanal de óbitos em Londres. (N. do T.)

quirido músculos em suas pernas, circunstância que só pode ser atribuída à falta de alimento adequado ou suficiente.

As leis dos pobres foram instituídas na Inglaterra para remediar a freqüente miséria do povo, mas é para se reacar que, embora elas possam ter aliviado um pouco a intensidade da miséria individual, provocaram um dano geral numa parcela muito maior. É um assunto freqüentemente suscitado em conversas e mencionado sempre como causa de grande admiração que, não obstante a enorme quantia que é anualmente arrecadada para os pobres na Inglaterra, ainda exista tanta miséria no meio deles. Alguns pensam que o dinheiro deve ter sido desviado, outros que os mordomos de igreja e os provedores dos indigentes da paróquia gastam a maior parte dele em jantares. Todos concordam que, de uma outra forma, o dinheiro deve ser muito mal administrado. Em suma, o fato de que aproximadamente 3 milhões são coletados anualmente para os pobres e, entretanto, sua miséria ainda não tenha sido eliminada, é um objeto de permanente assombro. Mas um homem que vê um pouco além da aparência das coisas ficaria muito mais admirado se o fato fosse diferente do que é observado, ou mesmo se uma arrecadação geral de 18 xelins de libra em vez de 4 fosse modificá-lo substancialmente. Preparei um exemplo que espero elucidar meu pensamento.

Suponhamos que, por uma colaboração dos ricos, os 18 pence por dia que o homem ganha hoje fossem reduzidos para 5 xelins; talvez se pudesse imaginar que eles tivessem então condições de viver confortavelmente e de ter todo dia um pedaço de carne para o seu jantar. Mas isso seria uma conclusão falsa. A entrega de 3 xelins e 6 pence por dia a cada trabalhador não aumentaria a quantidade de carne do país. Não há, no presente, o suficiente para que todos tenham um bom quinhão. Então, qual seria a conseqüência? A concorrência entre os compradores no mercado de carne elevaria rapidamente o preço de 6 ou 7 pence para 2 ou 3 xelins de libra e a mercadoria não seria partilhada por mais pessoas do que no presente. Quando um produto está escasso e não pode ser distribuído a todos, aquele que pode exibir o título imobiliário mais valioso, isto é, aquele que oferece mais dinheiro, torna-se o proprietário. Se podemos admitir que a concorrência entre os compradores de carne continua por muito tempo por causa de uma maior quantidade de gado criado anualmente, isso poderia ser realizado somente à custa dos cereais, o que se tornaria uma troca muito desvantajosa, pois é bem sabido que o país não pode, então, sustentar a mesma população; e quando os meios de subsistência estão escassos em relação ao número de pessoas, é de pouca relevância que os membros mais pobres da sociedade possuam 18 pence ou 5 xelins. Em qualquer caso, eles devem ser obrigados a viver com uma alimentação mais precária e em menor quantidade.

Dir-se-á, talvez, que o número crescente de compradores de qual-

quer artigo daria um estímulo à atividade produtiva e que o produto total da Ilha seria aumentado. Em certa medida esse seria o caso. Mas o estímulo que essa suposta riqueza daria à população a compensaria largamente e a produção maior seria dividida entre um número proporcionalmente maior de pessoas. Em todo esse período estou admitindo a mesma quantidade de trabalho que a executada anteriormente. Mas isso, na realidade, não aconteceria. A quantia recebida de 5 xelins por dia, em vez de 18 pence, faria todo homem imaginar-se relativamente rico e apto a desfrutar muitas horas ou dias de lazer. Isso se tornaria um empecilho forte e direto à atividade produtiva e, em breve tempo, não somente a nação ficaria mais pobre, mas as próprias classes mais baixas se tornariam muito mais miseráveis do que quando recebiam 18 pence por dia.

Uma coleta de 18 xelins de libra entre os ricos, mesmo se distribuídos da maneira mais criteriosa, teria de certo modo o mesmo efeito que o resultante da hipótese que acabei de fazer, e nenhuma contribuição possível, proveniente de sacrifícios dos ricos, particularmente em dinheiro, poderia impedir, por algum tempo, a volta da miséria entre os membros mais pobres da sociedade, quaisquer que sejam. Na verdade, grandes mudanças poderiam ser feitas. O rico poderia tornar-se pobre, e alguns pobres, ricos, mas uma parcela da sociedade necessariamente deve ter dificuldades para viver e essas dificuldades recairão naturalmente sobre os elementos menos afortunados.

De início pode parecer estranho, mas creio ser verdade que não posso, mediante recursos monetários, elevar o padrão de vida do pobre e possibilitar-lhe viver muito melhor do que anteriormente, sem abaixar proporcionalmente o padrão de vida dos outros membros da mesma classe. Se reduzo a quantidade de alimento consumida em minha casa e dou a ele o que suprimo, então eu o benefício sem rebaixar o padrão de vida de ninguém, exceto o meu próprio e de minha família que, talvez, fosse bem capaz de suportá-lo. Se exploro uma porção de terra não cultivada e dou o produto ao pobre, benefício tanto a ele como a todos os membros da sociedade, porque o que ele antes consumia era tirado de estoque comum e assim, provavelmente, um pouco do novo produto. Mas se dou a ele somente dinheiro, admitindo-se que o produto do país permanece o mesmo, dou-lhe o direito a uma parcela deste produto maior do que a do produto anterior, parcela essa que ele não pode receber sem diminuir a dos outros. É evidente que essa consequência, em termos individuais, deve ser tão pequena que será totalmente imperceptível; embora exista como tantas outras, que, como alguns insetos que vivem no ar, escapam de nossa percepção menos sensível.

Admitindo-se que a quantidade de alimento de qualquer país permaneça a mesma, ininterruptamente, por muitos anos, é evidente que esse alimento deve ser dividido de acordo com o valor do título

imobiliário,¹⁵⁵ de cada homem ou com a soma de dinheiro que ele pode gastar com essa mercadoria de procura tão geral. Entretanto, é uma verdade concludente que os títulos imobiliários de um grupo de homens não podem aumentar de valor sem diminuir o valor dos títulos de outros grupos de homens. Se os ricos fossem subscrever e dar 5 xelins por dia a 5 mil homens sem reduzir seus próprios alimentos, não resta dúvida de que, como aqueles homens, naturalmente, viveriam mais, com mais facilidade e consumiriam uma maior quantidade de provisões, existirá menos alimento de sobra para dividir com o resto e, conseqüentemente, o título imobiliário de cada homem diminuiria em valor ou o mesmo número de moedas de prata compraria menor quantidade de alimentos.

Um crescimento da população sem um crescimento proporcional dos alimentos, evidentemente, terá o mesmo efeito na diminuição do valor do título imobiliário de cada homem. O alimento deve necessariamente ser distribuído em menores quantidades e, conseqüentemente, um dia de trabalho comprará menor quantidade de provisões. Um aumento de preço das provisões surgiria de um crescimento da população mais rápido do que dos meios de subsistência ou de uma distribuição diferente do dinheiro da sociedade. O alimento de um país que foi ocupado durante muito tempo, se ele estivesse crescendo, cresce regular e vagarosamente e não pode ser destinado a atender quaisquer demandas inesperadas; entretanto, as variações na distribuição do dinheiro de uma sociedade não ocorrem raramente e estão, sem dúvida, entre as causas que provocam as contínuas variações que observamos no preço das provisões.

As leis dos pobres da Inglaterra tendem a rebaixar a condição geral do pobre dos dois modos seguintes. Sua primeira tendência óbvia é de aumentar a população sem um aumento de alimento para sustentá-la. Um pobre pode casar com pouca ou nenhuma perspectiva de ser capaz de sustentar uma família com independência. Pode-se dizer que, de certo modo, as leis criam o pobre que mantêm; e como as provisões do país, em conseqüência do aumento populacional, devem ser distribuídas a cada pessoa em pequenas quantidades, é evidente que o trabalho daqueles que não são sustentados pela assistência da paróquia comprará menor quantidade de provisões do que anteriormente e, conseqüentemente, a maioria deles será forçada a reclamar por sustento.

Em segundo lugar, a quantidade de provisões consumida em albergues por uma parcela da sociedade que não pode, em geral, ser considerada a mais importante diminui as cotas que, de outro modo,

155 O Sr. Godwin chama a riqueza que um homem recebe de seus antepassados de título imobiliário envelhecido. Penso que pode muito propriamente ser denominado de título imobiliário, mas dificilmente vejo a conveniência de chamá-la título imobiliário envelhecido, como se fosse um artigo de uso constante.

caberiam aos elementos mais operosos e mais dignos; e, então, dessa maneira, obriga muitos a se tornarem dependentes. Se os pobres dos albergues fossem viver melhor do que vivem hoje, essa nova distribuição de dinheiro da sociedade tenderia mais evidentemente a rebaixar a condição daqueles que não estão nos albergues, por ocasionar uma elevação do preço das provisões.

Felizmente, para a Inglaterra, o espírito de independência ainda permanece entre os camponeses. As leis dos pobres são feitas substancialmente para erradicar esse espírito. Em parte, elas obtiveram sucesso, mas se tivessem obtido tão completamente como se poderia esperar, sua tendência maléfica não teria ficado oculta por tanto tempo.

A pobreza dependente deve continuar sendo uma ignomínia, por mais duro que isso possa parecer em termos individuais. Tal incentivo parece ser absolutamente necessário para promover a felicidade da grande maioria da humanidade e toda tentativa geral de enfraquecer esse incentivo, por mais benevolente que seja sua clara intenção, sempre invalidará seu próprio objetivo. Se os homens são levados a casar em vista da perspectiva da provisão paroquial, com pouca ou nenhuma possibilidade de manter com independência suas famílias, eles não somente são injustamente induzidos a trazer infelicidade e dependência a si próprios e a seus filhos, mas são levados sem o saber a prejudicar a todos da mesma classe que eles. Um trabalhador que casa sem estar em condições de sustentar uma família pode, em alguns aspectos, ser considerado um inimigo de todos os seus companheiros trabalhadores.

Não tenho nenhuma dúvida de que as leis dos pobres da Inglaterra têm contribuído para elevar os preços dos mantimentos e abaixar o preço real do trabalho. Por essa razão, essas leis contribuíram para empobrecer a classe de pessoas cuja única propriedade é o seu trabalho. É também difícil admitir que as leis não tenham contribuído intensamente para generalizar a negligência e a falta de economia observadas entre os pobres, tão contrárias à disposição verificada entre os pequenos comerciantes e os pequenos agricultores. O trabalhador pobre, para usar uma expressão vulgar, vive ao deus-dará. Suas necessidades do momento ocupam toda sua atenção e eles raramente pensam no futuro. Mesmo quando têm uma oportunidade de poupança, raramente a fazem, mas tudo o que está além das suas necessidades de momento, genericamente falando, vai para a cervejaria. Por essa razão se diz que as leis dos pobres da Inglaterra diminuem tanto a condição como a vontade de poupar do povo, e assim enfraquecem um dos mais fortes estímulos à sobriedade e à atividade e, conseqüentemente, à prosperidade.

Há uma queixa geral entre os proprietários de manufaturas de que os altos salários empobrecem todos os seus operários, mas é difícil admitir que estes homens não poupariam uma parte de seus altos salários para o futuro sustento de seus filhos, em vez de gastá-la em bebedeira e esbanjamento, se eles não confiassem na assistência pa-

roquial para sustentá-los em caso de imprevistos. É que o pobre empregado das manufaturas vê essa assistência como um motivo pelo qual ele pode gastar todo o salário que ganha e se divertir enquanto lhe pode parecer evidente, a partir do número de filhos que, pela falência de alguma grande manufatura, imediatamente ele contará com o auxílio paroquial, quando, talvez, os salários ganhos nesta fábrica, enquanto ela funcionava, estivessem suficientemente acima do preço do trabalho comum do país e lhe tivessem permitido poupar o bastante para seu sustento até que pudesse encontrar um outro meio para o seu trabalho.

Um homem que pudesse não ser impedido de ir à cervejaria por considerar que, com sua morte ou doença, ele deixaria sua esposa e filhos sob os cuidados da paróquia, poderia hesitar ainda em esbanjar seus salários se tivesse a certeza de que, num daqueles casos, sua família morreria de fome ou ficaria entregue ao sustento de uma eventual caridade. Na China, onde tanto o preço real do trabalho como o nominal é muito baixo, os filhos são ainda obrigados por lei a sustentar seus pais velhos e sem recursos. Não pretenderei determinar se tal lei é aconselhável neste país. Mas parece, de qualquer modo, altamente improvável que, mediante instituições positivas que tornam a pobreza dependente tão generalizada, se possa diminuir essa desgraça, que, pelas razões melhores e mais humanas, está associada a ela.

O grau de prosperidade do povo não pode senão diminuir, quando um dos mais fortes obstáculos ao ócio e ao desperdício é então removido e quando os homens são levados a casar com pouca ou nenhuma perspectiva de poder sustentar uma família com independência. Todo obstáculo no caminho do casamento deve ser considerado, sem dúvida, uma espécie de infelicidade. Mas como pelas leis de nossa natureza deve haver algum obstáculo ao crescimento da população, é melhor que a população seja controlada por uma previsão das dificuldades em se cuidar de uma família e pelo medo da pobreza dependente, do que ser estimulada apenas para ser contida, posteriormente, pela privação e pela doença.

Isso seria lembrado sempre que houvesse um absoluto desequilíbrio entre o alimento e mercadorias manufaturadas, cujas matérias-primas existem em grande abundância. A demanda dessas últimas não deixará de produzi-las em grande quantidade como elas são exigidas. A demanda de alimento não tem, de nenhuma maneira, o mesmo poder produtivo. Num país em que todas as áreas férteis têm sido ocupadas, são necessárias altas ofertas para estimular o agricultor a colocar seu adubo na terra de onde ele espera um retorno lucrativo por alguns anos. E antes que a perspectiva de vantagem seja suficientemente grande para estimular esse tipo de empreendimento agrícola, e enquanto a nova produção esteja em crescimento, poderão sobrevir grandes misérias por causa da sua falta.

A demanda de uma quantidade crescente de meios de subsistência

é, com poucas exceções, constante em todo lugar; entretanto, vemos o quanto ela é insuficientemente atendida em todos aqueles países que foram ocupados há muito tempo.

As leis dos pobres da Inglaterra, sem dúvida, foram instituídas com o mais humanitário propósito, mas há um grande motivo para crer que não tiveram sucesso em sua intenção. As leis, certamente, aliviaram alguns casos de miséria muito extrema que poderiam ocorrer em outras circunstâncias; entretanto, a situação dos pobres que são sustentados pelos auxílios paroquiais, considerada em todas as suas particularidades, está muito longe de ser livre da miséria. Entretanto, uma das principais objeções a essas leis é que, por causa da assistência que alguns pobres recebem, em si mesma um benefício mais ou menos duvidoso, todas as camadas populares da Inglaterra estão sujeitas a uma série de leis desagradáveis, inconvenientes e tirânicas, totalmente incompatíveis com o verdadeiro espírito da Constituição. Todos os assuntos das instituições, mesmo no seu atual estágio de reforma, são extremamente conflitantes com todas as idéias de liberdade. As exigências da paróquia para com os homens cujas famílias estão sujeitas a se tornarem dispendiosas e as mulheres pobres que estão próximas do parto é a tirania mais vergonhosa e desagradável. E os embaraços continuamente provocados por essas leis no mercado de trabalho têm uma tendência constante a aumentar as dificuldades daqueles que estão lutando para se sustentarem sem a assistência.

Esses danos que acompanham as leis dos pobres são, em certa medida, irremediáveis. Se a assistência existe para ser distribuída a uma certa classe de pessoas, deve ser dado, em algum lugar, um poder para discriminar os objetivos adequados bem como administrar os negócios que são necessários, mas uma grande interferência nos assuntos de outras pessoas é uma espécie de tirania; e no curso normal das coisas pode-se esperar que o exercício desse poder se transforme em prisão para aqueles que são levados a pedir sustento. A tirania dos juizes, dos mordomos de Igreja e dos provedores dos indigentes da paróquia é uma queixa comum entre os pobres, mas o erro não está tanto nessas pessoas — que, provavelmente, antes de assumirem o poder, não eram piores que as outras pessoas —, mas na natureza de semelhantes instituições.

O mal talvez tenha crescido demais para poder ser remediado; entretanto, resta pouca dúvida em meu espírito de que, se as leis dos pobres nunca tivessem existido, embora pudesse ter havido vários momentos de cruel miséria, o conjunto de pessoas felizes na população, entretanto, teria sido muito maior do que é atualmente.

O projeto da lei dos pobres do Sr. Pitt tem a aparência de ser organizado dentro das intenções mais humanitárias, e o protesto levantado contra ele era, em muitos aspectos, mal dirigido e irracional. Mas deve se reconhecer que o projeto possui, em alto grau, o defeito

grande e radical de todos os sistemas desse tipo, o de contribuir para aumentar a população sem o aumento dos meios de subsistência para sustentá-la; rebaixando então a condição daqueles que não são sustentados pelos auxílios paroquiais e, conseqüentemente, criando mais pobres.

Eliminar as necessidades das classes mais baixas da sociedade é, na verdade, uma tarefa árdua. A verdade é que a pressão da miséria sobre essa parcela de uma comunidade é um mal tão profundamente arraigado que nenhuma habilidade humana pode atingi-lo. Fosse eu propor um paliativo — e paliativos é tudo o que a natureza do caso admitirá —, seria, em primeiro lugar, a revogação completa de todas as atuais leis paroquiais de auxílio aos pobres. Isto daria, em certa proporção, liberdade e autonomia de ação para os camponeses da Inglaterra, o que dificilmente se pode afirmar que eles possuam atualmente. Eles seriam capazes de se estabelecer permanentemente em qualquer lugar onde houvesse uma perspectiva de grande abundância de trabalho e maior remuneração pelo serviço. O mercado de trabalho então ficaria livre e seriam removidos aqueles obstáculos que, tal como as coisas se encontram agora, freqüentemente e por um tempo considerável, impedem o preço de se elevar de acordo com a demanda.

Em segundo lugar, poderiam ser dadas recompensas para explorar novas terras, e todos os incentivos possíveis seriam oferecidos à agricultura mais do que às manufaturas, e ao cultivo do solo mais do que às pastagens. Todo esforço seria utilizado para enfraquecer e destruir todas aquelas instituições relacionadas com as corporações, os aprendizados etc. que fazem com que os trabalhos de agricultura sejam mais mal remunerados do que os trabalhos do comércio e das manufaturas. Pois um país nunca poderá produzir o seu próprio alimento enquanto permanecerem essas discriminações a favor dos artesãos. Semelhantes estímulos à agricultura tenderiam a suprir o mercado com uma crescente quantidade de trabalho saudável e, ao mesmo tempo, a aumentar o produto do país, e elevariam o preço relativo do trabalho, melhorando a condição do trabalhador. Estando então em melhores condições e não vendo nenhuma perspectiva de auxílio paroquial, ele se sentiria mais capaz e mais disposto a participar de associações para proteção de sua família e dele próprio contra as doenças.

Por último, para os casos de extrema miséria, poderiam ser instituídos albergues de condado, sustentados por impostos de todo o reino e abertos a pessoas de todos os condados e, na verdade, de todas as nações. A comida seria pouca e aqueles que fossem aptos seriam obrigados a trabalhar. Seria desejável que os albergues não fossem vistos como confortáveis asilos para atender a todas as dificuldades, mas simplesmente como lugares em que a extrema miséria pudesse achar algum alívio. Uma parte dessas casas poderia ser independente ou outras construídas com objetivo mais beneficente, que não fossem fiscalizadas raramente, a fim de providenciar um lugar em que qualquer

pessoa, natural do país ou estrangeira, pudesse trabalhar um dia, em qualquer época, e receber pelo trabalho o preço do mercado. Alguns casos, sem dúvida, seriam deixados aos cuidados da caridade particular.

Um projeto desse tipo, preliminar ao que seria uma revogação de todas as atuais leis do auxílio paroquial, parece ser melhor plano para aumentar o conjunto de pessoas felizes na população da Inglaterra. Impedir o retorno da miséria está — infelizmente — além do poder do homem. No vão esforço de realizar o que na natureza das coisas é impossível, sacrificamos, hoje, não apenas os benefícios possíveis mas os benefícios mais seguros. Dizemos ao povo que, se ele se submeter a um código de regulamentos tirânicos, nunca passará necessidade. Ele se submete a esses regulamentos. Ele cumpre sua parte do contrato, mas nós não, ou melhor, não podemos cumprir a nossa, e então o pobre sacrifica o benefício valioso da liberdade e nada recebe que possa ser chamado de retorno equivalente.

Então, não obstante a instituição das leis dos pobres na Inglaterra, penso que será reconhecido que, considerando os estados das classes mais pobres em conjunto, tanto nas cidades como no campo, a miséria que eles sofrem por causa da falta de alimento adequado e suficiente, por causa do trabalho duro e das moradias insalubres, deve atuar como um empecilho permanente ao crescimento da incipiente população.

A esses dois grandes obstáculos ao crescimento da população, em todos os países ocupados há muito tempo, que denominei de obstáculos preventivos e positivos, podem ser acrescidos os costumes corruptos em relação às mulheres, as grandes cidades, as manufaturas insalubres, a intemperança, a peste e a guerra.

Todos esses obstáculos podem simplesmente ser reduzidos à miséria e ao vício. E essas são as verdadeiras causas do lento crescimento da população em todos os Estados da moderna Europa, como se verá com bastante evidência pelo crescimento comparativamente rápido que invariavelmente tem ocorrido todas as vezes que essas causas já tenham sido, em certa proporção, eliminadas.

CAPÍTULO VI

Tem sido observado em toda parte que todas as novas colônias estabelecidas nos países férteis, onde havia abundância de espaço e de alimento, tiveram sua população permanentemente aumentada com rapidez extraordinária. Algumas das colônias da antiga Grécia, num período não muito extenso, rivalizavam em muito com seus Estados colonizadores em número e força. E, para não se estender por épocas remotas, os núcleos coloniais europeus do Novo Mundo dão amplo testemunho da verdade de uma observação que, na verdade, nunca, que eu saiba, foi posta em dúvida. Uma grande extensão de terra fértil, que pode ser obtida por um pouco ou nada, é uma causa tão poderosa de povoamento quanto vencer todos aqueles obstáculos. Nenhuma colônia pode ter sido tão mal administrada quanto as da Espanha, do México, Peru e Quito. A tirania, a superstição e os vícios da pátria-mãe foram disseminados amplamente entre seus filhos. Foram extorquidos pela Coroa tributos exorbitantes. As mais arbitrarias restrições foram impostas a seu comércio. E os governadores não ficavam em segundo plano quando se tratava de ganância e extorsão, para si próprios como para seus superiores. Com todas essas dificuldades, entretanto, as colônias experimentavam um rápido crescimento da população. A cidade de Lima, fundada desde a conquista, é descrita por Ulloa como tendo 50 mil habitantes aproximadamente, 50 anos atrás. Quito, que tinha sido apenas uma aldeia de índios, é descrita pelo mesmo autor como igualmente populosa naquela época. Diz-se que o México tinha 100 mil habitantes, população que, não obstante os exageros dos escritores espanhóis, supõe-se ser cinco vezes maior do que a da época de Montezuma.

Na colônia portuguesa do Brasil, governada com tirania quase semelhante, admitia-se existir, há 30 anos, 600 mil habitantes de origem européia.

As colônias holandesas e francesas, embora sob o governo exclusivo de companhias de comerciantes, que, como afirma o Dr. Adam Smith muito judiciosamente, é o pior de todos os governos concebíveis, ainda persistem em se enriquecer, mesmo com tantos prejuízos.

Mas as colônias inglesas da América do Norte, hoje o poderoso povo dos Estados Unidos da América, realizaram incomparavelmente o mais rápido progresso. À grande quantidade de boa terra que possuíam, da mesma forma que as colônias espanholas e portuguesas, eles acrescentaram um maior grau de liberdade e igualdade. Embora não sem algumas restrições sobre seu comércio exterior, eles gozaram de perfeita liberdade para administrar seus negócios internos. As instituições políticas que predominaram eram favoráveis à alienação e à divisão da propriedade. As terras que não eram cultivadas pelo proprietário dentro de certo limite de tempo eram declaradas disponíveis para qualquer outra pessoa. Na Pensilvânia não havia nenhum direito de primogenitura, e nas províncias da Nova Inglaterra o mais velho tinha apenas uma parcela dupla. Não havia dízimos em nenhum dos Estados e somente alguns impostos. E, por causa do preço extremamente baixo da terra fértil, um capital não poderia ser mais vantajosamente empregado do que na agricultura que, ao mesmo tempo que fornece a maior quantidade de trabalho saudável, produz, em maior quantidade, a mercadoria mais valiosa para a sociedade.

O resultado dessas condições favoráveis reunidas foi uma rapidez de crescimento populacional provavelmente sem paralelo na história. Em todas as colônias do norte a população se viu duplicada em 25 anos. O número inicial de pessoas que se estabeleceram nas quatro províncias da Nova Inglaterra em 1643 era de 21 200.¹⁵⁶ Admite-se que, posteriormente, mais pessoas as abandonaram do que as povoaram. No ano de 1760, as províncias chegaram a meio milhão. Portanto, elas sempre duplicaram seu próprio número em 25 anos. Em Nova Jersey verificou-se que o período de duplicação foi 22 anos; e em Rhode Island ainda menos. Nos núcleos coloniais afastados, onde os habitantes se dedicavam exclusivamente à agricultura e o luxo não era conhecido, eles viram seu próprio *quantum* duplicar em 15 anos, o exemplo mais extraordinário de crescimento.¹⁵⁷ Ao longo da costa marítima que, na-

156 Tomei estes dados dos dois volumes de *Observations* do Dr. Price, não dispondo do folheto do Dr. Styles, do qual ele faz a citação.

157 Em situações deste tipo, as energias da terra parecem ser plenamente suficientes para atender a todas as demandas de alimento que podem ser feitas a ela pelo homem. Mas estaríamos incidindo em erro se fôssemos admitir daí que a população e o alimento realmente sempre crescem na mesma proporção. O primeiro ainda permanece em progressão geométrica e o segundo em progressão aritmética, isto é, um cresce pela multiplicação e o outro pela soma. Onde existem poucas pessoas e uma grande quantidade de terra fértil, a capacidade do solo para produzir um aumento anual de alimentos pode ser comparada a um grande reservatório de água abastecido por um pequeno regato. Quanto mais rápido cresce a população, mais necessidade haverá de desviar mais água e conseqüentemente uma quantidade crescente será utilizada a cada ano. Entretanto, sem dúvida, mais depressa o reservatório se esgotará e somente restarão os regatos. À medida que um acre de terra vai sendo incorporado a outro, até que toda a área fértil seja ocupada, o crescimento anual do alimento dependerá da melhoria da terra já ocupada; e mesmo esse pequeno regato irá gradualmente minguando. Entretanto, a população que pôde ser suprida de alimento aumentaria com uma energia inesgotável, e o crescimento de um período forneceria o poder de um maior crescimento do período seguinte, e isso sem nenhum limite.

turalmente, seria a primeira a ser habitada, o período de duplicação ficou em torno de 35 anos; e em algumas das cidades litorâneas a população permaneceu absolutamente estacionária.

Esses dados parecem demonstrar que a população cresce exatamente na medida em que os dois grandes obstáculos a ela — a miséria e o vício — sejam removidos, e que não há um critério mais verdadeiro em relação à prosperidade e à simplicidade de um povo do que a rapidez de seu crescimento. A insalubridade das cidades, às quais algumas pessoas são levadas necessariamente pela natureza de seus ofícios, deve ser considerada como uma espécie de miséria, e o menor obstáculo ao casamento, do ponto de vista das dificuldades de manter uma família, pode ser justamente classificado sob o mesmo título. Em suma, é difícil admitir qualquer obstáculo ao crescimento da população que não traga as características de algum tipo de miséria ou vício.

A população dos treze Estados americanos antes da guerra estava estimada em torno de 3 milhões. Ninguém imagina que a Grã-Bretanha seja menos populosa no presente por causa da emigração de uma pequena quantidade de famílias que resultou naquele número. Ao contrário, uma determinada cota de emigração é tida como favorável à população da pátria-mãe. Foi particularmente assinalado que as duas províncias espanholas, das quais emigrou o maior número de pessoas para a América, tornaram-se em conseqüência mais populosas. Qualquer que fosse o número inicial dos emigrantes britânicos, que cresceu tão rápido nas colônias norte-americanas, vamos indagar: por que um número igual não produz um crescimento igual, no mesmo período de tempo, na Grã-Bretanha? A grande e evidente causa assinalada é a falta de moradia e alimento ou, em outras palavras, a miséria, e que essa é também uma causa muito mais poderosa do que o vício, que fica suficientemente evidente pela rapidez com que mesmo os Estados antigos se recuperam da devastação da guerra, da peste ou dos cataclismos da natureza. Eles são, então, em curto tempo, colocados um pouco na situação dos novos Estados e o resultado é sempre correspondente ao que poderia ser esperado. Se a atividade dos habitantes não for destruída pelo medo ou pela tirania, os meios de subsistência logo aumentarão além das necessidades dos seus limitados números (de pessoas) e a conseqüência inevitável será que a população, que antes era talvez estável, começará imediatamente a crescer.

A fértil província de Flandres, que freqüentemente foi palco das mais devastadoras guerras, depois de uma trégua de poucos anos, surgia novamente tão produtiva e populosa como sempre. Mesmo o palatinado ergueu de novo sua cabeça depois dos execráveis saques de Luís XIV. As conseqüências da pavorosa peste de Londres, em 1666, não eram percebidas quinze ou vinte anos depois. Os vestígios das mais destruidoras crises de fome na China e no Hindustão foram suprimidos muito depressa, segundo dizem todos. Pode-se mesmo duvidar se a

Turquia e o Egito estão com uma média de população muito menor por causa das pragas que os devastavam periodicamente. Se o número de pessoas que esses países tinham fosse menor hoje do que antigamente, isto deveria, provavelmente, ser atribuído mais à tirania e à opressão do governo sob os quais eles padecem, e o conseqüente desestímulo à agricultura, do que às perdas que eles sofreram com a peste. Os mais terríveis cataclismos da natureza, tais como as erupções vulcânicas e os terremotos, se não acontecem tão freqüentemente de modo a desalojar seus habitantes ou destruir seu espírito de iniciativa, têm apenas uma pequena consequência sobre a média da população de qualquer Estado. Nápoles e a região próxima ao Vesúvio são ainda muito populosas, não obstante as freqüentes erupções daquela montanha. E Lisboa e Lima provavelmente hoje estão próximas da mesma situação com relação à população como estavam antes dos últimos terremotos.

CAPÍTULO VII

Graças a um grande cuidado com a limpeza, a peste parece, enfim, estar completamente eliminada de Londres. Entretanto, não é improvável que entre as causas secundárias, que provocam ainda períodos de doenças e epidemias, devem constar a aglomeração da população e o alimento deteriorado ou insuficiente. Fui levado a essa conclusão observando algumas das tabelas do Sr. Susmilch que o Dr. Price citou em uma de suas notas para o pós-escrito da polêmica sobre a população da Inglaterra e do País de Gales. Elas são consideradas bastante exatas e, se fossem generalizadas, lançariam uma grande luz sobre os diferentes modos pelos quais o crescimento da população é contido e impedido de crescer além dos meios de subsistência de qualquer país. Citarei uma parte das tabelas com as observações do Dr. Price.

NO REINO DA PRÚSSIA E NO DUCADO DA LITUÂNIA

<i>Média anual</i>	<i>Nascimentos</i>	<i>Óbitos</i>	<i>Casamentos</i>	<i>Proporção de nascimentos p/ casamentos</i>	<i>Proporção de nascimentos p/ óbitos</i>
10 anos até 1702	21 963	14 718	5 928	37 p/ 10	150 p/ 100
5 anos até 1716	21 602	11 984	4 968	37 p/ 10	180 p/ 100
5 anos até 1756	28 392	19 154	5 599	50 p/ 10	148 p/ 100

“N.B. Em 1709 e 1710, a peste provocou a morte de 247 733 habitantes deste país e em 1736 e 1737, as epidemias predominaram, o que de novo impediu seu crescimento.”

Pode-se observar que a maior proporção de nascimentos em relação aos obtidos foi nos cinco anos depois do grande surto de peste.

“Nessa situação concluímos que o número de habitantes quase foi duplicado em 56 anos, não tendo ocorrido nenhuma epidemia muito grave que interrompesse por uma só vez o crescimento; entretanto, os três anos imediatamente seguintes ao último pe-

riodo (1759) foram anos tão marcados pelas doenças que os nascimentos baixaram para 10 229 e os óbitos se elevaram para 15 068.”

DUCADO DA POMERÂNIA

<i>Média anual</i>	<i>Nascimentos</i>	<i>Óbitos</i>	<i>Casamentos</i>	<i>Proporção de nascimentos p/ casamentos</i>	<i>Proporção de nascimentos p/ óbitos</i>
6 anos até 1702	6 540	4 647	1 810	36 p/ 10	140 p/ 100
6 anos até 1708	7 455	4 208	1 875	39 p/ 10	177 p/ 100
6 anos até 1726	8 432	5 627	2 131	39 p/ 10	150 p/ 100
4 anos até 1756	12 767	9 281	2 957	43 p/ 10	137 p/ 100

Não é provável que nesse caso o número de habitantes tenha crescido mais rápido do que a quantidade de alimentos e as moradias necessárias para mantê-los com saúde? Todo o povo, nessa hipótese, seria obrigado a viver da maneira mais penosa e um número maior de pessoas estaria amontoado numa única casa e, certamente, não é improvável que essas estivessem entre as causas naturais que produziram os três anos funestos. Essas causas podem produzir tal efeito, embora o país considerado, em termos absolutos, não seja de população extremamente concentrada e numerosa. Mesmo num país pouco densamente povoado, se ocorre um crescimento da população antes de crescer a quantidade de alimentos e de se construir mais casas, os habitantes devem ficar, em certa medida, atormentados pela falta de moradias e de meios de subsistência. Fossem os casamentos na Inglaterra, nos próximos oito ou dez anos, mais fecundos do que o normal, ou houvesse mesmo um número de casamentos maior do que o comum, admitindo-se que o número de casas permanece o mesmo, em lugar de cinco ou seis pessoas numa pequena casa, deveria haver sete ou oito, e isso, somado à necessidade de viver de modo mais penoso, provavelmente provocaria um efeito muito desfavorável sobre a saúde da população.

NEUMARK DE BRANDENBURGO

<i>Média anual</i>	<i>Nascimentos</i>	<i>Óbitos</i>	<i>Casamentos</i>	<i>Proporção de nascimentos p/ casamentos</i>	<i>Proporção de nascimentos p/ óbitos</i>
5 anos até 1701	5 433	3 483	1 436	37 p/ 10	155 p/ 100
5 anos até 1726	7 012	4 254	1 713	40 p/ 10	164 p/ 100
5 anos até 1756	7 978	5 567	1 891	42 p/ 10	143 p/ 100

“As epidemias predominaram por seis anos, de 1736 a 1741, o que impediu o crescimento.”

DUCADO DE MAGDEBURGO

<i>Média anual</i>	<i>Nascimentos</i>	<i>Óbitos</i>	<i>Casamentos</i>	<i>Proporção de nascimentos p/ casamentos</i>	<i>Proporção de nascimentos p/ óbitos</i>
5 anos até 1702	6 431	4 103	1 681	38 p/ 10	156 p/ 100
5 anos até 1717	7 590	5 335	2 076	36 p/ 10	142 p/ 100
5 anos até 1756	8 850	8 069	2 193	40 p/ 10	109 p/ 100

“Os anos de 1738, 1740, 1750 e 1751 foram particularmente epidêmicos.”

Para mais informações sobre esse assunto, reporto o leitor às tabelas do Sr. Susmilch. Os extratos que apresentei são suficientes para mostrar os retornos periódicos, embora irregulares, das fases epidêmicas e parece muito provável que a escassez de moradias e alimentos foi uma das principais causas que as provocaram.

Conclui-se pelas tabelas que esses países foram crescendo mais depressa que os Estados antigos, não obstante as eventuais fases epidêmicas que prevaleceram. O plantio deve ter sido desenvolvido e os casamentos, conseqüentemente, estimulados, porque os obstáculos ao crescimento da população se mostraram mais do tipo positivo do que do tipo preventivo. Quando, a partir da perspectiva de uma crescente fartura, em algum país, a força que detém o crescimento da população é, em certa medida, eliminada, é muito provável que o movimento continuará além da atuação da causa que inicialmente o impulsionou. Ou, para ser mais específico, quando a produção crescente de um país e a crescente demanda de trabalho tanto melhoram a situação do trabalhador, como estimulam demais os casamentos, é provável que o costume dos casamentos prematuros continue até que a população do país tenha ido além da produção aumentada; e os períodos epidêmicos demonstram ser a conseqüência natural e necessária. Por essa razão, eu desejaria que aqueles países em que os meios de subsistência estivessem crescendo suficientemente de vez em quando para estimular a população, mas não para atender a todas as suas demandas, estivessem mais sujeitos a epidemias periódicas do que aqueles em que a população pudesse se ajustar mais adequadamente à produção média.

Uma afirmação contrária a essa provavelmente também será considerada verdadeira. Naqueles países que estão sujeitos a epidemias periódicas, o crescimento da população ou o predomínio dos nascimentos sobre os óbitos será maior nos intervalos daqueles períodos do que comumente acontece, *caeteris paribus*, nos países não tão sujeitos a tais calamidades. Se a Turquia e o Egito ficassem um tanto estáveis em sua média populacional no último século, nos intervalos de suas epidemias

periódicas, os nascimentos deveriam ter ultrapassado os óbitos numa proporção maior do que em países como a França e a Inglaterra.

A proporção média de nascimentos, em comparação com os óbitos, em um país, por um período de cinco ou dez anos, se revelará, conseqüentemente, como um critério muito inadequado pelo qual se pode julgar o avanço real da população. Essa proporção, certamente, mostra a taxa de crescimento durante aqueles cinco ou dez anos; entretanto, não podemos de modo algum deduzir daí o que foi o crescimento de vinte anos atrás ou o que seria o crescimento dos vinte anos posteriores. O Dr. Price observa que a Suécia, a Noruega, a Rússia e o reino de Nápoles experimentam rápido crescimento; entretanto, os dados dos registros que ele forneceu não abrangem períodos de extensão suficiente para determinar o fato. Contudo, é muito provável que a Suécia, a Noruega e a Rússia estejam realmente aumentando sua população, embora não à taxa em que a proporção de nascimentos em relação aos óbitos, nos pequenos períodos que o Dr. Price toma, parecia mostrar.¹⁵⁸ Durante cinco anos, finalizando em 1777, a proporção de nascimentos em relação aos óbitos no reino de Nápoles foi de 144 para 100, mas existe razão para se supor que essa proporção indicaria que um crescimento muito maior seria verificado naquele reino durante um período de cem anos.

O Dr. Short comparou os registros de muitos povoados e cidades-mercado da Inglaterra por dois períodos: o primeiro da rainha Elizabeth até a metade do último século, e o segundo de diferentes anos do fim do último século até a metade do atual. De um estudo comparativo desses dados, evidencia-se que no primeiro período os nascimentos ultrapassavam os óbitos na proporção de 124 para 100, mas no último apenas na proporção de 111 para 100. O Dr. Price imagina que os registros do primeiro período não são confiáveis, entretanto, provavelmente nestas circunstâncias não dão proporções incorretas. Pelo menos existem razões para se esperar encontrar um predomínio dos nascimentos sobre os óbitos maior no primeiro período do que no último. No crescimento natural da população de um país, uma maior quantidade de terra fértil, *caeteris paribus*,¹⁵⁹ seria posta em cultivo nos seus primeiros estágios do que nos últimos. E um maior crescimento proporcional anual da produção será quase invariavelmente acompanhado por um aumento proporcionalmente maior da população. Mas, além dessa grande causa que naturalmente produz o predomínio de nasci-

158 Ver *Observations* do Dr. Price, v. II. Pós-escrito para a polêmica sobre população da Inglaterra e do País de Gales.

159 Digo *caeteris paribus* porque o crescimento da população de qualquer país sempre dependerá muitíssimo do espírito de iniciativa que predomina e do modo pelo qual ele é orientado. O saber e os hábitos do povo e outras causas temporárias, particularmente o grau de liberdade e igualdade civil existentes na época, sempre têm grande influência no estímulo e orientação desse espírito.

mentos sobre os óbitos maior no fim do reinado da rainha Elizabeth do que na metade deste século, não posso concordar com a idéia de que as ocasionais devastações da peste, no primeiro período, devem ter tido alguma tendência a aumentar essa proporção. Se uma média de dez anos fosse tomada para os intervalos dos retornos dessa horrível calamidade, ou se os anos de peste fossem desprezados como acidentais, os registros certamente dariam a proporção de nascimentos em comparação com os óbitos muito alta por causa da média real de crescimento da população. Durante alguns poucos anos depois da grande peste de 1666, é provável que houvesse um predomínio mais do que o comum dos nascimentos sobre os óbitos, particularmente se for bem fundada a opinião do Dr. Price de que a Inglaterra era mais populosa na revolução (que aconteceu somente 22 anos mais tarde) do que é atualmente.

O Sr. King, em 1693, afirmou que a proporção dos nascimentos em relação aos óbitos em todo o reino, exceto em Londres, era de 115 para 100. O Dr. Short estabeleceu essa proporção, na metade deste século, em 111 para 100, incluindo Londres. A proporção na França durante cinco anos, terminando em 1774, era de 117 para 100. Se essas afirmações estão próximas da verdade e se não existem variações muito grandes das proporções em períodos específicos, se evidenciaria que a população da França e a da Inglaterra se aproximaram muito da produção média de cada país. Os desestímulos ao casamento, os conseqüentes hábitos viciosos, a guerra, a intemperança, o despovoamento despercebido, embora certo, das grandes cidades, as moradias acanhadas e a alimentação insuficiente de muitos dos pobres, impedem a população de crescer além dos meios de subsistência; e se posso usar uma expressão que, certamente, de início parece estranha, substituem a necessidade de epidemias grandes e devastadoras para conter o que é excedente. Foram 2 milhões na Inglaterra e 6 milhões na França que uma peste destruidora aniquilou; não pode haver dúvida alguma de que, depois que os habitantes se recuperaram dessa terrível comoção, a proporção de nascimentos em comparação com os óbitos ficaria muito acima do que está no presente em ambos os países.

Em Nova Jersey, a proporção dos nascimentos em relação aos óbitos, numa média de sete anos, terminando em 1743, foi de 300 para 100. Na França e na Inglaterra, tomando-se a proporção mais alta, a relação é de 117 para 100. Essa diferença é grande e assustadora, mas não devemos ficar tão apavorados com ela a ponto de atribuí-la à milagrosa intervenção divina. As suas causas não são remotas, ocultas e misteriosas, mas estão próximas de nós, nos rodeiam e se abrem à pesquisa de toda mente investigadora. É próprio do espírito mais liberal da filosofia admitir que uma pedra não pode cair ou uma planta não pode crescer sem a pronta intervenção do poder divino. Mas sabemos, a partir da experiência, que essas ações que chamamos naturais foram conduzidas, quase invariavelmente, de acordo com leis fixas. E, desde

que o mundo começou, as causas do povoamento e do despovoamento foram provavelmente tão constantes como quaisquer das leis da natureza com as quais nós nos acostumamos.

A paixão entre os sexos tem demonstrado, em qualquer idade, ser tão semelhante a essas mesmas leis que pode ser sempre considerada, em linguagem algébrica, como uma quantidade dada. A grande lei da necessidade que impede a população de qualquer país de crescer além do alimento que pode produzir ou adquirir, é uma lei tão patente a nossos olhos, tão óbvia e evidente ao nosso conhecimento e tão plenamente confirmada pela experiência em qualquer época, que não podemos nem por um momento duvidar dela. Os diferentes modos que a natureza usa para impedir ou controlar um povoamento excessivo não nos parecem, na verdade, tão certos e regulares, mas, embora não possamos prever sempre o modo, com certeza podemos prever o fato. Se a proporção de nascimentos em relação aos óbitos, durante uns poucos anos, indica um crescimento numérico muito além da produção proporcional aumentada ou adquirida do país, podemos perfeitamente estar certos que, a não ser que ocorra uma emigração, as mortes ultrapassarão um pouco os nascimentos; e que o crescimento que ocorreu durante uns poucos anos não pode ser o crescimento real médio da população do país. Não existem outras causas de despovoamento; qualquer país, sem dúvida, estaria sujeito à peste ou fome periódicas.

O único critério verdadeiro de um crescimento real e permanente da população de qualquer país é o crescimento dos meios de subsistência. Mas mesmo esse critério está sujeito a pequenas variações que estão, contudo, plenamente ao alcance de nossos olhos e de nossa observação. Em alguns países, a população parece ter sido forçada, isto é, o povo foi habituado aos poucos a viver praticamente com as menores quantidades possíveis de alimento. Deve ter havido em tais países períodos em que a população crescia permanentemente sem um aumento dos meios de subsistência. A China parece corresponder a essa descrição. Se podem ser confiáveis os relatórios de que dispomos deste país, as classes mais pobres da população estão habituadas a viver praticamente com a menor quantidade de alimento possível e ficam contentes ao conseguir alguns restos putrefatos, que os trabalhadores europeus, mesmo que estivessem morrendo de fome, não comeriam. A lei da China que permite aos pais pôr à venda seus filhos tem servido principalmente, então, para restringir a população. Uma nação nessa condição está necessariamente sujeita à fome. Onde um país é tão populoso em relação aos meios de subsistência que a sua produção média é apenas parcamente suficiente para manter a sobrevivência de seus habitantes, qualquer escassez proveniente de períodos de dificuldade deve ser fatal. É provável que o modo muito frugal com que os hindus não muçulmanos estão habituados a viver contribua, em certa medida, para a fome no Hindustão.

Na América, onde a remuneração pelo trabalho é, atualmente, tão liberal, as classes mais pobres poderiam reduzir suas despesas muito consideravelmente num ano de escassez sem se afligirem materialmente. Por essa razão, uma crise de fome parece ser praticamente impossível. Pode-se esperar que com o crescimento da população da América os trabalhadores, com o tempo, serão remunerados de uma forma menos liberal. Neste caso, o número de pessoas crescerá permanentemente sem um aumento proporcional dos meios de subsistência.

Nos diferentes Estados da Europa deve haver algumas variações na proporção entre o número de habitantes e a quantidade de alimento consumida, alterando-se de acordo com os diferentes hábitos de vida que predominam em cada Estado. Os trabalhadores do sul da Inglaterra estão tão habituados a comer pão de trigo de alta qualidade que suportarão, de certo modo, a fome antes de se submeterem a viver como os camponeses escoceses. Eles poderiam, talvez, com o tempo, devido à permanente atuação da dura lei da miséria, ser obrigados a viver mesmo como os chineses mais pobres; e o país, então, com a mesma quantidade de alimentos, sustentaria uma população maior. Entretanto, realizar isso deve ser a experiência mais difícil e todo amigo da humanidade desejará que seja uma tentativa frustrada. Nada é tão comum como ouvir que devem ser dados estímulos à população. Se a tendência da humanidade para crescer é tão grande como mostrei, ser pode parecer estranho que esse crescimento não evolua quando é então repetidamente procurado. A verdadeira razão é que a demanda por causa de uma população maior ocorre sem que se preparem as provisões necessárias para sustentá-la. Aumentando-se a demanda de trabalho agrícola por se incentivar o cultivo e, conseqüentemente, aumentando-se a produção do país e melhorando-se a condição do trabalhador, não haverá nenhum receio, qualquer que seja, pelo crescimento proporcional da população. Uma tentativa para alcançar esse objetivo de alguma outra maneira é incorreta, cruel e tirânica e, por esse motivo, em qualquer Estado com uma regular liberdade, não pode ter sucesso. Restringir uma população pode parecer interesse dos governantes e dos ricos de um Estado e, por essa razão, abaixar o preço do trabalho e, conseqüentemente, as despesas com as esquadras e com os exércitos e o custo dos manufaturados para venda no exterior; entretanto, cada tentativa desse tipo seria cuidadosamente vigiada e zelosamente combatida pelos defensores dos pobres, especialmente quando viesse sob a roupagem enganosa da bondade e, certamente por isso, fosse mais favorável, alegre e cordialmente recebida pela plebe.

Inocente o Sr. Pitt de qualquer intenção sinistra naquela cláusula de seu projeto de lei dos pobres que dá a cada trabalhador 1 xelim por semana por cada filho que ele tenha além de três. Confesso que, antes que o projeto de lei fosse levado ao Parlamento e por algum tempo depois, pensei que uma tal regulamentação seria altamente be-

néfica, mas uma reflexão posterior sobre o assunto convenceu-me de que se seu objetivo é melhorar a condição do pobre, ela está destinada a anular o verdadeiro objetivo que tem em vista. O projeto de lei não revela nenhuma tendência, que eu possa perceber, para aumentar a produção do país e, se tende a aumentar a população, sem aumento da produção, a conseqüência necessária e inevitável parece ser que a mesma produção deve ser dividida por um maior número e, conseqüentemente, que com um dia de trabalho se comprará uma menor quantidade de provisões e, por essa razão, o pobre, de modo geral, deve ficar mais miserável.

Citei alguns casos em que a população pode crescer constantemente sem um proporcional aumento dos meios de subsistência. Mas é evidente que a variação nos diferentes Estados, entre o alimento e o número de pessoas sustentadas por ele é circunscrita a um limite que não pode ser ultrapassado. Em qualquer país, cuja população não é absolutamente decrescente, o alimento deve ser necessariamente suficiente para sustentá-la e manter a classe dos trabalhadores.

Pode-se afirmar, sendo idênticas as circunstâncias, que os países são populosos de acordo com a quantidade de alimento para o consumo humano que produzem e são prósperos de acordo com a liberalidade com que o alimento é dividido ou com a quantidade de alimento que um dia de trabalho poderá comprar. Os países produtores de trigo são mais populosos que os países de pastoreio e os países produtores de arroz mais populosos do que os produtores de trigo. As terras da Inglaterra não são próprias para arroz, mas produziriam muita batata; e o Dr. Adam Smith observa que se a batata viesse a se tornar o alimento vegetal favorito do povo e se fosse utilizada a mesma quantidade de terra na sua cultura como a que é hoje utilizada na cultura do trigo, o país seria capaz de sustentar uma população muito maior e o faria, conseqüentemente, em muito pouco tempo.

A prosperidade de um país não depende absolutamente da sua pobreza ou da sua riqueza, da sua juventude ou da sua velhice, de ser ele pouco ou totalmente habitado, mas da rapidez com que está crescendo, do grau em que o aumento anual de alimento se aproxima do crescimento anual de uma população não restringida. Essa aproximação é sempre maior nas novas colônias, onde a experiência e a atividade provenientes de um Estado antigo trabalham a terra fértil e sem dono de uma nova nação. Nos outros casos, a juventude ou a velhice de um Estado não é, com relação a isso, de importância muito grande. É provável que o alimento da Grã-Bretanha seja dividido em tão grande abundância entre seus habitantes na atualidade como era há duzentos, trezentos ou quatrocentos anos. E há razão para acreditar que as áreas pobres e pouco habitadas das Terras Altas da Escócia sejam tão miseráveis por causa de uma sobrecarga de população como a rica e populosa província de Flandres.

Existisse um país que nunca fosse ocupado por um povo mais adiantado em técnicas, mas que fosse deixado a seu próprio processo natural de civilização, a partir do momento em que seu produto pudesse ser considerado uma unidade em relação ao tempo que ele pudesse ser considerado um milhão, durante o período de muitas centenas de anos, não haveria um único período em que o conjunto do povo pudesse dizer-se livre da miséria causada, direta ou indiretamente, pela falta de alimento. Em todos os Estados da Europa, desde que sobre eles tivemos os primeiros relatos, milhões e milhões de seres humanos foram oprimidos por essa única causa, embora, talvez, em alguns desses Estados nunca tenha sido conhecida uma miséria absoluta.

A fome parece ser o último, o mais pavoroso recurso da natureza. O poder de crescimento da população é tão superior ao poder do solo para produzir a subsistência para o homem que a morte prematura, de uma maneira ou de outra, ataca a espécie humana. Os vícios da humanidade são ativos e hábeis agentes do despovoamento. Eles são os antecessores do grande exército da destruição e freqüentemente eles próprios executam o pavoroso trabalho. Entretanto, quando eles fracassam nessa guerra de extermínio, períodos de enfermidade, epidemias, peste e praga entram em ação com uma terrível disposição e eliminam milhares e dezenas de milhares de homens. Quando o sucesso fosse ainda incompleto: a fome gigantesca e inevitável espregueada na retaguarda e com um possante sopro varre a população e o alimento do mundo.

Então isso não deve ser reconhecido por um estudioso atento da história da humanidade, que em qualquer época e em qualquer Estado em que o homem viveu ou vive hoje: o crescimento da população é limitado necessariamente pelos meios de subsistência.

A população cresce invariavelmente, quando os meios de subsistência aumentam. E o superior poder de crescimento da população é dominado e a população real se mantém equiparada aos meios de subsistência pela miséria e pelo vício.

CAPÍTULO VIII

Para uma pessoa que deduz as óbvias inferências precedentes de uma perspectiva do estado passado e presente da humanidade, não pode ser motivo de espanto que todos os escritores que se ocupam com a perfectibilidade do homem e da sociedade e que mencionam o argumento de uma população excedente tratam-no sempre muito ligeiramente e invariavelmente apresentam as dificuldades resultantes dele a uma grande e quase incomensurável distância. Mesmo o Sr. Wallace, que considerou o argumento em si de tanta importância para destruir todo seu sistema de igualdade, não parece estar seguro de que alguma dificuldade surgiria desta causa enquanto toda a terra não estivesse cultivada como um jardim e fosse incapaz de algum outro aumento da produção. Fosse esse realmente o caso e houvesse um belo sistema de igualdade viável sob outros aspectos, não posso imaginar que nosso entusiasmo na busca de um tal projeto deva se arrefecer pela reflexão sobre uma dificuldade tão distante. Um evento a semelhante distância poderia bem ser deixado à Providência, mas a verdade é que se o ponto de vista do argumento dado neste ensaio é justamente a dificuldade, longe de ser distante, ela seria iminente e imediata. Em cada período, durante o processo do cultivo, do momento atual até a época em que toda a terra tivesse se tornado igual a um jardim, a miséria causada pela falta de alimento estaria constantemente subjugando toda a humanidade, se eles fossem iguais. Embora a produção da terra pudesse estar crescendo cada ano, a população estaria crescendo muito mais rápido e seu excesso deve necessariamente ser contido pela atuação periódica ou constante da miséria ou do vício.

O *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de l'Esprit Humain*, do Sr. Condorcet, foi escrito, como dizem, sob a pressão daquela cruel proscricção que terminou com sua morte. Se ele não mantinha esperanças de seu trabalho ser reconhecido durante sua vida e do reconhecimento francês, é um exemplo peculiar da fidelidade de um homem e seus princípios, visto que a experiência de cada dia lhe era tão fatalmente contraditória. Ver a inteligência humana numa das

mais instruídas nações do mundo, e depois de um período de alguns milhares de anos, degradada por uma tal agitação de asquerosas paixões, de medo, crueldade, maldade, vingança, ambição, loucura e insensatez como teria sido arruinada a mais selvagem nação da época mais bárbara, deve ter sido um golpe tão tremendo para suas idéias do desenvolvimento necessário e inevitável da inteligência humana que nada, a não ser a firme convicção da verdade de seus princípios, a despeito de todas as evidências contrárias, poderia tê-lo feito resistir.

Essa publicação póstuma é apenas um esboço de um trabalho muito mais amplo que ele propôs que fosse executado. Por esse motivo, não tem, necessariamente, aqueles detalhes e aquela aplicação prática que por si só demonstram a verdade de qualquer teoria. Poucas observações serão suficientes para mostrar como a teoria é totalmente contraditória quando aplicada a um estado de coisas real e não a um estado de coisas imaginário.

Na última parte do trabalho, que trata do progresso futuro do homem em busca da perfeição, ele afirma que, comparando, nas diferentes nações civilizadas da Europa, a população existente com a extensão do território e observando o seu cultivo, sua atividade, suas divisões do trabalho e seus meios de subsistência, veremos que seria impossível conservar os mesmos meios de subsistência e, conseqüentemente, a mesma população, sem um número de pessoas que não tenha outros meios de suprir suas necessidades do que sua própria atividade. Tendo reconhecido a necessidade de tal classe de homens e, posteriormente, chamando a atenção para a precária renda daquelas famílias que dependeriam tão completamente da vida e da saúde de seu chefe,¹⁶⁰ ele afirma, muito corretamente, que

“Existe então uma causa necessária da desigualdade, da dependência e mesmo da miséria que ameaça incessantemente a mais numerosa e ativa classe de nossa sociedade”.

A dificuldade é exata e adequadamente formulada e receio que a maneira pela qual ele propõe que ela seja removida se demonstre ineficaz. Pela aplicação de cálculos às probabilidades de vida e de juros de dinheiro ele propõe que se estabelecesse um fundo que asseguraria ao velho uma assistência, formado parcialmente pelas suas próprias poupanças anteriores e em parte pelas poupanças dos indivíduos que, ao fazer o mesmo sacrifício, morressem antes que colhessem o seu benefício. O mesmo fundo ou outro fundo semelhante daria assistência às mulheres que perdessem seus maridos e às crianças sem pais e entregaria àqueles que estivessem em idade de estabelecer uma nova família um capital suficiente para o próprio desenvolvimento de sua

160 Para economizar tempo e longas citações, darei aqui a essência de algumas das opiniões de Condorcet e espero que não as tenha deturpado; entretanto, remeto o leitor à própria obra, que o divertirá, se não o convencer.

atividade. Essas instituições, observa o autor, poderiam ser feitas em nome da sociedade e sob sua proteção. Indo ainda mais além, o Sr. Condorcet afirma que através de uma aplicação correta dos cálculos, poderiam ser encontrados meios de preservar mais completamente um estado de igualdade, impedindo o crédito de ser privilégio exclusivo das grandes fortunas e dando a ele ainda uma base igualmente sólida, e tornando o desenvolvimento da atividade fabril e a atividade do comércio menos dependentes dos grandes capitalistas.

Semelhantes instituições e cálculos podem parecer muito promissores no papel, mas, quando aplicados à vida real, demonstrarão ser totalmente ineficazes. O Sr. Condorcet é de opinião que uma classe de pessoas que se mantém inteiramente pela atividade é necessária em qualquer Estado. Por que ele afirma isso? Nenhuma outra razão pode ser bem assinalada além daquela em que ele admite que o trabalho necessário para conseguir a subsistência para uma grande população não será realizado sem o estímulo da necessidade. Se, por meio de instituições desse tipo esse incentivo à atividade fosse eliminado, se os ociosos e negligentes são colocados no mesmo pé de igualdade — em relação a seus créditos e ao sustento futuro de suas esposas e famílias — que os ativos e trabalhadores, podemos ter a esperança de ver os homens aplicar essa vigorosa atividade em melhorar sua condição que hoje cria a principal energia da prosperidade pública? Se fosse feita uma investigação para estudar as queixas de cada indivíduo e para determinar se ele tinha ou não se dedicado ao extremo e, por conseguinte, para conceder ou negar a assistência, isto seria pouco mais do que a repetição, em larga escala, das leis dos pobres da Inglaterra e seria totalmente destruidor dos verdadeiros princípios de liberdade e igualdade.

Mas, independente desta grande objeção àquelas instituições e admitindo-se, por um momento, que elas não ofereciam nenhum obstáculo à atividade produtiva, sem dúvida, a maior dificuldade ainda permaneceria.

Se cada homem tivesse a garantia de uma provisão suficiente para uma família, quase todos teriam uma, e a geração que está em formação estaria livre do “assassinio frio” da miséria, e a população cresceria rapidamente. O próprio Sr. Condorcet parece estar totalmente seguro disso e depois de descrever os novos aperfeiçoamentos ele afirma o seguinte:

“Entretanto, com esse impulso da atividade e da prosperidade, cada geração será levada a um maior tempo de lazer e, em consequência, pela constituição física da estrutura humana, seria levada a aumentar o número de pessoas. Não deve chegar, então, uma época em que aquelas leis, igualmente necessárias, se oporão umas às outras? Quando o aumento do número de pessoas ultrapassar seus meios de subsistência, o resultado necessário deve ser ou uma diminuição constante da prosperidade e da população, num verdadeiro movimento de retrocesso, ou, no mínimo, uma espécie de oscilação entre o bem e o mal? Nas sociedades que

chegaram a esse limite, essa oscilação não será uma causa mantenedora da miséria cíclica? Isso não assinalará o limite em que todas as novas melhorias se tornarão impossíveis e mostrará aquele limite da perfectibilidade da espécie humana que se pode atingir no decurso das eras, mas nunca se poderá ultrapassar?"

Ele então acrescenta:

"Não existe ninguém que não veja o quanto tal período está distante de nós, mas será que chegaremos lá? É igualmente impossível se pronunciar a favor ou contra a realização futura de um evento que não pode acontecer senão numa era em que a espécie humana terá atingido um aperfeiçoamento de que nós, no presente, mal podemos fazer uma idéia".

O quadro do Sr. Condorcet a respeito do que se pode esperar que aconteça quando o número de homens ultrapassar os meios para sua subsistência, está corretamente traçado. A oscilação que ele descreve certamente ocorrerá e, sem dúvida, será uma causa mantenedora permanente da miséria cíclica. O único ponto no qual discordo do Sr. Condorcet, com relação a esse quadro, é o período em que ele pode ser aplicado à espécie humana. O Sr. Condorcet pensa que o quadro não pode, possivelmente, ser aplicável senão numa era extremamente distante. Entretanto, se a proporção entre o crescimento natural da população e do alimento que eu tenho afirmado existir, estiver, em certo grau, próxima da verdade, parecerá, ao contrário, que o período em que o número de homens ultrapassar seus meios de subsistência chegou há muito, e que essa oscilação necessária, essa causa mantenedora constante da miséria cíclica existiu sempre desde que nós tivemos uma história da humanidade; existe no presente e continuará a existir para sempre, a menos que alguma mudança radical ocorra na constituição física de nossa natureza.

O Sr. Condorcet, contudo, continua a afirmar que, caso a era que ele imagina estar tão distante chegasse algum dia para a espécie humana, os defensores da perfectibilidade do homem não precisam ficar alarmados com isso. Ele continua, então, a eliminar a dificuldade de uma maneira que confesso não entender. Tendo observado que os ridículos preconceitos da superstição teriam, por esta época, deixado de predominar sobre os costumes, uma austeridade corrupta e degradante, segundo ele refere, conduziria ao concubinato promíscuo, que impediria a procriação, como a alguma outra coisa antinatural. Eliminar a dificuldade desse modo, na opinião da maioria dos homens, será certamente destruir aquela virtude e a pureza dos costumes que os advogados da igualdade e da perfectibilidade do homem confessam ser o fim e o objetivo de seus planos.

CAPÍTULO IX

A última questão que o Sr. Condorcet propõe para estudo é a perfectibilidade orgânica do homem. Ele observa que, se as provas que já foram dadas, e que em seu desenvolvimento receberão maior força do próprio trabalho, são suficientes para estabelecer a perfectibilidade ilimitada do homem, na suposição decorrente das mesmas faculdades naturais e da mesma organização que ele tem no presente, qual será a certeza, qual será a medida da nossa esperança, de que essa organização, essas próprias faculdades naturais sejam suscetíveis de aperfeiçoamento?

Com o aperfeiçoamento da medicina, com a maior utilização de alimento e habitações saudáveis, com um modo de vida que melhorará a energia do corpo por meio de exercícios que não o debilitem pelo excesso, com a destruição das duas grandes causas da degradação do homem — a miséria e as riquezas excessivas —, com a gradativa remoção das enfermidades transmissíveis e contagiosas pelo desenvolvimento do conhecimento físico, que se tornou mais eficiente pelo progresso da inteligência e da ordem social, ele infere que, embora o homem não se torne absolutamente imortal, ainda que o tempo entre seu nascimento e sua morte natural cresça sem cessar, não terá nenhum limite determinável e pode, propriamente, ser expresso pela palavra ilimitado. O Sr. Condorcet define então essa palavra para representar tanto uma constante aproximação de uma extensão ilimitada, sem jamais alcançá-la, como um aumento da longevidade a um limite maior do que qualquer quantidade determinável.

Mas, certamente, a aplicação desse termo em qualquer um daqueles sentidos, em relação à duração da vida humana, é, no mais alto grau, antifilosófica e totalmente injustificada por todos os aspectos das leis da natureza. As variações, por diferentes causas, são essencialmente distintas de um crescimento regular e progressivo. A duração média da vida humana, numa certa medida, irá variar conforme os climas salubres ou insalubres, conforme os alimentos sadios ou estragados, conforme os costumes virtuosos ou viciosos, e outras causas,

mas pode ser totalmente duvidoso se há realmente o menor avanço perceptível na duração natural da vida humana, desde que nós tivemos pela primeira vez uma verdadeira história do homem. Os preconceitos de todas as épocas, na verdade, foram francamente contrários a esta suposição e, embora eu não salientasse muito estes preconceitos, em certa medida, eles tendem a provar que não tem havido nenhum avanço acentuado na direção oposta.

Pode-se dizer, talvez, que o mundo é ainda muito novo, está tão plenamente em sua infância que não se deve esperar que alguma diferenciação surja tão cedo.

Se isso fosse o caso, haveria, de uma vez, um fim para toda a ciência humana. Toda a seqüência dos raciocínios, das conseqüências às causas, será destruída. Nós podemos fechar nossos olhos para o livro da natureza, como se não fosse mais de nenhuma utilidade lê-lo. A mais simples e mais improvável das conjecturas pode ser proposta com tanta segurança como as mais corretas e sublimes teorias fundamentadas em cuidadosas e repetidas experiências. Podemos voltar de novo à velha maneira de filosofar e de fazer os fatos se submeter aos sistemas, em vez de estabelecer sistemas sobre os fatos. A grande e consistente teoria de Newton será colocada em pé de igualdade com a simples e excêntrica hipótese de Descartes. Em suma, se as leis da natureza são então mutáveis e inconstantes, se se pode afirmar e acreditar que as leis mudarão, quando por eras e eras elas pareceram imutáveis, a mente humana não terá mais nenhum estímulo para pesquisar, mas deve ficar presa a um torpor inativo ou se entreter somente com sonhos incríveis e fantasias extravagantes.

A constância das leis da natureza, das conseqüências e das causas é o fundamento de todo o conhecimento humano, embora esteja longe de mim dizer que o mesmo poder que organiza e executa as leis da natureza não possa mudá-las “num momento, num abrir e fechar de olhos”. Uma tal mudança pode, sem dúvida, ocorrer. Tudo que pretendo dizer é que é impossível inferir isso pelo raciocínio. Se, sem quaisquer sinais ou indícios prévios observáveis de uma mudança, podemos inferir que ela ocorrerá, podemos também fazer uma assertiva qualquer e julgá-la impossível de ser negada, ao afirmar que a Lua amanhã entrará em contato com a Terra, como ao dizer que o Sol nascerá na sua hora habitual.

Relativamente à duração da vida humana, não parece ter existido, desde as eras mais primitivas do mundo até os dias de hoje, o menor indício permanente ou sinal de aumento da longevidade.¹⁶¹ Os efeitos

161 Não duvido que muitos pensarão que a tentativa de contestar seriamente tão absurdo paradoxo como a imortalidade do homem na terra, ou na verdade, mesmo a perfectibilidade do homem e da sociedade, é uma perda de tempo e de palavras e que tais conjecturas infundadas são melhor respondidas pelo desprezo. Confesso, contudo, ser de opinião diferente. Quando paradoxos desse tipo são afirmados por homens inteligentes e capazes, o

observáveis do clima, dos hábitos, do regime alimentar e de outras causas sobre a duração da vida forneceram o pretexto para defender o seu prolongamento indefinido; e o fundamento instável sobre que este argumento se apóia é que o limite da vida humana não é definido, porque você não pode assinalar seu limite exato e dizer até quando, exatamente, ela irá e não mais; por essa razão, sua duração pode se estender constantemente e ser praticamente limitada, indefinida ou ilimitada. Mas a falácia e o absurdo desse argumento surge claramente de um breve exame do que o Sr. Condorcet chama de perfectibilidade orgânica ou degeneração da espécie das plantas e dos animais, que ele afirma que pode ser considerada como das leis gerais da natureza.

Sou informado de que há uma regra entre os criadores de gado pela qual você deve criá-lo com todo o grau de perfeição que desejar, e eles descobriram essa regra logo depois de uma outra, que algumas crias possuirão em grau maior as qualidades desejáveis dos pais. Na famosa raça de ovelhas Leicestershire, o objetivo é conseguir que elas sejam de cabeças e de pernas pequenas. Procedendo-se segundo essas regras de criação, é evidente que poderíamos prosseguir até que as cabeças e as pernas se reduzissem a proporções diminutas, mas isso é um contra-senso tão perceptível que nós podemos ficar bem seguros de que as premissas não são corretas e que há realmente um limite, embora não possamos vê-lo ou dizer exatamente onde está ele. Nesse caso, a questão do maior grau de desenvolvimento ou do menor tamanho da cabeça e das pernas, pode-se dizer que não esteja definida, mas isso é muito diferente de ilimitado ou de indefinido, na concepção que o Sr. Condorcet tem do termo. Embora eu não seja capaz, na presente

desprezo não apresenta nenhuma possibilidade de convencê-los de seus enganos. Orgulhando-se do que eles admitem ser uma prova da extensão e do volume dos seus próprios conhecimentos, da dimensão e do grande alcance de seus pontos de vista, eles encararão esse desprezo simplesmente como uma indicação da pobreza e estreiteza da condição mental de seus contemporâneos e pensarão apenas que o mundo não está preparado para receber suas sublimes verdades. Pelo contrário, uma pesquisa imparcial desses assuntos acompanhada de uma interpretação correta para adotar qualquer teoria sustentada por uma bem fundada filosofia, pode ter a possibilidade de convencê-los de que ao formular hipóteses improváveis e não fundamentadas, longe de ampliar os limites da ciência, eles o estão estreitando, longe de estar promovendo o aperfeiçoamento do espírito humano, eles o estão embaraçando; eles estão novamente nos fazendo retroceder quase à fase inicial do conhecimento e estão enfraquecendo os fundamentos daquela maneira de filosofar, sob a alegação de que a ciência tem realizado ultimamente rápidos progressos. O atual furor pela especulação ampla e ilimitada parece ser uma espécie de intoxicação mental, decorrente talvez das grandes e inesperadas descobertas que foram feitas nos últimos anos, em vários ramos da ciência. Para os homens entusiasmados e aturdidos com tais sucessos, todo acontecimento parece estar dentro do domínio dos poderes humanos; e com essa ilusão eles confundiram assuntos em que não se demonstrou haver nenhum progresso real com aqueles em que o progresso foi observado, determinado e reconhecido. Eles deveriam ser pegados a se contentar com um pensamento pouco rigoroso e pouco disciplinado; eles veriam que a causa da verdade e da filosofia bem fundada não pode ser denominada senão substituindo os vãos impetuosos e as afirmações sem base pela pesquisa paciente e pelas provas bem válidas.

circunstância, de marcar o limite em que o novo desenvolvimento se deterá, posso, muito facilmente, assinalar o ponto em que ele não chegará. Eu não hesitaria em assegurar que, se a procriação continuasse indefinidamente, a cabeça e as pernas daquelas ovelhas nunca seriam tão pequenas como a cabeça e as pernas de um rato.

Por essa razão, pode não ser verdade que, entre os animais, algumas crias possuirão as qualidades desejáveis dos pais num maior grau, ou que os animais são indefinidamente perfectíveis.

A transformação de uma planta silvestre numa bela flor de jardim é, talvez, mais acentuada e notável do que qualquer outra coisa que ocorre entre os animais; ainda assim seria aqui o máximo do contra-senso assegurar que o progresso foi ilimitado e indefinido. Uma das mais óbvias características do aperfeiçoamento é o aumento de tamanho. A flor cresceu gradativamente pelo cultivo. Se o desenvolvimento fosse realmente ilimitado a flor poderia crescer *ad infinitum*, mas isso é um absurdo tão grosseiro que podemos ficar bem seguros de que entre as plantas, bem como entre os animais, há um limite para o desenvolvimento embora não saibamos exatamente onde está ele. É provável que os jardineiros que disputam os prêmios para suas flores freqüentemente tenham usado um adubo mais forte, sem sucesso. Ao mesmo tempo, seria altamente presunçoso qualquer homem dizer que tenha visto o mais lindo cravo ou a mais bela anêmona que não poderiam ser levados a crescer mais. Contudo, ele poderia assegurar, sem a menor possibilidade de ser contestado por um fato posterior, que nenhum cravo ou anêmona não poderiam, mediante o cultivo, ser aumentados para atingir o tamanho de um grande repolho; e ainda existem tamanhos considerados muito maiores do que o de um repolho. Nenhum homem pode afirmar que viu o maior cacho de trigo ou o maior carvalho que não pudesse crescer mais; mas poderia facilmente e com plena certeza indicar um tamanho que eles nunca atingiriam. Por essa razão, em todos estes casos, uma cuidadosa distinção seria feita entre um desenvolvimento ilimitado e outro em que o limite é simplesmente indefinido.

Dir-se-á, talvez, que a razão pela qual as plantas e os animais não podem aumentar indefinidamente de tamanho é que eles caíam sob seu próprio peso. Como sabemos disso senão pela experiência? Respondo a partir da experiência do grau de resistência com que estes corpos são formados. Sei que o cravo, muito antes de ter alcançado o tamanho de um repolho, não seria sustentado pela sua haste; mas somente sei isto por minha experiência da fragilidade e da falta de firmeza do material da haste de um cravo. Existem muitos corpos na natureza, do mesmo tamanho e que sustentariam uma cabeça tão grande como a do repolho.

As razões da morte das plantas são, na atualidade, completamente desconhecidas para nós. Ninguém pode dizer por que uma planta

é anual, outra bienal e uma terceira resiste por muitos anos. Toda a questão, nestes casos de plantas, animais e da espécie humana, é uma questão de experiência; e somente concluo que o homem é mortal porque a experiência invariável de todas as épocas tem demonstrado a mortalidade daqueles materiais de que seu corpo visível é feito.

Nós podemos raciocinar sobre alguma coisa apenas a partir do que conhecemos.

A filosofia bem fundamentada não me permitirá mudar de opinião acerca da mortalidade do homem na terra, até que possa ser perfeitamente demonstrado que a espécie humana realizou e está realizando um desenvolvimento positivo no sentido de uma duração ilimitada da vida. E a principal razão pela qual mencionei as duas particulares condições dos animais e das plantas foi para expor e exemplificar, se me fosse possível, a falácia daquele argumento que conclui por um progresso ilimitado, simplesmente porque algum aperfeiçoamento parcial ocorreu e que o seu limite não pode ser determinado precisamente.

Nenhuma pessoa pode duvidar, em certo grau, da capacidade de aperfeiçoamento das plantas e dos animais. Um progresso evidente e decisivo já foi realizado e, entretanto, penso que seria altamente absurdo dizer que esse progresso não tem limites. Embora na vida humana existam grandes variações provenientes de diferentes causas, pode-se pôr em dúvida que, desde que o mundo começou, possa ser determinado claramente algum aperfeiçoamento orgânico qualquer na constituição do homem. Por essa razão, as bases sobre as quais se assentam os argumentos a favor da perfectibilidade do homem são incomumente frágeis e somente podem ser consideradas simples conjecturas. Contudo, não parece impossível, de qualquer modo, que mediante um cuidado especial com a procriação, um certo grau de aperfeiçoamento semelhante ao que se verifica entre os animais poderia ocorrer entre os homens. Que a inteligência possa ser transmitida seria objeto de dúvida; entretanto, o tamanho, a força, a beleza, a compleição e talvez mesmo a longevidade, numa certa medida, são transmissíveis. O erro não parece estar em admitir um pequeno grau de aperfeiçoamento possível, mas em não distinguir entre um pequeno aperfeiçoamento, o limite do que é indefinido e um desenvolvimento realmente ilimitado. Contudo, como a espécie humana não pode ser aperfeiçoada desse modo sem condenar ao celibato todos os indivíduos deficientes, não é provável que um cuidado especial com a procriação se torne geral; na verdade, não conheço nenhuma tentativa desse tipo que seja bem orientada, exceto na antiga família dos Bickerstaffs, de que dizem ter tido muito sucesso em embranquecer a pele e aumentar a altura da linhagem por meio de casamentos bem selecionados, particularmente pelo casamento muito criterioso com Maud, a ordenhadora, pelos quais alguns defeitos fundamentais na constituição da família foram corrigidos.

Penso que não será necessário, a fim de mostrar mais completamente a improbabilidade de qualquer abordagem do homem com relação à imortalidade na terra, insistir sobre o enorme valor complementar que um aumento da duração da vida daria ao argumento em relação à população.

O livro do Sr. Condorcet pode ser considerado não somente um esboço das opiniões de um homem ilustre, mas de muitos homens letrados da França do início da Revolução. Como tal, embora sendo apenas um esboço, parece digno de atenção.

CAPÍTULO X

Ao ler o trabalho criativo e proveitoso do Sr. Godwin sobre direito político, é impossível não se impressionar com o espírito e a energia de seu estilo, a força e a precisão de alguns dos seus raciocínios, o tom candente de seus pensamentos e, particularmente, com aquela notável seriedade do método que dá um halo de verdade ao conjunto. Ao mesmo tempo, deve-se admitir que em suas pesquisas ele não procedeu com a precaução que uma filosofia bem fundada parece exigir. Suas conclusões são freqüentemente desautorizadas por suas premissas. Ele falha algumas vezes, ao afastar as objeções que ele próprio apresenta. Ele confia demais em proposições gerais e abstratas que não comportarão aplicação prática. E suas conjecturas certamente vão além da simplicidade da natureza.

O sistema de igualdade que o Sr. Godwin propõe é incomparavelmente mais belo e atraente do que qualquer outro que apareceu até agora. Uma melhoria da sociedade a ser produzida simplesmente pela razão e pela convicção traz muito mais a promessa de estabilidade do que qualquer mudança feita e sustentada pela força. O exercício ilimitado do livre-arbítrio é uma doutrina indizivelmente importante e cativante e tem uma grande superioridade sobre aqueles sistemas em que cada indivíduo é, de certo modo, escravo do coletivo. A substituição da bondade, como mola-mestra e princípio-motor da sociedade, pelo amor-próprio é um objetivo a ser fervorosamente desejado. Em suma, é impossível contemplar o conjunto dessa bela estrutura sem os sentimentos do deleite e da admiração, seguido de um ardoroso desejo pela época de sua realização. Entretanto, ah!, esse momento nunca poderá chegar. O todo é pouco mais que um sonho, uma bela fantasia da imaginação. Esses “palácios suntuosos” da prosperidade e da imortalidade, esses “templos solenes” da verdade e da virtude se dissolverão “como o edifício sem base de uma visão”, quando acordamos para a vida real e vemos a situação verdadeira e concreta do homem na Terra.

O Sr. Godwin, na conclusão do capítulo III do livro oitavo, falando da população, afirma:

“Há um princípio na sociedade humana pelo qual a população é constantemente mantida abaixo do nível dos meios de subsistência. Então, entre as tribos nômades da América e da Ásia, nunca verificamos, nos intervalos de tempo entre as gerações, que a população tenha crescido tanto de modo a tornar necessário o cultivo da terra”.

Esse princípio que o Sr. Godwin então menciona como uma causa misteriosa e oculta e que ele não procura pesquisar, será identificado como sendo opressiva lei da necessidade, da miséria e do medo da miséria.

O grande erro em que Godwin labora em toda a sua obra é o de atribuir quase todos os vícios e a miséria que são constatados na sociedade civil às instituições humanas. As regulamentações políticas e a administração instituída da propriedade são, de acordo com ele, as fontes fecundas de todos os males, o foco de todos os crimes que degradam a humanidade. Fosse isso realmente o verdadeiro estado da questão e não pareceria ser uma tarefa irrealizável eliminar totalmente os males do mundo, e a razão parece ser o instrumento próprio e adequado para realizar, assim, tão grande objetivo. Entretanto, a verdade é que, embora as instituições humanas pareçam ser as causas óbvias e persistentes de muitos males para a humanidade, na verdade são pequenas e superficiais, são simples penas que flutuam na superfície em comparação com aquelas causas da impureza assentada mais no fundo que corrompem as nascentes e tornam turva toda a torrente da vida humana.

O Sr. Godwin, em seu capítulo sobre os benefícios apresentados num sistema de igualdade, afirma:

“O espírito de opressão, de subserviência e mentira, são esses os produtos imediatos da administração instituída da propriedade. São, da mesma forma, hostis ao desenvolvimento intelectual. Os outros vícios — inveja, maldade e vingança — são suas companhias inseparáveis. Num estágio da sociedade em que os homens vivessem em meio à abundância e em que todos partilhassem igualmente das dádivas da natureza, esses sentimentos inevitavelmente se extinguiriam. O tacanho princípio do egoísmo desapareceria. Nenhum homem seria obrigado a guardar sua pequena provisão ou providenciá-la com angústia e sofrimento para suas contínuas necessidades, e cada um perderia sua individualidade na idéia do bem-estar comum. Nenhum homem seria um inimigo de seu vizinho porque não teria nenhum problema de disputa e, conseqüentemente, o altruísmo reassumiria o império

que a razão lhe destina. A inteligência ficaria livre de sua permanente angústia acerca do sustento material e livre para entender-se à área das idéias, o que lhe é natural. Cada um ajudaria nas questões de todos”.

Isso seria, na verdade, uma situação feliz. Mas esse é simplesmente um quadro imaginário, quase sem um traço próximo da verdade; tenho receio de que o leitor já esteja bastante persuadido.

O homem não pode viver em meio à abundância. Todos não podem partilhar da mesma forma das dádivas da natureza. Se não existisse nenhuma administração instituída da propriedade, todo homem seria obrigado a guardar, necessariamente, sua pequena provisão. O egoísmo triunfaria. As questões de disputa seriam perenes. Cada vontade estaria sob uma permanente angústia em relação ao sustento pessoal e sequer uma única inteligência seria deixada livre para se dedicar ao campo intelectual.

O Sr. Godwin devotou tão pouca atenção de sua penetrante inteligência à real situação do homem na Terra que isso aparecerá claramente pela maneira como ele se empenha em eliminar a dificuldade de uma superpopulação. Ele diz que

“A resposta óbvia a essa objeção é que pensar assim é prognosticar dificuldades a uma grande distância. Três quartos do planeta habitáveis não são hoje cultivados. As regiões já cultivadas são capazes de um desenvolvimento incomensurável. Miríades de séculos, caracterizados ainda por uma população crescente, decorreriam e a Terra ainda seria suficiente para a subsistência de seus habitantes”.

Já assinalo o erro de se supor que nenhuma miséria e dificuldade resultariam de uma superpopulação antes que a Terra, em termos absolutos, não pudesse produzir mais. Mas vamos imaginar, por um momento, o belo sistema de igualdade de Godwin, realizado na sua extrema pureza, e vejamos como logo essa dificuldade poderia estar presente para pressionar uma forma tão perfeita de sociedade. Uma teoria que não admita aplicação prática não pode, presumivelmente, ser correta.

Vamos admitir que todas as causas da miséria e dos vícios desta ilha foram eliminadas. A guerra e a luta terminaram. Os ofícios e as manufaturas prejudiciais não existem. As multidões não mais se amontoam nas grandes e pestilentas cidades pelo prazer de participar das intrigas de corte, do comércio e dos prazeres. Os divertimentos simples, saudáveis e naturais substituem a bebedeira, o jogo e a devassidão. Não existem cidades suficientemente grandes de modo a se ter alguma conseqüência prejudicial ao organismo humano. A maior parte dos felizes habitantes desse paraíso terrestre vive em povoados e em quintais

espalhados pelo país. Toda casa é limpa, arejada, suficientemente espaçosa e situada em localização saudável. Todos os homens são iguais. Os trabalhos de luxo chegam ao fim. E os trabalhos necessários à agricultura são partilhados amigavelmente entre todos.

Admitamos que o número das pessoas e o produto da ilha sejam os mesmos do presente. O espírito da bondade, guiado pela justiça imparcial, dividirá essa produção entre todos os membros da sociedade de acordo com suas necessidades. Embora fosse impossível que todos eles tivessem todo dia alimentos de origem animal, o alimento de origem vegetal, entretanto, ocasionalmente com carne, satisfaria os desejos de pessoas modestas e seria suficiente para mantê-las com saúde, força e energia.

O Sr. Godwin considera o casamento um embuste e um monopólio. Vamos admitir o comércio dos sexos estabelecido sobre princípios da mais perfeita liberdade. O próprio Sr. Godwin não pensa que essa liberdade levaria a relações sexuais promíscuas e nisso concordo integralmente com ele. O amor à variedade é uma inclinação viciosa, corrupta e antinatural e não predomina, em grau maior, num estágio puro e perfeito da sociedade. Cada homem, provavelmente, selecionaria uma cônjuge a quem se uniria até quando esta união continuasse a ser uma decisão de ambas as partes. De acordo com o Sr. Godwin, seria de pouca importância quantos filhos uma mulher teria ou a quem eles pertenceriam. As provisões e a assistência afluíam espontaneamente do lugar em que abundassem para onde estivessem em falta.¹⁶² E todo homem estaria preparado para dar instrução à geração seguinte, de acordo com sua capacidade.

Não posso conceber uma forma de sociedade tão vantajosa para toda a população. O caráter irreversível do casamento, como ele se constitui hoje, sem dúvida impede muitos de chegar àquele estágio. Relações sexuais livres, ao contrário, seriam um poderoso incentivo a uniões prematuras, e como estamos admitindo não existir nenhuma angústia acerca do sustento futuro dos filhos, não concebo que houvesse uma única mulher entre cem, de 23 anos, sem uma família.

Com estes extraordinários incentivos à população e sendo eliminada toda causa de despovoamento, como admitimos, os números, necessariamente, cresceriam mais rápido do que em qualquer sociedade de que até agora nós tivemos conhecimento. Citei, graças à autoridade de um folheto publicado por um Dr. Styles e referido pelo Dr. Price, que os habitantes das colônias mais afastadas da América duplicaram o seu total em 15 anos. A Inglaterra certamente é um país mais favorável do que os núcleos coloniais mais afastados da América, e, como admitimos que toda casa da ilha é arejada e saudável e os incentivos

162 Ver Livro Oitavo. Cap. 8, p. 504.

para se ter uma família são até maiores do que em relação às distantes colônias, nenhuma razão provável pode ser assinalada pela qual a população não duplicaria, se possível, em menos de 15 anos. Mas para ficarmos bem certos de que não iremos além da verdade, admitiremos apenas que o período de duplicação é de 25 anos, uma proporção de crescimento que sabemos ter ocorrido geralmente em todos os Estados ao norte da América.

Podem haver pouca dúvida de que a uniformização da propriedade que admitimos, acrescida à circunstância pela qual o trabalho de toda a comunidade será dirigido principalmente à agricultura, tenderia enormemente a aumentar a produção do país. Mas, para atender às demandas de uma população que cresce tão rapidamente, o cálculo do Sr. Godwin de meio período por dia de trabalho para cada homem certamente não seria suficiente. É possível que a metade de todo o tempo do homem deve ser empregada para este fim. Entretanto, com semelhante esforço ou esforços muito maiores, uma pessoa, que é informada sobre a qualidade do solo deste país e que reflete sobre a fertilidade das terras já em cultivo e sobre a improdutividade daquelas que não são cultivadas, estará muito mais propensa a duvidar de que toda a produção média possa ser duplicada em 25 anos a partir do atual período. A única possibilidade de sucesso seria cultivar toda a terra das regiões pastoris e acabar quase totalmente com o uso do alimento de origem animal. Entretanto, uma parte deste esquema poderia se anular. O solo da Inglaterra não produz mais sem adubo e o gado parece ser necessário para produzir aquele tipo de estrume que melhor se adapta à terra. Diz-se que na China o solo de algumas províncias é tão fértil que produz duas colheitas de arroz por ano sem adubo. Nenhum solo da Inglaterra atende a essa característica.

Apesar de que pudesse ser difícil duplicar a produção média da ilha em 25 anos, vamos supor que isso se realizou. Assim, no final do primeiro período, os alimentos, embora quase que totalmente vegetais, seriam suficientes para manter com saúde a população duplicada de 14 milhões.

Durante o próximo período de duplicação, onde será encontrado o alimento para atender às prementes demandas do número crescente de pessoas? Onde existe terra nova para ser explorada? Onde existe o adubo necessário para desenvolver o que já está em cultivo? Não há ninguém com o mínimo de conhecimento da terra que dissesse, entretanto, que seria impossível que a produção média do país pudesse aumentar durante os 25 anos seguintes em uma quantidade igual àquela que ele produz hoje. Entretanto, admitiremos que este aumento, embora improvável, ocorra. A exagerada veemência do argumento permite, praticamente, qualquer concessão. Entretanto, mesmo com esta concessão, haveria 7 milhões de pessoas sem recursos no final do se-

gundo período. Uma quantidade igual de alimentos para o modesto sustento de 21 milhões de pessoas restaria para ser dividida entre 28 milhões de pessoas.

Ah! Em que se transforma o quadro onde os homens viviam na abundância, onde nenhum homem era obrigado a garantir seu sustento com angústia e sofrimento por causa de suas prementes necessidades, em que o tacanho princípio do egoísmo não existia, a inteligência estava liberta de sua perpétua ansiedade acerca do sustento material e livre para se estender no campo das idéias, que é seu campo natural. Essa bela construção da imaginação se desmora com o duro toque da verdade. O espírito da bondade, alimentado e fortalecido pela abundância, é subjugado pelo sopro frio da miséria. As odientas paixões que tinham desaparecido ressurgem. A poderosa lei da autopreservação expulsa da alma os sentimentos mais suaves e sublimes. As tentações do mal são demasiado fortes para a natureza humana resistir. O trigo é colhido antes que esteja maduro ou retido em proporções desonestas e toda a seqüência negra de vícios que é própria do erro é gerada em seguida. As provisões não mais fluem para o sustento da mãe de uma família grande. As crianças ficam doentes por causa do alimento insuficiente. O róseo viço da saúde dá lugar às faces pálidas e ao olho oco da miséria. A caridade que ainda resta em poucos corações faz alguns tímidos esforços de expiração, até que finalmente o egoísmo reconquiste o seu reino costumeiro e domine completamente o mundo.

Nenhuma instituição humana existiu aqui pela maldade à qual o Sr. Godwin atribui o pecado original dos piores homens.¹⁶³ Nenhuma oposição entre o bem-estar público e privado foi causada pelas instituições. Nenhum monopólio foi criado para aqueles proveitos que a razão define como um bem a ser posto em comum. Nenhum homem foi incitado à violação da ordem por causa das leis injustas. A caridade fundou seu reino em todos os corações; e, contudo, num período tão curto como cinqüenta anos, a violência, a opressão, a mentira, a miséria, todo vício odioso e todo tipo de desgraça que degrada e aflige o atual estado da sociedade parecem ter sido criados pelas mais imperiosas circunstâncias, por leis inerentes à natureza do homem e totalmente independentes de todas as leis humanas.

Se não estamos ainda bem convencidos da realidade deste triste quadro, vamos apenas esperar por um momento do próximo período de 25 anos e veremos 28 milhões de seres humanos sem os meios de sustento. E antes do fim do primeiro século, a população seria de 112 milhões e os alimentos apenas suficientes para 35 milhões, ficando 77 milhões sem recursos. Nessas épocas, na verdade, a miséria seria triun-

163 Ver Livro Oitavo. Cap. 3, p. 340.

fante e o roubo e o assassinato deveriam geralmente reinar. E, contudo, estamos admitindo, em todo esse tempo, a produção da terra como totalmente ilimitada e o crescimento anual maior do que pode imaginar o especulador mais ousado.

Esse é, sem dúvida, um ponto de vista sobre a dificuldade decorrente do povoamento muito diferente daquele que o Sr. Godwin defende, quando afirma que

“Miríades de séculos caracterizados ainda por uma população crescente se escoariam e a Terra ainda seria suficiente para a subsistência de seus habitantes”.

Estou suficientemente certo de que os excedentes de 28 milhões ou de 77 milhões que mencionei nunca poderiam ter existido. É uma observação perfeitamente correta do Sr. Godwin que:

“Há um princípio da sociedade humana segundo o qual a população é mantida permanentemente abaixo do nível dos meios de subsistência”.

A questão básica é: qual é o princípio? É alguma causa obscura e oculta? É alguma misteriosa intervenção do céu que em determinada época golpeia os homens com a impotência e as mulheres com a esterilidade? Ou é uma causa aberta a nossas pesquisas e dentro do nosso ponto de vista, uma causa cuja ação tem sido constantemente observada, embora com diferentes intensidades, em todo estágio em que o homem foi colocado? Não é um grau da miséria, o resultado necessário e inevitável das leis da natureza, que as instituições humanas, bem longe de agravar, tenderiam a atenuar consideravelmente, embora elas nunca poderão ser eliminadas?

Pode ser curioso observar, no caso em que já admitimos, como algumas das leis que governam no momento a sociedade civilizada seriam ditadas sucessivamente pela mais imperiosa necessidade. Como o homem é, de acordo com o Sr. Godwin, o ser vivo caracterizado pelas influências a que está sujeito, os açulamentos da miséria não podem continuar por muito tempo, antes de algumas violações das provisões públicas ou particulares que, necessariamente, ocorreriam. Como estas violações aumentariam em número e extensão, os intelectos mais atuantes e compreensivos da sociedade logo perceberiam que, enquanto a população estava crescendo rapidamente, a produção anual do país começaria em breve a diminuir. A urgência da situação inspiraria a necessidade de que algumas medidas imediatas fossem tomadas para a segurança geral. Uma espécie de assembléia seria então convocada e a perigosa situação do país expressa em termos enérgicos. Seria assinalado que, enquanto eles viviam em meio à abundância, era de pouca importância quem trabalhasse o mínimo ou quem possuísse o mínimo, já que cada homem estava perfeitamente disposto e pronto

para suprir as necessidades de seu vizinho. Mas a questão não iria tão longe, se um homem desse ao outro o que ele mesmo não usasse, mas se desse ao seu vizinho o alimento que fosse absolutamente necessário à sua própria existência. Imaginar-se-ia que o número daqueles que passassem necessidade excedesse em muito o número e os recursos daqueles que os supririam; que aquelas necessidades prementes que, pela situação da produção do país, não pudessem ser todas satisfeitas ocasionassem algumas flagrantes violações da justiça; que essas violações já tivessem impedido o aumento do alimento, e, se não fossem de um modo ou outro interrompidas, lançassem toda a comunidade na confusão; que a imperiosa necessidade parecesse exigir que um aumento anual da produção fosse conseguido, se possível, aconteça o que acontecer; que, a fim de realizar este primeiro, grande e indispensável objetivo, fosse aconselhável fazer uma divisão mais completa da terra e assegurar o estoque de mercadorias de cada homem contra a violação por meio das sanções mais rigorosas, mesmo pela própria morte.

Talvez pudesse ser alegado por alguns opositores que, como a fertilidade da terra aumenta e ocorrem vários acidentes, a parcela de alguns homens poderia ser muito mais do que suficiente para seu sustento, e que, quando o reinado do egoísmo fosse estabelecido mais uma vez, eles não distribuiriam seu produto excedente sem alguma recompensa em troca. Em resposta, poder-se-ia observar que isso era um transtorno a ser muito lamentado; entretanto, era um mal que não tinha comparação com a série sinistra da miséria que inevitavelmente seria provocada pela insegurança da propriedade; que a quantidade de alimento que um homem pudesse consumir seria necessariamente limitada pela pequena capacidade do estômago do homem; que não seria, certamente, provável que ele lançassem fora o resto, mas mesmo que ele trocasse seu alimento excedente pelo trabalho dos outros e os fizesse, em certa medida, dependentes dele, isso seria certamente melhor do que se os outros ficassem totalmente entregues à inanição.

Por essa razão, parece muitíssimo provável que uma administração da propriedade não muito diferente daquela que predomina nos Estados civilizados no presente seria estabelecida como o melhor remédio, apesar de inadequado, para as desgraças que estavam oprimindo a sociedade.

O assunto seguinte que entraria em discussão, intimamente ligado com o precedente, é o comércio entre os sexos. Seria alegado por aqueles que voltaram sua atenção para a verdadeira causa das dificuldades sob as quais padece a comunidade que, enquanto todo homem se sentisse seguro de que todos os seus filhos fossem bem sustentados pela caridade pública, a capacidade da terra seria absolutamente insuficiente para produzir alimento para a população que necessaria-

mente disso resultaria; que, mesmo que toda a atenção e trabalho da sociedade fossem orientados para esse único ponto e que, graças à mais completa segurança da propriedade e todos os incentivos que pudessem ser imaginados, fosse logo obtido o maior aumento possível da produção; que assim mesmo o aumento dos alimentos de nenhum modo manteria o ritmo com o mais rápido crescimento da população; que algum obstáculo ao crescimento da população seria imperiosamente exigido; que o mais natural e óbvio obstáculo pareceu que era fazer todo homem buscar provisões para si e para seus filhos; que isso atuaria de alguma forma como padrão e orientação no crescimento da população; como se poderia esperar que nenhum homem traria ao mundo seres para os quais não pudesse encontrar os meios de sustento; que não obstante, onde fosse esse o caso, pareceria necessário, para exemplo dos outros, que a desgraça e o infortúnio, tratando-se de uma tal conduta, cairiam sobre o indivíduo, que então, irrefletidamente, precipitaria a si mesmo e a seus filhos inocentes na miséria e na privação.

A instituição do casamento, ou pelo menos de alguma obrigação expressa ou implícita de todo homem de sustentar seus próprios filhos, parece ser o resultado natural desses raciocínios de uma comunidade sob as dificuldades que temos admitido.

A observação dessas dificuldades nos apresenta uma origem muito natural da desgraça que representa a perda da castidade para a mulher, muito maior do que para o homem. Não seria de se esperar que as mulheres tivessem recursos suficientes para sustentar seus próprios filhos. Por essa razão, quando uma mulher estava ligada a um homem que não entrou em nenhum acordo para sustentar seus filhos, e, ciente das desvantagens que poderiam recair sobre ele, a abandonasse, aquelas crianças voltariam necessariamente para o sustento da sociedade ou morreriam de fome. Para impedir a freqüente repetição de semelhante transtorno, como seria muito injusto punir uma falta tão comum com a prisão ou com o castigo pessoal, os homens poderiam concordar em punir essa falta com a desonra. A culpa é, além disso, mais óbvia e evidente na mulher e menos sujeita a engano. O pai de uma criança nem sempre pode ser conhecido, mas a mesma incerteza não pode facilmente existir com relação à mãe. Onde a evidência da culpa era mais completa e, ao mesmo tempo, maior o transtorno para a sociedade, haveria acordo em que a maior parte da culpa diminuiria. A obrigação de todo homem de manter seus filhos, se houvesse oportunidade, seria imposta pela sociedade; e o maior grau de desvantagem ou de esforço a que uma família necessariamente o sujeitaria, que seria somado a certa parcela de desgraça em que deve incorrer todo ser humano que leva o outro à infelicidade, poderia ser considerado uma suficiente punição para o homem.

Parece ser, sem dúvida, uma transgressão do direito natural que

uma mulher hoje fosse praticamente afastada da sociedade por causa de uma falta que os homens cometem quase sem impunidade. Mas a origem do costume, como o método mais óbvio e eficaz de impedir a freqüente repetição de uma séria dificuldade para a comunidade, parece ser natural, embora não completamente justificável. Essa origem, contudo, está hoje perdida na nova série de idéias que o costume tem, desde então, produzido. O que de início parecia ser ditado pela necessidade pública é agora sustentado pela fragilidade feminina e atua com maior força naquela parcela da sociedade em que, se a intenção original do costume prevalecesse, existiria a ocasião menos real para isso.

Quando essas duas leis fundamentais da sociedade, a segurança da propriedade e a instituição do casamento, forem, de uma vez, estabelecidas, a desigualdade das condições necessariamente deve continuar. Aqueles que tivessem nascido depois da divisão da propriedade viriam a um mundo praticamente ocupado. Se seus pais, por terem uma família demasiado grande, não lhes dessem o suficiente para seu sustento, o que é que eles fariam num mundo em que todas as coisas têm seu proprietário? Temos visto as conseqüências trágicas que resultariam para a sociedade se todo homem tivesse um argumento válido para uma participação igualitária no produto da terra. Os membros de uma família que fosse crescendo demasiadamente por causa da divisão original da terra reservada para ela não poderiam, então, solicitar uma parte do produto excedente dos outros, por uma questão de justiça. Evidenciou-se que, a partir das leis inevitáveis da nossa natureza, alguns seres humanos devem sofrer por causa da necessidade. Existem pessoas azaradas que na grande loteria da vida tiraram o bilhete em branco. O número destes reivindicantes logo excederia a capacidade de se suprir do produto excedente. O mérito moral é um critério muito difícil de se perceber, exceto nos casos extremos. Os proprietários do produto excedente, em geral, procurariam provas mais óbvias de diferenciação. E parece tão natural quanto justo, exceto em ocasiões particulares, que sua escolha recaísse naqueles que fossem capazes de se confessar dispostos a aplicar sua energia em conseguir um outro produto excedente, beneficiando imediatamente assim a comunidade e possibilitando aqueles proprietários de auxiliar um maior número. Todos os que tivessem falta de alimento seriam pressionados pela imperiosa necessidade de oferecer seu trabalho em troca dessa mercadoria tão absolutamente essencial à existência. O fundo adequado à manutenção do trabalho seria a quantidade acumulada de alimento possuída pelos proprietários da terra, além daquela do seu próprio consumo. Quando as demandas desse fundo fossem grandes e numerosas, naturalmente ele seria dividido em parcelas muito pequenas. O trabalho seria mal remunerado. Os homens ofereceriam trabalho por uma simples subsistência e o sustento das famílias seria dificultado

pela doença e pela miséria. Ao contrário, quando este fundo estivesse aumentando rapidamente, quando fosse grande em relação ao número dos solicitantes, seria dividido em parcelas muito maiores. Nenhum homem venderia seu trabalho sem receber em troca uma grande quantidade de alimentos. Os trabalhadores viveriam com despreocupação e, conseqüentemente, seriam capazes de sustentar uma prole numerosa e sadia.

Da situação desse fundo depende hoje principalmente a prosperidade ou o grau de miséria que predominam entre as classes mais pobres do povo de qualquer Estado conhecido. E dessa prosperidade ou desse grau de miséria depende o crescimento, a estabilidade ou o decréscimo da população.

E então resulta que a sociedade constituída de acordo com a mais bela forma que a imaginação pode conceber, tendo a bondade como seu princípio motor, em vez de egoísmo, e com todas as más inclinações de seus membros neutralizadas pela razão e não pela força, a partir das inevitáveis leis da natureza e não a partir de qualquer depravação original do homem, num período muito curto, degeneraria numa sociedade construída sobre uma base não essencialmente diferente daquela que predomina em qualquer Estado conhecido da atualidade; isto é, uma sociedade dividida em uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores e tendo o egoísmo como a mola-mestra da grande máquina.

Na hipótese que formulei, sem dúvida, tomei o crescimento populacional menor e o aumento da produção maior do que na realidade seriam. Nenhuma razão pode ser apontada pela qual, sob as condições que admiti, a população não cresceria mais rapidamente do que em qualquer circunstância conhecida. Se então formos tomar o período de duplicação em 15 anos em vez de 25 anos e ponderar o trabalho necessário para duplicar a produção em tão curto tempo, mesmo que o reconheçamos como possível, podemos nos arriscar a afirmar com certeza que se o sistema de sociedade do Sr. Godwin fosse estabelecido em sua máxima perfeição, em vez de miríades de séculos, 30 anos não decorreriam antes de sua completa destruição a partir do simples princípio do crescimento da população.

Não falei da emigração por razões óbvias. Se tais sociedades se constituíssem em outras regiões da Europa, esses países ficariam nas mesmas dificuldades em relação à população e não admitiriam novos membros em seu seio. Se essa admirável sociedade estivesse confinada nesta Ilha, deveria ter decaído surpreendentemente de sua pureza inicial e ter contribuído apenas com uma pequena parcela da prosperidade que propôs. Em suma, seu princípio fundamental deveria ser completamente destruído antes que qualquer de seus membros voluntariamente consentisse em abandoná-lo e viver sob tais governos que, no presente, existem na Europa, ou submeter-se à extrema penúria dos

primeiros colonizadores das novas regiões. Bem sabemos, pela repetida experiência, quanta miséria e dificuldade os homens passam em seu próprio país, antes que possam decidir abandoná-lo, e como as mais tentadoras propostas de embarque para as novas colônias foram frequentemente rejeitadas pelas pessoas que demonstravam estar quase morrendo de fome.

CAPÍTULO XI

Admitimos que o sistema social do Sr. Godwin um dia se instituiu integralmente. Porém, isso é admitir uma impossibilidade. As mesmas causas da natureza que o destruiriam tão rapidamente, se uma vez ele existisse, impediriam a possibilidade em sua instituição. Estou totalmente inseguro para supor com que bases podemos prever uma mudança em relação àquelas causas naturais. Nenhum avanço com respeito à extinção da paixão entre os sexos ocorreu durante os cinco ou seis mil anos em que o mundo existe. Os homens, no ocaso da vida, têm clamado, em todas as épocas, contra uma paixão que deixaram de sentir, mas com pouco fundamento e com pouco êxito. Aqueles que, por causa de um temperamento de frieza congênita, nunca sentiram o que é o amor, certamente serão considerados juizes muito incompetentes em relação ao poder dessa paixão em contribuir para a totalidade das sensações agradáveis da vida. Aqueles que dissiparam sua juventude em excessos criminosos e prepararam para si a debilidade corporal e o remorso espiritual, como consolo de sua idade, podem bem vociferar contra tais prazeres como vazios, fúteis e incapazes de produzir satisfação permanente. Apenas os prazeres do amor puro levarão à contemplação da razão mais depurada e a virtude mais sublime. Talvez dificilmente exista um homem que tenha uma vez experimentado o verdadeiro deleite do amor virtuoso; entretanto, por maiores que tenham sido seus prazeres intelectuais, não consideraria aquela época o período mais alegre de toda a sua vida, no qual sua imaginação se compraz e do qual ele se lembra e contempla com ternas saudades, e que ele desejaria muito viver mais uma vez. A superioridade dos prazeres intelectuais em relação aos sensuais consiste antes no fato de preencherem mais tempo, de terem maior amplitude e de estarem menos sujeitos ao fastio do que no fato de serem mais reais e essenciais.

A intemperança de todo prazer anula o seu próprio objetivo. Uma caminhada no mais belo dia, através da mais linda região, se realizada numa grande distância, termina em desgaste físico e cansaço. O alimento mais saudável e substancial, comido com apetite voraz, enfra-

quece em vez de fortalecer. Mesmo os prazeres intelectuais, embora certamente menos capazes de dar satisfação do que os outros, exercitados com muito poucas interrupções, debilitam o corpo e prejudicam a força do raciocínio. Argumentar contra a veracidade desses prazeres a partir de seus abusos não parece ser muito correto. A moralidade, de acordo com o Sr. Godwin, é uma avaliação das conseqüências, ou, como expressa muito corretamente o Arce-diago Paley, a vontade de Deus, enquanto deduzida do interesse geral. De acordo com cada uma dessas definições, um prazer sensorial, não acompanhado por uma probabilidade de conseqüências funestas, não atenta contra as leis da moralidade; e se ela pode ser seguida de um certo grau de moderação, como deixar um amplo espaço para os conhecimentos intelectuais, deve, sem dúvida, se somar ao conjunto dos prazeres agradáveis da vida. O amor virtuoso, elevado pela amizade, parece ser aquela espécie de mistura de prazer sensorial e intelectual adaptado especialmente à natureza do homem e mais fortemente destinado a despertar as afinidades da alma e produzir os mais encantadores prazeres.

A fim de mostrar a evidente inferioridade dos prazeres dos sentidos, o Sr. Godwin afirma:

“Retire das relações dos sexos todas as suas circunstâncias¹⁶⁴ e elas serão, via de regra, desprezadas”.

O autor bem poderia dizer a um homem que admirava árvores: tire delas os seus ramos estendidos e sua agradável folhagem, e que beleza você poderá ver num pau desfolhado? Mas se existisse a árvore com os ramos e as folhagens, e não sem eles, que emocionante maravilha. Um aspecto de um objeto pode ser tão diferente e provocar tantas emoções distintas, pelo seu conjunto, como duas coisas tão diferentes como uma bela mulher e um mapa de Madagascar. São

“a harmonia das formas da pessoa, a vivacidade, a voluptuosa suavidade do temperamento, o sentimento de terna afeição, a imaginação e a graça”

de uma mulher que excitam a paixão amorosa, e não a simples característica de ser ela uma mulher. Levados pela paixão do amor, os homens têm sido induzidos a atos altamente prejudiciais aos interesses gerais da sociedade, mas, provavelmente, não teriam encontrado nenhuma dificuldade em resistir à tentação, se esta tivesse surgido na forma de uma mulher sem nenhum atrativo, qualquer que fosse, senão seu sexo. Tirar dos prazeres sensoriais todos seus acessórios a fim de provar a sua inferioridade é tirar de um ímã algumas de suas mais fundamentais fontes de atração e afirmar que ele está sem força e é ineficiente.

164 Livro Primeiro. Cap. 5, p. 73.

Na busca de qualquer prazer, seja sensorial ou intelectual, a Razão, essa faculdade que nos possibilita prever as conseqüências, é o guia e o corretivo adequado. Por esse motivo é provável que a razão valorizada sempre tenderá a impedir o abuso dos prazeres sensoriais, embora de nenhuma forma se segue que a razão os extinguirá.

Tenho me esforçado para mostrar a falácia daquele argumento que deduz um progresso ilimitado a partir de um progresso limitado, os limites do qual não podem ser determinados exatamente. Suponho que se verificou existirem muitas situações em que se observou um claro progresso, onde ainda seria um completo absurdo admitir esse progresso como indefinido. Entretanto, com relação à extinção da paixão entre os sexos, nenhum progresso notável, qualquer que seja, foi feito até agora. Admitir uma tal extinção, portanto, é simplesmente propor infundadas conjecturas, sem suporte em qualquer probabilidade filosófica.

É uma verdade que estou receoso de que a História revele demasiadamente claro que alguns homens da maior capacidade mental se entregaram não somente a uma satisfação moderada, mas mesmo até imoderada dos prazeres do amor sensorial. Mas reconhecendo, como estou inclinado a fazê-lo, não obstante numerosas situações em contrário, que os grandes esforços intelectuais têm diminuído o império dessa paixão sobre o homem, é evidente que o povo em geral deve atingir um grau intelectual mais alto do que atualmente os mais brilhantes da espécie, antes que possa ocorrer algum desnível de forma suficientemente sensível para afetar a população. Eu não admitiria, de forma alguma, que o povo em geral tenha chegado ao fim de seu aperfeiçoamento, mas o principal argumento deste ensaio pretende colocar em um persuasivo ponto de vista a improbabilidade de que as classes mais pobres do povo, de qualquer país, sejam um dia suficientemente livres da necessidade e do trabalho para conseguir um alto grau de desenvolvimento intelectual.

CAPÍTULO XII

A conjectura do Sr. Godwin com relação ao futuro acesso do homem à imortalidade na terra parece estar colocada, um tanto estranhamente, num capítulo que declara eliminar do princípio da população a restrição ao seu sistema de igualdade. A menos que o Sr. Godwin suponha que a paixão entre os sexos diminua mais rapidamente do que aumenta a longevidade, a Terra estaria mais superpovoada do que nunca. Mas deixando essa dificuldade ao Sr. Godwin, vamos examinar um pouco as evidências das quais a provável imortalidade do homem é inferida.

Para demonstrar o poder da mente sobre o corpo, observa o Sr. Godwin:

“Quantas vezes vemos um conjunto de boas informações se desfazendo numa desordem? Como é comum a observação de que aquelas circunstâncias que são uma fonte de doença para o ocioso são esquecidas e eliminadas na ocupação e na atividade? Ando 20 milhas com preguiça e sem muita vontade e fico totalmente cansado. Ando 20 milhas cheio de energia e com uma motivação que enche a minha alma e termino a caminhada tão animado e disposto como quando a comecei. Emoções provocadas por alguma palavra inesperada, por uma carta que nos é entregue provocam as mais extraordinárias mudanças em nossa constituição, aceleram a circulação, fazem o coração palpitar, a língua se recusar a falar, e temos notícia de morte provocada por extrema angústia ou extrema alegria. Na verdade não há nada de que o médico esteja mais seguro do que do poder da mente em auxiliar ou retardar a convalescença”.

Os exemplos aqui mencionados são de situações principalmente relativas aos efeitos dos estimulantes mentais sobre a estrutura orgânica. Ninguém, por um momento, jamais duvidou da íntima ligação, embora misteriosa, do corpo e da mente. Mas é argumentar totalmente sem conhecimento da natureza dos estimulantes admitir que eles po-

dem ser usados permanentemente com a mesma intensidade ou se podem ser utilizados por certo tempo de tal modo que não esgotassem ou consumissem o sujeito. Em alguns dos casos aqui mencionados, a intensidade do estímulo depende da sua originalidade e da sua imprevisibilidade. Semelhante estímulo não pode, por sua natureza, ser repetido freqüentemente com o mesmo efeito; dessa forma, pela repetição, perderia aquela propriedade que lhe dá eficácia.

Nos outros casos, o argumento é de um efeito pequeno e parcial a um efeito grande e geral, que, em inúmeras situações, se verificará ser uma maneira muito enganosa de raciocinar. Um homem ocupado e ativo pode se opor, numa certa medida, ou, o que está mais perto da verdade, pode não levar em consideração aquelas pequenas desordens estruturais que prendem a atenção de um homem que não tem mais nada que pensar; entretanto, isso não pretende demonstrar que a atividade da mente tornará um homem capaz de desprezar uma febre alta, a varíola ou a peste bubônica.

O homem que anda 20 milhas com uma motivação que enche sua alma não percebe o pequeno cansaço do seu corpo quando termina, mas duplicará sua motivação e se põe a caminhar outras 20 milhas, quadruplicando-a, e permitindo-se reiniciar pela terceira vez, e assim por diante; e a extensão dessa caminhada dependerá finalmente da força muscular e não da mente. Powel, por causa de 10 guinéus, teria caminhado provavelmente mais do que o Sr. Godwin por causa de 0,5 milhão. Uma motivação de poder incomum agindo sobre uma estrutura orgânica de força mediana talvez fizesse o homem matar-se de tanto esforço, mas não o faria caminhar 100 milhas em 24 horas. Essa exposição dessa questão mostra a falácia de se supor que a pessoa não estivesse totalmente cansada, realmente, na sua primeira caminhada de 20 milhas, porque não parecia estar assim, ou porque talvez quase não sentisse nenhuma fadiga. A mente não pode firmar sua atenção fortemente em mais de um objeto de uma vez. Os 20 mil passos absorveram tanto seus pensamentos que ele não respondeu a uma pequena dor no pé ou a uma pequena rigidez do braço. Mas ele realmente tinha estado tão animado e disposto como quando começou que seria capaz de caminhar outras 20 milhas tão facilmente como as primeiras e assim por diante, a terceira etc., o que levaria a um real absurdo. Quando um cavalo muito impetuoso está meio cansado, ele pode ser tão excitado em seu ardor pelo estímulo da espora, acrescido do manejo adequado do freio, que pareceria a quem assiste como se ele estivesse animado e disposto, como se não tivesse andado já uma milha. Ou antes, provavelmente, o próprio cavalo, durante a fúria e o ímpeto provocados por aquele estímulo, não sentiria nenhum cansaço; mas seria estranhamente contrário a toda a razão e experiência argumentar, a partir de uma tal aparência, que se o estímulo tivesse continuado o cavalo nunca se cansaria. Os latidos de uma matilha farão alguns

cavalos parecerem revigorados e espertos, depois de uma distância de 40 milhas percorridas na estrada, como quando começaram a caminhada. Então, se eles fossem utilizados na caça, não seria percebida de início pelos cavaleiros nenhuma diminuição maior de sua energia e de seu ímpeto, mas, no final de um árduo dia, a fadiga anterior provocaria todo o seu efeito e os cansaria mais cedo. Quando eu empreendia uma longa caminhada com minha espingarda e não conseguia nada, freqüentemente retornava à casa sentindo um grau considerável de desconforto por causa da fadiga. Talvez, num outro dia, andando aproximadamente a mesma extensão, com um bom resultado na caça, voltava à casa revigorado e disposto. A diferença na sensação da fadiga ao chegar, em diferentes dias, pode ter sido muito notável, mas, nas manhãs seguintes, eu não teria percebido tal diferença. Não percebi que estava com meus braços menos firmes ou com os pés menos doloridos na manhã seguinte ao dia de caça do que na outra manhã.

Em todos esses casos, os estimulantes da mente parecem atuar mais por desviar a atenção do cansaço físico do que realmente por neutralizá-lo. Se a força de minha mente tivesse realmente neutralizado o cansaço de meu corpo, por que me sentiria cansado na manhã seguinte? Se os estímulos dos cães de caça tivessem vencido tão completamente o cansaço da caminhada na realidade, como venceu na aparência, por que o cavalo ficaria cansado mais cedo do que se ele não tivesse caminhado as 40 milhas? Aconteceu ter eu uma terrível dor de dente quando estava escrevendo isto. No auge da redação, de vez em quando, por um momento ou outro, eu a esqueci. Entretanto, não posso prosseguir pensando que o processo que causa a dor está ainda progredindo e que as nervuras que levam a informação dela ao cérebro estão, mesmo durante aqueles momentos, exigindo atenção e espaço para suas vibrações apropriadas. Uma grande quantidade de vibrações de um outro tipo pode, talvez, impedir o seu recebimento, ou superá-las por um tempo quando recebidas, até que uma pontada de força incomum disperse todas as outras vibrações, destrua a clareza de minhas concepções argumentativas e siga, triunfante, para o cérebro. Nesse caso, como nos outros, a mente parece ter pouco ou nenhum poder de se opor ou de remediar o distúrbio, mas simplesmente possui um poder, quando fortemente estimulada, de fixar sua atenção sobre outros objetos.

Contudo, não pretendo afirmar que uma mente sadia e forte não apresente nenhuma tendência, qualquer que seja, de manter o corpo num semelhante estado. Tão estreita e íntima é a união da mente e do corpo que seria muito estranho se ambos não participassem cada um das funções do outro. Entretanto, talvez, numa relação, o corpo tem mais ação sobre a mente do que a mente sobre o corpo. A primeira finalidade da mente é atuar como abastecedor das necessidades do corpo. Quando essas necessidades estão completamente satisfeitas, uma mente ativa está, na verdade, apta a divagar mais, a explorar os campos

da ciência ou a passar o tempo nas regiões da imaginação, a sonhar que “se livrou deste turbilhão mortal” e está procurando seu elemento análogo. Mas todos estes cuidados são semelhantes aos esforços vãos da lebre da fábula. Com o lento movimento da tartaruga, o físico nunca acaba por alcançar a mente, por mais ampla e extensamente que ele possa se nivelar, e os intelectos mais ativos e brilhantes, embora relutantes para atender ao primeiro ou ao segundo apelo, devem finalmente se render ao domínio do cérebro em vista dos apelos da fome ou mergulhar o corpo exausto no sono.

Dir-se-ia que, se alguém pudesse afirmar com certeza que se a medicina pudesse descobrir como tornar o corpo imortal, não haveria receio de isso ser seguido pela imortalidade da mente. Entretanto, a imortalidade da mente de forma alguma parece implicar na imortalidade do corpo. Ao contrário, a maior energia imaginável da mente provavelmente consumiria e destruiria a energia do corpo. Um vigor equilibrado da mente parece ser favorável à saúde, mas esforços mentais muito grandes tendem mais, como tem sido observado com frequência, a gastar o invólucro. A maioria dos exemplos que o Sr. Godwin apresentou para demonstrar o poder da mente sobre o corpo, e a consequente probabilidade da imortalidade do homem, pertencem a esta última descrição, e se tais estimulantes fossem permanentemente usados, em vez de tender a imortalizar, tenderiam muito rapidamente a destruir a constituição humana.

O provável aumento do poder da vontade do homem sobre sua constituição animal vem em seguida na reflexão do Sr. Godwin, e ele conclui dizendo que o poder voluntário de alguns homens, em relação a isso, se estende a vários pontos em que outros homens são impotentes. Entretanto, isso é raciocinar contra uma regra praticamente universal a partir de algumas exceções que parecem ser antes artificios do que forças que podem ser aplicadas a um bom objetivo. Nunca soube de nenhum homem que pudesse regular seu pulso numa febre e duvido muito que algumas das pessoas aqui referidas tenham feito o mínimo progresso visível na correção regular dos distúrbios de suas constituições e no consequente prolongamento de suas vidas.

O Sr. Godwin afirma que

“nada pode ser mais antifilosófico do que concluir que, por causa de certo tipo de energia estar além do alcance de nossa presente observação, está além dos limites da mente humana”.

Confesso que minhas idéias sobre filosofia são com relação a isso muito diferentes das do Sr. Godwin. A única distinção que percebo entre uma conjectura filosófica e as afirmativas de vidente do Sr. Brothers é que uma é fundamentada nos dados resultantes da seqüência de nossas atuais observações e a outra não tem fundamento algum. Creio que grandes descobertas estão ainda para ocorrer em todos os

ramos da ciência humana, particularmente na medicina; mas no momento que abandonarmos a experiência passada como o fundamento de nossas conjecturas com respeito ao futuro e, ainda mais, se nossas conjecturas se opõem totalmente à experiência passada, somos jogados num vasto campo da incerteza e qualquer hipótese é, então, tão aceitável como outra. Se uma pessoa fosse me dizer que afinal os homens teriam olhos e mãos atrás, bem como na frente, eu admitiria a inutilidade do acréscimo, mas eu diria, como razão para minha descrença disso, que não vi, no passado, nenhuma indicação, qualquer que seja, pela qual eu pudesse inferir a mínima probabilidade de tal mudança. Se isso não for admitido como uma objeção válida, todas as conjecturas são semelhantes e igualmente filosóficas, confesso que me parece que, no âmbito de nossas atuais observações, não existem indícios mais verdadeiros de que o homem se tornará imortal na terra do que os indícios de que ele terá quatro olhos e quatro mãos, ou de que as árvores crescerão horizontalmente em vez de perpendicularmente.

Dir-se-á, talvez, que muitas descobertas que já ocorreram no mundo eram totalmente imprevisas e inesperadas. Concordo ser isso verdade; entretanto, se uma pessoa tivesse previsto essas descobertas, sem ser orientada por quaisquer analogias ou indicações de fatos passados, ela mereceria o nome de vidente ou de profeta, mas não de filósofo. Prova muito pouco a surpresa que algumas de nossas modernas descobertas causariam nos primitivos habitantes da Europa, da época de Teseu e Aquiles. De pessoas quase completamente ignorantes dos poderes de uma máquina, não se pode esperar certeza de suas conclusões. Estou longe de afirmar que estamos atualmente, por todos os meios, completamente informados sobre os poderes da mente humana; mas, certamente, sabemos mais hoje acerca desse instrumento do que era conhecido 4 mil anos atrás; e, por esse motivo, embora não sejamos chamados juízes competentes, certamente somos muito mais capazes do que os selvagens para afirmar o que é ou não é, dentro do possível. Um relógio impressionaria um selvagem com tanto impacto como um movimento perpétuo; entretanto, é para nós uma peça de mecanismo muito familiar e o outro tem constantemente frustrado os esforços das inteligências mais perspicazes. Em muitas circunstâncias somos capazes de perceber hoje as causas que impedem um desenvolvimento ilimitado daquelas invenções que pareciam claramente prometer isso no início. Os primeiros pesquisadores do telescópio pensariam provavelmente que quanto maior o tamanho do espelho e quanto mais pudessem aumentar o comprimento dos tubos, mais o alcance e as vantagens do instrumento aumentariam; mas a experiência tem-nos ensinado, desde então, que a pequena dimensão do campo, a insuficiência da luz e as condições da atmosfera, estando ampliadas, impedem os resultados positivos que eram para ser esperados de um telescópio de grande tamanho e poder. Em muitos setores do conhecimento, o homem tem

realizado quase permanentemente algum progresso; em outros setores, seus esforços têm sido invariavelmente frustrados. O selvagem provavelmente não seria capaz de imaginar as causas dessa enorme diferença. Nossas experiências ulteriores nos têm dado alguma compreensão dessas causas e, por essa razão, nos têm capacitado para ver melhor, senão o que nós esperamos do futuro, pelo menos, o que não esperamos, o que, embora negativo, é um dado de informação muito útil.

Como a necessidade de dormir parece depender mais do corpo do que da mente, não se conclui que o desenvolvimento da mente possa tender muito a suplantar essa "evidente fragilidade". Um homem que por grande agitação de sua mente seja capaz de passar duas ou três noites sem dormir, se esgota proporcionalmente à energia de seu corpo e essa diminuição da saúde e da força logo perturbará as operações de seu raciocínio, assim que, por esses grandes esforços, ele não parece ter feito nenhum progresso real, qualquer que seja, em superar a necessidade desse tipo de repouso.

Há, certamente, uma diferença suficientemente acentuada nos vários caracteres de que nós temos algum conhecimento, relativos às energias de sua mente, suas atividades positivas etc. que nos possibilitam julgar se as operações da inteligência têm algum efeito decisivo no sentido de prolongar a duração da vida humana. É certo que nenhum efeito decisivo desse tipo foi ainda constatado. Embora nenhum esforço mental de qualquer tipo jamais tenha produzido semelhante resultado, como poderia ser explicado pelo menor aspecto de alguma tentativa de chegar à imortalidade, dentre os dois, um determinado esforço do corpo parece ter mais resultado com relação a isso do que um estudo do esforço da mente. O homem que toma suas refeições moderadas e faz seus exercícios físicos com meticulosa regularidade, geralmente estará com mais saúde do que o homem que se dedica muito seriamente a trabalhos intelectuais e que freqüentemente se esquece, por certo tempo, das necessidades físicas. O cidadão que se aposentou e cujas idéias, talvez, raramente vão acima ou além do seu pequeno jardim, mexendo a terra todas as manhãs nos limites da sua casa de campo, talvez viverá tanto quanto o filósofo cujo âmbito do intelecto é mais complexo e cujas perspectivas são mais claras do que as de qualquer de seus contemporâneos. Foi observado, efetivamente, por aqueles que cuidam das estatísticas de óbitos, que as mulheres vivem mais, em média, do que os homens e, embora eu não diga de nenhuma forma que suas faculdades intelectuais sejam inferiores, penso que se deve admitir, por causa de sua educação diferente, que não existem tantas mulheres como homens que são estimuladas a um exercício mental profundo.

Tanto nesses como em exemplos semelhantes ou, para tomar uma série maior, como na grande diversidade dos caracteres que existem durante alguns milhares de anos, nenhuma diferença decisiva foi observada na duração da vida humana por causa da função inte-

lectual; a mortalidade do homem na Terra parece estar tão completamente determinada e tão exatamente nas mesmas bases como qualquer outra, sendo a mais constante das leis da natureza. Um ato de poder imediato do Criador do Universo, na verdade, poderia mudar uma ou todas aquelas leis, imediata ou gradualmente, mas sem nenhum indício de uma tal mudança, e tais indícios não existem, é igualmente tão irracional admitir que a vida do homem pode ser prolongada além de quaisquer limites assinalados, como supor que gradativamente a atração da Terra se transformará em repulsão e que as pedras afinal se elevarão, em vez de caírem, ou que a Terra se precipitará, em certa época, em direção a um Sol de temperatura mais amena e mais suave.

A conclusão deste capítulo nos apresenta, sem dúvida, um quadro muito belo e atraente, mas, por ser proveniente da fantasia e não concebido em relação à verdade, deixa de oferecer aquele interesse essencial, que só a natureza e a probabilidade podem dar.

Não posso encerrar este assunto sem algumas observações sobre as conjecturas do Sr. Godwin e do Sr. Condorcet com relação ao indefinido prolongamento da vida humana como um exemplo muito curioso do anseio da alma em busca da imortalidade. Ambos esses cavalheiros rejeitaram a luz da revelação que promete a completa vida eterna em outro estágio. Rejeitaram também a luz da religião natural que, para as inteligências mais capazes de todas as épocas, tem mostrado a existência futura da alma. Entretanto, a idéia da imortalidade é tão compatível com a mente do homem que eles não podem permitir que ela seja totalmente lançada fora de seus sistemas. Depois de todos os seus ceticismos fastidiosos com relação ao único modo provável de imortalidade, eles criaram um tipo de imortalidade própria deles, não só completamente contraditória a toda lei da probabilidade filosófica, mas ela própria, no mais alto grau, tacanha, parcial e desonesta. Os autores admitem que todos os espíritos ilustres, virtuosos e elevados que sempre existiram ou que podem existir por alguns milênios, talvez por milhões de anos, serão mergulhados no aniquilamento e que somente alguns seres, em número não maior do que pode existir simultaneamente na terra, serão, finalmente, premiados com a imortalidade. Se semelhante doutrina for apresentada como doutrina da revelação, estou certo de que todos os inimigos da religião, e provavelmente o Sr. Godwin e o Sr. Condorcet, dentre os demais, teriam despejado sobre ela toda a força de sua zombaria, como se fosse a mais pueril, a mais absurda, a mais pobre, a mais deplorável, a mais injusta e, por conseguinte, a mais indigna deidade que a louca superstição do homem poderia inventar.

Que prova estranha e curiosa aquelas conjecturas apresentam da inconsistência do ceticismo! Observar-se-ia que há uma diferença muito notável e essencial entre acreditar numa afirmativa que contradiz totalmente a experiência mais consequente e numa afirmativa que nada contradiz, mas está simplesmente além do poder da nossa

atual observação e conhecimento.¹⁶⁵ Tão diversificados são os objetos naturais que nos cercam, tantas as situações da poderosa força que diariamente se apresentam a nossos olhos, que nós podemos admitir claramente que existem muitas formas e processos da natureza que ainda não observamos ou que talvez não somos capazes de observar com os nossos atuais limites de conhecimento. O ressurgimento de um corpo espiritual a partir de um corpo físico não parece em si mesmo uma circunstância mais maravilhosa da energia do que a germinação de uma folha de trigo a partir do grão ou de um carvalho a partir de sua glândula. Poderíamos conhecer um ser inteligente, de tal modo classificado que apenas seria relacionado com as coisas inanimadas ou totalmente desenvolvidas e que nunca teria presenciado o processo de germinação ou de crescimento; e se houvesse um outro ser para lhe mostrar dois pequenos pedaços de matéria, um grão de trigo e uma glândula e lhe pedisse para examiná-los e dissecá-los, se quisesse, e se empenhasse em descobrir suas propriedades e sua natureza; e, então, lhe dissesse que, embora esses pequenos pedaços de matéria possam lhe parecer insignificantes, eles possuíam tais poderes interessantes de seleção, combinação, organização e quase de criação que, em sendo colocados na terra, escolheriam entre todas as impurezas e a umidade que os rodeavam aqueles elementos que melhor se adaptavam aos seus objetivos, que eles ajuntariam e organizariam estes elementos com magnífico critério, bom senso e execução e se transformariam em belas formas, dificilmente parecidas, em qualquer aspecto, com os pequenos pedaços de matérias que foram inicialmente colocados na terra. Tenho muito poucas dúvidas de que o ser imaginário que concebi vacilaria mais, requereria uma autoridade maior e provas mais significativas — antes de acreditar nessas estranhas afirmações — do que se ele tivesse dito que um ser de uma força poderosa, que fora a causa de tudo que ele viu em sua volta e desta existência de que ele próprio estava consciente, por um grandioso ato de força sobre a morte e a degenerescência das criaturas humanas, transformaria a essência do pensamento em uma forma incorpórea ou, pelo menos, invisível, para conferir-lhe uma existência mais feliz em outro estágio.

165 Quando lançamos nossa vista para além desta vida, é evidente que não podemos ter nenhum outro guia senão a autoridade ou a conjectura e, na verdade, um sentimento obscuro e indefinido. Por essa razão, o que eu digo aqui não me parece de nenhuma forma contraditório como o que disse antes, quando observei que era antifilosófico esperar qualquer evento específico que não fosse indicado por algum tipo de analogia existente no passado. Estendendo-nos para além do limite do qual nenhum viajante retorna, devemos, necessariamente, abandonar essa regra; entretanto, com relação aos eventos que podemos esperar que ocorram na terra, raramente podemos abandoná-la, se somos coerentes com uma correta filosofia. Entretanto, a analogia tem, como penso, grande amplitude. Por exemplo, o homem tem descoberto muitas leis da natureza; a analogia parece indicar que ele descobrirá muitas outras, mas nenhuma analogia parece indicar que o homem descobrirá um sexto sentido ou uma nova espécie de poder da mente humana, inteiramente fora do campo de nossas presentes observações.

A única diferença com relação aos nossos próprios conceitos, que não está a favor de nossa última afirmativa, é que o primeiro milagre¹⁶⁶ nós vimos repetidamente e o segundo milagre nós não vimos. Reconheço o pleno valor dessa prodigiosa diferença, mas certamente nenhum homem pode duvidar, por um momento, em dizer que, pondo a Revelação fora da questão, o ressurgimento de um corpo espiritual a partir de um corpo físico, que pode ser simplesmente uma dentre as muitas operações da natureza que não podemos ver, é um evento indefinidamente mais provável que a imortalidade do homem na Terra, que não é somente um evento do qual ainda não apareceu nenhum indício ou sinal, mas é uma contradição positiva a uma das mais constantes leis da natureza que jamais ocorreram no âmbito da observação humana.

Talvez eu deva fazer de novo uma justificação a meus leitores por insistir tanto numa conjectura que muitos, como sei, pensarão ser demasiado absurda e improvável para exigir a mínima discussão. Mas se fosse tão improvável e tão contrária ao verdadeiro espírito da filosofia, como eu próprio penso que seja, por que não se poderia mostrar que é assim mediante uma sincera análise? Contudo, uma conjectura improvável, à primeira vista, expressa por homens capazes e talentosos, parece, no mínimo, merecer uma análise. De minha parte, não sinto nenhuma aversão, qualquer que seja, em dar aquele grau de crédito à opinião da provável imortalidade do homem na terra, cujas aparências que podem ser alegadas em sua defesa merecem. Antes que decidamos sobre a completa improbabilidade de um tal evento é, entretanto, imparcialmente lícito analisar aquelas aparências e, a partir de tal análise, penso que podemos concluir que temos antes menos razão para admitir que a vida do homem possa ser prolongada indefinidamente do que para admitir que as árvores possam ser levadas a crescer indefinidamente para o alto ou que as batatas possam aumentar indefinidamente seu tamanho.¹⁶⁷

166 Os poderes de seleção, combinação e transmutação que toda semente apresenta são verdadeiramente milagrosos. Quem pode imaginar que essas maravilhosas propriedades estão contidas naqueles pequenos pedaços de matéria? A mim me parece muito mais racional admitir que o poderoso Deus da natureza está presente com toda a energia em todas aquelas operações. A esse Ser todo-poderoso seria igualmente fácil fazer crescer um carvalho sem uma glândula ou com ela. O processo preparatório de pôr sementes na terra é simplesmente instituído pelo uso do homem, como um dentre vários outros estímulos necessários para despertar o material no espiritual. É, como veremos, uma idéia que, de modo congruente com os fenômenos naturais que nos cercam, com os vários eventos da vida humana e com as sucessivas Revelações de Deus ao homem, supõe ser o mundo um poderoso processo para a criação e formação da mente. Muitos vasos, necessariamente, sairão deste grande forno com modelos errados. Eles serão quebrados e deixados de lado como inúteis; enquanto aqueles vasos cujas formas são cheias de verdade, graça e encanto serão encaminhados para lugares mais felizes, mais perto da presença do poderoso artifice.

167 Embora o Sr. Godwin expresse a idéia do prolongamento indefinido da vida humana simplesmente como uma conjectura, como ele tem mostrado algumas aparências que em sua concepção favorecem a suposição, ele deve certamente pretender que essas aparências sejam analisadas e isso é tudo que tenciono fazer.

CAPÍTULO XIII

No capítulo que estive analisando, o Sr. Godwin afirma considerar a objeção a seu sistema de igualdade do ponto de vista do princípio da população. Pareceu, penso eu que de modo claro, que ele está grandemente equivocado na sua afirmação acerca do distanciamento dessa dificuldade e que, em vez de miríades de séculos, ela não está, na realidade, distante de nós por um tempo de trinta anos ou mesmo trinta dias. A suposição da chegada do homem à imortalidade na terra não é, certamente, uma forma de diminuir a dificuldade. Por essa razão, o único argumento do capítulo que tem alguma possibilidade de eliminar a objeção é a conjectura relacionada com a extinção da paixão entre os sexos, mas como isso é uma simples conjectura, não apoiada pelo menor indício de prova, pode-se dizer claramente que a força da objeção permanece inalterada e é, sem dúvida, de peso suficiente para destruir completamente todo o sistema de igualdade do Sr. Godwin. Entretanto, farei uma ou duas observações sobre alguns importantes elementos dos raciocínios do Sr. Godwin que contribuirão para situar numa perspectiva ainda mais clara a pouca esperança que podemos razoavelmente alimentar de ver aqueles enormes aperfeiçoamentos da natureza do homem e da sociedade que o autor apresenta a nossos olhos admirados em sua justiça política.

O Sr. Godwin considera demasiadamente o homem sob o aspecto de um ser meramente intelectual. Esse erro, pelo menos tal como admito ser, penetra todo o seu trabalho e se insinua em todos os seus raciocínios. As ações voluntárias dos homens podem se originar de seus conceitos, mas estes conceitos serão muito diferentemente alterados nas criaturas compostas de uma faculdade racional e de predisposições físicas, pelo fato de que elas existem em seres completamente intelectuais. O Sr. Godwin, para demonstrar que o raciocínio e a verdade bem fundamentados são capazes de ser transmitidos adequadamente, analisa a proposição primeiro praticamente e depois acrescenta:

“Tal é a aparência que essa proposição assume quando analisada de um ponto de vista livre e prático. Num exame rigoroso ela não admitirá controvérsia. O homem é um ser racional etc.”.¹⁶⁸

Longe de chamar isso de exame rigoroso do assunto, eu próprio o qualificaria como o modo mais vago e mais incorreto de considerá-lo. É calcular a velocidade de um corpo caindo no vácuo e teimar que ela seria a mesma em qualquer outro meio resistente em que o corpo caísse. Este não seria o modo de filosofar de Newton. Muito poucas proposições gerais são corretas ao se aplicarem a um assunto particular. A Lua não se mantém em sua órbita em torno da Terra, nem a Terra em sua órbita em torno do Sol, devido a uma força que varia simplesmente na relação inversa dos quadrados das distâncias. Para elaborar a teoria geral correta da aplicação das rotações desses corpos, era necessário calcular cuidadosamente a força interferente do Sol sobre a Lua e da Lua sobre a Terra; e, até que as forças interferentes fossem adequadamente avaliadas, as observações efetivas dos movimentos desses corpos demonstrariam que a teoria não era exatamente verdadeira.

Estou querendo admitir que todo ato voluntário é precedido por uma decisão da mente, mas é surpreendentemente oposto ao que eu conceberia ser a teoria correta sobre o assunto e é uma clara contradição a toda experiência dizer que as tendências físicas do homem não atuam muito poderosamente, como forças interferentes, naquelas decisões. Por esse motivo, a questão não depende simplesmente de que um homem possa ser levado a compreender uma proposição clara ou ser convencido por um argumento irrefutável. Uma verdade pode ser demonstrada para sua convicção como um ser racional, embora ele possa resolver agir contrariamente a ela, como um ser complexo. Os anseios da fome, o amor à bebida, o desejo de possuir uma bela mulher, estimularão os homens a atos de cujas conseqüências fatais para o interesse geral da sociedade eles estão inteiramente convencidos, mesmo no momento exato em que os cometem. Elimine seus desejos físicos e eles não hesitarão um momento em se decidirem contra tais atitudes. Pergunte a eles sua opinião acerca de mesma conduta em outra pessoa e eles imediatamente a reprovarão. Mas, em seu caso próprio e sob todas as circunstâncias de sua situação frente a esses desejos físicos, a decisão do ser complexo é diferente da convicção de um ser racional.

Se esse fosse o ponto de vista correto sobre o assunto e se tanto a teoria como a experiência se juntassem para provar que assim é, quase todos os raciocínios do Sr. Godwin sobre o tema da coerção do seu capítulo 7 parecerão estar fundados sobre o erro. O autor gasta algum tempo em colocar sob um ponto de vista ridículo o esforço de

convencer o entendimento de um homem e aclarar em seu pensamento uma proposição duvidosa por meio da bazófia. Sem dúvida é tão ridículo como bárbaro, como uma briga de galos, mas um tem pouco mais a fazer com o objeto real em relação às punições humanas do que o outro. Um modo de punição freqüentemente (na verdade demasiado freqüente) é a morte. O Sr. Godwin dificilmente pensará isso tomado de convicção, pelo menos não parece que o indivíduo ou a sociedade poderiam colher mais benefícios futuros de um entendimento esclarecido dessa maneira.

Os principais objetivos que as punições humanas têm em mira são, sem dúvida, a sujeição e o exemplo, a prisão ou afastamento de um indivíduo cujos hábitos viciados são igualmente prejudiciais à sociedade. E o exemplo, que, por expressar o sentimento da comunidade com relação ao crime pessoal e por associar mais clara e estreitamente o crime e o castigo, oferece um motivo moral para dissuadir outros de sua perpetração.

A prisão, pensa o Sr. Godwin, pode ser admitida como um recurso temporário, embora ele condene a reclusão solitária que, certamente, foi a mais bem-sucedida e, na verdade, quase a única tentativa para a melhoria moral dos infratores. Ele fala das paixões egoístas que são alimentadas pelo isolamento e das virtudes criadas em sociedade. Mas, certamente, essas virtudes não são criadas na sociedade de uma prisão. Se o infrator fosse confinado à sociedade de homens idôneos e virtuosos, provavelmente ele tiraria mais proveito do que no isolamento. Mas isto é realizável? O talento de Godwin é usado mais freqüentemente em descobrir males do que sugerir remédios práticos.

A punição, por exemplo, é totalmente reprovada. Ao esforçar-se em infligir castigos muito impressionantes e terríveis, as nações, na verdade, foram levadas às mais bárbaras crueldades; entretanto, o abuso de qualquer prática não é um bom argumento contra o seu uso. Os infatigáveis esforços feitos neste país para pegar um assassino e a certeza de sua punição têm contribuído fortemente para criar aquele sentimento que é comum na boca do povo de que um criminoso mais cedo ou mais tarde será descoberto; e o temor constante que, em consequência, oprime o assassino, fará um homem, no auge da angústia, jogar fora sua faca com medo de que ele seja tentado a usá-la na satisfação de sua vingança. Na Itália, onde os assassinos, por fugirem para um abrigo, encontram, mais freqüentemente, meios de escapar, o crime nunca foi reprimido com a mesma veemência e, conseqüentemente, tem sido mais freqüente. Nenhum homem que está totalmente seguro do efeito das razões morais, pode duvidar por um momento de que, se na Itália todo assassino tivesse sido sempre punido, o uso do punhal nos arroubos da paixão teria sido relativamente pouco conhecido.

Nenhuma pessoa cometerá a loucura de afirmar que as leis hu-

manas proporcionam ou podem proporcionar o castigo exato para o crime. Devido à inescrutabilidade dos motivos, isso é absolutamente impossível, mas esta imperfeição, embora possa ser chamada de um tipo de injustiça, não é um argumento válido contra as leis humanas. É destino do homem que ele terá freqüentemente de escolher entre dois males, e é uma razão suficiente para a aprovação de qualquer instituição que este é o melhor modo que se lhe apresenta de impedir maiores males. Um esforço permanente, sem dúvida, teria bom êxito em tornar aquelas instituições tão perfeitas quanto sua natureza permitir. Entretanto, nada é tão fácil como achar falha nas instituições humanas; nada é tão difícil como propor melhoras práticas adequadas. É de se lamentar que muitos homens de talento empreguem seu tempo mais na primeira atividade do que na segunda.

A freqüência dos crimes entre os homens que, como se costuma dizer, é mais conhecida, prova suficientemente que algumas verdades podem ser demonstradas para a convicção do pensamento sem produzir sempre o resultado adequado sobre o comportamento. Existem outras verdades, de tal natureza, que talvez nunca possam ser adequadamente transmitidas de um homem para outro. O Sr. Godwin considera verdade fundamental a superioridade dos prazeres do intelecto em relação com os dos sentidos. Levando em consideração todas as circunstâncias eu estaria disposto a concordar com ele; mas como eu posso comunicar essa verdade a uma pessoa que quase nunca sentiu prazer intelectual? Posso, da mesma forma, tentar explicar a essência e a beleza das cores a um cego. Se sou sempre tão esforçado, paciente e convincente e tenho as mais reiteradas oportunidades de expostulação, qualquer progresso real no sentido da consecução do meu objetivo parece totalmente irrealizável. Não há nenhuma medida comum entre nós. Não posso avançar passo a passo; é uma verdade de natureza totalmente impossível de demonstração. Tudo o que posso dizer é que os homens mais sábios e melhores de todas as épocas concordaram em dar enorme preferência aos prazeres do intelecto, e que minha própria experiência confirmou totalmente a verdade de suas decisões; que encontrei prazeres sensoriais vãos, efêmeros e continuamente seguidos de tédio e nojo; mas que os prazeres intelectuais me pareceram sempre estimulantes e novos, preenchendo satisfatoriamente todas as minhas horas, deram-me um novo entusiasmo para viver e difundiram uma duradoura serenidade sobre meu espírito. Se ele acredita em mim, isto só pode ocorrer por causa do respeito e admiração para com minha autoridade: isto é credulidade e não convicção. Eu nada disse, nem pode ser dito nada de maneira que possa produzir real convicção. A questão não é de raciocínio, mas de experiência. Provavelmente ele observaria, em resposta, que o que você disse pode ser muito certo para você mesmo e para muitos outros bons homens, mas, de minha parte, vejo o assunto de forma muito diferente. Muito freqüentemente tenho apanhado um

livro e quase tão freqüentemente acabo dormindo sobre ele; entretanto, quando eu passo uma tarde numa alegre festa ou com uma mulher bonita, me sinto animado, com boa disposição e me deleito, verdadeiramente, com minha existência.

Sob tais circunstâncias, o raciocínio e os argumentos não são instrumentos através dos quais o sucesso possa ser esperado. Talvez, num tempo futuro, a verdadeira saciedade dos prazeres sensoriais ou algumas influências acidentais que estimulam as energias de sua mente poderiam realizar num mês aquilo que as exortulações mais perseverantes e eficientes seriam incapazes de realizar em quarenta anos.

CAPÍTULO XIV

Se os raciocínios do capítulo precedente são corretos, os corolários com relação à verdade política, que o Sr. Godwin deduz da proposição de que as ações voluntárias dos homens se originam de suas opiniões, não parecerão estar claramente estabelecidos. Estes são os corolários:

“O raciocínio lógico e a verdade, quando transmitidos adequadamente, sempre devem triunfar sobre o erro; assim, o raciocínio lógico e a verdade são capazes de ser transmitidos; a verdade é onipotente; os vícios e a fraqueza moral do homem não são insuperáveis; o homem é perfectível ou, em outras palavras, suscetível de aperfeiçoamento permanente”.

As três primeiras proposições podem ser consideradas um silogismo completo. Se por “transmitidos adequadamente” for entendido que tal convicção produz um resultado adequado sobre a conduta, a premissa maior pode ser admitida e a menor negada. A conclusão ou a onipotência da verdade de fato cai por terra. Se por “transmitidos adequadamente” foi entendida simplesmente a convicção da faculdade racional, a premissa maior deve ser negada, a menor somente será verdadeira nos casos passíveis de demonstração e a conclusão da mesma forma cai por terra. A quarta proposição, o Sr. Godwin a refere à proposição precedente, com uma pequena variação na formulação. Desse modo ela deve acompanhar a proposição precedente em sua derrocada. Mas pode valer a pena pesquisar, com referência ao principal argumento deste ensaio, as razões particulares que temos para supor que os vícios e a fraqueza moral do homem nunca possam ser totalmente vencidas neste mundo.

O homem, de acordo com o Sr. Godwin, é uma criatura, visto ser modelado pelas sucessivas influências que recebe desde o primeiro momento em que a célula germinativa, da qual ele se originou, recebeu a vida. Se ele pudesse ser colocado numa situação em que não estivesse sujeito a nenhuma influência maléfica, embora seja de duvidar que em tal situação a virtude possa existir, o vício certamente seria banido.

O grande limite do trabalho sobre justiça política do Sr. Godwin, se eu o entendi corretamente, é mostrar que a maioria dos vícios e das fraquezas dos homens procedem da injustiça de suas instituições políticas e sociais, e que se estas forem removidas e se o entendimento entre os homens fosse mais esclarecido, haveria no mundo pouca ou nenhuma tentação para o mal. Contudo, como foi claramente demonstrado (pelo menos como penso) que isto é uma concepção inteiramente falsa e que, independente de quaisquer instituições políticas ou sociais, a maior parcela da humanidade — devido às leis fixas e inalteráveis da natureza — deve estar sempre sujeita às tentações maléficas decorrentes da miséria, além das outras paixões; segue-se, da definição do homem dada pelo Sr. Godwin, que tais influências e suas combinações não podem ficar livres no mundo sem gerar uma variedade de homens maus. De acordo com a própria concepção do Sr. Godwin acerca da formação do caráter, é seguramente tão improvável que sob tais circunstâncias todos os homens serão virtuosos quanto se repetir cem vezes seguidas as senas no jogo de dados. A grande variedade de combinações do dado, numa sucessão repetida de lances, não me parece representar impropriamente a grande variedade de caracteres que deve necessariamente existir no mundo, admitindo-se que todo indivíduo seja modelado como é, por aquela combinação de influências que recebeu desde seu primeiro momento de vida. Em certa medida, esta comparação mostrará o absurdo de se supor que as exceções sempre as transformarão em regras gerais, que estas combinações extraordinárias e incomuns serão freqüentes ou que os exemplos individuais de grande virtude, que têm aparecido em todas as épocas da humanidade, sempre prevalecerão de modo geral.

Estou certo de que o Sr. Godwin poderia afirmar que a comparação é, em certo aspecto, inexata, que no caso do dado as causas precedentes, ou antes, os riscos referentes às causas precedentes, eram sempre os mesmos e que, por esse motivo, eu não teria nenhuma boa razão para supor que um maior número de senas surgiria nas cem vezes seguintes do que no mesmo número precedente de lances. Mas que o homem tem, em certa medida, um poder de influir naquelas causas que formaram o caráter, e que todo homem bom e virtuoso que foi criado, sob a influência que ele necessariamente deve ter, aumentou mais a probabilidade de que outro caráter virtuoso semelhante fosse criado, enquanto a incidência de senas uma vez no jogo dos dados certamente não aumentaria a probabilidade da sua incidência uma segunda vez. Admito esta objeção quanto à exatidão da comparação, mas ela é apenas parcialmente válida. A experiência repetida nos tem assegurado que a influência do caráter mais virtuoso raramente prevalecerá contra as tentações muito fortes para o mal. Sem dúvida, ela afetará alguns, mas falhará quanto a um número muito maior. Tivesse o Sr. Godwin obtido sucesso em sua tentativa de provar que aquelas tentações para

o mal poderiam ser eliminadas graças aos esforços do homem, eu desistiria da comparação, ou pelo menos admitiria que um homem poderia ser até aqui instruído quanto ao modo de balançar seu cotovelo, que seria capaz de fazer senas em cada lance do jogo. Entretanto, desde que um grande número daquelas influências que modelam o caráter, tal como os exatos movimentos do braço, permanece totalmente independente da vontade do homem, embora fosse o máximo da loucura e da presunção tentar calcular as proporções relativas da virtude e do vício para os tempos futuros do mundo, poderia ser afirmado com segurança que os vícios e a fraqueza moral da humanidade, como um todo, são insuperáveis.

A quinta proposição é a dedução geral das quatro anteriores e conseqüentemente cairá por terra, como caíram os fundamentos que a sustentavam. No sentido em que o Sr. Godwin compreende o termo perfectível, a perfectibilidade do homem não pode ser defendida a menos que as proposições precedentes pudessem ter sido claramente confirmadas. Contudo, há um sentido que o termo comportará, em que ele é talvez correto. Pode ser dito com exatidão que o homem é sempre suscetível de aperfeiçoamento, ou que nunca houve ou haverá um período de sua história em que se pode dizer que ele alcançou o seu possível ápice de perfeição. Entretanto, de modo algum se segue disso que nossos esforços para melhorar o homem sempre alcançarão sucesso, ou mesmo, que ele fará sempre, na maioria das épocas, extraordinários avanços em direção à perfeição. A única inferência que pode ser tirada é que o limite preciso de seu aperfeiçoamento não pode, possivelmente, ser conhecido. E não posso ajudar novamente o leitor a lembrar de uma distinção que, me parece, deve ser particularmente considerada na presente questão: quero dizer, a diferença essencial que há entre um aperfeiçoamento ilimitado e outro cujo limite não pode ser determinado. O primeiro é um aperfeiçoamento não aplicável ao homem sob as atuais leis de sua natureza. O segundo, sem dúvida, é aplicável.

A verdadeira perfectibilidade do homem pode ser exemplificada, como mencionei antes, pela perfectibilidade de uma planta. O objetivo de um ativo floricultor é, como penso, combinar tamanho, simetria e beleza de colorido. Certamente seria presunçoso por parte do mais bem-sucedido cultivador afirmar que ele conseguiu um cravo no qual aquelas qualidades existiram no mais alto grau possível de perfeição. Por mais bela que possa ser sua flor, outros cuidados, outro solo ou outros climas poderiam produzir uma flor ainda mais bela. Portanto, embora ele possa estar seguro do absurdo de admitir que alcançou a perfeição, e embora possa saber por que meios conseguiu aquele grau de beleza da flor que obteve no presente, ele não pode estar seguro que por adotar semelhantes meios mais desenvolvidos em eficácia, conseguirá uma floração mais bela. Ao empenhar-se em aperfeiçoar uma qualidade, ele pode prejudicar a beleza de outra. O humo mais fértil

que ele usasse para aumentar o tamanho de sua planta provavelmente rebentaria o cálice e destruiria em seguida sua simetria. De maneira semelhante, o estrume cujo uso foi imposto para efetivar a Revolução Francesa e dar uma maior liberdade e energia à mente do homem, rebentou o cálice da humanidade, os vínculos que controlam toda a sociedade; e, por mais que as pétalas desunidas cresçam, por mais que algumas delas se destaquem pela força e beleza, o conjunto é no presente uma massa imprecisa, disforme, desarticulada, sem união, simetria ou harmonia de coloração.

Se fosse importante aperfeiçoar as cravinas e os cravos, embora não possamos ter esperança de fazê-los tão grandes como repolhos, poderíamos, sem dúvida mediante sucessivos esforços, ter esperança de conseguir espécimes mais belos do que dispomos no presente. Ninguém pode negar a importância de aumentar a felicidade da espécie humana. Cada mínimo avanço com relação a isto é altamente válido. Mas um experimento com a raça humana não é igual a um experimento com objetos inanimados. A ruptura de uma flor pode ser sem importância, uma outra logo vingará. Mas o rompimento dos elos de uma sociedade é de tal modo uma separação de elementos que não pode ocorrer sem provocar o mais intenso sofrimento a milhares deles; e transcorrerá um longo tempo e muita miséria será suportada antes que a ferida cicatrize de novo.

Como as cinco proposições que estive analisando podem ser consideradas as pedras angulares da fantástica estrutura do Sr. Godwin e, na verdade, expressam a intenção e a tendência de todo o seu trabalho, por mais excelentes que sejam muitos de seus raciocínios imparciais, ele deve ser considerado como tendo sido malsucedido no grande objetivo de seu empreendimento. Além das dificuldades decorrentes da complexa natureza do homem, que ele de nenhuma forma removeu suficientemente, o principal argumento contra a perfectibilidade do homem e da sociedade permanece intacto e inalterado a despeito de qualquer coisa que tenha proposto. E tanto quanto posso confiar no meu julgamento, este argumento parece ser conclusivo, não somente contra a perfectibilidade do homem, no sentido amplo que o Sr. Godwin entende o termo, mas contra toda mudança muito acentuada e notória para o melhor na forma e na estrutura geral da sociedade, pelo que entendo toda melhoria grande e decisiva na condição das classes mais pobres da humanidade, as mais numerosas e, conseqüentemente, numa visão geral do assunto, a mais importante parcela da espécie humana. Se eu vivesse mil anos e se as leis da natureza permanecessem as mesmas, eu pouco recearia, ou antes, pouco esperaria uma contradição dada pela experiência, afirmando que nenhum sacrifício ou esforço possível por parte dos ricos, num país há muito tempo habitado, poderia por algum tempo colocar as classes mais baixas da comunidade numa

situação semelhante, considerando-se as circunstâncias, à situação de cerca de trinta anos atrás nos Estados do norte da América.

As classes mais pobres da população da Europa podem, em época futura, ser muito mais bem instruídas do que são na atualidade; podem ser orientadas para usar o pouco tempo que possuem de maneiras melhores do que na cervejaria; podem viver sob leis melhores e mais equilibradas do que até agora têm vivido, mais talvez do que qualquer país; e eu próprio admito como possível, embora não provável, que as classes mais baixas podem ter mais lazer; mas não é da natureza das coisas que a elas pode ser conferida uma tal quantia de dinheiro ou meios de subsistência, que se permitirá a todos casar cedo, na total certeza de que serão capazes de sustentar com facilidade uma numerosa família.

CAPÍTULO XV

O Sr. Godwin, no prefácio do seu *Enquirer*, deixa escapar algumas expressões que parecem insinuar alguma mudança em suas opiniões desde que escreveu *Political Justice*; e como esta é hoje uma obra de alguns anos atrás, certamente eu pensaria que tenho estado argumentando contra opiniões que o próprio autor tinha tido razões para alterar, mas que, em alguns ensaios do *Enquirer*, a maneira peculiar de pensar do Sr. Godwin surge, como sempre, como um notável esclarecimento.

Tem sido observado freqüentemente que, embora não possamos esperar atingir a perfeição em tudo, deve sempre ser vantajoso para nós colocar diante de nossos olhos os modelos mais perfeitos. Esta observação tem uma aparência aceitável, mas está muito longe de ser, em geral, verdadeira. Eu mesmo coloco em dúvida sua verdade num dos mais óbvios exemplos que ocorreriam. Ponho em dúvida se um pintor muito jovem teria algum proveito de uma tentativa de copiar uma pintura extremamente bem acabada e perfeita, como de copiar uma em que as linhas fossem mais fortemente marcadas e o modo de dispor as cores fosse mais facilmente descoberto. Entretanto, nos casos em que a perfeição do modelo é de natureza diferente e superior em relação àquela para a qual naturalmente caminhamos, não deixaremos de fazer sempre algum progresso em direção a ela, mas, com toda a probabilidade, dificultaremos o avanço que poderíamos ter esperado fazer não tivéssemos fixado nossa atenção num modelo tão perfeito. Um ser altamente intelectual, livre dos frágeis apelos da fome ou do sono, é, sem dúvida, um ente muito mais perfeito do que o homem, mas se o homem fosse copiar semelhante modelo, ele não apenas deixaria de fazer algum progresso em relação a ele, mas por uma imprudente exigência de imitar o que era inimitável, ele provavelmente destruiria a pouca racionalidade que estava empenhado em aperfeiçoar.

A forma e estrutura de sociedade que o Sr. Godwin descreve é tão fundamentalmente diferente de quaisquer formas de sociedade que

até agora têm prevalecido no mundo, quanto um ser que pode viver sem alimento ou sono é diferente de um homem. Ao melhorar a sociedade na sua atual forma, nós não estamos realizando nenhum progresso em direção a um estado de coisas tal, como ele descreve, mais do que faríamos aproximações em direção a uma linha em relação à qual estivéssemos caminhando paralelamente. Portanto, a questão é saber se, ao olhar tal forma de sociedade como nossa estrela polar, estamos, da mesma forma, adiantando ou retardando o aperfeiçoamento da espécie humana. O Sr. Godwin, ao que me parece, resolveu esta questão contra ele próprio neste ensaio do *Enquirer* sobre a avareza e a prodigalidade.

O Dr. Adam Smith observou muito justamente que as nações tanto como os indivíduos se enriquecem graças à parcimônia e empobrecem graças à prodigalidade e que, por essa razão, todo homem econômico é amigo de seu país e todo perdulário é inimigo. O argumento que ele dá é que aquilo que é poupado da renda é sempre agregado ao capital e, por esse motivo, é tirado da manutenção do trabalho que é geralmente improdutivo e empregado na manutenção do trabalho que se converte em valiosa mercadoria. Nenhuma observação, evidentemente, pode ser mais correta. O tema do ensaio do Sr. Godwin é um pouco semelhante em seu primeiro aspecto, mas em essência é tanto quanto possível diferente. Ele considera o mal do desperdício uma verdade reconhecida e assim faz sua comparação entre o homem avarento e o que gasta sua renda. Mas o homem avarento do Sr. Godwin é um caráter totalmente diferente, pelo menos com relação a seu efeito sobre a prosperidade do Estado, do homem econômico do Dr. Smith. O homem econômico, a fim de ganhar mais dinheiro, poupa de sua renda e agrega ao seu capital e este capital ele o emprega na manutenção do seu próprio trabalho produtivo, ou o empresta a alguma outra pessoa que provavelmente o empregará desta maneira. O homem econômico beneficia o Estado porque ele contribui para o capital geral deste e porque a riqueza empregada como capital não só aciona mais trabalho do que se fosse gasta como rendimento, mas o trabalho se torna, além disso, uma categoria mais valiosa. Contudo, o homem avarento do Sr. Godwin fecha a sete chaves sua riqueza num cofre e não aciona nenhum trabalho, de qualquer tipo que seja, produtivo ou improdutivo. Esta é uma diferença tão essencial que a conclusão do Sr. Godwin no seu ensaio se mostra, em seguida, tão evidentemente falsa quanto evidentemente é verdadeira a posição do Dr. Adam Smith. Na verdade não poderia senão ocorrer ao Sr. Godwin que alguma inconveniência atual poderia surgir para o pobre por causa de se fecharem assim os fundos destinados à manutenção do trabalho. Assim, a única maneira que ele tinha de vencer esta objeção era comparar as duas características principalmente com relação à sua tendência para acelerar a chegada daquele estado feliz de igual-

dade aperfeiçoada, para a qual ele afirma que devemos sempre olhar como para nossa estrela polar.

Penso que foi demonstrado nas primeiras partes deste ensaio que tal estágio da sociedade é absolutamente impraticável. Que conseqüências então vamos esperar do fato de olhar para um tal ponto como nosso guia e estrela polar no grande mar da descoberta política? A razão nos ensina a não esperar nenhuma outra senão ventos permanentemente desfavoráveis, labutas constantes, mas inúteis, constantes malogros e invariável miséria. Nós não somente deixaremos de fazer o mínimo progresso real em direção a semelhante forma perfeita de sociedade, mas por consumir nossa energia da mente e do corpo numa direção em que é impossível avançar, e pelas freqüentes dificuldades que necessariamente devemos provocar pelos nossos constantes fracassos, evidentemente retardaremos aquele grau de aperfeiçoamento da sociedade que é verdadeiramente atingível.

Evidenciou-se que a sociedade constituída de acordo com o sistema do Sr. Godwin deve, por causa das leis infalíveis de nossa natureza, degenerar-se em uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores e que a substituição da bondade pelo egoísmo como princípio propulsor da sociedade, em vez de produzir os efeitos saudáveis que podem ser esperados de tão belo nome, faria com que fosse sentida por toda a sociedade a mesma premência da miséria que é hoje sentida apenas por uma parcela. É à administração instituída da propriedade e ao princípio evidentemente estrito do egoísmo que somos devedores por todos os mais nobres esforços do gênio humano, por todos os mais delicados sentimentos da alma, por tudo, na verdade, que distingue o estado civilizado do estado selvagem; e não ocorreu ainda na natureza do homem civilizado nenhuma mudança suficiente para nos possibilitar afirmar que ele está ou mesmo estará num estágio, quando ele pode seguramente demolir a escada pela qual ele subiu a esta posição.

Se em qualquer sociedade que avançou para além do estado selvagem, uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores¹⁶⁹ devem existir necessariamente, é evidente que como o trabalho é a única propriedade da classe de trabalhadores, tudo o que tende a diminuir o valor desta propriedade deve tender a diminuir os bens dessa parcela da sociedade. A única forma que o pobre tem

169 Poder-se-ia observar que o principal argumento deste ensaio apenas vai demonstrar a necessidade de uma classe de proprietários e de uma classe de trabalhadores; entretanto, de nenhuma forma se deduz que a grande desigualdade atual da propriedade é necessária ou útil para a sociedade. Pelo contrário, deve ser considerada um mal e toda instituição que a promove é fundamentalmente má e inoportuna. Mas pode ser um motivo de dúvida que um governo pudesse com proveito para a sociedade interferir energicamente para conter a desigualdade das fortunas. Talvez o generoso sistema de liberdade perfeita adotado pelo Dr. Adam Smith e pelos economistas franceses seria desfavoravelmente trocado por qualquer sistema de restrição.

de se manter com independência é pelo esforço de sua capacidade física. Esta é a única mercadoria que ele tem para dar em troca do indispensável para a vida. Dificilmente se concluiria então que ele seria beneficiado se se estreitasse o mercado para aquela mercadoria, diminuindo a demanda de trabalho e baixando o valor da única propriedade que ele possui.

O Sr. Godwin talvez dissesse que todo o sistema de escambo e de troca é um tráfico vil e injusto. Se alguém quisesse ajudar realmente o pobre, tomaria uma parcela do seu trabalho para si próprio ou dar-lhe-ia seu dinheiro, sem exigir dele um retorno tão rigoroso. Em resposta ao primeiro método proposto, podemos observar que, mesmo que o rico pudesse ser convencido a ajudar o pobre deste modo, o valor da assistência seria comparativamente insignificante. Os próprios ricos, entretanto, pensam ser de grande importância sustentar apenas uma pequena proporção relativa ao número de pobres e, desta maneira, os aliviariam apenas de uma pequena parte de seus encargos ao assumirem uma parcela. Se todos aqueles que estão empregados em trabalhos de luxo fossem ajuntados ao número daqueles empregados em produzir bens necessários, e se aqueles trabalhos necessários fossem amigavelmente divididos entre todos, a parte de cada homem poderia, na verdade, ser relativamente pequena; mas, por mais que tal divisão pacífica fosse, sem dúvida, desejável, não posso imaginar qualquer princípio prático¹⁷⁰ de acordo com o qual isso poderia acontecer. Foi demonstrado que o espírito de bondade, guiado pela rigorosa justiça imparcial que o Sr. Godwin descreve, se atuasse fortemente levaria à necessidade e à miséria toda a espécie humana. Vamos examinar qual seria a consequência se o proprietário retivesse para si próprio uma boa parcela, mas desse o restante para o pobre sem exigir dele um trabalho em troca. Sem mencionar o ócio e o vício que tal procedimento, se generalizado, provavelmente criaria no presente estado da sociedade e o grande risco que haveria de diminuir a produção da terra, bem como os trabalhos para produzir objetos de luxo, uma outra objeção ainda permanece.

Evidenciou-se que, a partir do princípio da população, sempre haverá mais pessoas em necessidade do que pessoas adequadamente supridas. O excedente do rico poderia ser suficiente para três; são quatro, entretanto, que ficarão desejosos de consegui-lo. Ele não pode fazer esta escolha de três entre os quatro, sem conceder um grande auxílio àqueles que são o objetivo de sua seleção. Essas pessoas devem

170 O Sr. Godwin parece ter, entretanto, pouco respeito pelos princípios práticos; mas a mim me parece que ele é muito mais um benfeitor da humanidade por mostrar como um bem inferior pode ser atingido do que simplesmente discorrendo sobre a desfiguração do atual estado da sociedade e a beleza de um estado diferente, sem mostrar um método prático que pudesse ser aplicado de imediato para impulsionar o nosso progresso de um estado para outro.

se considerar com uma grande dívida para com ele, dependentes dele para seu sustento. O rico perceberia o seu poder e o pobre a sua dependência e os resultados maléficis destas duas influências sobre o sentimento humano são bem conhecidas. Embora por essa razão eu concorde totalmente com o Sr. Godwin sobre o malefício do trabalho árduo, entretanto, ainda o considero um mal menor e menos propenso a aviltar o espírito humano do que a dependência, e toda a História do homem que temos estudado coloca num significativo ponto de vista o perigo ao qual está exposto o espírito humano que é entregue aos cuidados de um poder permanente.

No atual estado das coisas, e particularmente quando o trabalho está em jogo, o homem que realiza para mim um dia de trabalho me confere um ônus tão grande como eu a ele. Posso o que ele necessita; ele possui o que necessito. Realizamos uma troca amigável. O pobre caminha altivo, com uma consciência independente e a consciência de seu empregador não está corrompida por um sentimento de poder.

Trezentos ou quatrocentos anos atrás havia, sem dúvida, muito menos trabalho na Inglaterra, proporcionalmente à população, do que na atualidade, mas havia muito mais dependência e, provavelmente, hoje nós não gozaríamos de nosso atual grau de liberdade civil se o pobre, pela introdução das manufaturas, não se tornasse capaz de dar algo em troca das provisões dos grandes senhores, em vez de ficar dependente de sua generosidade. Mesmo os maiores adversários do comércio e das manufaturas, e eu mesmo não me considero seu simpatizante muito decidido, devem admitir que, quando essas atividades foram introduzidas na Inglaterra, a liberdade veio em seu séquito.

Nada do que foi dito pretende, do modo mais remoto que seja, substituir o princípio da bondade. É uma das mais nobres e sublimes qualidades do sentimento humano, talvez criada lenta e gradativamente pelo egoísmo e posteriormente levada a atuar como uma lei geral, cujo tipo de função seria atenuar as distorções parciais, corrigir as asperezas e aparar as arestas de seu criador; e nisto parece consistir a sua afinidade com toda a natureza. Talvez não exista nenhuma lei geral da natureza que não pareça, a nós pelo menos, criar um mal parcial e, freqüentemente, observamos ao mesmo tempo algumas fartas provisões que, agindo como uma segunda lei geral, corrigem as imperfeições da primeira.

A função primeira da bondade é atenuar os males parciais decorrentes do egoísmo, mas ela não pode nunca ser deslocada do seu lugar. Se nenhum homem se permitisse agir até que tenha determinado totalmente que a ação que ele estava prestes a realizar era mais proveitosa que qualquer outra para o bem geral, as mentes mais escl-

recidas hesitariam perplexas e admiradas; e as menos esclarecidas estariam constantemente cometendo os mais flagrantes erros.

Portanto, como o Sr. Godwin não estabeleceu nenhum princípio prático segundo o qual os trabalhos da agricultura para produção de bens necessários poderiam ser amigavelmente partilhados por toda a classe de trabalhadores, mediante ataques gerais contra o emprego dos pobres, ele parece perseguir um bem inatingível através de um mal muito atual. Porque se todo homem que emprega os pobres deve ser considerado seu inimigo, aumentando o peso de suas opressões, e se os avarentos devem por isso ser preferidos aos homens que gastam seu rendimento, segue-se que qualquer número de homens que hoje gastam seus rendimentos poderiam para proveito da sociedade ser transformados em avarentos. Supondo-se então que 100 mil pessoas que hoje empregam 10 homens cada impedissem sua riqueza de ter qualquer uso é evidente que 1 milhão de trabalhadores de diferentes atividades seriam completamente excluídos de todo emprego. A extensa miséria que tal evento produziria no atual estágio da sociedade, o próprio Sr. Godwin dificilmente se recusaria a reconhecê-la, e pergunto se ele não encontraria nenhuma dificuldade em provar que uma atitude deste tipo tenderia, mais do que a atitude daqueles que gastam seus rendimentos, a “colocar os seres humanos na condição que eles devem ser colocados”.

O Sr. Godwin afirma, entretanto, que o avarento realmente não retém nada, que a questão não foi corretamente entendida e que o verdadeiro desenvolvimento e a definição da natureza da riqueza não foram utilizados para elucidá-la. Portanto, tendo definido a riqueza muito corretamente como sendo as mercadorias criadas e desenvolvidas pelo trabalho humano, ele observa que o avarento não retém trigo, nem bois, nem roupas, nem casas. Sem dúvida, ele realmente não retém nesses artigos, mas retém na capacidade de produzi-los, o que é virtualmente a mesma coisa. Esses bens são certamente usados e consumidos por seus contemporâneos, na verdade e em proporção tal como se ele fosse um mendigo, mas não em proporção tão grande como se ele tivesse usado suas riquezas em explorar mais terras, em criar mais bois, em empregar mais alfaiates e em construir mais casas. Entretanto, admitindo por um momento que a conduta do avarento não tendesse a impedir qualquer produção realmente útil, como farão todos aqueles que são despedidos do emprego para conseguir direitos que eles possam exibir a fim de lhes ser concedida uma parcela adequada do alimento e da roupa produzidos pela sociedade? Isto é uma dificuldade insuperável.

Estou totalmente pronto a concordar com o Sr. Godwin que há muito mais trabalho no mundo do que realmente é necessário e que, se as classes mais pobres da sociedade pudessem entrar num acordo entre elas próprias de nunca trabalhar mais do que seis ou sete horas

por dia, as mercadorias essenciais ao bem estar humano poderiam sempre ser produzidas em quantidade tão grande como no presente. Entretanto, é praticamente impossível conceber que semelhante acordo pudesse ser firmado. Pelo princípio da população uns necessariamente passariam mais privação do que outros. Aqueles que tivessem família numerosa naturalmente ficariam desejosos de trocar mais duas horas de seu trabalho por uma quantidade maior de alimentos. Como eles poderiam ser impedidos de fazer essa troca? Seria uma violação do primeiro e mais sagrado atributo que possui um homem tentar interferir no seu direito de controlar seu próprio trabalho, mediante instituições rígidas.

Por isso, até que o Sr. Godwin possa indicar algum plano prático segundo o qual o trabalho necessário de uma sociedade poderia ser dividido eqüitativamente, seus ataques contra o trabalho, se fossem considerados, certamente produziriam muito mais danos no presente, sem nos aproximarmos daquele estágio de igualdade aperfeiçoado para o qual ele dirige seu olhar como se fosse para sua estrela polar e que ele parece julgar que seria no presente nosso guia para definir a natureza e a tendência das ações humanas. Um navegante guiado por semelhante estrela polar corre o risco de naufrágio.

Talvez não haja nenhuma maneira possível de que a riqueza possa, em geral, ser utilizada de forma mais benéfica para um Estado e particularmente para suas classes mais pobres, como em desenvolver e tornar produtiva aquela terra que para um agricultor não atenderia à despesa do cultivo. O Sr. Godwin aplicou toda sua vigorosa eloquência em descrever o valor superior e a competência da personalidade que empregou o pobre deste modo, em comparação com aquele que o empregou na produção de artigos de luxo de uso restrito; todo homem esclarecido deve ter aplaudido seus esforços. A crescente demanda de trabalho agrícola deve sempre tender a melhorar a condição do pobre; e se o aumento de trabalho fosse desse tipo, longe de ser verdade que os pobres seriam obrigados a trabalhar dez horas pelo mesmo preço que recebiam antes para trabalhar oito, o contrário é que seria a verdade; e um trabalhador deveria então sustentar sua esposa e filhos com o trabalho de seis horas como antes ele os sustentaria pelo trabalho de oito.

O trabalho gerado pela produção de luxo, embora útil para distribuir a produção do país, sem corromper o proprietário pelo poder ou aviltar o trabalhador pela dependência, não tem, na verdade, os mesmos efeitos benéficos para a situação dos pobres. Um grande aumento de trabalho da parte dos manufatores, embora possa elevar o preço do trabalho mesmo mais do que uma crescente demanda de trabalho agrícola, ainda que neste caso a quantidade de alimento do país não possa ser proporcionalmente crescente, trará vantagem para os pobres apenas temporária, já que o preço das provisões deve necessa-

riamente se elevar na proporção do preço do trabalho. Com relação a este assunto, não posso deixar de arriscar umas poucas observações sobre uma parte de A Riqueza das Nações do Dr. Adam Smith, falando ao mesmo tempo com aquela humildade que devo certamente sentir por discordar de uma pessoa tão merecidamente famosa no mundo político.

CAPÍTULO XVI

O objetivo evidente da pesquisa do Dr. Adam Smith são a natureza e as causas da riqueza das nações. Entretanto, há uma outra pesquisa, talvez ainda mais interessante, que ele eventualmente anexa a ela; refiro-me a uma pesquisa das causas que influem na prosperidade das nações ou no bem-estar e no conforto das camadas mais pobres da sociedade, que é a classe mais numerosa em qualquer nação. Estou suficientemente seguro da íntima conexão desses dois assuntos e de que as causas que tendem a aumentar a riqueza de um Estado tendem também, falando genericamente, a aumentar a prosperidade das classes mais pobres da população. Contudo, talvez o Dr. Adam Smith tenha considerado aquelas duas pesquisas ainda tão mais intimamente ligadas do que realmente são; pelo menos ele não se deteve em observar aquelas situações em que a riqueza de uma sociedade pode aumentar (de acordo com sua definição de riqueza) sem apresentar nenhuma tendência em aumentar as comodidades da sua parcela formada pelos trabalhadores. Não pretendo entrar numa discussão filosófica acerca do que constitui a perfeita prosperidade do homem, mas simplesmente levarei em consideração dois componentes universalmente reconhecidos: a saúde e o domínio sobre os bens de primeira necessidade e os confortos materiais.

Pouca ou nenhuma dúvida pode existir de que os confortos materiais dos pobres que trabalham¹⁷¹ dependem do crescimento dos fundos destinados à manutenção do trabalho e serão exatamente em proporção à rapidez desse crescimento. A demanda de trabalho que semelhante crescimento provocaria, por criar uma concorrência no mercado, deve necessariamente elevar o valor do trabalho e, até que o necessário número complementar de trabalhadores fosse formado, os fundos aumentados seriam divididos pelo mesmo número de pessoas

171 Aqui e nas páginas seguintes aparece a expressão *labouring poor*, cuja melhor tradução nos parece ser "pobres que trabalham", uma vez que Malthus faz aqui uma distinção entre os pobres que tinham emprego e os pobres inativos, cuja subsistência dependia da caridade oficial, dada pelas casas das paróquias, e da caridade pública. (N. do E.)

que havia antes do crescimento e, por isso, todo trabalhador viveria relativamente com facilidade. Talvez, entretanto, o Dr. Adam Smith se equivoque ao representar todo aumento de renda ou de capital de uma sociedade como um aumento desses fundos. Tal excedente de capital ou de renda, na verdade, sempre será considerado pelo seu possuidor individual como um fundo suplementar pelo qual ele pode manter mais trabalho; contudo, ele não será um fundo real e eficaz para a manutenção de um número suplementar de trabalhadores, a menos que o todo ou pelo menos uma grande parte desse aumento do capital ou da renda da sociedade seja convertido numa quantidade proporcional de provisões, e não será assim tão facilmente convertido onde o aumento tenha surgido do produto do trabalho simplesmente e não do produto da terra. Ocorrerá nesse caso uma distinção entre o número de trabalhadores que o capital da sociedade pode empregar e o número que seu território pode sustentar.

Far-me-ei entender por um exemplo. O Dr. Adam Smith explica que a riqueza de uma nação consiste na produção anual de sua terra e de seu trabalho. Essa definição inclui evidentemente a produção manufatureira, bem como a produção da terra. Então, admitindo-se que uma nação, durante o período de alguns anos, estava agregando o que poupava de sua renda anual ao seu capital manufatureiro, exclusivamente, e não a seu capital investido na terra, é evidente que ela poderia ficar mais rica de acordo com a definição acima, sem ter o poder de sustentar um número maior de trabalhadores e, por esse motivo, sem um aumento dos fundos reais para a manutenção do trabalho. Entretanto, haveria uma demanda de trabalho por causa do poder que cada manufator possuiria — ou que, ao menos, julgasse possuir — de estender ao comércio seu capital anterior ou de empreender novas obras. Essa demanda, naturalmente, elevaria o preço do trabalho, mas se o estoque anual de provisões do país não estivesse aumentando, essa elevação logo voltaria a ser simplesmente nominal, pois o preço das provisões necessariamente se elevaria com ela. A demanda de trabalhadores manufatureiros, na verdade, poderia atrair muitos da agricultura, e, assim, diminuir a produção anual da terra, mas admitiremos que qualquer efeito desse tipo seja compensado pelos aperfeiçoamentos dos instrumentos agrícolas e por isso a quantidade de provisões permaneça a mesma. Ocorreriam naturalmente aperfeiçoamentos nas máquinas usadas nas manufaturas, e essa circunstância, acrescida ao maior número de trabalhadores empregados em manufaturas, faria com que a produção anual do trabalho do país crescesse muito em seu conjunto. Por essa razão, a riqueza do país estaria aumentando anualmente, segundo a definição, e não teria, talvez, um crescimento muito vagaroso.

O problema é saber se a riqueza, crescendo desse modo, apresenta alguma tendência em melhorar a condição dos pobres que trabalham. É uma proposição evidente por si mesma que toda elevação geral do

preço do trabalho, permanecendo o mesmo estoque de provisões, somente pode ser uma elevação nominal, já que deve muito rapidamente ser acompanhada de uma elevação proporcional das provisões. Por isso, o aumento do preço do trabalho, que admitimos, teria pouco ou nenhum efeito em dar aos pobres que trabalham maior domínio sobre os bens de primeira necessidade e os confortos materiais. Nesse aspecto eles ficaram particularmente na mesma situação que antes. Num outro aspecto, eles ficariam numa situação pior. A maior parte deles seria empregada nas manufaturas e a menor, conseqüentemente, na agricultura. E essa troca de ocupações, segundo penso, será reconhecida por todos como bastante desfavorável com relação à saúde, elemento fundamental da prosperidade, ao que se acrescenta maior incerteza do trabalho manufatureiro, decorrente das inclinações caprichosas do homem, das circunstâncias de guerra e outras causas.

Talvez se possa dizer que o exemplo que apresentei não ocorreria porque a elevação do preço das provisões teria imediatamente canalizado algum capital suplementar para o setor da agricultura. Mas é um acontecimento que pode ocorrer muito lentamente — como deve ser observado —, o fato de uma elevação do preço do trabalho preceder à elevação das provisões e, por isso, dificultaria os efeitos positivos na agricultura, os quais poderiam, por outro lado, ter sido provocados pelo valor aumentado do produto da terra.

Poder-se-ia também dizer que o capital suplementar da nação lhe possibilitaria importar provisões suficientes para o sustento daqueles que seu capital deve empregar. Um pequeno país com uma grande frota e grandes recursos internos para transporte, tal como a Holanda, pode, na verdade, importar e distribuir uma quantidade adequada de provisões; o preço destas será, porém, muito elevado para fazer com que importação e distribuição atendam a grandes países menos vantajosamente situados nesse aspecto.

Um exemplo exatamente igual ao que apresentei pode talvez não ter ainda ocorrido, mas tenho poucas dúvidas de que exemplos muito semelhantes a ele podem ser encontrados sem nenhuma pesquisa muito trabalhosa. Na verdade estou fortemente inclinado a pensar que a própria Inglaterra, desde a Revolução, ofereça uma notável explicação do argumento em questão.

O comércio desse país, tanto interno como externo, foi de fato evoluindo rapidamente durante o último século. O valor de troca no mercado da Europa do produto anual de sua terra e do seu trabalho cresceu, sem dúvida, muito acentuadamente. Entretanto, ao se analisar o caso, verificar-se-á que o crescimento foi principalmente do produto do trabalho e não do produto da terra e, por isso, embora a riqueza da nação fosse se desenvolvendo num ritmo rápido, os fundos adequados para a manutenção do trabalho foram crescendo muito lentamente e o resultado é tal qual podia ser esperado. A riqueza crescente da nação

tem apresentado pouca ou nenhuma tendência para melhorar a condição dos pobres que trabalham. Eles não têm, creio eu, domínio maior sobre os bens de primeira necessidade e os confortos materiais, e uma parte deles, muito maior do que na época da revolução, era empregada em manufaturas e amontoada em quartos pequenos e insalubres.

Se pudéssemos acreditar na afirmação do Dr. Price de que a população da Inglaterra tem decrescido desde a Revolução, concluiríamos que os fundos adequados para a manutenção do trabalho estiveram diminuindo durante o crescimento da riqueza nos outros aspectos. Porque admito que se pode estabelecer como regra geral que, se os fundos adequados para a manutenção do trabalho estão crescendo, isto é, se o território pode manter, tanto como o capital pode empregar, um maior número de trabalhadores, este número suplementar se elevará rapidamente mesmo a despeito das guerras a que o Dr. Price se refere. E, conseqüentemente, se a população de algum país tem permanecido estacionária ou tem diminuído, podemos seguramente concluir que, apesar de ter ela aumentado sua riqueza na atividade manufatureira, seus fundos efetivos para a manutenção do trabalho não podem ter crescido.

É difícil, contudo, admitir que a população da Inglaterra esteve diminuindo desde a Revolução, embora toda comprovação concorra para provar que esse crescimento, se ele ocorreu, foi muito lento. Na polêmica que a questão provocou, o Dr. Price, sem dúvida, mostrou ser muito mais perfeitamente senhor de seu assunto e possuir mais informações precisas do que seus oponentes. Considerando simplesmente e a partir dessa polêmica, penso que se diria que o ponto de vista do Dr. Price está mais fácil de ser demonstrado do que o do Sr. Howlett. A verdade, provavelmente, fica entre as duas afirmações, mas essa suposição faz com que o crescimento da população, desde a Revolução, tenha sido muito lento, em comparação com o aumento da riqueza.

Poucos estarão dispostos a acreditar que o produto da terra esteve decrescendo ou mesmo que ficou totalmente estacionário no último século. O cercamento das terras comunais e das terras abandonadas certamente fez aumentar o alimento no país, mas foi afirmado com segurança que o cercamento dos campos comunais tem tido, freqüentemente, um efeito contrário, e que os grandes tratos de terra que antigamente produziam grandes quantidades de trigo, ao serem transformados em pastagem, tanto empregam menos braços como alimentam menos bocas do que antes de seu cercamento. É certamente uma verdade reconhecida que a terra de pastagem produz uma quantidade menor de meios de subsistência humanos do que a terra de trigo da mesma fertilidade natural, e pode ser claramente determinado que, pelo aumento da demanda de carne de açougue da melhor quantidade e, conseqüentemente, pelo aumento de seu preço, sendo usada anualmente extensão maior de terra fértil como pastagem, a diminuição dos meios de subsistência humanos, que essa circunstância provocaria, po-

deria ter equilibrado as vantagens decorrentes do cercamento das terras abandonadas e o aperfeiçoamento geral da agricultura.

Certamente não precisamos assinalar que o alto preço da carne de açougue atualmente, e seu baixo preço no passado, não foram provocados pela escassez num caso e pela abundância no outro, mas pelos diferentes custos mantidos nos períodos distintos, ao preparar o gado para o mercado. Contudo, é possível que tenha havido no país mais gado cem anos atrás do que atualmente; mas não resta nenhuma dúvida de que há muito mais carne de qualidade superior levada hoje para o mercado do que já houve. Quando o preço da carne de açougue estava muito baixo, o gado era criado principalmente em terras abandonadas, e, exceto para alguns mercados principais, era provavelmente abatido apenas depois de pouca engorda. A carne de vitela, que é vendida tão barata no presente em alguns condados distantes, apresenta pouca semelhança, além do nome, com aquela que é vendida em Londres. Antigamente o preço da carne de açougue não compensaria a criação do gado e mal daria para alimentá-lo na terra que corresponderia ao cultivo; mas o atual preço não somente recompensará pela engorda do gado em terras muito melhores, mas permitirá mesmo criar mais, em terras que dariam boas colheitas de trigo. O mesmo número de cabeças de gado ou o mesmo peso do gado em diferentes períodos, quando abatido, terá consumido (se posso me permitir a expressão) quantidades muito diferentes dos meios de subsistência humanos. Um animal engordado pode, em alguns aspectos, ser considerado, na linguagem dos economistas franceses, um trabalhador improdutivo: ele não acrescentou nada ao valor do produto bruto que consumia. O atual sistema de pastagem, sem dúvida, contribui mais do que o antigo sistema para diminuir a quantidade dos meios de subsistência humanos no país, relativamente à fertilidade geral da terra.

De nenhuma forma eu pretenderia afirmar que o sistema antigo podia ou devia ter continuado. O crescente preço da carne de açougue é uma conseqüência natural e inevitável do impulso geral do cultivo; entretanto, não posso deixar de pensar que a grande demanda atual de carne de boa qualidade e a quantidade de terra fértil que, em conseqüência, é anualmente utilizada para produzi-la, juntamente com o grande número de cavalos mantidos atualmente para recreação, são as principais causas que impediram que a quantidade de alimento humano do país acompanhasse o aumento geral da fertilidade do solo; e tenho pouca dúvida de que uma mudança de hábito a esse respeito teria um efeito muito sensível sobre a quantidade de meios de subsistência do país e, conseqüentemente, sobre sua população.

O uso de maior quantidade de terra mais fértil como pastagem, os aperfeiçoamentos dos instrumentos agrícolas, o aumento das grandes propriedades rurais e especialmente a diminuição do número de pequenos agricultores por todo o reino — tudo concorre para demonstrar

que não existem, provavelmente, tantas pessoas empregadas em trabalho agrícola hoje como na época da Revolução. Por essa razão, qualquer crescimento da população que tenha ocorrido será empregado quase totalmente nas manufaturas, e é bem sabido que o fracasso de algumas delas, simplesmente por causa do capricho da moda, tais como a adoção de musselina em vez de seda, ou de cordões de sapato e botões cobertos no lugar de fivelas e botões de metal, juntamente com as restrições do mercado de trabalho decorrentes da corporação e das leis dos pobres, freqüentemente levaram milhares à procura do sustento da caridade. O grande crescimento da porcentagem de pobres é, na verdade, por si mesmo, a forte evidência de que os pobres não têm mais domínio sobre os bens necessários e sobre os confortos materiais, e, se acrescentarmos ao fato de sua condição, neste aspecto, tender mais para pior do que para melhor, a circunstância de que uma parte maior deles é empregada em grandes manufaturas que prejudicam tanto a saúde como a virtude, deve-se reconhecer que o aumento da riqueza dos últimos anos não teve nenhuma tendência para aumentar a felicidade dos pobres que trabalham.

O fato de que todo aumento do capital ou da renda de uma nação não pode ser considerado como um aumento dos fundos reais para a manutenção do trabalho e, por isso, não pode ter o mesmo bom efeito sobre a condição dos pobres, aparecerá mais claramente se o argumento for aplicado à China.

O Dr. Adam Smith nota que a China provavelmente tem sido por muito tempo tão rica quanto possibilita a natureza de suas leis e instituições, mas, com outras leis e instituições, e se o comércio exterior estivesse em crédito, ela poderia ainda ser muito mais rica. A questão que se coloca é: tal crescimento da riqueza seria um crescimento dos fundos reais para a manutenção do trabalho e, conseqüentemente, contribuiria para colocar as classes mais pobres da população da China num estado de maior fartura?

É evidente que, se os negócios do comércio exterior fossem mantidos numa alta posição na China, pelo grande número de trabalhadores e pelo baixo preço do trabalho, ela poderia aumentar a produção das manufaturas para venda externa até atingir um grande volume. É igualmente evidente que, por causa do grande vulto das provisões e da espantosa extensão de seu território, ela não poderia, em contrapartida, importar um volume tal que representasse um acréscimo sensível ao estoque anual de meios de subsistência do país. Portanto, ela trocaria de preferência sua imensa quantidade de manufaturados por artigos de luxo provenientes de todas as partes do mundo. Atualmente, parece que nenhum trabalho, qualquer que seja, é economizado na produção de alimento. O país é superpovoado mais em razão do que seu capital pode empregar e a mão-de-obra é, por isso, tão abundante que nenhum esforço é feito para reduzi-la. A conseqüência disso é,

provavelmente, a produção máxima de alimento que o solo tem a possibilidade de oferecer, porque será geralmente observado que os processos para reduzir a mão-de-obra, embora possam permitir a um agricultor levar ao mercado uma quantidade mais barata de cereais, contribuem mais para diminuir do que para aumentar a produção em geral; e podem ser considerados por isso, na agricultura, em alguns aspectos, mais como vantagens privadas do que públicas.

Um enorme capital não pode ser empregado na China em preparar manufaturados para o mercado exterior sem retirar da agricultura tantos trabalhadores de modo a alterar esse estado de coisas e, em certa medida, diminuir a produção do país. A demanda de trabalhadores na atividade manufatureira naturalmente elevaria o preço do trabalho, mas, como a quantidade de meios de subsistência não seria aumentada, o preço das provisões acompanharia seu ritmo ou aumentaria ainda mais, caso a quantidade de provisões fosse realmente decrescendo. O país cresceria evidentemente em riqueza, o valor de troca da produção anual de sua terra e de seu trabalho seria aumentado anualmente, ainda que os fundos reais para a manutenção do trabalho permanecessem estacionários, ou mesmo decrescentes e, conseqüentemente, a riqueza crescente da nação contribuiria mais para abaixar do que para elevar a condição dos pobres. Com relação ao domínio sobre os bens necessários e os confortos materiais, os pobres ficariam no mesmo estado que antes, ou mesmo pior, e grande parte deles trocaria os trabalhos saudáveis da agricultura pelas ocupações insalubres da atividade manufatureira.

Talvez a argumentação pareça mais clara quando aplicada à China, porque é comumente admitido que a riqueza do país foi por muito tempo estável. Com relação a qualquer outro país poderia ser sempre um tema controvertido saber em qual dos dois períodos comparados a riqueza estava crescendo mais rápido; visto que é da rapidez do crescimento da riqueza em um determinado período que o Dr. Adam Smith afirma depender a condição dos pobres. Entretanto, é evidente que duas nações poderiam crescer exatamente com a mesma rapidez no valor de troca da produção anual de sua terra e do seu trabalho; mas, se uma tivesse se dedicado principalmente à agricultura e a outra especialmente ao comércio, os fundos para a manutenção do trabalho e, conseqüentemente, o efeito do crescimento da riqueza de cada nação seriam extremamente diferentes. Naquela que tinha se dedicado principalmente à agricultura, os pobres viveriam em grande fartura e a população cresceria rapidamente. Naquela que tinha se dedicado especialmente ao comércio, os pobres seriam comparativamente apenas um pouco beneficiados e em conseqüência a população cresceria lentamente.

CAPÍTULO XVII

Parece surgir naturalmente aqui a questão de saber se o valor de troca do produto anual da terra e do trabalho é a definição adequada da riqueza de um país ou se o produto bruto da terra, de acordo com os economistas franceses, não poderia ser uma definição mais exata. Certo é que todo aumento da riqueza, de acordo com a definição dos economistas, será um aumento dos fundos para a manutenção do trabalho e, conseqüentemente, sempre tenderá a melhorar a condição dos pobres que trabalham, embora um aumento da riqueza, de acordo com a definição do Dr. Adam Smith, em absoluto terá invariavelmente a mesma tendência. E, entretanto, não se pode concluir dessa consideração que a definição do Dr. Adam Smith não seja correta. Sob muitos aspectos parece errado excluir o vestuário e a moradia de todo um povo de alguma parte de seu rendimento. Na verdade, muitas dessas coisas podem ser de valor bem desprezível e insignificante em comparação com o alimento do país; entretanto, isso pode ser considerado uma parcela de seu rendimento, e, portanto, o único ponto no qual eu discordaria do Dr. Adam Smith é aquele em que ele parece considerar todo aumento do rendimento ou do capital de uma sociedade como um aumento dos fundos para a manutenção do trabalho, conseqüentemente, como servindo sempre para melhorar a condição dos pobres.

As sedas e os tecidos de alta qualidade, as rendas e outros artigos ornamentais de luxo de um país rico podem contribuir muito consideravelmente para o aumento do valor de troca de seu produto anual; mas eles contribuem apenas numa medida muito pequena para o aumento quantitativo da prosperidade da sociedade e me parece que é com vistas à real utilidade do produto que devemos calcular a produtividade ou improdutividade de diferentes tipos de trabalho. Os economistas franceses consideram improdutivo todo trabalho empregado nas manufaturas. Comparando-o com o trabalho empregado na terra, eu estaria perfeitamente disposto a concordar com eles, mas não exatamente pelas razões que eles dão. Os economistas franceses afirmam que o trabalho empregado na terra é produtivo porque o produto, além

de pagar totalmente o trabalhador e o agricultor, dá um rendimento líquido ao proprietário da terra, e que o trabalho empregado numa peça de renda é improdutivo porque simplesmente repõe as provisões que o trabalhador tinha consumido e o capital do seu empregador, sem dar nenhum rendimento líquido, qualquer que seja. Contudo, admitindo-se que o valor da renda trabalhada seja tal que, além de pagar o trabalhador e seu empregador da forma mais completa, possa dar um rendimento líquido a uma terceira pessoa, me parece que, em comparação com o trabalho empregado na terra, seria ainda tão improdutivo como nunca. Embora concordando com o raciocínio usado pelos economistas franceses, o homem empregado na manufatura de rendas, nesse caso, pareceria ser um trabalhador produtivo; mas, em conformidade com sua definição da riqueza de um Estado, ele não deve ser considerado desse ponto de vista. Ele nada agregou ao produto bruto da terra; ele consumiu uma parcela desse produto bruto e deixou um pouco de renda em troca; e, embora ele possa vender essa renda por três vezes a quantidade de provisões que ele consumiu no lapso de tempo em que a estava produzindo e, então, se tornar um trabalhador muito produtivo com relação a si mesmo, ele não pode ser considerado como tendo contribuído, por seu trabalho, com alguma parcela essencial para a riqueza do Estado. Portanto, a renda líquida que um determinado produto pode oferecer, depois de pagar seus gastos de produção, não parece ser o único critério pelo qual se julga a produtividade ou improdutividade para um Estado por parte de qualquer tipo particular de trabalho.

Admita-se que 200 mil homens, que estão hoje empregados em produzir mercadorias manufaturadas que somente contribuem para satisfazer a ostentação de algumas pessoas ricas, fossem empregados em algumas terras áridas e incultas e, para produzir somente a metade da quantidade de alimento que eles próprios consumiam, eles seriam trabalhadores ainda mais produtivos, em relação ao Estado, do que eram anteriormente, embora seu trabalho, longe de dar rendimento a uma terceira pessoa, reporia apenas parcialmente as provisões utilizadas na obtenção do produto. No seu emprego anterior eles consumiram uma determinada parcela da produção de alimento do país e deixaram em troca algumas sedas e rendas. No seu último emprego eles consumiram a mesma quantidade de alimento e deixaram em troca provisões para 100 mil homens. Pode haver pouca dúvida sobre qual dos dois legados seria o mais benéfico para o país e, penso eu, será reconhecido que aquela riqueza que sustenta 200 mil homens durante o tempo em que eles estavam produzindo sedas e rendas teria sido mais proveitosamente empregada em sustentá-los enquanto eles estavam produzindo a quantidade suplementar de alimento.

Um capital empregado na terra pode ser improdutivo para o indivíduo que o emprega e, entretanto, altamente produtivo para a

sociedade. Ao contrário, um capital empregado no comércio pode ser altamente produtivo para o indivíduo e, entretanto, quase totalmente improdutivo para a sociedade; e essa é a razão pela qual eu chamaria improdutivo o trabalho das manufaturas, em comparação com o trabalho empregado na agricultura e não por causa da razão dada pelos economistas franceses. Na verdade, é quase impossível ver as grandes fortunas que são feitas no comércio e a prodigalidade em que vivem tantos comerciantes e ainda concordar com a afirmação dos economistas de que os manufatores somente podem enriquecer ao se privarem dos fundos destinados à sua sustentação. Em vários ramos do comércio os lucros são tão grandes que propiciariam uma renda líquida a uma terceira pessoa, mas como não há uma terceira pessoa no caso e como todos os lucros se concentram no proprietário da manufatura, ou comerciante, ele parece ter uma grande chance de se enriquecer sem muita privação; e, conseqüentemente, vemos imensas fortunas conseguidas no comércio por pessoas que não foram conhecidas por seu espírito de economia.

A experiência diária prova que o trabalho empregado no comércio e nas manufaturas é suficientemente produtivo para os indivíduos, mas certamente não é produtivo, na mesma medida, para o Estado. Todo aumento da produção de alimento de um país contribui para o benefício imediato de toda a sociedade, mas as fortunas feitas no comércio contribuem apenas de maneira remota e precária para o mesmo fim e, em certos aspectos, têm uma tendência contrária. O comércio interno dos gêneros de consumo é incontestavelmente o mais importante de qualquer nação. A China é o país mais rico do mundo sem qualquer outro comércio. Colocando então, por um momento, o comércio exterior fora da questão, o homem que, por meio de uma manufatura engenhosa, consegue uma parte em dobro além do antigo estoque de provisões, certamente não será tão útil para o Estado como o homem que, por meio de seu trabalho, agrega uma única parte ao estoque anterior. Os artigos de consumo de seda, rendas, bijuterias e mobílias caras são, sem dúvida, uma parcela do rendimento da sociedade, mas são somente o rendimento do rico e não da sociedade em geral. Um aumento nessa parcela da renda de um Estado não pode, por essa razão, ser considerado da mesma importância que um aumento da produção de alimento, que constitui o principal rendimento da grande massa do povo.

O comércio exterior contribui para a riqueza de um Estado, de acordo com a definição do Dr. Adam Smith, embora não de acordo com a definição dos economistas. Sua principal utilidade e provavelmente a razão pela qual ele tem sido mantido em tão alta consideração é que ele aumenta enormemente o poder externo de uma nação ou o seu poder de controle sobre o trabalho de outros países; mas verificaremos, numa análise mais rigorosa, que ele contribui apenas um pouco

para o aumento dos fundos internos para a manutenção do trabalho e, conseqüentemente, contribui apenas um pouco para a prosperidade da maior parcela da sociedade. Na evolução natural de um Estado com vistas às riquezas, as manufaturas e o comércio exterior seguiriam, em sua ordem, o intenso cultivo da terra. Na Europa, essa ordem natural das coisas foi invertida e a terra tem sido cultivada com o capital excedente das manufaturas, em vez das manufaturas se originarem do capital excedente empregado na terra. O exagerado estímulo que foi dado à atividade das cidades e o conseqüente preço mais elevado que é pago pelo trabalho dos artífices, em relação ao trabalho daqueles empregados na agricultura, são, provavelmente, as razões pelas quais tanta terra permanece inculta na Europa. Se fosse seguida uma política diferente em toda a Europa, sem dúvida, ela poderia ter sido muito mais populosa do que atualmente, e contudo seria mais sobrecarregada por sua população.

Não posso abandonar esse interessante tema acerca da dificuldade decorrente da população — um tema que me parece merecer uma minuciosa análise e possibilitar a discussão muito além da minha capacidade para fazê-lo —, sem mencionar uma extraordinária passagem de *Observations*, obra em dois volumes do Dr. Price. Tendo dado algumas tabelas sobre as probabilidades de vida nas cidades e no interior, ele afirma¹⁷² que:

“Por essa comparação se vê com quanta verdade as grandes cidades merecem o título de túmulo da humanidade. Ela também convence a todos os que a consideram de que, conforme a observação do final do quarto ensaio do volume I, não é de modo algum inteiramente correto julgar nossos males como um desígnio original da natureza. Eles geralmente são, sem dúvida, criados por nós mesmos. *Se houvesse um país em que os habitantes vissem suas vidas de forma completamente natural e virtuosa, poucos entre eles morreriam sem completar todo o período da atual existência concedido a eles; o sofrimento e as doenças seriam desconhecidos, para eles, a morte lhes viria como um sono, apenas em conseqüência de um declínio gradual e inevitável e não de nenhuma outra causa*”.

Confesso que me sinto obrigado a tirar uma conclusão muito diferente dos fatos apresentados nos dois volumes do Dr. Price. Por um certo tempo eu estava ciente de que a população e o alimento crescem em progressões diferentes e estive pairando sobre meu espírito a vaga idéia de que ambos somente poderiam se manter iguais por meio de alguma forma de miséria ou de vício, mas a leitura atenta

172 V. II, p. 243.

dos dois volumes de *Observations* do Dr. Price, depois que aquele juízo foi concebido, evoluiu rapidamente para a convicção. Com tantos fatos à vista para provar a extraordinária rapidez com que a população cresce quando não controlada e tendo diante de si tal conjunto de evidências para se esclarecer, até mesmo a maneira pela qual as leis gerais da natureza reprimem uma população excessiva, é-me totalmente inconcebível como ele poderia escrever a passagem que citei. Ele era um ardoroso defensor dos casamentos prematuros como a melhor defesa contra os hábitos viciosos. Ele não tinha nenhuma concepção fantasiosa a respeito da extinção da paixão entre os sexos, tal como o Sr. Godwin, nem jamais pensou em evitar a dificuldade dos caminhos sugeridos pelo Sr. Condorcet. Ele fala freqüentemente em dar às forças produtivas da natureza espaço para se manifestarem. Embora tendo essas idéias, o fato de que sua concepção pudesse escapar à conclusão óbvia e necessária de que uma população não controlada cresceria, além da comparação, mais rapidamente do que a quantidade de alimento que a terra poderia produzir para seu sustento, mediante os esforços mais bem orientados do homem, parece-me tão surpreendente como se ele tivesse se oposto à conclusão das proposições mais claras de Euclides.

O Dr. Price, falando dos diferentes estágios do Estado civilizado, afirma que:

“Os primeiros e mais simples estágios da civilização são os que mais favorecem o crescimento e a prosperidade da humanidade”.

Então, ele dá como exemplo as colônias americanas, que estariam naquele tempo no primeiro e mais feliz dos estágios que ele descreveu, e ofereciam uma prova muito notável dos efeitos dos diferentes estágios da civilização sobre a população. Entretanto, ele não parece estar seguro de que a prosperidade dos americanos dependeria muito menos do seu particular grau de civilização do que da peculiaridade de sua situação, como colônias novas, do fato de terem elas uma grande quantidade de terra fértil não cultivada. Em regiões da Noruega, da Dinamarca ou da Suécia ou deste país, duzentos ou trezentos anos atrás, ele pode ter encontrado talvez, aproximadamente, o mesmo grau de civilização, mas, de nenhuma forma, a mesma prosperidade ou o mesmo crescimento de população. Ele próprio cita um estatuto de Henrique VIII, apresentando queixa do declínio da agricultura e do elevado preço das provisões “pelo que um fantástico número de pessoas se tornou incapaz de sustentar a si e a suas famílias”. O elevado grau de liberdade civil que predominou na América contribuiu, sem dúvida, com sua parcela para estimular a atividade econômica, a prosperidade e o povoamento daqueles Estados, mas, mesmo a liberdade civil tão poderosa como é, não criará terras novas. Os americanos, pode-se dizer, talvez, gozam de um maior grau de liberdade civil — hoje eles são um povo inde-

pendente — do que quando estavam sujeitos à Inglaterra, mas podemos estar perfeitamente certos de que a população não continuou a crescer por muito tempo com a mesma rapidez como crescia então.

Uma pessoa que considerou o estado feliz das classes mais baixas da população da América, vinte anos atrás, naturalmente desejaria conservá-las para sempre nesse estado, e tal pessoa imaginaria talvez que, ao impedir a introdução das manufaturas e de artigos de luxo, poderia conseguir seu objetivo, mas acharia razoável evitar que uma esposa ou dona de casa envelhecesse por nunca se expor ao sol e ao ar. A situação das novas colônias bem governadas é um viço da juventude que nenhum esforço pode deter. Na verdade, existem muitos modos de tratamento do corpo político, bem como do corpo animal, que contribuem para acelerar ou retardar a chegada da idade, mas não existe nenhuma esperança de sucesso de que algum processo possa ser inventado para manter um desses corpos em permanente juventude. Por estimular a atividade econômica nas cidades mais do que no campo, a Europa talvez tenha sido levada a uma velhice prematura. Uma política diferente com relação a isso infundiria vida e vigor novos em qualquer Estado. Enquanto, por causa da lei da primogenitura e outros costumes europeus, a terra possuir um preço de monopólio, um capital nunca será empregado nela com muita vantagem para o indivíduo; e, por isso, não é provável que a terra seja cultivada adequadamente. E, embora deva existir em todo Estado civilizado uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores, haveria sempre uma permanente vantagem de uma maior equalização da propriedade. Quanto maior o número de proprietários, menor deve ser o número de trabalhadores; uma parcela maior da sociedade estaria na feliz condição de possuir propriedade e uma menor parcela na infeliz condição de não possuir nenhuma propriedade senão seu trabalho. Entretanto, embora os esforços mais bem orientados possam aliviar a pressão da miséria, nunca poderão eliminá-la, e será difícil para qualquer pessoa, que considera a verdadeira situação do homem na Terra e as leis gerais da natureza, admitir que seja possível que todos os mais esclarecidos esforços podem colocar a humanidade numa condição em que

“poucos morreriam sem completar todo o período da atual existência concedido a eles; em que o sofrimento e as doenças seriam desconhecidos para eles; e a morte lhes viria como um sono, em consequência de um declínio gradual e inevitável e não de nenhuma outra causa”.

É, sem dúvida, muito desanimador pensar que o grande obstáculo no caminho para qualquer aperfeiçoamento maior da sociedade é de tal natureza que nós não podemos nunca ter esperança de vencê-lo. A tendência permanente da espécie humana de crescer além dos meios de subsistência é uma das leis gerais da natureza viva que não temos

nenhum motivo para crer que mudará. Entretanto, deve ser tão desestimulante a meditação dessa dificuldade para aqueles cujos esforços são louvavelmente dirigidos para o aperfeiçoamento da espécie humana, que é evidente que nenhum proveito possível pode resultar de quaisquer empenhos para omiti-la ou mantê-la em último plano. Pelo contrário, podem-se esperar os mais maléficos danos da conduta não viril de não ousar enfrentar a verdade porque é desagradável. Independentemente do que refere esse grande obstáculo, muito resta ainda a ser feito para a humanidade de modo a nos estimular ao esforço mais incansável. Contudo, se procedemos sem um conhecimento completo e uma compreensão profunda da natureza, da extensão e da magnitude das dificuldades que devemos encontrar, ou se dirigimos imprudentemente nossos esforços para um objeto no qual não podemos esperar sucesso, não apenas esgotaremos nossa energia em esforços inúteis e ficaremos à mesma grande distância que antes do máximo de nossos desejos, mas também seremos permanentemente esmagados pelas sucessivas quedas desta rocha de Sísifo.

CAPÍTULO XVIII

A perspectiva da vida humana que resulta da observação da constante pressão da miséria sobre o homem, causada pela dificuldade da subsistência, ao mostrar a pequena expectativa que ele realmente pode nutrir acerca de sua perfectibilidade na terra, parece enfatizar acentuadamente suas esperanças no futuro. E as tentações a que o homem necessariamente fica exposto por causa da atuação daquelas leis da natureza que estivemos analisando parecem representar o mundo do ponto de vista em que ele foi freqüentemente considerado, como uma etapa de provação e uma escola de virtude preparatória a um estágio mais elevado de felicidade. Entretanto, espero ser perdoado se tentei dar uma visão em certa medida diferente da situação do homem na terra, que me parece ser mais coerente com os vários fenômenos da natureza que observamos em torno de nós e mais de acordo com nossas idéias do poder, da bondade e da presciência da Divindade.

Não se pode considerar um exercício inútil para a mente humana o esforço de “reivindicar os caminhos de Deus para o homem” se procedemos com a devida desconfiança quanto a nossos próprios conhecimentos e com a exata percepção de nossa própria deficiência para compreender a razão de tudo que vemos, se saudamos cada rio de luz com gratidão e, quando não surge nenhuma luz, pensamos que a escuridão é originada de dentro e não de fora, e nos curvamos com humilde deferência para com a superior sabedoria daquele cujos “pensamentos estão acima de nossos pensamentos”, “como os céus estão acima da terra”.

Contudo, em nossas frágeis tentativas de “conhecer o Todo-Poderoso em sua plenitude”, parece absolutamente necessário raciocinar a partir da natureza para a natureza de Deus e não querer raciocinar de Deus para a natureza. Desde o momento em que nós nos permitimos perguntar por que algumas coisas não são de outro modo, em vez de nos esforçarmos para explicá-las como são, nunca saberemos onde parar e seremos conduzidos aos absurdos mais clamorosos e pueris; todo progresso do conhecimento dos caminhos da Providência necessaria-

mente chegarão a um fim e a própria aplicação ao estudo deixará de ser um exercício proveitoso para a mente humana. O Poder Infinito é numa idéia tão imenso e ininteligível que a mente do homem fica necessariamente perplexa na sua contemplação. Conforme as concepções grosseiras e pueris que algumas vezes formamos desse atributo da Divindade, podemos imaginar que Deus pode dar vida a miríades e miríades de seres, todos isentos de sofrimento e imperfeição, todos notáveis em bondade e sabedoria, todos capazes de desfrutar das mais elevadas condições, sendo incontáveis como os pontos dispersos pelos espaços infinitos. Mas quando, deixando esses sonhos vãos e extravagantes da fantasia, voltamos nossos olhos para o livro da natureza, onde só podemos entender Deus como ele é, vemos uma série contínua de seres conscientes, aparentemente gerados de tantas partículas de matéria, evoluindo através de um longo e às vezes doloroso processo neste mundo, mas muitos deles atingindo, antes de seu fim, tão altas qualidades e poderes como parece indicar sua tendência para algum estágio superior. Devemos então retificar nossas idéias grosseiras e pueris acerca do Poder Infinito pela contemplação do que realmente vemos que existe? Podemos julgar o Criador apenas por sua criação? E a menos que desejemos exaltar o poder de Deus às custas de sua bondade não devemos concluir que, mesmo para o Grande Criador, Todo-Poderoso como é, deve ser necessário um determinado processo, pode ser indispensável um certo tempo (ou pelo menos o que nos aparece como tempo) a fim de gerar seres com aquelas altas qualidades de espírito que os tornarão aptos para seus elevados fins?

Uma etapa de provação parece sugerir um ser previamente modelado que não corresponde à aparência do homem em sua infância e manifesta algo semelhante à incerteza e à falta de previsão incompatíveis com aquelas idéias que nutrimos sobre Ser Supremo. Por essa razão, eu estaria propenso, como sugeri antes em uma nota, a considerar o mundo e esta vida como o poderoso processo de Deus, não para a provação, mas para a criação e formação do espírito, um processo necessário para despertar a matéria inerte e caótica para a espiritualidade, para sublimar o pó da terra em alma, para extrair uma centelha etérea de um pedaço de argila. E deste ponto de vista, as várias influências e estímulos que o homem recebe durante sua vida podem ser considerados a mão modeladora de seu Criador, agindo por meio das leis gerais e despertando seu ser inerte, com os toques vivificantes da Divindade, para a possibilidade de desfrutar de uma condição privilegiada. O pecado original do homem é o entorpecimento e a corrupção da matéria caótica da qual se pode dizer que ele nasceu.

Não atenderia a nenhum objetivo útil abordar a questão de saber se o espírito é uma substância diferente da matéria ou apenas uma forma mais perfeita dela. A questão é, afinal, uma questão simples-

mente de palavras. O espírito é essencialmente espírito formado da matéria ou de qualquer outra substância. Sabemos por experiência que a alma e o corpo estão muito intimamente ligados, e toda evidência parece indicar que eles crescem juntos desde a infância. Seria uma hipótese dotada de pouca credibilidade julgar que exista em cada criança um espírito totalmente completo e formado, mas que estaria impedido e tolhido em suas ações durante os primeiros vinte anos de vida pela impotência, ou a obtusidade dos órgãos nos quais foi encerrado. Caso todos nós estejamos dispostos a concordar que Deus é o criador tanto do espírito como do corpo, e como ambos parecem se formar e desenvolver simultaneamente, não pode parecer incompatível com a razão e com a revelação, se parece compatível com os fenômenos da natureza, supor que Deus está constantemente ocupado em modelar o espírito fora da matéria e que as várias impressões que o homem recebe durante a sua vida é o processo para se atingir aquele objetivo. A tarefa é certamente digna dos mais altos atributos da Divindade.

Essa visão da condição do homem na terra não parecerá desprovida de probabilidade, julgando a partir da pouca experiência que temos da natureza do espírito, se verificarmos pela investigação que os fenômenos em torno de nós e os vários eventos da vida humana parecem especialmente apropriados para promover este grande objetivo, e particularmente se, nesta hipótese, podemos explicar, mesmo ao nosso estreito entendimento, muitas daquelas imperfeições e irregularidades da vida que o homem queixoso muito freqüentemente converte em motivo de seu lamento contra o Deus da natureza.

Os primeiros grandes estimuladores do espírito parecem ser as necessidades do corpo.¹⁷³ Eles são os primeiros estimulantes que despertam o cérebro da criança para a atividade consciente e tal parece ser a inércia da matéria primitiva que, a não ser por uma especial continuidade dos estímulos, outras necessidades, igualmente poderosas, são criadas, aqueles estimuladores parecem, mesmo posteriormente, ser necessários para dar prosseguimento àquela atividade que eles inicialmente provocaram. O selvagem dormitaria para sempre debaixo de sua árvore a não ser que fosse acordado de sua letargia pelos anseios da fome ou pelos tormentos do frio, e os esforços que ele faz para evitar esses males, procurando alimentos ou construindo uma cobertura, são os exercícios que formam e mantêm em movimento suas faculdades que, caso contrário, cairiam numa apática indolência. Por tudo que a experiência nos tem ensinado com relação à estrutura da

173 Era minha intenção abordar com certa minúcia este assunto, como uma espécie de segunda parte deste ensaio. Uma demorada interrupção por causa de negócios particulares obrigou-me a deixar de lado essa intenção, pelo menos no presente. Por essa razão darei agora apenas um esboço de alguns pormenores principais que me parecem apoiar a hipótese geral que levantei.

mente humana, se aqueles estimulantes do esforço, que surgem das necessidades do corpo, fossem eliminados da humanidade em geral, teríamos muito mais razão para pensar que eles seriam reduzidos ao nível dos animais, por falta de estímulos, e não elevados à condição de filósofos pelo gozo do ócio. Naqueles países onde a natureza é mais exuberante em produtos naturais, os habitantes não serão os mais notáveis pela perspicácia do raciocínio. A necessidade foi chamada, com grande verdade, a mãe da invenção. Alguns dos mais nobres esforços do gênero humano foram postos em movimento pela exigência de satisfazer as necessidades do corpo. A necessidade tem, freqüentemente, dado asas à imaginação do poeta, apontado os períodos fluentes do historiador e tem acrescentado profundidade às pesquisas do filósofo; e, embora existam, sem dúvida, no presente, muitos espíritos tão aperfeiçoados graças aos vários estímulos do conhecimento ou da solidariedade social que não voltariam a cair na indolência, se seus estimulantes físicos fossem eliminados, dificilmente seria posto em dúvida que aqueles estimulantes não pudessem ser retirados da humanidade em geral sem gerar uma indolência geral e fatal, destruidora de todos os germes do aperfeiçoamento futuro.

Locke, se bem me lembro, afirma que o empenho para evitar o sofrimento, mais que a busca do prazer, é o grande estímulo para a ação na vida, e que, ao considerar algum prazer particular, nós não seremos despertados para a ação de consegui-lo, até que a sua expectativa continue por tanto tempo que atinja uma sensação de dor ou mal-estar com sua ausência. Evitar o mal e buscar o bem parece ser a grande função e o objetivo do homem e este mundo se revela especialmente concebido para proporcionar a oportunidade do mais incansável esforço dessa espécie, e por este esforço, por esses estímulos o espírito é modelado. Se a idéia de Locke é correta, e há grande motivo para pensar que seja, o mal parece ser necessário para produzir o esforço e o esforço parece, evidentemente, necessário para produzir o espírito.

A necessidade de alimento para o sustento da vida dá origem, provavelmente, a uma maior quantidade de esforço do que qualquer outra necessidade física ou mental. O Ser Supremo ordenou que a terra não produzirá alimento em grandes quantidades enquanto sobre ela não for exercido muito trabalho preliminar e muita habilidade. Não há nenhuma conexão lógica imaginável à nossa compreensão entre a semente e a planta ou a árvore que dela nasce. O Supremo Criador poderia, sem dúvida, fazer nascer plantas de todos os tipos para o uso de suas criaturas, sem o auxílio daqueles pequenos pedaços de matéria a que chamamos de semente, ou mesmo sem o auxílio do trabalho e da atenção do homem. Os métodos de lavrar e limpar a terra, de reunir e de semear as sementes não são certamente para a ajuda de Deus na sua criação, mas se tornam previamente necessários para desfrutar

dos dons da vida a fim de despertar o homem para a ação e formar seu espírito para o entendimento.

Foi ordenado que a população crescesse mais rapidamente que o alimento para fornecer os mais permanentes estímulos desse tipo e para levar o homem a apoiar os desígnios favoráveis da Providência por meio do pleno cultivo da terra. Essa lei geral (como apareceu nas partes anteriores deste ensaio) produz, sem dúvida, muitos danos parciais, mas talvez nos satisfaça uma pequena reflexão sobre uma grande abundância de bens que ela produz. Estímulos fortes parecem necessários para criar o esforço e orientá-lo e para formar a faculdade da razão, e parece absolutamente necessário que o Ser Supremo agisse sempre de acordo com as leis gerais. A constância das leis da natureza ou a certeza com que podemos esperar o mesmo resultado das mesmas causas é o fundamento da faculdade da razão. Se no curso comum das coisas o dedo de Deus fosse freqüentemente visível ou, para falar mais corretamente, se Deus freqüentemente mudasse seu objetivo (porque o dedo de Deus, na verdade, é visível em cada folha de relva que vemos), provavelmente se seguiria uma indolência geral e fatal das faculdades humanas; mesmo as necessidades físicas da humanidade cessariam de estimular os homens ao esforço, eles não poderiam esperar razoavelmente que, se seus esforços fossem bem direcionados, seriam premiados com o sucesso. A constância das leis da natureza é o fundamento da atividade e da previdência do lavrador, do talento inesgotável do artesão, das pesquisas habilidosas do médico e do anatomista e da observação atenta e da investigação paciente do filósofo da natureza.¹⁷⁴ A essa constância devemos todos os maiores e mais nobres esforços do intelecto. A essa constância devemos a memória imortal de um Newton.

Portanto, como as razões para a constância das leis da natureza parecem óbvias e admiráveis mesmo para nossa compreensão, se retornarmos ao princípio da população e considerarmos o homem como ele é realmente — inativo, apático e avesso ao trabalho —, a não ser que impellido pela necessidade (e é certamente o máximo da loucura falar do homem conforme nossas grosseiras fantasias em relação ao que ele poderia ser), podemos proclamar com certeza que o mundo não teria sido povoado senão por causa da superioridade do poder da população em relação aos meios de subsistência. Como este estímulo é forte e atua constantemente sobre o homem para pressioná-lo a cultivar a terra, se vemos ainda que o cultivo prossegue muito vagarosamente, podemos concluir corretamente que um estímulo menor teria sido insuficiente. Mesmo sob a influência deste estímulo permanente os selvagens habitarão por muito tempo regiões de maior fertilidade natural

174 Filósofo da natureza, denominação que os antigos davam ao que atualmente chamamos de cientista dedicado à Física. (N. do T.)

antes de recorrer ao pastoreio ou à agricultura. Se a população e o alimento tivessem crescido na mesma proporção, seria provável que o homem nunca tivesse saído do estado selvagem. Mas, admitindo-se que a Terra já estivesse bem povoada, um Alexandre, um Júlio César, um Tamerlão ou uma revolução sangrenta poderiam reduzir de forma irreparável a raça humana e anular os grandes desígnios do Criador. As devastações de uma doença contagiosa seriam sentidas por várias gerações e um terremoto poderia despovoar uma região para sempre. O princípio de acordo com o qual a população cresce evita que os vícios da humanidade ou as intempéries, os males parciais decorrentes das leis gerais obstruam o alto propósito da criação. O princípio mantém os habitantes da terra sempre totalmente acima do nível dos meios de subsistência e está constantemente atuando sobre o homem como um poderoso estímulo, pressionando-o ao imediato cultivo da terra e, conseqüentemente, a tornar a Terra capaz de sustentar uma população maior. Mas é impossível que essa lei possa atuar e produzir os resultados aparentemente procurados pelo Ser Supremo, sem provocar um mal parcial. A não ser que o princípio da população fosse alterado de acordo com as circunstâncias de cada país em si (o que não apenas seria contrário à nossa experiência geral em relação às leis da natureza, mas se oporia mesmo à nossa própria razão, que vê a absoluta necessidade das leis gerais para a formação do espírito), é evidente que o mesmo princípio que, apoiado na atividade, povoará uma região fértil em poucos anos pode gerar miséria nos países habitados durante muito tempo.

Contudo, parece de todos os modos provável que mesmo as reconhecidas dificuldades provocadas pela lei da população tendem mais a promover do que a impedir o propósito geral da Providência. Elas estimulam o esforço geral e contribuem para aquela infinita variedade de situações e, conseqüentemente, de impressões que parecem, no conjunto, favoráveis ao crescimento do espírito. É provável que os estímulos demasiadamente grandes ou demasiadamente pequenos, a pobreza extrema ou as riquezas demasiadamente grandes podem ser da mesma forma desfavoráveis com relação a isso. As camadas médias da sociedade parecem ser melhor adaptadas ao desenvolvimento intelectual, mas é contrário à analogia com toda a natureza esperar que o conjunto da sociedade possa ser uma camada média. As zonas temperadas da Terra parecem ser mais favoráveis às energias mentais e físicas do homem, mas todas as zonas não podem ser temperadas. Um mundo aquecido e iluminado por um único sol possui, pelas leis da matéria, algumas partes resfriadas por geleiras permanentes e outras abrasadas por altas temperaturas constantes. Todo pedaço de matéria colocado sobre uma superfície deve ter um lado para cima e outro para baixo, nem todas as partículas podem estar no meio. As partes mais valiosas de um carvalho, para um comerciante de madeira, não são as raízes

ou os ramos, mas estas são completamente necessárias à existência da parte do meio, ou o tronco, que é o objeto da procura. O comerciante de madeira não pode realmente esperar que um carvalho cresça sem as raízes ou os ramos, mas, se ele pudesse encontrar um modo de cultivo que fizesse a seiva ir mais para o tronco e menos para a raiz e o ramo, ele estaria correto em se esforçar para levar tal sistema para o uso geral.

Da mesma forma, embora possivelmente não tenhamos a esperança de eliminar a riqueza e a pobreza da sociedade, se pudéssemos descobrir um sistema de governo pelo qual a quantidade nas camadas dos extremos fosse diminuída e a quantidade das camadas médias fosse aumentada, sem dúvida seria nosso dever adotá-lo. Contudo, não é improvável que, assim como num carvalho, cujas raízes e ramos não podem ser muito diminuídos sem enfraquecer a vigorosa circulação da seiva no tronco, assim também na sociedade as camadas dos extremos não podem ser diminuídas além de certo grau sem reduzir o esforço vital de todas as camadas médias, que é a verdadeira causa de que elas sejam as mais favoráveis ao desenvolvimento do intelecto. Se nenhum homem esperasse subir ou receasse descer na sociedade, se a atividade não traz com ela sua recompensa e o ócio a sua punição, certamente as camadas intermediárias não seriam o que são hoje. Ao raciocinar sobre este assunto, é evidente que devemos considerar principalmente a humanidade em geral e não casos particulares. Sem dúvida, existem muitos espíritos — e devem existir muitos, conforme as contingências — no meio de uma massa tão grande que, tendo sido ativados de início por uma seqüência de estímulos, não necessitariam de uma ação constante de motivações menores para manter-se em atividade. Entretanto, se fôssemos analisar as diversas descobertas úteis, os escritos de valor e outros esforços louváveis da humanidade, creio que descobriríamos que devem ser mais atribuídos aos estímulos menores que atuam sobre a maioria do que aos estímulos aparentemente mais amplos que atuam sobre a minoria.

O ócio é, sem dúvida, altamente valioso para o homem, mas, tomando o homem como ele é, a probabilidade parece ser de que, no maior número de situações, antes se produzirá o mal do que o bem. Não raramente tem sido assinalado que os talentos são mais comuns entre os irmãos mais jovens do que entre os irmãos mais velhos, mas dificilmente se pode imaginar que os irmãos mais jovens, em média, nascem com maior sensibilidade original para os talentos. A diferença, se realmente há uma diferença observável, pode apenas surgir de suas diferentes situações. O esforço e a atividade são, em geral, totalmente necessários num caso e apenas opcionais no outro.

A experiência de cada dia deve nos convencer de que as dificuldades da vida contribuem para criar talentos. Os esforços que os homens acham necessário fazer a fim de sustentar a si próprios

ou a sua família freqüentemente despertam faculdades que, de outro modo, poderiam ter ficado para sempre adormecidas, e comumente tem sido assinalado que as situações novas e extraordinárias geralmente criam inteligências preparadas para lutar contra as dificuldades nas quais se vêem envolvidas.

CAPÍTULO XIX

As atribuições e os sofrimentos da vida formam uma outra categoria de estímulos que parece ser necessária, por uma peculiar sequência de efeitos, para enternecer e humanizar o coração, para despertar a solidariedade social, criar todas as virtudes cristãs e dar um objetivo ao amplo esforço da caridade. A tendência geral de uma marcha constante de prosperidade é mais para corromper do que para elevar o caráter. O coração que nunca conheceu a desgraça raramente terá sensibilidade para compreender as dores e os prazeres, as necessidades e os desejos de seus companheiros. Raramente será tomado por aquele zelo do amor fraternal, aquelas afeições bondosas e amigáveis que dignificam o caráter humano mais até do que a posse dos mais elevados talentos. Na verdade, os talentos, embora sejam indubitavelmente uma característica muito importante e admirável do espírito, não podem de modo algum ser considerados como constitutivos do seu conjunto. Existem muitos espíritos que não foram expostos àqueles estímulos que normalmente formam os talentos, que entretanto foram ativados em alto grau pelos estímulos da solidariedade social. Em cada nível de vida, no mais baixo tão freqüentemente como no mais alto, os caracteres se encontram imersos no leite da bondade humana insuflando amor para Deus e para o homem, e, embora sem aqueles poderes especiais do espírito chamados de talentos, mantêm visivelmente na escala dos seres uma posição mais elevada do que muitos que os possuem. A caridade evangélica, a humildade, a piedade e todas aquelas formas de virtudes distinguidas particularmente com o nome de virtudes cristãs não parecem necessariamente incluir os talentos; entretanto, uma alma possuída daquelas amáveis qualidades, uma alma despertada e animada por aquelas deleitáveis afinidades parece possuir uma relação mais íntima com os céus do que a simples perspicácia do intelecto.

Os grandes talentos têm sido freqüentemente malbaratados e provocaram um mal proporcional à extensão de seus poderes. Tanto a razão como a revelação parecem nos assegurar que tais espíritos

serão condenados à morte eterna, mas enquanto estiveram na terra, esses instrumentos viciosos executaram sua função no grande conjunto das impressões, pela repugnância e aversão que provocam. Parece altamente provável que o mal moral é absolutamente necessário para a criação da perfeição moral. Um ser que somente tem em vista o bem pode certamente ser considerado como impelido por uma cega necessidade. A busca do bem neste caso pode não ser indício de tendências virtuosas. Talvez se possa dizer que a Sabedoria Infinita não exige tal indício como atitude exterior, mas certamente poderá prever se o ser escolherá o bem ou o mal. Isso poderia ser um argumento plausível contra uma etapa de provação, mas não se sustentaria contra a hipótese de que o espírito neste mundo está em uma fase de formação. Segundo essa idéia, o ser que viu o mal moral e manifestou reprovação e repugnância por ele é essencialmente diferente do ser que conheceu somente o bem. São pedaços de argila que receberam impressões diferentes; por essa razão devem ser de diferentes formas, ou, mesmo se admitimos que ambos tenham a mesma forma amável da virtude, deve-se reconhecer que um foi submetido a um processo complementar necessário para dar firmeza e durabilidade à sua substância, enquanto o outro ainda está exposto ao mal e sujeito a ser esmagado por qualquer ímpeto ocasional. Um amor ardoroso e uma alta estima pela virtude parecem implicar a existência de algo oposto, e parece muito provável que a mesma beleza da forma e da essência, a mesma perfeição do caráter não podem ser geradas sem as impressões de reprovação que temos ao ver o mal moral.

Quando o espírito desperta para a atividade pelas paixões e pelas necessidades do corpo, surgem as necessidades intelectuais; e o desejo do conhecimento e a impaciência da ignorância formam uma nova e importante espécie de estímulos. Cada elemento da natureza parece especialmente calculado para fornecer estimulantes ao esforço mental desse tipo e para oferecer matéria inesgotável para a mais demorada pesquisa. Nosso imortal Bardo diz de Cleópatra:

Os hábitos não podem estragar
Sua infinita versatilidade.

A expressão, quando aplicada a um objeto qualquer, pode ser considerada uma extensão da poesia, mas é perfeitamente verdadeira quando aplicada à natureza. A versatilidade infinita parece ser, na verdade, sua feição característica. As sombras que estão aqui e ali se misturam no quadro que dá espírito, vida e destaque a suas belezas exuberantes e às imperfeições e irregularidades; os elementos secundários que sustentam os superiores, embora às vezes ofendam o olho exigente e microscópico do homem de visão curta, contribuem para a simetria, a graça e a agradável proporção do todo.

A infinita variedade das formas e das funções da natureza, além de contribuir de imediato para despertar e desenvolver a mente pela variedade das impressões que cria, abre outras fontes fecundas de aperfeiçoamentos ao oferecer um campo tão amplo de investigação e pesquisa. A perfeição uniforme e monótona não possui os mesmos poderes estimulantes. Quando procuramos então contemplar o sistema do universo, quando pensamos nas estrelas como sóis de outros sistemas espalhados por todo o espaço infinito, quando refletimos que, provavelmente, não vemos a milionésima parte daqueles astros brilhantes que estão emitindo luz e vida para inumeráveis mundos, quando nossa inteligência, incapaz de compreender a imensurável idéia submersa, cai, perdida e confusa, na admiração do vasto e incompreensível poder do Criador, não nos queixemos e lamentemos que todos os climas não sejam igualmente temperados, que não reine durante todo o ano uma primavera permanente, que todas as criaturas de Deus não possuam as mesmas vantagens, que as nuvens e as tempestades algumas vezes escurecem o mundo natural e o vício e a miséria do mundo moral e que todos as obras da criação não foram feitas com a mesma perfeição. Tanto a razão como a experiência parecem nos indicar que a infinita variedade da natureza (e a variedade não pode existir sem os elementos inferiores, as imperfeições aparentes) é admiravelmente adaptada para promover o elevado propósito da criação e gerar o maior bem possível.

A obscuridade que envolve todos os assuntos metafísicos me parece, da mesma maneira, especialmente preparada para colaborar com os estímulos que surgem da sede de saber. É provável que o homem, enquanto vive na terra, nunca será capaz de atingir a completa satisfação quanto a esses assuntos; mas isto de modo algum é razão para não se dedicar a eles. A obscuridade que envolve esses temas interessantes da curiosidade humana pode estar destinada a fornecer permanentes estímulos para a atividade e o esforço intelectual. O constante empenho para dissipar essa obscuridade, mesmo que não tenha sucesso, revigora e aperfeiçoa a faculdade de pensar. Se um dia os temas da pesquisa humana esgotassem, a mente provavelmente estagnaria; mas as formas e as funções infinitamente diversificadas da natureza, juntamente com a permanente matéria de especulação que os temas metafísicos oferecem, evita a possibilidade de que tal época venha a surgir.

Certamente o provérbio “Não há nada de novo debaixo do sol” é um dos mais sábios de Salomão. Ao contrário, é provável que, se o atual sistema continuar por milhões de anos, seriam feitos contínuos acréscimos ao volume do conhecimento humano e possa talvez ainda ser motivo de dúvida que aquilo que pode ser chamado de capacidade intelectual esteja crescendo de uma maneira marcante e decisiva, crescente. Um Sócrates, um Platão ou um Aristóteles, embora reconheci-

damente inferiores em conhecimento com relação aos filósofos de hoje, não parecem ter ficado muito abaixo deles em capacidade intelectual. O intelecto surge de uma partícula, mantém sua força somente por um certo período e talvez não comportará, enquanto estiver na terra, mais que um certo número de impressões. Essas impressões, na verdade, podem ser modificadas infinitamente, e dessas várias modificações, acrescentadas provavelmente a uma diferença de sensibilidade dos germes originais,¹⁷⁵ surge a infindável diversidade de caracteres que vemos no mundo; mas tanto a razão quanto a experiência parecem nos assegurar que a capacidade das inteligências individuais não cresce na proporção do volume de conhecimento que existe. As inteligências superiores parecem ser formadas mais pelos esforços do pensamento embrionário, pelas tentativas de formar novas combinações e de descobrir novas verdades do que por receber passivamente as impressões incutidas pelas idéias de outros homens. Se admitimos que chegou a época em que não haveria mais esperanças de novas descobertas, em que a única utilização da inteligência fosse adquirir conhecimento preexistente, sem nenhum esforço para formar combinações novas e originais, embora o volume do conhecimento humano fosse mil vezes maior do que é no presente, é evidente que teria cessado um dos mais nobres estímulos para o exercício mental, estaria perdida a característica mais pura do intelecto, cada coisa ligada ao talento estaria no fim, e parece ser impossível que sob tais circunstâncias alguns indivíduos pudessem possuir as mesmas energias intelectuais possuídas por um Locke, um Newton ou um Shakespeare, ou mesmo por um Sócrates, um Platão, um Aristóteles ou um Homero.

Se uma revelação do céu da qual ninguém pudesse ter a menor dúvida dissipasse as névoas que hoje envolvem os assuntos metafísicos, explicasse a natureza e estrutura da mente, as propriedades e a essência de todas as substâncias, a maneira pela qual o Ser Supremo atua em todas as obras da criação e todo o plano e todo o sistema do universo, o aumento dos conhecimentos assim obtido, em vez de dar nova força e agilidade à mente humana, contribuiria com toda certeza para dificultar sua atividade futura e para rebaixar os altos vôos do intelecto.

Por essa razão, eu nunca considerei as dúvidas e as dificuldades que envolvem algumas partes dos textos sagrados como argumento contra seu fundamento divino. Sem dúvida, o Ser Supremo poderia ter associado suas revelações feitas ao homem a tamanha série de

175 É provável que mesmo dois grãos de trigo não sejam exatamente iguais. O solo, sem dúvida, causa a principal diferença nas folhas que brotam, mas, provavelmente, não todas. Parece natural admitir algum tipo de diferença nos germes originais que são posteriormente elevados à condição de pensamento, e a extraordinária diferença de sensibilidade nas crianças de mais tenra idade parece confirmar esta hipótese.

milagres e de tal natureza que teria produzido uma persuasão geral e esmagadora e teria dado definitivamente um fim a toda vacilação e discussão. Entretanto, embora nossa razão seja frágil demais para compreender os planos do Grande Criador, é bastante forte para enfrentar as mais contundentes objeções a essa revelação. Do pouco que conhecemos acerca da estrutura do entendimento humano, devemos estar convencidos de que uma persuasão esmagadora desse tipo, em vez de contribuir para o aperfeiçoamento e o progresso moral do homem, atuaria sobre toda a atividade intelectual com o toque de uma arraia-elétrica e praticamente daria um fim à existência da virtude. Se as advertências bíblicas da punição eterna fossem provadas para a inteligência de cada homem com tanta certeza como a de que à noite seguir-se-á o dia, esta idéia única, grandiosa e sombria tomaria posse tão completamente das faculdades humanas de modo a não deixar nenhum espaço para quaisquer outras concepções, as ações visíveis dos homens seriam todas muito semelhantes, o comportamento virtuoso não seria prova de inclinação virtuosa, o vício e a virtude estariam misturados num único todo, e embora o olho de Deus que tudo vê pudesse distingui-los, eles deveriam necessariamente provocar as mesmas impressões no homem, o qual somente pode julgar pelas aparências. Sob tal desobrigação, é difícil conceber como os seres humanos puderam ser formados para ter aversão ao mal moral e para ter amor e adoração a Deus e à perfeição moral.

Nossas idéias sobre a virtude e o vício não são talvez muito precisas e bem definidas; mas poucos, penso eu, chamariam de realmente virtuosa uma ação que não fosse realizada única e simplesmente por medo de uma punição muito rigorosa ou pela expectativa de uma recompensa muito grande. O temor de Deus é muito merecidamente considerado o princípio da sabedoria, mas o fim da sabedoria é o amor de Deus e a veneração pelo bem moral. As advertências de castigo futuro contidas nas Escrituras parecem bem adequadas para deter o avanço dos vícios e despertar a atenção do negligente, mas sabemos por uma repetida experiência que elas não são acompanhadas por uma evidência de tal natureza que possa dominar a vontade humana e fazer que os homens levem uma vida virtuosa com inclinações para o vício simplesmente por medo da vida futura. Uma fé autêntica, pela qual entendo uma fé que se revela com todas as virtudes de uma verdadeira vida cristã, pode geralmente ser considerada um indício de uma disposição cordial e virtuosa, levada mais pelo amor do que pelo puro medo.

Quando refletimos sobre as tentações a que o homem necessariamente está exposto neste mundo por causa da estrutura de sua constituição e pela atuação das leis da natureza, e pela conseqüente certeza moral de que muitos vasos sairão deste poderoso forno criador

com formas perfeitas, é totalmente impossível admitir que alguma dessas criaturas modeladas pela mão de Deus possa ser condenada ao eterno sofrimento. Uma vez que admitíssemos tal concepção, todas as nossas idéias naturais de bondade e justiça seriam completamente alteradas e não mais poderíamos considerar Deus o Ser misericordioso e justo. Mas a doutrina de vida e imortalidade que foi trazida à luz pelo Evangelho, a doutrina pela qual o fim da justiça é a vida eterna, mas o salário do pecado é a morte, é, em todo sentido, justa e misericordiosa e digna do Grande Criador. Nada pode parecer mais de acordo com nossa razão do que constatar que aqueles seres que surgiram do processo criador do mundo com formas agradáveis e belas seriam premiados com a imortalidade, enquanto aqueles que surgiram deformados, aqueles cuja inteligência não é adequada a um estado mais perfeito e mais feliz da existência pereceriam e seriam condenados a se incorporar novamente à sua argila de origem. Essa condenação eterna pode ser considerada uma espécie de castigo eterno, e não é de se admirar que fosse representada algumas vezes sob o aspecto de sofrimento. Mas a vida e a morte, a salvação e a destruição, são mais freqüentemente opostas entre si no Novo Testamento do que a felicidade e a miséria. O Ser Supremo teria para nós uma feição muito diferente se o imaginássemos atormentando com a ira e o suplício eternos as criaturas que o ofenderem, em vez de simplesmente condenando à sua condição original de seres destituídos de sensibilidade aqueles que, pela atuação das leis gerais, não foram formados com as qualidades convenientes a um estado mais perfeito de felicidade.

A vida, falando de modo geral, é uma bênção independente de um estado futuro. É uma dádiva que os maus nem sempre estariam dispostos a desperdiçar, mesmo se não tivessem medo da morte. Portanto, o sofrimento parcial, que é imposto pelo Supremo Criador enquanto ele está formando inumeráveis seres para a possibilidade de desfrutar de condições privilegiadas, é apenas a poeira da balança em comparação com a felicidade que é compartilhada, e temos toda razão para pensar que não existe mais nenhum mal no mundo do que o absolutamente necessário como um dos elementos do vasto processo.

A notável necessidade de leis gerais para a formação do intelecto de nenhum modo será contestada por uma ou duas exceções, e evidentemente não se destinam a objetivos parciais, mas foram concebidas para atuar numa grande parcela da humanidade e por muitas gerações. Na idéia que tenho apresentado sobre a formação da inteligência, a transgressão das leis gerais da natureza por uma revelação divina aparecerá sob o aspecto da mão solícita de Deus misturando novos elementos no grande conjunto, adaptada ao particular estado do processo e feita para dar origem a uma seqüência

nova e poderosa de impressões, tendendo a purificar, enobrecer e aperfeiçoar a mente humana. Os milagres que acompanharam essas revelações no momento em que elas despertaram a atenção da humanidade e a transformaram em tema da mais interessante discussão, quer a doutrina viesse de Deus quer do homem, cumpriram a sua parte, atenderam ao objetivo do Criador, e essas revelações da vontade divina foram posteriormente levadas a abrir seu caminho por sua própria força intrínseca; e, por atuar como razões morais, foram gradativamente levadas a influenciar e a melhorar e não a dominar ou a paralisar as faculdades do homem.

Sem dúvida, seria presunçoso afirmar que o Ser Supremo possivelmente não poderia ter realizado seu objetivo de um outro modo que não aquele que ele escolheu, mas como a revelação da vontade divina que possuímos é seguida de algumas dúvidas e dificuldades, e como a nossa razão nos aponta as mais fortes objeções a uma revelação que nos obrigasse a uma fé imediata, tácita e universal, certamente temos bastante razão para pensar que aquelas dúvidas e dificuldades não servem de argumento contra a origem divina das Escrituras e a espécie de evidência que possuem é mais bem adaptada ao aperfeiçoamento das faculdades humanas e ao progresso moral da humanidade.

A idéia de que as impressões e os estímulos deste mundo são os instrumentos com que o Ser Supremo modela a matéria para a condição espiritual, e de que a necessidade do esforço constante para evitar o mal e procurar o bem é a principal fonte daquelas impressões e estímulos, parece remover muitas das dificuldades que ocorrem em uma consideração sobre a vida humana e me parece oferecer uma razão satisfatória para a existência do mal natural e moral, e, conseqüentemente, para aquela parcela de ambos — e, certamente, não é uma parcela muito pequena — que surge do princípio da população. Entretanto, embora com essa suposição pareça muito improvável que o mal seja afastado do mundo, é evidente que essa impressão nunca responderia ao objetivo manifesto do Criador, não atuaria tão poderosamente como um estímulo ao esforço se sua quantidade não diminuísse ou aumentasse com a atividade ou o ócio do homem. As variações contínuas no peso e na distribuição dessa pressão mantêm viva uma constante expectativa para eliminá-la.

A esperança surge eterna no peito humano,
O homem não existe senão para ser bem-aventurado.

O mal existe no mundo não para criar o desespero, mas a diligência. Nós não existimos para nos submeter pacientemente a ele, mas para nos esforçar a fim de evitá-lo. Não é somente o interesse, mas é o dever de cada indivíduo usar seus maiores esforços para afastar o mal de si mesmo e de um círculo tão amplo quanto

lhe seja possível alcançar; e quanto mais ele se exercita neste dever, mais sabiamente orienta seus esforços e mais bem-sucedidos são esses esforços, mais ele seguramente melhorará e dignificará seu próprio espírito e mais completamente ele parece satisfazer a vontade de seu Criador.

ÍNDICE

<i>Apresentação</i>	5
PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA	21
<i>Bibliografia</i>	23
<i>Introdução</i>	25
CAP. I — As Definições de Riqueza e de Trabalho Produtivo .	31
Seção I — <i>As definições de riqueza</i>	31
Seção II — <i>Trabalho produtivo e trabalho improdutivo</i> .	32
CAP. II — A Natureza e as Medidas do Valor	39
Seção I — <i>Os diferentes tipos de valor</i>	39
Seção II — <i>A forma pela qual a oferta e a procura afetam o valor de troca</i>	43
Seção III — <i>A influência do custo de produção sobre o valor de troca</i>	47
Seção IV — <i>O trabalho empregado na produção de uma mercadoria considerado como medida do valor de troca</i>	54
Seção V — <i>O dinheiro considerado como medida de valor, quando seu custo é uniforme</i>	66
Seção VI — <i>O trabalho que uma mercadoria adquire, considerado como medida do valor real de troca</i>	72
Seção VII — <i>O meio-termo entre o trigo e o trabalho, considerado como medida do valor real de troca</i>	76
CAP. III — A Renda da Terra	81
Seção I — <i>A natureza e as causas da renda da terra</i> ...	81
Seção II — <i>A necessidade de separar a renda da terra</i>	

<i>dos lucros do agricultor e dos salários do trabalhador</i>	90
Seção III — <i>As causas que tendem a elevar a renda da terra no curso do desenvolvimento normal da sociedade</i>	95
Seção IV — <i>As causas que tendem a diminuir a renda da terra</i>	105
Seção V — <i>A dependência do volume efetivo de produção da terra em relação à renda e aos preços vigentes</i> ...	107
Seção VI — <i>A relação entre a riqueza comparativamente grande e o preço comparativamente alto dos produtos agrícolas</i>	112
Seção VII — <i>As causas que podem levar o proprietário a incorrer em erro ao arrendar suas terras, com prejuízo tanto para ele como para o país</i>	113
Seção VIII - <i>A relação estrita e necessária entre os interesses do proprietário de terras e os do Estado, num país que sustente sua própria população</i>	114
Seção IX — <i>A identidade de interesses do proprietário de terras e do Estado em países importadores de trigo</i>	120
Seção X — <i>Considerações gerais sobre a produção agrícola excedente</i>	124
CAP. IV — Os Salários	131
Seção I — <i>A dependência do trabalho em relação à oferta e à procura</i>	131
Seção II — <i>As principais causas que afetam os hábitos das classes trabalhadoras</i>	133
Seção III — <i>As principais causas que influem sobre a demanda de trabalho e sobre o aumento da população</i>	134
Seção IV — <i>As conseqüências de uma queda no valor do dinheiro sobre a demanda de trabalho e sobre as condições de vida do trabalhador</i>	138
Seção V — <i>Conclusões da análise dos preços do trigo e do trabalho durante os últimos cinco séculos</i>	139
CAP. V — Os Lucros do Capital	143
Seção I — <i>Como a crescente dificuldade de obter os meios de subsistência afeta os lucros</i>	143
Seção II — <i>Como a proporção do capital sobre o trabalho afeta os lucros</i>	147
Seção III — <i>O efeito das causas que atuam na prática sobre os lucros</i>	153

Seção IV — <i>Observações sobre a teoria dos lucros do Sr. Ricardo</i>	160
CAP. VI — A Distinção Entre Riqueza e Valor	165
CAP. VII — As Causas Imediatas do Crescimento da Riqueza	167
Seção I — <i>O objetivo específico da investigação</i>	167
Seção II — <i>O aumento da população como estímulo ao crescimento contínuo da riqueza</i>	167
Seção III — <i>A acumulação, ou a poupança de rendimentos a ser acrescentada ao capital, vista como estímulo ao crescimento contínuo da riqueza</i>	168
Seção IV — <i>A fertilidade do solo, vista como estímulo ao crescimento contínuo da riqueza</i>	180
Seção V — <i>As invenções que poupam trabalho, vistas como estímulo ao crescimento contínuo da riqueza</i> ...	189
Seção VI — <i>A necessidade de aliar a capacidade produtiva aos meios de distribuição, a fim de assegurar um aumento permanente da riqueza</i>	194
Seção VII — <i>A distribuição gerada pela divisão da propriedade rural, considerada como meio de aumentar o valor de troca do produto total</i>	200
Seção VIII — <i>A distribuição gerada pelo comércio interno e externo, considerada como meio de aumentar o valor de troca do produto</i>	203
Seção IX — <i>A distribuição ocasionada pelos consumidores improdutivos, considerada como meio de aumentar o valor de troca do produto total</i>	214
Seção X — <i>Aplicação de alguns princípios anteriores às dificuldades das classes trabalhadoras a partir de 1815, com observações gerais</i>	223
ENSAIO SOBRE A POPULAÇÃO	233
<i>Prefácio</i>	235
<i>Sumário</i>	237
CAPÍTULO I —	243
CAPÍTULO II —	249
CAPÍTULO III —	255
CAPÍTULO IV —	261
CAPÍTULO V —	267

CAPÍTULO VI	—	277
CAPÍTULO VII	—	281
CAPÍTULO VIII	—	291
CAPÍTULO IX	—	295
CAPÍTULO X	—	301
CAPÍTULO XI	—	313
CAPÍTULO XII	—	317
CAPÍTULO XIII	—	327
CAPÍTULO XIV	—	333
CAPÍTULO XV	—	339
CAPÍTULO XVI	—	347
CAPÍTULO XVII	—	355
CAPÍTULO XVIII	—	363
CAPÍTULO XIX	—	371

